

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação – Doutorado**

**A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social
Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005.**

**Denise Lobato Gentil
Orientador: Prof. Dr. Aloísio Teixeira**

Tese submetida ao Corpo Docente do Instituto de Economia (IE) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

**Rio de Janeiro
Setembro – 2006**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia**

**A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise
financeira do período 1990-2005**

Denise Lobato Gentil

**Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Economia.**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Aloísio Teixeira (Orientador)

Prof. Dr. José Carlos de Souza Braga

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima

Prof. Dra. Jennifer Hermann

**Prof. Dra. Maria Lúcia Teixeira Werneck
Vianna**

Prof. Dr. Ronaldo Fiani (suplente)

Prof. Dra. Maria de Mello Malta (suplente)

Rio de Janeiro - 2006

Resumo

Este trabalho faz uma análise financeira da Seguridade Social no período 1990 – 2005, utilizando como ponto de referência os dispositivos da Constituição Federal de 1988 e os dados estatísticos da execução orçamentária do governo federal. O objetivo principal é verificar a capacidade financeira do sistema previdenciário de saldar os compromissos pactuados e de se expandir para um processo mais avançado de universalização dos direitos. É feita uma análise histórica do nascimento e evolução do sistema previdenciário brasileiro avaliando suas instituições e a forma como é afetado pela dinâmica da economia nacional. Por fim, faz-se uma análise da conexão que se estabelece entre a política econômica liberal-ortodoxa adotada no país desde os anos 1990 e a forma de gestão dos recursos da seguridade social. Os resultados dessa investigação levaram a conclusão de que o sistema de seguridade social é financeiramente auto-sustentável, sendo capaz de gerar um volumoso excedente de recursos. Entretanto, parcela significativa de suas receitas é desviada para aplicações em outras áreas pertencentes ao orçamento fiscal permitindo que as metas de superávit primário sejam cumpridas e até ultrapassadas. Ao contrário do que é usualmente difundido, o sistema de previdência social não está em crise e nem necessita de reformas que visem ao ajuste fiscal, pois o sistema dispõe de recursos excedentes, mas de reformas que permitam a inclusão de um grande contingente populacional que hoje se encontra desprotegido. A capacidade de sustentação futura do sistema dependerá, no entanto, de mudanças na política econômica que impliquem na promoção do crescimento associado a políticas de distribuição de renda.

Abstract

This work represents a financial analysis of the social security system during the period 1990–2005, using as a reference the rules of the Federal Constitution of 1988 and the statistical data of the federal government's budget. The main objective is to verify the financial capacity of the social insurance system to liquidate the agreed on commitments and expanding for a more advanced process of universalization of rights. A historical analysis was made on the birth and evolution of the Brazilian social insurance system, evaluating its institutions and how it is affected by the national economy's dynamics. Finally, an analysis was made on the connection that was created among the liberal-orthodox economical politics used by the country from the years 1990 and the form of administration of the resources of the social security. The results of that investigation leads to the conclusion that the social security system is financially self sustainable, being capable of generating volumous surplus of resources. However, a large part of its revenues are diverted for applications in other areas belonging to the fiscal budget allowing the goals of primary surplus to be accomplished and until surpassed. Unlike what it is usually published, the social insurance system is not in crisis, nor it needs reforms that seek fiscal adjustments, because the system has excess of resources. What it needs are reforms that allow the inclusion of a large population that today find itself unprotected. The capacity to sustain the system in the future will depend on economic political changes which implies the growth associated with the distribution of income.

Sumário

	pg
Introdução.....	15
CAPITULO 1: A Falsa Crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil	
1.1. Introdução.....	23
1.2. Desmistificando o suposto déficit da previdência social.....	30
CAPÍTULO 2: Breve relato histórico do sistema de proteção social.....	67
2.1. Introdução.....	67
2.2. O surgimento da proteção social no capitalismo.....	69
2.3. O <i>welfare state</i> e os elementos essenciais para a construção do conceito de seguridade social	76
2.4. A trajetória do sistema de previdência social no Brasil.....	96
CAPÍTULO 3: O sistema de seguridade social brasileiro e suas transformações recentes-----	113
3.1. Nascimento e implantação da seguridade social.....	113
3.2. As reformas previdenciárias da década de 1990 e do início do Século XXI.....	126
3.3. Importantes avanços da previdência social no Brasil.....	161
CAPÍTULO 4: Política fiscal e seguridade social.....	176
4.1. Introdução.....	176
4.2. A influência da política econômica no sistema de seguridade social.....	177
4.2.1. Cenário internacional.....	180
4.2.2. A política econômica no Brasil nos anos 1990 – 2000.....	184

4.2.3. A política fiscal no Brasil nos anos 1994- 2005.....	192
4.2.4. Resultados da política fiscal.....	203
4.3. Efeitos da política econômica sobre a seguridade social.....	210
Conclusão.....	228
Referências.....	238
Anexo 1.....	245

A minha querida mãe Marita, que com sabedoria e energia me transmitiu as coisas mais essenciais da vida;

Ao Abraham e aos nossos filhos, Daniela, Moisés, Eric, Arthur e Ben, que iluminam a minha vida me fazendo muito feliz e dando sentido aos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu mestre e orientador Aloísio Teixeira, agradeço imensamente por sua generosidade, parceria e dedicação empregadas em me ajudar a definir o tema desta tese e ajudar a elaborá-la. Foi uma rara oportunidade de aprendizado, enriquecida por sua inteligência, seu vasto conhecimento sobre Economia e sua paixão e engajamento na defesa da seguridade social que se tornaram meus aliados preciosos nessa longa caminhada e me permitiram tornar esta tese possível e, mais do que isso, para mim, necessária. As possíveis falhas que este trabalho carrega são de minha inteira responsabilidade.

Agradeço aos professores do Instituto de Economia, em especial a Franklin Serrano – pelas inúmeras orientações e incentivos durante o doutorado, sempre com generosidade e atenção –, Carlos Medeiros, Fernando Cardim de Carvalho, João Sicsú, Beatriz Azeredo, José Luís Fiori, Maria da Conceição Tavares, José Carlos Miranda, João Saboya, João Bosco Machado, Ronaldo Fiani, Maria da Graça Derengowski Fonseca, Nelson Chalfun e Carlos Eduardo Young. Todos conferem um conceito de excelência a essa instituição que se tornou minha casa e me permitem o privilégio do acesso aos seus ensinamentos. Vou carregá-los comigo para toda a vida.

Agradeço de forma muito especial à querida amiga e professora Jennifer Hermann, cujo convívio, dentro e fora da sala de aula, tem sido muito valioso para minha formação, não apenas profissional – que foi muito importante, mas também humana. Sua leitura atenta e sugestões valiosas a

algumas partes deste trabalho foram um grande guia e sua amizade e solidariedade, um inestimável bálsamo.

Agradeço a Maria Lúcia Werneck Vianna, uma das mais talentosas pensadoras da área de seguridade social na América Latina com quem tive a felicidade compartilhar meu trabalho, não apenas nesta tese, mas na atividade docente, onde teve algumas interferências estratégicas. Sua leitura e comentários de algumas etapas deste trabalho, sempre com interesse e paciência, me mostraram vários caminhos e me encorajaram a ir em frente.

Aos colegas do doutorado agradeço pelos debates e pela agradável convivência durante essa longa e árdua caminhada. Quero agradecer ainda à Ana Elizabeth Braga, a Ronei José Gomes, Anna Lúcia Braga Salles, Gilbran Menezes, Letícia Teixeira e Jane Maria Medeiros, pelos importantes auxílios prestados em diversas ocasiões, sempre com delicadeza e eficiência.

À Esther e Itajaí Albuquerque e Marcos Damasceno, amigos de muitos anos, sempre prontos para dar suas importantes opiniões e, sobretudo, amizade e doçura. Sem esses amigos, parte significativa desta tese não seria viável. Agradeço também ao Celecino Carvalho Filho, grande conhecedor e participante da história da previdência brasileira, que com sensibilidade e muita competência teceu importantes comentários e me mostrou coisas interessantes sobre previdência social.

A Maria do Carmo e Cristina, agradeço pelo muito que me ajudaram no cotidiano dessa caminhada, sempre me apoiando com paciência, amizade e dedicação.

Agradeço imensamente a meus pais, Marita e Abelardo, minhas referências de sabedoria, generosidade, dedicação ao trabalho, honestidade e autenticidade. A distância física entre nós nunca me impediu de amá-los cada vez mais com ternura, gratidão, respeito e muita saudade.

Lamento que me faltem palavras exatas para expressar o quanto é profundo o meu agradecimento ao Abraham, que me salva todos os dias com seu amor, generosidade e zelo, me ajudando a viver o que escolho e me fazendo feliz. Seu apoio incondicional em todas as horas, opinando, valorizando meu esforço e me encorajando, foram ingredientes sem os quais esse trabalho jamais seria realizado. Sua existência a meu lado é, em tudo, fundamental. Agradeço de forma extensiva aos nossos filhos Daniela, Moisés, Eric, Arthur e Ben, por entenderem minhas angústias, ausências e fragilidades, o que só é possível porque são seres humanos sensíveis e respeitosos que tive a felicidade de encontrar.

Finalmente, embora seja incomum nos trabalhos desta espécie e corra o risco de colher a rejeição de muitos, mas certamente a compreensão de outros por este ato, eu agradeço a Deus pela realização desta pesquisa, por crer que sem sua ajuda e inspiração não seria possível transpor sozinha os obstáculos que envolvem desde a crescente fadiga física até as inúmeras limitações emocionais e intelectuais.

LISTA DE SIGLAS

- ANFIP** – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAP's** – Caixas de Aposentadorias e Pensões
- CEME** - Central de Medicamentos
- CDP** - Certificado de Dívida Pública
- COFINS** - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- CPMF** - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
- CSLL** - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- CSSS** –
- DATAPREV** – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
- DRU** – Desvinculação das Receitas da União
- EPU** – Encargos Previdenciários da União
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FIES** - Programa de Financiamento Estudantil
- FINSOCIAL** – Fundo de Investimento Social
- FNS** - Fundo Nacional de Saúde
- FUNABEM** – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
- FUNRURAL** – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
- GEAP** – Fundação de Seguridade Social
- ICMS** – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

II e IE - Imposto de Importação e Imposto de Exportação

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IR - Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte

IRPF - Imposto sobre a Renda sobre Pessoas Físicas

IRPJ - Imposto sobre a Renda sobre Pessoas Jurídicas

ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

IAPAS – Instituto Nacional de Administração da Previdência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITBI - Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” por ato oneroso de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis

ITCD - Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOPS – Lei Orgânica de Previdência Social

MPSA – Ministério da Previdência e Assistência Social

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIB - Produto Nacional Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

REFIS - Programa de Recuperação Fiscal

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SEST - Serviço Social do Transporte

SIMPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte

SUDS – Sistema Único e Descentralizado de Saúde

LISTA DE TABELAS

pg

Tabela 1 – Fluxo de Caixa do INSS: 1990 a 1998.....	41
Tabela 2 – Fluxo de Caixa do INSS: 1999 a 2005.....	42
Tabela 3 – Resultado da Seguridade Social: 1995 a 1999.....	46
Tabela 4 – Resultado da Seguridade Social: 2000 a 2005.....	47
Tabela 5 – Desvinculação de Receitas da Seguridade Social: 1995 – 2005.....	54
Tabela 6 – Resultado da Seguridade Social e do RPPS do Governo Federal: 1991 a 2005 (% do PIB).....	55
Tabela 7 – Resultado da Seguridade Social e do RPPS do Governo Federal: 2000 a 2005 (em R\$milhões).....	57
Tabela 8 – Aplicação das Receitas da Seguridade Social – 1995.....	60
Tabela 9 - Aplicação das Receitas da Seguridade Social – 1996.....	61
Tabela 10 - Aplicação das Receitas da Seguridade Social – 1997.....	61
Tabela 11 - Aplicação das Receitas da Seguridade Social – 1998.....	62
Tabela 12 - Aplicação das Receitas da Seguridade Social – 1999.....	62
Tabela 13 - Aplicação das Receitas da Seguridade Social – 2000.....	63
Tabela 14 - Aplicação das Receitas da Seguridade Social – 2001.....	63
Tabela 15 - Aplicação das Receitas da Seguridade Social – 2003.....	64
Tabela 16 - Aplicação das Receitas da Seguridade Social – 2004.....	64
Tabela 17 - Aplicação das Receitas da Seguridade Social – 2005.....	65
Tabela 18 – Necessidade de Financiamento do Setor Público - % PIB: 1991 – 2005.....	197
Tabela 19 - Necessidade de Financiamento do Setor Público – Em R\$ milhões: 1994 – 2005.....	198
Tabela 20 – Dívida Líquida do Setor Público - % do PIB – 1994 – 2005.....	203

Tabela 21 – Títulos Públicos Federais – Participação por indicador – 1994 – 2005.....	207
Tabela 22 – Orçamento fiscal e da seguridade social – despesa da União - % PIB – 1994 – 2005.....	214
Tabela 23 – Participação dos salários, excedente operacional bruto e impostos indiretos no valor adicionado – 1993 – 2003.....	216
Tabela 24 – PIB, Desemprego, Rendimento Médio Real e Emprego Formal – 1994 – 2005.....	220
Tabela 25 – Evolução das Receitas da Seguridade Social – 1995 – 2005 – em valores constantes de 1994.....	222
Tabela 26 – Receitas da Seguridade Social por Fonte de Recursos – participação percentual.....	223

LISTA DE GRÁFICOS

pg

Gráfico 1 – Evolução da quantidade de benefícios emitidos pela previdência social RGPS – 1996-2004.....	165
Gráfico 2 – Distribuição de benefícios emitidos segundo faixa de valores (em pisos previdenciários) – posição dezembro de 2004.....	168
Gráfico 3 – Evolução das despesas com benefícios previdenciários e assistenciais em relação ao PIB – 1996-2005.....	170
Gráfico 4 – Evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e os reajustes nominais do salário mínimo – 1998-2005 (%).....	172
Gráfico 5 – Linha de pobreza e transferências da previdência.....	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas Sociais: Primeiras Leis em Países Selecionados.....	75
Quadro 3 – Grandes Números da Previdência no Brasil – 2004.....	166
Quadro 4 – Contribuintes e Não Contribuintes da Previdência – 1997 – 2004.....	166

INTRODUÇÃO

Há uma certeza dominando o debate sobre a previdência social no Brasil: a de que este é um sistema que apresenta déficit de grandes proporções. Esse déficit teria crescido de forma acelerada nos últimos anos e se tornará maior no futuro próximo se nada for feito agora. Economistas e homens de negócios que lidam com o dia-a-dia da economia têm transmitido a idéia de que a situação das finanças públicas é um dos grandes obstáculos ao crescimento sustentado da economia brasileira e o déficit da previdência tem dado uma contribuição significativa para a magnitude do desequilíbrio fiscal. Por esse motivo, a reforma da previdência tornou-se um objetivo incansavelmente perseguido pelos vários governos durante os últimos quinze anos. Mesmo após várias alterações na Constituição federal e na legislação infraconstitucional que rege a matéria a reforma da previdência permanece como uma questão inacabada e urgente para que não se chegue a uma situação de descontrole definitivo sobre as finanças públicas.

Este discurso tem se repetido incansavelmente, com amplo apoio da mídia e vem contaminando a todos, do mundo dos negócios às esferas governamentais, inclusive alguns daqueles que tradicionalmente têm se oposto às idéias liberalizantes que dominaram o cenário nas últimas décadas.

Teixeira definiu o estado atual das reflexões sobre previdência da seguinte forma:

A idéia de uma “reforma previdenciária” tornou-se uma expressão cabalística ou um artigo de fé, perante o qual todos têm que se curvar e prestar homenagem. Intelectuais, políticos, a imprensa de modo geral, muitos sem o menor conhecimento do assunto, proclamam a sua necessidade sem sequer discutir do que se

trata. Formou-se um consenso nacional quanto à importância de realizá-la, sob o pretexto de que, sem ela, qualquer política voltada à retomada do crescimento econômico estará fadada ao mais rotundo fracasso (TEIXEIRA, 2004).

Dando suporte a essa forma de interpretação um tanto pessimista sobre o futuro da seguridade social no Brasil está um sistema de idéias centradas: na soberania do mercado e dos interesses individuais sobre as necessidades coletivas; na redução da intervenção estatal para obter maior eficiência e crescimento econômico; e, no equilíbrio fiscal e atuarial, significando responsabilidade na gestão de políticas públicas e mecanismos essenciais para a estabilidade econômica.

Do outro lado do debate estão aqueles com idéias menos divulgadas, que afirmam existir superávit expressivo na seguridade social e que não vêm utilidade em cortar direitos e ampliar contribuições, mas apenas a necessidade de tornar o sistema mais universal, inclusivo e democrático. Os mecanismos de proteção social defendidos por essa corrente estão fundamentados em princípios redistributivistas e na necessidade da intervenção estatal para assegurar a gestão do sistema capitalista. Do ponto de vista jurídico, buscam apoio nas normas da Constituição de 1988, que estabelece políticas públicas identificadas com os princípios da universalidade e da distribuição da renda.

O presente trabalho foi movido pela necessidade investigar a real situação financeira da previdência, se é financeiramente desequilibrada e insustentável. Houve aqui a preocupação de fazer um levantamento o mais extenso possível dos dados financeiros do sistema de seguridade social e da previdência, em particular, para verificar a situação das contas desses sistemas. O

mapeamento dos dados foi construído a partir de informações do governo federal, obtidas através de relatórios da execução orçamentária emitidos pelo SIAFI e de dados disponibilizados nos *sítes* do Ministério da Previdência, Ministério da Fazenda, Banco Central e do Ministério do Planejamento. O capítulo 1 é dedicado à avaliação financeira da previdência e da seguridade social através dessas informações, cobrindo um período que vai dos anos 1990 até o ano de 2005, no século atual.

O exame dos números feito pela presente pesquisa revelou que o sistema previdenciário brasileiro não se encontra e nem tende para uma situação financeiramente insustentável como tem sido usualmente propalado. Ao contrário, apesar de todas as dificuldades que o país tem passado, década após década com baixo crescimento, baixos patamares de salários, elevado desemprego e crescimento do mercado de trabalho informal, o sistema mostrou *superávit operacional* ao longo de vários anos, principalmente no período recente e, exatamente por isso, a previdência vem cumprindo seus compromissos junto aos beneficiários.

Por seu turno, o sistema de seguridade social, composto pelos setores de saúde, assistência social e previdência, é um sistema que possui bases de financiamento sólidas, que estão apoiadas nas receitas de contribuições definidas pela Constituição Federal de 1988, e que se mostram suficientes para atender aos gastos com esses três setores e ainda gerar superávit. Essas receitas se expandiram nos últimos dez anos fazendo com que o orçamento da seguridade social pudesse ser significativamente ampliado. A política social, entretanto, poderia ter sido muito mais expressiva, porque houve recursos disponíveis para

investir nessas áreas da seguridade, capaz de contribuir para a reversão da situação de carência e penúria da grande maioria da população que é dependente desses serviços essenciais. O que se verificou nesta pesquisa, e certamente será uma das principais conclusões a ser apresentada, é que uma magnitude significativa das receitas que se destinam à saúde, assistência social e previdência é desviada para ser utilizada no pagamento de despesas financeiras com juros e em outras despesas correntes do orçamento fiscal. É importante enfatizar que o desvio de recursos da seguridade social supera o que foi legalmente autorizado pelo mecanismo da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Este mecanismo permite ao governo desvincular apenas 20% das receitas de contribuições sociais para usar em outros gastos, mas o que vem ocorrendo é uma desvinculação superior ao limite legalmente permitido.

O superávit da seguridade tem servido aos propósitos da política fiscal, firmemente voltada para a geração de superávits primários em escala crescente. O problema do déficit fiscal, portanto, não está nos gastos excessivos da seguridade social, mas no montante de recursos que o governo decide empregar no pagamento de juros da dívida pública.

Assim, esta pesquisa acabou por se constituir numa versão alternativa acerca da situação financeira do sistema de seguridade social que se contrapõe à padronização veiculada pela grande mídia, responsável pela consolidação de um discurso de falência da seguridade social e, particularmente, da previdência. Não se está, aqui, de forma alguma desatento à noção de que a tarefa de construir outra interpretação dos fatos quase beira o impossível, em face da massificação de informações distorcidas e parciais sobre esse tema. O que se propõe para

superar as barreiras é o um extenso levantamento empírico de números dispostos metodicamente em tabelas, de uma forma que não está disponível em relatórios oficiais, para refletir com maior clareza a situação atual da seguridade social.

O capítulo 1 deste trabalho também indicará que os problemas que a previdência enfrenta não têm sua origem nos princípios inscritos no texto constitucional de 1988, como querem supor os que acreditam na herança de ingovernabilidade financeira do Estado como legado da Constituição cidadã. Muito pelo contrário. Deve-se justamente à construção, no passado, de um arcabouço institucional amparado em sólidas e diversificadas fontes de receita, que no presente vigora um sistema auto-sustentável de proteção social. O sistema de seguridade social que foi criado em 1988 mostrou-se uma elaboração realista do ponto de vista das fontes de financiamento que lhe dão suporte, ao mesmo tempo, ajustado à realidade sócioeconômica nacional. O Brasil apresenta um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo, significativa participação da população empregada na agricultura, baixa capacidade de poupança individual por parte da maioria da população e bolsões de miséria. O sistema de seguridade social afastou-se corretamente da noção de seguro, que vincula o benefício à contribuição proporcional do afiliado, para apoiar-se no princípio do direito aos benefícios como um direito da cidadania, pois só assim poderia dar conta de enfrentar as enormes carências da população. Um sistema idealizado com essas dimensões não poderia ter suas bases de financiamento assentadas apenas na contribuição de empregados e empregadores sobre a folha de pagamentos e na contribuição de autônomos. As receitas de contribuições provenientes do

faturamento e do lucro são, por isso, decisivas para a solvência do sistema e isso foi arranjado pela Constituição Federal de 1988 e ainda nela permanece.

A busca de uma explicação para a drenagem de recursos do sistema de seguridade social e de seu estado de freqüente reforma levou, no capítulo 2, a um breve relato histórico das raízes do *welfare state* na Europa e da implantação do sistema de seguridade social no Brasil ao longo do século XX. Essa referência ao passado é fundamental para a compreensão da arquitetura do sistema de proteção social brasileiro e para o entendimento do período histórico mais recente, porque os anos 1990-2000 são fruto do processo de constituição de uma nova ordem econômica internacional que se instalou no mundo capitalista nos anos 1980, atingindo a economia nacional e, na década seguinte, o seu sistema de seguridade social. Nos anos 1990, uma seguridade generosa e igualitária, inspirada no sistema de proteção social europeu entrara em conflito com a perspectiva liberal-conservadora que então se tornara dominante no Brasil e num mundo de economias abertas, desreguladas e ferozmente competitivas. O nascimento do sistema de seguridade social brasileiro, através da Constituição Federal de 1988, foi marcado pela fragmentação e descaracterização que esse momento histórico impôs, quando as teses políticas conservadoras dos grupos que se uniam em torno do modelo liberal reuniram forças no início dos anos 1990 no cenário político nacional.

O capítulo 3 relata a implantação e, em seguida, as reformas da seguridade social nos anos 1990 e no período mais recente. Não se trata de avaliar com minúcia as mudanças sofridas pela legislação ordinária, pois extrapolaria os objetivos desta pesquisa, que pretende se centrar na análise

financeira da seguridade social. O que se intenciona neste capítulo é dar uma visão panorâmica das reformas com o objetivo de mostrar as idéias e circunstâncias históricas e institucionais que caminhavam lado a lado com o tratamento financeiro dado ao sistema de seguridade social no período estudado. O processo de transformação deste sistema não seguiu uma direção única. Houve, certamente, muito mais recuos em relação às suas origens em 1988, mas é importante mostrar alguns avanços na legislação previdenciária que permitiram ampliação da cobertura e melhoria na forma de captação de receitas.

Finalmente, o capítulo 4 trata da conexão entre a forma de inserção externa da economia brasileira e a política econômica doméstica, para chegar à influência que esta exerce sobre o sistema de seguridade social. Nos anos 1990, as reformas – abertura comercial, liberalização financeira e privatização – e o novo padrão de condução da política econômica nacional marcaram a história recente do país. As alterações na trajetória da economia brasileira, delineadas pelo Plano Real, condicionaram as ações na área monetária e, esta, na área fiscal. A lógica da política fiscal não estava voltada apenas para a contenção da desordem financeira conjuntural do setor público – sempre tomada como causa primária da inflação –, mas também (e principalmente) para ser guardião das expectativas de rentabilidade dos capitais investidos em títulos da dívida pública. Assim, a análise dos números da seguridade social foi feita de forma associada ao conjunto de estratégias que interferiram: 1) no ritmo de crescimento do produto e na geração de emprego formal e informal – as variáveis decisivas na determinação do resultado financeiro do sistema –, e 2) na forma de aplicação dos recursos públicos definida por uma política fiscal voltada, quase exclusivamente, para a

sustentabilidade de médio e longo prazo da dívida pública. É neste último contexto, que os recursos da seguridade social se tornaram decisivos para a formação do superávit primário: para compensar a carga de juros, suas receitas são desviadas para o orçamento fiscal. Os objetivos tradicionais da seguridade social são, portanto, claramente desprezados pelo governo. São também abandonados os objetivos tradicionais da política fiscal keynesiana, definidos em termos de taxas de crescimento do PIB e de taxas de inflação. Todo o esforço fiscal esteve (e prossegue) voltado para as expectativas de risco dos agentes do mercado financeiro.

O último capítulo, portanto, pretende trazer para o debate elementos da política econômica que são externos ao sistema de seguridade social, mas que têm grande impacto sobre sua situação financeira e sobre o manejo de seus recursos e que, entretanto, não são discutidos e nem tomados na sua devida dimensão nos momentos em que a reforma da previdência é apontada como item prioritário da agenda do governo.

CAPITULO 1: A Falsa Crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil

1.1. INTRODUÇÃO

A previdência social constitui-se um dos temas mais polêmicos dos dias de hoje. O discurso dominante descreve uma situação de falência e de incapacidade futura da previdência pública, freqüentemente relacionada a um dramático problema demográfico de envelhecimento da população em função do aumento da expectativa de vida e da baixa taxa de natalidade. Nos países centrais a aposentadoria da geração *baby-boom* é tratada com grande preocupação.¹ No caso específico da economia brasileira, à questão demográfica de envelhecimento da população adicionar-se-iam outras variáveis como a elevação do salário mínimo, o aumento do valor médio dos benefícios previdenciários, aposentadorias precoces, renúncia de receita, sonegação e evasão fiscal e custos administrativos elevados, que deflagrariam uma inevitável crise financeira no sistema previdenciário. Criou-se uma noção de urgência por reforma para evitar o desequilíbrio fiscal.

A visão de crise no sistema previdenciário público e o ataque às instituições do *welfare state* está incorporada ao pensamento conservador, hegemônico no mundo a partir da década de 1980 e amplamente difundido para os países da periferia. Como consequência, os sistemas de proteção social vêm

¹ Geração dos nascidos no período pós-Segunda Guerra Mundial, entre 1946 e 1964, que teria usufruído das oportunidades profissionais e de negócios do longo ciclo de crescimento dos anos gloriosos do capitalismo e que agora está atingindo a terceira idade, num momento em que as taxas de natalidade caem abruptamente e que a expectativa de vida se amplia em função das melhorias do saneamento básico, vacinas e avanços da medicina no combate a doenças.

passando por processos variados de mudança nos países centrais e na América Latina, que têm implicado erosão gradual dos níveis de benefícios e serviços. Nos países anglo-saxões liberais (Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Estados Unidos, Austrália e Canadá), programas mais radicais de reformas foram instituídos. Nos países escandinavos e da Europa continental (França, Alemanha e Itália), o ajuste foi menos drástico.² Uma das razões principais para a distinção entre as estratégias dos *welfare states* dos dias atuais está relacionada com as características sistêmicas herdadas do período do pós-guerra e com os grupos e interesses que esses legados geraram.

Nos países da América Latina, os sistemas previdenciários passaram também por reformas, em alguns deles num processo de imitação do modelo de estratégia liberal, baseadas na privatização da previdência social, ênfase na desregulamentação do mercado de trabalho e nos benefícios seletivos ao invés de universais, enquanto em outros as mudanças foram mais limitadas. Países como Chile (1981), Peru (1993), Argentina e Colômbia (1994), Uruguai (1996), Bolívia e México (1997), El Salvador (1998) e Costa Rica (2001) optaram por substituir,

² Nos países anglo-saxões ocorreu o que Esping-Andersen (1995) chamou de *rota neoliberal*, implicando em redução da proteção social, incentivos a expansão de planos privados de capitalização individual, flexibilização do mercado de trabalho e dos salários por meio da redução do peso de encargos sociais e depreciação do salário mínimo legal. O enfoque que predominou foi de liberalização e de ênfase maior na focalização dos benefícios. Para Esping-Andersen (ibid), o aprofundamento da desigualdade e o crescimento dos níveis de pobreza são comuns aos casos dos países de rota liberal. Em contraste, na Escandinávia, onde os *welfare states* eram mais abrangentes e universalistas na cobertura e ficaram mais preservados depois de ajustes marginais, houve estabilidade ou até mesmo declínio na desigualdade e nenhum dos países dessa região teve crescimento da pobreza.

parcial ou integralmente, os sistemas públicos de repartição por sistema privados obrigatórios de capitalização individual.³

No Brasil, as alterações no sistema de seguridade social ao longo dos anos 1990 não foram tão extensas a ponto de mudar suas características mais fundamentais. O sistema ainda é o mesmo previsto pela Constituição de 1988, ou seja, permanece público, em regime de repartição e continua a caracterizar-se pela universalidade da cobertura, muito embora sua implementação tenha resultado em grande afastamento dos princípios constitucionais. O sistema previdenciário social tem sofrido modificações quase ininterruptas desde o fim da década de 1980, em função da influência do pensamento conservador que varreu a América Latina, promovendo reformas privatizantes e da clara dominância de políticas econômicas ortodoxas nos últimos quinze anos. Essas políticas estão baseadas no diagnóstico de que o déficit público das últimas décadas resultou em inflação elevada ou em aumento na relação dívida/PIB. O ingrediente principal do déficit estaria no descontrole das contas da previdência. No documento *Política Econômica e Reformas Estruturais* do Ministério da Fazenda, que contém a matriz da política econômica do governo atual, pode-se ler:

O ajuste saudável das contas do setor público – necessário à redução da relação dívida/PIB e conseqüente recuperação da capacidade de investimento dos setores público e privado – tornam imprescindíveis as reformas estruturais. Algumas delas, como a reforma da Previdência, tendem a produzir impactos diretos sobre as contas do setor público. Outras reformas e projetos – reforma tributária, autonomia operacional do Banco Central e reforma do mercado de crédito – trarão reflexos positivos para o funcionamento da economia, acelerando o ritmo do crescimento do produto [...] Dessa forma, a reforma da

³ A Nicarágua elaborou leis para uma reforma em 2000, mas parte da legislação pertinente ainda não havia sido promulgada até 2003. Sobre reforma da previdência na América Latina, ver Mesa-Lago e Muller (2003), Mesa-Lago (2003), Esping-Andersen (2003) e Soares (2001).

Previdência tem como objetivos principais: i) recompor o equilíbrio da previdência pública, garantindo-se sua solvência no longo prazo, isto é, a existência dos recursos necessários ao pagamento dos benefícios pactuados; ii) reduzir as distorções nas transferências de renda realizadas pelo Estado que, como será visto adiante, agravam nossa elevada desigualdade de renda; e iii) reduzir a pressão sobre os recursos públicos crescentemente alocados à Previdência, permitindo recompor a capacidade de gasto público em áreas essenciais à retomada do crescimento econômico e em programas sociais (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2003, p. 10).

Em outras publicações do governo brasileiro, entre as quais se pode citar o *Livro Branco da Previdência Social*, a situação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é avaliada da seguinte forma:

Nos primórdios havia poucos aposentados e muitos contribuintes. Às vésperas da reforma [ocorrida em 1998], o sistema de repartição simples brasileiro já havia ultrapassado o seu limite de segurança no que diz respeito à razão de dependência entre contribuintes e beneficiários. Esse fenômeno ocorreu principalmente em função das regras de acesso a benefícios previdenciários e, secundariamente, a mudanças demográficas, como a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de sobrevida, que passariam, após as reformas já implementadas, a ser determinantes sobre o futuro do sistema (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002. Não paginado).

Em textos de alguns pesquisadores do ramo, são encontradas recomendações que reivindicam atitudes enérgicas do governo para corrigir a situação de descontrole financeiro na previdência social e diminuir a intensidade do problema fiscal futuro.

Nossa opinião é de que, da mesma forma que a estratégia macroeconômica atualmente em curso visa reduzir a relação dívida líquida do setor público/PIB, assim também as autoridades devem se guiar pela mesma lógica com o fim de conseguir também uma redução, ao longo do mesmo tempo, do passivo atuarial, expresso igualmente como percentual do PIB [...] Parodiando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e embora algumas medidas por nós propugnadas sejam matéria

constitucional, poder-se-ia dizer que o país precisa de uma espécie de 'Lei de Responsabilidade Fiscal Previdenciária' (GIAMBIAGI, F., MENDONÇA, J.L., BELTRÃO, K. I., ARDEO, V., 2004, p.2).

A imprensa noticia dados trágicos acompanhados de linguagem dramática sobre a situação da previdência social. Um dos argumentos mais repetidos periodicamente pela mídia foi fornecido por um influente jornal local:

As contas do INSS podem até não ir pelos ares em um horizonte próximo – embora muita gente acredite que já foi. Os déficits crescentes, no entanto, engessam a administração das contas públicas, restringindo cada vez mais o espaço para investimento pelo Estado. Os números divulgados ontem pelo Ministério da Previdência mostram que o rombo no INSS se aproximou de 2% do PIB em 2005 e, para este ano, o que se espera é um resultado ainda pior ("Reformas no setor vêm pela metade". Folha de São Paulo, sucursal de Brasília, 19.01.2006, p. B5).

Especialistas renomados são chamados pela mídia para avaliar a propalada gravidade da situação das contas públicas provocada pelo déficit da previdência social. O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, disse ao jornal Folha de São Paulo:

O déficit previdenciário é o problema mais complicado das contas públicas brasileiras. Não dá para ser nem minimamente otimista. O crescimento do déficit acima da inflação mostra uma insuficiência financeira muito grande. É uma situação bastante complicada (Velloso, Raul. Entrevista a Fernando Itokazu. "Déficit da Previdência sobe 11% em 2005". Folha de São Paulo, 19.01.2006, p. B5).

Diante dessa avalanche de avaliações sombrias massificadas pela mídia, não é de se estranhar que pessoas comuns, políticos e até pessoas respeitáveis do meio acadêmico acreditem que é preciso, urgentemente, fazer a reforma da previdência para resolver um problema financeiro gravíssimo. O déficit, no entanto, não existe. Se investigados mais detidamente, os dados estatísticos

do Brasil revelam que não há crise financeira na previdência social e, principalmente, não há crise no sistema de seguridade social. No caso do sistema previdenciário, conforme será demonstrado a seguir, tem havido uma situação muito mais tranqüila do que se poderia supor, durante os anos de 1990-2005, com alguns escassos momentos de déficit, apesar da política econômica recessiva adotada nesse período, que conduziu a resultados perversos no nível de produção e no mercado de trabalho. À revelia do quadro econômico desfavorável desse período, o desempenho do sistema previdenciário foi apenas parcialmente prejudicado. Quanto ao conjunto de ações associadas à seguridade social, verifica-se que o sistema como um todo é superavitário nesse período, o que indica que o governo pôde dispor de recursos excedentes. Ao decidir sobre sua utilização, no entanto, deixou de gastá-los com serviços de saúde, previdência e assistência social, para aplicá-los no orçamento fiscal, contribuindo para os superávits primários elevados dos últimos tempos.

Este capítulo objetiva analisar a capacidade de sustentação financeira do sistema de seguridade social brasileiro no período histórico recente, entre os anos 1990 e 2005. Embora este sistema abranja as áreas de saúde, assistência social e previdência social, a ênfase recairá sobre o sistema previdenciário, mais especificamente, sobre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

A investigação aqui realizada limita-se, preliminarmente, a avaliar a solvência do sistema de seguridade social, com base no levantamento de suas fontes de financiamento (receitas de contribuições) em comparação com os gastos históricos efetuados nos últimos dezesseis anos. Uma questão relevante em torno deste tema – e um dos objetivos centrais deste trabalho de pesquisa – é o

estabelecimento da conexão entre a política econômica implementada pelo governo e seus reflexos sobre a seguridade social. Assim, após analisar, neste capítulo inicial, dados empíricos que expressam a situação financeira do sistema previdenciário, um capítulo posterior (o capítulo 4) abordará especificamente o tema da relação entre a estratégia eleita pelo governo para condução da política econômica e a partilha de recursos sob gestão do Estado brasileiro.

Este trabalho procurará demonstrar que, ao contrário do que normalmente se divulga através de fontes oficiais e que se propaga persistentemente pela imprensa, a previdência social e o sistema de seguridade social têm sido financeiramente sustentáveis. A maior eficiência – que é sempre desejável – não depende de corte de benefícios, restrições de direitos ou maior tributação, mas da incorporação ao sistema de uma parte significativa da classe trabalhadora que vive de empregos informais, sem cobertura previdenciária.

Se é verdade que muito ainda precisa ser feito para tornar mais adequadas as fontes de financiamento do sistema e para melhorar o grau de cobertura por ele proporcionado, caberia então acrescentar ao debate o significativo papel da política econômica altamente restritiva adotada no início da década de 1990, que conduziu à deterioração do trabalho formal e, portanto, à exclusão de uma grande parcela da população ocupada no setor privado da proteção oferecida pela previdência social. Esta população só contribui de forma indireta para o sistema de seguridade social, através do pagamento de contribuições embutidas nos preços dos produtos, e seu empobrecimento aumenta a demanda por gastos assistenciais e de saúde. A melhor alternativa para conduzir o sistema ao seu aperfeiçoamento seria, conseqüentemente, gerar

mais empregos formais, que elevam as contribuições (receitas), ao mesmo tempo em que deixam a população menos exposta à penúria. Empregos formais adicionais, porém, só são gerados na fase ascendente do ciclo econômico, quando cada vez mais trabalhadores são incorporados ao mercado de trabalho. A política econômica atual, declaradamente voltada para o controle da inflação através do mecanismo de juros elevados, não apenas não conduzirá a esse caminho, como também impedirá qualquer projeto de desenvolvimento alternativo para o país.

A permanência dessa política por muitos anos consecutivos faz com que se possa prever, para o futuro, um grande contingente de “sem-previdência”, isto é, pessoas com idade superior a 60 anos que necessitarão de gastos assistenciais para seu sustento. Para evitar que essa previsão se confirme, é necessária, desde já, a incorporação dessa população ao mundo dos direitos da cidadania. E isso depende da mudança na atual política econômica, tanto quanto sua permanência no sistema previdenciário está diretamente associada ao padrão de desenvolvimento econômico do futuro, muito mais do que de reformas tópicas ou radicais na área tributária, no código penal ou na legislação previdenciária e trabalhista.

1.2. DESMISTIFICANDO O SUPOSTO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A opinião pública tem sido influenciada por uma visão negativa da previdência pública que não corresponde à realidade. Desmistificar esse panorama sombrio que se construiu em torno da previdência social não é uma tarefa fácil, em função do “bombardeio” de informações e opiniões distorcidas que são cotidianamente veiculadas.

Inicialmente é necessário considerar que os números utilizados para avaliar a situação financeira da previdência são normalmente enganosos e alarmistas. Divulga-se, por exemplo, com base em fontes oficiais, que o déficit previdenciário, em 2004, foi de R\$ 32 bilhões e de R\$ 37,6 bilhões, em 2005.⁴ O que vem sendo chamado de déficit da previdência é, entretanto, o **saldo previdenciário negativo**, ou seja, a soma (parcial) de receitas provenientes das contribuições ao INSS sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho⁵ e de outras receitas próprias menos expressivas⁶, deduzidas das transferências a terceiros⁷ e dos benefícios previdenciários do RGPS, conforme se demonstra nas duas equações abaixo:

$$[(\text{receita de contribuição INSS} + \text{outros recebimentos próprios}) - (\text{ressarcimentos} + \text{restituições de arrecadação})] - \text{transferências a terceiros} = \text{arrecadação líquida}$$

$$\text{arrecadação líquida} - \text{benefícios do RGPS} = \text{saldo previdenciário}$$

Este cálculo não leva em consideração todas as receitas que devem ser alocadas para a previdência social, conforme estabelece a Constituição Federal no Artigo 195 e seus incisos, deixando de computar recursos significativos,

⁴ Dados disponíveis no Fluxo de Caixa do INSS, *Boletim Estatístico da Previdência Social*, Ministério da Previdência e Assistência Social, vol. 11, nº 1. Acessíveis também nos *Indicadores Econômicos Consolidados do Banco Central*, mas neste caso, o déficit é ainda maior, de R\$ 33,8 bilhões em 2004 e R\$ 37,7 bilhões em 2005.

⁵ Arrecadação Bancária e Arrecadação com o SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte). O SIMPLES consiste no pagamento unificado do IRPJ, PIS, COFINS, CSLL, INSS Patronal e IPI. Poderá incluir o ICMS e/ou o ISS. A inscrição no Simples dispensa do pagamento de contribuições destinadas ao SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, e seus congêneres, bem como as relativas ao salário-educação e a Contribuição Sindical Patronal.

⁶ Arrecadação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, Arrecadação do FNS - Fundo Nacional de Saúde, Arrecadação de Certificado de Dívida Pública - CDP, Programa de Financiamento Estudantil - FIES e Depósitos Judiciais. Estas receitas representaram 1,8% do total de Recebimentos Próprios do INSS em 2005.

⁷ Transferências a Terceiros são aquelas que se destinam ao Sistema S (SESI, SENAC, SENAI, SENAR, SEBRAE, SESC, SEST, SENAT).

provenientes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O resultado é um déficit que não é real. Se for computada a totalidade das fontes de recursos da previdência e deduzida a despesa total, inclusive os gastos administrativos com pessoal, custeio e dívida do setor, bem como outros gastos não-previdenciários⁸, o resultado apurado será um superávit de R\$ 8,26 bilhões em 2004 e de R\$ 921 milhões em 2005, conforme pode ser visualizado através das Tabelas 1 e 2 que contêm o Fluxo de Caixa do INSS.⁹ Esse superávit, denominado **superávit operacional**, que é uma informação favorável – e que pode ser apurada pelas mesmas estatísticas oficiais –, não é divulgado para a população como sendo o resultado da previdência social. Constata-se, portanto, que há recursos financeiros excedentes no RGPS e que tais recursos poderiam ser utilizados para melhorar este sistema, em benefício de uma parcela considerável da população de baixa renda.

O uso de uma metodologia inadequada para avaliar o desempenho financeiro da previdência baseia-se em argumentos que dissociam da análise um fator importante que foi introduzido a partir da promulgação da Constituição de

⁸ Gastos não-previdenciários são os benefícios assistenciais ao portador de deficiência, ao idoso, aos dependentes de vítimas fatais de certas doenças graves, ao inválido.

⁹ As Tabelas 1 e 2, a seguir, contêm não apenas as despesas com o conjunto de ações que visam dar cobertura aos chamados riscos sociais, mas também gastos não-previdenciários, pertencentes ao subsistema Assistência Social e que se constituem de benefícios concedidos com base no critério de necessidade, dispensando o vínculo contributivo. Contêm também despesas com pessoal do INSS, embora o RGPS seja um regime público que arrecada recursos para serem utilizados com o pagamento de benefícios. Os funcionários que nele trabalham deveriam ser pagos pelo Orçamento da União, pois são, como os demais, servidores da União. Foi empregada, nas tabelas 1 e 2, a mesma metodologia adotada no Fluxo de Caixa do INSS, que inclui despesas que, rigorosamente, não pertencem exclusivamente ao sistema previdenciário; isso, no entanto, reforça mais ainda o argumento de que o sistema é superavitário.

1988. Um dos maiores avanços inscritos na atual Constituição, em termos de direitos sociais, foi a criação um sistema integrado de seguridade social abrangendo a saúde, a assistência social e a previdência (Art. 194, CF/88). O sistema de seguridade social é financiado com receitas próprias, previstas na Constituição e a ele especificamente vinculadas (Art. 195 e incisos). Esta passagem da Carta Magna já é bastante conhecida, mas não será demais revisá-la:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das seguintes contribuições sociais:

I. do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidente sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II. do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

III. sobre a receita de concursos de prognósticos;

IV. do importador de bens e serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

As contribuições que financiam a seguridade social, que estão previstas no art. 195 e incisos da Constituição Federal, são as já citadas contribuição dos empregadores e trabalhadores à seguridade social (contribuição ao INSS), a COFINS inclusive sobre importações, a CSLL e a receita de concursos de prognósticos. Além destas, foi criada a CPMF, após a Constituição de 1988, na

época do Plano Real, e sua receita é assim distribuída: 21% para a previdência social; 42,1% para saúde; 21,1% para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e, 15,8% apropriados pelo orçamento fiscal, para aplicação livre de vinculações, mecanismo conhecido como Desvinculação de Receitas da União - DRU (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Secretaria de Orçamento Federal, 2003).

É importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988, no mesmo artigo 195, também diz que a Seguridade Social será financiada mediante recursos provenientes do **orçamento da União**, além das contribuições sociais antes mencionadas. A Constituição estabelece, portanto, que o governo deve participar com recursos do orçamento fiscal para atender as necessidades da seguridade social. O inverso, porém, não é verdadeiro.

O sistema de seguridade social foi criado com essa estrutura financiamento, com sólidas e diversificadas bases de arrecadação que, até o momento, está preservada no texto da Constituição. As investidas liberais-privatizantes da política econômica desencadeadas nos três últimos governos não conseguiram, ou pelo menos, ainda não conseguiram, viabilizar econômica e politicamente sua alteração.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que em seu artigo 68 parágrafo 1º trata da constituição do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, também explicita com clareza que o sistema é formado pela contribuição dos três participantes – empregadores, trabalhadores e Estado.

O parágrafo único, inciso VI, do artigo 194 da Constituição Federal, estabelece a necessidade da existência da diversidade de fontes de receitas na

base de financiamento do sistema de seguridade social e, portanto, da própria previdência:

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

[...]

VI. diversidade da base de financiamento.

A diversificação das fontes de arrecadação foi uma conquista de grande importância, porque a previdência financiada unicamente pela folha de salários entrou em crise nos anos 80, quando a economia brasileira entrou em recessão e o emprego desabou. O crescimento do desemprego, a queda do rendimento médio real dos assalariados e o aumento do número de trabalhadores sem vínculo formal de trabalho mostraram a vulnerabilidade de um sistema de proteção social financiado exclusivamente por contribuições sobre a folha de salários. Em 1988, embora, no Brasil, a previdência estivesse num período singular de tranquilidade financeira, para alguns dos que participavam da elaboração da nova Constituição Federal e defensores da previdência pública, aquele era o momento, não de aumentar a arrecadação, mas de reduzir a dependência de receita às oscilações do ciclo, uma vez que a massa salarial é a variável que mais se contrai nos períodos de redução dos níveis de atividade econômica.

Em momentos de crise (como foram os anos 80), apenas a contribuição ao INSS sobre a folha de salários, paga por assalariados e empregadores e por trabalhadores autônomos, não seria suficiente para cobrir os gastos com saúde e com os benefícios previdenciários dos filiados ao sistema. Os encargos envolvem não apenas as aposentadorias (por invalidez, idade e tempo de contribuição), mas também pensões por morte do segurado, auxílio-doença, auxílio-acidente, salário-

família, salário-maternidade, auxílio-reclusão, abono de permanência em serviço e outros, que tornariam mais onerosos em fases descendentes do ciclo econômico.

A importância da sensibilidade das contribuições previdenciárias ao comportamento cíclico das economias foi observada por Andrade (1999), para quem a taxa de desemprego é a primeira a sinalizar conjunturas fazendo com que o sistema responda com déficit ou superávit orçamentário a um aumento ou redução do desemprego, sendo provavelmente responsável pelo surgimento de déficits até mesmo em sistemas bem administrados. Por outro lado, o grau de formalização da força de trabalho tem um peso decisivo em relação ao gravame sobre o salário e por isso, numa realidade em que os serviços e benefícios tendem a se aproximar da universalização, passa a ser fundamental expandir a base de contribuições previdenciárias, ou mesmo, substituí-la (ANDRADE, 1999).

A diversidade da base de financiamento também tem outra implicação importante. As contribuições ao sistema de seguridade que incidirem sobre o faturamento e o lucro, além de terem uma base de cálculo mais estável do que a folha salarial, permitem uma redistribuição da carga de financiamento previdenciário entre os setores econômicos, pois contrabalançam a diminuição das contribuições patronais sobre a folha de salários ocasionada pela introdução de tecnologia que reduz mão-de-obra nos setores de grande produção e lucratividade (Boschetti, 2003).

Diversificou-se, então, a captação de receitas, com a inclusão de contribuições sociais que incidem sobre o faturamento, o lucro, a apuração das loterias e, posteriormente, a movimentação financeira, para que não apenas a previdência, mas o sistema de seguridade social como um todo se tornasse

menos vulnerável ao ciclo econômico e fazendo com que toda a sociedade contribuísse para a manutenção das três áreas, consideradas direitos da cidadania e obrigação do Estado. Não faz sentido, portanto, excluir aquelas fontes de recursos do cálculo do resultado financeiro da previdência, sob o risco de perda do entendimento do conceito de seguridade social e do discernimento sobre o processo de construção histórica deste sistema.

Segundo Vianna,

A opção pela expressão Seguridade Social, na Constituição brasileira de 1988, representou um movimento concertado com vistas à ampliação do conceito de proteção social, do seguro para a seguridade, sugerindo a subordinação da concepção previdenciária estrita, que permaneceu, a uma concepção mais abrangente. Resultou de intensos debates e negociações, e significou a concordância (relativa, na verdade) de diferentes grupos políticos com a definição adotada na OIT: seguridade indica um sistema de cobertura de contingências sociais destinado a todos os que se encontram em necessidade; não restringe benefícios nem a contribuintes nem a trabalhadores; e estende a noção de risco social, associando-a não apenas à perda ou redução da capacidade laborativa – por idade, doença, invalidez, maternidade, acidente de trabalho – como, também, à insuficiência de renda, por exemplo¹⁰, (VIANNA, 2003a, p.2)

No capítulo 4 serão levantadas algumas hipóteses que justificam a adoção de uma metodologia imprópria, de vieses estatístico e político questionáveis, usada para avaliar o resultado da previdência. Mas desde logo é preciso que se adiante que tal metodologia, para se impor, precisava estar apoiada em lei. E esse respaldo legal foi fornecido doze anos depois de 1988, com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em maio de 2000. Esta lei é, provavelmente, um dos maiores símbolos da miopia da política econômica

¹⁰ “É a proteção que a sociedade proporciona a seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que de outra forma derivariam no desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência como consequência de enfermidade, maternidade, acidente do trabalho ou enfermidade profissional, invalidez, velhice e morte, e também a proteção na forma de assistência médica e de ajuda às famílias com filhos” (OIT, 1984).

ortodoxa implantada na década de 1990. No que diz respeito à previdência social, fere os princípios de diversificação das fontes de arrecadação, de solidariedade social e de sustentabilidade financeira concebidos para o sistema de seguridade social na Carta Maior. Através do seu artigo 68, já citado acima, a Lei de Responsabilidade Fiscal cria o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, vinculado ao Ministério de Previdência e Assistência Social, com a finalidade de prover recursos para o pagamento dos benefícios do regime geral de previdência social.

O Fundo será constituído de: I. Bens móveis e imóveis, valores e rendas do Instituto Nacional do Seguro Social não utilizados na operacionalização deste; II. Bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados ou que lhe vierem a ser vinculados por força de lei; III. Receita das contribuições sociais para a seguridade social, previstas na alínea a do inciso I [contribuição social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos à pessoa física] e no inciso II [contribuição social do trabalhador e dos demais segurados da previdência social] do art. 195 da Constituição; IV. Produto da liquidação de bens e ativos de pessoa física ou jurídica em débito com a Previdência Social; V. Resultado da aplicação financeira de seus ativos; VI. Recursos provenientes do orçamento da União (§1º, Art. 68 da LEI COMPLEMENTAR nº 101/ 2000).¹¹

Da forma como foi criado, o Fundo do Regime Geral de Previdência Social trás um duplo equívoco ou um duplo desarranjo nos preceitos constitucionais. Primeiro, porque ao criar um fundo exclusivo para a previdência, a LRF desconstitui o conceito de seguridade, tal como formulado na Constituição. Esse foi o passo necessário para o segundo equívoco: considerar os recursos da

¹¹ Houve quem argumentasse no Congresso Nacional, na ocasião da elaboração dos artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a redação dada ao art. 68 era inconstitucional mas, diante do poder de fogo do Ministério da Fazenda sobre a definição da política fiscal do país e da desmobilização e desinformação da classe trabalhadora para questionar os rumos do sistema de Seguridade Social, o debate não prosperou.

COFINS, CSLL e CPMF como externos ao orçamento da previdência e, portanto, passíveis de serem rotulados como **transferências da União**. Pelo artigo 195 da Constituição Federal essas receitas pertencem, expressamente, ao financiamento da seguridade social, logo, não são recursos transferidos, mas **recursos próprios**. Mais do que isso, abriu-se espaço para a afirmação de que tais recursos, transferidos da União, são valores destinados a cobrir um suposto déficit no orçamento da previdência com verbas subtraídas do orçamento fiscal. Essa interpretação distorce a verdadeira natureza da questão e dá margem a uma análise defeituosa que coloca a previdência social como alvo de reformas urgentes por ameaçar o equilíbrio fiscal do governo geral.

Em alguns documentos, o governo aproxima-se de uma análise menos desfavorável quando avalia a auto-sustentação do sistema previdenciário. Na Carta de Brasília, por exemplo, elaborada em 2003 por ministros de Estado do governo atual e por governadores dos 27 Estados da Federação, tratando dos pontos que foram objeto de acordo sobre a reforma tributária e previdenciária, fez-se um diagnóstico da situação previdenciária do País, considerada, como de praxe, “grave em seus sistemas diferenciados”. Nesse documento, no entanto, admite-se que a situação financeira da previdência pública não tem a gravidade que lhe costuma ser atribuída e que:

O Regime Geral da Previdência Social administrado pelo INSS é auto-sustentável em mais de 80%, pelo fluxo contributivo [ou seja, pelas contribuições dos empregados e dos empregadores que incidem sobre a folha de pagamentos], e que a parte urbana do sistema chega a 97% de auto-sustentação (GOVERNO FEDERAL, Carta de Brasília, 2003).

Para estar de acordo com os dispositivos constitucionais seria necessário que os governantes admitissem que a previdência integra um sistema mais amplo, dotado de outras fontes de recursos além dos comumente computados, e, a partir daí, concluíssem pela existência de um sistema 100% auto-sustentável, ou, mais do que isso, superavitário.

As Tabelas 1 e 2 abaixo mostram o resultado financeiro do Regime Geral da Previdência Social e de alguns programas assistenciais, extraído do fluxo de Caixa do INSS para um período de dezesseis anos. A Tabela 1 contém dados de receita e despesa de 1990 até 1998; a Tabela 2 contém também dados semelhantes do fluxo de caixa do INSS do período de 1999 até 2005.¹²

A primeira observação que se pode fazer é que, durante os últimos dezesseis anos, apenas em cinco exercícios financeiros o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentou **saldo operacional** negativo. Em onze anos houve superávit, particularmente no período mais recente, pós-1999, em que apenas o ano de 2003 apresentou déficit. É importante chamar atenção para o excedente de recursos no caixa do INSS nos anos de 2004 e 2005, que alcançou as cifras de R\$8,2 bilhões e R\$921 milhões, respectivamente. Não seria realista falar em crise previdenciária ou falência do sistema previdenciário diante de semelhante quadro financeiro.

¹² As Tabelas 1 e 2 apresentam grupos de contas diferentes porque os demonstrativos do fluxo de caixa do INSS sofreram alterações ao longo do tempo, particularmente a partir de 1999.

TABELA 2
FLUXO DE CAIXA DO INSS
1999 - 2005

valores correntes em R\$ mil							
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. SALDO INICIAL	464.910 ⁽⁴⁾	655.405 ⁽⁴⁾	1.366.271 ⁽⁴⁾	1.487.512 ⁽⁴⁾	4.456.488 (3)	3.324.492 ⁽⁸⁾	5.354.274
2. RECEBIMENTOS	68.415.913	77.185.134	88.156.585	105.035.180	122.229.227	160.000.554	172.719.638
2.1 Próprios	52.424.226	59.605.661	66.998.152	76.082.251	86.587.225	101.125.841	115.955.568
2.2 Rendimentos Financeiros	132.339	383.617	466.739	39.251	385.090	932.413	187.214
2.3 Outros	189.260	152.083	152.192	320.935	218.532	1.677.880	697.820
2.4 Antecipação da Receita (Tesouro Nacional)	123.719	1.760.549	-2.368	2.939.546	-3.237.294	6.884.746	10.326.539
2.5 Transferências da União	15.546.369	15.283.224	20.541.869	25.653.199	38.275.673	49.379.674	45.552.497
Recursos Ordinários	3.973.291	586.379	1.578.342	4.823.922	4.692.126	648.758	112.822
Recursos do Fundo de Esbatalização Fiscal	0	0	0	0	0	0	0
Operações de Crédito Externa	0	1.100	0	0	340	208.845	1.788
COFINS	3.314.550	5.478.799	11.132.576	13.035.393	19.752.315	30.791.398	25.193.727
COFINS/LOAS	1.545.900	2.012.919	2.712.248	3.438.782	4.450.752	6.190.399	9.361.487
Desvincula. De Impostos e Contribuições	0	0	0	0	0	0	0
Devolução do PIS/PASEP/Outros	0	56.343	11.209	1.049	1.476	12.902	2.003
Contribuição Social sobre o Lucro - Contrapartida	0	0	0	1.795	-224	179.186	9.672
Concursos e Prognósticos	0	0	0	0	6.015	61.907	32.299
Contribuição Plano Seg. Social Servidor	0	0	159.019	0	0	0	0
Saldo de Exercícios Anteriores	0	106.285	337.628	-772	0	0	0
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	999.642	1.557.026	264.865	1.426.947	3.758.235	1.540.087	130.293
Fundo de Estabilização Fiscal	1.548.022	0	0	0	0	0	0
COFINS/EPU	731.765	542.945	713.848	622.154	615.043	782.982	798.695
Recursos Ordinários / COFINS - TRF	0	0	0	0	0	3.017.156	4.088.101
Contribuição Provisória s/ Mov. Financeira (CPMF)	3.433.198	4.941.427	3.550.000	2.303.928	4.999.596	5.946.054	5.821.610
3. PAGAMENTOS	68.225.419	76.474.269	88.035.343	102.066.204	123.361.223	151.741.571	171.798.592
3.1 Pagamentos do INSS	64.928.884	72.583.743	83.529.081	97.011.634	117.504.148	144.381.113	164.277.121
3.1.1 - Benefícios	60.835.096	68.506.398	78.697.572	92.110.271	112.743.289	134.569.689	156.703.262
3.1.1.1 Previdenciários	58.540.026	65.787.081	75.328.106	88.026.659	107.134.805	125.750.764	146.010.130
Benefícios Provisionados	58.845.525	66.226.256	75.819.736	88.590.541	107.680.404	126.401.781	0
Devolução de Benefícios	-305.499	-439.177	-491.629	-563.882	-545.599	-651.017	-693.671
3.1.1.2 Não Previdenciários	2.295.070	2.719.317	3.369.466	4.083.612	5.062.884	8.167.907	9.999.462
Enc. Previd. da União - EPU	749.170	712.399	682.191	657.571	614.781	665.920	746.395
Amparos Assistenciais - LOAS	1.545.900	2.006.919	2.687.275	3.426.041	4.448.103	7.501.987	9.253.067
3.1.2 Pessoal	2.335.038	2.608.937	2.661.790	3.250.422	3.773.778	6.970.690	4.540.515
3.1.3 Custeio	1.758.751	1.468.409	2.169.719	1.650.940	1.532.680	3.491.751	3.727.015
3.2 Transferências a Terceiros	3.296.535	3.890.526	4.506.262	5.054.571	5.857.075	7.360.458	7.521.471
4. Saldo Previdenciário (Arrec. Líquida - Benef. Previdenciários) = (2.1) - (3.1.1)	-9.412.332	-10.071.944	-12.836.217	-16.998.979	-26.404.655	-31.985.381	-37.576.033
5. Saldo Operacional (Rec. Total - Pagamento Total) = (2) - (3)	190.495	710.866	121.241	2.968.976	-1.131.997	8.258.983	921.046
6. Saldo Final	655.405	1.366.271	1.487.512	4.456.488	3.324.491	11.583.478	6.275.320

Fonte: COGEFIN/INSS; COGECONT/INSS

Obs: No ano de 2005, a rubrica da receita COFINS inclui também a Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor.

Nota: A conta Transferência a Terceiros engloba as contas de transferência de recursos ao SENAR, SENAI, Sesi etc.

Arrecadação Líquida corresponde aos Recebimentos Próprios menos Transferências a Terceiros, Restituições e Ressarcimento de Arrecadação.

Os valores de Benefícios Previdenciários incluem provisionamento da maciça, empresas convenentes, benefícios no exterior, COMPREV, sentenças judiciais, reembolso de salário-família e maternidade e RPB (auxílios).

A segunda conclusão, já anteriormente antecipada, é que receitas próprias da seguridade social, como COFINS, CSLL, CPMF e receitas de concursos de prognósticos, são tratadas como transferências da União, embora sejam recursos vinculados ao orçamento da seguridade social, por determinação constitucional. Pela metodologia de elaboração do fluxo de caixa, a única receita prevista na Constituição Federal que recebe o tratamento de recebimentos próprios, arrecadada e gerida pelo INSS, é a contribuição social dos empregadores incidentes sobre a folha de salários e a contribuição ao INSS dos trabalhadores.

É importante ressaltar que as receitas, impropriamente consideradas transferências da União – CPMF, CSLL, COFINS e concursos de prognósticos –, são arrecadadas e administradas pelo Ministério da Fazenda e depositadas no Banco Central. Como os “recebimentos próprios” são insuficientes para pagar todas as despesas previdenciárias e não-previdenciárias, o INSS passa a usar as fontes de recursos “transferências da União”, disponibilizadas pelo Tesouro Nacional, que lhe transfere apenas na medida (e na conveniência) em que deva cobrir uma necessidade de caixa. Isso caracteriza um esvaziamento, político e

institucional, construído através da falta de independência financeira dos órgãos da seguridade social.

A legislação infraconstitucional foi desconstruindo os esquemas de gestão administrativa e financeira da seguridade social concebidos em 1988. A Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, intitulada Lei Orgânica da Seguridade Social, estabelece no seu artigo 33 (com grifos nossos):

Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) compete arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 [contribuições sociais das empresas, incidentes sobre a remuneração paga; dos empregadores domésticos; e dos trabalhadores, incidentes sobre seu salário de contribuição]; e **ao Departamento da Receita Federal (DRF)** compete arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas d e e do parágrafo único do art. 11 [contribuições sociais das empresas sobre faturamento e lucro e as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos].

Essas receitas, entretanto, continuam vinculadas à seguridade social e por ela geridas, ou seja, devem ser aplicadas em saúde, assistência social e previdência, ainda que sejam arrecadadas, fiscalizadas, lançadas e normatizadas pela Receita Federal, pois os órgãos da seguridade social têm assegurada a gestão de seus recursos pela Constituição Federal, conforme estabelece, adicionalmente, o inciso I, §2º do art. 195 (com grifos nossos):

A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, **assegurada a cada área a gestão de seus recursos.**

Vianna (2003a) reforça essa argumentação explicando que COFINS e CSLL são receitas constitucionalmente criadas como receitas da seguridade, mas

são administradas pela Secretaria da Receita Federal, competindo ao Tesouro, um ente externo à seguridade, os repasses para os órgãos do sistema, segundo uma programação financeira que se desconhece. Vianna conclui que “o estratagema, habilmente inserido na legislação posterior à Carta, tanto permite que os recursos se movimentem com alto grau de aleatoriedade [...] quanto legitima a escolha arbitrária de prioridades” (VIANNAb, 2003, p. 327).

Quando são utilizados para análise os dados estatísticos da seguridade social como um todo, com números não apenas da previdência, mas também da saúde e da assistência social, a auto-suficiência financeira do sistema fica mais evidente. A série histórica contendo o resultado da execução orçamentária da seguridade social é apresentada nas Tabelas 3 e 4. Estão demonstradas na Tabela 3 as receitas e despesas ao longo dos anos 1995 a 1999 e, na Tabela 4, para os anos de 2000 a 2005. Não há informações disponíveis com o elevado grau de detalhamento necessário, para o período anterior a 1995, que permita acompanhar a mesma padronização de itens de receita e despesa das tabelas 3 e 4.

TABELA 3					
RESULTADO DA SEGURIDADE SOCIAL					
1995 a 1999					
valores correntes em R\$ milhões					
	1995	1996	1997	1998	1999
RECEITA ⁽¹⁾					
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.138	43.686	44.148	46.641	47.425
COFINS	14.669	17.171	18.325	17.664	30.875
CPMF	0	0	6.910	8.113	7.949
CSLL	5.615	6.206	7.214	6.542	6.767
RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	556	484	271	529	974
PIS/PASEP ⁽²⁾	3.541	4.281	4.358	4.273	5.694
TOTAL DA RECEITA	59.519	71.828	81.226	83.762	99.684
DESPESA ⁽³⁾					
SAUDE	14.782	14.727	17.986	16.610	19.150
PREVIDENCIA ⁽⁴⁾	36.332	45.303	48.176	56.156	60.935
ASSITÊNCIA SOCIAL ⁽⁵⁾	788	1.268	2.132	3.103	3.841
ABONO E SEGURO DESEMPREGO	3.269	3.833	4.317	4.459	4.843
TOTAL DA DESPESA	55.171	65.131	72.611	80.328	88.769
RECEITA - DESPESA	4.348	6.697	8.615	3.434	10.915
RECEITA COM DRU ⁽⁶⁾ - DESPESA	0	1.068	1.199	0	463
Elaboração própria.					
Fontes: Receita da Seguridade Social - Ministério da Fazenda, Receita Federal, Estudos Tributários.					
Despesa da Seguridade Social - Despesa por Função - Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro, Contabilidade Governamental.					
(1) Exclui a Contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor Público - CSSS e a contribuição ao custeio de pensões militares.					
(2) Inclui apenas 60% da receita com PIS e PASEP. Os 40% restantes são destinados ao BNDES.					
(3) Despesa liquidada e paga por Função, inclusive pessoal e dívida. Seguro-desemprego é da função Trabalho, mas é um evento da seguridade social. Excluídas as despesas com FAT.					
(4) Estão excluídos os gastos com inativos do RPPS civis e militares.					
(5) Até 1999 os dados da função assistência vêm somados à previdência. Nesta tabela, assistência social foi separada por programa.					
(6) A DRU - Desvinculação das Receitas da União é de 20% sobre a receita, mas nos anos de 1995 e 1998, foi menor, de 17,8% e 9,2%, respectivamente.					
OBS.: A Contribuição para a Previdência Social não está sujeita a DRU. Destina-se integralmente à Previdência.					
O valor da despesa permanece o mesmo no cálculo do resultado considerando a DRU.					

TABELA 4						
RESULTADO DA SEGURIDADE SOCIAL						
2000 a 2005						
valores correntes em R\$ milhões						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
RECEITA ⁽¹⁾						
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL	55.715	61.060	71.028	80.730	93.765	108.434
COFINS	38.707	45.507	50.913	58.216	77.593	87.902
CPMF	14.395	17.157	20.265	22.987	26.340	29.230
CSLL	8.750	9.016	12.507	16.200	19.575	26.323
RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	923	1.028	1.062	1.276	1.450	1.564
PIS/PASEP ⁽²⁾	5.791	6.700	7.498	10.011	11.650	13.228
TOTAL DA RECEITA	124.281	140.468	163.273	189.420	230.373	266.681
DESPESA ⁽³⁾						
ASSISTENCIA SOCIAL	4.442	5.298	6.513	8.416	13.863	15.806
SAUDE	20.270	23.634	25.435	27.172	32.973	36.483
PREVIDENCIA ⁽⁴⁾	67.544	77.584	89.380	109.625	125.901	144.918
ABONO E SEGURO DESEMPREGO	4.636	5.635	7.062	8.074	9.471	11.337
TOTAL DA DESPESA	96.892	112.151	128.390	153.287	182.208	208.544
RECEITA - DESPESA	27.389	28.317	34.883	36.133	48.165	58.137
RECEITA COM DRU ⁽⁵⁾ - DESPESA	13.675	12.435	16.434	14.395	20.844	26.488
Elaboração própria.						
Fontes: Receita da Seguridade Social - Ministério da Fazenda, Receita Federal, Estudos Tributários.						
Despesa da Seguridade Social - Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro, Contabilidade Governamental.						
(1) Exclui a Contribuição à Seguridade Social do Servidor Público - CSSS e a contribuição ao custeio de pensões						
(2) Inclui apenas 60% da receita com PIS e PASEP. Os 40% restantes são destinados ao BNDES para programas de desenvolvimento econômico.						
(3) Despesa liquidada por Função, inclusive pessoal e dívida. Seguro-desemprego é da função Trabalho, mas foi incluído por ser um evento da seguridade social. Excluídas as despesas com FAT.						
(4) Exclui os gastos com inativos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) e inativos militares.						
(5) Receita total deduzida da DRU (Desvinculação das Receitas da União no valor de 20%).						
Obs.: A Contribuição para a Previdência Social não está sujeita a DRU.						
O valor da despesa permanece o mesmo no cálculo do resultado considerando a DRU.						

Antes de qualquer comentário mais específico, convém fazer alguns esclarecimentos preliminares sobre a metodologia de cálculo empregada nas Tabelas 3 e 4, por diferir dos demonstrativos contidos nos relatórios oficiais. Do lado das receitas, são computados os ingressos de recursos legalmente vinculados ao sistema de seguridade social, tomando-se a base de dados dos relatórios da Receita Federal. Do lado das despesas, foram levantadas aquelas liquidadas e pagas, utilizando-se a classificação por função (saúde, assistência social e previdência), fornecida através de relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional. Incluem-se nessas despesas por função, gastos com pessoal, outros custeios e encargos da dívida.

O resultado da seguridade social das Tabelas 3 e 4 foi montado com base nos preceitos da Constituição de 1988. É relevante mencionar que a existência de mais de um sistema previdenciário no Brasil é a chave para o entendimento de graves distorções que aparecem nas estatísticas do setor e que a metodologia empregada nesta pesquisa busca superar. Além do RGPS, destinado aos trabalhadores da iniciativa privada, há os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos (RPPS) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios¹³, bem como o de categorias profissionais; esses regimes, no entanto, são inteiramente distintos. Apenas o RGPS é público, universal e integra o orçamento da seguridade social; portanto, só os números do RGPS foram computados no resultado da seguridade social apresentado nas Tabelas 3 e 4. Num cálculo rigoroso, o RPPS dos servidores federais deve ser excluído, por se tratar de um sistema que estabelece uma relação entre a administração pública e seus funcionários, patrocinado por contribuições específicas de seus beneficiários (Contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor - CSSS) e pela contribuição patronal da União, esta última efetuada **através de repasses do orçamento fiscal**.¹⁴ Entretanto, é muito freqüente esses regimes distintos (RGPS e RPPS) se misturarem nas estatísticas de despesas do governo federal e, como consequência, o total dos gastos com a previdência social pública ficam inflados com itens que lhe são estranhos.

¹³ Dentro do regime público há regimes especiais, como o dos magistrados, congressistas e militares. São regimes especiais porque as regras entre eles não são homogêneas.

¹⁴ É o que deveria ser feito, ou seja, a contribuição patronal da União deveria ser patrocinada pelo orçamento fiscal, como parte dos gastos correntes com pessoal, mas, como será analisado mais à frente, o Tesouro Nacional retira recursos do orçamento da seguridade social para patrocinar o Regime Próprio de Previdência do Servidor da União (RPPS).

Para evitar essa distorção, as Tabelas 3 e 4, seguindo as regras da Constituição de 1988, não incluem nas receitas da seguridade social a Contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor (CSSL), a contribuição ao custeio e pensões de militares e nem as contribuições ao FGTS, FUNDESP, FUNPEN e outras. Por consequência, nas despesas da seguridade social também não estão incluídos os gastos com aposentadorias e pensões dos servidores civis e militares. Os dados do regime próprio dos servidores públicos serão incluídos logo a seguir, na Tabela 6.

O PIS/PASEP não é incluído integralmente como receita da seguridade social nas Tabelas 3 e 4. Só foram computados os 60% de seu total que se destinam ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), uma vez que este fundo custeia, principalmente, os programas de seguro-desemprego e o pagamento do abono salarial. Os 40% restantes são destinados ao BNDES para aplicação em programas de desenvolvimento econômico. Assim, o seguro-desemprego foi incluído também nas despesas, por ser um benefício da seguridade social.

A amortização e juros da dívida contraída pelos setores do sistema de seguridade social foram incluídas na despesa das Tabelas 3 e 4, embora sua inclusão seja discutível. A ANFIP argumenta, com muita procedência, que as despesas da seguridade social são superestimadas com encargos estranhos aos preceitos constitucionais, como os encargos da dívida:

Outra impropriedade é inserir encargos da dívida no Orçamento da Seguridade Social; ainda mais quando o endividamento esteve associado a uma programação da Seguridade ou das entidades e órgãos relacionados com a prestação dos serviços de saúde, previdência e assistência social. Quando, por exemplo, o Ministério da Saúde realiza despesas com recursos do BIRD para recuperação da rede hospitalar, são propriamente incluídas no

Orçamento da Seguridade Social as despesas com obras, instalações e equipamentos realizadas com os recursos externos. No entanto, quando posteriormente forem feitos esses pagamentos ao financiador, se considerarmos essas despesas também como da Seguridade, incorreremos em dupla contagem. No primeiro momento, aparecem no orçamento da saúde, milhões de reais relativos à recuperação da infra-estrutura e, posteriormente, os mesmos milhões como pagamento desse endividamento. Não é razoável supor que o País gastou duplamente em despesas com saúde, ou construção de hospitais, idêntico montante de recursos, em dois momentos diferentes (ANFIP, 2006, p.15).

Cabe, portanto, observar que seria mais apropriado classificar juros e amortização da dívida no órgão Encargos Financeiros da União, junto com os outros encargos da dívida interna e externa sob a supervisão do Ministério da Fazenda. Entretanto, por falta de informações mais detalhadas para uma série histórica longa, as despesas das Tabelas 3 e 4 incluem encargos da dívida, mas sem prejuízo das conclusões gerais, visto que os valores não são significativos.

Feita esta ressalva, as tabelas trazem duas das principais conclusões deste trabalho. A primeira é que o sistema de seguridade social tem-se mostrado superavitário ao longo de todos os anos do período de 1995 a 2005, tendo o excedente de recursos se elevado de R\$4,3 bilhões, em 1995, para R\$58,1 bilhões em 2005. A segunda conclusão é de que houve desvio de recursos do orçamento da seguridade social para além dos 20% legalmente autorizados pelo mecanismo da DRU, conforme se pode constatar pela última linha das referidas Tabelas 3 e 4, exceto nos anos de 1995 e 1998.¹⁵ Com exceção desses dois anos,

¹⁵ Nesses dois anos, embora a seguridade social tenha produzido receitas maiores que despesas (superávit), a desvinculação das receitas (DRU) foi inferior a 20% (17,8% em 1995 e 9,2% em 1998). É exatamente isso que indicam os valores nulos dos anos de 1995 e 1998 na última linha da Tabela 3. Nos outros anos, depois de retiradas as desvinculações, ainda sobraram recursos, que se dirigiram para outras aplicações do orçamento fiscal, de forma contrária aos dispositivos legais.

o excedente de recursos extraído da seguridade social, anualmente, variou entre R\$12,4 bilhões, em 2001 e R\$26,5 bilhões, em 2005, acima do limite de 20% legalmente autorizado pelo mecanismo da DRU, conforme Tabela 4.

Para se avaliar a dimensão do desvio de recursos, o superávit que é retirado da seguridade supera o gasto anual com saúde pública, em todo o período que vai de 2000 a 2005. Isso significa que, se nos últimos seis anos, esse excedente tivesse sido investido no setor de saúde, seus recursos seriam ampliados em mais de 100%, o que poderia implicar numa transformação radical na oferta dos serviços de saúde.

Essa realidade seria facilmente detectada se o dispositivo constitucional, presente no parágrafo 5º do artigo 165 da Constituição Federal, que estabelece que o Poder Executivo deve elaborar e executar três orçamentos – o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas da União e o orçamento da seguridade social –, fosse cumprido à risca. O governo, entretanto, apresenta dados consolidados de apenas dois demonstrativos de execução orçamentária: o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais e o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Neste último, as receitas e gastos fiscais e da seguridade são agregados num único orçamento. Por conseguinte, as receitas próprias da seguridade social (as contribuições sociais) aparecem unificadas às outras receitas de impostos pertencentes ao orçamento fiscal, assim como as despesas misturam-se para daí sair um resultado consolidado de dois orçamentos.¹⁶

¹⁶ É um desafio, para qualquer pesquisador do ramo, identificar a execução orçamentária da seguridade social na base de dados do governo federal, seja no Ministério do Planejamento, seja

Como consequência de mais este artifício metodológico, o superávit do orçamento da seguridade social é automaticamente incorporado ao orçamento geral da União, resultando na geração dos elevados superávits primários ao longo dos últimos oito anos. Assim, parte do excedente retirado de toda a sociedade, principalmente dos consumidores assalariados de baixa renda, que são os que efetivamente pagam tributos indiretos incorporados nos preços, é desviada das aplicações nas ações de saúde, previdência e assistência social, para se destinar ao pagamento de outras despesas que mais à frente serão apontadas. Essas operações de transferência de recursos entre orçamentos extrapolam os limites permitidos nos dispositivos constitucionais que vinculam esses recursos às despesas do orçamento da seguridade social.¹⁷

Se houvesse a elaboração, de forma isolada, do orçamento da seguridade social, ficaria revelado, com clareza: 1) que o desequilíbrio orçamentário está no orçamento fiscal e não no orçamento da seguridade social ou no orçamento da previdência social; 2) que a seguridade social não recebe recursos do orçamento fiscal, ao contrário, parte substancialmente elevada de seus recursos financia o orçamento fiscal; e, 3) que não é a previdência que causa problemas de instabilidade econômica e crise de confiança nos investidores, mas

nos da Fazenda ou Previdência. Para obter essa informação terá que elaborar por si mesmo demonstrativos como os apresentados nas Tabelas 3 e 4 deste trabalho. Os anexos da Lei Orçamentária Anual e os relatórios da execução orçamentária, disponíveis para consulta nos *websites* do governo, mostram dados consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social.

¹⁷ Aparentemente não há controles que permitam saber se os recursos arrecadados com COFINS, CSLL e CPMF são aplicados na seguridade social de acordo com o que manda a Constituição Federal. Não foram encontrados registros oficiais que tratem do assunto, mesmo no Tribunal de Contas da União. Fica claro que, uma vez centralizada a arrecadação e gestão das contribuições sociais na Fazenda, com os recursos próprios destinados à seguridade sendo denominados de “Transferências da União”, perdeu-se o controle da aplicação dos recursos. Essa circunstância causa fragilidade financeira na seguridade, porque retira sua autonomia orçamentária e permite desviar recursos para o orçamento fiscal segundo os critérios e as conveniências (não claramente explicitadas) de cada momento político.

é a política econômica que atinge a previdência, a saúde pública e a assistência social, precarizando serviços essenciais à sobrevivência da classe trabalhadora.

Foi com a intenção de produzir superávit primário crescente que a política tributária dos anos 90 buscou a ampliação da carga tributária através, principalmente, do aumento de contribuições que são destinadas ao orçamento da seguridade social. Como já foi amplamente tratado, o sistema tributário consolidado pela Constituição de 1988 prevê uma partilha mais ampla de impostos arrecadados pela União com Estados e Municípios, o que reduziu a disponibilidade de recursos próprios para o governo federal. Diante da necessidade de mobilizar mais recursos, o Tesouro Nacional buscou solução nas contribuições à seguridade social, por dois motivos: 1) o aumento de alíquotas das contribuições não segue o princípio da anterioridade¹⁸, o que significa que podem vigorar noventa dias depois de instituída, diferente dos aumentos de impostos que precisam de lei a ser aprovada em um ano, para vigorar apenas no ano seguinte, o que, em situações emergenciais, pode ser problemático; e, 2) as contribuições sociais têm a característica de não serem partilhadas com Estados e Municípios. Para que o aumento da carga tributária se tornasse adequado aos propósitos do governo federal, foi criada a desvinculação das receitas da União (DRU), estabelecida através de emenda ao texto constitucional, autorizando o governo a utilizar parcela significativa dos recursos arrecadados – 20% das receitas de contribuições – de forma livre de qualquer vinculação a despesas específicas. Com este mecanismo, receitas da seguridade social passaram a ser legalmente

¹⁸ O princípio da anterioridade veda à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

deslocadas do seu orçamento próprio para o orçamento fiscal, para serem utilizadas em qualquer rubrica. Entretanto, apenas 20% delas (tal como estabelece a lei) foram insuficientes. Têm sido desviados muito mais, conforme foi demonstrado na última linha das Tabelas 3 e 4 e como pode ser melhor visualizado através da Tabela 5 a seguir. No período de 1995 a 2005, as desvinculações de receita totalizaram R\$ 267 bilhões, dos quais R\$107 bilhões estão além do limite legalmente autorizado pelo mecanismo da DRU.

TABELA 5			
DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL			
1995 - 2005			
valores correntes em R\$milhões			
ANO	DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA UNIÃO (20%) (A)	DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS ACIMA DE 20% (B)	TOTAL (A) + (B)
1995	4.348	0	4.348
1996	5.628	1.068	6.696
1997	7.416	1.199	8.615
1998	3.434	0	3.434
1999	10.451	463	10.914
2000	13.713	13.675	27.388
2001	15.882	12.435	28.317
2002	18.449	16.434	34.883
2003	21.738	14.395	36.133
2004	27.322	20.844	48.166
2005	31.559	26.488	58.047
TOTAL	159.940	107.001	266.941
Fontes:Ministério da Fazenda, Receita Federal, Estudos Tributários e Secretaria do Tesouro, Contabilidade Governamental. Elaboração própria.			
Obs.: Na coluna A, nos anos de 1995 e 1998 a desvinculação das receitas foi inferior a 20% (foi de 17,8% e de 9,2%, respectivamente).			

Se forem agregados aos dados da seguridade social os números do regime próprio de previdência dos servidores federais – RPPS –, ou seja, os inativos e pensionistas civis e militares, ainda assim será possível observar uma

A Tabela 7 a seguir apresenta informações da seguridade social e do RPPS com valores em moeda corrente e utiliza uma metodologia de maior detalhe e precisão. Novamente é preciso observar que, do lado da receita, não foi computada a contrapartida da União como empregador, que deveria corresponder ao dobro da contribuição previdenciária dos servidores. É importante ressaltar que o excedente de recursos gerados de R\$ 18,3 bilhões em 2004 e de R\$ 19,9 bilhões em 2005 é considerável e mais que o dobro dos anos anteriores.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP) já vinha alertando que recursos são subtraídos da seguridade social para além dos 20% permitidos legalmente através da DRU. Há pelo menos duas publicações da ANFIP que fazem uma análise da seguridade social, especificamente para 2004 e 2005, empregando uma metodologia que conduz a resultados próximos aos aqui encontrados para esses anos. As principais diferenças entre as duas metodologias estão na forma de apuração da despesa e no período de tempo coberto pela investigação, que no caso da ANFIP, está restrito a um curto espaço de tempo.¹⁹

Tomando por base as informações aqui constatadas, a questão central deixa de ser sobre a auto-suficiência financeira do sistema de seguridade social, que tem se mostrado sólida, e passa a ser sobre o destino que foi reservado a esses recursos excedentes pelo governo federal.

¹⁹ As publicações da ANFIP são “Análise da Seguridade Social em 2004”, de abril de 2005 e “Análise da Seguridade Social em 2005”, de abril de 2006, disponíveis em www.anfip.org.br.

TABELA 7						
RESULTADO DA SEGURIDADE SOCIAL E DO RPPS DO GOVERNO FEDERAL						
2000 a 2005						
valores correntes (em R\$ milhões)						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
RECEITA ⁽¹⁾						
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL	55.715	61.060	71.028	80.730	93.765	108.434
COFINS	38.707	45.507	50.913	58.216	77.593	87.902
CPMF	14.395	17.157	20.265	22.987	26.340	29.230
CSLL	8.750	9.016	12.507	16.200	19.575	26.323
RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	923	1.028	1.062	1.276	1.450	1.564
PIS/PASEP ⁽²⁾	5.791	6.700	7.498	10.011	11.650	13.228
CSSS ⁽³⁾	3.619	3.813	4.424	4.453	7.179	5.348
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.273	2.058	1.927	2.351	2.597	0
TOTAL DA RECEITA	129.173	146.339	169.624	196.224	240.149	272.029
DESPESA ⁽⁴⁾						
ASSISTENCIA SOCIAL	4.442	5.298	6.513	8.416	13.863	15.806
SAUDE	20.270	23.634	25.435	27.172	32.973	36.483
PREVIDENCIA ⁽⁵⁾	93.408	107.544	123.218	145.478	165.509	188.506
ABONO E SEGURO DESEMPREGO	4.636	5.635	7.062	8.074	9.471	11.337
TOTAL DA DESPESA	122.756	142.111	162.228	189.140	221.816	252.132
RECEITA - DESPESA	6.417	4.228	7.396	7.084	18.333	19.897
Elaboração própria.						
Fontes: Receita da Seguridade Social - Ministério da Fazenda, Receita Federal, Estudos Tributários.						
Despesa da Seguridade Social - Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro, Contabilidade Governamental.						
(1) Valores sem a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e sem a contribuição da União como empregador do setor público, que deveria corresponder ao dobro da contribuição dos servidores, conforme preconiza a Lei n. 9.717/1998.						
(2) Inclui apenas 60% da receita com PIS e PASEP. Os 40% restantes são destinados ao BNDES.						
(3) Inclui a Contribui. p/ Custeio das Pensões Militares, Cont. dos Servidores p/ plano de seguridade - servidor ativo, inativo e pensionista e Cont. Prev. dos Órgãos do Poder Público.						
(4) Despesa liquidada por Função, inclusive pessoal e dívida. Seguro-desemprego é da função Trabalho, mas foi incluído por ser um evento da seguridade social. Excluídas as despesas com FAT.						
(5) Inclui os gastos com inativos do RGPS, Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) civis e inativos militares.						

Nas tabelas 8 a 17, são mostrados, ao longo de dez anos (1995 – 2005) e de uma maneira condensada, quais foram os tipos de gasto que as receitas com COFINS, CPMF e CSLL, financiaram. Os dados foram obtidos de uma ampla pesquisa no SIAFI, de onde foram extraídos vários relatórios, sendo o principal o Acompanhamento da Execução Orçamentária da União, que classifica a despesa por fonte de recursos e projeto/atividade. O Anexo I contém o volumoso detalhamento que serviu de fonte para os dados agregados nas Tabelas 8 a 17.²⁰

²⁰ Não foi possível processar os relatórios de execução orçamentária para o ano de 2002 através do sistema consultado.

Nessas tabelas, os números são de uma magnitude que impressiona.

Podem-se extrair as seguintes constatações:

- 1) A maior magnitude das receitas desviadas da seguridade social é proveniente, como seria de se esperar, dos 20% de DRU. Esses recursos são tragados para a fonte 100 (Recursos Ordinários) e são livremente empregados no orçamento fiscal. Os relatórios mostram que essa fonte financia vários tipos de despesa (em diferentes órgãos e ministérios), entre elas os encargos financeiros da União (juros e amortização da dívida pública). A política econômica, que pretensamente tem a virtude da responsabilidade fiscal, priorizou pagar contas do orçamento fiscal com recursos desvinculados do orçamento da seguridade social. Assim, minimiza-se o déficit do orçamento fiscal provocado pela taxa de juros em alto patamar – freqüentemente, o mais alto do mundo –, ao mesmo tempo em que se respaldam privilégios e desigualdades graves na distribuição de recursos dos fundos públicos.
- 2) Outro destino de parcela significativa dos recursos desviados é o pagamento de aposentadorias e pensões do RPPS. Esse emprego, entretanto, não é legítimo. Cabe repetir a observação, já feita antes, sobre o RPPS. Pela Constituição Federal de 1988, não há no Brasil um sistema de previdência composto por dois regimes, conforme esclarece Vianna (2003a). A Constituição estabelece um sistema de seguridade universal para todos os cidadãos (RGPS) e um sistema especial para o funcionalismo público (RPPS). A operacionalização financeira da seguridade é atribuição do INSS; ativos e inativos do serviço público

federal estão a cargo do Tesouro Nacional. Os servidores públicos contribuem para suas aposentadorias com recursos que compõem um fundo de um regime específico, exclusivo, o RPPS, que não dá acesso a benefícios aos outros trabalhadores da sociedade. Estes, entretanto, tornaram-se patrocinadores das aposentadorias do regime especial dos servidores públicos. Recursos vinculados à saúde pública, à assistência social e à aposentadoria dos trabalhadores do setor privado vêm financiando a aposentadoria de servidores públicos, incluindo os do Legislativo e Judiciário, cujas aposentadorias têm valores elevados, se comparados ao salário mínimo, piso e nível da maioria das aposentadorias do RGPS.

- 3) Uma parte significativa dos recursos da seguridade social é desviada de seu orçamento, mas não recebe nenhum tipo de aplicação, o que quer dizer que podem ter ficado retidos na Conta Única do Tesouro. São valores que podem ser identificados nas tabelas 8 a 17 através da coluna “sem identificação de aplicação”. Em 2005, por exemplo, R\$ 14,5 bilhões de recursos da seguridade não tiveram uso identificável nos relatórios de execução orçamentária e R\$ 56,8 bilhões foram aplicados fora da seguridade social. Todos os anos da série de 1995-2005 apresentam esse fenômeno, mas os valores apresentam uma dimensão maior a partir de 2001. A esterilização desses recursos, além de impossibilitar o atendimento de necessidades urgentes por serviços públicos essenciais, significa uma forte contenção de demanda agregada, pois deixam de circular no mercado, contribuindo para reduzir

o dinamismo da economia. É mais uma demonstração do forte caráter recessivo da política fiscal, feita com o sacrifício das políticas sociais.²¹

TABELA 8							
APLICAÇÃO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL							
1995							
Em R\$milhões de moeda corrente							
RECEITAS	RECEITA ARRECADADA	APLICADA NA SEGURIDADE SOCIAL	APLICACADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL				SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO (3)
			DRU	RPPS ⁽¹⁾	OUTROS MINISTÉRIOS (2)	SUBTOTAL	
COFINS	14.669	6.826	2.934	2.066	83	5.083	2.760
CPMF	0	0	0	0	0	0	0
CSSL	5.615	2.975	1.123	898	177	2.198	442
TOTAL	20.284	9.801	4.057	2.964	260	7.281	3.202
Fonte: SIAFI/STN - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União							
(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares;							
(2) Ministério da Educação							
(3) Receita arrecadada cuja aplicação não aparece nos demonstrativos de execução orçamentária por Fonte de Receita do SIAFI.							

²¹ Esterilizar tem, aqui, o sentido comumente utilizado pelos economistas quando tratam de recursos monetários que são retirados de circulação. Uma parte dos recursos gerados pelo sistema de seguridade foi retirada dos fins aos quais se destina – saúde, assistência social e previdência –, e também de outro qualquer campo da aplicação que pudesse ser identificado por esta pesquisa a partir dos relatórios de execução orçamentária. Saiu, portanto, da circulação.

RECEITAS	RECEITA ARRECADADA	APLICADA NA SEGURIDADE SOCIAL	APLICACADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL			SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO (2)
			DRU	RPPS ⁽¹⁾	SUBTOTAL	
COFINS	17.171	8.953	3.101	5.117	8.218	0
CPMF	0	0	0	0	0	0
CSLL	6.206	3.186	1.241	1.242	2.483	537
TOTAL	23.377	12.139	4.342	6.359	10.701	537
Fonte: SIAFI/STN - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União						
(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares;						
(2) Receita arrecadada cuja aplicação não aparece nos demonstrativos de execução orçamentária por Fonte de Receita do SIAFI						

RECEITAS	RECEITA ARRECADADA	APLICADA NA SEGURIDADE SOCIAL	APLICACADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL				SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO (3)
			DRU	RPPS ⁽¹⁾	OUTROS MINISTÉRIOS (2)	SUBTOTAL	
COFINS	18.325	10.085	0	8.305	172	8.477	0
CPMF	6.910	5.176	1.382	0	0	1.382	352
CSLL	7.214	3.760	1.443	458	494	2.395	1.059
TOTAL	32.449	19.021	2.825	8.763	666	12.254	1.411

Fonte: SIAFI/STN - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União

(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares;

(2) Minist. da Educação

(3) Receita arrecadada cuja aplicação não aparece nos demonstrativos de execução orçamentária por Fonte de Receita do SIAFI.

Obs.: Há divergências entre os dados dos relatórios de receita e os de execução de despesa no caso da COFINS. A receita apresenta-se menor que a despesa. Isso provocará problemas de consistência na última linha de totais.

TABELA 11
APLICAÇÃO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL

1998

Em R\$milhões de moeda corrente

RECEITAS	RECEITA ARRECADADA	APLICADA NA SEGURIDADE SOCIAL	APLICACADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL					SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO (4)
			DRU (inferior a 20%)	RPPS (1)	OUTROS MINISTÉRIOS (2)	DÍVIDA (3)	SUBTOTAL	
COFINS	17.664	15.891	1.753	13	7	0	1.773	0
CPMF	8.113	6.497	1.616	0	0	0	1.616	0
CSLL	6.542	5.474	286	11	311	460	1.068	0
TOTAL	32.319	27.862	3.655	24	318	460	4.457	0

Fonte: SIAFI/STN - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União

(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares:

(2) Minist. da Agricultura e da Educação

(3) Amortização e encargos de financiamento.

(4) Receita arrecadada cuja aplicação não aparece nos demonstrativos de execução orçamentária por Fonte de Receita do SIAFI.

TABELA 12
APLICAÇÃO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL

1999

Em R\$milhões de moeda corrente

RECEITAS	RECEITA ARRECADADA	APLICADA NA SEGURIDADE SOCIAL	APLICADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL				SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO (3)
			DRU	RPPS (1)	OUTROS MINISTÉRIOS (2)	SUBTOTAL	
COFINS	30.875	8.802	6.175	13.837	633	20.645	1.428
CPMF	7.949	7.720	229	0	0	229	0
CSLL	6.767	1.830	1.295	3.618	24	4.937	0
TOTAL	45.591	18.352	7.699	17.455	657	25.811	1.428

Fonte: SIAFI/STN - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União

(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares;

(2) Presidência da República, Câmara dos Deputados, Justiça do Trabalho, Minist. da Agricultura, Educação, Justiça, da Agricultura e do Abastecimento, da Integração Nacional.

(3) Receita arrecadada cuja aplicação não aparece nos demonstrativos de execução orçamentária por Fonte de Receita do SIAFI.

OBS.: A desvinculação da receita (DRU) com CPMF e CSLL foi inferior a 20% no ano de 1999.

TABELA 13
APLICAÇÃO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL

2000

Em R\$milhões de moeda corrente

RECEITAS	RECEITA ARRECADADA	APLICADA NA SEGURIDADE SOCIAL	APLICADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL				SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO (3)
			DRU (20%)	RPPS ⁽¹⁾	OUTROS MINISTÉRIOS (2)	SUBTOTAL	
COFINS	38.707	13.498	7.741	16.229	969	24.939	270
CPMF	14.395	11.752	2.879	0	0	2.879	0
CSLL	8.750	4.431	1.750	2.460	6	4.216	103
TOTAL	61.852	29.681	12.370	18.689	975	32.034	373

Fonte: SIAFI/STN - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União

(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares:

(2) Presidência da República, Câmara dos Deputados, Minist. da Educação, Justiça, da Agricultura e do Abastecimento, da Integração Nacional.

(3) Receita arrecadada cuja aplicação não aparece nos demonstrativos de execução orçamentária por Fonte de Receita do SIAF.

TABELA 14
APLICAÇÃO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL

2001

valores correntes em R\$milhões

RECEITAS	RECEITA ARRECADADA	APLICADA NA SEGURIDADE SOCIAL	APLICADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL				SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO
			DRU (20%)	OUTROS MINISTÉRIOS (2)	RPPS ⁽¹⁾	SUBTOTAL	
COFINS	45.505	19.546	9.101	0	14.496	23.597	2.362
CPMF	17.157	10.990	3.431	625	0	4.056	2.111
CSLL	9.016	1.925	1.803	3	4.747	6.553	538
TOTAL	71.678	32.461	14.335	628	19.243	34.206	5.011

Fonte: SIAFI/STN - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União

(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares;

(2) Presidência da República, Ministérios da Educação e Integração Nacional.

(3) Receita arrecadada cuja aplicação não aparece nos demonstrativos de execução orçamentária por Fonte de Receita do SIAFI.

TABELA 15
APLICAÇÃO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL
2003

valores correntes em R\$ milhões							
RECEITAS	RECEITA ARRECADADA	APLICADA NA SEGURIDADE SOCIAL	APLICADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL				SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO
			DRU (20%)	RPPS ⁽¹⁾	OUTROS MINISTÉRIOS (2)	SUBTOTAL (A)	
COFINS	58.216	24.395	11.643	21.246	635	33.524	297
CPMF	22.987	15.094	4.597	0	2.615	7.212	681
CSLL	16.200	10.533	3.240	0	6	3.246	2.421
TOTAL	97.403	50.022	19.480	21.246	3.256	43.982	3.399

Fonte: SIAFI/STN - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União

(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares;

(2) Presidência da República e Ministérios da Educação, Justiça, Minas e Energia, Desenv. Agrário, Meio Ambiente, Cidades e Integração Nacional.

(3) Receita arrecadada cuja aplicação não aparece nos demonstrativos de execução orçamentária da despesa por Fonte de Receita do SIAFI.

TABELA 16
APLICAÇÃO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL
2004

valores correntes em R\$ milhões								
RECEITAS	TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	APLICADA NA SEGURIDADE SOCIAL	APLICADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL					SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO ⁽⁴⁾
			DRU (20%)	RPPS ⁽¹⁾	DÍVIDA JUDICIAL E FINANCEIRA ⁽²⁾	OUTROS MINISTÉRIOS ⁽³⁾	SUBTOTAL	
COFINS	77.593	36.978	15.516	20.441	4.053	0	40.010	604
CPMF	26.340	20.182	5.268	0	0	861	6.129	29
CSLL	19.575	11.237	3.915	1.253	1.077	0	6.245	2.094
TOTAL	123.508	68.397	24.699	21.694	5.130	861	52.384	2.727

Fonte: SIAFI/STN - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União

(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares;

(2) Amortização e Encargos Financeiros da Dívida Contratual Interna e Externa, pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (Pecatórios) e débitos judiciais periódicos vincendos devidas pela União, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

(3) Presidência da República, Ministérios da Educação, Justiça, Minas e Energia, Desenv. Agrário, Trabalho e Emprego, Cidades e Integração Nacional.

(4) Receita arrecadada cuja aplicação não aparece nos demonstrativos de execução orçamentária por Fonte de Receita do SIAFI.

TABELA 17								
APLICAÇÃO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL								
2005								
Valores correntes em R\$ milhões								
RECEITAS	TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	APLICADA NA SEGURIDADE SOCIAL	APLICADA FORA DA SEGURIDADE SOCIAL					SEM IDENTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO (4)
			DRU (20%)	RPPS (1)	DÍVIDA JUDICIAL (2)	OUTROS MINISTÉRIOS (3)	SUBTOTAL	
COFINS	87.902	39.033	17.580	24.520	3.386	8	45.494	3.374
CPMF	29.230	16.740	5.846	0	97	0	5.943	6.548
CSLL	26.323	16.394	5.265	9	113	0	5.387	4.542
TOTAL	143.455	72.167	28.691	24.529	3.596	8	56.824	14.464
Fonte: SIAFISTN - Acompanhamento da Execução Orçamentária da União								
(1) Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis e militares; Indenizações a Anistiados Políticos								
(2) Pagamento de débitos judiciais periódicos e sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios) devidas pela União, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista								
(3) Ministério do Trabalho								
(4) Receita arrecadada cuja aplicação não consta nos Demonstrativos de Execução Orçamentária por Fonte de Receita do SIAFI.								

A conclusão a que chegamos nesse capítulo – na verdade mera constatação – pode e deve surpreender a muitos: nem a previdência social brasileira nem o sistema de seguridade social instituído pela Constituição Federal de 1988 são deficitários; são, ao contrário, superavitários, e esse superávit, cuja magnitude é expressiva, vem sendo sistematicamente desviado para outros usos. Essa constatação, no entanto, coloca uma questão relevante para o pesquisador: como e porque foi criada essa aura de crise e urgência em torno a um problema que não é nem crítico nem urgente?

O objetivo dos próximos capítulos será responder a essa questão que envolve múltiplos aspectos. Dados os limites desta pesquisa, a abordagem apresentada limitar-se-á a fazer um breve relato histórico, da construção do

sistema de seguridade social desde sua origem, na Europa e no Brasil, e dos desdobramentos mais recente que se caracterizam por um processo de intensa reforma. No último capítulo parte-se para a exposição da política fiscal e de suas implicações na deterioração da situação financeira do sistema de seguridade social.

CAPÍTULO 2: Breve relato histórico do sistema de proteção social

2.1. INTRODUÇÃO

A busca de uma explicação para a drenagem sistemática de recursos do orçamento da seguridade social e para as freqüentes reformas no sistema previdenciário, que se têm mostrado redundantes e intermináveis, não pode ser feita sem uma observação da histórica, ainda que de forma breve, para resgatar a construção e evolução desses sistemas nas suas origens, aqui, no Brasil e mesmo antes, na Europa.

É imprescindível fazer uma referência às décadas anteriores, não apenas no que se refere à economia nacional, mas também internacional, porque o período histórico relativamente curto e recente, que compreende a década de 1990 e estes primeiros anos do século XXI, é fruto do desenlace de um processo de constituição de uma nova ordem econômica internacional que se inicia no mundo capitalista nos anos 70 e que atingiu a economia brasileira de forma específica.

No período correspondente aos anos de 1930 a 1988, houve no Brasil um processo longo de estruturação das bases institucionais e financeiras de um sistema de proteção social. O ano de 1988, entretanto, foi um marco histórico para esse sistema. Foi apenas em 1988 que se desenhou, pela primeira vez na história do País, o embrião de um efetivo sistema de proteção social universal e redistributivo. Essa conquista veio após o regime militar e foi impulsionada na luta pelo restabelecimento da democracia. Quando, no Brasil, porém, se instituía, através da Constituição Federal de 1988, um sistema de seguridade social nos

moldes dos países capitalistas centrais do pós-guerra, esse paradigma já estava na contramão do movimento do capitalismo em escala mundial. O *welfare state* europeu, uma das marcas da era dourada do capitalismo, era questionado em seus princípios básicos. Uma seguridade social generosa e igualitária estava em desarmonia com a perspectiva liberal-conservadora que então se tornara hegemônica, num mundo de economias abertas, desreguladas e fortemente competitivas e que exigiam reformas que aniquilavam valores erguidos num período de democracia e prosperidade.

O panorama internacional reforçou, no interior da economia nacional, as teses políticas conservadoras dos grupos que se reuniam em torno do modelo liberal e que estavam recompondo suas forças no início dos anos 1990. Formou-se um contexto adverso para o sistema de proteção social recentemente esboçado. Os arautos de teses catastrofistas sobre a previdência aumentaram em número. Seus argumentos foram ganhando espaço num ambiente de desinformação sobre o tema. Teve início um ciclo de ofensivas privatistas e de reformas que visavam desfazer as estruturas do recente projeto de Estado de Bem-Estar Social instituído pela Constituição de 1988. Fagnani (2005a) chamou apropriadamente essa fase de *contra-reformismo neoliberal*. A precária cidadania conquistada revelava-se antagônica à política econômica e ao projeto social comandados pelo Estado dos anos 1990.

Esta etapa do trabalho dedica-se a fazer um percurso que parte da breve exposição do significado histórico do Estado de Bem-Estar social, tal como se constituiu no pós-Segunda Guerra no mundo europeu, para chegar até o

nascimento do sistema de seguridade social brasileiro e de sua prematura fragmentação e aviltamento ao longo dos anos 1990 e neste início de século.

2.2. O SURGIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO

Toda reconstrução histórica envolve algum grau de arbitrariedade no relato dos fatos. A escolha feita neste trabalho visa apontar alguns fatos selecionados, esclarecedores do problema proposto, bem como as conexões entre eles, de modo a permitir a compreensão do surgimento dos sistemas de proteção social e a posterior ameaça a sua viabilidade, em função mudanças na estratégia política e econômica da nação central do capitalismo, que abalaram todo o sistema, provocando perda de dinamismo e um novo ciclo econômico, político e ideológico.

O capitalismo, desde sua origem, tem como marca a exclusão de parte da força de trabalho assalariada do acesso ao emprego. Esta parcela da população é coagida ao trabalho, mas não encontra ocupação e por isso vive sob uma grande vulnerabilidade que acaba por levá-la a uma espécie de inexistência social, submetida ao pauperismo. Na medida em que o esse flagelo social se agravava e ameaçava a ordem pública, o atendimento aos que estavam fora do mercado de trabalho (mesmo sendo válidos) e aos inaptos ao trabalho, não podia mais ser efetuado pelas famílias. Passou a ser uma atribuição das entidades filantrópicas, religiosas e do Estado, ou simultaneamente das três instâncias. O atendimento assistencial aos que não tinham condições de sobrevivência (vistos como subqualificados, indigentes ou vagabundos) assumiu um caráter reabilitador e preventivo, através de severos controles que envolviam punições. Na França do século XVIII, recomendava-se a prisão dos mendigos inválidos para o trabalho,

uma vez que essa medida atemorizaria os válidos, pressionando-os para que arrumassem mais depressa uma profissão. Na Inglaterra, as *Poor Laws*, de 1536, possuíam um caráter também repressivo e punitivo ao levar o indigente a perder a reputação pessoal e a liberdade, pela detenção no asilo, e o estigma da pobreza atingia também sua família. Mesmo assim, crescia o exército dos inaptos e indigentes atendidos por suas instituições de assistência (Araújo, 2004).

Os trabalhadores não tinham nenhum tipo de amparo como assistência médica, aposentadorias, pensões e estavam sujeitos a multas e castigos. As greves eram consideradas casos de polícia. A multidão de trabalhadores nas ruas era uma ameaça às instituições e à propriedade e as manifestações de revolta eram severamente reprimidas.

O trato dos problemas sociais do desemprego, miséria, doença e pobreza só foi reavaliado no século XIX, quando o modo de produção capitalista já estava consolidado havia várias décadas e o sistema fabril já se tinha generalizado na Europa e nos Estados Unidos. Havia uma crescente deterioração das condições de vida e de trabalho dos operários provocada pela maquinização das fábricas. Era grande o número de homens, mulheres e crianças à procura de emprego. Os salários eram muito baixos. A jornada de trabalho tinha duração de 15 horas ou mais. Os edifícios das fábricas eram mal iluminados, com ambientes fechados e insalubres. Não havia segurança no trabalho. Os acidentes eram constantes. Mal alimentados e mal pagos, os operários habitavam os bairros pobres das cidades industriais, sem infra-estrutura de água e de esgotos, convivendo com doenças de toda espécie.

A degradação de sua condição humana, a permanente ameaça de desemprego, o crescimento e concentração do operariado nos centros urbanos e as revoltas por melhores condições de vida favoreceram a conscientização política e a organização dos trabalhadores que, no século XIX, transformam-se numa força política independente. Surgiram os movimentos reivindicatórios e as greves.

O ludismo e o cartismo, na Inglaterra no primeiro quartel do século XIX, a Revolução Mundial de 1848 no continente e as greves de 1888-1892 preocuparam as classes dominantes européias, fazendo com que os governos reavaliassem seus métodos no trato dos problemas sociais da doença e da pobreza. No final daquele século todos os países importantes da Europa tomaram medidas de política social. A grande depressão econômica mundial que se inicia em 1860 também foi importante para suscitar uma nova atitude com relação aos problemas sociais, ao deixar claro que o desemprego tinha causas impessoais que decorriam dos próprios impasses econômicos do capitalismo. Não tinha nenhuma relação com a fraqueza moral dos indivíduos ou com uma atitude voluntária de recusa ao trabalho, como afirmavam os liberais ortodoxos.

Vários estudos importantes sobre as condições de vida da população inglesa e sobre a situação de trabalho nas indústrias também deram maior visibilidade às dramáticas condições de vida dos trabalhadores. Esses estudos relatavam um sistema de jornadas de trabalho excessivas, baixos salários, fome, subnutrição e habitação e educação precárias. Trouxeram à tona uma realidade estarrecedora. Os trabalhadores ficavam cada vez mais pobres e os problemas sociais se agravavam, acirrando a luta entre as classes sociais.

Fez-se necessária a intervenção do Estado através das políticas sociais para integrar os trabalhadores ao sistema produtivo e, ao mesmo tempo, atenuar os conflitos sociais decorrentes dos efeitos devastadores do capitalismo. As formas de proteção social construídas pela Igreja e pelo Estado precisavam ser modificadas para evitar o confronto entre capital e trabalho. O controle da força de trabalho ocupada e excedente passou a ser uma função estatal da maior importância para a manutenção das condições gerais da acumulação capitalista.

No início do século XX, tanto a Inglaterra como outros países centrais procuraram mudar seus métodos de tratamento da pobreza e impulsionaram medidas de política social em direção ao seguro social (ARAÚJO, 2004). Para Marshall (1967) já havia consenso sobre a universalidade das ações do Estado, agora tido como responsável pelo bem-estar das massas e não apenas pelo amparo aos indigentes. É importante observar que essas mudanças só foram implementadas quando se deu o confronto, isto é, as manifestações da classe operária na luta por direitos sociais contribuíram como um vetor dessas transformações nas relações entre as classes. O individualismo, o livre mercado e a busca desenfreada pela maximização de lucros estavam produzindo graves problemas sociais que interferiam no processo de acumulação de capital e o Estado teve que ampliar suas funções para conseguir articular garantias econômicas e sociais em torno das relações de produção.

Foi no interior do capitalismo liberal, portanto, que se originaram as primeiras medidas de proteção social públicas. Nos primeiros quarenta anos do século XX o *seguro social obrigatório* foi o seu principal instrumento de sustentação material. Foi na Alemanha, com Bismarck, membro do partido

conservador, que na década de 1880, foi dado o primeiro passo para o estabelecimento do seguro social compulsório, abrangendo os trabalhadores da indústria e do comércio. A promulgação da legislação social pelo governo teve o importante efeito político para Bismarck de neutralizar as investidas socialistas. O sistema previdenciário alemão incluía pensões por idade, invalidez e morte, cobertura para doença e maternidade, cobertura para acidentes de trabalho e, mais tarde, seguro-desemprego. Era financiado por contribuições em um esquema tripartite (Estado, capital e cidadão) e colocava o Estado como responsável por seu cumprimento.

Marshall (1967 apud Araújo 2004) explica que o seguro social apoiava-se numa nova contratualidade que diferia do seguro privado voluntário. Este tem receita proveniente do pagamento dos prêmios pelos segurados e da renda de suas aplicações, seguindo princípios de cálculo atuarial, à dimensão dos riscos. O seguro social, apesar de copiar a técnica atuarial, tem a sua contratualidade fundada em princípios de justiça distributiva e em decisões políticas. O caráter obrigatório do seguro social sob a égide do Estado rege-se pelos princípios da equidade e da justiça.

Após a criação do seguro social obrigatório e da conquista de significativos direitos sociais, completava-se o ciclo da cidadania marshalliana. Direitos civis, políticos e, agora, direitos sociais são incorporados ao domínio das relações de trabalho nos países centrais.

Na França, onde a questão dos direitos sociais é emblemática, as garantias legais avançaram mais lentamente do que na Inglaterra, Alemanha e países escandinavos. Na Inglaterra, entre 1906 e 1914, o governo iniciou amplas

reformas que redirecionaram sua intervenção nas questões sociais. Cobertura para doença e acidentes de trabalho, pensões por idade, invalidez e morte e seguro-desemprego eram direitos enunciados em normas constitucionais. Segundo Araújo (2004, p.68):

No campo dos direitos sociais, a Inglaterra havia avançado em relação a outros países. Encaminhou política voltadas para a educação básica universal, pública e compulsória, a partir de 1870, implementou uma legislação fabril (proteção às mulheres e crianças), proteção contra acidentes do trabalho (criação da Inspetoria das Fábricas, ligadas ao governo central), ações de saúde pública (campanhas de vacinação), mas não foi sem a resistência dos conservadores liberais que essas políticas se desenvolveram.

A Dinamarca, entre 1891 e 1903, introduziu programas de pensão. A Bélgica, entre 1894 e 1903, encaminhou uma legislação de seguro social. O governo suíço organizou um sistema de seguro nacional.

O Quadro 1, a seguir, mostra a evolução da implementação dos benefícios em países selecionados, desde o século XIX até o pós-Segunda Guerra mundial. A cobertura para acidente de trabalho foi o primeiro benefício a ser instituído nos países listados, com exceção da Dinamarca. Essas informações revelam que o desenvolvimento do seguro social foi muito além da Inglaterra e França. Outros países buscaram um sistema de proteção social alternativo às formas tradicionais privadas, com programas que diferiam de um país para outro de acordo com os recursos disponíveis e com o percurso histórico de cada um.

QUADRO I: POLÍTICAS SOCIAIS: PRIMEIRAS LEIS EM PAÍSES SELECIONADOS					
PAÍS	MODALIDADE DE BENEFÍCIO				
	PENSÕES POR IDADE, INVALIDEZ E MORTE	COBERTURA PARA DOENÇA E MATERNIDADE	COBERTURA PARA ACIDENTES DE TRABALHO	SEGURO-DESEMPREGO	SALÁRIO-FAMÍLIA
Alemanha	1889 ⁽¹⁾	1883 ⁽²⁾	1884 ⁽³⁾	1927	1954
Áustria	1906	1888	1887	1920	1948
EUA	1935	1965	1908	1905	—
França	1910	1928	1898	1905	1932
Inglaterra	1908 ⁽⁴⁾	1911	1897	1911	1945
Itália	1919	1912	1898	1919	1937
Japão	1941	1922 ⁽⁶⁾	1911	1947	1971
Dinamarca	1891 ⁽⁷⁾	1892	1898	1907	1952
Noruega	1936	1909	1895	1906	1946
Suécia	1913	1891 ⁽⁸⁾	1901	1934	1947
Fonte: US States Department of Health and Human Services, Social Security Programs Throughout the World.					
In: Araújo, 2004:67.					
(1) Alemanha: o Código de Seguro Social foi aprovado em 1911.					
(2) Alemanha: a inclusão da maternidade, como risco coberto, foi aprovada em 1927.					
(3) Alemanha: a inclusão de doenças ocupacionais, como risco coberto, foi aprovada em 1927.					
(4) Inglaterra: a lei de 1908 incluía apenas pensões por idade; pensões por invalidez foram aprovadas em 1911 e por morte, em 1925.					
(5) Itália: a lei de 1912 incluía apenas cobertura para maternidade; em 1927 foi incluída a cobertura para tuberculose e, em 1943, para doenças em geral.					
(6) Japão: essa lei foi aplicada depois de 1927.					
(7) Dinamarca: a lei de 1891 previa apenas pensão por idade; em 1921 foram incluídos os casos de invalidez					
(8) Suécia: a lei de 1891 previa auxílio em dinheiro para tratamento de doenças; a partir de 1931, a lei passou a garantir a prestação de serviços médicos.					

Nos períodos das duas Guerras Mundiais e na crise de 1929 os problemas sociais se agravaram. Foram períodos de grande desorganização econômica, social e política e as mazelas do capitalismo emergiram com maior intensidade. A tomada de consciência das condições de vida das populações pauperizadas e a crença de que, de fato, havia uma ameaça à ordem política e que a sociedade poderia explodir com as tensões sociais fez com que o Estado

burguês fosse levado a realizar pactos com os cidadãos, assumindo responsabilidades para com a população e criando um sistema contributivo. Os períodos de depressão também provocaram o aprofundamento da pobreza dos trabalhadores e o acirramento da luta de classes. Conforme descreve Araújo:

Foram períodos que demarcaram a dimensão do seguro social, a internacionalização de suas propostas e a semelhança dos seus conteúdos que foram influenciados pelos tratados e convenções. Desde 1919, com o Tratado de Versalles, a criação da Organização Internacional de Trabalho (OIT) e suas convenções subsequentes, mecanismos e fatores interativos encaminharam diretrizes para as políticas sociais no mundo ocidental, instituindo-se o modelo do Estado de Bem-estar Social (ARAÚJO, 2004, p.69).

A proteção social, traduzida como direito à seguridade social, à educação, à moradia só se efetivaria no século XX e se expandiria, efetivamente, no pós-Segunda Guerra Mundial, período que marcou uma nova era de mudanças significativas nas relações entre Estado e sociedade, tanto nos países ricos como nos países pobres. O próximo item fará um breve relato histórico da construção do *welfare state* no mundo ocidental moderno bem como do conceito de seguridade social.

2.3. O WELFARE STATE E OS ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL

O *welfare state* foi uma construção da sociedade europeia do pós-Segunda Guerra Mundial e correspondeu ao estabelecimento de um pacto social que implicou na acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais de forma a proporcionar padrões de vida mínimos à população. O Estado passou a promover a integração social, garantindo tipos mínimos de renda (seguro contra doença, velhice, invalidez, acidente de trabalho, desemprego e

morte) e também subsídios alimentares, saúde, educação, habitação, que foram assegurados a todo cidadão não mais como caridade, mas como direito de cidadania (VIANNA, 1998).

A expressão *welfare state* foi adotada pelos ingleses no fim da Segunda Guerra Mundial nos anos 1940. Os ingleses a utilizaram para assim designar um mundo novo no qual queriam viver. Neste mundo,

[...] a sociedade se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldades. Mais precisamente, o risco a que qualquer cidadão, em princípio, está sujeito – de não conseguir prover seu próprio sustento e cair na miséria – deixa de ser problema meramente individual, dele cidadão, e passa a constituir uma responsabilidade social, pública. O Estado de bem-estar assume a proteção social como direito de todos os cidadãos porque a coletividade decidiu pela incompatibilidade entre destituição e desenvolvimento (VIANNA, 1998, p.11).

Associado à mesma noção de *welfare state* foi difundida a expressão *social security*, cuja tradução para o português foi feita com a adoção do neologismo *seguridade social*. O sentido do termo seguridade é o de contrapor-se à idéia restrita de *social insurance*, o seguro social. Este alcança apenas os segurados contribuintes, na proporção de suas contribuições, enquanto o conceito de seguridade social evoluiu para a universalização dos direitos sociais, tornando-os um dever do Estado para com todos os cidadãos. A seguridade tem uma natureza pública e universal, enquanto o seguro é individual e seletivo.²²

Tomando como base a moderna literatura sobre política social, Teixeira (2004, p. 20) define seguridade social como:

²² Segundo Sussekind (1955 apud ARAÚJO, 2004, p. 110), a expressão seguridade social foi utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos no *Social Security Act*, que dispôs em um mesmo sistema as principais modalidades de seguro e de assistência social. A partir dessa lei, a expressão passou a ser usada não só internacionalmente, como forneceu o conteúdo para vários acordos e declarações firmados entre governos.

[..] um amplo sistema de proteção social, indispensável ao processo de reprodução da força de trabalho e, portanto, do próprio capital. Esta proteção é oferecida aos trabalhadores em caso de perda ou esgotamento, parcial ou total, temporário ou definitivo, de sua força de trabalho ou das condições de exercê-la – por velhice, doença, acidente ou pela ocorrência de condições sociais adversas, sejam elas conjunturais (ligadas ao ciclo econômico), sejam elas estruturais (resultantes da impossibilidade, para milhões de pessoas que vivem em condições de miséria absoluta, de ter acesso aos mercados formais de trabalho).

Vianna (1988, p. 11) diz que:

A seguridade social consiste num pacto pelo qual os desiguais habitantes de um país reconhecem na cidadania uma medida de igualdade, não apenas formal, mas substantiva, que a todos capacita ao gozo do patrimônio comum de uma vida digna e civilizada.

Cabe ao Estado moderno, como guardião dos direitos coletivos, proteger esse pacto.

Os pilares em que se assentava a ordem econômica mundial no final da Segunda Grande Guerra proporcionaram essa configuração assumida pela sociedade européia. Transformações radicais se operavam naquela época, tanto na órbita das atividades econômicas (nas esferas produtiva, tecnológica, comercial, monetária e financeira) como na dimensão de poder no mundo capitalista. Os Estados Unidos assumiram a posição de potência hegemônica e procuraram estabelecer uma ordem internacional que lhes fosse favorável.²³ A

²³ A estratégia para a consolidação da hegemonia americana implicava em permitir a reconstrução da Europa, inclusive da Alemanha e do Japão – países estrategicamente situados na fronteira da guerra fria. O Plano Marshall, de 1947, proporcionou a integração econômica européia, o avanço da economia alemã e japonesa, bem como a melhoria geral dos principais países europeus. Com base em moedas desvalorizadas frente ao dólar, baixos custos de mão-de-obra, tecnologia atualizada proporcionada diretamente pelos Estados Unidos e forte apoio do Estado, cresceu a produção manufatureira e o comércio mundial das economias européias e japonesa. Os empréstimos americanos, a intensificação do investimento direto das filiais das grandes corporações americanas na Europa e a saída para o exterior dos bancos americanos com a formação de um mercado financeiro *off-shore* (mercado de eurodólares), provocou respostas

presença soviética no leste europeu e o sucesso dos partidos comunistas no ocidente transformaram o pós-guerra num período de confronto entre dois sistemas sociais antagônicos. É justamente a existência simultânea de um mundo bipolar e confrontado e da pressão de partidos políticos e sindicatos dos trabalhadores, exercendo papel ativo na mobilização pela solução de questões sociais, que permitiu aos países de capitalismo central adotar políticas econômicas keynesianas e sistemas de seguridade social avançados. Buscava-se afastar, simultaneamente, os perigos do nazi-fascismo e do comunismo na Europa, alicerçando-se um conjunto de medidas de política social que consolidariam o *welfare state* e que permitiriam a reestruturação do capitalismo em suas bases hegemônicas. Um longo ciclo de crescimento econômico transcorreu entre as décadas de 40 e 70 do século passado, acompanhado de aumento da produtividade do trabalho, elevação dos salários reais, redução das taxas de desemprego e aumento do consumo de massas.

Mello observa que os Trinta Anos Gloriosos, período em que foram sedimentados os *welfare states*,

[...] se caracterizaram pela sua excepcionalidade, por uma peculiaridade histórica que não tem sido suficientemente sublinhada, a saber: que a hegemonia americana foi de fato exercida num ambiente de competição entre o capitalismo e o socialismo real. Assim, não podemos esquecer que a reconstrução da Europa e do Japão foi conduzida à sombra da Revolução Soviética e da Revolução Chinesa. Particularidade decisiva, à qual se somou a luta das forças democráticas européias e dos *new dealers* americanos, forjadas em meio a duas guerras mundiais, a crise de 29 e aos horrores do nazi-fascismo. Uns e outros procuravam construir instituições – tanto no âmbito internacional quanto nacional – capazes de impedir as catástrofes provocadas pelo capitalismo descontrolado (MELLO, 1997, p.18).

fortemente dinâmicas dos capitais nacionais europeus, mas também a transnacionalização do espaço nacional americano (TEIXEIRA, 1994).

Historicamente, portanto, o *welfare state* foi resultado de uma série de fatores (políticos, econômicos, culturais, estruturais ou conjunturais) que se combinaram de forma específica e diferenciada em cada país. Ainda que correndo o risco de cair em reducionismo é possível levantar um conjunto de características que foram comuns aos sistemas de seguridade social montados no pós-Segunda Guerra. A primeira característica histórica que pode ser apontada é que os sistemas de proteção social são contemporâneos do moderno capitalismo industrial e do proletariado fabril (TEIXEIRA, 2004). Esses sistemas avançaram no Século XX como contrapartida da expansão da produção capitalista e na medida em que as situações de risco originadas desse processo se generalizavam.²⁴ Os sistemas de seguridade social foram se estabelecendo no mundo contemporâneo em função dos níveis diferenciados de industrialização e urbanização dos diversos países. Por sua vez, o próprio desenvolvimento econômico permitiu a crescente capacidade de arrecadar recursos pelo Estado, viabilizando a expansão da proteção pública. A tendência geral de evolução dos sistemas de seguridade foi a de passarem da concepção de previdência enquanto seguro para o conceito de seguridade, assumindo o Estado, nessa trajetória, papel cada vez mais preponderante.

²⁴ O avanço da produção capitalista e o seu caráter cíclico fazem aumentar o número de trabalhadores dependentes do mercado de trabalho e expostos ao desemprego, assim como cresce o número de acidentados no trabalho e de idosos inativos. Quanto mais intensa a industrialização e quanto mais fraca se torna a possibilidade de soluções espontâneas e associativas para os riscos sociais (família e comunidade), mais complexa e urgente se torna a introdução dos esquemas de proteção social. O *welfare state* se desenvolverá por conta dos efeitos negativos do processo produtivo capitalista, socializando os custos de reprodução da força de trabalho.

A construção dos sistemas de seguridade social foi também resultado do fortalecimento dos partidos social-democratas e da imensa aceitação das propostas keynesianas de políticas anticíclicas. O orçamento público comportava recursos que serviriam, de um lado, para o financiamento da acumulação de capital e, de outro, para a reprodução da força de trabalho. Cabe ao Estado keynesiano a aplicação de uma política fiscal progressiva, de modo a garantir o pleno emprego, desenvolver a produção de bens e serviços sociais e promover a redistribuição da renda nacional.

Essa combinação de políticas resultou numa época de grande prosperidade denominada de *era de ouro* ou de *anos gloriosos* pelos historiadores (anos de 1945 a 1973). O *welfare state* keynesiano estimulava o dinamismo econômico e convivia com a organização dos trabalhadores em sindicatos, intensificando negociações e permitindo certo equilíbrio entre os interesses contraditórios do capital e do trabalho. Criou-se uma espécie de expansão virtuosa que unia estabilidade econômica e harmonia social, com o Estado operacionalizando políticas sociais que propiciaram melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

Outra característica determinante para o desenvolvimento e expansão do *welfare state* na segunda metade dos anos 1950 foi o peso da força política e organizacional dos trabalhadores. As pressões decorrentes da mobilização e organização da classe operária reivindicando proteção social produziram o alargamento dos direitos e a garantia de benefícios. À consciência operária combinava-se a disposição dos setores dominantes para efetuar alianças

interclasses. Um outro bloco de interpretação a respeito do desenvolvimento do *welfare state* enfatiza não a capacidade de organização dos trabalhadores, mas o comportamento das elites. A baixa legitimidade democrática do regime leva os dirigentes a adotar medidas de proteção social em resposta à mobilização operária; ou, diante da ausência de hegemonia burguesa, a seguridade social é instituída como prevenção contra a mobilização operária (VIANNA, 1998).

Nos países centrais foi organizado um regime capitalista regulado pelo Estado intervencionista. Segundo Araújo (2004), é corrente a aceitação de que o *boom* do pós-Guerra deve-se também à adoção do modo de produção *fordista*²⁵ associado a essa política macroeconômica adotada pelo Estado, que permitiu o equilíbrio entre a oferta e a procura, a organização da massa assalariada em sindicatos, intensificando as negociações e consolidando o equilíbrio entre interesses contraditórios do capital e do trabalho.

Após um longo caminho de consolidação e institucionalização, as duas décadas finais do Século XX anunciaram uma nova elaboração nos edifícios dos *welfare states*. Novamente neste período, tal como se deu com a fase do pós-guerra até os anos 70, as mudanças operadas pela nação hegemônica irão afetar o modo como havia de se estruturar a política e a sociedade mundial.

Embora não seja objeto de investigação deste trabalho é imprescindível fazer referência a essa passagem da história, já muito conhecida, de reviravolta na trajetória de crescimento do mundo capitalista. A intenção é a de pinçar alguns

²⁵ Chama-se *fordismo* a articulação realizada por Henry Ford entre a produção em massa e o consumo de massa. A fixação do salário, para a jornada de oito horas, inicialmente em cinco dólares (elevada posteriormente) inaugura uma política salarial ligada à produtividade, permitindo ao operário o acesso ao consumo (CASTEL, 1998, p. 432 apud ARAÚJO, 2004, p. 73).

dados importantes para a compreensão do presente. No final dos anos 60, nas economias capitalistas avançadas, já começara a perder força o impulso dinâmico do setor de bens duráveis, deixando de se fazer sentir o efeito acelerador produzido pelos investimentos no setor de bens de capital. Isso fazia menor o ritmo de crescimento da produção, emprego, investimento e produtividade na economia mundial. Estes acontecimentos no campo produtivo foram acompanhados de inflação e déficit público.²⁶

Por seu turno, a indústria americana perdia competitividade frente às modernizadas e dinâmicas indústrias européias e japonesa, produzindo um desbalanceamento da relação de forças no plano internacional. Caía a participação dos EUA na produção manufatureira e no comércio mundial e, assim, a economia americana via agravar o seu déficit do balanço de pagamentos. Os déficits externos abalavam a credibilidade do papel internacional do dólar, colocando sob suspeita a capacidade dos EUA de sustentar o padrão ouro-dólar, nos patamares estabelecidos em Bretton Woods. A crise se agravou no início dos anos 70 e sua consequência mais imediata foi uma intensa especulação contra o dólar, movida principalmente pelas próprias empresas americanas no exterior. O governo americano promoveu, então, a desvalorização cambial e suspendeu a

²⁶ É importante situar brevemente a razão da inflação e do déficit público nessa fase, para evitar associá-los aos gastos excessivos com o sistema de seguridade social, argumento muito corriqueiro entre alguns autores que advogam o equilíbrio das contas públicas. Teixeira (1994:33) explicita que, “o rápido crescimento industrial dos anos 50 e 60 esteve associado a um endividamento crescente por parte de famílias, empresas e governo. Quando a tendência reverteu, este endividamento se tornou cumulativo e revelou sua face perversa, pela necessidade que impunha de mecanismos para girar a própria dívida. A consequência foi uma elevação do custo financeiro das empresas que, somada a uma estrutura rígida de custos fixos, reduzia as margens efetivas de lucro e induzia a elevação dos *mark-ups* desejados nos setores oligopolizados, formadores de preços à escala internacional, o que era finalmente repassado aos preços finais. No que toca ao setor público, o ritmo declinante da atividade econômica implicava simultaneamente aumento de despesas e redução de receitas, agravando a pressão inflacionária”.

convertibilidade do dólar em ouro a partir de 1971, adotando o sistema de taxas flutuantes de câmbio. Era o desmonte do sistema de *Bretton Woods*.

Chama atenção nesta fase – anos 70 – a larga expansão do mercado financeiro. Segundo Teixeira (1994), ali estava o “ovo da serpente”. Os grandes bancos americanos ultrapassaram as fronteiras do país e se instalaram no espaço europeu, formando o mercado de eurodólares. Com isso, escapavam do controle dos instrumentos tradicionais de política econômica, inclusive por parte do *Federal Reserve* norte-americano.

Ao modificar o caráter de atividade bancária, ao constituir um mercado financeiro, unificado e privado, livre de regulamentações nacionais, ao transcender as fronteiras nacionais, ele tornava ineficazes as políticas monetária, fiscal e cambial de qualquer país e criava as condições para a febre especulativa que viria a pôr abaixo o sistema de *Bretton Woods*, em um primeiro momento, e desestabilizar a própria economia mundial, posteriormente (TEIXEIRA, 1994, p. 34).

O que ocorreu nos anos 1970 abriu as portas para um novo ciclo da economia mundial. Chegara ao fim o longo ciclo de crescimento do pós-guerra. A tendência declinante da indústria e a crise progressiva da hegemonia americana, que prosseguia mesmo após a desvalorização cambial, fizeram com que os EUA reagissem e empreendessem, em 1979, uma reviravolta na política econômica, elevando os patamares das taxas de juros, atraindo a riqueza do resto do mundo para os ativos denominados em dólar e provocando a valorização do dólar.²⁷ O objetivo dos Estados Unidos era o de submeter seus parceiros no mundo capitalista e retomar o controle e a direção do sistema. Os anos 80 começaram,

²⁷ No plano militar, os EUA empreenderam programas armamentistas de alto conteúdo tecnológico, que acabaram por dobrar a União Soviética e destruir sua capacidade financeira (TEIXEIRA, 1994).

assim, em meio a grande recessão, após o impacto da crise do petróleo e da política associada à retomada da hegemonia americana. Era a diplomacia do dólar forte.

A ocorrência mais imediata da política recessiva americana nas demais economias foi uma crescente instabilidade monetária e cambial, desequilíbrio nos balanços de pagamentos, crise da dívida na periferia capitalista, déficits fiscais de natureza financeira ligados aos ajustes monetários dos balanços de pagamentos e paralisação do mercado internacional de crédito.

Teixeira (2000, p. 4) resume essas circunstâncias da seguinte forma:

As conseqüências dessa reviravolta são por demais lembradas: a recessão norte-americana e mundial, a quebra do euromercado, a crise da dívida que atingiu não só a periferia capitalista, mas o próprio mundo socialista e, a partir de 1983, a retomada do crescimento econômico dos Estados Unidos, que haveria de se prolongar até o fim da década; por outro lado, o fim da União Soviética e do próprio bloco socialista.

Para o mundo periférico foi o colapso das suas economias. A contração brusca da oferta de crédito impossibilitava-os de rolar suas dívidas. Não tendo como pagá-la, agravavam as já recessivas condições de funcionamento de suas economias. O duro ajuste forçado diminuía a renda e o emprego disponível em função do baixo crescimento, provocava o aumento da concentração da renda e da riqueza e exacerbava a exclusão social. E, o que era já grave, tornou-se pior: fortes movimentos especulativos atingem essas economias, agora desreguladas, o que fez crescer as dificuldades do Estado de fazer uma gestão adequada de suas políticas monetária e fiscal.

O que se quer aqui ressaltar com essa passagem pela história é que este é um momento muito importante, porque caracteriza um novo quadro mundial que permite aos Estados Unidos assumirem o comando das principais alavancas de poder capitalista, ao mudar o modo de operação da economia internacional via restauração da centralidade do dólar no sistema monetário internacional e, o que é importante, fazê-lo através de um dólar desvinculado do ouro. Essa nova forma de liderança, na verdade uma nova forma de dominação, permite aos Estados Unidos assumir uma posição imperial, dada a assimetria de poder militar, financeiro e tecnológico com relação aos demais países do mundo.

Como centro do poder mundial dentro destas novas circunstâncias, os Estados Unidos exercerão uma poderosa direção intelectual e farão a regulação de políticas no mundo. Isso terá implicações decisivas para a propagação (e aceitação) das teses ortodoxas sobre política econômica para os países centrais e periféricos. A generalização do seu sistema de idéias no campo da Economia – e de seus interesses nacionais – atingirá o *welfare state*. A crise política e econômica da União Soviética e as fragilidades da socialdemocracia europeia contribuíram, inegavelmente, para constranger o pensamento crítico e para criar condições favoráveis à investida de idéias e de políticas liberais propagadas a partir dos EUA. Mas não apenas isso. Uma série de circunstâncias econômicas iniciadas na década de 70 provocou transformações no ambiente produtivo, que passou a ser substancialmente diferente daquele em que o *welfare state* europeu havia sido construído.

Havia um novo padrão de estruturação industrial em curso e um novo paradigma tecnológico. Teixeira explica:

Nessa fase desencadeou-se uma vertiginosa onda de inovações, técnicas organizacionais, que configuram uma verdadeira “terceira revolução industrial” (cic), cujos traços principais são: a emergência do complexo eletrônico, como setor líder em termos de dinamismo e de introdução de inovações; a transformação dos métodos de produção com a generalização dos processos de automação flexível; a introdução de inovações na forma de gestão e de organização empresarial; o surgimento de novas formas de concorrência entre empresas, através de “alianças tecnológicas”; o aguçamento da competição mundial através da adoção de estratégias deliberadas de busca de competitividade (TEIXEIRA, 1994, p.11).

Os modernos processos de racionalização da produção e o avanço técnico resultaram em aumento da relação capital-trabalho. Para não haver desemprego seria necessária uma vigorosa acumulação de capital. O contrário, entretanto, foi o que se verificou, iniciando-se uma fase de baixo crescimento.

O grande capital se reestruturou e, dentre as estratégias utilizadas, adota novos métodos de organização e novos processos de trabalho e resultou em outro pacto social com o trabalho e o Estado, exigindo uma regulação mais flexível. Houve aí um período de reestruturação econômica e de reajustamento social, dando passagem a novos regimes de acumulação (HARVEY, 1992 apud ARAÚJO, 2004, p.50).

Os modernos processos de racionalização da produção implicam na redução dos postos de trabalho, excluindo parcelas consideráveis da população de trabalhadores do mercado de trabalho e dos direitos dele decorrentes. O que se quer ressaltar, entretanto, é que o desemprego, que se mostrou crônico e severo, não é uma decorrência natural do progresso técnico. É, principalmente, uma decorrência da perda de dinamismo das economias capitalistas, conforme descrito anteriormente, e das políticas de estabilização recessivas adotadas após

os anos 1980 em todo mundo, que implicaram no abandono das metas de pleno emprego – à exceção da economia americana e de poucas economias periféricas emergentes, que se mostraram prósperas. As empresas, ao absorverem nova tecnologia, em um quadro geral de desaceleração do ritmo de acumulação, geram maior produtividade, mas também maior desemprego.

A redução da capacidade de absorção do mercado de trabalho teve como resultado a exclusão social crescente e os sistemas de proteção social mostraram-se frágeis para atender às demandas por benefícios sociais, porque perdia força a base financeira de sua sustentação, apoiada no trabalho assalariado. O baixo dinamismo da economia, portanto, estava na raiz da crise fiscal, uma vez que implicava em reduzido crescimento das receitas públicas e no aumento dos gastos relacionados aos problemas do alto nível de desemprego, aumentando os desembolsos com transferência, particularmente de seguro-desemprego.

O peso da recessão por certo esvaziava os orçamentos públicos, mas é fundamental ressaltar que a crise fiscal do Estado também tinha razões que estavam além de sua manifestação meramente fiscal. O problema central, como menciona Araújo (2004), estava no crescimento dos gastos financeiros do Estado, que denunciavam o seu caráter crescentemente rentista.

Ao descrever o caráter do rentismo presente no ciclo atual de financeirização, Pochmann diz:

O contínuo desajuste das finanças públicas está relacionado com a existência de um elemento de ordem estrutural na dinâmica capitalista atual que transforma o setor público no comandante da produção de uma nova riqueza financeirizada, apropriada privadamente na forma de direitos de propriedade dos títulos que

carregam o endividamento público. Assim, para dar conta da contínua geração de direitos de propriedade dos resultados da acumulação financeira, tornou-se imperativo implementar um padrão de ajustamento regular nas finanças públicas e que termina atuando perversamente para imensa maioria da população excluída do ciclo da financeirização (POCHMANN, 2005, p.26).

Segundo Mello,

Tudo se passa como se as tendências fundamentais do capitalismo reemergissem com intensidade redobrada. O desenvolvimento monstruoso do capital financeiro revelou uma verdade incontestável. Ou por outra, verdade bem conhecida de Marx e Keynes, de Braudel e Polanyi – nós é que andávamos meio entorpecidos pelas décadas de capitalismo domesticado, esquecidos de que o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca da riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro. Esta abstração destrutiva aparece com toda a sua força nua e crua no atual rentismo especulativo. Mas parece por assim dizer encoberta pelo véu tecnológico das forças produtivas desencadeadas pela Terceira Revolução Tecnológica, sob o qual também se camufla o conflito entre capital produtivo e capital especulativo (MELLO, 1997, p. 23)

Os que aplicam seu patrimônio na compra de títulos que lastreiam a dívida financeira do Estado acabam por exercer forte influência na política econômica, interferindo em seu curso e constringendo seus gestores, muitas vezes, a atender seus interesses. A contrapartida dessa estratégia do Estado foi o descomprometimento em relação às carências do conjunto da classe trabalhadora, fortemente dependente dos serviços e benefícios públicos quando o mercado a coloca em dificuldade de sobrevivência. O Estado brasileiro também manifestará essa mesma conduta nas suas estruturas de poder e no seu aparato fiscal, conforme será analisado nas partes seguintes deste capítulo.

O movimento sindical por seu turno também sentiu o impacto das mudanças que atingiram o mundo do trabalho, não se constituindo mais como

uma ameaça política e econômica. As reformulações da legislação trabalhista e social, diante da menor capacidade de resistência dos trabalhadores, foram ocorrendo e eliminando as coerções legais que davam sustentação aos direitos. A flexibilização da legislação trabalhista e o ajuste das políticas previdenciárias visando o rebaixamento dos custos da força de trabalho e de contribuições sociais viraram palavras de ordem, por serem consideradas medidas imprescindíveis para dar dinamismo às economias estagnadas, elevar o nível de emprego e proporcionar condições de competição aos capitais nacionais num mercado globalizado. Os países asiáticos, notadamente a China, e mesmo os EUA, possuem mercados de trabalho mais desregulamentados, à custa da proteção social do Estado, o que pressiona pela reformulação dos *welfare states* da Europa Continental.

De uma forma mais resumida pode-se dizer que, a crise que se propagou desde os anos 1970, promoveu o colapso do *fordismo* e abalou os fundamentos dos *welfare states* estruturados no pós-guerra e articulados a partir dos fundos públicos de proteção social. Essa estruturação se baseou numa economia muito próxima do pleno emprego e de forte industrialização, na qual os salários, em patamares mais elevados e mais estáveis, eram a garantia de contribuições também estáveis para sustentar o gasto público com proteção social. A situação de baixo crescimento e de políticas recessivas, os novos paradigmas tecnológicos, o fim da guerra fria, as novas formas de globalização com a concentração de capitais e de rendas em ativos financeiros mudaram profundamente as relações de trabalho, a capacidade de mobilização das organizações dos trabalhadores e o processo de acumulação do capital.

Ao mesmo tempo, a crítica à expansão das funções do Estado ganhou espaço, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. O Estado é acusado de ineficiência na alocação de recursos, incapacidade fiscal para contornar os problemas sociais e inflação por excesso de gasto. A velha doutrina liberal é apresentada com nova roupagem, o neoliberalismo. As políticas estratégicas que propõe são as mesmas para os quatro cantos do mundo, embora os países tenham realidades diferentes e os problemas sejam diversificados em cada um deles. Prega uma economia sem fronteiras, na qual as corporações transnacionais possam atuar livremente em todos os mercados sem qualquer interferência do Estado. Quanto às funções do Estado, devem se restringir àquelas essenciais – segurança, justiça, saúde, educação – abandonando de suas funções produtivas. Propõe-se o retorno ao Estado mínimo e à sociedade livre fundada no mercado. Os fundos públicos que dão sustentação às políticas de proteção social devem ser desmontados, transferindo responsabilidades para o mercado e para o próprio indivíduo.

Em vários países capitalistas iniciou-se o processo de flexibilização do mercado de trabalho, desregulamentação, privatização e abertura dos mercados. Surgiram as pressões pelo desmonte dos *welfare states* e pela privatização da proteção social. A ortodoxia da política econômica, diante do impasse financeiro do *welfare state*, recomenda o aumento de impostos e corte de gastos, com o que se agrava ainda mais o problema do baixo ritmo da acumulação, alimentando o círculo vicioso que se estabelece entre recessão, desemprego, crescimento das despesas ligadas às políticas sociais, desequilíbrio fiscal e política econômica recessiva como resposta ao problema fiscal, com o que se retoma o início do

circuito de crise. As conquistas sociais foram ameaçadas, alguns direitos suprimidos e a política social tornou-se seletiva.

Em síntese, conforme alertou Araújo (2004), a situação de crise financeira do *welfare state*, embora não seja de natureza exclusivamente fiscal, é uma questão crucial que remete à possibilidade de sustentação material das políticas de seguridade social. Esta, por sua vez, é fortemente dependente de um alto padrão de produção e consumo e da estabilidade da relação de trabalho, que garantem o repasse de recursos arrecadados de trabalhadores e empregadores aos sistemas de proteção social.

A situação atual do *welfare state* é, entretanto, a expressão de algo muito mais complexo que remete a outra questão fundamental. As premissas que alicerçaram a construção do *welfare state* perderam a sua efetividade por várias razões: mudou a estratégia política e econômica do centro hegemônico; surgiu um novo ciclo de acumulação financeira na economia mundial após os anos 1970 que implicou em perda de dinamismo das economias capitalistas salvo algumas exceções²⁸; surgiram fortes tensões provocadas pelo vertiginoso avanço tecnológico; desencadeou-se um processo extremamente competitivo e desenfreado de acumulação de capital; e, o que é bastante relevante nesse cenário, foram adotadas políticas neoliberais recessivas. O fato é, no entanto, que as políticas sociais até então praticadas já não interessavam mais no novo cenário do mundo capitalista desenvolvido. O conjunto de processos políticos,

²⁸ A economia americana, Índia, China e a de outros países asiáticos como Coreia, Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Cingapura apresentaram um dinamismo abundante nos anos 1980 e 90.

econômicos e sociais em curso nas três últimas décadas fez com que os direitos sociais relativos à seguridade social perdessem importância.

Os problemas com o *welfare state*, portanto, estão muito além do diagnóstico cataclísmico dos efeitos do envelhecimento da população e da redução da base de contribuintes. Estão muito além, também, da perda de incentivo para o trabalho em função de benefícios sociais generosos ou mesmo das distorções provenientes do baixo nível de poupança. Fica patente, em uma análise histórica que os problemas de déficit do *welfare state* não vão se resolver com as reformas empreendidas nos anos 1980/90, que buscaram ajustar o valor das contribuições aos benefícios, aumentar a eficiência do sistema e remover as iniquidades dos regulamentos de benefícios, porque apenas isso não é suficiente. Há determinantes externos aos sistemas de seguridade social, que independem de seu funcionamento e que provocam resultados adversos na sua capacidade de financiamento e de promoção do equilíbrio social a que foram destinados.

Há, no entanto, que se fazer registro de que seria um enorme exagero atribuir uma vitória acabada da perspectiva neoliberal de desregulação, plena flexibilização e rebaixamento da proteção social. Nas economias européias, abertas e globalmente integradas de hoje, a despeito de todo esse quadro geral adverso e de percepções muito difundidas, não se pode falar em mudanças significativas nos *welfare states*, isto é, não se pode enxergar desmonte e desarticulação do modelo social europeu. Ao contrário, o grau de redução que ocorreu foi modesto, conforme descreve Esping-Andersen (1995). O que houve foi um movimento de adaptação e ajuste controlado, com mudanças na margem e não uma agenda simplesmente definida pelo mercado, conforme concluiu Condé

(2004). Isso fica claro nas tendências do gasto social, que permaneceu essencialmente estável, embora cada país tenha encontrado respostas nacionais diversas, de acordo com seus próprios cenários de tradições e instituições, com suas peculiaridades e soluções políticas típicas, onde a interação e intermediação de interesses divergem muito, alterando as respostas dentro dos *welfare states*. Enfim, na Europa, os desafios internos de cada país jogam papel importante nas agendas sociais, mas o modelo social europeu, guardadas as diferenças, não tendeu para uma progressiva privatização e ausência de Estado e não se pode constatar como fato uma erosão da Europa social (CONDÉ, 2004).

Se os *welfare states* europeus não foram desestruturados, nos países periféricos, entretanto, os sinais de mudança do sistema são mais evidentes, com ativa privatização e abandono de políticas de proteção social na Europa oriental e em grande número de países da América Latina. Mesa-Lago identifica três modelos gerais de reformas estruturais²⁹ existentes na América Latina: o substitutivo, que fecha o sistema público, substituindo-o por um sistema privado – adotado pelo Chile, Bolívia, México, El Salvador, Nicarágua e República Dominicana; o paralelo, no qual o sistema público não é fechado, mas reformado, totalmente ou parcialmente, e cria-se um novo sistema privado e os dois competem entre si – adotado pelo Peru e Colômbia; e, misto, em que se integra um sistema público, que não é fechado e concede um benefício básico, com um sistema privado, que oferece um benefício complementar – adotado pela

²⁹ Reformas estruturais são as que modificam radicalmente o sistema público, seja substituindo-o completamente por um sistema privado, seja introduzindo um componente privado como complemento ao público, seja criando um sistema privado que concorra com o público (MESA-LAGO, 2003).

Argentina, Uruguai e Costa Rica. O Brasil, diferente dos países citados, introduziu reformas paramétricas (não-estrutural) em 1998 e 2003, conforme será analisado no próximo capítulo, mantendo o sistema público de repartição.

Segundo Mesa-Lago e Müller (2003), as reformas previdenciárias estruturais que ocorreram na América Latina nas duas últimas décadas do século passado e neste início de século implicaram abandono fundamental da lógica prévia da seguridade em pelo menos quatro pontos: de provisão coletiva para provisão individual para a aposentadoria; de um sistema de repartição para um sistema inteiramente capitalizado; do Estado para o mercado como supridor principal dos benefícios previdenciários; e de solidariedade-equidade para concorrência-eficiência como princípios fundamentais do sistema. Essa mudança de paradigma implica uma revisão substancial do contrato social, mas cientistas políticos, sociólogos e economistas chamam atenção para a notável persistência dos arranjos previdenciários existentes, o que significa dizer que os esquemas de repartição podem enfrentar ajustes e reduções, mas se mostraram altamente resistentes a reformas muito radicais.

Resumindo as explicações sobre os processos políticos, atores e fatores que levaram à adoção de reformas radicais na América Latina, Mesa-Lago e Müller dizem:

Entre as forças propulsoras das reformas estavam os economistas neoliberais nos ministérios de Finanças e Economia, as instituições financeiras internacionais (IFIs), os empregadores em geral, os empresários e o setor financeiro. Entre as forças de oposição estavam os partidos políticos de esquerda, a burocracia da seguridade social, sindicatos fortes e associações de pensionistas. A margem de manobra desses atores foi limitada pelos arranjos institucionais existentes, por fatores políticos e pelas condições econômicas. As restrições de ordem legal incluíram as normas constitucionais. Os fatores políticos mais importantes foram o grau de controle do Executivo sobre o Legislativo,

os vínculos dos sindicatos com o governo e a capacidade de alguns grupos de revogar a lei de reforma através de instrumentos de democracia direta. Entre as condições econômicas que impulsionaram ou obstruíram as reformas notamos o objetivo de incentivar a poupança nacional e o mercado de capitais (de fato, rejeitados pela evidência), a crise fiscal do sistema previdenciário público, os custos fiscais da transição determinados por múltiplas variáveis e o elevado grau de endividamento com as IFIs. A resposta dos formuladores de políticas à pressão externa das IFIs variou de uma posição de alinhamento à dissimulação e à rejeição (MESA-LAGO e MÜLLER, 2003, p. 59).

2.4. A TRAJETÓRIA DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O objetivo deste item é fazer um breve relato histórico da trajetória do sistema de previdência social no Brasil procurando descrever o conjunto de políticas no contexto sócio-econômico em que foram surgindo. A intenção é construir um percurso que permita chegar a uma interpretação do sistema de seguridade social existente hoje e das transformações pelas quais passou no período recente.

O estudo da história da previdência social no Brasil permite constatar que houve uma trajetória de constante evolução em matéria de proteção social até o final dos anos oitenta do século passado. Os seguros sociais na América Latina foram introduzidos a partir de certas categorias de trabalhadores, durante um período longo. No Brasil há uma nítida diferença na organização dos seguros antes e depois de 1930. Antes deste ano, não se pode falar de legislação social sistemática. O país se caracterizava por ser agrícola e exportador, apoiado na produção de café. O poder era controlado pela oligarquia rural e a ideologia dominante era o liberalismo, isto é, o contrato livre de trabalho.

Os montepios são as manifestações mais antigas de previdência social. Foram instituições que, pelo pagamento de cotas, cada membro adquiria o direito de, por morte, deixar pensão. O primeiro montepio surgiu em 1835 – o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral). Em 1888, houve a criação de uma “Caixa de Socorro” para os trabalhadores de cada uma das estradas de ferro estatais (EDUARDO, EDUARDO e TEIXEIRA, 2006). No final do século XIX, certos trabalhadores urbanos foram incluídos em alguns benefícios muito restritos, como o direito à pensão de velhice. Eram os *oficiais* e algumas categorias de operários da casa da Moeda, dos telégrafos e da imprensa nacional. Para Faleiros (2000), o benefício era discriminatório entre os trabalhadores, o que mostra sua outorga em busca de uma lealdade seletiva por parte do governo, e não em razão de uma pressão exercida por esses grupos específicos.³⁰

Um decreto-lei de 1919 tornou compulsório o seguro contra o risco profissional (conhecido por lei dos acidentes de trabalho) e tinha um caráter indenizatório e privado, dependendo de um processo policial para definir a procedência da demanda (ARAÚJO, 2004). Faleiros (2000) argumenta que a lei sobre os acidentes de trabalho pôde ser o resultado de uma pressão forte e imediata da classe operária, mesmo espontânea e anarquista. O núcleo principal do movimento operário, nessa época, fundamentava-se no anarquismo, com as uniões de resistência dirigidas pelos imigrantes europeus.

³⁰ Em 1835, houve a criação de uma caixa de assistência para os funcionários do estado; em 1888, para os ferroviários das estradas governamentais; em 1889, para os empregados do Correio e da imprensa oficial; e, em 1911, para os trabalhadores da Casa da Moeda (FALEIRO, 2000).

O quadro que se seguiu à Primeira Guerra Mundial era mais favorável à intervenção estatal que o período histórico anterior, quando predominava o ideário liberal. O Tratado de Versalles, em 1919 e a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) influenciaram no encaminhamento de ações voltadas para a proteção social no Brasil. Os marcos legislativo e institucional iniciais da previdência social brasileira foram construídos pela Lei Eloy Chaves (na verdade um Decreto Legislativo nº 4.682 de 24 de janeiro de 1923), que criou as caixas de aposentadorias e pensões (as CAP's), para as empresas de estradas de ferro, com abrangência a todos os seus empregados. Os benefícios da caixa dos ferroviários foram estendidos, depois, aos marítimos, em 1926. As CAP's foram as primeiras instituições previdenciárias do país.

A partir da Lei Eloy Chaves surgiram várias outras caixas de aposentadorias e pensões, sempre por empresas: portuárias, de serviços telegráficos, de água, energia, transporte ferroviário, gás, mineração, entre outras, chegando a atingir o total de cento e oitenta e três CAP's (EDUARDO, EDUARDO e TEIXEIRA, 2006).

A partir dessa Lei, a proteção social no Brasil passou a contar com uma instituição que oferecia pensão, aposentadoria, assistência médica e auxílio farmacêutico. Ainda hoje, a pensão e a aposentadoria são benefícios indispensáveis para que se caracterize uma instituição previdenciária. Até o ano de 1923, as instituições concediam apenas um ou outro benefício (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA Social, 2004, p. 7).

Em 1923 também foi criado o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), com o objetivo de controlar as relações trabalhistas e previdenciárias e a solução

de problemas surgidos com a implantação gradativa das caixas. Funcionava como uma instância de recurso (ARAÚJO, 2004).

A partir de 1930, após a tomada do poder por Getúlio Vargas, houve uma conjuntura de convergência de forças de oposição ao regime oligárquico. Essas forças se concentravam nas cidades e compreendiam uma camada importante de profissionais de nível superior e de técnicos. Nessa época transformou-se a dinâmica da implantação de medidas sociais. O país se industrializava e crescia o mercado interno. Segundo Faleiros (2000), Getúlio realizou uma política pragmática, de busca de alianças para manter o pacto de dominação, combinando a distribuição de favores, a concessão de direitos, com a repressão e a integração dos trabalhadores. A política de seguros era fragmentária, reproduzindo as desigualdades entre os próprios trabalhadores, concedendo mais benefícios para os melhor situados.

Em 1931, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Houve a extensão do regime de caixas de aposentadoria e pensões ao pessoal empregado em serviços de luz, força, bondes e telefones. Foram feitas a reforma na legislação das CAP's e a regulamentação da construção de unidades residenciais pelos órgãos de previdência social. Permaneceu, entretanto, a ausência de seguro social para os trabalhadores rurais, reflexo do ainda incipiente avanço capitalista no campo.³¹

Posteriormente, a Constituição de 1934 representou um grande avanço, ao incluir dispositivos de natureza social, previdenciária e um conjunto de

³¹ Sustenta-se, para o caso do Brasil, a tese de que os mecanismos de proteção social são contemporâneos do moderno capitalismo industrial e do proletariado fabril.

preceitos a serem observados pela legislação do trabalho. Esse progresso foi, em parte, resultado da mobilização dos trabalhadores através de greves e reivindicações de direitos, do avanço da legislação trabalhista no mundo capitalista, mas foi também reflexo da Revolução de 1917 e dos efeitos da grande depressão de 1929, acontecimentos externos que estavam ainda muito recentes (ARAÚJO, 2004).

A Constituição de 1934 teve o mérito de promover a transição da clássica declaração de direitos individuais de cunho liberal das constituições anteriores para uma proposta social de cunho intervencionista. Ela estabeleceu uma correlação entre os aspectos trabalhista, assistencial e previdenciário. Instituiu a previdência, a ser implementada com contribuição tripartida da União, do empregador e do empregado, em partes iguais, para atender a velhice, a invalidez, a maternidade e os acidentes do trabalho ou de morte.

É importante observar que a contribuição tripartite como forma de custeio da previdência social foi omitida na Constituição de 1937, outorgada sob o regime ditatorial do Estado Novo e, restabelecida depois, pela Constituição de 1946.

Durante a década de 1930 foram surgindo, paralelamente às caixas, os institutos de aposentadoria e pensões (IAP's), seguindo os setores da atividade econômica e não mais por fábrica: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), em 1933, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), em 1933, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), em 1934, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), em 1936, Instituto de Previdência e Assistência dos

Servidores do Estado (IPASE), em 1938 e o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), em 1939. Os riscos cobertos por esses institutos eram os de doença, de invalidez, de velhice e de morte e funcionavam em regime de repartição simples.³²

A legislação social foi introduzida por categoria profissional, isto é, não atingia a classe operária em seu conjunto e num único movimento. Para alguns intérpretes desse período, entretanto, os institutos de aposentadoria e pensões eram mais fortalecedores da classe operária que as caixas. Embora tenham fragmentado os trabalhadores por categorias e tenham servido como instrumento do jogo político de Vargas, os institutos nacionalizaram as demandas – o que não ocorria com o sistema de caixas – e exerceram uma expressiva pressão política. Para outros, a transformação das caixas em institutos correspondeu a uma estratégia de centralização do poder federal, ao controle dos Estados por uma burocracia cada dia mais técnica e mais numerosa e a uma cooptação da classe operária. Segundo Araújo (2004), a previdência social nesse período era um valioso instrumento de contato com as massas, possibilitando uma doutrinação política sistemática, através da máquina publicitária oficial. A criação dos institutos teria também permitido aos patrões diminuir suas despesas e socializar os custos das caixas, com a contribuição dos trabalhadores de todo o país.

Em julho de 1944 foi sancionado o Decreto-lei nº 6.707, que determinava a criação da carteira profissional como prova provisória dos

³² O modelo de repartição simples é o sistema de previdência social de solidariedade intergeracional e de ativos/inativos, segundo o qual o pagamento dos benefícios aos aposentados é feito com o montante arrecadado dos contribuintes, sem que haja necessariamente uma reserva. Já no modelo de capitalização, o sistema de pagamento de aposentadoria se faz através de um fundo individual aplicado, principalmente, em instituições financeiras. Elas retribuem as contribuições de acordo com o rendimento das aplicações após um período determinado de anos combinado com a idade. Há um adicional para a administração do fundo (FALEIROS, 2000, p.212).

elementos do registro civil para a concessão de benefícios por parte dos institutos de aposentadoria e pensões. Para ter acesso aos benefícios assegurados pela lei era imprescindível a identificação do trabalhador como cidadão com direitos civis, políticos e sociais, e como trabalhador pertencente a uma determinada categoria profissional, com direitos específicos. Foram criados o Conselho Superior da Previdência Social (CSPS) e o Departamento Nacional da Previdência Social (DNPS), integrados na estrutura do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com a função de supervisionar e fiscalizar as instituições previdenciárias.

Havia grande diversificação na prestação de serviços e nos benefícios que cada instituto e cada caixa eram capazes de proporcionar, porque dependia dos recursos que essas instituições dispusessem. Isso criava uma grande disparidade entre os níveis qualitativos e quantitativos de proteção social. A vinculação dos institutos aos setores produtivos fazia com que algumas categorias profissionais de certos segmentos econômicos mais fortes do movimento operário e sindical forçassem pela ampliação dos planos de benefícios, criando uma situação que era aceita pelo governo, que se utilizava de mecanismos de cooptação das lideranças trabalhistas. Isso começou a ser contestado, em função da desigualdade de tratamento dos riscos sociais num momento em que a política social européia, universalizante, influenciava as idéias sobre proteção social no mundo. Equalização de direitos e uniformização da legislação passaram a ser as reivindicações para a transformação dos mecanismos de proteção social. O princípio da equidade que se procurava conquistar significava reconhecer igualmente o direito de cada um.

Algumas categorias profissionais tinham assistência médica diferenciada, com redes próprias de atendimento e planos de benefícios mais generosos, o que aumentava os gastos sem um correspondente crescimento das receitas de contribuições. Criou-se uma tendência ao desequilíbrio financeiro nos IAP's.

Em 1960, foi promulgada a Lei nº 3.807, conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que, segundo Araújo,

[...] é considerada um marco na uniformização da legislação previdenciária, seja em termos de benefícios concedidos e de plano de custeio, seja pelo restabelecimento da participação dos segurados nos conselhos de administração, fiscalização, orientação e controle da previdência social. Esses conselhos eram constituídos por representantes do governo, dos empregados e dos empregadores, retomando o modelo de gestão colegiada existente nas antigas Caixas, suprimido pelo governo autoritário de 1937. O Decreto nº 48.959-A, de 10 de setembro de 1960, aprovou o Regulamento Geral da Previdência Social (RGPS), considerado um importante avanço legislativo rumo ao princípio da equidade (ARAÚJO, 2004, p. 131).

Foi também a partir da LOPS, em 1960, que a forma de custeio tripartido da previdência foi modificada. A contribuição da União deixou de ser igual à dos segurados. Não participava mais do custeio da proteção social, mas, tornou-se responsável pelas despesas de administração geral, inclusive pessoal, e pela cobertura das insuficiências financeiras. O que ocorreu, entretanto, é que a União deixou de honrar esse compromisso pouco tempo depois, acumulando dívidas para com a previdência (OLIVEIRA, 1985, p. 17 apud ARAÚJO, 2004, p. 132).

Em 1966, durante a ditadura militar, o Decreto nº 72 unificou os IAP's, com exceção do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

(IPASE). A unificação da legislação, no que diz respeito ao custeio e aos benefícios previdenciários, já havia sido feita em 1960. O que se fez, seis anos depois, foi uma reforma essencialmente política e administrativa, com a fusão das instituições previdenciárias no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), vinculado ao Ministério do Trabalho, responsável, a partir daí, pelos benefícios previdenciários dos trabalhadores urbanos. Sua enorme estrutura era formada por 22 superintendências regionais, 288 agências, 505 ambulatorios, 828 consultórios médicos, 27 hospitais próprios e 82.482 servidores. Foi uma das maiores reformas da previdência brasileira e seu objetivo era o de racionalizar a gestão, estabelecer controles mais rigorosos na concessão de benefícios e resolver os problemas financeiros da previdência, cujo déficit era apontado como um dos principais problemas da economia brasileira. Essa reforma, entretanto, não superou a concepção fragmentária e excludente que até então prevalecia. Com a uniformização de planos e benefícios, pôs fim a certa discriminação que existia entre os serviços prestados aos empregados e operários, mas mantinha intacta a estrutura fragmentária e excludente do sistema porque não mudava a estrutura real dos institutos. Era uma racionalização burocrática que visava reduzir os custos, as diferenças, mas ofereceu uma resposta mais simbólica que real aos problemas dos trabalhadores (FALEIROS, 2000). Os direitos adquiridos foram respeitados, sendo apenas suprimidos alguns privilégios de caráter assistencial.

O sistema participativo de co-gestão administrada foi suprimido – a exemplo do que ocorrera em 1937, durante a ditadura de Vargas – e a administração foi centralizada no Distrito Federal, comandada por um presidente.

Para Teixeira, a gestão previdenciária no período autoritário pode ser resumida em poucas palavras:

Um dos instrumentos sempre apontados para a cooptação da liderança sindical era o dos institutos previdenciários. Sob o regime militar, o sistema previdenciário continuou a desempenhar importante papel no jogo político, mas sob um novo formato. O clientelismo transfigurou-se, deixando de se exercer sobre uma base sindical e por categoria profissional para adquirir uma base regional; abandonou o sindicato e introjetou-se definitivamente no sistema político-eleitoral. O processo decisório, por sua vez, no âmbito do Instituto Nacional de previdência Social – INPS, tornou-se inteiramente impermeável à influência direta tanto das empresas quanto dos trabalhadores (que foram excluídos de sua direção). Com isso, pode-se ter uma visão mais clara da ambigüidade do processo de modernização vivido pela Previdência nesses anos, em que a ampliação da cobertura que o acompanha surge como uma espécie de contrapartida à repressão das demandas sociais, praticada pelo regime autoritário (TEIXEIRA, 2004, p.23).

Segundo Araújo,

Consolidada no período da ditadura, com a retração do movimento sindical, a previdência, desta feita, não se dispersou em várias instituições, mas, unificada, continuou a ser um instrumento de ordenamento das relações entre o Estado e a classe operária, embora não mais intermediada por uma liderança sindical cooptada, agora diferentemente, sob rígido controle político-administrativo e técnico do governo, com a despolitização das relações de classe no plano institucional (ARAÚJO, 2004, p.133).

Para Faleiros, após o golpe de 1964, as mudanças introduzidas na previdência social foram feitas como forma de legitimação, já que os direitos sociais dos segurados não modificavam os deveres de submissão dos cidadãos. A Previdência Social é um instrumento político não só em épocas de mobilização e democracia, mas também de autoritarismo e controle (FALEIROS, 2000).

Em 1966, houve uma importante alteração no direito trabalhista quando foi quebrado o estatuto da estabilidade de emprego depois de 10 anos de serviço, em vigor desde 1943, e criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS). Este instrumento era importante para adaptar a política social às novas condições impostas pelas transformações na estrutura do capital, que exigiam uma mão-de-obra móvel e eficaz.

Avanços na legislação foram ocorrendo logo depois. São de grande importância: 1) a criação do Programa de Integração Social (PIS), em 1970; 2) a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), em 1971, com execução a cargo do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), incluindo os trabalhadores rurais na previdência – com um plano de benefícios muito inferior, pois a aposentadoria correspondia, então, a 50% do salário mínimo – e estabelecendo uma solidariedade formal entre a área urbana e rural através do custeio dos benefícios – uma vez que não havia contribuição direta; 3) a inclusão dos empregados domésticos, com a Lei nº 5.859, de 1972; e, 4) a inclusão dos trabalhadores autônomos, com a Lei nº 5.890, de 1973.³³ Em 1974, os idosos pobres, de mais de 70 anos foram contemplados com uma renda mensal vitalícia de um salário mínimo. Permanecia, entretanto, a exclusão das camadas mais pobres da população que não contribuem para a previdência social e que ficam sem nenhum acesso a serviços médicos, consolidando-se a desigualdade. O setor privado servia aos ricos, os planos eram para grupos seletos de assalariados e classes médias, os serviços públicos para pagantes da previdência e a “caridade” para os pobres.

³³ Faleiros comenta a tardia inclusão do trabalhador rural e dos empregados domésticos nos benefícios previdenciários dizendo que “o campesinato, isolado e submetido à dominação paternalista da oligarquia rural, constituiu-se na América Latina, no grupo excluído, até muito recentemente, dos seguros sociais, até que seus movimentos tivessem presença na cena política e, na medida em que o capitalismo e o regime assalariado fossem introduzidos no campo. Como o campesinato, os empregados domésticos, integrados e submetidos ao paternalismo familiar, também ficaram excluídos dos seguros sociais” (FALEIROS, 2000, p.136).

Em 1974 ocorre a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPSA). O sistema foi unificado em 1977, com a Lei nº 6.439, que criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), objetivando integrar as funções de concessão e manutenção de benefícios, prestação de serviços, custeio de atividades e programas e gestão administrativa, financeira e patrimonial da previdência e assistência social. Para o cumprimento dessa missão, foram criados o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (IAPAS), a Central de Medicamentos (CEME), a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Também foi extinto o FUNRURAL e o IPASE, transferindo-se para o INPS a responsabilidade de conceder e manter os benefícios dos trabalhadores rurais e dos servidores públicos.

O movimento de criação do SINPAS não mudou as bases anteriores de sustentação e nem se articulou como um projeto de cidadania universal. Na verdade, estava longe de ser um movimento de cidadania. Era a continuidade de um modelo fragmentado e desigual de incorporação social em estratos de acesso. Prosseguiu funcionando o regime de repartição simples.

O SINPAS, entretanto, assumiu novos encargos sem ter a provisão adequada de recursos para manter o equilíbrio do sistema. Segundo Araújo,

O SINPAS, além de assumir o ônus da previdência dos servidores públicos, com a extinção do IPASE, ainda herdou os vícios que acompanham a trajetória da previdência social no país: ingerência político-partidária, dilapidação do patrimônio, malversação das reservas técnicas, fraudes e sonegação de contribuições que, a

partir do mau exemplo da União, foram seguidos por Estados e Municípios (ARAÚJO, 2004, p.136).

Além disso, vários dispositivos legais concederam anistia de débitos que resultaram em elevada renúncia de receita. A tendência ao déficit de caixa na previdência social foi assumindo proporções preocupantes.

As décadas de 1970 e 1980 são consideradas importantes por terem gerado grandes avanços no sistema previdenciário brasileiro. Muitos benefícios foram criados nesse período como o salário-maternidade, renda mensal vitalícia para idosos e inválidos, aposentadorias e pensões para a força de trabalho rural, inclusão dos empregados domésticos, extensão dos benefícios de acidentes do trabalho aos trabalhadores rurais e outros. Os desequilíbrios financeiros dessa época, entretanto, devem ser atribuídos muito mais às questões relacionadas às turbulências no quadro internacional, que teve reflexos no funcionamento da economia brasileira gerando um período de “fuga para frente” e, depois, de crise da dívida externa, do que propriamente aos excessos na concessão de benefícios. A combinação de inflação e recessão, no início dos anos 1980, produziu desemprego e arrocho salarial, acarretando queda na massa salarial e, por consequência, forte redução da arrecadação previdenciária a ela atrelada. É preciso ressaltar que as fraudes, sonegação, uso indevido dos recursos da previdência social, planejamento precário, problemas administrativos graves e manipulação política da máquina previdenciária tiveram repercussões financeiras

negativas sobre o sistema previdenciário, embora não equivalentes às aquelas causadas pela recessão.³⁴

Teixeira (2004) chama atenção para o fato de que nos anos oitenta ocorreu a quebra do padrão de financiamento da economia brasileira, com a desestruturação dos mecanismos públicos de financiamento, ocasionando forte impacto nas contas da previdência social: a participação da União no custeio do sistema passou de 11% para menos de 5% ao longo dos anos 80. A conjuntura econômica era marcada pela inflação e dívida pública acentuada.

Paralelamente à perda de sustentação financeira do sistema houve uma progressiva tendência de queda de qualidade nos serviços de assistência médica, de perda de valor das aposentadorias e de aumento geral da ineficiência do sistema, multiplicando-se os casos de sonegação, fraudes e corrupção.

A ruptura com o regime militar foi lenta. Houve anistia em 1979, eleições para governadores em 1982, a luta pelas eleições diretas para a Presidência da República em 1984 e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 1986, com os mesmos congressistas eleitos para a legislatura normal. Os vários interesses da sociedade emergiam com força inaudita.

³⁴ Para citar um exemplo das circunstâncias políticas que cercavam o sistema previdenciário no período da ditadura militar, Teixeira comenta que “foram levadas ao mais alto grau todas as distorções que o clientelismo já introduzira no sistema. A regra explícita de atribuir ao deputado federal mais votado em cada município o poder de indicar o delegado do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL na região foi o traço mais visível dessas distorções, pois era o delegado do FUNRURAL quem decidia quem era e quem não era trabalhador rural para fins de aposentadoria. Mas, na verdade, todas as nomeações, e não só as do FUNRURAL, obedeciam a critérios de consolidação dos chefetes políticos locais, sem nenhuma consideração de ordem técnica. Com isso, agravou-se o processo de fragmentação do sistema, dando margem a uma verdadeira feudalização da Previdência, que viu esvair-se sua capacidade de servir como instrumento de atenuação dos conflitos” (TEIXEIRA, 2004, p.24).

Foi com esse cenário que se defrontou o governo Sarney (1985-1989), da Nova República. O déficit financeiro da previdência social era o problema mais agudo e urgente. Não que o equilíbrio financeiro da previdência fosse um fim em si mesmo, mas transformou-se numa etapa essencial para a redução de graves injustiças acumuladas no período anterior. A esse respeito, o governo conseguiu atuar com agilidade, pois o exercício financeiro de 1985 foi encerrado sem déficit e, em 1986 e 1987, com a retomada do crescimento e a estabilidade (ainda que de curta duração), conquistada com o Plano Cruzado, a receita de contribuições se elevou em termos reais, o que gerou um significativo superávit e permitiu a acumulação de reservas.

Essa rápida recuperação financeira evidenciou a conexão direta entre dinamismo econômico, crescimento do emprego, elevação da massa salarial e aumento da arrecadação previdenciária. Mas, embora o crescimento econômico tenha sido a variável-chave para explicar o sucesso desses três anos de gestão da previdência, várias medidas de saneamento financeiro foram importantes para o reequilíbrio das contas. Teixeira (2004, p.25) cita as seguintes medidas: 1) redução do prazo de retenção dos recursos arrecadados pela rede bancária; 2) antecipação do prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias das empresas; 3) aplicação no Banco do Brasil dos saldos de arrecadação previdenciária, gerando recursos adicionais; 4) melhoria e racionalização da gestão financeira do fluxo de caixa; 5) eliminação do teto de contribuição por empregado das empresas e criação de um adicional de 2,5% sobre a folha das instituições financeiras; 6) ações destinadas à recuperação dos controles, combate às fraudes e melhoria da fiscalização.

No governo Sarney também houve melhoria dos benefícios de duração continuada. Os principais foram: 1) retirada da contribuição compulsória sobre os proventos, o que implicou um aumento real para todos os aposentados e pensionistas; 2) vinculação do valor dos benefícios ao Piso Nacional de Salários (PNS) e não ao Salário Mínimo de Referência; 3) recomposição do valor das aposentadorias e pensões com aumentos de até 20%; 4) elevação do piso de benefícios urbanos para 95% do Piso Nacional de Salários; 5) reposição integral, em maio de 1988, da inflação dos últimos doze meses, sem o desconto, portanto, dos 26% de perdas devidas ao Plano Bresser, não contabilizados na inflação oficial e não computados para fins de reajustes salariais (TEIXEIRA, 2004).

Finalmente, um relevante avanço neste período foi a criação do Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUDS) e a universalização do atendimento médico para toda a população, inclusive rural, que passou a dispor de assistência médica nos mesmos moldes da já prestada ao trabalhador urbano. O SUDS objetivava a estadualização e municipalização dos serviços de saúde, dentro de um projeto mais amplo de reforma sanitária. Em 1985, o INAMPS passou para o Ministério da Saúde. Para Teixeira (2004) o Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUDS) visava a criar mecanismos institucionais para a elaboração do planejamento e do orçamento unificado, integrando os três níveis de administração dos serviços de saúde prestados à população pelos órgãos federais, estaduais e municipais. O INAMPS, em 1988, não mais atuava como responsável pela execução das ações de saúde, transferidas para os níveis subnacionais de governo. Ficava apenas com a definição de políticas, o

planejamento de ações e o controle e fiscalização dos recursos financeiros repassados pela previdência social aos governos estaduais e municipais.

Em 1988, a Constituição Cidadã implantou um novo conceito no Brasil: o de seguridade social. É este capítulo relevante da história do sistema previdenciário brasileiro que será descrito nas próximas páginas.

CAPÍTULO 3: O sistema de seguridade social brasileiro e suas transformações recentes

3.1. NASCIMENTO E IMPLANTAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

O sistema de seguridade social hoje vigente no Brasil, nasceu com a promulgação da Constituição brasileira de 1988, momento em que foram introduzidas transformações históricas no sistema de proteção social de amplo conteúdo democrático.

A Constituição de 1988 é considerada um marco jurídico-político do processo de redemocratização do país. A inclusão de um capítulo, na Carta de 1988, sobre a seguridade social foi o mais importante esforço de modernização da história da Previdência Social brasileira. Estava se dando naquele momento, ainda que apenas no plano da lei, um importante passo para a modernização das relações capitalistas no país (TEIXEIRA, 2004).

A Constituição, em seu artigo 194, define a seguridade social como o “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Norteia-lhe o princípio da *universalidade* da cobertura e do atendimento, o que significa contemplar todas as contingências sociais que geram necessidade de proteção social, a todos os indivíduos, indistintamente. Esse princípio incorpora uma reformulação fundamental dos direitos sociais do cidadão do Estado moderno. Um novo pacto social se estabeleceu a partir dali, com mudanças nas relações entre Estado e sociedade. Ficava clara a construção de uma matriz constitucional de aproximação com o modelo de Estado de Bem-

estar Social. A saúde e a assistência social passaram a ser direitos do cidadão e dever do Estado, e a previdência, ao misturar contribuição com financiamento estatal, ampliava sua cobertura de modo a incluir parcela da população até então não atendida pelo sistema.

Os trabalhadores rurais passaram a obter o pleno acesso à previdência, com benefícios não inferiores a um salário mínimo. O piso básico de todos os benefícios passou a ser o salário mínimo.

Como resume Vianna (2003b), as bases da organização da seguridade social estavam apoiadas na universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade do acesso às populações rurais e urbanas, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento e caráter democrático e descentralizado da gestão.

Soares (2003) aponta que a previdência social brasileira ainda é o maior sistema da América Latina, possuindo a maior cobertura tanto urbana como rural. E assumiu características de seguridade social ao incorporar, à previdência, a assistência social e a saúde, cujo sistema de acesso universal é único na América Latina.

É decisivo destacar que a principal materialização do sistema de seguridade social e, portanto, do pacto social estabelecido através da nova Constituição de 1988, foi a instituição, através do artigo 165, da obrigatoriedade de elaboração do orçamento da seguridade social, que passou a integrar a lei orçamentária anual (TEIXEIRA, 2004).

O conceito de seguridade social que figura no texto constitucional opõe-se ao antigo conceito de previdência enquanto seguro. Enquanto, no conceito de

seguro, trata-se de um contrato individual estabelecendo um direito pessoal do contribuinte ou afiliado ao sistema a um benefício futuro, em razão e na proporção de sua contribuição presente, no conceito de seguridade o que importa é o contrato social, pelo qual o direito aos benefícios aparece como um direito da cidadania (TEIXEIRA, 2004). Na nova concepção de seguridade social cada um recebe não de acordo com o que contribui, mas em função de suas necessidades. É nesse sentido que superava a visão securitária da equivalência contributiva, uma vez que o sistema, baseado na noção de seguro, reproduz as desigualdades do mercado de trabalho, além de excluir uma ampla parcela dos trabalhadores informais de baixa renda. O sistema de seguridade social visava enfrentar os graves problemas sócio-econômicos do país e que estão, ainda hoje, longe de ser superados. Os níveis elevados de concentração da renda, o grande contingente de pessoas vivendo em condições miseráveis e a inexistente capacidade de poupança da maioria da população tornavam a noção de seguro inadequada para nortear um sistema de proteção social. A seguridade social, baseada na noção de solidariedade e de cidadania, mostrava-se o caminho mais indicado para enfrentar estes problemas. A Constituição de 1988 significou um compromisso claro nessa direção.

Vianna (2003b) observa que a Constituição de 1988 adotou a premissa de ampliar a proteção social, do seguro para a seguridade, determinando a subordinação da concepção previdenciária estrita, que permaneceu, a uma concepção mais abrangente. O texto constitucional assumiu a concordância com a definição adotada pela OIT. Diz a autora:

Seguridade é um sistema de cobertura de contingências sociais destinado a todos os que se encontram em necessidade; não restringe benefícios nem a contribuintes nem a trabalhadores; e estende a noção de risco social, associando-a não apenas à perda ou redução da capacidade laborativa – por idade, doença, invalidez, maternidade, acidente de trabalho, conforme a doutrina previdenciária *stricto sensu* –, mas, também, a situações em que a insuficiência de renda fragiliza a vida do cidadão (VIANNA, 2003b, p. 318).

Os vários autores que lidam com as tipologias de Estados de bem-estar social concordam que fatores-chaves no plano nacional, como o desenvolvimento sócio-econômico (industrialização e urbanização), a mobilização da classe operária (pressões *versus* ações defensivas do sistema político) e o desenvolvimento institucional (características do regime político) produzem efeitos convergentes que explicam a emergência dos *welfare states* e as características que os diferenciam entre si.³⁵ Embora não seja o objetivo central deste trabalho, faz-se necessário, ainda que de forma breve, situar alguns desses condicionantes (e, principalmente, a ausência deles) que explicam como se deu a montagem do sistema de seguridade social brasileiro e, posteriormente, a precariedade de sua sustentação ao longo dos anos 1990.

A fundação do sistema de seguridade social brasileiro da atualidade ocorreu nos anos 1980, no momento histórico que se seguiu ao desmoronamento do regime militar e resultou num movimento de liberação de demandas sociais sufocadas por vinte longos anos de autoritarismo. A nova ordem política e social deu origem a uma carta constitucional que expressava os avanços do regime

³⁵ Vianna (1998) trata da literatura teórica que estuda os vários tipos de *welfare state* e os fatores que influenciaram em suas diferentes construções.

democrático que estava se consolidando e permitiu a inclusão dos direitos civis, políticos e sociais que compõem o moderno conceito de cidadania, gerado após a Segunda Guerra Mundial.

Conforme descreve Araújo (2004, p.101):

A Constituição de 1988 procurou consolidar os fundamentos do novo Estado, da *Nova República*, e selar o coroamento das lutas por justiça social e pela redemocratização do país, que não haviam cessado desde 1964, embora com alguns retrocessos em razão da repressão política e dos atos institucionais dos governos da ditadura. Fê-lo, no entanto – como não poderia deixar de fazê-lo, dada a correlação de forças políticas predominante naquele momento histórico – de forma incompleta, contraditória e sem levar em conta as transformações políticas, econômicas e sociais que já estavam em curso na segunda metade dos anos 80. Daí, talvez, sua maior fragilidade, bem como a dificuldade que tiveram seus defensores em tornar realidade os direitos sociais nela inscritos.

Aprovou-se, assim, uma nova constituição democrática que incluía uma ampla modernização do sistema de proteção social – a mais profunda de que se tem notícia desde a Lei Eloy Chaves de 1923 – e refletia a formação de uma frente política vitoriosa naquele momento, que tornou possível uma reorientação radical dos rumos da ação social do poder público. As bases de apoio do novo governo democrático eram, entretanto, heterogêneas e contraditórias.³⁶ Uma reforma social e econômica ampla, capaz de enfrentar os graves problemas nacionais (inflação, dívida externa, desemprego, miséria, reforma agrária) e proceder a montagem de um sistema de seguridade social, não poderia ser levada a cabo na ausência de uma articulação mais ampla dos interesses sociais em torno de um pacto estabilizador.

³⁶ O governo Sarney recebia o apoio de uma frente que unia o PMDB e o PFL.

Há algumas especificidades no padrão brasileiro de seguridade social. Embora seja de influência predominantemente inglesa,³⁷ que se caracteriza por ser institucional-redistributivo de caráter universalista, não havia no Brasil, no instante de sua criação, nada de similar aos elementos gerais que condicionaram os *welfare states* da Europa no pós-guerra.

O percurso do *welfare state* inicia-se no findar da Segunda Guerra, que havia causado profundas mudanças econômicas e políticas na Europa. As dificuldades do entreguerras e uma longa história de mobilização social e reformas tinham condicionado o povo europeu em direção a um novo ordenamento da vida social. Valores de equidade, justiça e distributividade haviam se consolidado. Muitos dos traços divisores da sociedade haviam-se apagado depois da guerra. Vianna (1998) descreve esse cenário dizendo que, nos países que implantaram o *welfare state*, havia um sentimento geral de corte com o passado (sobretudo com a concepção liberal) e de reestruturação da sociedade e da economia de forma a superar as profundas dificuldades e assegurar a paz e a justiça. A seguridade social, como uma concepção européia de vida em sociedade, baseia-se na articulação de um consenso de classe – propiciado pela ação política da social-democracia – e no alargamento da visão econômica possibilitado pela macroeconomia keynesiana.

³⁷ O modelo inglês (também chamado de assistencial) foi fundado na lógica beveridgiana e implementado no pós-Segunda Guerra Mundial. Preconiza que os direitos devem ser universais, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos (testes de meios), mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente majoritariamente dos impostos e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são unificação institucional e uniformização dos benefícios (BEVERIDGE, 1943). Boschetti (2003) adverte que não há um “modelo puro” em nenhum país, seja beveridgiano (assistencial) ou bismarckiano (que se assemelha aos seguros privados). No Brasil, os princípios do modelo de seguros predominam na previdência social e os do modelo assistencial orientam o sistema de saúde e de assistência social.

Faltavam, na construção da seguridade social brasileira, um percurso histórico que tivesse produzido os mesmos efeitos sócio-econômicos observados na sociedade européia, bem como condições políticas favoráveis como foram as do pós-guerra, quando a bipolaridade, a ameaça do comunismo e o medo do fascismo sedimentaram um sólido caminho na direção do *welfare state*. Inexistiam, aqui, as bases políticas e ideológicas e os pactos sociais dos sistemas europeus avançados. Os fatores que contribuíram para a ampliação da proteção social naqueles sistemas, como a influência dos sindicatos, o peso da representação parlamentar dos partidos operários e a eventual participação de partidos de esquerda no governo não estavam presentes para dar legitimidade ao sistema de seguridade social que nascia em 1988, após quatorze anos de regime militar.

Teixeira descreve esse momento da vida nacional mostrando que:

Junto com as tentativas de modernização da máquina pública, conviveram as formas políticas mais tradicionais do clientelismo, da troca de favores e do cartorialismo. Como aqueles problemas exigiam uma vontade política e uma articulação social mais fortes do que as disponíveis na época, foram-se acumulando insucessos nas tentativas de imprimir um rumo progressista à ação pública. E, à medida que isso ocorria, o lado mais atrasado e conservador do governo foi prevalecendo até que se tornou dominante e exclusivo (TEIXEIRA, 2004, p.18).

Além desse fator político, há que se levar em conta que o momento da adoção de uma concepção ampliada de proteção social no Brasil ocorreu quando a credibilidade do *welfare state* sofria profundos abalos nos países desenvolvidos. As políticas sociais haviam sido atingidas por duros questionamentos quanto a sua eficiência em combater a pobreza e quanto ao aumento do volume dos gastos, que estaria provocando inflação e déficit público. Desregulamentação,

privatização e seletividade eram apontados como os novos rumos que os sistemas de bem-estar deveriam seguir, de acordo com a visão neoliberal que se tornaria hegemônica lá fora. O fato de a seguridade social ter surgido, no Brasil, num momento histórico de questionamento dos *welfare states* europeus foi, sem dúvida, um dos fatores que dificultou, posteriormente, a transformação do texto contido na Constituição em uma prática concreta do Estado.

No Brasil, o compromisso com uma política keynesiana de defesa do pleno emprego e do gasto social como estabilizadores da demanda agregada e indutores do crescimento, que foi uma das bases do Estado de bem-estar europeu, já não tinha mais eco entre os *police makers*, depois do insucesso de planos heterodoxos de combate a inflação dos anos 80. Havia uma atitude refratária aos mecanismos de intervenção estatal na economia, que se manifestava tanto pelo lado da política fiscal e monetária, quanto da política social.

Todos esses fatores fizeram com que, no momento da implantação dos direitos sociais inscritos na Constituição, se desencadeasse, já no ano de 1989, uma ofensiva contrária a esse processo, sem que surgissem sinais de resistência social e política relevante, diante das ameaças aos direitos sociais recém-conquistados. Como se demonstrará nas páginas a seguir, não obstante as tentativas de fazer ruir o pacto social fundado na concepção de cidadania, a Constituição de 1988 continuava a balizar a vida social, transformando-se se não num foco de resistência, pelo menos em um obstáculo de difícil transposição, haja visto que dela não foi retirado, até os dias de hoje, o sistema de seguridade social; a dimensão social universalista está ainda preservada no conteúdo da Carta.

Ao mesmo tempo em que eram incorporados na Constituição os direitos da cidadania, o governo, na prática, promovia o desmonte das políticas sociais. Vianna (2003a) mostra que a desconstrução da idéia de seguridade se dará *nos termos da lei*:

Nos anos 90, já num contexto diverso – em que o endurecimento das pressões dos credores externos, a disputa por recursos escassos, a desmobilização da sociedade, e uma série de outros fatores, enfraqueceram a coalizão de apoio àquela concepção [de seguridade social] –, a legislação que regulamentou a Seguridade traçou os rumos da separação das três áreas. A Lei Orgânica da Saúde (nº 8.080, de 1990); as Leis 8.212 e 8.213, de 1991 (do Custeio e dos Planos de Benefícios da Previdência), a LOA, Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 1993), diferentes leis, enfim, vão estabelecer, para cada área, diretrizes específicas. Progressivamente, a segmentação vai se consolidando, através de medidas provisórias, leis complementares, emendas constitucionais etc. Em 1990 foi criado o Instituto Nacional de **Seguro** (não da Seguridade) Social, o INSS.³⁸ O Ministério da Previdência, após breve desaparecimento entre 90 e 92, voltou ao cenário, retomando sua antiga denominação – MPAS – em 95. Com a extinção do INAMPS, pela Lei 8.689, de 17/07/1993, a assistência médica curativa somou-se às tradicionais atribuições do Ministério da Saúde (prevenção, controle de endemias, higiene pública, etc), que passou a exercer o comando único, no âmbito da União, das políticas destinadas a garantir o acesso universal e igualitário de todos os cidadãos “às ações para promoção, proteção e recuperação” do que a Constituição considera “direito de todos e dever do Estado”: a saúde. E a Assistência Social, depois de percorrer diversas posições institucionais, acabou retornando ao Ministério da Previdência Social. Em 1999, a criação da SEAS (Secretaria de Estado de Assistência Social), como órgão do Governo Federal, vinculado ao MPAS, representou maior autonomia para a área de assistência uma vez que a SEAS ficou com a responsabilidade pela coordenação da política nacional de assistência e pela gerência do Fundo Nacional de Assistência Social. Recentemente – como um dos primeiros atos do governo Lula, eleito em novembro de 2002 – a autonomia foi confirmada

³⁸ Com as leis orgânicas, o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, criado em 1977) deixou de existir. Embora a formalização final desse processo só tenha ocorrido em 1999, com a reestruturação do INSS (Decreto 3.081, de 10/06/99), este incorporou desde logo, na prática, os antigos IAPAS e INPS, bem como suas respectivas competências: arrecadar as contribuições e conceder, manter e pagar os benefícios da Previdência Social.

com o desmembramento do Ministério da Previdência e Assistência Social em duas estruturas: o MPS (Ministério da Previdência Social) e o MAPS (Ministério da Assistência e Promoção Social). Do ponto de vista administrativo, portanto, a Seguridade não tem mais existência formal (VIANNA, 2003a, p. 3, grifos da autora).

A fragmentação das políticas sociais não se deu apenas no plano administrativo. Do ponto de vista do financiamento, a seguridade social também perdeu sua existência formal, porque suas receitas – que deveriam ser aplicadas em conjunto, sem repartição setorial –, tornaram-se gradativamente discriminadas. Na sua concepção original, a seguridade social é um sistema integrado de políticas de saúde, assistência social e previdência, apoiado sobre uma base de financiamento única para os três setores, com fontes de recursos diversificadas, mas sem qualquer tipo de vinculação aos setores que a compõem. Vianna (2003), entretanto, mostra que as alterações a essa concepção foram muitas. Em 1993, foram suspensos os repasses de recursos, previstos no artigo 55 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição, do orçamento da “seguridade” (leia-se previdência) para a saúde. A Emenda Constitucional 20, em 1998, vinculou as receitas previdenciárias ao pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, cria o Fundo do Regime Geral de Previdência Social (Fundo do RGPS) e especifica suas receitas através do seu art. 68. O Fundo do RGPS terá como fonte de receita mais importante as contribuições sociais dos empregadores e trabalhadores sobre a folha de salários. Pode-se deduzir que não fazem parte desse fundo as outras contribuições da seguridade social, como COFINS, CPMF e CSLL, já que não estão expressamente incluídas ali. O mesmo artigo 68 da

LRF, entretanto, diz, no inciso VI, que o Fundo do RGPS contará com **recursos provenientes do orçamento da União**, sem dizer especificamente de qual orçamento se está tratando. Esta é mais uma contribuição para a desfiguração do conceito de seguridade social. Isto porque o fluxo de caixa do INSS revela que, do lado das receitas, estão as COFINS, CPMF e CSLL (definidas pela Constituição de 1988 como pertencentes ao orçamento da seguridade social), classificadas, entretanto, como “transferências da União” (não como recursos próprios da seguridade) e utilizadas para cobrir gastos previdenciários e assistenciais, o que implica em que a União estaria, ao fazer uma transferência, supostamente ingressando com recursos de fora do sistema de seguridade para dar-lhe sustentação financeira.

Todo esse emaranhado de legislações, interpretações confusas, idas e vindas administrativas e tratamento contábil obscuro das fontes de financiamento da seguridade social mal disfarçam o afastamento em relação aos preceitos constitucionais; o que há de fato é a criação (não de hoje, mas já de longa data) de um cenário, para fazer crer a existência de uma progressiva vulnerabilidade da seguridade social.

A setorialização administrativa e financeira, entretanto, não esgota todo o repertório de distorções. O problema mais grave diz respeito ao tratamento que passou a ser dado às aposentadorias dos servidores públicos. Isso, como se constatou com os dados financeiros expostos no Capítulo 1, provocou uma grande drenagem nas receitas do orçamento da seguridade social para o regime próprio dos servidores públicos.

Antes, entretanto, de abordar diretamente essa questão é preciso retomar a idéia, já muito bem exposta por Vianna (2003), de que, pela Constituição de 1988, a seguridade social consiste num sistema universal, no sentido de que: qualquer cidadão pode filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social e receber benefícios com base na legislação pertinente; todo cidadão tem direito aos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), assim como todo cidadão que se encontre em condições de extrema vulnerabilidade, definidas em lei, pode candidatar-se aos auxílios assistenciais. Há, portanto, claramente, um sistema de seguridade universal para todos. E há, também, conforme artigo 40, sessão II, capítulo VII do Título III da Constituição, um outro sistema, especial, não universal, exclusivo para os servidores públicos, que é o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores (RPPS).

O encaminhamento legal do RPPS, segundo Vianna:

[...] foi incutindo ambigüidades adicionais à idéia de Seguridade. Tudo nos termos da lei, a saber: a Lei 8.112, de dezembro de 1990, dispondo sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais, anunciou que a União manteria ‘um Plano de **Seguridade Social** para o servidor e sua família’³⁹; a Lei 8.688, de julho de 1993, estabeleceu alíquotas de contribuição dos servidores públicos civis da União para o Plano de **Seguridade** do Servidor, ainda que tal plano continuasse a inexistir⁴⁰; a Emenda Constitucional 20, de 1998, alterou o artigo 40 da Carta, assegurando aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, um ‘regime de previdência de caráter contributivo’, ao mesmo tempo em que, mudando o *caput* do artigo 201, impôs ao componente previdenciário da Seguridade a organização em Regime Geral; finalmente, com o Decreto nº 3.048, de maio de 1999, que aprovou o Regulamento da Previdência Social, a classificação em regimes se consolidou, ficando a **Previdência Social** composta pelo **Regime Geral da Previdência Social** e pelos regimes próprios de previdência

³⁹ Art. 183, Título VI, “Da Seguridade do Servidor”.

⁴⁰ A mesma Lei determinava ao Poder Executivo enviar projeto, ao Congresso Nacional, dispondo sobre o Plano de Seguridade Social do Servidor, o que, aparentemente, não ocorreu.

social dos servidores públicos e dos militares (VIANNAA, 2003, p. 5, grifos nossos).

Enfim, a legislação introduziu uma distorção conceitual, ao denominar de *seguridade* o plano *previdenciário* dos servidores públicos. E, foi mais longe, dando dois tratamentos diferenciados no interior da mesma Previdência Social – um, para o Regime Geral dos que pertencem ao setor privado e, outro, para os do regime próprio dos que trabalham para o setor público –, portanto, quebrando com a premissa da universalidade e da equidade. Como esclarece Vianna (2003a, p. 5):

Não há, no Brasil, pela Constituição, um sistema de previdência composto por dois regimes. A Constituição consigna um sistema de seguridade universal para todos os cidadãos e um sistema especial para o funcionalismo público... A operacionalização financeira da seguridade é atribuição do INSS; ativos e inativos do serviço público estão a cargo do(s) Tesouro (s) nacional (subnacionais).

No bojo da confusão conceitual – proposital ou não, isso agora é irrelevante, posto que o mais importante são os desdobramentos que daí resultaram – a operacionalização financeira da seguridade ficou extremamente prejudicada. Ativos e inativos do serviço público federal, civis e militares, que têm um regime próprio de previdência, com contribuição específica e que, em caso de déficit, deveriam ficar a cargo do Tesouro Nacional, são pagos com recursos da seguridade social, como se demonstrou no Capítulo 1.

Por trás de todo esse processo conturbado de regulamentação (às avessas) dos princípios constitucionais ganhava terreno a substituição, dentro do segmento da previdência social, da noção de proteção social derivada do

exercício da cidadania pela noção de *seguro social*, que leva à idéia de arrecadar contribuições e pagar benefícios, de dar acesso na medida e na proporção da contribuição.

As circunstâncias econômicas, sociais e políticas prevalecentes na década de noventa do século passado, já descritas anteriormente, não permitiram que a sociedade pudesse vivenciar pelo tempo necessário para produzir avaliações, debater, amadurecer a compreensão e usufruir do avanço social e político trazido por essa matéria na Carta de 1988. Os governos desse período (de linhagem liberal-ortodoxa), a classe empresarial que se sentia penalizada pela carga tributária crescente e os segmentos do mercado securitário desejosos de expandir seus negócios propunham reformas imediatas nos preceitos constitucionais da seguridade social que implicavam em regressão da cidadania ali esboçada.

O próximo tópico procurará dar uma visão panorâmica das reformas ocorridas na previdência social brasileira após a aprovação da Constituição de 1988, apenas para que se possa ter um desenho das idéias e circunstâncias que estavam subjacentes ao tratamento dado ao sistema de seguridade social ao longo dos anos 1990 e neste início de século.

3.2 AS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS DA DÉCADA DE 1990 E DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

As reformulações do sistema de seguridade nos anos 1990 que serão relatadas a seguir são aqui consideradas como tendo sido influenciadas por algumas circunstâncias históricas especiais, já antes referidas. No campo internacional, a retomada da liderança americana, o colapso da União Soviética e

as mudanças trazidas por uma nova era, que Hobsbawm (1999) denominou de as “Décadas de Crise”, criaram condições para que alguns compromissos estabelecidos na montagem do *welfare state* da Era de Ouro fossem questionados. O avanço tecnológico, o ciclo de acumulação financeira da economia mundial após os anos 1970, as políticas neoliberais recessivas e a fragilização da organização dos trabalhadores desenhavam um cenário pouco propício para a sustentação dos direitos sociais que haviam sido implantados e institucionalizados. Uma onda de reformas varreu a América Latina, levando à privatização, parcial ou total, dos sistemas de pensões e aposentadorias nos anos 1980-90, sob a influência do Banco Mundial e do FMI. O Chile era o principal ponto de referência das reformas e ficou claro que a ditadura não era uma pré-condição necessária para políticas radicais e impopulares, como a privatização.

No âmbito interno, o Brasil vivera uma década de crise – a década de 1980 – e de esgotamento do Estado Nacional Desenvolvimentista. A alternativa econômica que se apresentou como projeto para o país através do Governo Collor de Melo (1990-1992), primeiro Presidente da República eleito depois de vinte anos, por eleições diretas, baseava-se na ruptura com passado de intervencionismo estatal. Este novo governo tinha uma estratégia privatizante, de liberalização financeira, abertura dos mercados e desmonte dos mecanismos de proteção. O desequilíbrio fiscal e a expansão monetária foram tomados como alvos a serem combatidos pela política econômica ortodoxa.

No que diz respeito à previdência social, surgiram propostas encaminhadas pelo governo visando reduzir as responsabilidades do Estado, pois

a expansão dos direitos sociais, implantada pela Constituição de 1988, era apontada como capaz de gerar ingovernabilidade fiscal para o país. A estratégia que se impunha e que se ajustava ao conteúdo ideológico do *mainstream* da ciência econômica baseava-se na noção de *seguro social* em substituição à recente *seguridade social* implantada. Falava-se em focalização e não mais universalização. A privatização em alguns países da América Latina (parcial ou total, dependendo dos rumos tomados pelos acordos políticos em cada país) inspirava idéias de mudança radical no sistema recém criado no Brasil. O FMI e o Banco Mundial faziam diagnósticos e prescrições que norteavam os novos padrões arquitetônicos dos sistemas de previdência no terceiro mundo e que, no Brasil, encontravam grande receptividade.

Araújo menciona que:

Mesmo tendo sido, enfim, aprovada a legislação que regulamentou a seguridade social, no início dos anos 1990, persistiu o debate sobre a viabilidade econômica do sistema de proteção social diante dos novos direitos assegurados. Essa discussão, que expressa a reação conservadora aos direitos conquistados, continuou colocando em destaque alguns aspectos como a questão do salário mínimo adotado como piso no cálculo dos benefícios, a aposentadoria por tempo de serviço, a idade mínima para a aposentadoria, as aposentadorias especiais (ARAÚJO, 2004, p. 153).

Araújo (2004) também relata que o debate sobre as propostas de reforma da previdência estava dividido entre várias vertentes. Segmentos da esquerda identificavam problemas gerenciais e falta de transparência no sistema e apontavam a necessidade de providências urgentes. A direita apresentava-se dividida: alguns segmentos defendiam a correção de falhas administrativas e ajustes apenas em alguns tópicos críticos, preservando a natureza pública da

previdência; outros segmentos apoiavam a manutenção da previdência pública, mas com a expansão da previdência complementar, numa tendência para a privatização; e, por fim, havia os liberais mais extremados para os quais a privatização era a solução para corrigir as distorções.

Para Fagnani (2005a), a partir de 1990, durante o governo de Collor de Melo, teve início um longo e contínuo processo de negar direitos constitucionais, que chamou *contra-reformas*. No período que vai de 1990 a outubro de 1992, houve a tentativa de enterrar a então considerada anacrônica Constituição da República através da elaboração de um conjunto de reformas que fariam parte da revisão constitucional prevista para ocorrer em 1993, conforme havia sido previsto no texto da Carta Magna. Ao lado dessa estratégia de preparação da revisão constitucional, o governo se empenhou em obstruir ou desfigurar a legislação constitucional complementar.

A intenção era impedir ou retardar a consumação desses direitos, enquanto aguardava a revisão constitucional prevista para 1993. O arsenal de manobras empregado contempla o descumprimento das regras constitucionais, o veto integral a projetos de lei aprovados pelo Congresso, a desconsideração dos prazos constitucionalmente estabelecidos para o encaminhamento dos projetos de legislação complementar de responsabilidade do Executivo, a interpretação espúria dos dispositivos legais e a descaracterização das propostas pelo veto presidencial a dispositivos essenciais (FAGNANI, 2005).

No governo seguinte, de Itamar Franco (1993-1994) – o vice-presidente que assumiu a administração do país após o *impeachment* do Presidente Collor de Melo – continuaram as propostas de reforma da previdência social, agora reanimadas pela Revisão Constitucional, instalada em 6 de outubro de 1993. Nesse processo revisional, mais uma vez os direitos sociais estabelecidos pela Constituição de 1988 foram ameaçados em decorrência das investidas privatizantes e da propagação de idéias de redução da participação do Estado na proteção social.

Segundo Araújo,

A Revisão foi um espaço político de confronto de forças e de interesses contraditórios que, durante os cinco anos transcorridos, haviam-se instrumentalizado para recuperar posições derrotadas durante o processo Constituinte (ARAÚJO, 2004, p. 160).

Várias propostas de alteração do sistema de seguridade foram feitas naquela ocasião de revisão constitucional. O modelo chileno e a reforma Argentina, que naquele momento estava sendo discutida pelo legislativo daquele país, bem como os estudos desenvolvidos no plano internacional relativos aos países europeus, influenciaram nas discussões e no encaminhamento das propostas de reforma da previdência. Fraudes, disputas judiciais por direitos não concedidos, irregularidades na concessão de aposentadorias e sonegação de arrecadação ajudavam a criar um quadro de aparente inviabilidade do sistema e pareciam justificar a urgência de reformas.

As propostas feitas nesse período podem se dividir em quatro vertentes:

1) as que adotam o conceito de seguridade da Constituição de 1988 e seus

princípios; 2) as que alteram o conceito constitucional de seguridade, embora conservem alguns de seus princípios; 3) as que seguem o modelo liberal chileno; 4) as que não explicitam nenhuma posição doutrinária ou conceitual, tratando a questão previdenciária de forma pragmática (MACEDO e LEITE, 1993, apud ARAÚJO, 2004, p.174). Essas propostas, elaboradas como o objetivo de instrumentalizar a revisão constitucional, não alcançaram o êxito esperado. Os direitos conquistados em 1988 saíram ilesos neste primeiro embate.

Nos períodos de 1995–1998 e 1999–2002, quando Fernando Henrique Cardoso esteve no governo, houve, novamente, um forte impulso na agenda de reforma da previdência. Para Fagnani (2005-a), essa etapa abrange desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso no ministério da Fazenda até os seus dois mandatos presidenciais. Seu traço marcante foi a retomada vigorosa do contra-reformismo iniciado em 1990 e interrompido pelo *impeachment*. Ficou clara a incompatibilidade entre a estratégia macroeconômica do plano de estabilização do governo, o Plano Real, e os rumos da política social que haviam sido desenhados na Constituição de 1988. Para este autor, a desconstrução do precário Estado de Bem-Estar Social que o Brasil conquistara veio acompanhada pela focalização da política de transferência de renda e pela redução das possibilidades de implementar um processo de desenvolvimento com inclusão social.

A estratégia de desconstitucionalização da seguridade social foi inicialmente transformada em proposta de emenda constitucional, que alteraria radicalmente o sistema previdenciário – a PEC nº 33, de 1995. Entretanto, sofreu fortes resistências no Congresso e não foi aprovada, mas o governo não desistiu

e deu curso a outra estratégia de reforma, desta vez através de medidas provisórias.

É importante deter-se neste aspecto do mecanismo utilizado para fazer modificações substanciais na legislação previdenciária na década de 1990, durante o governo de F. H. Cardoso. O insucesso da revisão da Constituição de 1988, em termos da supressão de direitos, levou a uma atitude autoritária do governo para reduzir as despesas com benefícios. A burocracia do Ministério da Previdência incumbia-se de elaborar as medidas provisórias e projetos de leis ordinárias, conhecidos como “projetos submarinos” ou “reformas meia-sola”, feitos sem que a sociedade se apercebesse e aprovados “na calada da noite”. A idéia era mudar sem alarde, com medidas pouco ambiciosas, mas que não criassem resistências na sua tramitação legislativa, aproveitando-se da desinformação, da desmobilização social e do medo da inflação para enxugar ao máximo o plano de benefício previdenciário e sustar demandas por aposentadorias. Araújo (2004) lista em várias páginas todas as incontáveis mudanças na legislação, grande parte encaminha por medidas provisórias, que subtraíram direitos.

A legislação social foi sendo modificada subterraneamente, num longo percurso, como se os direitos conquistados fossem ilegítimos e ameaçassem a ordem econômica de uma nova era que precisava mudar o padrão universalista e inclusivo da seguridade social brasileira.

Depois de várias medidas provisórias e leis ordinárias, em dezembro de 1998, foi feita, então, a primeira reforma de peso do governo de F. H. Cardoso, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 20, que mudou um conjunto de regras do RGPS e o RPPS. As justificativas para a realização dessas alterações

no texto constitucional estavam baseadas, mais uma vez, na tão veementemente defendida necessidade de conter os desequilíbrios no sistema e aperfeiçoar a sua gestão. O discurso oficial reiterava, como se fosse uma verdade indiscutível, o diagnóstico de inviabilidade financeira do sistema previdenciário. Por consequência, a reforma foi arquitetada para dar tratamento fiscal a uma política social.

Andrade (2003, p. 109) descreve esse período de reforma da previdência dizendo que:

Naquele momento, além de ancorar um conjunto de medidas econômicas, fiscais e políticas, direcionadas à contenção do déficit público, a Reforma da Previdência passou, também, a funcionar como uma espécie de ‘moeda de troca’, sem a qual supostamente se esgarçaria a confiança dos diversos organismos internacionais na efetividade do ajuste econômico poste em prática no Governo FHC.

É importante lembrar que no final da década de oitenta e início da década de noventa, a reforma da previdência foi apresentada como uma das medidas fundamentais para o ajuste fiscal das economias latino-americanas e para a recuperação de suas combalidas economias. A partir das recomendações feitas pelo Banco Mundial, através do documento *Averting the old age crisis: policies to protect the old and promote growth* (WORLD BANK, 1994), os países da América Latina e do Leste Europeu realizaram reformas muito semelhantes, procurando ajustar-se à prescrição baseada na noção de três pilares para o sistema, enunciada no referido documento: o primeiro pilar (as pensões públicas) é complementado por um segundo pilar de poupança obrigatória, contribuições definidas e capitalização e suplementado por um terceiro pilar, de poupança

voluntária. As experiências de reforma dos vários países da América Latina foram diferentes. Não houve um modelo único, ainda que a maioria das propostas tenha se direcionado para a redução da responsabilidade estatal e ampliação da participação privada. O que se verificou foi uma heterogênea combinação dos regimes públicos e privados.

De acordo com Andrade (2003), as chamadas reformas estruturais, monitoradas pelo Banco Mundial e pelo FMI, atingiram 11 dos 18 países da América do Sul e Central. No Brasil, entretanto, prevaleceu a avaliação de que uma estratégia de privatização direta resultaria em custos políticos, sociais e financeiros inafiançáveis. Pinheiro (2004) menciona que a introdução de um regime obrigatório de capitalização individual substituindo parcialmente o regime de repartição chegou a ser discutida no Brasil, mas foi considerada inviável devido às restrições fiscais e ao enorme custo de transição, referente ao financiamento dos benefícios em manutenção no sistema de repartição e ao reconhecimento das contribuições passadas. Segundo este autor:

Estimativas realizadas por especialistas do Banco Mundial, IPEA e FGV, entre 1995 e 1997, assim como cálculos feitos pela CEPAL, em 1999, apresentaram custos de transição oscilando entre 188% do PIB e 250% do PIB (PINHEIRO, 2004, p. 267).

O que ocorreu no Brasil foi, então, a eleição de uma estratégia que tem priorizado mecanismos de mudanças legislativas no arcabouço jurídico constitucional, de forma a redirecionar o conjunto do sistema previdenciário. As mudanças têm implicado, como se verá a seguir, no rebaixamento do valor do principal benefício – a aposentadoria – o que incentiva os trabalhadores que

recebem remunerações mais elevadas a buscar a complementação previdenciária através dos seguros privados. A provisão pública acaba-se restringindo ao pagamento de benefícios de valores muito reduzidos, a maioria equivalentes ao salário-mínimo, para uma parcela de trabalhadores de baixa renda, ao invés de abarcar o universo dos trabalhadores com uma renda digna na velhice. Com isso, como disse Andrade, “se abre uma larga avenida de possibilidades para a expansão da previdência privada, nas suas várias modalidades não-públicas” (ANDRADE, 2003, p.114).

Segundo Vianna (2003a, p. 1):

Contrariando, talvez, as expectativas, o Brasil não seguiu expressamente a recomendação [do Banco Mundial]. A reforma realizada em 1998, através da Emenda Constitucional nº 20, aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro daquele ano, introduziu algumas mudanças nas regras de concessão de benefícios e na alocação da receitas previdenciárias, sem substituir o modelo estabelecido pela Constituição. O modelo segue sendo de previdência social, público e administrado pelo Estado. Mais ainda: segue sendo, formalmente, um sistema de seguridade social, porque assim se mantém a escrita constitucional. Todavia, a implementação desse sistema vem ocorrendo, na prática, sem o devido respeito aos princípios constitucionais, com o que são carreadas para o mesmo tensões que podem (ou visam) resultar na sua capitulação diante de uma presumida superioridade do desenho dos três pilares.

Resumidamente, pode-se citar as seguintes modificações mais importantes estabelecidas pela EC 20/98, no que diz respeito aos funcionários públicos:

a) Criou a necessidade de comprovar tempo de contribuição, extinguindo-se a aposentadoria por tempo de serviço;⁴¹

b) O funcionário público que ingressar no sistema (titular de cargo efetivo) tem direito a aposentadoria por invalidez permanente, aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade e aposentadoria voluntária. Para aposentadoria voluntária, é exigido que tenha 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e que tenha 60 anos de idade e 30 anos de contribuição, se homem, e 55 de idade e 30 de contribuição, se mulher; aposentadoria aos 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, será com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

c) A aposentadoria especial, com idade e tempo de contribuição reduzidos em cinco anos (55 anos de idade e 30 de contribuição), será exclusiva de professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio.

d) Para os trabalhadores e funcionários públicos ativos da geração presente foi estabelecida uma regra de transição: passaria a haver uma idade mínima para a aposentadoria – 53 anos para os homens e 48 para mulheres –, complementada por pedágios de 20% e 40% sobre o tempo de contribuição que, em 16 de dezembro de 1988, faltava para a aposentadoria integral ou proporcional, respectivamente; o servidor público, além desses critérios, deve contar 5 anos de exercício no cargo.

⁴¹ Boschetti (2003) diz que com isso tornou-se mais difícil a obtenção de aposentadoria, sobretudo para os trabalhadores que não tiveram carteira de trabalho assinada ao longo de suas vidas.

e) Os proventos da aposentadoria proporcional passaram a ser equivalentes a 60% do valor máximo que o servidor poderia obter, acrescidos de 5% por ano de contribuição que supere a idade mínima para a aposentadoria, até o limite de 100%;

f) Foi estabelecido o teto nominal para os benefícios e a desvinculação desse teto do valor do salário mínimo, o que rompeu com o princípio constitucional de irredutibilidade do valor dos benefícios;

g) Foi vedado o recebimento de mais de uma aposentadoria no RPPS;

h) Eliminou-se o tratamento diferenciado conferido aos congressistas, magistrados e professores universitários, mantendo-se esquemas específicos para professores do nível primário e secundário e para os militares. Estes últimos tiveram um aumento na taxa de contribuição para a previdência válida tanto para os militares da ativa quanto da reserva, de 1,6% para 7,5% no final de 2001. Além disso, foi instituída uma contribuição adicional de 1,5% para financiar as pensões vitalícias das filhas solteiras (PINHEIRO, 2004).

i) Foi fixado o limite máximo de benefícios para o RPPS semelhante ao teto do RGPS, desde que instituído regime de previdência complementar para os servidores.

j) Uma das mudanças significativas trazidas pela EC 20/1998 foi o item *h* citado acima: a fixação do teto de benefícios para o RPPS (na época, R\$ 1.200,00, ou um valor equivalente a dez salários mínimos) igual ao do RGPS.

Soares (2003) comenta que isso possibilita o crescimento dos fundos de pensão, que substituiriam, com direitos menores, o atual sistema público. Seria um processo similar ao que ocorreu nos EUA, de expansão de fundos privados a partir de mudanças no regime de previdência dos servidores públicos. Por essa nova regra constitucional os funcionários públicos, ao aderirem ao regime de previdência complementar para ter uma aposentadoria maior que o teto do RGPS, teriam de contribuir por um longo período, com base nas regras do plano, para, ao final de sua vida profissional, se habilitarem a um benefício que dependeria do quanto houvessem poupado e do quanto as suas poupanças individuais tivessem capitalizado. Uma entidade de previdência aberta ou uma seguradora lhes pagaria um benefício cujo valor dependeria das reservas, cujas regras de reajuste ou preservação do poder de compra são desconhecidas.

No que diz respeito ao RGPS, é assegurada aposentadoria nas seguintes condições: a) Aposentadoria por tempo de contribuição: 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher; b) Aposentadoria por idade: 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, reduzido o limite em 5 anos para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam atividades em regime de economia familiar, nele incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. Os requisitos a que se refere a aposentadoria por tempo de contribuição serão reduzidos, em 5 anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

A Proposta de Emenda Constitucional da qual resultou a EC n° 20/98 tentou impor a necessidade de acumulação dos dois requisitos, idade e tempo de contribuição, para a aposentadoria dos trabalhadores, mas foi rejeitada pelo Congresso. Assim, há, além das aposentadorias por invalidez e especial, duas aposentadorias distintas: a aposentadoria por idade e por tempo de contribuição.

A principal mudança no RGPS trazida pela EC 20/1988, entretanto, foi a desconstitucionalização da fórmula de cálculo das aposentadorias. O objetivo dessa estratégia era criar, em lei posterior, mecanismos que aumentassem a vinculação entre as contribuições e os benefícios, o que veio a ocorrer em 1999, com a Lei n° 9.876. O critério anterior, que estava estabelecido na Constituição de 1988, previa que o benefício fosse calculado pela média dos últimos 36 salários de contribuição (últimos três anos). A nova regra de cálculo aumentou o período básico para o cálculo (que passou a corresponder aos 80% melhores salários de contribuição desde julho de 1994) e criou o fator previdenciário.

Segundo os críticos da regra antiga (dos últimos 36 salários de contribuição),

[...] ela gerava taxas de reposição generosas para trabalhadores que se aposentavam precocemente, no auge da sua vida laboral, pouco antes de completarem cinquenta anos (PINHEIRO, 2004, p. 268).

Além disso, seria perniciosa porque:

[...] induzia a uma subdeclaração da renda, pois nos $(n-36)$ meses anteriores à aposentadoria não havia nenhum incentivo a declarar a renda verdadeira e pagar as contribuições sobre ela incidentes, já que o valor da aposentadoria não dependeria do montante da

contribuição (GIAMBIAGI, MENDONÇA, BELTRÃO, ARDEO, 2004, p.3).

A Lei n. 9.876/99 veio, então, a estabelecer a nova regra de cálculo dos benefícios do RGPS e, utilizando-se de lógica atuarial, introduziu o *fator previdenciário*. Preservados os direitos adquiridos daqueles que já se encontravam na inatividade, as novas aposentadorias passaram a ser calculadas em função da multiplicação de dois componentes. O primeiro é o salário-de-contribuição, que será calculado, como já mencionado acima, considerando a média dos 80% maiores salários-de-contribuição a partir de julho de 1994 até o momento da aposentadoria (não mais será a média dos últimos 36 salários). O segundo é o *fator previdenciário* aplicado sobre o salário-de-contribuição, que será tanto menor (maior) quanto menor (maior) o tempo de contribuição e a idade de aposentadoria e é calculado a partir de uma fórmula matemática baseada nesses dois parâmetros (tempo de contribuição e idade) e na expectativa de sobrevida do aposentado. A expectativa de sobrevida é atualizada anualmente conforme a tábua de mortalidade calculada pelo IBGE, o que ajusta o cálculo do benefício à dinâmica demográfica.

A fórmula do setor previdenciário é a seguinte:

$$F = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left[1 + \frac{Id + (Tc \times a)}{100} \right]$$

F = fator previdenciário; Tc = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria; a = alíquota; Es = expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria; Id = idade no momento da aposentadoria.

O uso do fator previdenciário afetou significativamente as aposentadorias, principalmente por tempo de contribuição dos trabalhadores do

setor privado (conhecidas antes da reforma como aposentadorias por tempo de serviço).⁴² Essa regra de cálculo é obrigatória para os trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição e opcional para os que se aposentam por idade. O fator previdenciário tornou desvantajosa a aposentadoria por tempo de contribuição com baixa idade, incentivando o adiamento da aposentadoria, pois é progressivamente maior a cada ano de postergação. Sua consequência imediata foi o aumento da idade média de concessão desse benefício e, posteriormente, a redução do valor médio das aposentadorias por tempo de contribuição.

Antes da reforma, a idade média de aposentadoria era de 48,9 anos. Em 2001, a idade média chegou a 54,1 anos – ou seja, um crescimento de 5,2 anos na média etária da aposentadoria por tempo de contribuição em relação a 1998 (PINHEIRO, 2004). Mas a idade média de aposentadoria ainda é considerada relativamente baixa se comparada à de outros países da Europa e da América. Ainda não foi instituída no Brasil a idade mínima de aposentadoria por tempo de contribuição no RGPS. Esta foi uma proposta que não teve apoio político necessário para sua aprovação no Congresso na ocasião da reforma de 1998. As condições atuais para a aposentadoria continuam a ser somente 35 e 30 anos de contribuição para homens e mulheres, sem requisito de idade para a aposentadoria por tempo de contribuição.

Segundo Pinheiro (2003, p. 269),

⁴² Homens têm direito a se aposentar por tempo de contribuição após contribuírem por 35 anos e, mulheres, por 30 anos. O valor do benefício da aposentadoria por tempo de contribuição corresponde a 100% do salário de benefício. Este consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, corrigidos monetariamente, correspondendo a 80% do período contributivo desde a competência julho de 1994, multiplicado pelo fator previdenciário (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2004).

Na maior parte dos países da OCDE a idade mínima para a aposentadoria é de 65 anos, com exceção da França e da Coréia do Sul, que requerem sessenta anos e da Noruega, onde o requisito mínimo é 67 anos. Entretanto, muitos países permitem aposentadorias proporcionais antecipadas. No ano 2000, a idade média efetiva de aposentadoria na OCDE foi de 62,6 anos. Este indicador varia de 69,1 anos no Japão para 59,3 anos na Itália [...] Na América Latina, países como Argentina, Chile, México e Peru já instituíram as idades mínimas de 65 anos para homens e sessenta para mulheres. Atualmente, somente o Brasil, Irã, Iraque e Equador não requerem idade mínima para a aposentadoria.

Com a adoção do fator previdenciário houve perda de valor dos benefícios, o que pôde ser comprovado em 2005, primeiro ano em que o fator foi aplicado integralmente. Segundo estudo feito pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), o fator previdenciário, criado em 1999, foi utilizado de forma gradual (0,5% ao mês) e crescente durante cinco anos. Só em 2005 o INSS adotou o fator “cheio” para calcular os benefícios, o que levou à redução do valor médio das aposentadorias por tempo de contribuição em 3,09% naquele ano. Em 2004, o trabalhador se aposentou, em média, com benefício igual a R\$ 955,18. Em 2005, esse valor se reduziu para R\$925,70 (valores atualizados pelo INPC). Há casos, como os daqueles que se aposentaram com idade de 45 anos, em que o fator chega a reduzir em 40% o valor das aposentadorias. Mesmo os que trabalharam até 60 anos não conseguiram receber o teto do benefício previdenciário (atualmente de R\$2.801,56). O valor real médio dos benefícios em 2005 voltou aos níveis de 1999, apesar dos aumentos reais do salário mínimo, cujos efeitos foram anulados por causa da aplicação do fator previdenciário. A tendência é de que a redução seja ainda mais acentuada nos próximos anos. A população brasileira vem registrando, anualmente, aumento na sua expectativa de vida e, como essa é a

principal variável na redução do fator, as aposentadorias sofrerão reduções (ANFIP, 2006).

Uma análise isolada do fator previdenciário pode fazer parecer que é um mecanismo que se tornou necessário e, sobretudo, justo. Os que buscam uma aposentadoria precoce receberão benefício menor por terem contribuído com menos. Os que trabalham por mais tempo contribuem com mais e receberão maior benefício. Entretanto, a análise desse fator isolado, sem a incorporação de outros elementos que compõem a realidade socioeconômica, pode conduzir a generalizações perigosas. A ANFIP argumenta, por exemplo, que o fator previdenciário busca retardar o pedido de aposentadoria, mas observa:

Nem sempre é possível ao segurado assim proceder. Condições de saúde, de empregabilidade e, principalmente, a incerteza quanto ao futuro, definem a decisão. Mesmo a contragosto, o benefício é pedido, amargando o trabalhador a diminuição no valor da sua aposentadoria (ANFIP, 2006, p. 26).

A busca da aposentadoria por tempo de contribuição, portanto, pode não ser uma opção, mas uma condição que se impõe, como reflexo, em grande medida, das condições recessivas da economia que conduzem à falta de oportunidades no mercado de trabalho e, portanto, a uma situação de insegurança, baixos salários e dificuldade de sobrevivência, condições particularmente agravadas para os trabalhadores em idade mais avançada. Para estes, manter-se no mercado de trabalho e receber aposentadoria um pouco maior no futuro não é uma tarefa fácil. Por outro lado, a aposentadoria por tempo de contribuição obtida de forma antecipada não é capaz de atender às necessidades de sobrevivência do segurado (exceto no caso de trabalhadores

que têm acesso a fundos de pensão), porque seus valores são baixos na maioria dos casos e, por isso, o trabalhador não se aposenta de fato. A aposentadoria acaba sendo uma fonte de renda que proporciona segurança mínima, mas que necessita ser complementada com a renda de ocupações, no mais das vezes, ocasionais e precárias.

Soares (2003) por sua vez argumenta que o fator previdenciário, cuja equação introduziu a idade no cálculo da aposentadoria, atingiu particularmente um contingente de pessoas mais desfavorecidas. Para a autora,

O fator previdenciário fez com que os segurados, independentemente de entrar precocemente no mercado de trabalho, passassem a ser obrigados a trabalhar mais tempo para aposentar-se com o mesmo valor; ou seja, os trabalhadores de mais baixa renda – (e entre eles, sobretudo as mulheres), que são os que começam a trabalhar mais cedo – foram os principais afetados (SOARES, 2003, p. 123).

A EC nº 20/1988 trouxe algumas outras mudanças, tais como: determinou que o benefício do salário-família fosse devido somente ao trabalhador de baixa renda; proibiu qualquer trabalho para os menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos; criou diretrizes para o regime de previdência privada, que terá caráter complementar e será organizado de forma autônoma, em relação ao Regime Geral de Previdência Social; e, por fim, estabeleceu que a organização da Previdência Social observará critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Este último aspecto, o da observância do equilíbrio financeiro e atuarial, limita os espaços de redistributividade que a Constituição imprimiu à seguridade social, ameaçando, inclusive, a continuidade de benefícios de baixo peso

contributivo, como as aposentadorias rurais e a aposentadoria de trabalhadores urbanos de baixa renda do setor informal, esta ainda aguardando legislação infraconstitucional para sua implantação. O preceito do equilíbrio atuarial contradiz a natureza da seguridade. O dispositivo instituído pela EC 20/1988 é inoportuno e representa uma regressão, pois o sistema previdenciário tem demonstrado que tem capacidade de contribuir para a redução da pobreza (ver item 3.3 do presente capítulo) e de assegurar condições de sobrevivência a um segmento da população que vive na condição de segurado especial, que, de outra forma, o mercado, sem a intervenção do Estado, teria relegado à indigência.

Depois da EC nº 20/1988 houve aprovação de várias leis complementares e ordinárias e a conversão em lei de outras medidas provisórias editadas em 1998 e 2000, conformando um novo arcabouço jurídico-institucional de organização do sistema previdenciário.⁴³ O modelo brasileiro de reforma da previdência, entretanto, diferiu, como já mencionado anteriormente, da tendência de privatização observada nos demais países latino-americanos como Chile, Argentina, Uruguai, Bolívia, Peru, Colômbia e México, que optaram por substituir, parcial ou integralmente, os sistemas públicos de repartição por sistemas privados

⁴³ Embora a emenda constitucional nº 20 e a Lei 9.876/99 sejam dois marcos importantes na reforma do sistema previdenciário, outras dispositivos legais foram aprovados entre 1998 e 2002: Leis nº 9.703/98, nº 9.711/98 e nº 9.732/98, que instituem mecanismos de aprimoramento da arrecadação e recuperação de créditos; lei nº 9.719/98, que define regras gerais para a previdência dos servidores públicos; Lei nº 9.796/99, que regulamenta as compensações financeiras entre regimes de previdência; Lei nº 9.876/99, que modifica a regra de cálculo dos benefícios do RGPS e cria incentivos à filiação de novos segurados; Lei nº 9.962/00, que regulamenta a contratação de empregados públicos, filiados ao Regime Geral, pelos governos; Lei nº 9.983/00, que tipifica os crimes contra a Previdência Social; Lei Complementar nº 101/01, que trata da responsabilidade fiscal em relação aos regimes previdenciários; Leis Complementares 08 e 09 de 2001, que regulamentam o regime de previdência complementar; Lei nº 10.056/01, que regulamenta contribuições do setor rural; Medida Provisória nº 2.131/00, que trata da contribuição previdenciária dos militares e Medida Provisória nº 2.023/00, de renegociação de dívidas dos estados e municípios com o INSS (PINHEIRO, 2004, p. 266).

obrigatórios de capitalização individual. No Brasil, apesar da busca pela maior aproximação com a noção de seguro social – segundo a qual deve existir uma relação inexorável entre contribuição e benefício – foi mantido o princípio da seguridade social como norteador da proteção social e, na previdência, permaneceu o regime de repartição, de natureza redistributivo-assistencial, gerido pelo Estado. Isso demonstrou a força da inscrição de direitos sociais no arcabouço da Constituição Federal e a capacidade de resistência dos movimentos e lutas sociais na defesa de direitos universais, à revelia de grande parte da burocracia pública e da influência dos *lobbies* de setores financeiros poderosos que oferecem formas privadas de proteção (bancos e seguradoras, principalmente).

A segunda reforma da previdência ocorreu em 2003, no início do governo de Luis Inácio Lula da Silva, quando foi aprovada a Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003. Seu foco estava voltado para a previdência dos servidores. O RGPS ficou praticamente fora da reforma.

A posição do governo federal à época era de que o RGPS apresentava-se numa situação de satisfatória sustentabilidade econômico-financeira, avaliada pela chamada necessidade de financiamento do regime para o período 2002-2021. Pelas projeções apresentadas, o RGPS deverá manter a formação de déficits anuais da ordem de 1,31% do PIB verificado em 2002, atingindo nos próximos dezoito anos, algo como 1,69% do PIB a ser verificado no ano de 2021. Tomado como indicador de estabilidade, essa trajetória de projetados déficits é o

principal argumento utilizado para manter o RGPS fora da reforma proposta pelo Governo Lula (ANDRADE, 2003, p.105).

Havia vários argumentos em torno da urgência da reforma do regime próprio dos servidores. O primeiro deles era de que, nas reformas ocorridas em vários países da OCDE, mesmo entre aqueles que são referência para políticas de bem-estar, houve uma tendência de convergência entre os sistemas previdenciários dos setores público e privado, por meio da unificação dos regimes ou da homogeneização das regras. Este processo tem sido acompanhado pelo desenvolvimento de esquemas de previdência complementar e suplementar privada, de benefício definido.

Vários países europeus padronizaram as regras de aposentadoria dos setores público e privado, adotaram aumento do tempo de contribuição combinado com idade mínima (também aumentada) para aposentadoria, não adotaram a paridade entre salário e benefício (reduzindo a aposentadoria a um percentual dos últimos salários) e diminuíram benefícios já concedidos. A idéia é que os servidores públicos tenham um benefício básico (originário quer de um regime geral quer de regime próprio) e contribuam compulsoriamente para a previdência complementar com benefício definido (PINHEIRO, 2004).

Essas mudanças, por sua vez, baseiam-se num argumento que se relaciona com as questões da equidade e do papel do Estado na distribuição da renda. Os regimes próprios de previdência dos servidores são tidos como mais generosos e acabam por significar transferência de renda de toda a sociedade

para um grupo específico que, certamente, não é o mais necessitado. Se há desigualdade na distribuição de renda de um país, como no caso do Brasil, este argumento ganhava reforço imediato.

O desequilíbrio fiscal provocado pelo regime dos servidores fortalecia as teses dos defensores de sua reforma. Os benefícios, sem a devida contrapartida contributiva, geram enormes passivos atuariais extremamente regressivos em termos intergeracionais. A longo prazo, o cumprimento dessas promessas significa aumento de impostos, redução de gastos em outras áreas e congelamento de salários dos próprios servidores (PINHEIRO, 2004).

Há ainda o argumento de que regimes unificados têm custos menores devido às economias de escala.

A redução de custos ocorre tanto em termos de administração do sistema, em função da eliminação de estruturas institucionais paralelas, quanto em termos políticos. Em um ambiente normativo de regras iguais diminuem as pressões corporativas por tratamento diferenciado. Adicionalmente, se ganha em termos de transparência do sistema ao se eliminar subsídios implícitos. Finalmente, regras homogêneas para a Previdência propiciam maior flexibilidade e eficiência ao mercado de trabalho (OCDE, 2002, apud PINHEIRO, 2004, p. 276).

Todos esses argumentos eram aplicados nas análises para o Brasil. A proposta de unificação dos regimes previdenciários no país era considerada um avanço institucional.

Seriam eliminados os mais de 2.800 regimes próprios municipais, os 27 regimes estaduais e o federal. As regras aplicadas à iniciativa privada valeriam para todos os funcionários públicos e militares. Todos os trabalhadores seriam filiados e receberiam um benefício do INSS até determinado teto e eventuais diferenciações poderiam ser tratadas no regime de previdência

complementar. Com isso, haveria substantivos ganhos em economias de escala, redução de custos operacionais, equidade, eliminação de subsídios implícitos e maiores eficiências e flexibilidade no mercado laboral. Certamente, a entrada dos servidores públicos no INSS contribuiria também para criar um núcleo de emprego formal no financiamento do regime geral, atualmente combatido pelo aumento da informalidade (PINHEIRO, 2004, p. 276).

A proposta de unificação dos regimes, entretanto, foi abandonada. A resistência surgiu dos Estados e municípios, cuja passagem dos servidores para o INSS geraria um grande custo fiscal, com desembolsos que estavam muito além da capacidade financeira desses entes da federação, referentes aos repasses da contribuição patronal ao INSS, bem como da contribuição dos servidores. Sem contar com o fato de que perderiam fontes de receita previdenciária de seus sistemas extintos, mas teriam que continuar pagando aposentadorias para a manutenção de inativos.

Assim, ao invés da unificação dos regimes, a reforma de 2003 resultou em um ajuste no sistema de repartição para as gerações atuais de servidores ativos e inativos e em novas regras para os futuros servidores, muito semelhantes às dos trabalhadores do setor privado. As mudanças tinham como objetivo fazer com que os trabalhadores do setor público recebessem benefícios equivalentes à contribuição, como já havia sido feito com a reforma do RGPS administrado pelo INSS. As regras estabelecidas anteriormente para os servidores não garantiam equilíbrio entre as contribuições e os benefícios pagos. Foram alteradas, mas os direitos já adquiridos estavam preservados, ou seja, quem já havia cumprido os requisitos para aposentadoria poderia exercer seu direito, mesmo depois da

aprovação da reforma, com base nas regras em vigor antes da E.C. nº 41/2003.

As principais mudanças foram as seguintes:

a) para futuros servidores, o cálculo da aposentadoria considera a média das contribuições previdenciárias feitas durante o período trabalhado, nos mesmos moldes do RGPS administrado pelo INSS. Houve a imposição de um limite máximo para o valor dos benefícios, tornando-o igual ao do regime geral dos trabalhadores da iniciativa privada (R\$2.400,00 à época),⁴⁴ e a opção de complementar os proventos por meio de filiação a fundos de previdência complementar. Os futuros servidores, portanto, com proventos maiores que o teto serão estimulados a ingressar em fundos de previdência privados ou no fundo de previdência complementar público.

b) O limite de R\$2.400,00 para o pagamento dos benefícios dos regimes próprios só entrará em vigor quando forem criados os regimes complementares.

c) Somente para as futuras gerações de servidores deixa de existir a integralidade do valor dos benefícios e a paridade de reajustes entre ativos e inativos. Aquele que hoje é servidor público, ainda pode obter aposentadoria integral (sem teto) desde que cumulativamente: complete a idade de 60 anos e 55 anos para homem e mulher, respectivamente; tenha 35 anos e 30 anos de contribuição para homem e mulher, respectivamente; tenha 20 anos de serviço público, 10 anos de carreira e 5 anos no cargo.

⁴⁴ Hoje, este limite superior é de R\$2.801,56 fixado por portaria ministerial para vigorar a partir de 1º de abril de 2006.

d) Para atuais servidores inativos e pensionistas, houve a instituição da contribuição. O cálculo, no caso de servidores da União, é de 11% (percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos) incidente sobre a parcela da remuneração que exceder 60% do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social ($60\% \times R\$ 2.400,00 = \1.440). No caso dos Estados, Distrito Federal e municípios, a contribuição dos inativos e pensionistas é de 11% sobre a parcela que excede 50% do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral ($50\% \times R\$ 2.400 = 1.200$). A emenda constitucional, porém, preserva direitos adquiridos dos atuais inativos e pensionistas, não impondo nenhum recálculo aos valores dos benefícios de aposentadoria e pensão.

e) Para futuros pensionistas, a pensão deixou de ser integral: benefícios de até R\$ 2.400 serão pagos na integralidade; sobre a parcela que exceder os R\$ 2.400, será aplicado um desconto de 30%.

f) Para futuros servidores, haverá a aplicação da regra da idade para aposentadoria de sessenta anos para os homens e 55 para as mulheres, com redução de 5% no valor do benefício no caso de antecipação de aposentadoria;

g) Para os atuais servidores, mantém-se a possibilidade de se aposentarem com a idade de 53 anos e 35 anos de contribuição (mais pedágio de 20% sobre o tempo que faltava naquela data para completar o tempo de contribuição), se homem, e aos 48 anos de idade e 30 anos de contribuição (mais

pedágio), se mulher. Será, porém, aplicado um redutor de 5% por ano antecipado em relação à idade de referência (sessenta anos, homens, e 55 anos, mulheres).

h) A reforma proíbe a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos.

i) Foram criados tetos para as superaposenadorias do serviço público. Na União, o limite máximo para a aposentadoria não pode exceder a remuneração do Ministro do Supremo Tribunal Federal (R\$ 17.370,00 na época). Há subtetos, para os municípios e Estados. Para municípios, é a remuneração do Prefeito. Para Estados e Distrito Federal: no Executivo, a remuneração mensal do Governador; no Legislativo, a remuneração dos Deputados; e no Judiciário, 90,25% da remuneração mensal dos Ministros do STF.

j) Estabelecimento de abono de permanência, de 11% do salário (equivalente à contribuição previdenciária), para os servidores que têm direito adquirido e postergarem a sua aposentadoria, decidindo permanecer em atividade até que venham a completar as exigências para a aposentadoria compulsória (70 anos).

l) O sistema de previdência complementar funcionará no sistema de capitalização individual. Deve ser uma entidade fechada, que oferece a seus participantes planos de contribuição definida e tenha natureza pública e instituição voluntária. A instituição dos fundos complementares depende de lei de iniciativa da União, estados e municípios criando os seus fundos de pensão. Uma vez instituído o fundo, estas entidades passam a fazer parte da estrutura

administrativa da União, dos estados e dos municípios e a contribuição patronal do ente federado deverá ser, no máximo, equivalente à do servidor. Deverão ser aplicadas, no que couber, as regras que já valem para o regime de previdência complementar. A filiação do servidor atual e dos futuros servidores é facultativa. Sua criação é pré-requisito para a instituição do teto igual ao do RGPS (R\$ 2.400,00).

Conforme foi dito anteriormente, o RPPS era o principal alvo da reforma de 2003. O RGPS sofreu poucas alterações. Houve aumento real de cerca de 30% do teto deste regime, que passou para R\$2.400,00, devendo ser reajustado de forma a preservar seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social. As principais mudanças do RGPS têm sido feitas no âmbito infraconstitucional, por meio de alterações na legislação previdenciária e foram muitas nos últimos dez anos, conforme já foi antes comentado. Dados os limites e objetivos deste trabalho, estão sendo tratadas apenas algumas mudanças, consideradas mais relevantes, no texto da Constituição.

Em 2003 houve, ainda, outra emenda constitucional que alcançou a seguridade social. Trata-se da EC nº 42/2003, através da qual foi feita a Reforma Tributária do governo Lula da Silva (2003–2006). Foram introduzidas algumas modificações que afetaram favoravelmente a receita da seguridade social, sendo as mais importantes as seguintes:

a) A necessidade de lei complementar para definir o tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte (art. 146, III, d, e parágrafo único);

b) A permissão para que a lei institua contribuição para a seguridade social cobrada do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar (PIS – Importação e COFINS – importação). Essa contribuição deve ser arrecadada pela União e beneficiará todo o sistema de seguridade, sem nenhuma vinculação específica aos setores que a compõem (art. 195, inciso IV);

c) permissão para que a lei defina setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes sobre a receita ou faturamento e a do importador de bens e serviços do exterior serão não-cumulativas (COFINS não-cumulativa).

Outra importante alteração na legislação que rege a seguridade social veio com a Emenda Constitucional nº 47/2005, que possibilitará grande melhoria de qualidade da tributação. Essa emenda constitucional permite critérios diferenciados para tributar empresas através da contribuição social do empregador (incidentes sobre a folha de salários, faturamento e lucro), com alíquotas e bases de cálculo mais vantajosas, em função da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, porte da empresa e a condição estrutural do mercado de trabalho.⁴⁵ O objetivo dessa mudança era obter maior equidade no custeio da seguridade social. Empresas de pequeno porte e que exercem

⁴⁵ A redação anterior previa a diferenciação de alíquotas e de bases de cálculo somente em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

determinadas atividades econômicas como, por exemplo, as empresas da área rural e as cooperativas, que dispõem de capital reduzido e estão sujeitas a forte concorrência, têm tratamento tributário mais brando, enquanto as instituições financeiras pagam contribuições com alíquota acrescida em 2,5%. A referida emenda constitucional também procura estimular o contrato formal de trabalho nas empresas, ao possibilitar menor recolhimento de contribuições sociais em função das condições estruturais do mercado de trabalho e da utilização intensiva de mão-de-obra.

Antes da EC nº 45/2005, a concessão de aposentadoria especial era dada aos segurados que exercessem atividades prejudiciais à saúde ou à integridade física, compreendendo a exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos, ou a combinação destes. Após a edição de EC nº 45/2005, a aposentadoria especial foi estendida aos portadores de deficiência, que poderão aposentar-se mais cedo. É importante observar que a aposentadoria especial concedida pelo RGPS possui como beneficiários somente os segurados empregados, o trabalhador avulso e os cooperados de cooperativas de trabalho ou de produção que poderão aposentar-se aos quinze, vinte ou vinte e cinco anos, conforme a atividade exercida. Para custear o benefício há um acréscimo de alíquotas para o empregador sobre a remuneração do segurado que pode variar de 6, 9 ou 12%, conforme o direito do segurado a aposentar-se aos 25, 20 ou 15 anos de serviço respectivamente. Para financiar a extensão do benefício de aposentadoria especial aos portadores de deficiência, deve ser criada uma nova fonte de custeio, para atender às exigências do art. 195, § 5º da Constituição

Federal; essa aposentadoria, portanto, ainda depende de regulamentação (lei complementar).

O texto da Emenda Constitucional nº 47/2005 diz:

Art. 1º Os artigos ... 201... da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo 12. Lei disporá sobre o sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.

Parágrafo 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o parágrafo 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.

No ano de 2005, houve ainda outra emenda constitucional, de grande relevância, que buscou solução para um problema grave, de natureza estrutural, do sistema de seguridade social: a EC nº 47/2005, que deu proteção diferenciada aos trabalhadores informais urbanos e às donas-de-casa (parágrafos 12 e 13 do art. 201 da CF/88). Segundo esse novo dispositivo, haverá um sistema de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.

O destinatário desta nova norma é o segurado especial *urbano* de baixa renda – pois a proteção ao pequeno trabalhador rural já está prevista –, que terá direito a um salário-mínimo. Para que possa entrar em vigor, falta ainda, regulamentar esse importante avanço na direção da universalização dos direitos

sociais, através de lei que fixe condições de filiação (enquadramento no conceito de baixa renda), alíquotas especiais (reduzidas) para as contribuições, bem como contagem de carência para a fruição do benefício.

Muito já foi discutido sobre a inclusão dos trabalhadores de baixa renda. A filiação ao RGPS deveria ser automática, um direito de todos que exercem uma atividade remunerada. A previdência social, entretanto, é contributiva. O Estado apenas ampara, minimamente, os que não dão sua cota de participação de forma direta ao custeio do sistema, proporcionando benefícios assistenciais para os que se encontram em condições de extrema necessidade.⁴⁶ A maioria dos trabalhadores autônomos não recolhe contribuição, em razão do baixo nível de remuneração, por descuido com o futuro ou por desconhecimento. Para fornecer proteção a uma vasta parcela da população, a inclusão previdenciária precisará guardar relação com a retenção da contribuição de forma proporcional à capacidade de pagamento do contribuinte, apoiando-se no princípio da progressividade, enquanto o valor do benefício a ser concedido não poderá ser inferior a uma renda mínima de sobrevivência, cuja referência tem sido o salário-mínimo. Isso poderá significar que o custeio individual não pagará os benefícios, ou seja, não ocorrerá a cobertura total do benefício pelo próprio segurado. Haverá, então, a socialização desse ônus, o que é próprio de um sistema de

⁴⁶ Dois auxílios assistenciais cobrem, de modo precário, a população carente que não tem capacidade contributiva: a Renda Mensal Vitalícia (RMV) e o Benefício de Prestação Continuada da LOAS (BPC/LOAS). A RMV foi instituída em 1974 e extinta em 1991, quando foi estipulado como limite para a solicitação do benefício a data de 31/12/1995. O BPC/LOAS é um benefício mensal, no valor de um salário-mínimo, pago a portadores de deficiência ou idosos de 67 anos ou mais, que possuam renda familiar abaixo de um quarto do salário-mínimo por pessoa e em cuja família nenhuma pessoa seja beneficiária de outro programa da Previdência Social ou do seguro-desemprego (VIANNA, 2003b).

repartição simples, de caráter solidário e redistributivo, em que as demais parcelas dos contribuintes do sistema sustentam a inclusão dos segurados em condições especiais.

O princípio da precedência do custeio – segundo o qual nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado sem a correspondente fonte de custeio – e o requisito do equilíbrio financeiro e atuarial, embora sejam exigências importantes da Constituição Federal, estão subordinados ao objetivo principal do §12 do art. 201, que é assegurar condições concretas de sobrevivência a um grande contingente de trabalhadores urbanos de baixa renda, quando colocados em situação de risco pelo mercado ou por outras contingências sociais. Há claramente a precedência do atendimento às necessidades concretas desse segmento social, atribuindo ao equilíbrio fiscal e atuarial condição secundária e subordinada.

Cabe insistir que todos os trabalhadores pagam direta e/ou indiretamente a Previdência Social, porque as contribuições do empregador ao INSS, COFINS, CPMF e CSLL, vinculadas à seguridade social, estão embutidas nos preços dos produtos, o que significa dizer que o ônus recai não sobre empresários – que são recolhedores de tributos –, mas sobre os consumidores. Como alerta Soares,

É preciso superar o Princípio da Equivalência – só recebe aquele que contribui – substituindo-o pelo Princípio da Necessidade e do Direito. É preciso explicitar que todos pagam pela Previdência Social na medida em que os custos das contribuições são repassados aos preços finais dos produtos pelas empresas. Mais do que isso, dada a atual estrutura de impostos

predominantemente indireta, os pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos (SOARES, 2001, p. 133).

Como ressaltou Tavares, ao se referir ao tratamento diferenciado protetivo dado aos trabalhadores informais urbanos e às donas-de-casa,

Hoje esse é o principal problema da previdência social: a existência de aproximadamente trinta milhões de trabalhadores informais em idade ativa que não estão inscritos e não contribuem para o RGPS. A gravidade da situação pode ser medida por dois lados. Tanto pela falta de contribuição que poderia incrementar o Fundo de Previdência Social, quanto pelo futuro perigoso de se ter milhões de pessoas desprotegidas, sem um plano básico de previdência que lhes garanta sustento com um mínimo de dignidade (TAVARES, 2005, p. 125).

E mais à frente diz:

[...] é uma boa oportunidade para que a legislação consiga prevenir a seguridade social de uma situação calamitosa futura, relegando ao abandono milhões de brasileiros (idem, 2005, p. 126).

O grau de importância da inclusão na previdência dos trabalhadores autônomos urbanos de baixa renda pode ser avaliado pelos dados de trabalhos científicos que abordam a precarização das relações de trabalho. Matijascic (2003) demonstra que, no Brasil, em 1999, os trabalhadores autônomos, domésticos e empregadores representavam 50% da população, enquanto nos países desenvolvidos (da OCDE), esse patamar é de apenas 10%. Sempre foi difícil incorporar esse tipo de trabalhador no rol de contribuintes em função da queda na atividade econômica no Brasil que reduziu o número de empregos e, ao forçar a passagem para a condição de autônomo, o cidadão deixou de contribuir para a Previdência. Matijascic mostra que:

Entre os não contribuintes, a importância dos trabalhadores autônomos e domésticos merece destaque. A deterioração dos

rendimentos atingiu intensivamente a população não contribuinte e, nesse caso, a precarização se traduziu por uma redução no volume de emprego e, por conseguinte, do contingente de contribuintes para a Previdência... (MATIJASCIC, 2003, p.166).

A existência da norma de inclusão do trabalhador urbano (com filiação e alíquotas adequadas) é de importância fundamental para assegurar esse direito à população de baixa renda, mas, para se traduzir em realidade, dependerá de outros fatores, particularmente da existência de oportunidades de trabalho e da elevação padrão de remuneração no meio urbano, hoje muito baixo, de forma a permitir que o trabalhador tenha condições de abrir mão de uma parte de sua renda para a previdência.⁴⁷ A inclusão previdenciária continuará dependente da inserção no sistema produtivo e, mais do que isso, de um patamar de renda mínimo que possa viabilizar a contribuição. A facilidade, que passará a existir, estará na redução do valor da tributação, mas apenas isso não garantirá a filiação ao sistema. Persistirá entre os trabalhadores a insuficiente informação e conscientização da importância da previdência social pública para a sobrevivência e para a prevenção da miséria em patamares mais profundos. Vencida a rigidez da fase de estabelecimento do vínculo formal do trabalhador com o Estado, restará o embate permanente pela sustentação do direito conquistado, que não se manterá sem a força da mobilização política.

⁴⁷ Pela legislação atual, um trabalhador que exerça trabalho de forma autônoma e que consiga ter uma renda em torno de um salário mínimo por mês – R\$ 350,00 – teria que contribuir com R\$ 70,00, ou seja, 20% de seu rendimento, o que torna inviável sua contribuição para a previdência. O sistema especial de inclusão previdenciária que abrangerá os trabalhadores de baixa renda deverá prever alíquota suficientemente reduzida e carência especial.

3.3. IMPORTANTES AVANÇOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O objetivo da previdência social é garantir a reposição de renda dos que não puderem trabalhar por motivos de instabilidade econômica geradora de desemprego, por contingências biológicas, por acidente ou por outros motivos que impeçam o trabalhador de participar, por meio do mercado de trabalho, do processo de produção, evitando a penúria e a pobreza da classe trabalhadora. Nestes termos, verificar em que medida o sistema público de previdência no Brasil foi eficaz para enfrentar os atuais padrões de desigualdade e pobreza e para prevenir os infortúnios futuros da classe trabalhadora é uma questão relevante a ser respondida.

O objetivo deste item não é enfrentar todas as complexas questões que envolvem o trato desse tema, mas apenas descrever alguns dos efeitos benéficos das transferências sociais efetuadas através do sistema previdenciário nos últimos anos. Antes, porém, é oportuno mencionar que tais transferências sociais estão estreitamente dependentes do emprego formal, não alcançando os que estão permanentemente excluídos sem nenhum tipo de emprego decente, com exceção da extensão da cobertura previdenciária a certos setores específicos da sociedade, como o pequeno produtor rural e o pescador artesanal. Por esse motivo, os esquemas de transferência oriundos da previdência tornam-se crescentemente insuficientes para atenuar a penúria da classe trabalhadora quando o baixo crescimento econômico reduz o nível geral de emprego e expande o setor informal, como ocorreu na década de 1990 e nos anos 2000.

Os desníveis de renda ficam mais elevados e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora se agrava significativamente se a taxa de crescimento não é priorizada pela política econômica. Evidentemente que essas circunstâncias não podem ser suficientemente compensadas pelo uso de medidas centradas exclusivamente nas transferências do orçamento da seguridade social. Sem uma segura expansão econômica todos os esforços de proteção social se frustram. Mesmo a expansão econômica, não basta por si mesma. Embora um ciclo expansivo seja capaz de reduzir a miséria, para gerar efeitos positivos necessita ser seguido pela combinação de diversas políticas que promovam estabilidade de preços e crescimento do emprego formal, mas não apenas isto. Para reduzir as desigualdades sociais, políticas governamentais diversificadas e integradas precisam alcançar os problemas estruturais específicos das economias subdesenvolvidas e enfrentar a redução da heterogeneidade do sistema de produção, que por sua vez é geradora de grande heterogeneidade na renda. Para que ocorra uma melhoria no padrão de vida da classe trabalhadora soluções estruturais como a produção de infra-estrutura em áreas atrasadas, de bens públicos e de bens básicos de consumo essenciais, e, não menos importante, a promoção da elevação continuada do salário mínimo real, são fatores de grande importância estratégica. Fora desse contexto, as ações do sistema de seguridade social tornam-se paliativas, acomodadoras de conflitos sociais crescentes. Deixam de funcionar como instrumento auxiliar da transformação e do progresso social para se restringir ao alívio do empobrecimento.

O benefício previdenciário permite suprir com renda uma mão-de-obra excedente que está fora do mercado de trabalho ou que se vê impossibilitada de exercer sua força de trabalho pela perda da capacidade física. O Estado, com isso, assegura a reprodução imediata da força de trabalho, ao mesmo tempo em que está favorecendo a produção e o consumo e está também evitando o conflito social. A seguridade social, entretanto, possui limitações no enfrentamento das desigualdades sociais. As políticas de previdência, assistência social e de saúde apenas amenizam os efeitos do processo de acumulação sobre a classe trabalhadora, atenuam certas desigualdades ou previnem o seu agravamento.

Faleiros (2000) é um dos autores que defendem a idéia de que a seguridade social funciona melhor como um mecanismo de distribuição de renda entre assalariados, de salários mais elevados para menores salários ou para onde inexistente o salário, mas as desigualdades salariais permanecem. Não há possibilidade de interferir na redistribuição funcional da renda por seu intermédio. Segundo o citado autor, o seguro social de Beveridge ou a seguridade social não são mecanismos de redistribuição da renda porque conservam as desigualdades de salário, mantêm as mesmas porcentagens de contribuição para as diferentes classes sociais e oferecem prestações desiguais segundo o lugar ocupado pelos contribuintes no processo produtivo.

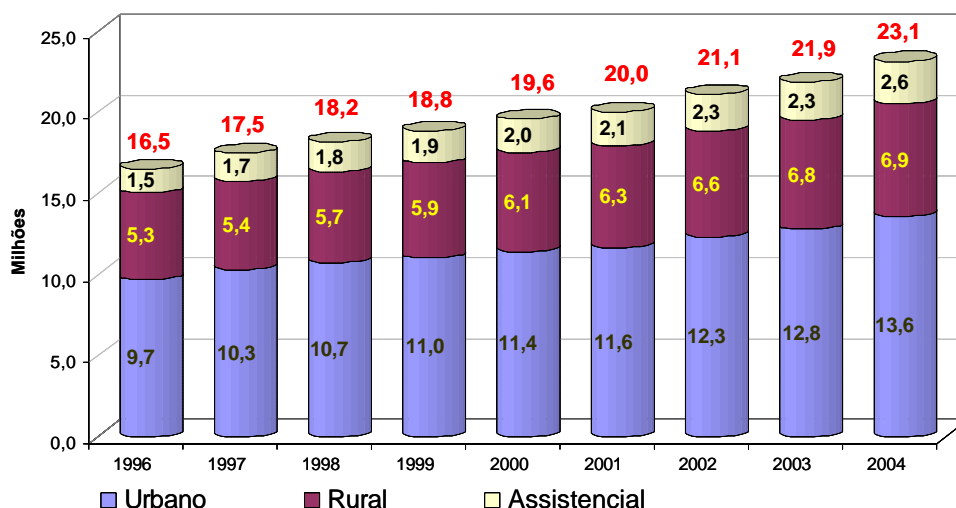
A seguridade social é um ingrediente necessário, mas insuficiente para retirar da base da escala social uma parcela numerosa da população. Mesmo que houvesse educação e saúde gratuitas, salário-desemprego, previdência social e outras formas de amparo nas proporções necessárias para atender grande parte dos trabalhadores carentes espalhados pelo país, restaria a injustiça social que

deriva da desigualdade de oportunidades e da sobrevivência com desesperança, marcas do capitalismo que são construtoras de exclusão política e econômica.

Feitas essas ressalvas, vai-se aqui tratar de alguns efeitos positivos da previdência social sobre a renda da classe trabalhadora. Como menciona Teixeira, “o mundo da previdência social brasileira é um mundo de atraso e miséria: por sua clientela, os despossuídos, os doentes, as viúvas, a infância carente, os idosos, todos em geral sem outro apoio que não aquele que o sistema pode oferecer [...]” (TEIXEIRA, 1999).

Dentro desse mundo de atraso e miséria, a previdência pública no Brasil, em que pese suas limitações descritas acima, não é apenas financeiramente sustentável, mas tem mostrado avanços em termos de grau de cobertura e de garantia de renda mínima para a população. Conforme se pode observar do Gráfico 1, abaixo, entre 1996 e 2004 (mês de dezembro tomado como referência), a quantidade de benefícios pagos pela previdência social e pela assistência social aumentou significativamente, em 40%, tendo passado de 16,5 milhões em 1996 para 23,1 milhões de benefícios concedidos em 2004.

Gráfico 1: Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social RGPS - (1996 a 2004) – Em Milhões de Benefícios – em Dezembro



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS
Elaboração: SPS/MPS

O Quadro 3, abaixo, mostra a parcela da população que recebe proteção social. Segundo a PNAD/IBGE de 2004, o Brasil possuía uma população economicamente ativa (PEA) de 92.860.128 pessoas. Deste total, 84.596.294 estavam ocupadas em 2004 ou 91% da PEA. Da população ocupada, 30.875.570 contribuem para o RGPS e 5.571.200 são funcionários públicos estatutários e militares, o que significa que 43% da população ocupada estavam protegidos pelo RGPS ou pelo RPPS em 2004.

QUADRO 3	
GRANDES NÚMEROS DA PREVIDÊNCIA	
2004	
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	92.860.128
POPULAÇÃO OCUPADA	84.596.294
CONTRIBUÍNTES PARA O RGPS ⁽¹⁾	30.875.570
CONTRIBUÍNTES PARA O RGPS E RPPS ⁽¹⁾	36.446.770
CONTRIBUÍNTES P/ INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA EM QUALQUER TRABALHO	39.374.705
POPULAÇÃO SEM PROTEÇÃO SOCIAL	45.221.589
Contribuintes do RGPS/Pop. Ocupada ⁽¹⁾	37%
Contribuintes do RGPS + RPPS/Pop. Ocupada ⁽¹⁾	43%
Contribuintes p/ instituto de previdência/Pop. Ocupada	47%
População sem proteção social/Pop. Ocupada	53%
Elaboração própria.	
Fonte: PNAD/IBGE - 2004	
(1) DATAPREV, CNIS	

O cenário descrito através da PNAD revela que existem 45.221.589 pessoas sem qualquer tipo de proteção social no Brasil. Há, portanto, ainda muito a ser feito para a conquista da cidadania, o que faz com que a dívida social se torne extremamente relevante face ao exército de trabalhadores desamparados.

QUADRO 4				
CONTRIBUÍNTES E NÃO CONTRIBUÍNTES DA PREVIDÊNCIA				
1997 - 2004				
	1997	%	2004	%
População Ocupada	64.826.236	100	84.596.294	100
Contribuintes RGPS e RPPS	26.397.227	41	36.446.770	43
Não-contribuintes	38.429.009	59	48.149.524	57
Elaboração própria.				
Fonte: Ano de 1997 - Anuário Estatístico da Previdência Social. Ministério da Previdência Social; Ano de 2004 - PNAD/IBGE -				

O Quadro 4 permite identificar a evolução recente dos grandes números da previdência. Em 1997, 41% da população ocupada eram contribuintes de sistemas previdenciários. Esse percentual subiu para 43% em 2004, um crescimento aparentemente baixo em termos relativos, mas em termos absolutos

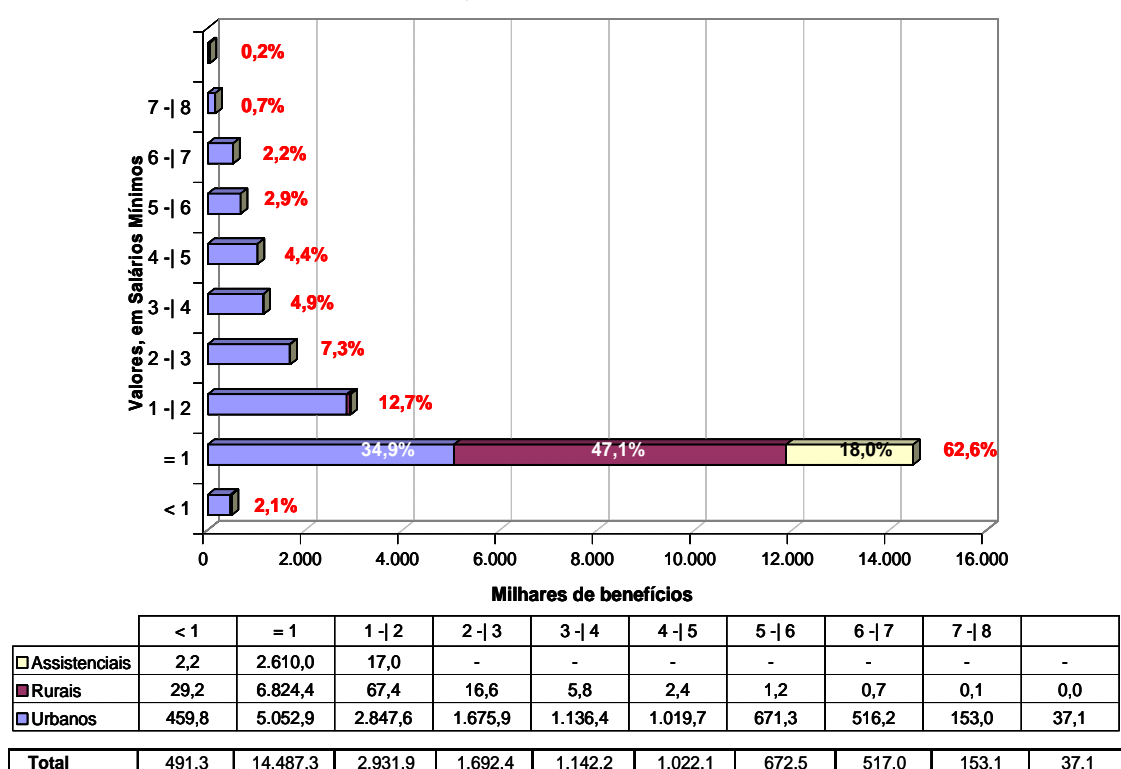
significa que 10.049.543 pessoas ocupadas ingressaram para o universo dos que têm proteção social entre 1997 e 2004.

Segundo estudo apresentado pelo Ministério da Previdência, o IBGE estima que, para cada beneficiário da previdência social há, em média, 2,5 pessoas beneficiadas indiretamente. Assim, em 2004, os gastos com Previdência e Assistência Social beneficiaram cerca de 81 milhões de pessoas (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2003). Uma consideração relevante junta-se a esta constatação do número de beneficiários diretos e indiretos dos benefícios previdenciários. Diz respeito à evolução salário mínimo, cujo valor é a referência básica para a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais (explicitamente mencionado na Constituição Federal), visando assegurar um piso de renda aos trabalhadores e às suas famílias em momentos de fragilidade – doença, acidente, invalidez, velhice, desemprego, maternidade, reclusão e morte do segurado. Do total de benefícios pagos em 2004, 63% deles possuíam o valor de até um salário mínimo, conforme pode ser visto pelo Gráfico 2 a seguir. Em consequência, o valor real do salário mínimo tem importante significado no estabelecimento de um padrão de vida mínimo para ampla parcela da população. Muito embora o valor do salário mínimo esteja ainda distante de proporcionar condições dignas de sobrevivência, a desigualdade na renda poderia ter sido agravada se a política social de correção do mínimo acima da inflação não estivesse sendo viabilizada.

A população rural é a principal receptora de benefícios previdenciários com a magnitude de um salário mínimo. A aposentadoria rural tem trazido melhorias para as famílias, já apontadas em estudos do Ministério da Previdência,

em muitas das quais o idoso passa a ser o principal provedor. Os benefícios da previdência asseguram dinamismo à economia local, funcionam como uma espécie de “seguro agrícola” na entressafra e ajudam na fixação da população rural no campo (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2003).

Gráfico 2: Distribuição de Benefícios Emitidos, segundo Faixas de Valores-Em Pisos Previdenciários (Posição Dez/2004)



Fontes: DATAPREV, SUB, SÍNTESE.

Elaboração: SPS/MPS

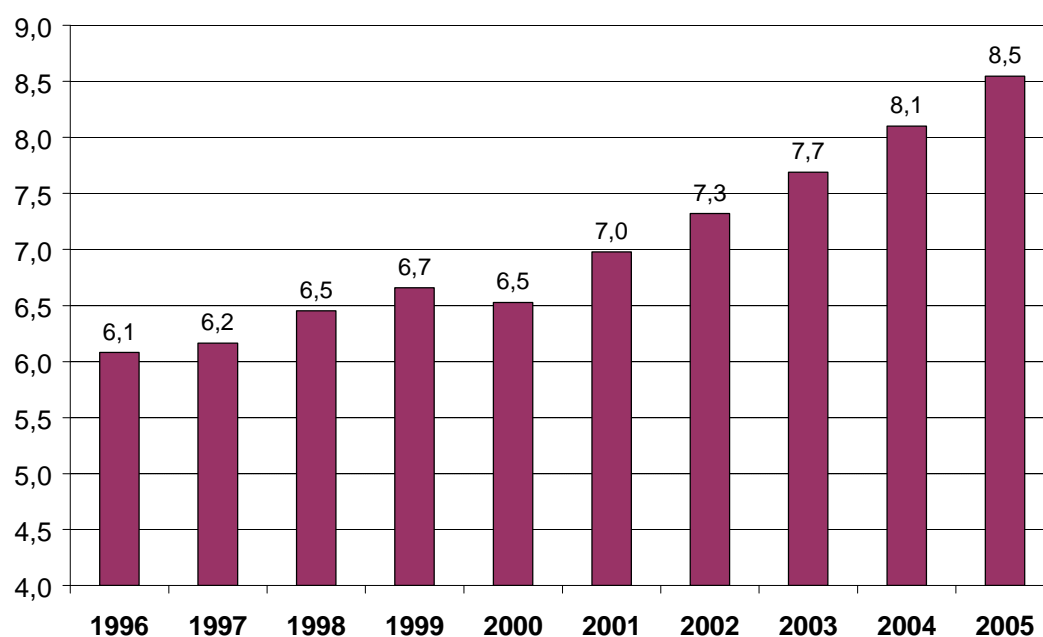
Obs.: A existência de benefícios com valores inferiores ao salário mínimo deve-se ao desmembramento de pensões e ao pagamento de benefícios como o salário-família, o auxílio suplementar, o auxílio acidente e o abono de permanência.

Muito embora exista um amplo reconhecimento de que a elevação do salário mínimo real constitui um poderoso instrumento na luta contra a pobreza o seu aumento é criticado com o uso de três argumentos principais: 1) por provocar um suposto efeito negativo sobre o nível de emprego; 2) por aumentar das

despesas com salários nas administrações estaduais e municipais; e, 3) por elevar o déficit na previdência social. Segundo Medeiros (2002), estas críticas devem ser vistas em perspectiva. Aumentos do salário mínimo real elevam a demanda sobre alimentos, bens industriais simples e serviços, em atividades, portanto, intensivas em mão-de-obra. Numa economia com ampla sub-utilização de capacidade produtiva como a brasileira atual, o seu impacto sobre o nível de emprego é positivo. Não há qualquer evidência empírica do contrário. O aumento das despesas nos orçamentos públicos municipais e estaduais é verdadeiro no curto prazo; a médio prazo entretanto, o aumento do salário mínimo possui um importante efeito sobre a renda das cidades mais pobres e conseqüentemente sobre suas receitas. A proposição de que o aumento do salário causa déficit na previdência decorre de cálculos baseados em duas suposições: a inexistência de qualquer efeito entre o aumento do salário mínimo e o nível do emprego; e, a inexistência de qualquer efeito sobre os demais salários, ou seja, sobre o salário médio. Se estas hipóteses forem relaxadas, isto é, se for admitir algum efeito sobre o nível de emprego e sobre os demais salários (aqueles próximos do salário mínimo) o cálculo do impacto do aumento do salário terá que incorporar efeitos positivos adicionais às receitas fiscais (MEDEIROS, 2002).

Os gastos com benefícios têm-se expandido não só pelo aumento da quantidade, como também do valor. Isso, entretanto, só tem-se mostrado viável porque a magnitude das receitas foi também crescente, em termos reais e em proporção ao PIB, conforme ficou demonstrado no Capítulo 1 (Tabelas 3, 4 e 6) e Capítulo 4 (Tabela 25).

Gráfico 3: Evolução da Despesa com Benefícios Previdenciários e Assistenciais em relação ao PIB (1996 a 2005) (1)



Fonte: SPE/MF

(1) Dados de 2005 estimados com base no terceiro Relatório de Programação Financeira

Ao longo dos últimos nove anos, a relação entre a despesa com benefícios previdenciários e assistenciais e o PIB, tendeu a assumir valores crescentes (ver Gráfico 3 acima). Em 1996, a soma dos gastos previdenciários e assistenciais representou 6,1% do PIB, enquanto em 2005 este percentual deverá atingir, cerca de 8,5% do PIB.

Esse crescimento na relação benefícios/PIB deveu-se: 1) ao baixo crescimento do PIB no período 1996-2004, que foi, em média, de 2,1%; 2) ao crescimento vegetativo da população, em especial da população idosa, que, estima-se, cresceu em média 3,7% ao ano no mesmo período (IBGE), portanto,

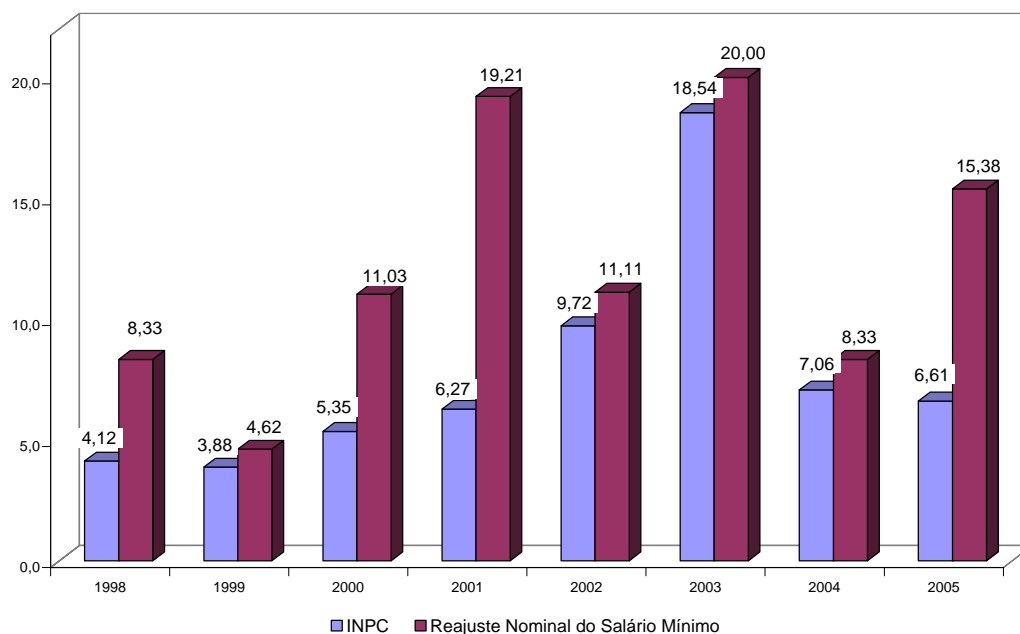
acima do crescimento do PIB; 3) à regulamentação e à expansão da previdência rural e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);⁴⁸ 4) mais recentemente, às novas regras do Estatuto do Idoso; e, 5) aos aumentos reais concedidos ao salário mínimo, conforme pode ser visto no Gráfico 4 (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL, 2005).

Com os reajustes reais no valor do salário mínimo, milhões de beneficiários têm o seu poder aquisitivo elevado, o que impacta significativamente na atenuação da pobreza.

Um dos principais efeitos de modificações do valor do salário mínimo nas despesas com benefícios assistências ocorre por meio da elevação automática dos benefícios destinados às pessoas idosas ou deficientes físicos, que não possuem rendimento próprio ou cujas famílias têm renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo *per capita*. Essas pessoas têm direito ao recebimento de um salário mínimo por mês de forma permanente, direito não transferível aos seus dependentes. Atualmente são pagos cerca de 2,16 milhões de benefícios/mês a idosos e deficientes. Além disso, existe cerca de 524,89 mil beneficiários do programa de renda mensal vitalícia (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL, 2005).

⁴⁸ Com relação à previdência rural, houve redução da idade exigida para a aposentadoria de trabalhadores rurais (a qual, de 65 anos para ambos os sexos, passa a 60 e 55 anos para homens e mulheres respectivamente); a aquisição do direito a aposentadoria com 25 anos de tempo de serviço para mulheres trabalhadoras rurais; e, a equiparação entre segurados urbanos e rurais, seguida do estabelecimento do piso de um salário mínimo para benefícios. Com relação aos amparos assistenciais (LOAS), todos com valor fixo em um salário mínimo, modifica-se a exigência de idade mínima de 70 anos para o amparo a velhice. Em 1998 esse limite foi reduzido para 67 anos e, mais recentemente, para 65 anos.

Gráfico 4: Evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e os reajustes nominais do salário mínimo (1998-2005) - %



Fonte e Elaboração: SPS/MPS

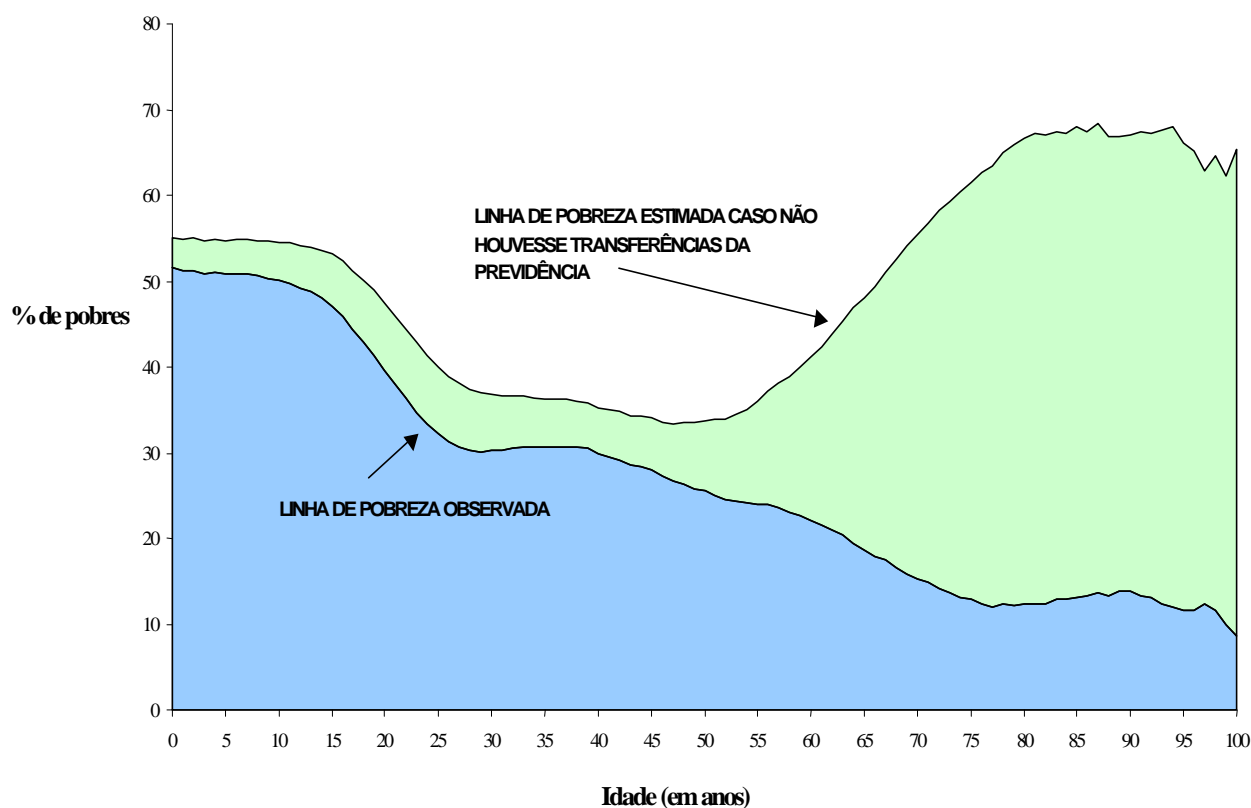
Obs.: Os índices acumulados do INPC correspondem aos períodos entre: 1998 - mai/97 a abr/98; 1999 - mai/98 a abr/99; 2000 - mai/99 a mar/00; 2001 - abr/00 a mar/01; 2002 - abr/01 a mar/02; 2003 - abr/02 a mar/03; 2004 - abr/03 a abr/04; 2005 - mai/04 a abr/05

A população que recebe benefícios previdenciários rurais e benefícios não-previdenciários da LOAS (assistenciais) é parte dos grupos mais carentes da sociedade e é nessa parcela da população que se concentram os benefícios cujo valor é equivalente a um salário mínimo. O acesso a esses benefícios não exige contribuições e tem funcionado como importante programa de combate à pobreza. Estimativas do IPEA apontam que, graças à previdência rural cerca de vinte milhões de pessoas ficaram acima da linha de pobreza em 1999, se considerado o critério de linha de pobreza por mínimo de subsistência (CASTRO, 2002).

Estudo divulgado pelo Ministério da Previdência mostra que o grau de pobreza entre os idosos é substancialmente inferior ao da população mais jovem e

que, caso não houvesse as transferências previdenciárias, a pobreza entre os idosos triplicaria. O Gráfico 5, a seguir, ilustra esses resultados, apoiado em dados da PNAD (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA, 2003).

Os benefícios não contributivos ou parcialmente contributivos (ou seja, assistenciais, aposentadorias rurais ou aposentadorias por idade com menor tempo de contribuição) estão assumindo uma participação maior com o passar do tempo, conforme apontam os dados sobre concessão de benefícios (Boletins Estatísticos do Ministério da Previdência). A queda na razão entre contribuintes e não contribuintes acaba por se traduzir na redução do volume de contribuição. É um resultado financeiramente perverso, mas socialmente necessário e desejável. Sem dúvida o papel da seguridade social na estrutura econômica do capitalismo é orgânico e relevante. Mostra-se indispensável à reprodução da força de trabalho, conforme se procurou mostrar acima, e, portanto, à reprodução do próprio capital (TEIXEIRA, 1990). Ao assegurar esses propósitos permite atenuar os conflitos sociais.

GRAFICO 5: LINHA DE POBREZA E TRANSFERÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA

Fonte: PNAD, 1999. Elaboração: IPEA (apud Ministério da Previdência, 2003).

Cresce a importância do sistema de seguridade social quando um outro fator é levado em consideração: o baixo nível dos salários, agravado pela mudança regressiva na distribuição da renda nas últimas décadas. Com a queda dos salários reduz-se a possibilidade dos trabalhadores pouparem para sua aposentadoria ou participarem de planos de pensão privados. Isto faz com que o sistema de seguridade social, público e universal, seja a única fonte de serviços essenciais e de renda de aposentadoria com que a maioria da população do país

pode realmente contar. Isso reforça o sistema público de aposentadorias e pensões, ao invés de fragilizá-lo, como instrumento de enfrentamento da precariedade das condições de vida da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 4: Política fiscal e seguridade social

4.1. INTRODUÇÃO

A seguridade social brasileira vem passando por uma seqüência de mudanças ano após ano, desde sua criação, conforme foi exposto no capítulo anterior. Tais mudanças, quando analisadas pelo ângulo da amplitude dos direitos e das condições de acesso aos benefícios com equidade, delineiam um quadro em que há mais recuos do que avanços. Há um outro ângulo, no entanto, pelo qual a questão pode ser analisada, além desse que acarretou a desfiguração do sistema, operada, sobretudo, pela legislação infraconstitucional. Trata-se do ângulo do financiamento, pelo qual se pôde verificar o desvio de recursos da seguridade social para o orçamento fiscal, tal como demonstrado no capítulo um. Múltiplas causas estão na origem destes fatos. O presente capítulo se limita a explorar os laços que se estabelecem entre a política econômica e os mecanismos de esvaziamento financeiro do sistema de seguridade.

Como se constatará no decorrer da exposição, o discurso de déficit do sistema de previdência pública e os desvios de recursos pertencentes ao sistema de seguridade social são faces de uma mesma moeda. Estão estreitamente vinculados a um novo cenário econômico que se instaurou no Brasil a partir dos anos 1990, resultante de uma mudança na forma de inserção do país na economia mundial, e que implicou numa nova gestão da política monetária e fiscal da economia nacional. As reformas promovidas (abertura comercial, liberalização financeira e privatização) e o modelo de controle da inflação que daí se seguiu

favoreceu um intenso processo de acumulação financeira patrocinado pelo Estado, através da forma de gestão da política fiscal. Este novo padrão de condução da política econômica estabeleceu-se mais claramente com o Plano Real em 1994, consolidou-se no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2002) e foi incorporado pelo governo atual, iniciado em 2003.

É sobre esse pano de fundo que deve ser avaliada a seguridade social nos anos recentes porque seu resultado financeiro é extremamente sensível a variáveis políticas e econômicas externas ao sistema.

4.2. A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA ECONÔMICA NO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL.

Um dos problemas cruciais para a estabilização, apontados pelos formuladores da política econômica ortodoxa posta em prática no Brasil desde os anos 1990, é o equilíbrio da situação fiscal do Estado. O déficit público é tomado como um dos elementos responsáveis pela inflação e um fator desestabilizador das expectativas dos agentes, os quais consideram a sustentabilidade da dívida pública um aspecto relevante para a construção de cenários de avaliação do comportamento do mercado financeiro. De acordo com esta interpretação, a geração de superávit primário torna-se essencial para conter o crescimento da relação dívida pública/PIB. É neste contexto que o suposto déficit da previdência se insere em uma visão mais abrangente de política econômica segundo a qual, o resultado previdenciário, ao ser tomado como um componente relevante do

resultado fiscal negativo do governo central, surge como alvo a ser neutralizado por uma política fiscal de permanente equilíbrio orçamentário.

Fatores como o novo perfil demográfico, a política de elevação do salário mínimo e sua vinculação ao piso básico de benefícios, as regras brandas de acesso aos benefícios, a renúncia de receitas concedida a certas entidades, as fraudes, os elevados custos administrativos do sistema e o desequilíbrio da previdência dos militares são utilizados para justificar o discurso de falência do sistema público de previdência e a necessidade de sua revisão, para conduzir o sistema ao ajuste e para não prejudicar o equilíbrio geral das contas públicas. Todos os argumentos, procedentes ou não, vão se juntando ao discurso da prudência fiscal, inclusive a desvinculação entre benefícios previdenciários e salário mínimo – uma violação da cidadania, indigna de atenção – tem sido encarada como uma proposta viável a ser considerada.

Muito pouco se atribui à influência que a política econômica exerce sobre o sistema de seguridade social. Um dos principais argumentos aqui apresentados é que, mesmo supondo que os fatores acima levantados sejam tomados como agravantes reais da queda da relação contribuição/benefícios, diversas medidas podem ser implantadas para neutralizar seus efeitos, se houver uma política econômica voltada para o crescimento.

Antes de se recorrer a soluções que implicam no corte do valor das aposentadorias – que já estão, em sua maioria, no patamar do salário mínimo⁴⁹ –,

⁴⁹ O valor médio das aposentadorias do RGPS é de R\$ 609,69. É necessário ainda considerar que, do número total de benefícios concedidos (incluindo-se os assistenciais), 53% têm um valor de até um salário mínimo e 78% têm valor de até dois salários mínimos (BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, vol. 11, nº 07, julho/2006).

na criação de dificuldades para o acesso a direitos ou na elevação indiscriminada de contribuições previdenciárias, outros mecanismos e variáveis econômicas, que têm repercussão positiva sobre o resultado financeiro da previdência, podem ser acionados.

Conforme sugere Eatwell (2002), a melhor solução para o desequilíbrio que possa existir em sistemas previdenciários está numa política econômica contracíclica. Pode-se, como exemplo, apontar algumas medidas que garantiriam melhor desempenho financeiro ao sistema previdenciário: promoção de maior crescimento no nível de produção e do emprego formal, pois na fase ascendente do ciclo crescem as receitas tributárias e de contribuições, além de os gastos sociais se reduzirem; estímulo ao crescimento da produtividade, derivado de incrementos na taxa de investimento e de melhoramentos da qualidade da força de trabalho, pois assim poder-se-ia atender a demanda crescente por bens de consumo; ampliação da progressividade do sistema de contribuições previdenciárias, para que os salários mais altos possam pagar mais e, assim, permitir a incorporação de filiados de baixa renda, em condições especiais; e, a adoção de medidas para elevar taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho.

Estas seriam algumas estratégias que atingiriam favoravelmente a seguridade social, mas que decorrem, necessariamente, do dinamismo econômico. Na ausência de um processo longo e vigoroso de crescimento, o resultado financeiro deste sistema tende a ser inevitavelmente atingido, porque suas receitas, que têm base de incidência no salário, lucro, faturamento e movimentação financeira, são dependentes do ciclo econômico, assim como suas

despesas, que estão ligadas às condições de empregabilidade, saúde e padrão mínimo de sobrevivência da sociedade. A análise dos números da seguridade, portanto, não pode ser feita de forma dissociada do conjunto das estratégias políticas do governo que interferem no ritmo de crescimento da economia e na geração de emprego. A política econômica no Brasil dos anos 1990, por sua vez, é influenciada por um ambiente internacional substancialmente diferente de períodos anteriores, que afetou em muito a economia brasileira. É pela interação entre a conjuntura internacional e as respostas das políticas domésticas que se pretende explicar como a seguridade social foi afetada, e, assim, compreender a trajetória de reformas e mudanças freqüentes em sua concepção original, bem como para interpretar os desvios sistemáticos de suas fontes de receita para outras aplicações.

4.2.1. CENÁRIO INTERNACIONAL

O cenário da economia mundial, na década de 1990, se caracterizava pelo excesso de liquidez e por fluxos de capital financeiro quase totalmente desimpedidos na maioria dos países. Os fluxos de capital privado, principalmente na forma de investimento de *portfólio*, predominavam amplamente sobre os fluxos de capital público e multilateral.⁵⁰ As taxas de juros em queda nos países desenvolvidos desde meados dos anos 1980 liberavam recursos para os então chamados mercados emergentes – países menos desenvolvidos em processo de estabilização e liberalização comercial e financeira que demonstravam boas

⁵⁰ Conforme já foi tratado no capítulo 2 deste trabalho, para alguns autores como Teixeira (1994 e 2000), Tavares (1997) e Fiori (2000), este cenário mundial se estabelece depois de 1980, quando os Estados Unidos confirmaram e expandiram sua liderança econômica mundial e arbitraram isoladamente o sistema monetário internacional, promovendo a abertura e a desregulação das economias nacionais, o livre comércio e a convergência das políticas macroeconômicas de quase todos os países capitalistas.

perspectivas de expansão e lucro nos setores liberalizados. Os agentes possuidores de recursos líquidos viram-se obrigados a buscar alternativas de valorização do capital financeiro em outros países, com maior rentabilidade – o que significava juros elevados –, criando no sistema financeiro mundial um amplo volume de liquidez disponível (AVELLAR, 2001).

Os países periféricos, entre eles o Brasil, apresentavam-se como economias relativamente instáveis, mas que possuíam o importante requisito: taxa de juros real interna elevada em relação ao resto do mundo. E, assim, esses países foram, então, incorporados ao circuito de expansão do capital internacional nos anos 1990, a partir de uma lógica calcada na valorização dos estoques de riqueza financeira dos países centrais. Os títulos públicos lançados a taxas de juros altas e de curto prazo apresentavam segurança, garantia de liquidez e de rentabilidade ao serem comparados a outros tipos de ativos, possibilitando um rápido crescimento no nível de reservas internacionais nos países emergentes. O volume de divisas estrangeiras, por seu turno, era também uma forma de garantia para o capital externo que as economias periféricas, de moedas instáveis, tinham que oferecer, posto que estão sempre *a mercê* da inflação e do desequilíbrio do balanço de pagamentos (AVELLAR, 2001). A escassez de financiamento externo privado chegara ao fim no início dos anos 90. Ressalte-se, entretanto, que o ingresso de capital externo não estava destinado nem ao investimento produtivo nem ao financiamento para a expansão da produção local. O objetivo da política econômica era a construção de mecanismos que permitissem uma fácil acolhida para os fluxos de capitais voláteis em busca de aplicações rentáveis.

Na década de 1990, com a volta dos capitais, antigos ideais do liberalismo econômico foram revigorados. Dentro desse quadro geral, uma ideologia profundamente conservadora antigovernamental ganhou espaço na sociedade ocidental, conduzindo a privatizações, desregulações de atividades privadas e retirada do Estado da cena econômica.

Para o conjunto do Terceiro Mundo e em particular para a América Latina, as novas convicções liberais hegemônicas nas academias e na política econômica mundial se voltaram cada vez mais para a discussão macroeconômica da inflação e de várias estratégias alternativas de estabilização monetária, associada a uma crítica do modelo desenvolvimentista que se mantivera até a eclosão da crise da dívida externa na entrada dos anos 1980.

A preocupação com o desenvolvimento é definitivamente enterrada e substituída pela velha convicção neoclássica de que o crescimento das regiões atrasadas exigia adesão ao livre-comércio, estabilização e homogeneização dos preços, pela via dos mercados desregulados, globalizados e competitivos. Um pouco mais à frente, em 1990, inicia-se também no Brasil desmonte institucional dos instrumentos de regulação e intervenção do Estado desenvolvimentista, de uma parte expressiva das cadeias industriais e de boa parte das infra-estruturas construídas entre 1950 e 1980. Do ponto de vista político-econômico, chegava a sua última estação a “era desenvolvimentista” enquanto os economistas e demais intelectuais do velho mundo subdesenvolvido voltavam a acreditar nas profecias da economia política clássica do século XIX e na visão natural, linear e cumulativa do crescimento econômico da escola neoclássica (FIORI, 2000, p. 37).

Abertura comercial, liberalização das contas de capital, desregulamentação do sistema financeiro doméstico, reforma do Estado (incluindo a privatização da seguridade social) e o abandono das políticas de fomento à indústria e à agricultura tornaram-se palavras de ordem (BELLUZZO, 2002). Os

controles de capital foram substituídos pela liberalização financeira para permitir a livre circulação de capitais de qualquer natureza. Argumentava-se que mercados financeiros globais perfeitamente integrados permitiriam que os capitais pudessem ser alocados nos seus usos mais produtivos. Países em desenvolvimento particularmente lucrariam com a integração, pois uma vez que o capital nessas economias é mais escasso que nos países industriais, eles ofereceriam amplas oportunidades para investimentos (CARVALHO, F. C., 2000).

Para promover, entretanto, a estabilidade dos fluxos de capitais, e usufruir plenamente da ampla oferta, evitando a sua reversão súbita, seria necessário acalmar as preocupações dos investidores financeiros para que não achassem razões para repentinamente transferirem suas aplicações financeiras para outras economias. Reversões súbitas nos fluxos de capitais para fora de um país emergente que, por alguma razão, perde credibilidade de investidores ou especuladores, ambos estrangeiros ou residentes, supõe-se que se originam de desequilíbrios profundos nas estruturas das economias atingidas que devem ser tratados com *reformas estruturais*. Tais reformas dizem respeito, nestes novos tempos, não apenas ao redimensionamento de gastos e receitas fiscais, mas também ao aprofundamento da liberalização do comércio e dos fluxos financeiros e a ampliação dos programas de privatização. O fator decisivo é a *percepção do mercado* sobre as políticas do país, se são sólidas e se o futuro econômico é promissor. No âmbito da política monetária, é recomendável o controle rígido da inflação com o uso de taxas de juros altas, como medida imediata que visa convencer os investidores internacionais a manterem suas aplicações no país com a perspectiva de retornos reais elevados. Pelo lado da política fiscal, cortar déficits

ou elevar superávits é importante para sinalizar a disposição de fazer todos os sacrifícios necessários para aceitar a disciplina do mercado, ou seja, para demonstrar uma situação de solvência do setor público, condição considerada essencial ao bom funcionamento do mercado de ativos financeiros.

4.2.2. A POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL NOS ANOS 1990 - 2000

A política econômica no Brasil foi contaminada por todos esses novos preceitos que, em 1994, passaram a fazer parte da concepção do plano de estabilização, o Plano Real, embora desde 1987, na segunda metade do governo Sarney (1987-89), já tivesse se iniciado a adoção de medidas de liberalização que, posteriormente, marcariam a história econômica do Brasil.

Para Hermann (2002a), a política de liberalização financeira do Brasil, nos anos 1990, pode ser dividida em duas fases. A primeira corresponde ao período 1987-93, quando foi promovida ampla desregulamentação bancária e significativa ampliação do grau de abertura do país a investimentos estrangeiros em portfólio (direcionados ao mercado de capitais), bem como a diversos itens da conta de transações correntes. Ressalte-se, entretanto, que foi na gestão de Marcílio Marques Moreira à frente do Ministério da Fazenda, em 1991, durante o governo Collor, que foram implantadas as principais medidas de abertura financeira desta primeira fase, num momento em que a situação externa exigia a rápida recuperação do acesso do país ao mercado de crédito internacional. A segunda fase corresponde ao período 1994-1998, quando houve um visível aprofundamento do modelo de liberalização, especialmente no que tange à

abertura financeira, combinada com um plano de estabilização de preços – o Plano Real.

Como já foi amplamente discutido por vários autores, o novo plano de estabilização, o Plano Real, estava baseado na âncora cambial, isto é, na fixação da taxa de câmbio como principal meio indutor da estabilidade dos preços domésticos. O elevado grau de abertura comercial é condição requerida para a viabilização de um plano de âncora cambial, de modo que os preços dos bens *tradeables* e a taxa de câmbio tenham elevado peso relativo na formação dos preços domésticos. E, considerando que a abertura comercial provoca deterioração nos saldos comerciais do país, sua viabilização financeira exige uma política de atração de capitais externos mais que proporcional aos déficits esperados na conta corrente, de modo a permitir a cobertura desses déficits e a acumulação de reservas que, por seu turno, tornam críveis a taxa de câmbio fixada pelo banco central (HERMANN, 2002a).

Assim, para atrair dólares de aplicadores externos exigidos para o financiamento do balanço de pagamentos, a taxa de juros foi posta em patamares elevados. As reservas cresceram, assegurando a manutenção da âncora cambial e, portanto, a estabilidade do real. O plano de ancoragem cambial foi favorecido pelo cenário de ampla liquidez no mercado financeiro internacional, que vigorou até a eclosão da crise cambial asiática, em julho de 1997, com apenas uma breve interrupção na primeira metade de 1995, devida à crise cambial mexicana (HERMANN, 2002a). Os títulos públicos transformaram-se no ativo mais atraente ao capital estrangeiro por oferecer alta rentabilidade, baixo risco e liquidez.

A política monetária de juros altos, associada à grande liquidez internacional existente na época do Plano, foi responsável por um amplo movimento de ingresso de *hot money* e de sobrevalorização cambial. O incentivo à entrada de capital externo, entretanto, implicava num risco crescente, pela excessiva presença de capital volátil, que, ao primeiro sinal de insegurança, abandonaria o país.

Câmbio valorizado, redução das alíquotas de importação e suspensão de diversas barreiras não tarifárias foram instrumentos da abertura comercial que expuseram a indústria instalada no país aos produtos importados, forçando-a a realizar ganhos de produtividade, comprimir margens de lucro e reduzir preços. A abertura comercial levou à reestruturação industrial marcada pela elevação do componente importado, que adquiriu um caráter estrutural, pressionando o desequilíbrio do balanço de transações correntes.

Avellar (2001) observa que a oferta de ativos atraentes na busca da liquidez mundial incluiu, além dos títulos públicos, ações de empresas estatais em processo de privatização, ações depreciadas de empresas privadas nacionais afetadas pela abertura econômica e pela valorização cambial e papéis de empresas e bancos. O Estado desempenhou a função de facilitador da mobilidade do capital financeiro internacional e de capital produtivo, implantando medidas de desregulamentação das operações financeiras e desencadeando um amplo processo de privatização de suas empresas, que na maior parte das vezes não significou ampliação da capacidade produtiva, mas apenas transferência de propriedade para mãos estrangeiras.

Hermann complementa observando ainda:

Após diversas experiências de estabilização ortodoxas e heterodoxas fracassadas, restava tentar-se a ancoragem cambial. Esta, porém, não teria sido possível antes que o país recuperasse o acesso ao mercado financeiro internacional. Assim, a segunda condição requerida para a implementação de um plano de âncora cambial no Brasil [a disponibilidade de reservas internacionais em um patamar elevado; a primeira condição seria um elevado grau de abertura comercial, ou um estágio avançado de dolarização da economia] foi cumprida, de um lado, pela política de abertura financeira iniciada em 1987 e, de outro, pela renegociação da dívida externa brasileira, nos moldes do Plano Brady, concluída em abril de 1994. Esse acordo foi tão ou mais importante que as medidas de abertura para viabilizar a captação de novos recursos externos no Brasil, pois significou a mudança de *status* do país no mercado internacional, de devedor declaradamente inadimplente, para a de potencial bom pagador (HERMANN, 2002a, p.284).

O Plano Real e a política de liberalização comercial e financeira, portanto, criaram, imediatamente, condições eficientes para a integração financeira e comercial do país com a economia mundial.⁵¹

Certo aspecto, entretanto, é de importância crucial neste capítulo da história econômica e não pode deixar de ser mencionado de forma mais detalhada para que fique visível a relação que se estabelecia entre política monetária, política fiscal e resultado financeiro da seguridade social. Várias das estratégias do Plano Real conduziram a economia do país a uma grande vulnerabilidade externa. Em decorrência da intensificação do processo de abertura comercial combinada com a política de valorização cambial, houve uma mudança no perfil do balanço de pagamentos do país, fazendo com que a balança comercial passasse a apresentar déficits crescentes a partir de 1995. A balança de serviços, historicamente deficitária, teve aprofundados os resultados negativos também no

⁵¹ Foge dos interesses deste trabalho analisar pormenorizadamente o Plano Real. Para uma descrição mais detalhada e análise teórica mais minuciosa das medidas do Plano Real em cada fase de implantação e de seu sucesso sobre o controle dos preços ver Franco (1995), Modenesi (2005), Bacha (1998), Castro (1995), Hermann (2002a) e Carneiro (2002).

período pós-1995, em função dos gastos com remessas de lucros e dividendos por parte das empresas estrangeiras – acrescidos substancialmente após o processo de privatização com capital externo – e do pagamento de juros incidentes sobre a dívida externa. Com essa *performance*, surgiram os sucessivos saldos negativos na balança de transações correntes, gerando uma crescente dependência do sistema financeiro internacional para fechar as contas do balanço de pagamentos, através de superávits na balança de capitais, o que tornava a economia nacional progressivamente mais vulnerável aos humores do mercado. Os juros eram mantidos em patamares elevados para contornar as ameaças de crises decorrentes de possíveis ataques especulativos e evitar a desvalorização cambial.

A taxa Selic real (deflacionada pelo IPCA) alcançou o pico de 44% a.a., em setembro de 1998, ficando acima de 10% a.a. durante todo o período de implementação do Plano (1994-1998), e a sua média foi superior a 20% a.a. no mesmo período (MODENESI, 2005).

Com o tempo, o movimento de capitais para dentro do país foi se tornando instável, devido ao crescimento da fragilidade externa, a grande mobilidade de capital e a suspeita a respeito da insustentabilidade da taxa de câmbio. A situação de sucesso do Plano Real com o mercado financeiro alterou-se, pela primeira vez, na crise da Ásia, em 1997. Depois, com a crise da Rússia, em 1998, quando houve a reversão do ciclo de liquidez internacional, perda de reservas e dificuldades de manter o financiamento do balanço de pagamentos.

Para Hermann (2002a) o ataque especulativo desfechado contra o real em outubro de 1997, tal como o de 1995, não teria sido motivado prioritariamente

por problemas domésticos de deterioração dos “fundamentos” da economia brasileira, mas sim pelo efeito-contágio de outra crise cambial – a crise do sudeste asiático (Tailândia, Indonésia, Filipinas, Malásia e Coréia) e teria ocorrido, fundamentalmente, em função do elevado grau de mobilidade de capital que passou a caracterizar o mercado financeiro nacional a partir da política de liberalização financeira decorrente da abertura do período 1994-96. No caso do ataque especulativo de 1998, entretanto, havia agravantes de origem externa e doméstica. Internamente, o resultado fiscal de 1998 acusou déficit operacional decorrente do aumento de despesas financeiras, mas também devido à erosão do resultado primário; havia ainda o crescimento do déficit em conta corrente, da dívida pública, a desaceleração econômica e a proximidade das eleições presidenciais. Externamente, havia o agravamento da crise asiática, a possibilidade do Fed aumentar a taxa básica de juros americana, o aprofundamento da recessão e da crise bancária do Japão, e, em maio de 1998, a Rússia entrara em crise financeira motivada por elevada dívida externa, crescimento do déficit público, recessão e crise social. O governo brasileiro lançava mão dos instrumentos convencionais para conter ataques especulativos – forte aumento de juros, venda de dólares e venda de títulos públicos indexados à taxa de câmbio.

O ápice da crise cambial dar-se-ia em janeiro de 1999. A fuga de dólares da economia brasileira e a forte redução nas reservas internacionais colocaram em xeque a âncora cambial ainda que o diferencial de juros oferecido pelos títulos brasileiros fosse significativamente alto. Houve a substituição forçada

do regime de câmbio administrado – âncora do plano de estabilização de preços desde 1994 – pelo regime de livre flutuação cambial.

Havia, portanto, nesta fase, uma hierarquia de causalidade que ia da perda de autonomia externa da economia brasileira (dada pela trajetória de déficit na conta-corrente, queda de reservas e elevação do estoque da dívida externa) até sua posição de desequilíbrio fiscal, impactada pela taxa de juros – bruscamente elevada para contornar as fugas de capitais que sucederam as crises financeiras internacionais – e pelo câmbio. O aumento da dívida pública indexada à taxa Selic e ao câmbio foi o instrumento que viabilizava a oferta de *hedge* nas ameaças de crise cambial. Com a combinação maligna de volatilidade das expectativas cambiais (até se chegar à imposição de desvalorização pelo mercado em janeiro de 1999) e juros altos usados como principal instrumento de controle da taxa de câmbio, a dívida pública cresceu. A opção do governo foi pelo aumento da contenção fiscal para o período pós-1999, através de superávit primário mais severo por prazo indefinido. A política fiscal, portanto, mostrou uma atuação que visava compensar os avanços da taxa de juros e os efeitos do câmbio, ou seja, teve o papel de acomodar a política monetária.

Deve-se considerar ainda que, diante da crise cambial de 1998, o Brasil negociou com o FMI uma vultosa operação de ajuda internacional, envolvendo US\$ 41,5 bilhões, da qual participaram também o BIRD (Banco Mundial), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o G-10. Apesar da visível dificuldade do país no campo do comércio exterior, a principal exigência dos organismos internacionais e dos países que negociavam o empréstimo foi a implementação de um rigoroso programa de ajuste fiscal, capaz de reduzir o

déficit nominal de quase 8% do PIB para níveis “aceitáveis” (em torno de 3%). Como este déficit envolvia uma parcela importante de despesas financeiras de difícil compressão no curto prazo, o ajuste requerido deveria concentrar-se nas contas não-financeiras – ou seja, no resultado primário. Para cumprir esta exigência o governo anunciou o Programa de Estabilização Fiscal (PEF) em fins de outubro, que combinava medidas de emergência (corte nos gastos e aumento de impostos e contribuições para o orçamento de 1999) com medidas de caráter estrutural (reformas previdenciária, administrativa e tributária), visando gerar superávits primários (HERMANN, 2002a).

O anúncio do PEF permitiu a realização do acordo de empréstimo internacional para o Brasil, que foi assinado em dezembro de 1998. As condições a serem cumpridas pelo país para ter acesso à totalidade dos recursos disponibilizados envolviam metas para taxas de crescimento real do PIB, inflação, juros e superávit primário. Inicialmente, as metas de superávit primário foram fixadas em 2,6% do PIB em 1999, 2,8% em 2000 e 2,8% em 2001, mas foram logo revistas para cima, em 1999 (3,10% em 1999, 3,25% em 2000 e 3,35% em 2001) (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1999). A assinatura do acordo com o FMI, entretanto, não foi capaz de restaurar a credibilidade externa do país e de estancar a fuga de capital do mercado brasileiro. Prova disso é que a crise cambial se estendeu, agravando-se, até janeiro de 1999.

Em síntese, o grau de abertura da economia e a vulnerabilidade externa contraída com o Plano Real paralisavam a política econômica ortodoxa, fazendo o governo reforçar o ajuste recessivo. Foram atingidos gravemente os níveis de investimento, exportação, consumo, gastos do governo, emprego e o patamar de

salários, portanto, as variáveis que direta e indiretamente afetam as fontes de financiamento das políticas sociais e que provocam o crescimento de suas despesas. É por esse mecanismo de transmissão que a política econômica irá afetar a seguridade social nos anos 1990 – 2000.

4.2.3. A POLÍTICA FISCAL NO BRASIL NOS ANOS 1990 – 2000

No campo da política fiscal, o equilíbrio intertemporal das contas públicas era visto como um dos importantes sustentáculos da confiança na moeda nacional. Em 1994, a economia apresentava bons resultados nas contas públicas oriundos do período Collor. O resultado primário do setor público consolidado passou de um déficit de 1,0% do PIB em 1989 para superávit de 4,69% em 1990, 2,71% em 1991, 1,57% em 1992 e 2,19% em 1993 (Banco Central, Séries Históricas). O estoque da dívida pública também havia se reduzido. Em 1993, a dívida pública mobiliária era de 21% do PIB (Ibid). Postulava-se, entretanto, que esses bons resultados eram aparentes, pois decorriam da prática da execução orçamentária em um regime de alta inflação. As despesas eram fixadas em termos nominais, o que permitia que fossem sendo desvalorizadas ao longo do ano. As receitas, em contrapartida, se mantinham por estarem indexadas. A inflação era, desse ponto de vista, um instrumento de equilíbrio das contas públicas ao preservar receitas e desvalorizar despesas. A isto Bacha (1994) chamou de *efeito-Tanzi às avessas*, pelo qual a inflação beneficiava o ajuste fiscal e escondia um déficit primário potencial, que se tornaria visível tão logo a inflação fosse controlada.

Como medida preventiva para enfrentar o esperado aumento dos gastos que viria com o fim da inflação, o governo criou, em 1993, o Plano de Ação

Imediata (PAI) e, em 1994, o Fundo Social de Emergência. Modenesi (2005) observa que a adoção do PAI visava: (i) a redução dos gastos públicos e a maior eficiência em sua utilização; (ii) a elevação da receita fiscal com a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e o combate à sonegação; (iii) a redefinição das relações entre a União e os estados e municípios, consubstanciada na redução das transferências não-constitucionais e na regularização do pagamento das dívidas destes para com o governo federal; (iv) as mudanças institucionais e saneamento dos bancos estaduais e federais; (v) a ampliação do Programa Nacional de Desestatização (PND), concluindo-se a privatização das empresas de siderurgia e petroquímica e iniciando-se a dos setores de energia elétrica e de transporte ferroviário, com a instituição do Fundo de Privatização.

Posteriormente, em 1994, foi implantado o Fundo Social de Emergência (FSE), depois prorrogado até 1997 com a designação de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e estendido, a partir de 2000 até os dias de hoje como Desvinculação das Receitas da União (DRU). O objetivo declarado pelo governo era o de reduzir o elevado nível de rigidez orçamentária que decorria da vinculação de receitas a gastos específicos (notadamente nas áreas de educação e saúde), para dar maior liberdade na condução da política fiscal. A União passou a reter 20% das receitas de impostos e contribuições, retirando recursos significativos da área social em geral.⁵²

⁵² No capítulo 1 deste trabalho foi demonstrado que essa retenção foi muito além, pois no caso da arrecadação destinada à seguridade social, ultrapassou em larga margem o limite legalmente estipulado.

Além do PAI e do FSE, as metas do governo incluíam uma ampla reforma estrutural do setor público que passaria pela realização da reforma previdenciária (do RGPS, do regime próprio do funcionalismo público e da previdência complementar), reforma administrativa e reforma tributária.

Assim, a política fiscal do Plano Real foi, desde o início, desenhada de modo a promover um ajuste estrutural das contas públicas (HERMANN, 2002b). A sua lógica estava, agora, não mais voltada apenas para a contenção da desordem financeira conjuntural do setor público – sempre tomada como causa primária da inflação – mas também (e principalmente) destinada a ser guardiã das expectativas de rentabilidade dos capitais externos investidos em títulos da dívida pública, remunerados com altas taxas de juros.

As alterações na trajetória da economia brasileira, delineadas pelo Plano Real, condicionaram as ações na área fiscal. Conforme descreve Lopreato:

A principal tarefa da política fiscal nesse modelo [de integração com a economia mundial] foi incutir confiança nos investidores estrangeiros de que as expectativas de rentabilidade se cumpririam e de que era baixo o risco de apostar no mercado brasileiro. Isto exigia condições favoráveis de sustentabilidade da dívida e de comprometimento das autoridades econômicas com a evolução das contas públicas. Os problemas oriundos da crise fiscal dos anos 1980 teriam de ser enfrentados. Não poderiam permanecer como fator negativo na avaliação dos investidores e comprometer a trajetória da estratégia de desenvolvimento (LOPREATO, 2005/2006, p.187).

A política fiscal, portanto, tornou-se um campo de ajuste importante para a estabilidade econômica do país porque, seguindo o enfoque que se tornou hegemônico nos meios acadêmicos e políticos, a situação de solvência fiscal balizaria as expectativas dos agentes, influenciando positivamente suas decisões.

Dentro dessa concepção, a situação fiscal intertemporal do setor público é avaliada a partir da noção de *sustentabilidade* a médio e longo prazo da dívida pública. A relação dívida/PIB tornou-se o indicador tomado como referência para fornecer uma visão do comportamento futuro da situação fiscal. Não é mais suficiente para o mercado reconhecer a dívida pública como solvente hoje. Os investidores precisariam ter confiança de que, dado o comportamento futuro esperado das variáveis influentes na relação dívida/PIB, ela é sustentável intertemporalmente. E a posição da dívida é considerada sustentável caso o governo cumpra, no presente, a restrição orçamentária necessária para evitar sua explosão (LOPREATO, 2004). Como explica este autor em outro escrito:

A política fiscal, nessa perspectiva, incorporou o papel de fiadora do espaço de valorização do capital e de responsável por afastar o risco de *default* da dívida. O clamor favorável à consolidação fiscal virou lugar comum e mostrou-se parte inescapável da busca por credibilidade da política econômica. A mudança colocou em segundo plano o resultado fiscal tradicional (Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP) e alçou ao lugar de principal indicador a visão de sustentabilidade da dívida. A relação dívida/PIB tornou-se a base das expectativas sobre o comportamento futuro da situação fiscal e a queda desse indicador aclamada como condição prévia da redução dos juros e da retomada do crescimento (LOPREATO, 2005/2006, p. 185).

A geração de superávit primário tornou-se, assim, a estratégia decisiva que influenciaria o comportamento da relação dívida/PIB.⁵³ As despesas financeiras foram tomadas como incompressíveis, por serem consideradas compromissos assumidos anteriormente, cujo cumprimento é fundamental para assegurar a confiança dos investidores. O ônus do controle da relação dívida/PIB

⁵³ A magnitude projetada da relação superávit primário/PIB deverá ser equivalente (ou superior) à diferença entre a taxa média de juros esperada incidente sobre a dívida pública e a taxa de crescimento real esperada do PIB, para que dívida/PIB se estabilize num determinado patamar considerado ideal (ou se reduza).

recaiu inteiramente sobre as contas primárias (não-financeiras) do governo. Para levar a economia a produzir tal resultado houve, de um lado, uma forte ampliação da carga tributária; de outro, o contingenciamento das despesas, especialmente dos investimentos e dos gastos sociais.

Deve-se ressaltar, entretanto, que os resultados do novo regime fiscal implantado com o Plano Real não ficaram explícitos nos primeiros anos. O ajuste das contas públicas, que na fase inicial do plano seria obtido com o Plano de Ação Imediata (PAI) e com o Fundo Social de Emergência (FSE), não foi conquistado na extensão pretendida. Para Carneiro (2002), os efeitos deletérios da política monetária sobre as contas públicas foram significativos. Os indicadores de déficit mostram que o país deixou uma situação de relativo equilíbrio fiscal com superávits operacionais em 1993 e 1994 para uma trajetória de déficits operacionais crescentes de 5,00% em 1995, 3,40% em 1996, 4,25% em 1997 e 7,41% em 1998. A composição desses déficits mostra que se deveram a uma carga de juros crescente que chegou a patamares extremamente elevados em 1998 e 1999, enquanto o resultado primário manteve-se basicamente equilibrado ou próximo de zero no mesmo período (ver Tabelas 18 e 19), não tendo, portanto, nenhuma responsabilidade na formação desse déficit. Carneiro conclui dizendo que “o déficit teve origem puramente financeira, ou seja, resultou diretamente da manutenção de taxa de juros elevada que foi uma peça essencial da abertura e da estabilização” (CARNEIRO, 2002).

TABELA 18															
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - NFSP (% PIB ¹)															
1991 - 2005															
% do PIB															
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999 ⁽²⁾	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Resultado Primário	-2,71	-1,57	-2,19	-5,3	-0,4	0,1	0,9	0,0	-3,3	-3,6	-3,6	-3,9	-4,3	-4,6	-4,8
Resultado Nominal	26,75	45,8	64,8	45,5	7,2	5,9	6,1	7,5	5,8	3,6	3,6	4,6	5,1	2,7	3,3
Juros Nominais	29,46	47,3	67	50,8	7,5	5,8	5,2	7,5	9,1	7,2	7,3	8,5	9,3	7,3	8,1
Fonte: Banco Central. Vários Boletins															
(1) Relação entre os fluxos em 12 meses com o PIB, ambos a preços do último mês do período.															
(2) A partir de 1999 sem desvalorização cambial sobre o estoque total da dívida, conforme metodologia do Banco Central.															
(-) Superávit															
(+) Déficit															

No período 1994-1998, o crescimento da carga de juros não foi compensado pela elevação do superávit primário, sendo o déficit operacional financiado pela emissão de nova dívida, implicando em aumento da riqueza financeira privada. Pode-se dizer que entre 1994 – 1998 há um período de transição para uma versão mais acabada e rigorosa da política fiscal que viria posteriormente, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, quando houve a deterioração do financiamento externo e a flutuação do câmbio. A partir deste período, a política fiscal adquire um caráter francamente contracionista, via realização de superávit primário para compensar a carga de juros. Passa a haver, desde então, a definição prévia de metas de superávit primário e o comprometimento explícito com a trajetória de sustentabilidade da dívida pública.

TABELA 19									
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO									
1997 - 2005									
Fluxo acumulado no ano - dezembro. Valores em R\$ milhões									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
RESULTADO PRIMÁRIO	8.309	-106	-31.087	-38.157	-43.655	-52.390	-66.173	-81.112	-95.055
RESULTADO NOMINAL	51.626	68.228	56.284	39.806	42.789	61.614	79.030	47.142	38.436
JUROS NOMINAIS*	43.317	68.335	87.372	77.963	86.443	114.004	145.203	128.263	133.491
(*) Juros internos + juros externos									
FONTE: Relatórios do Banco Central									

As Tabelas 18 e 19 permitem visualizar o resultado primário dos primeiros anos do Plano Real entre 1994 – 1998 e a rigidez fiscal que viria a seguir. Em percentuais do PIB, verifica-se um resultado primário de -5,3% em 1994; -0,4% em 1995; 0,1% em 1996; 0,9% em 1997; e 0,0% em 1998. Apenas em 1996 e 1997 houve déficit primário em níveis baixos; entretanto, para a ortodoxia da época, mostrava-se aí uma deterioração do resultado fiscal que precisava ser corrigida. Depois dessa fase, inicia-se a geração de superávits primários em patamares elevados e progressivamente ascendentes, para compensar as elevadas despesas com juros nominais sobre a dívida: 3,3% em 1999; 3,6% em 2000; 3,6% em 2001; 3,9% em 2002; até chegar aos patamares extraordinariamente elevados de 4,3% em 2003, 4,6% em 2004 e de 4,8% do PIB em 2005, superando a meta fixada de 4,25% para a política fiscal.

Conforme resume Hermann:

Em suma, no novo modelo a PF [política fiscal] e a gestão da dívida pública visam apenas garantir a solvência do governo, e não mais os tradicionais objetivos macroeconômicos da política fiscal, definidos em termos de taxas de crescimento do PIB e de taxas de inflação. Esses objetivos, supõe-se, seriam alcançados indiretamente, à medida que o controle da relação D/Y [Dívida/PIB] sinalize aos detentores ou potenciais compradores de títulos públicos a garantia de solvência do setor público. Isto permitiria à

economia operar com taxas de juros mais baixas, favorecendo o crescimento do produto agregado (HERMANN, 2006, p. 18).

Construída desta forma, a política fiscal do governo não tem autonomia para se voltar na direção de estratégias de desenvolvimento, geração de emprego e redução da concentração da renda. Os gestores da política econômica têm que estar permanentemente atentos às expectativas de risco dos agentes do mercado financeiro e à realização do esforço fiscal que se fizer necessário para conquistar, permanentemente, a confiança dos investidores (CARVALHO, F. C., 2000).

Após a desvalorização cambial de 1999, iniciou-se uma nova etapa. Houve a adoção do sistema de flutuação cambial. A ênfase na estabilidade de preços foi reforçada, em função do risco de contaminação dos preços pela desvalorização cambial e da história de inflação e indexação do país. Assim, o modelo de atuação do Bacen se modificou. O governo associou o regime de câmbio flutuante ao regime de metas de inflação, através do qual a taxa de juros Selic tornou-se o mais importante instrumento utilizado pela autoridade monetária para garantir que o índice de inflação (IPCA) se manterá no intervalo de flutuação estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A taxa Selic passou a ser calibrada de acordo com a expectativa da inflação, elevando-se (reduzindo-se) com a identificação de uma trajetória de inflação superior (inferior) à meta (MODENESI, 2005). A meta de inflação, por sua vez, tem duplo papel neste modelo: figura como *objetivo único* da política monetária, subordinando todas as demais variáveis macroeconômicas e eliminando eventuais “dilemas” associados a conflitos com outros objetivos; e, idealmente (se o Bacen desfruta de boa

credibilidade junto ao público), passa a atuar como guia das expectativas inflacionárias (HERMANN, 2002a).

No campo da política monetária, portanto, o Bacen passou a anunciar, a partir de março de 1999, uma meta de taxa de juros (revista a cada reunião do Comitê de Política Monetária - COPOM), juntamente com um viés de curto prazo, que indica a direção (ascendente, descendente ou neutra) em que a taxa pode ser alterada pelo Presidente do Bacen, sem consulta prévia aos demais membros do COPOM. O que se verificou posteriormente à flexibilização do câmbio, entretanto, foi a manutenção de uma política prolongada de juros altos que mantém a taxa de câmbio valorizada.

Lopreato (2005/2006) argumenta que nesta fase pós-1999, a política fiscal sofreu um enrijecimento, já comentado anteriormente. Teria de cumprir uma tarefa dupla:

[...] contribuir no esforço de conter a expansão da demanda agregada dentro dos parâmetros de produto potencial definidos no Banco Central e manter o compromisso com a evolução da dívida pública, evitando que alterações na expectativa dos agentes em relação à situação fiscal pudessem provocar turbulências no mercado de câmbio e gerar surtos inflacionários decorrentes do mecanismo de transmissão das desvalorizações cambiais aos preços. [...] A estratégia revelou-se mais ampla: representou o avanço do processo delineado no primeiro mandato [do presidente Fernando Henrique Cardoso] de circunscrever o trato das finanças públicas ao arcabouço teórico alicerçado em três pilares básicos: **a idéia de sustentabilidade da dívida, a criação de regras fiscais capazes de dar previsibilidade à evolução das contas públicas e a defesa da credibilidade das autoridades fiscais** (LOPREATO, 2005/2006, p.190, com grifos nossos).

Assim, foram feitas alterações na dimensão estrutural do orçamento público com a implantação de reformas e a adoção de regras fiscais rígidas que inibissem a ação discricionária das autoridades econômicas e favorecessem o

ajuste fiscal independentemente do governo no poder. Neste sentido, pode-se enumerar as seguintes medidas:

- 1) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve definir a meta de superávit primário e resultado nominal para o ano seguinte e os dois próximos anos (três anos). Se a estimativa de receita não se concretizar, deve ocorrer o contingenciamento dos gastos fixados na lei orçamentária anual até que haja segurança de que a meta de superávit será alcançada;
- 2) As Reformas da Previdência, que alcançaram o RGPS e o RPPS (Emenda Constitucional nº20/1998 e nº41/2003), feitas, principalmente, por razões fiscais, sob a justificativa de assegurar a viabilidade de longo prazo desses sistemas;
- 3) A Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº42/2003), para racionalizar o sistema tributário, sem reduzir (e até aumentar) para o futuro, o montante de receita arrecadado no presente;
- 4) A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº101/2000) com a definição de regras fixas e padronizadas de ajuste fiscal para a União, Estados e Municípios. Esta lei limitou as despesas com pessoal, dificultou a realização de investimentos públicos e restringiu a geração de novas despesas de custeio, de forma que as metas anuais de resultados fiscais (resultado primário e nominal e o montante da dívida pública) nunca fossem afetadas. Além disso, impôs ajustes de compensação a toda renúncia de receitas e induziu a obtenção de superávit primário para redução do nível da dívida pública;

- 5) As Resoluções do Senado Federal de nº 40 e 43 de 2001, que estabeleceram limites para a dívida consolidada líquida dos Estados, Distrito Federal e Municípios, criaram restrições a operações financeiras e fixaram tetos para o comprometimento do orçamento com despesas de amortização, juros e encargos da dívida;
- 6) Renegociação das dívidas estaduais (Lei nº 9.496/1997), que, embora aprovada alguns anos antes, foi produzir efeitos posteriormente, com o estabelecimento de controles rigorosos do endividamento e de gastos dos Estados, para produzir estabilidade no quadro fiscal e a tão desejada confiança do mercado.

Ressalte-se, portanto, que para se conquistar a credibilidade do mercado financeiro convencendo os investidores de que não haverá riscos nas aplicações realizadas, é preciso tomar medidas que se tornam irreversíveis no futuro, através de leis e emendas à Constituição. Como argumentou F.C. Carvalho,

A credibilidade se ganha quando “as mãos são atadas” e o governo perde a capacidade de promover no futuro mudanças de rotas. Não basta ser *market-friendly*: é preciso que isso se cristalize em regras que garantam que este comportamento não possa ser revertido (CARVALHO, F.C., 2003, p.2).

Logo, a ortodoxia da política econômica não foi um remédio amargo e transitório, para acalmar a situação de instabilidade, ganhar a confiança dos mercados e depois ser amenizada. É um sacrifício para ser definitivo. E, assim, a seguridade social também foi atingida por esse senso de “responsabilidade fiscal permanente”, que exige mudanças estruturais e definitivas.

4.2.4. RESULTADOS DA POLÍTICA FISCAL

Apesar do setor público consolidado ter gerado superávits primários crescentes, conforme já se mencionou anteriormente, a dívida líquida do setor público não apresentou diminuição até 2004, como se pode visualizar na Tabela 20. O conjunto dos efeitos do Plano Real no contexto de liberalização comercial e financeira teve impactos significativos sobre os estoques das dívidas interna e externa do setor público.

TABELA 20
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - fim de período
1994 - 2005

	% do PIB											
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dívida Interna Líquida	20,8	24,5	29,4	30,2	36,9	39,2	39,7	42,7	42,0	46,7	44,2	48,9
Dívida Externa Líquida	8,5	5,4	3,9	4,4	6,5	10,5	9,7	10,5	14,6	12,0	7,5	2,6
Dívida Líquida Total	29,3	29,9	33,3	34,6	43,4	49,7	49,4	53,2	56,6	58,7	51,7	51,5
Dívida Fiscal Líquida	29,2	29,9	31,4	34,5	42,2	41,5	41,4	42,1	36,1	42,0	37,8	45,4

Fonte: Banco Central. Vários Boletins

A dívida pública interna mostra uma trajetória explosiva logo após o lançamento do Plano Real. De 20,8% do PIB em 1994, chega, em 1999 a 39,2% e, em 2005, ao patamar de 48,9% do PIB, ou seja, cresceu 28,1 pontos percentuais do PIB desde o início do plano de estabilização até o ano de 2005.

De 1994 a 1997, cresce a dívida interna e cai a externa, porque a acumulação de reservas implicou no crescimento da dívida interna e na queda da dívida externa líquida. Para Carneiro (2002), na ausência de déficits primários nas contas públicas, a dívida expandiu-se pela combinação entre taxas de juros elevadas e a esterilização da absorção de recursos financeiros do exterior.

A política de esterilização implicou a emissão de dívida interna para enxugar a liquidez oriunda do superávit na conta de capital, bastante superior às necessidades de financiamento corrente do balanço de pagamentos, que redundou no crescimento das reservas. O acúmulo de reservas foi uma estratégia deliberada para realizar a estabilização com âncora cambial. A sua esterilização era essencial para evitar uma queda da taxa de juros ou uma apreciação excessiva do câmbio, que terminariam por inviabilizar a entrada de capitais. Essa política teve, todavia, um custo muito alto expresso no chamado déficit *quasi-fiscal* formado pela diferença de remuneração entre a dívida interna e as reservas internacionais (CARNEIRO, 2002, p. 394).

Após 1998, a perda contínua de reservas e, posteriormente, o endividamento junto às instituições multilaterais fizeram crescer também a dívida externa.

A pressão para desvalorização do câmbio e sua posterior flutuação tiveram um impacto significativo na dívida pública líquida que, entre 1998 e 2000, passa de 43,4% para 49,4%, não só por conta do endividamento externo do governo brasileiro junto às instituições multilaterais para refrear a saída de capitais de curto prazo, mas também pelo impacto da desvalorização sobre a dívida pública interna atrelada ao dólar, oferecida como *hedge* ao setor privado.

Apesar dos elevados superávits primários do período pós-1999 a relação dívida/PIB cresceu para patamares ainda mais altos. A crise internacional de 2001 e as incertezas do processo eleitoral de 2002, que tinha um candidato de oposição ao governo como favorito, expuseram novamente a estreita articulação entre elevação dos juros, desvalorização do câmbio (nos momentos de aversão ao risco e queda da liquidez internacional) e o aumento do valor da relação dívida/PIB.

A nova equipe econômica que integrou o governo em 2003 enfrentou, de imediato, os desafios colocados pela desvalorização cambial, aceleração da inflação e crescimento da dívida pública. Ficou claro desde o início, entretanto, que haveria a continuidade da política econômica do governo anterior, tanto para a política fiscal quanto para a monetária. Novamente o controle fiscal foi visto como condição necessária para a redução do risco país, queda da taxa de juros e retomada do crescimento. O rigor da política de juros e da elevação de superávit primário tornou-se maior.

A dívida líquida subiu para 58,7% do PIB em 2003. Em seguida, entretanto, houve a redução da dívida líquida total, nos anos de 2004 e 2005, como resultado da conjugação de alguns fatores que diminuíram a participação da dívida externa na dívida líquida total: a valorização do câmbio, provocada pela grande liquidez no mercado financeiro internacional captada através de taxas de juros altas – reduziu não só a dívida externa como a dívida interna atrelada ao dólar; a amortização de obrigações junto a organismos multilaterais; e, o aumento das reservas internacionais gerado pelos elevados superávits comerciais do período. No final de 2005 a dívida externa líquida era de apenas 2,6% do PIB. A situação da dívida interna, entretanto, mostrou um resultado inverso: após ligeira queda em 2004, voltou a ter um forte crescimento em 2005, em função da elevação dos juros. O peso dos juros nominais mais do que compensou os efeitos favoráveis do superávit primário e da valorização cambial sobre a relação dívida/PIB.

Assim, conclui-se que as principais causas que afetaram o resultado fiscal ao longo dos últimos doze anos não estão vinculadas ao suposto tamanho

desproporcional do Estado ou à crise do sistema previdenciário. Foram, principalmente:

1) as despesas com juros, o principal fator de pressão sobre o estoque da dívida interna, em grande parte atrelada à taxa Selic fixada pelo Bacen (ver Tabela 21). As taxas de juros se mantiveram em patamares muito elevados, em função da abertura financeira e da conseqüente exposição a crises de confiança e fuga de capitais, bem como pelo uso da âncora cambial adotada até janeiro de 1999; após esse período, os juros se mantiveram altos em função da sempre presente vulnerabilidade externa, mas também da adoção do regime de metas inflacionárias.

2) as flutuações cambiais, pois, com a indexação de parcela significativa da dívida pública ao câmbio e em regime de flexibilidade cambial sob elevado grau de abertura financeira (o que amplia a volatilidade da taxa de câmbio), a dívida pública cresceu.

É preciso ressaltar que, a partir de 2002, vem ocorrendo uma mudança favorável na estrutura da dívida mobiliária (ver Tabela 21). Por um lado, diminuiu consideravelmente a participação dos títulos indexados ao câmbio em função dos resgates efetuados e da apreciação cambial. Por outro, cresceu a participação dos títulos prefixados. Isso tem contribuído para aliviar a exposição das contas públicas ao risco de mercado, particularmente, ao risco cambial. Todavia, os títulos vinculados à Selic ainda compõem a maioria esmagadora dos títulos públicos, o que contribui para deteriorar as condições financeiras do governo diante de uma política de juros altos.

TABELA 21
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)
1994 - 2005

INDEXADORES	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Câmbio	8,3	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	21,7	28,3	22,4	10,8	8,2	2,7
SELIC	18,0	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,4	52,8	60,8	61,4	59,0	51,8
Prefixados	40,2	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	15,3	7,8	2,2	12,5	16,3	27,9
Índices de Preços	12,5	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	5,9	10,8	13,0	13,6	14,6	15,5
Outros	23,0	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	4,7	0,3	1,6	1,7	1,9	2,1

Fonte: Banco Central. Vários Boletins

Essas variáveis (câmbio e juros), administradas no campo da política monetária, produziram pesado ônus sobre o orçamento público, na forma de gastos financeiros com o serviço da dívida pública fazendo com que o sacrifício fiscal resulte apenas favorável aos portadores de títulos públicos, sem que se alcance o objetivo de redução da relação dívida/PIB, proposição inicial presente nos relatórios oficiais sobre a política econômica.

Os dados atestam, portanto, o fracasso da estratégia de ajuste fiscal adotada no Brasil. Como observa Hermann:

As razões para este fracasso [...] não podem ser debitadas à gestão da política fiscal, mas sim à falta de coordenação entre o esforço de ajuste fiscal, de um lado, e à política monetária e à administração da dívida pública, de outro. Diante de uma política prolongada de juros altos, ditada pelas pressões externas sobre a taxa de câmbio, o esforço de geração de superávits primários crescentes tornou-se inócuo como instrumento de controle da relação k [dívida/PIB], que até elevou-se no período. Mais que isso, o problema foi agravado pela ineficácia dessa política no sentido de reduzir a taxa de risco atribuída aos ativos brasileiros, em geral, e à dívida pública, em particular. É sabido que uma política prolongada de juros altos tende, a partir de certo tempo, a atuar de forma perversa, aumentando o risco percebido pelos investidores [...] devido à possibilidade de inadimplência dos novos devedores e às dificuldades de refinanciamento por parte

dos antigos. Nesse contexto, eleva-se a preferência dos agentes por liquidez, mantendo a pressão sobre a taxa de juros (HERMANN, 2002b, p.61).

Não obstante essas evidências empíricas, a crise fiscal tem sido usualmente relacionada com os gastos excessivos do sistema público de aposentadorias e pensões e, assim, os analistas projetam estatísticas sombrias sobre o déficit previdenciário para um futuro que se situa para além de 2020. Há aqueles que elegem prioritariamente crescimento dos benefícios sem contrapartida equivalente em contribuições, como fator que desequilibra o orçamento público e propõem reformas que implicam em redução de direitos, considerados desproporcionais diante da capacidade de captação de receita do sistema, sem fazer qualquer alusão a respeito do impacto dos juros e câmbio sobre o resultado fiscal e a gestão dos recursos da seguridade.

Lopreato (2005/2006) observa que o governo atuou de forma ambivalente na gestão fiscal, porque se ampliaram vinculações de receitas a despesas obrigatórias, num momento em que a orientação era de reduzir a rigidez do orçamento para ampliar a margem de manobra sobre o superávit primário. O autor cita a vinculação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)⁵⁴ e sua destinação a Estados e Municípios, em 2001; a fixação do gasto mínimo em saúde (EC nº 29/2000); o Bolsa-Escola (Lei 10.219/2001); e, o Fundo de Combate a Pobreza (EC nº31/2001). Essas medidas elevaram o peso das despesas obrigatórias na despesa total para além daquelas já existentes no texto da Constituição de 1988.

⁵⁴ A CIDE é destinada ao custeio de programas de infra-estrutura de transporte, além de pagamentos de subsídios aos preços ou transporte de combustíveis e ao financiamento de projetos ambientais relacionados à indústria de petróleo e de gás.

Esta forma dúbia de condução do processo orçamentário, que aparentemente contraria o regime fiscal ortodoxo recente, parece indicar que é politicamente difícil sustentar a austeridade fiscal radical em condições de baixo ritmo de crescimento e elevado desemprego, sem a presença de ingredientes assistencialistas de contenção mínima do flagelo social que produz. Além disso, deve-se considerar que quando surgem, no núcleo do governo, decisões de elevar os juros, tornando menor o raio de manobra orçamentária para o atendimento de demandas sociais, o governo pode agir como o fez com o orçamento da seguridade social, descumprindo os dispositivos legais de vinculação de receitas a gastos na área social, sem enfrentar resistência social.

As medidas de política econômica enfocaram a relevância do equilíbrio fiscal para a restauração das condições de estabilidade e de crescimento, mas não deram ênfase equivalente para as condições de formação da taxa de juros e da taxa de câmbio e de seus efeitos deletérios sobre administração fiscal, particularmente sobre os investimentos públicos e as políticas sociais.

Não se advoga aqui qualquer negligência quanto à importância das condições fiscais de longo prazo. A forma, entretanto, de conseguir o ajuste fiscal é que se torna questionável. Dadas as condições de inserção externa da economia nacional, para sanear as contas públicas não se pode descuidar da necessidade de possuir condições sólidas de solvência em moeda forte, com uma taxa de câmbio estimulante para as exportações, nem da queda segura e irreversível dos juros. A sustentação de um superávit fiscal muito elevado, por prazo indefinido, em situação de baixos níveis de crescimento, se revela pouco eficaz do ponto de vista econômico e indesejável do ângulo social.

Conforme comenta Hermann,

[...] o caminho virtuoso para o controle ou mesmo a redução da relação k [dívida/PIB] não é o aumento “ex-ante” do superávit primário do governo, mas sim seu aumento “ex-post”, promovido pelo crescimento econômico. Isto, por sua vez, requer uma política de juros baixos, ou, pelo menos, descendentes, que também contribui, diretamente, para o controle de k [dívida/PIB] (HERMANN, 2002b, p. 56).

4.3. EFEITOS DA POLITICA ECONÔMICA SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

O efeito da política econômica dos anos 1990-2000 foi de desmantelamento sobre o sistema público, causando grande precariedade no atendimento das demandas sociais por insuficiência de recursos orçamentários. O sistema de seguridade social foi requisitado a contribuir, direta e indiretamente, para pagar a conta financeira (de juros e amortização da dívida pública) que provocou desequilíbrio no orçamento fiscal, conforme descrito no Capítulo 1. A receita da seguridade social mostrou um comportamento excepcional, considerando-se a sua vulnerabilidade ao ciclo econômico. Cresceu, em função de ter a sua base de incidência apoiada não apenas na folha de pagamento dos empregados, mas também no lucro, no faturamento e na movimentação financeira. Embora as despesas do sistema de seguridade social tenham-se elevado, as receitas cresceram muito mais, tanto em valores reais (ver Tabela 25 neste Capítulo), como em relação ao PIB (ver Tabela 6 no Capítulo 1), e, assim, os gestores da política econômica encontraram meios de deslocar recursos excedentes vinculados à seguridade social para assegurar o superávit primário do orçamento público consolidado. O ajuste fiscal, todavia, se mostrou inatingível em função dos vultosos gastos financeiros.

Conforme argumenta Batista Junior (2005c), os juros exorbitantes que caracterizam a política monetária dos últimos doze anos no Brasil geram vários problemas interligados:

- 1) A alta dos juros restringe o consumo e o investimento, impedindo o crescimento de forma sustentada e agravando o desemprego e o subemprego. Isso se torna particularmente grave numa economia que cresce pouco há cerca de vinte e cinco anos;
- 2) O diferencial de juros entre o Brasil e o resto do mundo atrai capital especulativo e provoca valorização da moeda nacional, prejudicando os setores que exportam e aqueles que concorrem com importações no mercado doméstico. Isso, novamente, reforça a desaceleração da produção e os baixos níveis de emprego e salários. A valorização do câmbio só não tem sido mais prejudicial para as contas externas por causa das defasagens entre movimentos cambiais e seus efeitos sobre os fluxos de comércio exterior e, também, porque a conjuntura internacional, ainda favorável, mascara os efeitos da perda de rentabilidade e competitividade das exportações brasileiras.
- 3) Os juros altos desestabilizam as finanças do governo, que reage através da forte redução de gastos e elevação da carga tributária. Como resultado, provoca maior contenção de demanda e desaceleração na economia, o que, por sua vez, repercute de forma negativa a receita tributária e provoca o aumento automático de despesas do governo com seguro-desemprego e com transferências

de renda para assistir os que ficam definitivamente desamparados na pobreza.

- 4) Os juros altos provocam concentração da renda. Beneficiam uma minoria proprietária de riqueza financeira e credora da dívida pública (fundos de pensão, seguradoras, demais instituições financeiras, empresas não-financeiras e pessoas físicas de elevado patrimônio) e, por outro lado, prejudicam aqueles que dependem de salários, por vários motivos: a) têm reduzida sua participação relativa na renda; b) vêem suas oportunidades se estreitarem com a retração da economia e do mercado de trabalho; c) sofrem com os cortes de programas sociais, que afetam a oferta de bens e serviços essenciais; d) recebem o peso do aumento da carga de impostos que recaem, principalmente, sobre assalariados.

Torna-se cada vez mais claro que há barreiras à continuidade dessa estratégia de política econômica. O arrocho fiscal não é mais viável com a utilização de maior crescimento da carga tributária, que já atingiu um limite muito elevado, tornando-se política e socialmente muito custosa. A opção de ampliar o corte de gastos discricionários com investimento, pessoal e outros custeios também se mostra particularmente difícil, posto que já se tornaram um resíduo no orçamento – isto é, só se realizam se a meta fiscal estiver assegurada previamente (ver Tabela 22). Do lado dos investimentos, a possibilidade de reduzi-los ainda mais é impraticável, pois o volume de gastos tem sido muito baixo ao longo dos últimos doze anos e já são fortes os efeitos negativos sobre a

infra-estrutura, comprometendo a capacidade produtiva do país. Do lado dos gastos de pessoal e demais despesas correntes (exceto benefícios da previdência) as informações da Tabela 22 mostram que estão estabilizados nos últimos doze anos, o que demonstra certa rigidez a baixa desses itens. Dadas essas limitações, o clamor tem se voltado para a contenção dos gastos com a previdência social, para a ampliação da desvinculação das receitas da União e para a revisão dos gastos sociais como saída para acomodar os efeitos da política monetária sobre o orçamento público. Não restaria outro caminho para reduzir a dívida pública a não ser partindo para um ajuste mais rigoroso das contas públicas não-financeiras, o que significa, principalmente, maior corte de gastos da previdência e ampliação dos graus de liberdade no manejo da política orçamentária.

A pressão por redução dos gastos previdenciários deriva, em grande medida, da análise de dados como os que são mostrados na Tabela 22, a seguir. Nela é possível visualizar os principais itens da despesa do orçamento fiscal e da seguridade social do governo federal no período 1994/2005. Das informações é possível destacar:

TABELA 22
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - DESPESA DA UNIÃO
1994 - 2005 (%PIB)

DESPESA	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
DESPESAS CORRENTES	20,1	20,6	19,7	19,7	21,8	23,4	22,7	24,5	25,7	25,3	24,9	26,8
Pessoal e Enc. Sociais	5,2	5,9	5,3	5,1	5,2	5,3	5,3	5,5	5,7	5,2	5,1	4,9
Juros e Enc. da Dívida	2,8	2,6	2,5	2,4	3,4	4,7	3,5	4,4	4,2	4,3	4,2	4,6
Transf. a E., DF e M.	3,4	3,3	3,3	3,4	4,1	4,3	4,7	5,0	5,6	5,3	5,2	6,1
Benefícios Previdenciários ¹	4,9	5,0	5,3	5,3	5,9	6,0	5,9	6,2	6,6	7,2	7,0	7,4
Demais Despesas Correntes	3,7	3,7	3,3	3,4	3,2	3,2	3,3	3,4	3,6	3,3	3,4	3,9
DESPESAS DE CAPITAL	10,3	3,3	3,3	9,7	11,4	9,3	5,9	7,5	7,6	7,2	5,9	4,6
Investimentos	1,1	0,7	0,7	0,9	0,9	0,7	0,9	1,2	0,8	0,4	0,6	0,9
Inversões Financeiras	1,6	1,2	1,6	7,3	7,8	5,8	1,0	1,7	1,6	1,5	1,2	1,1
Amortização da Dívida ²	7,5	1,4	1,0	1,5	2,7	2,8	4,0	4,6	5,2	5,3	4,1	2,5
SUBTOTAL	30,4	23,9	23,0	29,4	33,2	32,8	28,6	31,9	33,2	32,6	30,8	31,4
Amortiz.Dívida - Refinanciamento	9,9	13,4	14,0	15,5	21,5	27,6	27,3	18,3	17,8	25,0	20,6	25,8
Dívida Mobiliária					21,1	27,0	26,7	17,6	17,3	24,5	20,2	25,6
Dívida Contratual					0,4	0,6	0,6	0,8	0,5	0,6	0,4	0,2
TOTAL	40,2	37,3	37,0	44,9	54,7	60,4	55,9	50,3	51,1	57,6	51,4	57,1
Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC - Despesa por Grupo. Ministério da Fazenda. Elaboração própria												
(1) Os Benefícios previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões, outros benefícios previdenciários												
(2) Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública												

1) Os volume de gastos com benefícios previdenciários é bastante significativo e evoluiu de 4,9% do PIB em 1994, para 7,4% do PIB, em 2005. Esse comportamento ascendente dos gastos previdenciários tem sido característico da história das sociedades ocidentais.⁵⁵ Não é apenas o montante do gasto que deve ser observado, mas o fato de que se tornaram indispensáveis para o atendimento das necessidades básicas de uma parcela significativa da população e são igualmente relevantes para manter a estabilidade da economia. Algumas das causas do crescimento dos benefícios previdenciários foram tratadas no capítulo

⁵⁵ Em meados dos anos 1970, as nações da Europa Ocidental já alocavam, em média, quase 25% dos recursos nacionais em gastos públicos na área social. Na América do Norte esse percentual ultrapassava 20% . A experiência internacional demonstra com evidências o quanto o papel do Estado foi fundamental para constituir uma sociedade menos desigual a partir do pós-Segunda Guerra nos países desenvolvidos (FLORA & HEIDENHEIMER, 2003). Se comparado o gasto social direto do Brasil (contributivo e não-contributivo) em proporção do PIB com outros países da OCDE, verifica-se que gastamos 12,2% do PIB diante de 28,8% da França, 27,3% da Alemanha, 24,7% da Inglaterra, 25,1% da Itália e 19,7% da Espanha. Os gastos com aposentadorias, isoladamente, guardam distância proporcional (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2003).

anterior e entre elas está, principalmente, a dinâmica demográfica de envelhecimento da população que fez aumentar o número de benefícios pagos, os reajustes do salário mínimo acima da inflação e o aumento dos filiados especiais (aqueles que, por sua condição de carência, recebem benefícios superiores à capacidade contributiva). São, portanto, dispêndios relacionados com o resgate da cidadania e com a garantia de padrões ainda muito baixos de sobrevivência.

2) Os gastos com juros e encargos da dívida adicionados aos dispêndios com amortização da dívida destacam-se como os maiores gastos do orçamento federal. Em 1995 representavam, juntos, 4% do PIB, mas, a partir de 1999, com o agravamento da fragilidade externa e com a geração de superávits primários mais elevados destinados à amortização da dívida, foram assumindo patamares mais altos, acima de 7% do PIB, e a partir de 2001, acima de 9% do PIB. O gasto público esteve, portanto, polarizado entre desembolsos financeiros e os gastos com transferências de renda do sistema de aposentadorias e pensões, mas com clara desvantagem para os que vivem de benefícios previdenciários. Apenas no ano de 2005 os gastos com juros e amortização foram ligeiramente inferiores aos gastos previdenciários.

3) Ao contrário do que comumente se argumenta, os gastos com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, que são gastos com o custeio da máquina pública, ficaram estáveis para o período analisado, tendo inclusive caído nos últimos três anos. Em 1994, pessoal e encargos sociais respondiam por 5,2% do PIB. Em 2005 esta proporção caiu para 4,9% do PIB;

5) Os investimentos públicos, que sempre estiveram num patamar muito baixo no período 1994-1999, caem mais ainda nos anos 2000; representavam

1,1% do PIB em 1994, 0,7% em 1999 e 0,4% em 2003, o nível mais baixo do período analisado.

4) O governo passou a gerir um passivo muito mais alto nos anos 2000 do que fora o passivo da década de 1990, apesar da ampliação do esforço de geração de superávits primários para pagamento de encargos financeiros. Em 1994, o refinanciamento da dívida era equivalente a 9,9% do PIB. Em 2005, foi de 25,8% do PIB. Como foi avaliado anteriormente, a política de rigor monetário para controle da taxa de câmbio e, conforme argumenta o governo, também das metas de inflação, fez com que a gestão da dívida pública se voltasse para a valorização do capital privado a taxas de remuneração excepcionalmente vantajosas. As implicações dessa política em termos de concentração da renda são graves.

Os dados das Contas Nacionais (IBGE) do período 1993-2003, expostos na Tabela 23, a seguir, demonstram que há uma disputa desigual pela apropriação da renda gerada na economia em função da política econômica de juros reais elevados.

TABELA 23							
PARTICIPAÇÃO DO SALÁRIO, DO EXCEDENTE OPERACIONAL BRUTO E DOS IMPOSTOS INDIRETOS NO VALOR ADICIONADO (R\$1.000.000)							
ANO	SALÁRIO NOMINAL*	%PIB	EXCEDENTE OPERACIONAL BRUTO NOMINAL	%PIB	IMPOSTOS S/ PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO	%PIB	PIB NOMINAL
1993	5.062	35,91	4.987	35,38	1.858	13,18	14.097
1994	111.681	31,98	134.079	38,40	55.109	15,78	349.205
1995	191.410	29,62	260.245	40,27	100.540	15,56	646.192
1996	224.239	28,79	319.137	40,97	115.236	14,79	778.887
1997	241.949	27,79	372.396	42,77	123.572	14,19	870.743
1998	257.225	28,14	380.016	41,57	127.800	13,98	914.188
1999	267.065	27,42	394.598	40,52	152.388	15,65	973.846
2000	295.229	26,81	447.492	40,63	178.075	16,17	1.101.255
2001	316.580	26,41	490.327	40,90	203.873	17,01	1.198.736
2002	351.676	26,13	564.323	41,93	233.630	17,36	1.346.028
2003	399.882	25,70	668.926	42,99	263.350	16,92	1.556.182

Fonte: IBGE, Contas Nacionais, Diretoria de Pesquisa. Elaboração própria.

(*) Sem Contribuições Sociais Efetivas e Imputadas

A participação do salário nominal no PIB decresce a cada ano, caindo 10,2 pontos percentuais entre 1993 – 2003, enquanto, nesse mesmo período, cresce a participação no PIB do excedente operacional bruto em 7,6 pontos percentuais. O excedente operacional bruto pode ser tomado como uma variável *proxy* do lucro (soma de juros, aluguel e lucro).⁵⁶

A proporção dos impostos sobre a produção e importação no PIB também aumenta a cada ano⁵⁷, o que demonstra que a queda do salário tem como contrapartida a transferência de parcela da remuneração dos assalariados, via impostos, para os proprietários de títulos da dívida pública – que, na sua grande maioria, também são proprietários de ativos de capital –, através das operações financeiras com títulos da dívida realizadas pelo governo.

Os donos dos ativos protegidos contra a inflação e favorecidos pela política monetária de juros reais altos tiveram amplos ganhos de capital. Segundo Medeiros, “a participação dos juros pagos pelo setor público em relação ao PIB passou de 2,9% em 1990 para 5,1% em 2000, afirmando-se isoladamente como

⁵⁶ Conforme o Sistema de Contas Nacionais do Brasil, o Excedente Operacional Bruto dá conta do montante total de lucros, aluguéis (inclusive renda da terra) e juros pagos na economia nacional. Ou ainda, é o valor adicionado deduzido dos salários, das contribuições sociais efetivas e dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção.

⁵⁷ O agrupamento dos impostos incidentes sobre a produção e importação levantados pelo IBGE através do Sistema de Contas Nacionais são aqueles que incidem diretamente sobre os produtos alterando seus preços, ou seja, são os impostos indiretos, tais como IPI, ICMS, Imp. Sobre Importações, IOF, ISS e outros impostos ligados à produção, como os que incidem sobre a folha de pagamentos (Contribuição ao Salário Educação, Contribuição para o SESI, SESC, SENAI, SENAC) e outros como a COFINS, PIS/PASEP, taxa de poder de polícia, taxa de prestação de serviços. Não estão incluídos nesse rol de tributos a CPMF, CSLL, a Contribuição ao INSS que poderiam perfeitamente ser computados como impostos indiretos, porque são repassados aos preços como se fossem custos de produção. Assim, o percentual de participação no PIB dos impostos indiretos mostra um valor subestimado em relação à realidade do sistema tributário nacional, uma vez que alguns impostos que recaem sobre a renda não funcionam como se fossem impostos diretos no sentido comum que se dá ao termo.

um fator essencial na mudança da distribuição funcional da renda” (MEDEIROS, 2002, p.10).

Quando se leva em consideração os efeitos da política de forte contenção fiscal sobre os tributos, chega-se à conclusão de que o crescimento da carga tributária foi surpreendentemente grande. Segundo dados do IBGE, em 1991, a carga tributária era de 24,6% do PIB, tendo subido para o patamar de 34,9% em 2003 (último dado disponível nas séries das Contas Nacionais/IBGE), portanto, um crescimento superior a 10 pontos percentuais do PIB. A observação mais importante, entretanto, é que o patamar mais elevado dos tributos deve-se, especialmente, ao aumento da carga incidente sobre bens e serviços que chegam, em 2003, a 65% da arrecadação global (GENTIL, 2005). São esses tributos que atingem especialmente os consumidores assalariados, que têm elevada propensão marginal a consumir, ou ainda, que gastam tudo o que ganham, e pagam pelos impostos e contribuições sociais embutidos nos preços dos bens e serviços que consomem. Por outro lado, a carga de tributos sobre a renda e o patrimônio é muito baixa, representando 20,7% da carga global (GENTIL, 2005). Essa deterioração dos princípios de equidade e justiça tributária é consequência do forte poder das elites financeiras e patrimonialistas sobre as políticas públicas. A receita dos tributos é retirada principalmente dos salários e é gasta predominantemente com a remuneração de títulos públicos, dado que uma parcela crescente dos recursos públicos é reservada para o pagamento de despesas financeiras do Tesouro, conforme apontam os dados da Tabela 22.

O instável crescimento que se seguiu ao Plano Real resultou em efeitos perversos para os assalariados. A influência positiva sobre a pobreza proveniente

da redução da inflação, da elevação do salário mínimo real e dos rendimentos reais mais altos pagos aos aposentados foi compensada pelo impacto dos efeitos distributivos negativos do desemprego elevado, da manutenção do rendimento médio real dos assalariados em níveis baixos, pela redução da participação dos salários no PIB e pelo declínio proporcional do emprego formal no total das ocupações. Isso pode ser visualizado na Tabela 24 a seguir. O baixo crescimento econômico, portanto, frustrou a possibilidade de uma mudança estrutural mais favorável aos trabalhadores.

TABELA 24				
PIB, DESEMPREGO, RENDIMENTO MÉDIO REAL E EMPREGO FORMAL				
1994 - 2004				
ANOS	PIB - Variação % Real Anual	Taxa Média de Desemprego ⁽¹⁾	Rendimento Médio Real dos Assalariados (R\$) ⁽²⁾	% pessoas empregadas c/ carteira assinada/pessoas ocupadas ⁽³⁾
1994	5,8	5,8	302,65	49,7
1995	4,2	4,9	504,46	48,8
1996	2,7	6,0	627,90	46,5
1997	3,3	6,2	670,97	46,4
1998	0,1	8,4	685,80	45,9
1999	0,8	8,4	679,15	44,6
2000	4,4	8,0	725,75	43,5
2001	1,3	6,9	747,94	44,7
2002	1,9	11,7	1139,10	45,1
2003	0,5	12,3	983,58	44,3
2004	4,9	11,5	984,99	43,7
2005	2,3	9,8	1.004,32	45,0
Fontes: PME/IBGE via IpeaData				
(1) Referência: 30 dias. De 1994 a 2001, pela antiga metodologia do IBGE. A partir de 2002, pela nova metodologia do IBGE.				
(2) Deflator: INPC. De 1994 a 2001, pela antiga metodologia do IBGE. A partir de 2002, pela nova metodologia do IBGE.				
(3) De 1994 a 2002, pela antiga metodologia do IBGE. A partir de 2003, pela nova metodologia.				
Elaboração própria.				

A Tabela 24 mostra o baixo crescimento do PIB, de 2,7%, em média, entre 1994 e 2005, provocado pela política econômica restritiva. A taxa média de desemprego é crescente nesse período. A série mostra uma taxa de 5,8% em 1994 e uma tendência ascendente nos anos subseqüentes. A partir de 2002, a taxa de desemprego atinge a casa de dois dígitos, chegando a 11,7% nesse ano, 12,3% em 2003 e 11,5% em 2004, até baixar, em 2005, ao patamar de 9,8%.⁵⁸

⁵⁸ As comparações ficam parcialmente prejudicadas pela mudança de metodologia da PME/IBGE a partir de 2002. De qualquer forma, é inquestionável que o desemprego encontrava-se em patamares muito elevados.

O rendimento médio real dos assalariados manteve-se em patamares baixos, embora entre 1994 e 2001 tenha mostrado melhoria progressiva em seu valor.⁵⁹ O rendimento médio de 2005, entretanto, ainda é inferior ao alcançado em 2002. Quanto ao emprego formal, variável importante para a previdência social, há uma queda progressiva na proporção dos empregados com carteira assinada no total de trabalhadores ocupados, desde 1994 até o ano de 2000. Em 1994, 49,7% das pessoas empregadas tinham carteira assinada. Em 2000 esse percentual cai para 43,5%. Recentemente a taxa de ocupação no mercado formal tem crescido, mas o índice de 2005, de 45,0%, ainda não alcançou o patamar de 1998.

Com relação a qualidade dos postos de trabalho, Pochmann (2006) afirma que, a partir de 1999, embora tenha havido recuperação no nível de empregos assalariados formais, houve precarização dos postos de trabalho. Em 1999, eram 34,2% os trabalhadores que recebiam até um salário mínimo mensal; em 2004, 38,2% dos ocupados sobreviviam com o salário mínimo. Em outros termos, entre 1999 e 2004 cresceu a abertura de postos de trabalho, porém permaneceu uma elevada taxa de desemprego e predominou a criação de postos com baixa remuneração, pois 63,7% do total criado respondiam pelo recebimento mensal de um salário mínimo.

Em síntese, no período 1994 – 2005 a política econômica atingiu de forma negativa as variáveis fundamentais que determinam parte considerável da receita do sistema previdenciário – a taxa de crescimento do produto, o nível de ocupação, o emprego formal e o rendimento médio dos assalariados.

⁵⁹ A avaliação do comportamento do rendimento médio real dos assalariados também é dificultada pela mudança de metodologia da PME/IBGE a partir de 2002.

TABELA 26						
RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL POR FONTES DE RECURSOS						
Valores em R\$milhões e em %						
RECEITA	1995	%	2000	%	2005	%
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.138	59,0	55.715	44,8	108.434	40,7
COFINS	14.669	24,6	38.707	31,1	87.902	33,0
CPMF	0	0,0	14.395	11,6	29.230	11,0
CSLL	5.615	9,4	8.750	7,0	26.323	9,9
RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	556	0,9	923	0,7	1.564	0,6
PIS/PASEP ⁽¹⁾	3.541	5,9	5.791	4,7	13.228	5,0
TOTAL DA RECEITA	59.519	100	124.281	100	266.681	100
Fontes: Receita da Seguridade Social - Ministério da Fazenda, Receita Federal, Estudos Tributários.						
(1) Inclui apenas 60% da receita com PIS e PASEP. Os 40% restantes são destinados ao BNDES.						

É possível perceber, pela análise da Tabela 26, que a contribuição social ao INSS que incide sobre a folha de pagamentos perde participação nas receitas da seguridade social entre 1995 – 2005. No ano de 1995, representava 59% do total das receitas do sistema. Em 2005, contribuiu com 40,7% dos recursos globais. Por outro lado, cresce de forma significativa a participação relativa da COFINS, que incide sobre o faturamento, passando de 24,6% em 1995 para 33% em 2005, assim como ganha importância a receita de CPMF, que equivaleu a 11% da receita total da seguridade em 2005.

Era, portanto, bastante perceptível a grande capacidade de arrecadação das contribuições sociais vinculadas ao sistema de seguridade. A política econômica, de um lado, sobrecarregou as despesas do sistema de seguridade social com a precarização das condições de vida da classe trabalhadora e, de outro lado, usou o sistema como fonte geradora de receita para produzir o ajuste fiscal que, conforme os dados empíricos demonstram, acaba por resultar na transferência de renda em favor dos proprietários de títulos públicos.

O intenso processo de acumulação financeira que resultou da política econômica dos anos 1990 – 2000 beneficiou especialmente alguns segmentos do mercado formados pelos bancos, fundos de previdência privada, seguradoras,

pessoas físicas de alto nível de renda e riqueza, empresas não-financeiras e investidores estrangeiros que são os grandes proprietários de títulos públicos.

Segundo C. E. Carvalho,

A maior parte dos títulos públicos federais estão no ativo de instituições financeiras e de fundos de investimento financeiro, respectivamente 34,2% e 39,9% do total em agosto de 2003. [...] Dos 25,9% restantes, 15,6% correspondiam a depósitos compulsórios no BCB e em instituições financeiras públicas – cauções judiciais e outros – e 7% representavam aplicações de empresas não-financeiras e pessoas físicas. Os títulos em poder dos fundos de investimento são o lastro das cotas adquiridas por empresas não-financeiras e pessoas físicas que aplicam recursos nos fundos. Somados aos 7% detidos diretamente por esse setor, encontra-se que quase a metade da dívida mobiliária federal está contida no M4, o qual ficou em torno de 56% do PIB em 2003.[...] Parte expressiva dos depósitos à vista e a prazo dos bancos está aplicada em títulos públicos, os quais representam parte substancial do seu ativo (CARVALHO, C. E., 2005, p.382).

A elevada participação dos títulos públicos no ativo dos bancos e no total de haveres financeiros detidos por grandes empresas e pessoas físicas faz com que, em momentos de instabilidade e reversão de expectativas, muito comuns a uma economia financeiramente aberta como a brasileira, o governo seja fortemente pressionado a atuar na prática como ofertante de *hedge* contra as incertezas do futuro, recomprando papéis e substituindo por títulos com juros mais elevados ou corrigidos pelas taxas de juros de curtíssimo prazo ou pela taxa de câmbio. Os detentores da dívida têm ampla capacidade de impor seus interesses ao Banco Central, em decorrência, em larga medida, do elevado grau de sofisticação e agilidade do mercado financeiro brasileiro. A dívida pública, portanto, tem sido utilizada como instrumento privilegiado (líquido e sem risco) de *hedge* para as incertezas do mercado financeiro.

Para esse grupo de grandes proprietários de títulos públicos a política de juros elevados e a capacidade do governo de produzir superávit primário tornou-se importante para a sustentação de sua riqueza financeira. É neste sentido que Pochman argumenta:

A sustentação desse ciclo de acumulação financeira tem sido de responsabilidade do Estado que, por meio do endividamento público, mantém ativas as oportunidades de ganhos improdutivos. A principal garantia do rentismo termina sendo a adoção contínua do padrão de ajustamento nas finanças públicas, na maior parte das vezes contrário ao conjunto da população. Para permitir a continuidade do ciclo da financeirização da riqueza no Brasil, as autoridades governamentais necessitam produzir garantias reais de pagamento de parcela dos direitos de propriedade da riqueza. As exigências das famílias ricas, ao disponibilizarem seus patrimônios na compra dos títulos públicos que lastreiam o endividamento financeiro do Estado, são cada vez maiores, fazendo com que o objetivo perseguido pela política econômica seja, muitas vezes, atendê-las, tão somente (POCHMAN, 2005, p.28).

Conforme Marx já afirmara,

Como pelo toque de uma vara de condão, a dívida pública confere ao dinheiro estéril capacidade de multiplicar-se e, com isso, transforma-o em capital, sem a necessidade de que ele se exponha aos problemas e riscos inseparáveis de seu emprego na indústria ou até na usura... São títulos fáceis de negociar, que podem continuar funcionando em suas mãos tal como o faria o dinheiro sonante (MARX, 1982).

O caminho da política de juros altos foi extremamente destrutivo, pois tem sido construído às custas de pesada carga tributária, da forte redução de investimentos públicos, da precarização dos serviços públicos em geral e, em particular daqueles ligados à seguridade social, o que tem levado à paralisação do Estado brasileiro na última década e meia. A perspectiva dos credores e rentistas, entretanto, se tornou dominante e tem sido tão veementemente propagada pelos

meios de comunicação e, por isso, tão bem assimilada pela maioria das pessoas, que ficou fácil convencer a sociedade de que o que é bom para o mercado de títulos é bom para a economia em geral, ainda que isso signifique maior desemprego, menor crescimento e menor proteção social.

O rigor das políticas monetária e fiscal normalmente implicaram, direta ou indiretamente, em políticas de desmonte dos gastos sociais e vêm qualificadas com os nomes de “choque de gestão”, “reformas estruturais”, “blindagem da política econômica”. Ficou cada vez mais evidente, ao longo dos anos 1990 e neste início de século, que o Estado posicionou-se pela defesa da garantia da dívida financeira e o faz em detrimento da dívida social, ao adotar os receituários de recessão permanente construído pelos mercados financeiros (MELIN e SERRANO, 2005).

Por fim, cabe observar que a política econômica implementada nos anos 1990-2000, além de conduzir a uma profunda crise financeira e fiscal do Estado que imobilizou sua capacidade de indução da economia, trouxe outras conseqüências perversas nestes novos tempos de abertura financeira e globalização, relatada com muita propriedade por Belluzo:

Houve uma rejeição ao nacional entre as elites cosmopolitas [...] que atingiu, de forma devastadora, os sentimentos de pertinência à mesma comunidade de destino, suscitando processos subjetivos de diferenciação e desidentificação em relação aos “outros”, ou seja, à massa de pobres e miseráveis que “infesta” o país. E essa desidentificação vem assumindo cada vez mais as feições de um individualismo agressivo e anti-republicano [...] A dimensão individualista e anti-republicana dessas formas de consciência, no entanto, vem produzindo a destruição do Estado, até mesmo de sua função essencial de garantir a segurança dos cidadãos. Isso para não falar no bloqueio sistemático – imposto pela fuga descarada das obrigações fiscais – da universalização das políticas de saúde, educação e previdência que, aliás,

definem a “modernidade” nos países realmente civilizados. Há uma busca desesperada de refúgio no privatismo: escolas privadas, medicina privada e previdência privada. [...] Isso acentua a repulsa pelas contribuições para o fundo público por parte dos endinheirados ou daqueles que, por ora, apenas se candidatam a essa condição de superioridade econômica e social (BELLUZZO, 2002, p. 24/25).

CONCLUSÃO

Há um clima de preocupação com relação à capacidade de sustentação financeira do sistema previdenciário. A opinião dominante no país é de que o déficit do sistema está em crescimento. Dados do Ministério da Previdência apontaram um resultado previdenciário negativo de R\$ 37,5 bilhões em 2005. As projeções atuariais do RGPS apontam que o gasto previdenciário representará 7,43% do PIB em 2010 e o déficit chegará a 2,0% do PIB naquele ano. Para 2020 projeta-se uma despesa previdenciária de 7,86% do PIB e um déficit de 2,4%. As projeções vão mais longe e prevêm um déficit de 2,95% PIB em 2030.⁶⁰ Criou-se uma atmosfera de ameaça envolvendo a insolvência da previdência e da seguridade social. Diante dessa aparente gravidade dos dados, medidas urgentes deveriam ser tomadas, pois não se trataria apenas de assegurar, com uma reforma da previdência, o pagamento de benefícios pactuados, mas de reduzir a pressão sobre os recursos públicos, liberando fontes para investimentos públicos e outros gastos sociais.

Essas conclusões, entretanto, partem de métodos questionáveis de aferição do problema. Primeiro, porque o resultado financeiro da previdência é obtido a partir do cálculo do *resultado previdenciário*, que, como diz Matijascic (2002, p. 205), “trata-se de uma manobra contábil adotada pelos formuladores das políticas econômicas dos anos 1990”. Essa metodologia de aferição não considera o que foi definido pela Constituição Federal como sendo a totalidade das receitas que estão vinculados à previdência. Segundo, porque, o governo federal, não gera

⁶⁰ Dados do Governo Federal, Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional, “Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Geral da Previdência Social - 2005 a 2039”, com fonte no Ministério da Previdência Social/SPS.

demonstrativos financeiros e contábeis específicos do orçamento da seguridade social e, por conseqüência, impede que se possa constatar que o sistema, ao contrário do que usualmente se divulga, gera um excedente de recursos de magnitude expressiva, que é desviado para o orçamento fiscal e alocado em despesas de várias naturezas, deixando de atender às demandas urgentes por serviços de saúde e assistência social, bem como para a melhoria do próprio sistema de previdência social.

Dados retirados do fluxo de caixa do INSS e dos demonstrativos da execução orçamentária do governo federal expõem essa realidade, conforme ficou demonstrado no Capítulo 1. O excedente de recursos da previdência pode ser calculado a partir do superávit operacional do INSS. Não se tratou, aqui, de buscar uma metodologia que chegasse a um resultado favorável, mas de empregar corretamente os preceitos constitucionais e inserir a previdência no campo ao qual ela realmente pertence: o da seguridade social.

A organização dos dados de uma série histórica relativamente longa permitiu concluir que a previdência gerou superávit operacional durante onze dos dezesseis anos investigados. Mais particularmente, no período pós-1999, os resultados foram sempre positivos, com exceção do ano de 2003, o que, portanto, leva a crer que o sistema é financeiramente sustentável com recursos próprios.

Se o resultado da previdência pôde ser obtido de forma direta, utilizando-se o fluxo de caixa do INSS, o excedente da seguridade, entretanto, precisou ser investigado com demonstrativos apropriadamente construídos para isso, isolando os recursos do orçamento da seguridade social do orçamento geral da União, conforme ordenam os preceitos da Constituição de 1988. Constata-se,

do confronto entre receitas e despesas, que o sistema de seguridade social foi superavitário ao longo de todos os anos do período 1995–2005, tendo o excedente de recursos se elevado de R\$ 4,3 bilhões, em 1995, para R\$ 58,1 bilhões, em 2005 (Tabelas 3 e 4). Esse resultado financeiro demonstrou, de um lado, uma vigorosa capacidade de geração de receitas, mesmo em fase de reduzido crescimento e, de outro lado, uma baixa aplicação de recursos no interior do sistema de seguridade social. Uma parte significativa dos recursos é desviada, sistematicamente, para fora do sistema. Entre 1995 e 2005, foram deslocados da seguridade R\$ 267 bilhões, dos quais R\$ 107 bilhões para além do limite permitido pelo mecanismo da DRU (Tabela 5). Verifica-se também que o desvio de recursos foi muito maior nos anos de 2004 e 2005 do que em períodos anteriores – de R\$ 20,8 bilhões e R\$ 26,5 bilhões, respectivamente.

Se a previdência dos servidores públicos (RPPS) for incorporada aos dados da seguridade social as conclusões não se modificam. Nos últimos sete anos as contribuições de trabalhadores do setor privado, empregadores e servidores públicos superaram os gastos com previdência social (pública e privada), saúde e assistência social da esfera federal, produzindo excedente de recursos deslocados para despesas do orçamento fiscal (conforme Tabela 6). Em 2004, a título de exemplo, o excesso de receitas totalizou R\$ 18,3 bilhões e, em 2005, R\$ 19,9 bilhões.

As informações conduzem a uma conclusão óbvia: o sistema de seguridade social apresenta receitas que têm bases amplas e diversificadas e é financeiramente sustentável, apresentando grande potencial para a expansão de gastos sociais. Não há qualquer sintoma de crise na seguridade social e nem na

previdência, a revelia do que é amplamente divulgado pela visão liberal-conservadora dominante.

A partir dessa constatação dos dados estatísticos da seguridade a questão central passou a ser qual o destino que foi reservado aos recursos excedentes pelo governo federal. A resposta veio após um amplo levantamento no SIAFI sobre os relatórios de Acompanhamento da Execução Orçamentária da União. Grande parte dos recursos é legalmente desvinculada pelo mecanismo da DRU e livremente empregada no orçamento fiscal, financiando vários tipos de despesas, inclusive juros e amortização da dívida pública. Outra parte destina-se, de forma ilegítima, ao pagamento de aposentadorias e pensões do regime próprio dos servidores públicos, que é atribuição do Tesouro Nacional e não do INSS. E, por fim e mais grave, uma parte dos recursos da seguridade social não recebe nenhum tipo de aplicação que possa ser constatada através dos relatórios de execução orçamentária, ou seja, é “esterilizada” pelo Tesouro Nacional.

Essa forma, muito pouco conhecida do público em geral, de tratamento dos dados orçamentários vem dando suporte a um permanente estado de reivindicação por reforma no sistema de previdência social, sempre avaliado como financeiramente insolvente. Para uma compreensão mais profunda do que ocorre, hoje, com o sistema de previdência social é preciso analisá-lo de forma ampla, enfocando não apenas a sua dimensão financeira, privilegiada na presente pesquisa, mas também demográfica e institucional. Os Capítulos 2 e 3 procuraram mostrar a evolução do sistema previdenciário brasileiro expondo, através de um relato breve, os aspectos institucionais da delimitação desse problema. O Capítulo 4 ocupou-se em estabelecer os laços entre a política econômica e os mecanismos

de esvaziamento financeiro da seguridade social e é precisamente neste campo da análise que está a explicação para este fenómeno orçamentário-financeiro de desvio de receitas próprias da seguridade.

Conforme se constatou nesta pesquisa, a política econômica que foi praticada nos anos 1990-2000 está estreitamente vinculada a um novo cenário de inserção do país na economia mundial que implicou numa mudança de gestão monetária e fiscal da economia nacional. As reformas que então foram promovidas – abertura comercial, liberalização financeira, privatização, reforma tributária e reforma da previdência – e a forma de controle da inflação deram margem a um intenso processo de acumulação financeira patrocinado pelo Estado. A política de juros elevados tornou-se a principal estratégia para, num primeiro momento, pós-1994, atrair capitais externos, permitir o ajuste do balanço de pagamentos, assegurar a manutenção da âncora cambial e, posteriormente, contornar as crises cambiais. Numa segunda etapa, depois da mudança do regime cambial em 1999, a política de juros altos passou a ser justificada como o principal mecanismo de controle da inflação através do uso de metas inflacionárias. A consequência mais imediata foi a crise fiscal que surgiu do emprego da drástica política monetária por um longo período que já dura mais de uma década.

As alterações na trajetória da economia brasileira delineadas pelo Plano Real condicionaram as ações na área fiscal. O rigor da política monetária transformou os títulos públicos no ativo mais atraente por oferecer alta rentabilidade e liquidez. A geração de superávit primário passou a ser vista como o mecanismo através do qual é transmitida confiança ao mercado da situação de solvência do governo. Isso implicava em que a política fiscal funcionasse como

guardiã das expectativas de rentabilidade dos capitais investidos em títulos da dívida pública remunerados a taxas de juros altas. A relação dívida/PIB tornou-se o indicador tomado como referência para fornecer uma visão do comportamento futuro da situação fiscal e, a queda desse indicador, condição prévia para a redução dos juros e para a retomada do crescimento. Para levar a economia a produzir esse resultado houve um grande sacrifício fiscal: de um lado, uma forte ampliação da carga tributária e, de outro, a contenção de despesas, especialmente de investimentos públicos e de gastos sociais.

É nesse contexto que os recursos da seguridade, fartos, regulares e não fiscalizados em sua aplicação são desviados para despesas do orçamento fiscal em proporções superiores aos limites legalmente permitidos pela desvinculação das receitas da União (DRU). Dirigem-se para reparar o desequilíbrio do orçamento fiscal provocado pelos gastos financeiros com o serviço da dívida. É, portanto, uma política de negar recursos à saúde, assistência social e previdência, em favor da acumulação financeira.

A política fiscal como um todo tornou-se um subproduto da forma de integração (subordinada) da economia nacional às finanças globais, enquanto o manejo das políticas de câmbio e de juros se mostra autônomo, independente, sobredeterminando todas as demais políticas públicas, fiscal e social. A instabilidade das variáveis câmbio e juros, decorrentes da estratégia de integração internacional, não permite que a política fiscal se liberte do dilema em que mergulhou. A estabilidade do quadro fiscal é uma promessa nunca cumprida. Apesar de toda austeridade imposta à sociedade pelo regime fiscal, os gastos financeiros continuam muito elevados (mais elevados agora que no passado), a

carga tributária permanece em ascensão e a dívida pública não desce aos patamares prometidos.

Os segmentos do mercado que se beneficiam com o resultado da política econômica de juros altos e com o falso discurso de falência da previdência social – bancos, seus fundos de previdência privada e seguradoras, assim como os outros grandes proprietários de títulos públicos pessoas físicas e empresas não-financeiras, com recursos investidos em fundos de investimento financeiro – se voltam para a defesa da política fiscal restritiva, que reduz as despesas correntes do governo federal, entre elas os gastos com a seguridade (com alvo na previdência), reservando grande parte dos recursos orçamentários para a acumulação financeira. Em momentos de instabilidade e de reversão das expectativas esse problema se agrava, porque o governo é pressionado a atuar como ofertante de *hedge* contra as incertezas do futuro no mercado financeiro.

Esse é o papel que hoje exerce a dívida pública: ser um instrumento privilegiado (líquido e sem risco) da acumulação financeira, que não pode prescindir do desmonte do Estado, do desvio de recursos da área social e da precarização dos serviços públicos em geral.

Essa forma de condução da política econômica tem atingido negativamente as variáveis que determinam a receita do sistema previdenciário – a taxa de crescimento do produto, o nível de ocupação, o emprego formal e massa de rendimento dos assalariados. Prejudicou, entretanto, apenas parcialmente o conjunto das receitas vinculadas ao sistema previdenciário. A diversificação das fontes de recursos que compõem sua receita foi decisiva para proporcionar uma arrecadação crescente em termos reais e como proporção do PIB, particularmente

daquela proveniente da incidência sobre o faturamento, evitando a deterioração financeira do sistema.

A constatação, no entanto, de que há um superávit financeiro com a adoção do critério das múltiplas fontes de receitas da seguridade social não significa dizer que não há problemas a resolver na previdência. O principal deles diz respeito à implantação de políticas de inclusão de segmentos da população que não contribuem e não recebem proteção previdenciária, estimados em 45,2 milhões de pessoas pela PNAD de 2004. Essas políticas aumentariam a base de arrecadação, embora também elevassem os gastos, mas diminuiriam a fragilidade social a que esses segmentos estão submetidos e preveniriam o crescimento de gastos assistenciais no futuro. Essa é a questão decisiva a ser enfrentada. Alguns passos foram dados nessa direção recentemente, mas as resistências são grandes. Só através da inclusão desse grande contingente populacional é que o sistema poderá efetivamente cumprir o seu papel de proporcionar proteção social ampla, prevenindo o empobrecimento progressivo e amenizando as desigualdades sociais.

O bom desempenho financeiro da previdência não implica também em concluir que o sistema não necessite de reformas no âmbito gerencial que se traduzam em esforços para reduzir fraudes e sonegação, incentivar a filiação, melhorar os serviços de atendimento, recuperar crédito e racionalizar gastos administrativos. São igualmente relevantes as medidas que visem dar maior progressividade na tributação dos salários e seletividade na tributação dos diferentes setores produtivos. São todas medidas imprescindíveis. A conclusão mais relevante deste trabalho, entretanto, é a constatação de que as reformas *não*

se justificam por motivo de déficit previdenciário e, conseqüentemente, não há necessidade de implantar reformas que impliquem na substituição parcial ou total do sistema público ou em sua aproximação com um sistema de capitalização através de corte de direitos, redução no valor de aposentadorias, maior dificuldade de acesso aos benefícios e elevação da tributação. A direção da reforma deve ser a de levantar fundos suficientes para tornar o sistema mais inclusivo e auto-sustentável no futuro, o que depende primordialmente da mudança de rumo da política econômica que derive de um novo padrão de desenvolvimento para o país, pois é o crescimento dos níveis de produção para patamares mais elevados que os atuais que fará aumentar o nível de ocupação em empregos formais e ampliará a massa de rendimento dos assalariados, permitindo, assim, expandir o nível de receita da previdência pela incorporação de maior número de contribuintes.

O problema demográfico de envelhecimento da população, sempre levantado como um ponto de estrangulamento do sistema, embora real, não tem a gravidade que lhe é atribuído e não representa uma justificativa suficientemente forte para a realização de reformas radicais “preventivas”, pois conforme demonstram vários estudos científicos apontados por Andrade (1999), a configuração das tendências demográficas da população brasileira, até pelo menos a segunda década deste século, podem ser consideradas como extremamente favoráveis.⁶¹ Os problemas neste campo, portanto, podem ser contornados com planejamento e com crescimento econômico.

⁶¹ Entre 1995 e 2020, o crescimento da proporção da população idosa é ainda inferior ao declínio da participação da população jovem. Até 2020, o aumento relativo na participação dos idosos

Por fim, cabe dizer que, não obstante os determinantes externos, que são os que efetivamente limitam a seguridade social, ainda persiste, no interior da Constituição Federal, um sistema de proteção social complexo e bem acabado, mesmo após várias reformas. A manutenção desse arcabouço jurídico da seguridade social permite sustentar um processo de defesa e reerguimento desse sistema com o objetivo de dar-lhe conteúdo prático. Situar a previdência no âmbito da seguridade social é fundamental para reconhecer que ela é mais que um seguro individual: é, antes de tudo, uma política social integrante de um sistema de proteção social. Dadas as circunstâncias políticas, ideológicas e institucionais do momento, esse processo, entretanto, só será efetivado sob tensões muito maiores que as do passado. Fazer vigorar os direitos da cidadania implica em que o pacto social que está por trás do sistema previdenciário se torne efetivo. Pactos sociais, entretanto, são quase sempre efetuados sobre circunstâncias extremas. As formas de proteção social foram historicamente arquitetadas para atenuar os conflitos sociais e políticos decorrentes dos efeitos devastadores do capitalismo e assegurar o controle da acumulação. As condições sociais da atualidade de desigualdade, pobreza e desemprego, já contêm a dramaticidade necessária para que o Estado intervenha na direção da redução das inquietações sociais, restabelecendo o contrato social de 1988.

atingiria seu limite. A partir de 2030, as taxas de crescimento da população idosa passariam a declinar. Assim, conclui Andrade, a manifestação da tendência universal ao envelhecimento, não só ainda não caracteriza o perfil demográfico brasileiro, como estaríamos vivendo a *fase de ouro* da transição demográfica, momento em que o peso relativo da população infantil decresce rapidamente, o da população idosa ainda não é tão elevado e o da população em idade ativa está em franco crescimento. Estaria, assim, colocada para a sociedade brasileira a prerrogativa histórica de buscar solução adequada para o futuro (ANDRADE, 1999).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eli Iôla Gurgel. **(Dês)Equilíbrio da Previdência Social Brasileira 1945 – 1997**. Tese de doutorado – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas FACE/UFMG, Departamento de Demografia, 1999.

_____. Pontos Críticos na Nova Reforma da Previdência. In: MORHY, Lauro (Org.) **Reforma da Previdência em Questão**. Brasília : Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro, Editora Universidade de Brasília, 2003.

ARAÚJO, Odília Sousa (2004). **A reforma da previdência social brasileira no contexto das reformas do Estado: 1988 a 1998**. Natal, EDUFRN-Editora da UFRN, 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ANFIP). **Análise da Seguridade Social em 2004**. Brasília, abril de 2005. Disponível em www.anfip.org.br.

_____. **Análise da Seguridade Social em 2005**. Brasília, abril de 2006.

AVELLAR, Ana Paula M. **Dívida Mobiliária Federal na Abertura Financeira dos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, UNICAMP, 2001.

BACHA, Edmar L. O Fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 14, nº 1(53), janeiro-março, pp. 5-17, 1994.

_____. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE (Org.) **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas, UNICAMP.IE, 1998.

BANCO CENTRAL. **Boletim do Banco Central do Brasil, Relatório Anual**, Brasília, 2004.

BARROCAL, André. Mudança na divulgação de balanço levanta especulações. **Carta Maior**, 27.06.2006. www.cartamaior.com.br.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. BC: cavalo de Tróia? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13.10.2005a.

_____. O Presidente e os juro. **Agência Carta Maior**, 5 de maio, 2005b.

_____. Insistindo no Erro. **Agência Carta Maior**, 21 de abril, 2005c.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. Prefácio. In: CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

BEVERIDGE, Sir William. **O Plano Beveridge: relatório sobre o seguro social e serviços afins**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BOSCHETTI, Ivanete. A “reforma” da previdência e a seguridade social brasileira. In: MORHY, Lauro (Org.) **Reforma da Previdência em Questão**. Brasília : Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro, Editora Universidade de Brasília, 2003.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CARVALHO, Carlos Eduardo. Dívida Pública: um debate necessário. In: SICSÚ, João, PAULA, Luiz Fernando, MICHEL, Renaut (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. *The Changing Role and Strategies of the IMF and the Perspectives for the Emerging Countries*. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 20, nº 1 (77), January-March, 2000.

_____. **Oito mitos do debate em torno da política macroeconômica brasileira**. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2003 (mimeo).

CARVALHO FILHO, Celecino de. A Previdência Social Brasileira é Viável? **Revista de Previdência Funcional**, nº 5, dezembro, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, Vozes, 1998.

CASTRO, Antonio Barros de. Estabilizar e crescer: o paradoxo do desajuste na estabilidade. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. (coord.)...[et.al.] **O Real e o futuro da Economia**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1995.

CASTRO, J. A. de et al. Análise da Evolução e Dinâmica do Gasto Social Federal: 1995 – 2001. **Texto para Discussão**, nº 988, Brasília, DF : IPEA, out. 2002.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Laços da diversidade – A Europa social e o welfare em movimento (1992-2002). Tese de doutoramento – Instituto de Economia da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL. Governo Federal. Nota Técnica. **Impactos Fiscais do Salário Mínimo**, setembro, 2005.

EATWELL, John. A Anatomia da “crise” da Previdência. **Revista Econômica**, Universidade Federal Fluminense, v. 4, n. 2, dezembro, 2002.

EDUARDO, I.; EDUARDO, J.; TEIXEIRA, A. **Curso de direito previdenciário: teoria, jurisprudência e mais de 900 questões**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2006.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, n. 35, 1995.

_____. Uma perspectiva transatlântica da política de privatização latino-americana. In: COELHO, V. S. (Org.). **A reforma da previdência social na América Latina**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2003, p. 13-26.

FLORA, Peter, HEIDENHEIMER, Arnold. **The Development of Welfare States in Europe and América**. New Brunswick, USA and London, U. K., Transaction Publishers, 2003.

FRANCO, Gustavo H. B. **O Plano Real e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade**. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP - Instituto de Economia, 2005a.

_____. Déficit nominal zero: a proteção social na marca do pênalti. **Carta Social e do Trabalho** - Ajuste Fiscal e Política Social. Campinas, UNICAMP - CESIT, setembro a dezembro, 2005b.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J.L. (org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 2000.

GENTIL, Denise Lobato. Avaliação dos Indicadores da Carga Tributária no Brasil – 1990 – 2003. **Revista de Administração Municipal**, IBAM, nº 254, julho/agosto, Rio de Janeiro, 2005.

_____. A falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil. Seminários LEMA, setembro, 2005. Disponível em <http://www.marxismo.com.br>.

Governo desvia verba da previdência. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11.04.2005.

GIAMBIAGI, Fabio, MENDONÇA, João Luis de O., BELTRÃO, Kaizô I., ARDEO, Vagner L. Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar? **Texto para Discussão**, IPEA, Rio de Janeiro, nº 1050, outubro, 2004.

GOVERNO FEDERAL. **Carta de Brasília**. Brasília, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1992.

HERMANN, Jennifer. **Liberalização e crises financeiras: o debate teórico e a experiência brasileira nos anos 1990**. Tese de doutorado – Instituto de Economia (IE) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2002a.

_____. A Macroeconomia da dívida pública: notas sobre o debate teórico e a experiência brasileira recente (1999 – 2002). In: Dilemas da Dívida. **Cadernos Adenauer** III, n. 4. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002b, p. 41-70.

ITOKAZU, Fernando. Déficit da Previdência sobe 11% em 2005 (entrevista com Raul Velloso). **Jornal Folha de São Paulo**, 19. 01. 2006, p. B5.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, **Lei de Responsabilidade Fiscal**, 4 de maio de 2000.

LOPREATO, Francisco Luiz C. Novos Tempos – Política Fiscal e Condicionais pós-80. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 8(1): 125-154, jan./jun., p. 125 – 154, 2004.

_____. Política Fiscal: mudanças e perspectivas. **Política Econômica em Foco**, Campinas, IE/UNICAMP, n. 7, nov.2005/abr.2006.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Difel, vol. I, 1982.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MATIJASCIC, Milko. **Crise e reformas do complexo previdenciário no Brasil**. Tese de doutoramento. Campinas, UNICAMP - Instituto de Economia, 2002.

_____. Previdência, crise fiscal e questão social no Brasil: notas introdutórias In: MORHY, Lauro (Org.) **Reforma da Previdência em Questão**. Brasília : Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro, Editora Universidade de Brasília, 2003.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Distribuição de Renda como Política de Desenvolvimento**. Texto preparado para a mesa de Políticas de Distribuição de Renda como parte do programa de debates comemorativos dos 50 anos do BNDES, setembro, 2002.

MELIN, Luiz Eduardo e SERRANO, Franklin. **Mitos e Vodu na Política Fiscal**. Disponível em <http://www.desempregozero.org.br>. Acesso em julho 2005.

MELLO, João Manuel Cardoso. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana – Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (Org.) **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MESA-LAGO, Carmelo. A reforma estrutural dos benefícios de seguridade social na América Latina: modelos, características, resultados e lições. In: COELHO, V. S. (Org.). **A reforma da previdência social na América Latina**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2003, p. 227-255.

MESA-LAGO, Carmelo e MÜLLER, Katharina. Política e reforma da previdência na América Latina. In: COELHO, V. S. (Org.). **A reforma da previdência social na América Latina**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2003, p. 27-63.

Mercado quer 3ª reforma da Previdência. **Jornal Folha de São Paulo**, Mercado Aberto, 6 de abril de 2006.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Memorando de Política Econômica – Anexo ao Acordo com o FMI**. 02.12.1998 (1ª versão) e 08.03.1999 (2ª versão).

_____. **Política Econômica e Reformas Estruturais**. Brasília, abril de 2003.

_____. **Estudos Tributários**. Receita Federal, Brasília, vários anos.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Panorama da Previdência Social Brasileira**. Brasília, março, 2004.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS). **Livro Branco da Previdência Social**. Brasília: MPAS/GM. Não paginado, 2002.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Diagnóstico da Previdência Social**, 2003.

_____. **Boletim Estatístico da Previdência Social** (vários anos). Disponível em <http://www.previdencia.gov.br>.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - Secretaria de Orçamento Federal - Assessoria Técnica. **Principais Vinculações das Receitas Federais**, 2003.

MODENESE, André de Melo. **Regimes monetários: teoria e a experiência do real**. Barueri, Manole, 2005.

OLIVEIRA, Moacyr Velloso Cardoso de. **A previdência social na futura Constituição**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, 1985.

PINHEIRO, Vinícius de Carvalho. Reforma da Previdência: uma perspectiva comparada. In: GIAMBIAGI, F.; REIS, J. G. e URANI, A. (Org.) **Reformas no Brasil: balanço e agenda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

POCHMANN, Marcio. Ajuste fiscal, desajuste social. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, CESIT/Instituto de Economia da Unicamp, n. 2, set/dez, 2005.

_____. Qualidade das ocupações no Brasil. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, CESIT/Instituto de Economia da Unicamp, n. 3, jan/abr., 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Sociedade. Desigualdade de renda e gastos sociais no Brasil: algumas evidências para o debate. **Revista Econômica**, v.5, n.1, Rio de Janeiro, junho, 2003, p. 71-82.

Reformas no setor vêm pela metade. **Jornal Folha de São Paulo**, sucursal de Brasília, 19. 01. 2006, p. B5.

SILVA, Sidney Jard. Balanço das Reformas Previdenciárias na América Latina. **Revista Autor**, janeiro, 2005.

SOARES, Laura Tavares. **Ajuste Neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, Vozes, 2001.

_____. Retomando o Debate da Reforma da Previdência Social. In: MORHY, Lauro (Org.) **Reforma da Previdência em Questão**. Brasília : Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro, Editora Universidade de Brasília, 2003.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Previdência Social Brasileira**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1995.

TAVARES, Marcelo Leonardo (Coord.); IBRAHIM, Fábio Z.; VIEIRA, Marco André. **Comentários à reforma da previdência**. Rio de Janeiro : Impetus, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia americana. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J. L. (Org.) **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997

TEIXEIRA, Aloísio. Do Seguro à Seguridade: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro. **Texto para Discussão**, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, nº 249, dezembro, 1990.

_____. **O ajuste impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

_____. “O império contra-ataca”: notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana. Campinas: **Economia e Sociedade**, Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, n. 15, dezembro, 2000.

_____. Prefácio. In: ARAÚJO, Odília Sousa de. **A Reforma da Previdência Social Brasileira no contexto das reformas do Estado: 1988 a 1998**. Natal, EDUFRN, Editora da UFRN, 2004.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. Estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Revan, UCAM, IUPERJ, 1998.

_____. Reforma da Previdência. **Seminário de Pesquisa**, Instituto de Economia – UFRJ. Rio de Janeiro, junho, 2003a.

_____. Reforma da Previdência: missão ou oportunidade perdida? In: MORHY, Lauro (Org.) **Reforma da Previdência em Questão**. Brasília : Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro, Editora Universidade de Brasília, 2003b.

WORLD BANK, **Averting the old age crisis: policies to protect the old and promote growth**. New York, Oxford university Press, 1994.

ANEXO 1

PROGRAMA	G LEI APÓS VETOS N (Dotação Inicial) D (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
Órgão: 01 CAMARA DOS DEPUTADOS							
082 PREVIDÊNCIA	1	3.300.000	3.300.000	0	790.676	790.676	23,96
Total		3.300.000	3.300.000	0	790.676	790.676	23,96
Órgão: 03 TRIB.CONTAS DA UNIÃO							
082 PREVIDÊNCIA	1	3.100.000	3.100.000	0	3.100.000	3.100.000	100,00
Total		3.100.000	3.100.000	0	3.100.000	3.100.000	100,00
Órgão: 10 SUPREMO TRIB.FEDERAL							
082 PREVIDÊNCIA	1	500.000	500.000	0	500.000	500.000	100,00
Total		500.000	500.000	0	500.000	500.000	100,00
Órgão: 13 JUSTIÇA MILITAR							
082 PREVIDÊNCIA	1	1.700.000	1.700.000	0	1.700.000	1.700.000	100,00
Total		1.700.000	1.700.000	0	1.700.000	1.700.000	100,00
Órgão: 15 JUSTIÇA DO TRABALHO							
082 PREVIDÊNCIA	1	2.600.000	2.600.000	0	2.519.733	2.519.733	96,91
Total		2.600.000	2.600.000	0	2.519.733	2.519.733	96,91
Órgão: 16 JUSTIÇA DF E TERRITORIOS							
082 PREVIDÊNCIA	1	2.400.000	2.400.000	0	2.400.000	2.400.000	100,00
Total		2.400.000	2.400.000	0	2.400.000	2.400.000	100,00
Órgão: 20 PRESIDENCIA REPUBLICA							
075 SAÚDE	3	240.000	240.000	0	240.000	240.000	100,00
Total		240.000	240.000	0	240.000	240.000	100,00
Órgão: 21 MIN. DA AERONAUTICA							
082 PREVIDÊNCIA	1	74.291.554	74.291.554	0	74.291.554	74.291.554	100,00
Total		74.291.554	74.291.554	0	74.291.554	74.291.554	100,00
Órgão: 22 MIN. DA AGRICULTURA							
081 ASSISTÊNCIA	1	648.785	648.785	0	648.276	648.276	99,92
081 ASSISTÊNCIA	3	4.285.575	4.285.575	0	1.905.066	1.905.066	44,45
082 PREVIDÊNCIA	1	26.800.000	26.800.000	0	26.789.849	26.789.849	99,96
Total		31.734.360	31.734.360	0	29.343.191	29.343.191	92,47
Órgão: 25 MIN. DA FAZENDA							
075 SAÚDE	3	2.603.000	2.603.000	0	2.380.493	2.380.493	91,45
082 PREVIDÊNCIA	1	138.098.976	138.098.976	0	136.910.709	136.910.709	99,14
Total		140.701.976	140.701.976	0	139.291.202	139.291.202	99,00
Órgão: 26 MIN. EDUCAÇÃO							
042 ENSINO FUNDAMENTAL	4	177.428.560	177.428.560	0	177.392.561	177.392.561	99,98
075 SAÚDE	1	8.421.537	8.421.537	0	8.421.160	8.421.160	100,00
082 PREVIDÊNCIA	1	86.798.088	86.798.088	0	84.779.417	84.779.417	97,67
Total		272.648.185	272.648.185	0	270.593.138	270.593.138	99,25
Órgão: 27 MIN. DO EXÉRCITO							
082 PREVIDÊNCIA	1	113.959.580	113.959.580	0	113.959.580	113.959.580	100,00
Total		113.959.580	113.959.580	0	113.959.580	113.959.580	100,00
Órgão: 30 MIN. DA JUSTIÇA							
082 PREVIDÊNCIA	1	48.000.000	48.000.000	0	47.681.367	47.681.367	99,34
Total		48.000.000	48.000.000	0	47.681.367	47.681.367	99,34
Órgão: 31 MIN. DA MARINHA							
082 PREVIDÊNCIA	1	157.356.550	157.356.550	0	157.354.221	157.354.221	100,00

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Programa:
Subprograma:ProjAtiv:
SubProjSubativ:Fonte: 151
Gnd:Localidade:
UF:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1995

Fonte 151: CSLL

Acumulado até:

Dez/95

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROGRAMA	G N D	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
Total			157.356.550	157.356.550	0	157.354.221	157.354.221	100,00
Órgão: 33 MIN. DA PREVID.E ASSIST.SOCIAL								
007 ADMINISTRAÇÃO	1		136.743.000	136.743.000	0	741.116	741.116	0,54
081 ASSISTÊNCIA	3		92.809.620	92.809.620	0	69.640.674	69.640.674	75,04
082 PREVIDÊNCIA	1		560.929.964	560.929.964	0	4.512.456	4.512.456	0,80
Total			790.482.584	790.482.584	0	74.894.246	74.894.246	9,47
Órgão: 36 MIN. DA SAÚDE								
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	6		1.402.000.000	1.402.000.000	0	701.000.000	701.000.000	50,00
041 EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	3	57.600.000	-16.702.100	40.897.900	0	18.961.219	18.961.219	46,36
075 SAÚDE	1		526.683.664	526.683.664	0	276.449.192	276.449.192	52,49
075 SAÚDE	3	3.326.725.576	-308.726.998	3.017.998.578	783.564	1.490.108.311	1.490.108.311	49,37
075 SAÚDE	4	602.858.938	-251.210.510	351.648.428	1.564.458	185.037.846	185.037.846	52,62
075 SAÚDE	5	1.205.066	-1.196.000	9.066	3.066	1.974	1.974	21,77
075 SAÚDE	7	4.087.298	-3.684.000	403.298	0	140.000	140.000	34,71
076 SANEAMENTO	4		143.000	143.000	0	142.914	142.914	99,94
078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	3	313.283.499	-66.400.000	246.883.499	252.906	144.868.532	144.868.532	58,68
082 PREVIDÊNCIA	1		389.717.579	389.717.579	0	201.639.466	201.639.466	51,74
084 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV	3	3.406.636	0	3.406.636	0	3.406.636	3.406.636	100,00
Total		4.309.167.013	1.670.624.635	5.979.791.648	2.603.994	3.021.756.090	3.021.756.090	50,53
Órgão: 38 MIN. DO TRABALHO								
082 PREVIDÊNCIA	1		11.550.800	11.550.800	0	11.462.158	11.462.158	99,23
Total			11.550.800	11.550.800	0	11.462.158	11.462.158	99,23
Órgão: 39 MIN. DOS TRANSPORTES								
082 PREVIDÊNCIA	1		26.350.000	26.350.000	0	24.764.417	24.764.417	93,98
Total			26.350.000	26.350.000	0	24.764.417	24.764.417	93,98
Órgão: 42 MIN. DA CULTURA								
082 PREVIDÊNCIA	1		876.775	876.775	0	876.775	876.775	100,00
Total			876.775	876.775	0	876.775	876.775	100,00
Órgão: 44 MIN. M.AMB.REC.HID.AMAZ.LEG								
082 PREVIDÊNCIA	1		3.281.200	3.281.200	0	3.281.200	3.281.200	100,00
Total			3.281.200	3.281.200	0	3.281.200	3.281.200	100,00
Órgão: 47 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO								
081 ASSISTÊNCIA	4		69.110.107	69.110.107	0	68.847.117	68.847.117	99,62
Total			69.110.107	69.110.107	0	68.847.117	68.847.117	99,62
Órgão: 90 RESERVA DE CONTINGENCIA								
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8	1.184.889.600	-1.183.352.309	1.537.291	-40.000.000	0		
Total		1.184.889.600	-1.183.352.309	1.537.291	-40.000.000	0		
Total		5.494.056.613	2.241.455.997	7.735.512.610	-37.396.006	4.849.646.665	4.849.646.665	52,35

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade:
 UO: Função: Subprograma: SubProjSubativ: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: CD/Assessoria de Orçamento e PRODASEN (RelDespesas Totais por Orgao/Programa/Gnd) Emissão: 11/5/2006 14:10:5 Pág. 2 de 2

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1995
Fonte 153: COFINS

Acumulado até: Dez/95
Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

248

PROGRAMA		G LEI APÓS VETOS N (Dotação Inicial) D (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
Órgão: 20 PRESIDENCIA REPUBLICA								
082 PREVIDÊNCIA		1	1.834.902	0	1.834.902	0	1.825.642	99,50
Total			1.834.902	0	1.834.902	0	1.825.642	99,50
Órgão: 21 MIN. DA AERONAUTICA								
082 PREVIDÊNCIA		1	75.646.933	0	75.646.933	0	75.646.933	100,00
Total			75.646.933	0	75.646.933	0	75.646.933	100,00
Órgão: 22 MIN. DA AGRICULTURA								
082 PREVIDÊNCIA		1	26.442.763	15.944.298	42.387.061	0	41.741.425	98,48
Total			26.442.763	15.944.298	42.387.061	0	41.741.425	98,48
Órgão: 23 MIN. BEM-ESTAR SOCIAL								
007 ADMINISTRAÇÃO		1	117.853.151	-581.000	117.272.151	0	74.096.582	63,18
007 ADMINISTRAÇÃO		3	22.142.461	-5.345.050	16.797.411	0	3.875.681	23,07
007 ADMINISTRAÇÃO		4	2.076.480	-960.000	1.116.480	0	0	
041 EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS		3	2.729.792	0	2.729.792	0	817.600	29,95
078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		3	10.966.714	0	10.966.714	0	3.519.226	32,09
081 ASSISTÊNCIA		3	190.486.253	-32.928.464	157.557.789	271.597	86.987.123	55,21
084 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV		3	742.800	0	742.800	0	301.800	40,63
Total			346.997.651	-39.814.514	307.183.137	271.597	169.598.012	55,21
Órgão: 24 MIN. DA CIENCIA TECNOLOGIA								
082 PREVIDÊNCIA		1	1.611.287	2.015.556	3.626.843	0	2.108.368	58,13
Total			1.611.287	2.015.556	3.626.843	0	2.108.368	58,13
Órgão: 25 MIN. DA FAZENDA								
082 PREVIDÊNCIA		1	92.920.046	0	92.920.046	0	89.539.241	96,36
Total			92.920.046	0	92.920.046	0	89.539.241	96,36
Órgão: 26 MIN. EDUCAÇÃO								
075 SAÚDE		3	374.880	300.000.000	300.374.880	0	283.810.761	94,49
082 PREVIDÊNCIA		1		76.441.480	76.441.480	0	71.703.900	93,80
Total			374.880	376.441.480	376.816.360	0	355.514.661	94,35
Órgão: 27 MIN. DO EXÉRCITO								
082 PREVIDÊNCIA		1	237.527.800	270.090.624	507.618.424	0	507.618.424	100,00
Total			237.527.800	270.090.624	507.618.424	0	507.618.424	100,00
Órgão: 28 MIN. DA INDUSTRIA E COMERCIO								
082 PREVIDÊNCIA		1	668.320	163.736	832.056	0	791.983	95,18
Total			668.320	163.736	832.056	0	791.983	95,18
Órgão: 30 MIN. DA JUSTIÇA								
082 PREVIDÊNCIA		1	22.225.831	9.014.889	31.240.720	0	31.226.393	99,95
Total			22.225.831	9.014.889	31.240.720	0	31.226.393	99,95
Órgão: 31 MIN. DA MARINHA								
082 PREVIDÊNCIA		1	109.817.306	0	109.817.306	0	109.817.306	100,00
Total			109.817.306	0	109.817.306	0	109.817.306	100,00
Órgão: 32 MIN. DAS MINAS E ENERGIA								
082 PREVIDÊNCIA		1	2.397.766	-1.057.449	1.340.317	0	1.308.716	97,64
Total			2.397.766	-1.057.449	1.340.317	0	1.308.716	97,64
Órgão: 33 MIN. DA PREVID.E ASSIST.SOCIAL								
007 ADMINISTRAÇÃO		1	2.103.312.218	299.912.884	2.403.225.102	-2.189.000	38.670.460	1,61
007 ADMINISTRAÇÃO		3	389.403.072	-163.600.000	225.803.072	0	6.076.337	2,69
007 ADMINISTRAÇÃO		4		-1.100.000	-1.100.000	0	973	-0,09
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		1	29.454.314	-6.600.000	22.854.314	0	0	

CRITÉRIOS	Órgão:	Setor:	Programa:	ProjAtiv:	Fonte: 153	Localidade:
SELECIONADOS:	UO:	Função:	Subprograma:	SubProjSubativ:	Gnd:	UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: CD/Assessoria de Orçamento e PRODASEN (RelDespesas Totais por Orgao/Programa/Gnd) Emissão: 11/5/2006 14:04:1 Pág. 1 de 3

PROGRAMA	G N D	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	3	74.034.052	-38.093.598	35.940.454	0	0		
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	1	960.802	-180.802	780.000	0	0		
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	3	21.393.950	-294.790	21.099.160	0	0		
041 EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	3	50.220.590	-15.954.580	34.266.010	0	1.300.000	1.300.000	3,79
075 SAÚDE	3	9.575.076	-1.240.000	8.335.076	0	0		
078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	3	132.462.876	-18.638.524	113.824.352	0	2.579.264	2.579.264	2,27
081 ASSISTÊNCIA	3	34.183.670	183.000.000	217.183.670	2.376	63.788.733	63.788.733	29,37
081 ASSISTÊNCIA	4		128.000.000	128.000.000	0	0		
082 PREVIDÊNCIA	1	431.162.686	393.971.280	825.133.966	0	11.911.862	11.911.862	1,44
082 PREVIDÊNCIA	3	2.647.434.840	-1.644.708.134	1.002.726.706	0	0		
082 PREVIDÊNCIA	4	15.423.408	0	15.423.408	0	0		
084 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV	3		1.100.000	1.100.000	0	802.713	802.713	72,97
Total		5.939.021.554	-884.426.264	5.054.595.290	-2.186.624	125.130.342	125.130.342	2,48

Órgão: 35 MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES

082 PREVIDÊNCIA	1	3.095.196	0	3.095.196	0	3.093.949	3.093.949	99,96
Total		3.095.196	0	3.095.196	0	3.093.949	3.093.949	99,96

Órgão: 36 MIN. DA SAÚDE

041 EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	3	6.149.226	-300.000	5.849.226	0	5.704.484	5.704.484	97,53
075 SAÚDE	1	1.684.443.526	302.265.342	1.986.708.868	0	984.916.018	984.916.018	49,58
075 SAÚDE	3	12.228.892.945	-313.466.273	11.915.426.672	-2.997.500	5.970.949.185	5.970.949.185	50,11
075 SAÚDE	4	140.780.833	-21.691.831	119.089.002	0	99.535.317	99.535.317	83,58
075 SAÚDE	5	20.618.230	-10.100.000	10.518.230	0	5.207.296	5.207.296	49,51
076 SANEAMENTO	3	7.812.720	-3.207.043	4.605.677	0	2.254.267	2.254.267	48,95
076 SANEAMENTO	4	80.986.754	-7.119.761	73.866.993	65.733	61.327.175	61.327.175	83,02
078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	3	5.676.480	-759.000	4.917.480	0	4.682.850	4.682.850	95,23
082 PREVIDÊNCIA	1	125.014.557	51.880.794	176.895.351	0	148.939.349	148.939.349	84,20
084 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV	3	849.600	-120.000	729.600	0	722.482	722.482	99,02
Total		14.301.224.871	-2.617.772	14.298.607.099	-2.931.767	7.284.238.423	7.284.238.423	50,94

Órgão: 38 MIN. DO TRABALHO

082 PREVIDÊNCIA	1	22.330.658	6.300.000	28.630.658	0	28.293.486	28.293.486	98,82
Total		22.330.658	6.300.000	28.630.658	0	28.293.486	28.293.486	98,82

Órgão: 39 MIN. DOS TRANSPORTES

082 PREVIDÊNCIA	1	57.314.650	0	57.314.650	0	56.902.499	56.902.499	99,28
Total		57.314.650	0	57.314.650	0	56.902.499	56.902.499	99,28

Órgão: 41 MIN. DAS COMUNICAÇÕES

082 PREVIDÊNCIA	1	21.234.557	17.500.000	38.734.557	0	35.094.835	35.094.835	90,60
Total		21.234.557	17.500.000	38.734.557	0	35.094.835	35.094.835	90,60

Órgão: 42 MIN. DA CULTURA

082 PREVIDÊNCIA	1	1.060.730	0	1.060.730	0	1.060.730	1.060.730	100,00
Total		1.060.730	0	1.060.730	0	1.060.730	1.060.730	100,00

Órgão: 44 MIN. M.AMB.REC.HID.AMAZ.LEG

082 PREVIDÊNCIA	1	15.950.137	20.698.153	36.648.290	0	28.967.104	28.967.104	79,04
Total		15.950.137	20.698.153	36.648.290	0	28.967.104	28.967.104	79,04

Órgão: 46 MIN. ADM.FED.REF.ESTADO

082 PREVIDÊNCIA	1	44.840	0	44.840	0	41.649	41.649	92,88
Total		44.840	0	44.840	0	41.649	41.649	92,88

Órgão: 47 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO

082 PREVIDÊNCIA	1	12.191.153	3.483.702	15.674.855	0	15.466.076	15.466.076	98,67
Total		12.191.153	3.483.702	15.674.855	0	15.466.076	15.466.076	98,67

Órgão: 73 TRF. EST., DF E MUN.

082 PREVIDÊNCIA	1		10.347.000	10.347.000	0	10.347.000	10.347.000	100,00
-----------------	---	--	------------	------------	---	------------	------------	--------

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Programa:
Subprograma:ProjAtiv:
SubProjSubativ:Fonte: 153
Gnd:Localidade:
UF:

PROGRAMA	G L E I A PÓS VETOS N (Dotação Inicial) D (A)	CRÉD. ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C) = (A) + (B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
Total		10.347.000	10.347.000	0	10.347.000	10.347.000	100,00
Total	21.291.933.831	-195.916.561	21.096.017.270	-4.846.794	8.975.373.197	8.975.373.197	42,55

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Programa:
Subprograma:Proj. Ativ.:
Subproj. Subativ.:Fonte: 153
Gnd:Localidade:
UF:

PROGRAMA	G N D	LEI APÓS VETOS (Dot. Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
Órgão: 20 PRESIDENCIA DA REPUBLIC								
075 SAÚDE	1		1.220.000	1.220.000	0	1.209.710	1.209.710	99,16
082 PREVIDÊNCIA	1		885.900	885.900	0	651.498	651.498	73,54
Total			2.105.900	2.105.900	0	1.861.208	1.861.208	88,38
Órgão: 22 MIN.AGRIC.E REF.AGRARIA								
081 ASSISTÊNCIA	3	47.895.844	-29.598.622	18.297.222	401.378	5.910.175	5.889.520	32,19
Total		47.895.844	-29.598.622	18.297.222	401.378	5.910.175	5.889.520	32,19
Órgão: 25 MIN.DA FAZENDA								
082 PREVIDÊNCIA	1		231.000.000	231.000.000	0	230.646.361	230.646.361	99,85
Total			231.000.000	231.000.000	0	230.646.361	230.646.361	99,85
Órgão: 26 MIN.EDUCAÇÃO E DESPORTO								
082 PREVIDÊNCIA	1		250.000.000	250.000.000	0	248.965.576	248.965.576	99,59
Total			250.000.000	250.000.000	0	248.965.576	248.965.576	99,59
Órgão: 27 MINISTERIO DO EXERCITO								
082 PREVIDÊNCIA	1	739.322.578	0	739.322.578	0	739.322.578	739.322.578	100,00
Total		739.322.578	0	739.322.578	0	739.322.578	739.322.578	100,00
Órgão: 30 MIN.DA JUSTIÇA								
082 PREVIDÊNCIA	1		22.000.000	22.000.000	0	21.899.971	21.899.971	99,55
Total			22.000.000	22.000.000	0	21.899.971	21.899.971	99,55
Órgão: 33 MIN.DA PREVID.SOCIAL								
081 ASSISTÊNCIA	4	100.000	0	100.000	42.000	58.000	58.000	58,00
Total		100.000	0	100.000	42.000	58.000	58.000	58,00
Órgão: 36 MIN.DA SAUDE								
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2		9.000.000	9.000.000	0	9.000.000	9.000.000	100,00
041 EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	3	8.648.450	0	8.648.450	0	8.391.483	8.391.483	97,03
075 SAÚDE	3	2.340.394.477	674.674.973	3.015.069.450	63.848.932	2.834.456.190	2.834.455.588	94,01
075 SAÚDE	4	70.330.659	-3.337.118	66.993.541	19.064.634	21.121.845	21.121.845	31,53
075 SAÚDE	5	10.132.027	0	10.132.027	48.203	7.589.073	7.589.073	74,90
075 SAÚDE	7	1.814.750	-1.587.628	227.122	-7.628	0		
076 SANEAMENTO	3	8.477.375	0	8.477.375	0	2.424.778	2.424.778	28,60
076 SANEAMENTO	4	2.767.430	880.000	3.647.430	1.014.024	778.342	778.342	21,34
078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	3	119.044.728	-11.630.227	107.414.501	3.110.000	86.567.709	86.567.709	80,59
084 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV	3	2.826.016	0	2.826.016	0	2.821.943	2.821.943	99,86
Total		2.564.435.912	668.000.000	3.232.435.912	87.078.165	2.973.151.363	2.973.150.761	91,98
Órgão: 47 MIN.DO PLANEJ.ORÇAMENTO								
076 SANEAMENTO	4	265.607.258	0	265.607.258	91.404.470	172.929.232	172.929.232	65,11
081 ASSISTÊNCIA	3		13.000.000	13.000.000	0	13.000.000	13.000.000	100,00
081 ASSISTÊNCIA	4	6.000.000	14.252.376	20.252.376	0	20.252.376	20.252.376	100,00
Total		271.607.258	27.252.376	298.859.634	91.404.470	206.181.608	206.181.608	68,99
Órgão: 90 RESERVA DE CONTINGENCIA								
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8	2.114.430.352	-1.178.358.276	936.072.076	548.894.100	0		
Total		2.114.430.352	-1.178.358.276	936.072.076	548.894.100	0		
Total		5.737.791.944	-7.598.622	5.730.193.322	727.820.113	4.427.996.840	4.427.975.583	77,27

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: UO: Setor: Função: Programa: Subprograma: ProjAtiv: SubProjSubativ: Fonte: 151 Gnd: Localidade: UF:

PROGRAMA	G N D	LEI APÓS VETOS (Dot. Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. * REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
Órgão: 20 PRESIDENCIA DA REPUBLIC								
082 PREVIDÊNCIA	1	7.295.420	0	7.295.420	0	7.266.357	7.266.357	99,60
Total		7.295.420	0	7.295.420	0	7.266.357	7.266.357	99,60
Órgão: 21 MIN.DA AERONAUTICA								
082 PREVIDÊNCIA	1	642.382.685	131.219.445	773.602.130	0	642.131.102	642.131.102	83,01
Total		642.382.685	131.219.445	773.602.130	0	642.131.102	642.131.102	83,01
Órgão: 24 MIN.CIENCIA E TECNOLOGI								
082 PREVIDÊNCIA	1	9.432.074	0	9.432.074	0	9.353.034	9.353.034	99,16
Total		9.432.074	0	9.432.074	0	9.353.034	9.353.034	99,16
Órgão: 25 MIN.DA FAZENDA								
082 PREVIDÊNCIA	1	280.059.575	174.000.000	454.059.575	0	452.688.603	452.677.094	99,70
Total		280.059.575	174.000.000	454.059.575	0	452.688.603	452.677.094	99,70
Órgão: 26 MIN.EDUCAÇÃO E DESPORTO								
075 SAÚDE	3	534.391.851	0	534.391.851	0	526.918.311	400.205.666	74,89
075 SAÚDE	4	845.920	0	845.920	0	0		
082 PREVIDÊNCIA	1	241.184.739	150.000.000	391.184.739	-1.215.786	387.220.455	387.220.455	98,99
Total		776.422.510	150.000.000	926.422.510	-1.215.786	914.138.766	787.426.121	85,00
Órgão: 27 MINISTERIO DO EXERCITO								
082 PREVIDÊNCIA	1	1.188.648.832	110.871.407	1.299.520.239	0	1.188.648.832	1.188.648.832	91,47
Total		1.188.648.832	110.871.407	1.299.520.239	0	1.188.648.832	1.188.648.832	91,47
Órgão: 30 MIN.DA JUSTIÇA								
082 PREVIDÊNCIA	1	110.006.604	0	110.006.604	0	109.924.591	109.924.591	99,93
Total		110.006.604	0	110.006.604	0	109.924.591	109.924.591	99,93
Órgão: 31 MIN.DA MARINHA								
082 PREVIDÊNCIA	1	906.021.951	132.342.115	1.038.364.066	0	1.038.364.065	1.038.364.065	100,00
Total		906.021.951	132.342.115	1.038.364.066	0	1.038.364.065	1.038.364.065	100,00
Órgão: 32 MIN.DE MINAS E ENERGIA								
082 PREVIDÊNCIA	1	13.127.333	0	13.127.333	0	13.004.475	13.004.475	99,06
Total		13.127.333	0	13.127.333	0	13.004.475	13.004.475	99,06
Órgão: 33 MIN.DA PREVID.SOCIAL								
007 ADMINISTRAÇÃO	1	851.432.497	0	851.432.497	0	787.574.773	787.574.773	92,50
007 ADMINISTRAÇÃO	3	69.697.599	13.314.031	83.011.630	0	73.883.101	73.883.101	89,00
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	3	9.674.668	-967.467	8.707.201	0	8.196.260	8.196.260	94,13
009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	3	3.174.850	0	3.174.850	0	2.468.400	2.468.400	77,75
041 EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	3	23.923.700	-7.177.110	16.746.590	0	13.200.675	13.200.675	78,83
075 SAÚDE	3	10.606.498	-2.560.650	8.045.848	0	6.611.338	6.611.338	82,17
078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	3	76.644.974	-19.527.423	57.117.551	0	52.982.291	52.982.291	92,76
081 ASSISTÊNCIA	3	586.294.641	-122.793.203	463.501.438	3.349	454.861.567	454.861.567	98,14
081 ASSISTÊNCIA	4	73.061.540	-6.677.167	66.384.373	-3.350	64.778.416	64.778.416	97,58
082 PREVIDÊNCIA	1	1.192.042.329	-52.677.607	1.139.364.722	0	1.136.048.388	1.136.048.388	99,71
082 PREVIDÊNCIA	3	91.336.972	-30.843.453	60.493.519	0	55.672.150	55.672.150	92,03
082 PREVIDÊNCIA	4	4.967.545	-2.902.522	2.065.023	0	1.425.668	1.425.668	69,04
Total		2.992.857.813	-232.812.571	2.760.045.242	-1	2.657.703.027	2.657.703.027	96,29
Órgão: 35 MIN.DAS REL.EXTERIORES								
082 PREVIDÊNCIA	1	24.245.449	0	24.245.449	0	24.245.449	24.245.449	100,00

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	Sector:	Programa:	ProjAtiv:	Fonte: 153	Localidade:
	UO:	Função:	Subprograma:	SubProjSubativ:	Gnd:	UF:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1996

Fonte 153: COFINS

Acumulado até:

Fechado

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROGRAMA	G N D	LEI APÓS VETOS (Dot. Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
Total		24.245.449	0	24.245.449	0	24.245.449	24.245.449	100,00
Órgão: 36 MIN.DA SAUDE								
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2		6.500.000	6.500.000	0	6.099.632	6.099.632	93,84
041 EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	3	25.447.700	-4.100.000	21.347.700	-4.100.000	20.719.157	20.719.157	97,06
075 SAÚDE	1	1.661.162.985	-2.295.081	1.658.867.904	0	1.652.664.988	1.652.664.988	99,63
075 SAÚDE	3	4.227.858.887	-219.040.923	4.008.817.964	-115.959.682	3.847.775.535	3.847.675.419	95,98
075 SAÚDE	4	228.788.039	-120.103.819	108.684.220	-32.890.065	69.388.882	68.782.097	63,29
075 SAÚDE	5	697.030	-413.172	283.858	-159.882	147.766	147.766	52,06
076 SANEAMENTO	4	33.077.309	-14.940.089	18.137.220	-2.250.000	13.848.479	13.848.479	76,35
078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	3	72.536.377	-6.200.000	66.336.377	-6.200.000	62.932.856	62.932.856	94,87
082 PREVIDÊNCIA	1	397.612.263	2.295.081	399.907.344	0	399.428.139	399.428.139	99,88
084 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV	3	1.090.000	0	1.090.000	0	838.885	838.885	76,96
Total		6.648.270.590	-358.298.003	6.289.972.587	-161.559.629	6.073.844.319	6.073.137.418	96,55
Órgão: 38 MIN.DO TRABALHO								
082 PREVIDÊNCIA	1	53.326.180	0	53.326.180	0	52.399.546	52.399.546	98,26
Total		53.326.180	0	53.326.180	0	52.399.546	52.399.546	98,26
Órgão: 39 MIN.DOS TRANSPORTES								
082 PREVIDÊNCIA	1	188.553.097	0	188.553.097	0	188.453.172	188.453.172	99,95
Total		188.553.097	0	188.553.097	0	188.453.172	188.453.172	99,95
Órgão: 41 M.COMUNICAÇÕES								
082 PREVIDÊNCIA	1	64.887.441	0	64.887.441	0	64.887.441	64.887.441	100,00
Total		64.887.441	0	64.887.441	0	64.887.441	64.887.441	100,00
Órgão: 42 MIN.DA CULTURA								
082 PREVIDÊNCIA	1	8.302.624	0	8.302.624	0	8.302.098	8.302.098	99,99
Total		8.302.624	0	8.302.624	0	8.302.098	8.302.098	99,99
Órgão: 44 MIN.DO MEIO AMBIENTE								
082 PREVIDÊNCIA	1	91.717.739	0	91.717.739	0	91.195.432	91.195.432	99,43
Total		91.717.739	0	91.717.739	0	91.195.432	91.195.432	99,43
Órgão: 46 MIN.DA ADM.FEDERAL								
082 PREVIDÊNCIA	1	1.008.286	0	1.008.286	0	966.879	966.879	95,89
Total		1.008.286	0	1.008.286	0	966.879	966.879	95,89
Órgão: 47 MIN.DO PLANEJ.ORÇAMENTO								
075 SAÚDE	3	27.349.731	0	27.349.731	1.070.666	25.694.001	25.694.001	93,95
076 SANEAMENTO	4	67.699.142	0	67.699.142	42.425.480	24.505.059	24.505.059	36,20
082 PREVIDÊNCIA	1	84.481.817	0	84.481.817	0	81.505.824	81.505.824	96,48
Total		179.530.690	0	179.530.690	43.496.146	131.704.884	131.704.884	73,36
Órgão: 48 GAB.MIN.EXT.DOS ESPORTE								
046 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	4	406.000	0	406.000	406.000	0		
082 PREVIDÊNCIA	1	191.532	0	191.532	0	56.389	56.389	29,44
Total		597.532	0	597.532	406.000	56.389	56.389	9,44
Órgão: 73 TRANSF.A EST.DF E MUNIC								
075 SAÚDE	1	168.130.100	0	168.130.100	0	168.130.100	168.130.100	100,00
082 PREVIDÊNCIA	1	307.436.907	52.677.607	360.114.514	0	359.748.154	359.748.154	99,90
Total		475.567.007	52.677.607	528.244.614	0	527.878.254	527.878.254	99,93

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Programa:
Subprograma:ProjAtiv:
SubProjSubativ:Fonte: 153
Gnd:Localidade:
UF:

PROGRAMA	G N D	LEI APÓS VETOS (Dot. Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C) = (A) + (B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
Total		14.662.261.432	160.000.000	14.822.261.432	-118.873.270	14.197.156.715	14.069.725.660	94,92

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Programa:
Subprograma:ProjAtiv:
SubProjSubativ:Fonte: 153
Gnd:Localidade:
UF:

PROGRAMA	C N D	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
Órgão: 01 CAMARA DOS DEPUTADOS								
082 PREVIDENCIA	1		7.095.513	7.095.513	0	7.094.698	7.094.696	99,99
Total			7.095.513	7.095.513	0	7.094.698	7.094.696	99,99
Órgão: 02 SENADO FEDERAL								
082 PREVIDENCIA	1		36.643.061	36.643.061	0	36.643.061	36.643.061	100,00
Total			36.643.061	36.643.061	0	36.643.061	36.643.061	100,00
Órgão: 03 TRIB.CONTAS DA UNIÃO								
082 PREVIDENCIA	1		30.984.843	30.984.843	0	30.984.839	30.984.839	100,00
Total			30.984.843	30.984.843	0	30.984.839	30.984.839	100,00
Órgão: 10 SUPREMO TRIB.FEDERAL								
082 PREVIDENCIA	1		4.000.000	4.000.000	0	3.277.420	3.277.420	81,94
Total			4.000.000	4.000.000	0	3.277.420	3.277.420	81,94
Órgão: 11 SUPERIOR TRIB.JUSTIÇA								
082 PREVIDENCIA	1		16.499.998	16.499.998	500.000	15.999.996	15.999.997	96,97
Total			16.499.998	16.499.998	500.000	15.999.996	15.999.997	96,97
Órgão: 12 JUSTIÇA FEDERAL								
082 PREVIDENCIA	1		25.999.999	25.999.999	0	25.941.638	25.941.638	99,78
Total			25.999.999	25.999.999	0	25.941.638	25.941.638	99,78
Órgão: 13 JUSTIÇA MILITAR								
082 PREVIDENCIA	1		7.700.000	7.700.000	0	7.700.000	7.700.000	100,00
Total			7.700.000	7.700.000	0	7.700.000	7.700.000	100,00
Órgão: 14 JUSTIÇA ELEITORAL								
082 PREVIDENCIA	1		46.999.997	46.999.997	0	46.620.537	46.620.537	99,19
Total			46.999.997	46.999.997	0	46.620.537	46.620.537	99,19
Órgão: 15 JUSTIÇA DO TRABALHO								
082 PREVIDENCIA	1		121.141.041	121.141.041	0	121.081.620	121.081.620	99,95
Total			121.141.041	121.141.041	0	121.081.620	121.081.620	99,95
Órgão: 16 JUSTIÇA DF E TERRITORIOS								
082 PREVIDENCIA	1		10.713.829	10.713.829	0	10.713.827	10.713.827	100,00
Total			10.713.829	10.713.829	0	10.713.827	10.713.827	100,00
Órgão: 20 PRESIDENCIA REPUBLICA								
075 SAUDE	3		1.100.000	1.100.000	0	295.959	295.959	26,91
075 SAUDE	4		500.000	500.000	0	499.454	499.454	99,89
082 PREVIDENCIA	1		5.235.000	5.235.000	0	5.233.393	5.233.393	99,97
Total			6.835.000	6.835.000	0	6.028.806	6.028.806	88,20
Órgão: 24 MIN. DA CIENCIA TECNOLOGIA								
082 PREVIDENCIA	1		5.849.999	5.849.999	0	5.557.945	5.557.945	95,01
Total			5.849.999	5.849.999	0	5.557.945	5.557.945	95,01
Órgão: 26 MIN. EDUCACÃO								
041 EDUCACÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS	3		1.320	1.320	0	1.320		
042 ENSINO FUNDAMENTAL	3		31.696.477	31.696.477	0	31.693.273	31.693.273	99,99
075 SAUDE	3		8.297.285	8.297.285	135.442	7.446.038	7.446.038	89,74
075 SAUDE	4		161.896	161.896	18.335	141.936	141.936	87,67

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	Setor:	Programa:	ProjAtiv:	Fonte: 151	Localidade:
	UO:	Função:	Subprograma:	SubProjSubativ:	Gnd:	UF:

PROGRAMA	G N D	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C) = (A) + (B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADADO (F)	% LIQUIDADADO S/ AUTORIZADO
084 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV	3		1.200	1.200	0	0		
Total			40.158.178	40.158.178	153.777	39.282.567	39.281.247	97,82
Órgão: 28 MIN. DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO								
082 PREVIDENCIA	1		805.510	805.510	0	755.427	755.427	93,78
Total			805.510	805.510	0	755.427	755.427	93,78
Órgão: 30 MIN. DA JUSTIÇA								
082 PREVIDENCIA	1		30.510.991	30.510.991	0	30.444.001	30.443.991	99,78
Total			30.510.991	30.510.991	0	30.444.001	30.443.991	99,78
Órgão: 33 MIN. DA PREVID. E ASSIST. SOCIAL								
007 ADMINISTRAÇÃO	3		17.076.917	17.076.917	0	16.993.782	16.993.782	99,51
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	3		86.398.545	86.398.545	0	86.398.545	86.398.545	100,00
075 SAÚDE	3		41.600.000	41.600.000	0	41.600.000	41.600.000	100,00
081 ASSISTENCIA	3	4.410.000	370.178.223	374.588.223	471.061	373.459.384	373.459.382	99,70
081 ASSISTENCIA	4	4.382.149	244.800	4.626.949	468.087	4.158.862	4.158.861	89,88
082 PREVIDENCIA	3		8.763.996	8.763.996	0	8.240.637	8.240.637	94,03
Total		8.792.149	524.262.481	533.054.630	939.148	530.851.210	530.851.207	99,59
Órgão: 34 MIN. PÚBLICO DA UNIÃO								
082 PREVIDENCIA	1		1.699.999	1.699.999	0	1.699.999	1.699.999	100,00
Total			1.699.999	1.699.999	0	1.699.999	1.699.999	100,00
Órgão: 36 MIN. DA SAÚDE								
007 ADMINISTRAÇÃO	1	859.648.965	-810.224.024	49.424.941	0	41.889.145	41.339.820	83,64
007 ADMINISTRAÇÃO	3	50.025.599	1.299.998	51.325.597	12.554.558	33.278.326	33.275.065	64,83
007 ADMINISTRAÇÃO	4	8.515.000	0	8.515.000	4.978.529	2.286.633	2.286.632	26,85
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2		133.265.157	133.265.157	0	72.628.708	72.628.708	54,50
008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	6		1.022.639.843	1.022.639.843	0	971.147.072	971.147.072	94,96
041 EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS	3	17.611.560	-2.801.320	14.810.240	0	11.046.084	11.046.080	74,58
072 POLÍTICA EXTERIOR	3	407.488	0	407.488	34.984	372.504	372.504	91,41
075 SAÚDE	3	3.614.058.667	-1.087.978.085	2.526.080.582	234.675.954	2.158.071.337	2.156.902.665	85,39
075 SAÚDE	4	347.023.456	3.430.571	350.454.027	112.197.704	186.666.679	185.799.585	53,02
075 SAÚDE	5	2.730.391	0	2.730.391	310.254	2.419.954	2.419.954	88,63
076 SANEAMENTO	3	4.758.761	-1	4.758.760	1.899.177	2.350.936	2.350.931	49,40
076 SANEAMENTO	4	214.752.523	0	214.752.523	111.546.663	98.991.830	98.991.816	46,10
078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	3	2.389.004	0	2.389.004	0	2.387.029	2.387.026	99,92
082 PREVIDENCIA	1	44.491.116	-39.318.442	5.172.674	0	4.652.589	4.652.584	89,95
084 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERV	3	3.472.007	-1.200	3.470.807	249.485	3.184.082	3.184.078	91,74
Total		5.169.884.537	-779.687.503	4.390.197.034	478.447.308	3.591.372.908	3.588.784.520	81,75
Órgão: 41 MIN. DAS COMUNICAÇÕES								
082 PREVIDENCIA	1		28.000.000	28.000.000	0	9.092.248	9.092.248	32,47
Total			28.000.000	28.000.000	0	9.092.248	9.092.248	32,47
Órgão: 44 MIN. M.AMB.REC.HID.AMAZ.LEG								
082 PREVIDENCIA	1		435.119	435.119	0	135.119	135.119	31,05
Total			435.119	435.119	0	135.119	135.119	31,05
Órgão: 46 MIN. ADM.FED.REF.ESTADO								
082 PREVIDENCIA	1		1.096.031	1.096.031	0	1.000.597	1.000.597	91,29
Total			1.096.031	1.096.031	0	1.000.597	1.000.597	91,29
Órgão: 47 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO								

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Setor: Função:	Programa: Subprograma:	Proj.Ativ: SubProj.Subativ:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:
----------------------------	---------------	-------------------	---------------------------	--------------------------------	--------------------	--------------------

PROGRAMA	G N D	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% LIQUIDADO S/ AUTORIZADO
076 SANEAMENTO	4	65.587.252	0	65.587.252	13.921.577	42.788.258	42.788.258	65,24
081 ASSISTENCIA	3		13.400.000	13.400.000	0	13.400.000	13.400.000	100,00
081 ASSISTENCIA	4		150.600.000	150.600.000	0	120.499.511	120.445.608	79,98
Total		65.587.252	164.000.000	229.587.252	13.921.577	176.687.769	176.633.866	76,94
Órgão: 48 GAB. MEE								
046 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	4		5.000.000	5.000.000	0	3.715.909	3.715.909	74,32
Total			5.000.000	5.000.000	0	3.715.909	3.715.909	74,32
Órgão: 49 GAB. MEPE								
082 PREVIDENCIA	1		6.000.000	6.000.000	0	4.323.517	4.323.517	72,06
Total			6.000.000	6.000.000	0	4.323.517	4.323.517	72,06
Órgão: 73 TRF. EST., DF E MUN.								
082 PREVIDENCIA	1		8.563.610	8.563.610	0	8.563.610	8.563.610	100,00
Total			8.563.610	8.563.610	0	8.563.610	8.563.610	100,00
Órgão: 90 RESERVA DE CONTINGENCIA								
999 RESERVA DE CONTINGENCIA	8	2.054.202.979	-1.499.961.832	554.241.147	-701.632.036	0		
Total		2.054.202.979	-1.499.961.832	554.241.147	-701.632.036	0		
Total		7.298.466.917	-1.148.654.136	6.149.812.781	-207.670.226	4.715.569.268	4.712.925.643	76,64

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Programa:
Subprograma:ProjAtiv:
SubProjSubativ:Fonte: 151
Gnd:Localidade:
UF:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1997

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: 18.02.98

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

Projeto/Ativ	TÍTULO DO PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% DO LIQUID. S/ AUTORIZ. (G)=(F)/(C)
1111	SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA	11.238.454	0	11.238.454	3.797.448	7.441.003	7.441.003	66,21
1112	INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BASICO	30.314.854	0	30.314.854	7.573.976	22.614.649	22.614.648	74,60
1113	MELHORIAS SANITARIAS	465.000	0	465.000	69.750	394.171	394.171	84,77
1114	SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO	1.381.820	0	1.381.820	0	0	0	
1554	SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	637.292	0	637.292	273.064	364.072	364.072	57,13
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES	141.100.035	-2.713.060	138.386.975	1	135.971.320	135.971.317	98,25
2012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	190.272.790	-186.238.790	4.034.000	292.904	3.695.756	3.695.758	91,62
2013	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	12.194.145.035	-7.347.950.660	4.846.194.375	-3.521.695.338	8.307.390.908	8.305.438.938	171,38
2017	PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	13.193.753	0	13.193.753	1.132.705	12.044.333	12.044.333	91,29
2020	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ORGÃOS COLEGIADOS	706.924	0	706.924	68.004	338.725	338.722	47,91
2085	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	9.510.052	0	9.510.052	1.019.047	8.427.575	8.427.571	88,62
2325	CONTROLE DA QUALIDADE DA AGUA	620.043	0	620.043	54.355	254.659	254.656	41,07
2346	ADMINISTRAÇÃO FISCAL E FINANCEIRA	37.286.051	0	37.286.051	0	36.602.506	36.602.506	98,17
2347	CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFICIOS	282.330.025	5.280.921.469	5.563.251.494	0	5.562.187.667	5.562.187.662	99,98
2348	MANUTENÇÃO DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	8.671.800	-300.770	8.371.030	1.396.290	6.107.852	6.107.856	72,96
2349	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	4.170.777	1	4.170.778	375.509	3.545.104	3.545.113	85,00
2350	ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIARIA	41.807.000	-4.894.528	36.912.472	844.693	35.855.442	35.855.448	97,14
2593	APOIO A CRIANÇA CARENTE	243.304.362	4	243.304.366	25.158.635	215.670.490	215.670.451	88,64
2595	APOIO AO CIDADÃO, A FAMÍLIA E AO DEFICIENTE	65.951.299	-4	65.951.295	6.327.156	58.750.819	58.750.775	89,08
2596	APOIO A PESSOA IDOSA	29.502.425	0	29.502.425	2.649.769	26.171.335	26.171.292	88,71
2646	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES DO SETOR SAÚDE	19.750.000	0	19.750.000	2.962.503	11.328.000	11.328.000	57,36
3376	INFRA-ESTRUTURA DO SUS	21.930.412	800.000	22.730.412	3.794.083	14.173.530	14.173.530	62,35
3460	PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO BASICO	42.731.147	0	42.731.147	8.760.272	29.924.790	29.924.790	70,03
4057	EDUCAÇÃO EM SAÚDE E MOBILIZAÇÃO COMUNITARIA	536.118	0	536.118	128.937	271.984	271.985	50,73
4089	PRESTAÇÃO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO	194.012.878	3.071.710	197.084.588	1.297.335	177.214.990	177.204.535	89,91
4096	DESENVOLVIMENTO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS	18.268.731	8.461.363	26.730.094	0	25.061.293	25.059.144	93,75
4349	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTERNO DE TELECOMUNICAÇÕES	10.386.827	2	10.386.829	1.054.751	8.995.987	8.995.989	86,61
4432	ASSISTENCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO SUS	107.284.290	0	107.284.290	88.149.729	18.177.405	18.177.402	16,94
4434	COORDENAÇÃO, NORMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILANCIA SANITARIA PARA PR	4.556.545	-579.999	3.976.546	830.611	646.578	646.578	16,26
4435	ESTUDOS, PESQUISAS E PLANEJAMENTO PARA O SUS	5.950.166	-800.000	5.150.166	3.248.215	1.261.621	1.261.611	24,50
4436	PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE INSUMOS, MEDIC. IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTE	488.337.405	-1.625.154	486.712.251	15.416.837	467.771.417	467.708.916	96,10
4437	TECNOLOGIA APROPRIADA DE PROCESSOS E PRODUÇÃO PARA O SUS	3.700.015	0	3.700.015	317.652	1.548.470	1.548.470	41,85
4438	MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	2.831.219.185	-613.500.003	2.217.719.182	88.044.168	2.122.630.558	2.122.630.484	95,71
4439	NORMATIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO SUS	255.196.695	-19.401.065	235.795.630	98.233.898	114.281.018	114.270.837	48,46
4440	SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O SUS	8.325.386	-1.045.119	7.280.267	4.197.073	2.841.167	2.832.265	38,90
4456	BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	380.175.000	43.678.257	423.853.257	0	423.678.256	423.678.255	99,96
4459	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MED. PARA CONTROLE DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSI	150.000	0	150.000	0	0	0	
4491	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFERENCIA EM SAÚDE	8.272.177	-1.399.999	6.872.178	211.049	6.657.133	6.639.197	96,61
4499	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	16.121.426	-3.170.845	12.950.581	2.495.103	10.410.498	10.314.681	79,63
4500	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	29.165.890	2.000.000	31.165.890	1.000.000	28.326.707	28.326.707	90,89
4519	AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	33.815.930	-2.545.970	31.269.960	3.308.309	27.118.265	27.118.263	86,72
4523	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	257.496	0	257.496	257.496	0	0	
4640	APOIO AO COMBATE AO TRABALHO INFANTO-JUVENIL	20.000.000	0	20.000.000	4.447.501	15.287.857	15.287.856	76,44
4900	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL	237.227.332	63.345.697	300.573.029	17.215.573	261.416.718	261.072.404	86,86
4911	ASSISTENCIA INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	92.938.312	2.522.970	95.461.282	9.526.611	82.651.467	82.651.463	86,58

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	Sector:	Programa:	ProjAtiv:	Fonte: 153	Localidade:
	UO:	Função:	Subprograma:	SubProjSubativ:	Gnd:	UF:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1997

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: 18.02.98

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

Projeto/Ativ	TÍTULO DO PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% DO LIQUID. S/ AUTORIZ. (G)=(F)/(C)
4912	ASSISTENCIA AS FAMILIAS CARENTES NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	100.000	0	100.000	10.682	89.318	89.318	89,32
4913	AÇÕES SOCIAIS COMUNITARIAS NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	15.030.000	23.000	15.053.000	3.662.190	9.973.836	9.973.836	66,26
4916	MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UNIDADES PROPRIAS DE SAUDE DO SUS	278.329.737	1.480.009	279.809.746	12.526.856	258.935.607	258.291.356	92,31
4918	SUPORTE AS AÇÕES FINALISTICAS	1.488.000	0	1.488.000	460.723	729.768	729.760	49,04
Total Geral		18.431.866.891	-2.779.861.484	15.652.005.407	-3.099.103.875	18.565.232.624	18.562.083.924	118,59

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade:
 UO: Função: Subprograma: SubProjSubsiv: Gnd: UF:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1997

Fonte 155: CPMF

Acumulado até: 18.02.98

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

Projeto/Ativ	TÍTULO DO PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% DO LIQUID. S/ AUTORIZ. (G)=(F)/(C)
1111	SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA	19.566.100	0	19.566.100	-3	8.326.558	8.326.550	42,56
1112	INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BASICO	7.259.500	0	7.259.500	0	3.472.148	3.472.148	47,83
1113	MELHORIAS SANITARIAS	0	0	0	0	0		
1114	SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO	8.445.000	0	8.445.000	1	4.858.886	4.858.885	57,54
1619	AQUISIÇÃO DE UNIDADES EQUIPADAS PARA ATENDIMENTO MOVEL	1.960.000	0	1.960.000	0	1.152.100	1.152.100	58,78
2027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	1.301.905.000	-1.301.905.000	0	0	-14	-14	#Div/0!
2646	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES DO SETOR SAÚDE	7.474.904	0	7.474.904	1.121.233	3.579.016	3.579.016	47,88
3012	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM	140.000	0	140.000	0	0		
3376	INFRA-ESTRUTURA DO SUS	101.983.624	11.000.000	112.983.624	728.000	73.244.935	73.244.935	64,83
3443	ERRADICAÇÃO DO AEDES AEGYPTI DO BRASIL	238.017.692	-1	238.017.691	2.869	122.096.185	122.096.190	51,30
4432	ASSISTENCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO SUS	90.000.000	0	90.000.000	7.726.636	80.445.863	80.445.863	89,38
4438	MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	2.851.819.550	1.853.304.997	4.705.124.547	600.474	4.695.635.495	4.695.635.428	99,80
4439	NORMATIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO SUS	428.630	5.950.000	6.378.630	7.774	544.648	544.648	8,54
4459	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MED. PARA CONTROLE DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSI	150.000.000	0	150.000.000	0	149.660.095	149.660.094	99,77
4916	MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UNIDADES PROPRIAS DE SAÚDE DO SUS		33.149.994	33.149.994	0	33.095.651	32.946.258	99,39
Total Geral		4.779.000.000	601.499.990	5.380.499.990	10.186.984	5.176.111.566	5.175.962.101	96,20

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: ProjAtiv: Fonte: 155 Localidade: UF: Função: Subprograma: SubProjSubativ: Gnd:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1998

Fonte 151: CSSL

Acumulado até: 11.02.99

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

Projeto/Ativ	TÍTULO DO PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% DO LIQUID. S/ AUTORIZ. (G)=(F)/(C)
1111	SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA	28.437.783	-2.737.056	25.700.727	0	21.807.725	21.807.724	84,85
1112	INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BASICO	32.200.000	-3.192.251	29.007.749	0	25.229.748	25.229.743	86,98
1113	MELHORIAS SANITARIAS	3.783.000	-370.300	3.412.700	0	2.514.600	2.514.595	73,68
1114	SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO	30.490.000	-3.528.580	26.961.420	0	19.253.003	19.252.998	71,41
1554	SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	5.220.000	-522.000	4.698.000	0	3.621.888	3.621.887	77,09
1619	AQUISICAO DE UNIDADES EQUIPADAS PARA ATENDIMENTO MOVEL	4.000.000	-400.000	3.600.000	0	0	0	
1642	AÇÕES DE SANEAMENTO BASICO NO AMBITO DOS PROGRAMAS DE REDUÇÃO DA MORTALIDADE		0	0	0	0	0	
1643	COLETA E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS NO AMBITO DOS PROGRAMAS DE REDUÇÃO DA M		0	0	0	0	0	
1644	AÇÕES DE COLETA E DISPOSICAO DE ESGOTOS SANITARIOS NO AMBITO DOS PROGRAMAS DE R		0	0	0	0	0	
1645	AÇÕES DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO AMBITO DOS PROGRAMAS DE REDUÇÃO DA MORTALID		0	0	0	0	0	
1649	AÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL NO CONTEXTO DE PROGRAMAS DE COMBATE A MORTALI		0	0	0	0	0	
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES		9.900.000	9.900.000	0	8.043.288	8.043.288	81,25
2012	CONTRIBUICAO PARA A FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	522.386	-37.000	485.386	0	387.033	387.025	79,74
2013	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIAO	11.985.254	0	11.985.254	0	10.929.192	10.929.193	91,19
2015	COORDENACAO E ORIENTACAO DAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS	253.170	129.878	383.048	0	262.370	262.364	68,49
2017	PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	13.028.909	10.491	13.037.400	0	13.017.472	13.017.468	99,85
2020	COORDENACAO E MANUTENCAO DE ORGAOS COLEGIADOS	1.079.720	-15.000	1.064.720	0	574.198	574.193	53,93
2027	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	1.000.832.580	-515.000.000	485.832.580	0	460.262.977	460.262.977	94,74
2219	COORDENACAO DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL		8.056.549	8.056.549	0	6.755.748	6.755.742	83,85
2271	COORDENACAO E FISCALIZACAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA PRIVADA	601.400	145.000	746.400	0	602.682	602.680	80,74
2346	ADMINISTRACAO FISCAL E FINANCEIRA	175.715.876	62.000.001	237.715.877	251.468	237.464.406	237.464.406	99,89
2347	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BENEFICIOS	2.435.874.745	668.945.858	3.104.820.603	0	3.104.749.205	3.104.749.205	100,00
2487	ALIMENTACAO ESCOLAR		188.438.593	188.438.593	0	125.057.184	125.057.184	66,38
2593	APOIO A CRIANCA CARENTE		4.117.142	4.117.142	0	341.121	341.121	8,29
2595	APOIO AO CIDADAO, A FAMILIA E AO DEFICIENTE		468.211	468.211	0	183.000	183.000	39,08
2596	APOIO A PESSOA IDOSA		1.037.665	1.037.665	0	603.398	603.398	58,15
2646	ASSISTENCIA FINANCEIRA A ENTIDADES DO SETOR SAUDE	34.220.000	-3.472.000	30.748.000	0	19.896.000	19.896.000	64,71
2791	SUPERVISAO E FISCALIZACAO DA APLICACAO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES DA PRE	470.450	-15.614	454.836	0	429.454	429.450	94,42
3012	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE SERVICOS DE DRENAGEM	150.000	-15.000	135.000	0	0	0	
3335	DESENVOLVIMENTO DE ACOES SOCIAIS E COMUNITARIAS	300.000	0	300.000	0	100.000	100.000	33,33
3376	INFRA-ESTRUTURA DO SUS	90.239.971	294.000	90.533.971	0	69.329.028	69.329.023	76,58
3423	SANEAMENTO BASICO NO AMBITO DOS PROGRAMAS DE REDUÇÃO DA MORTALIDADE NA INFANCIA		0	0	0	0	0	
3443	ERRADICACAO DO Aedes Aegypti DO BRASIL		1.770.000	1.770.000	0	393.359	393.359	22,22
3460	PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO BASICO	11.132.000	0	11.132.000	0	4.674.504	4.674.503	41,99
3508	DISTRIBUICAO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS NO POLIGONO DAS SECAS		153.000.000	153.000.000	1.787	148.781.153	148.742.457	97,22
4089	PRESTACAO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO	211.766.240	-20.975.285	190.790.955	1	175.891.212	175.891.196	92,19
4349	MANUTENCAO DO SISTEMA INTERNO DE TELECOMUNICACOES	8.000.000	0	8.000.000	0	7.698.938	7.698.939	96,24
4438	MANUTENCAO E OPERACIONALIZACAO DO SUS	94.180.942	281.762.669	375.943.611	0	330.763.890	330.763.892	87,98
4439	NORMATIZACAO E COORDENACAO DO SUS	5.613.590	-1.320.000	4.293.590	0	2.545.670	2.545.670	59,29
4456	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BENEFICIOS ASSISTENCIAIS AO IDOSO E A PESSOA PORTADORA		353.179.486	353.179.486	0	353.179.486	353.179.486	100,00
4500	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	52.778.640	-7.186.000	45.592.640	0	38.477.714	38.477.706	84,39
4519	AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	42.914.871	-503.245	42.411.626	-85.129	33.762.590	33.762.593	79,61
4640	APOIO AO COMBATE AO TRABALHO INFANTO-JUVENIL		9.498.758	9.498.758	0	9.498.758	9.498.758	100,00
4900	COORDENACAO E MANUTENCAO GERAL	866.720.012	13.314.121	880.034.133	2.757	841.899.832	841.899.783	95,67
4913	AÇÕES SOCIAIS COMUNITARIAS NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	35.300.000	0	35.300.000	0	32.272.811	32.272.812	91,42

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento de Despesa:
 UO: Função: Subprograma: SubProjSubativ: Grnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODAEN (ReDespesas por Projeto/Atividade)

Emissão: 9/5/2006 17:13:49

Pág. 1 de 2

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1998

Fonte 151: CSLL

Acumulado até: 11.02.99

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

Projeto/Ativ	TÍTULO DO PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% DO LIQUID. S/ AUTORIZ. (G)=(F)/(C)
4916	MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UNIDADES PRÓPRIAS DE SAÚDE DO SUS	30.428.646	3.500.187	33.928.833	1	33.210.957	33.210.955	97,88
4929	MANUTENÇÃO DE HOSPITAL DE ENSINO/SUS		36.282.907	36.282.907	0	36.282.907	36.282.907	100,00
4932	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.474.240	603.848	5.078.088	3	4.950.121	4.950.105	97,48
4949	COMUNICAÇÃO SOCIAL	41.139.375	789.150	41.928.525	0	41.891.389	41.891.387	99,91
4955	MANUTENÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	28.513.000	0	28.513.000	0	28.186.050	28.186.050	98,85
Total Geral		5.302.384.800	1.237.955.183	6.540.319.983	170.888	6.255.776.039	6.255.737.202	95,65

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Programa:
Subprograma:ProjAtiv:
SubProjSubativ:Fonte: 151
Gnd:Localidade:
UF:

Elemento de Despesa:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1998

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: 11.02.99

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

Projeto/Ativ	TÍTULO DO PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% DO LIQUID. S/ AUTORIZ. (G)=(F)/(C)
1111	SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA	89.366.587	-8.347.006	81.019.581	3	50.110.800	50.110.580	61,85
1112	INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BASICO	83.515.780	-3.096.509	80.419.271	7	51.455.154	51.455.099	63,98
1113	MELHORIAS SANITARIAS	16.008.800	-1.146.500	14.862.300	2	10.950.724	10.950.700	73,68
1114	SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO	61.489.480	-6.239.031	55.250.449	2	21.309.492	21.309.472	38,57
1554	SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	8.419.000	-841.800	5.777.100	0	4.208.392	4.208.386	72,81
1619	AQUISIÇÃO DE UNIDADES EQUIPADAS PARA ATENDIMENTO MOVEL	18.583.000	-1.644.800	14.938.200	0	10.209.563	10.209.563	68,35
1642	AÇÕES DE SANEAMENTO BASICO NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DE REDUÇÃO DA MORTALIDADE		0	0	0	0		
1645	AÇÕES DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DE REDUÇÃO DA MORTALID		0	0	0	0		
1649	AÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL NO CONTEXTO DE PROGRAMAS DE COMBATE À MORTALI		0	0	0	0		
2013	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	13.063.223	-1	13.063.222	0	12.857.684	12.857.683	98,43
2015	COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS	7.830	11.808	19.438	0	18.320	18.328	94,29
2219	COORDENAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL	0	0	0	0	0		
2271	COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLITICA DE PREVIDENCIA PRIVADA	18.600	0	18.600	0	18.599	18.597	99,98
2312	NORMATIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAUDE	280.000	-28.000	252.000	0	64.000	64.000	25,40
2325	CONTROLE DA QUALIDADE DA AGUA	823.000	-62.000	561.000	0	223.931	223.929	39,92
2346	ADMINISTRAÇÃO FISCAL E FINANCEIRA	237.993.124	-1	237.993.123	0	237.993.123	237.993.120	100,00
2347	CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFICIOS	9.904.318.440	1.499.998	9.905.818.438	0	9.894.535.716	9.894.535.710	99,89
2348	MANUTENÇÃO DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	6.625.847	-1	6.625.846	2	6.564.779	6.564.784	99,08
2349	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	4.200.000	0	4.200.000	0	4.147.806	4.147.809	98,76
2350	ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIARIA	36.790.160	-9.298.542	27.501.618	1	27.423.940	27.423.937	99,72
2593	APOIO A CRIANÇA CARENTE	225.920.496	1.045.957	226.966.453	0	215.198.026	215.198.004	94,81
2595	APOIO AO CIDADÃO, A FAMILIA E AO DEFICIENTE	61.814.872	845.967	62.660.839	0	59.635.181	59.635.147	95,17
2596	APOIO A PESSOA IDOSA	25.880.258	0	25.880.258	0	24.337.391	24.337.353	94,04
2646	ASSISTENCIA FINANCEIRA A ENTIDADES DO SETOR SAUDE	14.113.000	-1.331.300	12.781.700	0	8.876.400	8.876.400	69,45
2791	SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES DA PRE	14.550	-11.608	2.942	0	136	136	4,62
3012	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM	1.743.000	-174.300	1.568.700	0	1.214.400	1.214.399	77,41
3335	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SOCIAIS E COMUNITARIAS	2.445.000	0	2.445.000	0	1.055.000	1.055.000	43,15
3346	APOIO A PRODUÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES	5.948.700	-594.000	5.354.700	0	3.332.744	3.332.739	62,24
3376	INFRA-ESTRUTURA DO SUS	131.936.320	3.493.368	135.429.688	0	91.943.014	91.933.118	67,88
3378	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS DO SUS	17.700.000	-824.000	17.076.000	0	15.824.309	15.824.309	92,67
3443	ERRADICAÇÃO DO AEDES AEGYPTI DO BRASIL	137.703.412	-8.900.000	128.803.412	-1	121.089.415	121.089.406	94,01
3447	PREVENÇÃO E DIAGNOSTICO PRECOCE DO CANCER CERVICO UTERINO	38.160.000	-399.999	37.760.001	0	37.621.911	37.621.898	99,63
3460	PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO BASICO	26.170.000	0	26.170.000	0	6.085.647	6.085.646	23,25
4057	EDUCAÇÃO EM SAUDE E MOBILIZAÇÃO COMUNITARIA	2.786.000	-278.000	2.508.000	0	877.223	877.226	34,98
4089	PRESTAÇÃO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO	1.925.760	0	1.925.760	0	1.430.511	1.430.512	74,28
4432	ASSISTENCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO SUS	75.412.000	-15.500.000	59.912.000	0	49.242.894	49.242.894	82,19
4434	OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	75.195.267	-8.120.005	67.075.262	2	44.927.579	44.858.321	66,88
4435	ESTUDOS, PESQUISAS E PLANEJAMENTO PARA O SUS	29.093.132	-2.899.001	26.194.131	2	19.129.963	19.129.947	73,03
4436	PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE INSUMOS, MEDIC. IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTE	353.249.000	-13.953.003	339.295.997	0	335.954.532	335.954.517	99,02
4437	TECNOLOGIA APROPRIADA DE PROCESSOS E PRODUÇÃO PARA O SUS	5.906.400	-590.000	5.316.400	0	4.127.750	4.127.750	77,64
4438	MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	2.481.775.000	93.831.179	2.575.606.179	0	2.538.452.155	2.538.452.040	98,56
4439	NORMATIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO SUS	394.696.484	-32.547.001	362.149.483	305	310.476.016	310.462.888	85,73
4440	SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O SUS	18.418.836	-1.394.001	17.024.835	1	10.815.987	10.815.978	63,53
4456	CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFICIOS ASSISTENCIAIS AO IDOSO E A PESSOA PORTADORA	763.285.087	-3.562.700	759.722.387	0	749.040.713	749.040.715	98,59
4459	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MED. PARA CONTROLE DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSIV	138.960.000	-2.682.388	136.277.612	0	136.224.205	136.224.199	99,96

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento de Despesa:
 UO: Função: Subprograma: SubProjSubativ: Gnd: UF:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1998

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: 11.02.99

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

Projeto/Ativ	TÍTULO DO PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% DO LIQUID. S/ AUTORIZ. (G)=(F)/(C)
4491	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFERENCIA EM SAUDE	6.500.200	-2	6.500.198	0	6.218.106	6.218.106	95,66
4499	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	17.340.260	-14	17.340.246	0	16.195.575	16.195.563	93,40
4500	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	495.360	0	495.360	0	301.084	301.084	60,78
4519	AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	80.384	0	80.384	0	0	0	
4523	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.700.000	-170.001	1.529.999	0	569.101	569.101	37,20
4640	APOIO AO COMBATE AO TRABALHO INFANTO-JUVENIL	23.720.333	9.459.308	33.179.641	0	30.111.603	30.111.602	90,75
4900	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL	4.208.873	912.562	5.119.435	0	4.703.063	4.703.060	91,87
4911	ASSISTENCIA INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	102.431.235	0	102.431.235	0	84.411.235	84.411.235	82,41
4913	AÇÕES SOCIAIS COMUNITARIAS NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	170.000	0	170.000	0	0	0	
4916	MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UNIDADES PRÓPRIAS DE SAÚDE DO SUS	481.420.659	31.584.897	512.985.556	6.654	486.240.417	495.887.132	96,67
4918	SUPORTE AS AÇÕES FINALÍSTICAS	4.483.598	-518.000	3.965.598	1	3.495.591	3.495.590	88,15
4931	ENSINO EM SAÚDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	14.116.393	1.230.002	15.346.395	0	13.091.670	13.091.662	85,31
4932	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	281.760	0	281.760	0	255.689	255.688	90,75
4949	COMUNICAÇÃO SOCIAL	17.500	0	17.500	0	17.499	17.498	99,99
4955	MANUTENÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	163.000.000	-19.151.300	143.848.700	0	137.413.950	137.413.950	95,53
Total Geral		16.327.520.000	-68	16.327.519.942	6.981	15.912.027.617	15.911.681.492	97,46

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Programa:
Subprograma:ProjAtiv:
SubProjSubativ:Fonte: 153
Gnd:Localidade:
UF:

Elemento de Despesa:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1998

Fonte 155: CPMF

Acumulado até: 11.02.99

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

Projeto/Ativ	TÍTULO DO PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	BLOQUEIOS E CONTENÇÕES (D)	EMPENHADO (E)	LIQUIDADO (F)	% DO LIQUID. S/ AUTORIZ. (G)=(F)/(C)
3443	ERRADICAÇÃO DO AEDES AEGYPTI DO BRASIL	25.000.000	65.000.000	90.000.000	0	79.449.022	79.449.021	88,28
4432	ASSISTENCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO SUS	30.000.000	68.000.000	98.000.000	0	9.727.283	9.727.283	9,93
4436	PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE INSUMOS, MEDIC. IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTE	90.000.000	57.000.001	147.000.001	2	146.952.972	146.952.972	99,97
4438	MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	737.000.000	5.460.317.616	6.197.317.616	0	6.178.229.497	6.178.229.421	99,89
4459	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MED. PARA CONTROLE DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSIV	39.040.000	43.682.388	82.722.388	0	82.722.387	82.722.381	100,00
Total Geral		921.040.000	6.694.000.005	6.615.040.005	2	6.497.081.161	6.497.081.078	98,22

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Programa:
Subprograma:ProjAtiv:
SubProj/Subativ:Fonte: 155
Gnd:Localidade:
UF:

Elemento de Despesa:

Fonte 151: CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
Órgão: 01 CAMARA DOS DEPUTADOS							
2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES	0	1.000.000	1.000.000	950.076	950.076	140.006	14,00
Total do Órgão:	0	1.000.000	1.000.000	950.076	950.076	140.006	14,00
Órgão: 14 JUSTIÇA ELEITORAL							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	110.272.548	-23.000.002	87.272.546	86.835.134	86.835.096	86.831.589	99,49
Total do Órgão:	110.272.548	-23.000.002	87.272.546	86.835.134	86.835.096	86.831.589	99,49
Órgão: 15 JUSTIÇA DO TRABALHO							
2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES	0	354.195	354.195	354.195	354.195	108.000	30,49
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	21.884.184	21.884.184	21.884.179	21.884.179	21.848.167	99,84
Total do Órgão:	0	22.238.379	22.238.379	22.238.374	22.238.374	21.956.167	98,73
Órgão: 16 JUSTIÇA DF E TERRITORIOS							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000	100,00
Total do Órgão:	0	4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000	100,00
Órgão: 22 MIN. DA AGRICULTURA							
4379 DISTRIBUIÇÃO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	0	50.000.000	50.000.000	48.535.314	48.493.318	23.743.114	47,49
Total do Órgão:	0	50.000.000	50.000.000	48.535.314	48.493.318	23.743.114	47,49
Órgão: 24 MIN. DA CIENCIA TECNOLOGIA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	30.720.163	0	30.720.163	30.696.870	30.696.864	30.696.864	99,92
Total do Órgão:	30.720.163	0	30.720.163	30.696.870	30.696.864	30.696.864	99,92
Órgão: 25 MIN. DA FAZENDA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	44.797.531	7.630.384	52.427.915	51.892.962	51.892.962	51.887.320	98,97
Total do Órgão:	44.797.531	7.630.384	52.427.915	51.892.962	51.892.962	51.887.320	98,97
Órgão: 26 MIN. EDUCAÇÃO							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	529.042.389	2	529.042.391	528.982.456	528.982.340	528.982.339	99,99
Total do Órgão:	529.042.389	2	529.042.391	528.982.456	528.982.340	528.982.339	99,99
Órgão: 30 MIN. DA JUSTIÇA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	40.259.737	1	40.259.738	40.259.503	40.259.502	40.259.502	100,00
Total do Órgão:	40.259.737	1	40.259.738	40.259.503	40.259.502	40.259.502	100,00
Órgão: 32 MIN. DAS MINAS E ENERGIA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	27.348.704	0	27.348.704	27.342.036	27.342.026	26.912.157	98,40
Total do Órgão:	27.348.704	0	27.348.704	27.342.036	27.342.026	26.912.157	98,40
Órgão: 33 MIN. DA PREVID.E ASSIST.SOCIAL							
2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA A SERVIDORES	69.404.005	2	69.404.007	68.693.716	68.693.715	68.652.460	98,92
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	1.014.615.548	3	1.014.615.551	1.010.001.235	1.010.001.216	1.009.516.156	99,50
2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	147.374	46.227	193.601	190.763	190.763	190.763	98,53
2020 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS	111.550	0	111.550	109.710	109.712	109.712	98,35
2347 CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFICIOS	203.275.791	129.789.475	333.065.266	338.599.575	338.599.573	338.579.087	101,66
2593 APOIO A CRIANÇA CARENTE	0	42.779.000	42.779.000	42.778.965	42.778.950	42.778.950	100,00
2595 APOIO AO CIDADÃO, A FAMILIA E AO DEFICIENTE	0	17.367.000	17.367.000	17.366.962	17.366.943	17.143.757	98,71
2596 APOIO A PESSOA IDOSA	0	6.499.000	6.499.000	6.498.911	6.498.900	6.472.412	99,59
4089 PRESTAÇÃO DE BENEFICIOS AO SERVIDOR PUBLICO	37.093.000	1.820.397	38.913.397	37.185.883	37.185.881	37.146.623	95,46
4349 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES	3.713.700	-742.740	2.970.960	1.756.429	1.756.430	1.328.531	44,72
4456 BENEFICIOS AO IDOSO E A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA - LEI ORGANICA DA ASSISTENCIA SOCIAL - LOAS	0	215.000.000	215.000.000	215.000.000	215.000.000	214.907.809	99,96
4500 ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	11.780.800	-1.717.560	10.063.240	8.634.898	8.634.900	8.634.900	85,81
4640 APOIO AO COMBATE AO TRABALHO INFANTO-JUVENIL	0	52.744.800	52.744.800	52.744.799	52.744.798	51.781.564	98,17
4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL	68.983.380	552.577	69.535.957	65.786.258	65.786.228	59.493.088	85,56
4911 ASSISTENCIA INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	0	20.000.000	20.000.000	19.991.987	19.991.987	18.131.602	90,66
4949 COMUNICAÇÃO SOCIAL	52.500	41.100	93.600	93.500	93.499	93.498	99,89

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Programa: Subprograma:	ProjAtiv: SubProjSubativ:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	------------	-----------------	------------------------	---------------------------	-----------------	-----------------	-----------

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 1999

Acumulado até: 10.02.2000

Fonte 151: CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C) = (A) + (B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G) = (F)/(C)
4974 ADMINISTRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0	27.400.000	27.400.000	24.318.951	24.318.951	17.861.378	65,19
Total do Órgão:	1.409.177.648	511.579.281	1.920.756.929	1.909.752.540	1.909.752.446	1.892.822.290	98,55
Órgão: 34 MIN. PÚBLICO DA UNIÃO							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	65.472.306	-2	65.472.304	65.466.933	65.466.926	65.466.926	99,99
Total do Órgão:	65.472.306	-2	65.472.304	65.466.933	65.466.926	65.466.926	99,99
Órgão: 36 MIN. DA SAÚDE							
1095 AÇÕES DE SAÚDE NO NORDESTE RURAL - PROJETO NORDESTE II	800.000	0	800.000	0	0	0	
1111 SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	18.874.500	0	18.874.500	18.109.443	18.109.442	1.878.999	9,96
1112 INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO	7.959.500	2.893.161	10.852.661	10.321.819	10.321.819	765.479	7,05
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES	122.503.052	24.877.000	147.380.052	146.680.046	146.680.044	141.438.209	95,97
2012 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	432.531	0	432.531	233.534	233.532	233.532	53,99
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	1.648.730.059	2.455.422	1.651.185.481	1.650.949.841	1.650.949.815	1.649.358.501	99,89
2017 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	27.098.565	0	27.098.565	27.079.179	27.079.179	26.909.918	99,30
2020 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS	322.482	0	322.482	204.326	204.325	204.325	63,36
2312 NORMATIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	25.000.000	1	25.000.001	24.999.985	24.999.982	21.890.201	87,56
3376 INFRA-ESTRUTURA DO SUS	16.248.030	-8.199.000	8.049.030	6.541.949	6.541.949	929.639	11,55
3471 ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGISUS	14.000.000	0	14.000.000	11.757.097	11.757.099	4.849.663	34,64
4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	146.324.917	-16.238.002	130.086.915	120.711.780	120.711.773	120.213.192	92,41
4432 ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO SUS	20.124.101	0	20.124.101	20.124.100	20.124.100	19.129.356	95,06
4435 ESTUDOS, PESQUISAS E PLANEJAMENTO PARA O SUS	39.222	0	39.222	0	0	0	
4436 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE INSUMOS, MEDIC. IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES PARA O SUS	0	78.000.000	78.000.000	77.458.635	77.458.634	75.181.200	96,39
4438 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	197.700.000	146.210.521	343.910.521	343.895.251	343.895.234	338.779.808	98,51
4439 NORMATIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO SUS	25.428.041	-8.078.066	17.349.975	15.905.143	15.905.136	14.222.961	81,98
4500 ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR	32.233.000	-5.884.999	26.348.001	22.444.182	22.444.182	22.236.821	84,40
4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL	167.987.753	7.219.868	175.207.621	160.097.458	160.097.453	140.580.294	80,24
4949 COMUNICAÇÃO SOCIAL	16.500.000	1.410.000	17.910.000	17.909.998	17.909.996	17.666.311	98,64
Total do Órgão:	2.488.305.753	224.665.906	2.712.971.659	2.675.423.766	2.675.423.694	2.596.468.409	95,71
Órgão: 47 MIN. DO ORÇAMENTO E GESTÃO							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	48.311.295	-7.630.386	40.680.909	40.680.912	40.680.907	40.680.907	100,00
Total do Órgão:	48.311.295	-7.630.386	40.680.909	40.680.912	40.680.907	40.680.907	100,00
Órgão: 53 MIN. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	26.621.856	0	26.621.856	26.603.090	26.603.082	26.603.082	99,93
Total do Órgão:	26.621.856	0	26.621.856	26.603.090	26.603.082	26.603.082	99,93
Órgão: 73 TRF. EST., DF E MUN.							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	32.805.470	0	32.805.470	32.805.470	32.805.470	32.805.470	100,00
Total do Órgão:	32.805.470	0	32.805.470	32.805.470	32.805.470	32.805.470	100,00
Órgão: 90 RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	527.024.600	-517.383.600	9.641.000	0	0	0	
Total do Órgão:	527.024.600	-517.383.600	9.641.000	0	0	0	0,00
Total Geral	5.380.160.000	273.999.963	5.654.159.963	5.593.365.436	5.593.323.083	5.471.156.142	96,76

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Subprograma: SubProjSubativ: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (RelDespesas Totais por Órgão/PA)

Emissão: 9/4/2006 02:08:51

Pág. 2 de 2

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 1999

Acumulado até: 10.02.2000

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
Órgão: 01 CAMARA DOS DEPUTADOS							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	60.500.000	60.500.000	60.497.707	60.497.708	60.497.708	100,00
Total do Órgão:	0	60.500.000	60.500.000	60.497.707	60.497.708	60.497.708	100,00
Órgão: 02 SENADO FEDERAL							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	233.676.857	233.676.857	233.552.929	233.552.929	233.552.929	99,95
Total do Órgão:	0	233.676.857	233.676.857	233.552.929	233.552.929	233.552.929	99,95
Órgão: 03 TRIB.CONTAS DA UNIÃO							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	90.895.598	90.895.598	90.895.598	90.895.598	90.895.598	100,00
Total do Órgão:	0	90.895.598	90.895.598	90.895.598	90.895.598	90.895.598	100,00
Órgão: 10 SUPREMO TRIB.FEDERAL							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	4.238.187	4.238.187	4.238.187	4.238.187	4.238.187	100,00
Total do Órgão:	0	4.238.187	4.238.187	4.238.187	4.238.187	4.238.187	100,00
Órgão: 11 SUPERIOR TRIB.JUSTIÇA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	4.942.568	4.942.568	4.942.568	4.942.568	4.942.568	100,00
Total do Órgão:	0	4.942.568	4.942.568	4.942.568	4.942.568	4.942.568	100,00
Órgão: 12 JUSTIÇA FEDERAL							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	15.597.168	15.597.168	15.597.168	15.597.168	15.597.168	100,00
Total do Órgão:	0	15.597.168	15.597.168	15.597.168	15.597.168	15.597.168	100,00
Órgão: 13 JUSTIÇA MILITAR							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	7.171.573	7.171.573	7.171.573	7.171.573	7.171.573	100,00
Total do Órgão:	0	7.171.573	7.171.573	7.171.573	7.171.573	7.171.573	100,00
Órgão: 15 JUSTIÇA DO TRABALHO							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	52.653.273	52.653.273	52.653.273	52.653.273	52.457.464	99,63
Total do Órgão:	0	52.653.273	52.653.273	52.653.273	52.653.273	52.457.464	99,63
Órgão: 16 JUSTIÇA DF E TERRITORIOS							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	4.725.281	4.725.281	4.725.281	4.725.281	4.725.281	100,00
Total do Órgão:	0	4.725.281	4.725.281	4.725.281	4.725.281	4.725.281	100,00
Órgão: 20 PRESIDENCIA REPUBLICA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	1.000.000	-376.224	623.776	165.468	165.468	165.468	26,53
Total do Órgão:	1.000.000	-376.224	623.776	165.468	165.468	165.468	26,53
Órgão: 22 MIN. DA AGRICULTURA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	96.000.638	262.510.871	358.511.509	357.728.560	357.728.567	357.716.807	99,78
Total do Órgão:	96.000.638	262.510.871	358.511.509	357.728.560	357.728.567	357.716.807	99,78
Órgão: 24 MIN. DA CIENCIA TECNOLOGIA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	3.697.146	3.697.146	3.024.018	3.024.018	3.024.018	81,79
Total do Órgão:	0	3.697.146	3.697.146	3.024.018	3.024.018	3.024.018	81,79
Órgão: 25 MIN. DA FAZENDA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	423.594.143	561.875.283	985.469.426	984.296.955	984.296.950	984.224.804	99,87
Total do Órgão:	423.594.143	561.875.283	985.469.426	984.296.955	984.296.950	984.224.804	99,87
Órgão: 26 MIN. EDUCAÇÃO							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	905.035.891	20.202.978	925.238.869	919.870.193	919.869.999	919.142.861	99,34
Total do Órgão:	905.035.891	20.202.978	925.238.869	919.870.193	919.869.999	919.142.861	99,34
Órgão: 30 MIN. DA JUSTIÇA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	554.398.526	34.309.637	588.708.163	584.331.179	584.331.167	583.373.794	99,09
Total do Órgão:	554.398.526	34.309.637	588.708.163	584.331.179	584.331.167	583.373.794	99,09
Órgão: 32 MIN. DAS MINAS E ENERGIA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	0	7.285.318	7.285.318	7.149.240	7.149.240	7.149.240	98,13

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	Setor:	Programa:	ProjAtiv:	Fonte: 153	Localidade:	Elemento:
	UO:	Função:	Subprograma:	SubProjSubativ:	Gnd:	UF:	

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 1999

Acumulado até: 10.02.2000

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
Total do Órgão:	0	7.285.318	7.285.318	7.149.240	7.149.240	7.149.240	98,13
Órgão: 33 MIN. DA PREVID.E ASSIST.SOCIAL							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	1.167.978.883	1	1.167.978.884	1.167.912.818	1.167.912.828	1.165.749.874	99,81
2015 COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	312.340	0	312.340	311.533	311.525	311.525	99,74
2271 COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PREVIDENCIA PRIVADA	705.190	0	705.190	676.320	676.318	676.318	95,91
2347 CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS	1.644.333.168	459.473.684	2.103.806.852	2.103.778.464	2.103.778.468	2.016.905.423	95,87
2348 MANUTENÇÃO DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	5.141.000	2	5.141.002	4.810.083	4.810.086	4.410.941	85,80
2349 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	3.438.650	1	3.438.651	2.629.307	2.629.310	2.610.568	75,92
2350 ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIARIA	12.505.240	1.438.000	13.943.240	12.563.032	12.563.037	12.292.025	88,16
2593 APOIO A CRIANÇA CARENTE	167.879.600	0	167.879.600	167.879.476	167.879.427	167.879.427	100,00
2595 APOIO AO CIDADÃO, A FAMÍLIA E AO DEFICIENTE	44.929.200	0	44.929.200	44.929.082	44.929.053	44.929.053	100,00
2596 APOIO A PESSOA IDOSA	19.500.741	0	19.500.741	19.497.511	19.497.470	19.497.470	99,98
2791 SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES DA PREVIDENCIA SOCIAL	229.890	0	229.890	144.766	144.765	144.765	62,97
4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	0	5.777.999	5.777.999	4.554.820	4.554.820	4.554.264	78,82
4456 BENEFÍCIOS AO IDOSO E A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS	1.115.903.000	218.502.244	1.334.405.244	1.330.902.996	1.330.902.996	1.312.406.872	98,35
4640 APOIO AO COMBATE AO TRABALHO INFANTO-JUVENIL	30.000.000	0	30.000.000	29.997.379	29.997.378	29.668.553	98,90
4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL	0	83.130.446	83.130.446	82.521.404	82.521.406	58.025.592	69,80
4911 ASSISTÊNCIA INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ENFRENTAMENTO A POBREZA	22.840.000	0	22.840.000	22.835.773	22.835.761	22.246.657	97,40
4932 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.605.840	5	6.605.845	6.601.819	6.601.805	6.572.226	99,49
4959 SISTEMAS INFORMATIZADOS SETORIAIS	0	2.653.551	2.653.551	935.513	935.513	0	
4974 ADMINISTRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS	540.908.937	-57.999.996	482.908.941	482.892.331	482.892.322	354.705.103	73,45
4979 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO EM PROGRAMAS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA	54.000.000	0	54.000.000	39.141.500	39.141.502	36.624.720	67,82
Total do Órgão:	4.837.211.679	712.975.937	5.550.187.616	5.525.515.927	5.525.515.790	5.260.211.376	94,78
Órgão: 34 MIN. PÚBLICO DA UNIÃO							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	13.060.626	1	13.060.627	13.060.617	13.060.618	13.060.618	100,00
Total do Órgão:	13.060.626	1	13.060.627	13.060.617	13.060.618	13.060.618	100,00
Órgão: 35 MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	52.944.455	-17.000.000	35.944.455	34.577.871	34.577.875	34.577.875	96,20
Total do Órgão:	52.944.455	-17.000.000	35.944.455	34.577.871	34.577.875	34.577.875	96,20
Órgão: 36 MIN. DA SAÚDE							
1111 SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	67.496.327	-5.371.820	62.124.507	49.168.990	49.168.983	9.494.948	15,28
1112 INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO	124.437.056	-6.079.879	118.357.177	103.865.790	103.865.785	18.512.996	15,64
1113 MELHORIAS SANITÁRIAS	35.144.473	-1.058.701	34.085.772	26.557.753	26.557.744	9.732.912	28,55
1114 SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	56.777.195	-3.377.779	53.399.416	43.129.744	43.129.736	7.756.982	14,53
1554 SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	10.515.672	-5.000	10.510.672	5.576.105	5.576.091	596.548	5,68
2312 NORMATIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	153.915	7.600.000	7.753.915	7.753.915	7.753.915	4.516.265	58,24
2325 CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA	641.030	0	641.030	415.555	415.557	313.706	48,94
3012 DRENAGEM EM ÁREAS ENDEMICAS DE MALARIA	7.016.512	-19.900	6.996.612	3.841.686	3.841.686	0	
3346 APOIO A PRODUÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES	7.409.557	-740.000	6.669.557	287.784	287.783	287.783	4,31
3376 INFRA-ESTRUTURA DO SUS	76.464.267	-659.007	75.805.260	68.297.769	68.297.770	20.410.461	26,92
3378 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS DO SUS	20.191.062	-4.183.000	16.008.062	15.652.456	15.652.456	575.651	3,60
3443 ERRADICAÇÃO DO Aedes Aegypti DO BRASIL	241.659.147	-32.971	241.626.176	234.534.822	234.534.814	139.426.218	57,70
3447 PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CANCER CERVIC UTERINO	46.560.108	0	46.560.108	46.484.826	46.484.821	31.429.737	67,50
3471 ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGISUS	0	3.300.000	3.300.000	2.400.000	2.400.000	1.440.000	43,64
3530 CONTROLE DE DOENÇAS DE CHAGAS	37.248.086	-3.700.000	33.548.086	30.788.121	30.788.119	1.723.913	5,14
3582 PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DE ENFERMAGEM	10.000.000	-2.000.000	8.000.000	0	0	0	
4057 EDUCAÇÃO EM SAÚDE E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	2.523.484	-500.000	2.023.484	1.378.908	1.378.908	1.346.964	66,57
4432 ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO SUS	46.400.766	-1.800.000	44.600.766	42.950.746	42.950.744	41.284.904	92,57
4434 OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	73.522.519	-5.715.701	67.806.818	63.987.305	63.987.303	53.541.918	78,96

CRITÉRIOS	Órgão:	Sector:	Programa:	ProjAtiv:	Fonte: 153	Localidade:	Elemento:
SELECIONADOS:	UO:	Função:	Subprograma:	SubProjSubativ:	Grnd:	UF:	

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (ReDespesas Totais por Órgão/PA)

Emissão: 9/4/2006 02:10:28

Pág. 2 de 4

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 1999

Acumulado até: 10.02.2000

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. & REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
4435 ESTUDOS, PESQUISAS E PLANEJAMENTO PARA O SUS	22.811.816	-1	22.811.815	18.647.700	18.647.673	15.830.062	69,39
4436 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE INSUMOS, MEDIC. IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES PARA O SUS	240.394.358	98.366.770	338.761.128	336.831.983	336.831.970	326.382.169	96,35
4438 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	2.473.185.023	569.829.585	3.043.014.608	3.039.697.459	3.036.257.670	2.959.174.426	97,24
4439 NORMATIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO SUS	448.985.135	-25.703.905	423.281.230	380.408.805	380.408.804	291.957.157	68,97
4440 SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O SUS	20.575.590	-879.002	19.696.588	17.698.983	17.698.974	13.444.203	68,26
4459 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MED. PARA CONTROLE DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS-DST/AIDS	68.310.674	171.237.265	239.547.939	239.514.416	239.514.413	222.927.355	93,06
4491 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFERENCIA EM SAUDE	9.187.780	-17	9.187.763	9.172.942	9.172.934	8.818.771	95,98
4499 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	25.240.343	-35	25.240.308	25.135.513	25.135.506	23.275.881	92,22
4523 FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	17.818.623	-3.500.002	14.318.621	10.848.907	10.848.906	2.238.617	15,63
4916 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UNIDADES PRÓPRIAS DE SAÚDE DO SUS	437.359.898	-7.566.644	429.793.254	405.797.399	405.797.388	380.228.633	88,47
4918 SUPORTE AS AÇÕES FINALÍSTICAS	3.359.740	0	3.359.740	2.155.374	2.155.363	1.790.233	53,28
4931 ENSINO EM SAÚDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	15.705.483	799.992	16.505.475	15.449.497	15.449.492	15.212.905	92,17
4949 COMUNICAÇÃO SOCIAL	0	1.890.000	1.890.000	1.890.000	1.889.999	1.889.999	100,00
4955 MANUTENÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	102.000.000	0	102.000.000	102.000.000	102.000.000	102.000.000	100,00
Total do Órgão:	4.749.095.639	780.130.248	5.529.225.887	5.352.321.253	5.348.881.307	4.707.562.317	85,14
Órgão: 38 MIN. DO TRABALHO E EMPREGO							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	279.652.556	1	279.652.557	279.539.524	279.539.528	279.539.528	99,96
Total do Órgão:	279.652.556	1	279.652.557	279.539.524	279.539.528	279.539.528	99,96
Órgão: 39 MIN. DOS TRANSPORTES							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	901.137.043	137.369.610	1.038.506.653	1.036.345.581	1.036.345.565	1.027.721.982	98,96
Total do Órgão:	901.137.043	137.369.610	1.038.506.653	1.036.345.581	1.036.345.565	1.027.721.982	98,96
Órgão: 41 MIN. DAS COMUNICAÇÕES							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	371.773.097	73.742.910	445.516.007	444.795.369	444.795.362	443.113.984	99,46
Total do Órgão:	371.773.097	73.742.910	445.516.007	444.795.369	444.795.362	443.113.984	99,46
Órgão: 44 MIN. MEIO AMBIENTE							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	72.913.001	2.898.135	75.811.136	75.275.498	75.275.492	75.275.492	99,29
Total do Órgão:	72.913.001	2.898.135	75.811.136	75.275.498	75.275.492	75.275.492	99,29
Órgão: 47 MIN. DO ORÇAMENTO E GESTÃO							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	53.500.000	-9.427.857	44.072.143	43.766.570	43.766.569	43.753.444	99,28
Total do Órgão:	53.500.000	-9.427.857	44.072.143	43.766.570	43.766.569	43.753.444	99,28
Órgão: 49 GAB. MEPP							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	101.305.412	13.041.285	114.346.697	114.308.346	114.308.346	114.302.873	99,96
Total do Órgão:	101.305.412	13.041.285	114.346.697	114.308.346	114.308.346	114.302.873	99,96
Órgão: 51 MIN. DO ESPORTE E TURISMO							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	16.561	0	16.561	16.561	16.560	16.560	99,99
Total do Órgão:	16.561	0	16.561	16.561	16.560	16.560	99,99
Órgão: 52 MINISTERIO DA DEFESA							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	6.274.966.966	-16.723.665	6.258.243.301	6.258.079.673	6.258.079.636	6.258.079.636	100,00
Total do Órgão:	6.274.966.966	-16.723.665	6.258.243.301	6.258.079.673	6.258.079.636	6.258.079.636	100,00
Órgão: 53 MIN. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	153.510.575	12.486.026	165.996.601	151.047.446	151.047.440	151.047.440	90,99
3515 PROGRAMA EMERGENCIAL DE FRENTES PRODUTIVAS	0	303.142.087	303.142.087	300.171.510	300.171.449	222.634.992	73,44
5729 PROGRAMA EMERGENCIAL DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA	0	515.000.000	515.000.000	477.218.215	476.982.255	409.785.117	79,57
Total do Órgão:	153.510.575	830.628.113	984.138.688	928.437.171	928.201.144	783.467.549	79,61
Órgão: 73 TRF. EST., DF E MUN.							
2013 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	432.762.409	0	432.762.409	432.762.406	432.762.406	432.762.406	100,00
2151 ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE	256.120.783	0	256.120.783	256.120.783	256.120.782	256.120.782	100,00

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Subprograma: SubProjSubativ: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (ReDespesas Totais por Órgão/PA)

Emissão: 9/4/2006 02:10:28

Pág. 3 de 4

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 1999

Acumulado até: 10.02.2000

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJEÇÃO	20.730.000.000	3.893.248.232	24.623.248.232	24.340.167.605	24.336.491.225	23.272.846.441	94,52
Total Geral							

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Subprograma: SubProjSubativ: Gnd: UF:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 1999

Fonte 155: CPMF

Acumulado até: 10.02.2000

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
Órgão: 33 MIN. DA PREVID.E ASSIST.SOCIAL							
2347 CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS	4.032.980.213	-589.263.157	3.443.717.056	3.443.717.055	3.443.717.053	3.443.717.053	100,00
Total do Órgão:	4.032.980.213	-589.263.157	3.443.717.056	3.443.717.055	3.443.717.053	3.443.717.053	100,00
Órgão: 36 MIN. DA SAÚDE							
1619 AQUISIÇÃO DE UNIDADES EQUIPADAS PARA ATENDIMENTO MOVEL	670.000	-67.000	603.000	0	0	0	
2312 NORMATIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	186.085	1.332.000	1.518.085	1.518.085	1.518.085	1.336.667	88,05
2646 ASSISTENCIA FINANCEIRA A ENTIDADES DO SETOR SAÚDE	885.000	-45.000	840.000	535.000	535.000	0	
3376 INFRA-ESTRUTURA DO SUS	156.417.509	3.322.200	159.739.709	147.882.167	147.882.164	52.782.803	33,04
3378 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS DO SUS	11.721.531	-13.000	11.708.531	8.788.590	8.788.590	25.844	0,22
3443 ERRADICAÇÃO DO AEDES AEGYPTI DO BRASIL	69.362.378	0	69.362.378	69.362.375	69.362.373	41.323.316	59,58
4057 EDUCAÇÃO EM SAÚDE E MOBILIZAÇÃO COMUNITARIA	7.231.716	-1.400.000	5.831.716	608.003	608.003	480.507	8,24
4432 ASSISTENCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO SUS	46.560.107	0	46.560.107	46.560.104	46.560.103	46.031.948	98,87
4434 OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	20.892.301	-4.315.301	16.577.000	16.418.464	16.418.464	16.169.584	97,54
4436 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE INSUMOS, MEDIC. IMUNOBIOLOGICOS, SOROS E REAGENTES PARA O SUS	260.576.086	-8	260.576.080	260.216.433	260.216.434	250.752.879	96,23
4438 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	3.919.481.341	-654.036.894	3.265.444.647	3.265.151.582	3.265.151.533	3.203.889.375	98,11
4439 NORMATIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO SUS	0	485.943	485.943	485.943	485.943	254.005	52,27
4440 SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O SUS	3.075.604	0	3.075.604	797.338	797.338	492.682	16,02
4459 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MED. PARA CONTROLE DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS-DST/AIDS	236.692.877	-1	236.692.876	236.692.865	236.692.864	235.976.964	99,70
4900 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL	410.044.923	0	410.044.923	407.930.425	407.930.423	407.299.756	99,33
4916 MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UNIDADES PRÓPRIAS DE SAÚDE DO SUS	20.000.000	0	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	100,00
Total do Órgão:	5.163.797.458	-654.736.859	4.509.060.599	4.482.947.374	4.482.947.317	4.276.816.330	94,85
Total Geral	9.196.777.671	-1.244.000.016	7.952.777.655	7.926.664.429	7.926.664.370	7.720.533.383	97,08

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Programa: ProjAtiv: Fonte: 155 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Subprograma: SubProjSubativ: Gnd: UF:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

Fonte 151: CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
14 JUSTICA ELEITORAL							
0396 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	0	4.565.929	4.565.929	4.556.573	4.556.566	4.556.566	99,79
Total do Órgão:	0	4.565.929	4.565.929	4.556.573	4.556.566	4.556.566	99,79
20 PRESIDENCIA DA REPUBLICA							
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	0	1.058.232	1.058.232	530.512	530.512	494.963	46,77
3179 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES	8.570.000	0	8.570.000	5.585.000	5.585.000	39.930	0,47
3966 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LIXO	140.000	0	140.000	100.000	100.000	0	
3967 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS NAS BACIAS DOS RIOS JABOTÃO, BEBERIBE, IPOJUCA E CAPIBARIBE	300.000	0	300.000	0	0	0	
3969 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES	29.596.500	0	29.596.500	20.392.500	20.392.497	1.515.226	5,12
5009 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	3.305.000	0	3.305.000	2.180.000	2.180.000	153.000	4,63
Total do Órgão:	41.911.500	1.058.232	42.969.732	28.788.012	28.788.009	2.203.119	5,13
22 MINISTERIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENT							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	228.838.997	228.838.997	228.656.966	228.656.966	227.346.056	99,35
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	0	144.632.999	144.632.999	144.628.717	144.628.717	144.201.835	99,70
Total do Órgão:	0	373.471.996	373.471.996	373.285.683	373.285.683	371.547.891	99,48
25 MINISTERIO DA FAZENDA							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	986.746.998	986.746.998	986.671.139	986.671.139	986.386.009	99,96
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	0	199.006.998	199.006.998	196.431.160	196.431.160	196.388.073	98,68
Total do Órgão:	0	1.185.753.996	1.185.753.996	1.183.102.299	1.183.102.299	1.182.774.082	99,75
26 MINISTERIO DA EDUCACAO							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	373.102.466	373.102.466	371.945.016	371.944.986	368.039.180	98,64
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	0	60.137.947	60.137.947	60.100.581	60.100.568	59.482.347	98,91
Total do Órgão:	0	433.240.413	433.240.413	432.045.597	432.045.554	427.521.527	98,68
30 MINISTERIO DA JUSTICA							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	41.210.964	41.210.964	40.808.952	40.808.952	40.264.485	97,70
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	0	10.723.083	10.723.083	10.670.442	10.670.442	10.170.299	94,84
Total do Órgão:	0	51.934.047	51.934.047	51.479.394	51.479.394	50.434.784	97,11
33 MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL							
0132 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	123.309.988	513.634.590	636.944.578	636.944.574	636.944.572	636.944.390	100,00
0133 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS	0	142.419.340	142.419.340	142.419.336	142.419.336	142.419.336	100,00
0134 PAGAMENTO DE PENSÕES	0	526.282.071	526.282.071	526.282.067	526.282.066	523.027.354	99,38
0136 PAGAMENTO DE AUXÍLIOS	0	108.444.589	108.444.589	108.427.578	108.427.579	108.360.953	99,92
0636 PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	0	461.808.929	461.808.929	434.207.890	434.207.889	434.207.889	94,02
0615 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA	1.550.000	0	1.550.000	50.000	50.000	0	
1001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE	12.027.500	0	12.027.500	9.467.500	9.467.500	2.340.000	19,46
1394 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTRO DE IDOSO	6.287.500	0	6.287.500	4.449.000	4.449.000	1.192.832	18,97
1426 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	691.000	0	691.000	361.000	361.000	50.000	7,24
1481 AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	415.000	0	415.000	275.000	275.000	70.000	16,87
2025 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS	0	40.251.791	40.251.791	40.251.786	40.251.786	37.964.778	94,32
2060 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA	1.175.000	7.170.000	8.345.000	7.608.418	7.608.418	3.427.871	41,08
2558 ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE	1.731.222	0	1.731.222	1.220.000	1.220.000	315.000	18,20
2558 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.789.000	0	4.789.000	2.445.000	2.445.000	310.000	6,47
2559 ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA	1.140.000	0	1.140.000	770.000	770.000	165.000	14,47
2561 ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	1.370.000	0	1.370.000	440.000	440.000	20.000	1,46

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: UO: Setor: Função: Subfunção: Programa: ProjAtiv: Subtítulo: Fonte: 151 Gnd: Localidade: UF: Elemento:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2569 CONCESSÃO DA BOLSA CRIANÇA-CIDADÃ	400.000	48.630.000	49.030.000	48.172.356	48.172.356	35.695.945	72,80
2581 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	0	46.200.000	46.200.000	46.173.492	46.173.492	46.173.492	99,94
5398 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE	4.975.000	0	4.975.000	3.460.000	3.460.000	810.000	16,28
5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	55.000	0	55.000	55.000	55.000	0	
6637 GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES PRODUTIVAS P/ FAMÍLIAS DE CRIANÇAS ATENDIDAS PELO PROG. DE ERRADICAÇÃO TRABALHO INFANTIL	0	13.500.000	13.500.000	13.500.000	13.500.000	6.000.000	44,44
Total do Órgão:	159.916.210	1.908.341.310	2.068.257.520	2.026.979.997	2.026.979.994	1.979.494.840	95,71
36 MINISTÉRIO DA SAÚDE							
0005 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	0	91.583.129	91.583.129	90.165.387	90.165.387	31.516.920	34,41
0110 CONTRIBUIÇÃO A PREVIDÊNCIA PRIVADA	3.915.629	0	3.915.629	3.915.625	3.915.621	3.915.621	100,00
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	10.433.498	10.433.498	10.433.498	10.433.498	10.433.498	100,00
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	0	407.999	407.999	58.072	58.072	4.514	1,11
0593 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB - PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - FARMÁCIA BÁSICA	133.499.934	-14.000.015	119.499.919	119.499.789	119.499.737	118.355.335	99,04
0597 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB - PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	254.458.819	-100.496.980	153.961.839	141.960.379	141.960.384	107.567.131	69,87
0599 INCENTIVO-BÔNUS PARA PACIENTE DE HANSENIASE EM TRATAMENTO CURADO	5.900.000	-5.900.000	0	0	0	0	
0601 INCENTIVO-BÔNUS PARA DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE PACIENTES COM TUBERCULOSE	5.800.000	-5.800.000	0	0	0	0	
0603 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB - PARA AÇÕES DE COMBATE ÀS CARENCIAS NUTRICIONAIS	99.633.888	0	99.633.888	98.554.705	98.554.702	98.554.702	98,92
1818 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	200.000	-40.000	160.000	120.000	120.000	0	
1823 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	118.544.146	-21.587.830	96.956.316	73.807.669	73.807.664	4.198.342	4,33
1837 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	100.000	-20.000	80.000	80.000	80.000	0	
1887 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - REFORCUS	750.000	26.339.200	27.089.200	27.089.199	27.089.198	748.560	2,76
2000 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	78.824.702	16.819.966	95.644.668	88.802.664	88.802.642	77.298.151	80,82
2001 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES	9.004.152	1	9.004.153	7.284.090	7.284.084	6.078.185	67,48
2002 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	61.606.006	-1.000.008	60.605.998	58.864.067	58.864.061	55.471.244	91,53
2003 AÇÕES DE INFORMÁTICA	4.209.621	0	4.209.621	3.956.165	3.956.167	1.479.205	35,14
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	148.635.160	3.000.000	151.635.160	148.792.768	148.792.764	140.407.183	92,60
2010 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	23.472.364	-2.520.000	20.952.364	15.907.692	15.907.690	15.792.305	75,37
2011 AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	28.273.002	677.187	28.950.189	25.970.990	25.970.983	25.902.165	89,47
2012 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	77.183.978	-8.550.000	68.633.978	62.414.273	62.414.273	62.190.732	90,61
2018 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE	514.700	0	514.700	494.650	494.649	494.649	96,10
2017 COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	14.350.000	0	14.350.000	14.349.999	14.349.998	14.349.998	100,00
2025 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS	131.210.182	800.965.772	932.175.954	920.544.581	920.544.581	919.708.999	98,66
3846 CAMPANHA EDUCATIVA DE ATENÇÃO À SAÚDE	5.708.990	-20.000	5.688.990	5.131.350	5.131.350	5.051.350	88,79
3847 CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE E DA FEBRE AMARELA	3.000.000	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	100,00
3850 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA	1.118.500	0	1.118.500	1.023.407	1.023.406	899.335	80,41
3851 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	4.932.722	0	4.932.722	4.922.597	4.922.597	3.561.654	72,20
3853 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	9.330.000	-50.005	9.279.995	8.509.175	8.509.177	4.727.478	50,94
3855 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE HANSENIASE E OUTRAS DERMATOSES	1.172.265	0	1.172.265	343.439	343.439	0	
3856 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E DE OUTRAS PNEUMOPATIAS	2.000.000	-1.000.000	1.000.000	252.625	252.625	0	0,00
3859 IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS	19.364.513	-2.175.244	17.189.269	12.639.417	12.639.417	2.526.399	14,70

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (119 RelDespesas Totais por Órgão/ProjAt)

Emissão: 26/8/2005 17:23:04

Pag. 2 de 6

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3860 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS	12.364.920	-2.112.984	10.251.936	5.843.069	5.843.069	1.372.000	13,38
3861 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS	10.457.500	-2.091.500	8.366.000	4.677.462	4.677.462	0	
3872 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM	90.000	0	90.000	35.000	35.000	35.000	38,89
3878 CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AÍDS	50.000	-10.000	40.000	40.000	40.000	40.000	100,00
3879 CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENÇÃO A SAÚDE DA MULHER	9.358.203	-50.000	9.308.203	9.306.144	9.306.144	8.873.372	95,33
3882 NÚCLEOS DE REABILITAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	2.160.000	-2.160.000	0	0	0	0	
3887 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE BUCAL	879.000	0	879.000	679.000	679.000	0	0,00
3888 ESTUDOS E PESQUISAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	4.927.378	0	4.927.378	4.413.979	4.413.979	3.084.310	62,60
3890 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	1.889.097	-300.000	1.589.097	1.421.512	1.421.512	0	
3891 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO	1.356.300	0	1.356.300	1.260.028	1.260.028	585.364	43,16
3892 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE MENTAL	605.176	0	605.176	368.819	368.819	96.332	15,92
3893 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AGRAVOS A SAÚDE DO TRABALHADOR	448.000	0	448.000	330.480	330.480	0	
3894 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS	560.000	0	560.000	0	0	0	
3895 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES	800.000	0	800.000	800.000	799.999	307.799	38,47
3900 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DA MULHER	97.000	0	97.000	0	0	0	
3901 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM	110.000	0	110.000	39.500	39.500	0	
3902 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DO IDOSO	530.000	0	530.000	0	0	0	
3903 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	2.000.000	-1.500.000	500.000	110.000	110.000	0	
3907 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ATENÇÃO A SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM	928.950	-60.000	868.950	684.362	684.362	0	
3911 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO AMBULATORIAL DE SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ALCOOL E DROGAS	6.288.000	-5.098.000	1.190.000	246.956	246.956	45.741	3,84
3914 IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO NACIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	19.700.000	-19.180.265	519.735	509.008	509.008	323.420	62,23
3920 IMPLANTAÇÃO EM UNIDADES DE SAÚDE DE SERVIÇOS PARA TRATAMENTO DOS AGRAVOS RELATIVOS A SAÚDE DO TRABALHADOR	7.705.180	-7.638.250	66.930	0	0	0	
3921 MELHORIA HABITACIONAL PARA O CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS	550.000	-110.000	440.000	360.000	360.000	0	
3923 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - REFORCUS	0	0	0	0	0	0	
3927 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR	533.500	0	533.500	354.136	354.136	72.476	13,59
3928 PROMOÇÃO DE EVENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	4.281.580	-4.281.580	0	0	0	0	
3929 PROMOÇÃO DE EVENTOS SOBRE SAÚDE DA MULHER	181.584	0	181.584	180.998	180.998	152.547	84,01
3932 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	616.290	0	616.290	15.000	15.000	15.000	2,43
3933 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES	50.000	0	50.000	50.000	50.000	50.000	100,00
3934 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS	152.584	0	152.584	40.966	40.966	0	
3936 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE MELHORIA DA QUALIDADE E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.940.000	0	1.940.000	931.854	931.853	726.399	37,44
3937 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE	1.666.460	1	1.666.461	1.666.008	1.666.008	1.664.357	99,87
3941 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS	280.000	0	280.000	15.000	15.000	0	
3945 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	1.455.000	-600.000	855.000	180.475	180.475	0	
3946 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE SANGUE E HEMODERIVADOS	1.829.600	0	1.829.600	1.635.498	1.635.499	70.346	3,84
3947 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO	356.400	0	356.400	329.117	329.116	329.116	92,34
3948 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE SAÚDE DO IDOSO	3.220.000	-2.600.000	620.000	22.440	22.440	0	
3949 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE SAÚDE DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	282.400	0	282.400	115.000	115.000	115.000	40,72

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UF: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (119 ReDespesas Totais por Órgão/ProjAt Emissão: 26/8/2005 17:23:04

Pág. 3 de 6

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3961 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE SAÚDE MENTAL	291.000	0	291.000	149.897	149.897	41.060	14,11
3984 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA CONTROLE DE AGRAVOS	4.420.000	-884.000	3.536.000	359.682	359.682	0	
3994 ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGISUS	0	8.859.004	8.859.004	8.071.872	8.071.872	59.849	0,68
3998 CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENÇÃO A SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM	4.201.999	0	4.201.999	4.201.626	4.201.625	4.201.625	99,99
4291 ACREDITAÇÃO HOSPITALAR DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA, FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL	2.919.000	0	2.919.000	2.586.779	2.586.778	2.586.778	88,62
4292 ACREDITAÇÃO DE HOSPITAIS QUANTO AO CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES	650.000	0	650.000	121.321	121.321	121.321	18,66
4294 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MICRONUTRIENTES PARA CRIANÇAS, GESTANTES E IDOSOS EM ÁREAS ENDEMICAS DE MÁ NUTRIÇÃO	50.000	-10.000	40.000	0	0	0	
4298 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TESTES PARA LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST, E VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV	20.000	-4.000	16.000	16.000	16.000	0	
4299 ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISAS NO CAMPO DA SAÚDE - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS	14.983.749	-14.983.749	0	0	0	0	
4308 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	146.533.772	146.533.772	146.533.567	146.533.565	146.151.713	99,74
4307 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	375.338.996	375.338.996	375.165.515	375.165.508	369.683.528	98,49
4310 ATENDIMENTO DO DISQUE SAÚDE	203.902	0	203.902	173.902	173.902	173.902	85,29
4311 AUDITORIA ANALÍTICA E OPERATIVA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	3.881.690	0	3.881.690	3.641.842	3.641.844	3.007.811	77,49
4313 TRATAMENTO DA HANSENIASE E OUTRAS DERMATOSES	5.865.000	0	5.865.000	4.839.282	4.839.282	0	
4314 CONTROLE DA TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS DE INTERESSE SANITÁRIO	7.000.000	-7.000.000	0	0	0	0	
4315 CONTROLE DAS DOENÇAS CARDIOVASCULARES	700.000	0	700.000	40.900	40.900	0	
4316 CONTROLE DAS DOENÇAS REUMÁTICAS	312.000	0	312.000	0	0	0	
4317 CONTROLE DAS ENDEMIAS FOCAIS E OUTRAS	77.100.000	-77.099.987	13	1.038.604	1.038.600	115.429	887.915,38
4318 CONTROLE DE ZOONOSES	8.829.445	-10.000	8.819.445	8.699.439	8.699.439	0	
4319 CONTROLE DO DIABETES MELLITUS	1.120.440	0	1.120.440	350.000	350.000	100.146	8,94
4325 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PROCESSOS E PRODUTOS DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS-FARMANGUINHOS	796.497	-3	796.494	795.479	795.477	772.703	97,01
4328 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PROCESSOS E PRODUTOS DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS - BIO-MANGUINHOS	1.969.166	0	1.969.166	1.968.328	1.968.325	968.570	49,19
4328 PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CÂNCER CÉRVICO-UTERINO	140.000	-28.000	112.000	0	0	0	
4329 DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CASOS DE MALÁRIA	77.600.000	-77.599.994	6	16.036	16.037	6.978	116.300,00
4334 ENSINO EM SAÚDE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	5.538.926	-5.538.928	-2	-18	-20	-19	950,00
4335 FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.133.420	-1.856.986	8.276.434	6.717.491	6.717.485	4.165.126	50,33
4336 FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.143.014	1.856.989	12.000.003	11.841.714	11.841.708	10.082.297	84,02
4337 FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO, DO AMBIENTE E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA A PROTEÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR	778.100	-1	778.099	582.218	582.218	0	
4339 FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DAS OPERADORAS DE PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	1.078.962	-1	1.078.961	-3	-5	-5	0,00
4340 FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS	6.937.801	-1	6.937.800	4.723.713	4.723.715	4.282.992	61,73
4342 FUNCIONAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO INDÍGENA	41.291.645	-41.291.636	9	772.556	772.548	716.144	7.957.155,56
4344 FUNCIONAMENTO DOS DISTRITOS SANITÁRIOS INDÍGENAS	9.457.570	-2	9.457.568	9.225.456	9.225.442	6.209.913	65,66
4355 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	7.073.425	-7.073.431	-6	-20	-17	-20	333,33
4357 OPERACIONALIZAÇÃO DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA	11.698.928	-6.018.607	5.680.321	4.425.816	4.425.813	4.112.490	72,40
4359 PESQUISAS CIENTÍFICAS DO CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHÃES - CPQAM	1.952.879	-11	1.952.868	1.950.903	1.950.891	1.923.769	98,51
4360 PESQUISAS BIOMÉDICAS E PRESERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO NO CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS - CENP	5.792.415	0	5.792.415	5.057.868	5.057.865	3.754.825	64,82

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFV/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (119 RelDespesas Totais por Órgão/ProjAt Emissão: 26/8/2005 17:23:04

Pág. 4 de 6

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. * REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
4361 PESQUISAS CIENTÍFICAS DO CENTRO DE PESQUISAS GONÇALO MUNIZ - CPOGM	1.908.674	-10	1.908.664	1.908.417	1.908.415	1.690.096	88,55
4362 PESQUISAS CIENTÍFICAS DO CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHOU - CPORR	1.366.733	0	1.366.733	1.364.433	1.364.422	1.259.104	92,13
4363 PESQUISAS EM TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS DE INTERESSE SANITÁRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA PROF. HÉLIO FRAGA, CRPHF	2.616.000	-1	2.615.999	2.199.895	2.199.888	1.873.476	71,62
4365 PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS	1.700.000	-1	1.699.999	1.699.145	1.699.138	1.677.408	98,67
4366 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILIAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALARIA	4.310.200	0	4.310.200	4.310.192	4.310.193	753.621	17,48
4367 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INSULINA, HIPOGLICEMIANTE GRAIS E CORRELATOS PARA DIABÉTICOS	22.770.000	-22.700.000	70.000	19.250	19.248	-2	0,00
4368 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS	80.680.044	-58.649.636	22.030.408	21.944.395	21.944.391	14.193.285	64,43
4369 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE PACIENTES COM TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS	9.577.920	-6.799.999	2.777.921	2.777.908	2.777.907	2.233.509	80,40
4370 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS E DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST	94.000.000	1.205.398	95.205.398	95.205.390	95.205.390	72.800.745	76,47
4372 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE POR MEIO DA MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	13.027.364	-12.002	13.015.362	11.502.532	11.502.538	4.964.547	38,14
4373 RESIDÊNCIA MÉDICA NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	1.145.027	0	1.145.027	1.145.023	1.145.023	1.145.023	100,00
4374 RESIDÊNCIA MÉDICA NO INSTITUTO NACIONAL DO CâNCER	1.300.000	0	1.300.000	1.299.995	1.299.994	1.299.358	99,95
4375 RESIDÊNCIA MÉDICA NOS HOSPITAIS DA REDE PRÓPRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	10.573.000	0	10.573.000	9.609.799	9.609.798	9.554.523	90,37
4376 SAÚDE OCULAR E PREVENÇÃO DA CEGUEIRA	3.530.000	-6.000	3.524.000	2.970.509	2.970.509	642.500	18,23
4379 SERVIÇO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	7.803.496	-7.803.504	-8	-15	-24	-28	350,00
4380 SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE, DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	12.428.800	0	12.428.800	11.134.403	11.134.403	4.907.067	39,48
4381 SERVIÇO DE REFERÊNCIA DE QUALIDADE EM SAÚDE DO INSTITUTO NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE EM SAÚDE - INCOQS	1.724.443	-6	1.724.437	1.721.932	1.721.928	1.435.863	83,27
4382 SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	24.652.062	-24.652.055	7	37.780	37.777	26.095	372.785,71
4383 VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO	60.675.255	-60.675.238	17	54.258	54.247	24.924	146.611,76
4386 PESQUISAS NO CAMPO DE MEDICINA TROPICAL E MEIO-AMBIENTE DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS - IEC	10.385.147	-1.000.001	9.385.146	9.264.214	9.264.208	7.032.134	74,93
4388 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - DATASUS	14.016.000	1	14.016.001	13.613.413	13.613.417	9.305.538	66,39
4453 AQUISIÇÃO, ACONDICIONAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS	155.753.907	-155.753.904	3	-2	-10	-10	-333,33
4455 ACREDITAÇÃO E HABILITAÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	3.690.043	0	3.690.043	-4	-4	-4	0,00
4456 IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	330.000	-66.000	264.000	104.000	104.000	0	0
4458 PESQUISAS CIENTÍFICAS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	15.076.128	-15.076.140	-12	-28	-34	-37	308,33
4525 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	5.696.370	-1.152.370	4.544.000	4.036.000	4.035.999	1.306.665	28,76
4530 IMPLEMENTAÇÃO DA PROMOÇÃO À SAÚDE	8.342.000	0	8.342.000	7.859.189	7.859.189	6.040.786	72,41
4560 FITOTERAPIA EM SAÚDE PÚBLICA	491.000	0	491.000	0	0	0	0
4572 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	9.724.572	2	9.724.574	8.900.688	8.900.691	7.876.462	81,00
4586 FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O SETOR SAÚDE	2.723.500	0	2.723.500	2.071.643	2.071.642	1.921.642	70,56
5516 CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE	970.000	0	970.000	926.961	926.961	926.961	95,56
5518 CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS	1.068.500	0	1.068.500	501.870	501.870	501.870	46,97
5528 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	1.765.000	4.447.000	6.212.000	4.578.152	4.578.152	0	0
5589 MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE LABORATÓRIOS OFICIAIS DE PRODUÇÃO FARMACÊUTICA	120.000	-24.000	96.000	96.000	96.000	0	0
5600 VACINAÇÃO DE IDOSO COM 60 ANOS DE IDADE OU MAIS	49.700.000	-49.700.000	0	0	0	0	#Núml
5602 MULTIVACINAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE	12.000.000	2	12.000.002	11.521.800	11.521.796	10.411.880	86,77
5776 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE	24.034.996	-4.766.997	19.267.999	15.533.621	15.533.621	602.099	3,12
Total do Órgão:	2.344.020.529	629.278.055	2.973.298.584	2.839.530.606	2.839.530.351	2.461.836.259	82,80

41 MINISTERIO DAS COMUNICACOES

0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	213.466.950	213.466.950	212.036.292	212.036.292	211.935.092	99,28
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	0	201.373.000	201.373.000	201.303.067	201.303.067	201.269.616	99,95

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	Sector:	Subfunção:	ProjAtiv:	Fonte: 151	Localidade:	Elemento:
	UO:	Função:	Programa:	Subtítulo:	Gnd:	UF:	

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (119 ReDespesas Totais por Órgão/ProjAt Emissão: 26/8/2005 17:23:05

Pág. 5 de 6

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
Total do Órgão:	0	414.839.950	414.839.950	413.339.359	413.339.359	413.204.708	99,61
52 MINISTERIO DA DEFESA							
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	0	4.821.600	4.821.600	3.696.598	3.696.596	3.696.597	76,67
Total do Órgão:	0	4.821.600	4.821.600	3.696.598	3.696.596	3.696.597	76,67
90 RESERVA DE CONTINGENCIA							
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA - SEGURIDADE	684.316.260	-682.243.285	2.072.975	0	0	0	
Total do Órgão:	684.316.260	-682.243.285	2.072.975	0	0	0	0,00
99 TOTAL UNIÃO							
0024 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA RELATORIA GERAL	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	0	0	0	0	0	0	#Núml
Total Geral	3.230.164.499	4.325.062.243	7.555.226.742	7.356.804.118	7.356.803.805	6.897.270.373	91,29

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (119 RelDespesas Totais por Órgão/ProjAt Emissão: 26/8/2005 17:23:05

Pág. 6 de 6

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
01 CAMARA DOS DEPUTADOS							
0396 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	220.000.000	1.061.747	221.061.747	221.061.740	221.061.731	220.899.967	99,93
0397 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS COM PENSIONISTAS DO EXTINTO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS - IPC	40.000.000	0	40.000.000	39.999.996	39.999.990	36.249.690	90,62
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	10.282.107	-1.061.747	9.220.360	9.123.515	9.123.511	9.098.545	98,68
Total do Órgão:	270.282.107	0	270.282.107	270.185.251	270.185.232	266.248.202	98,51
02 SENADO FEDERAL							
0396 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	220.357.107	1.500.001	221.857.108	221.856.691	221.856.673	221.856.673	100,00
0397 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS COM PENSIONISTAS DO EXTINTO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS - IPC	10.602.238	-1.500.000	9.102.238	9.102.238	9.102.231	9.102.231	100,00
Total do Órgão:	230.959.345	1	230.959.346	230.958.929	230.958.904	230.958.904	100,00
10 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL							
0396 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	13.180.011	0	13.180.011	13.180.011	13.180.007	13.180.007	100,00
Total do Órgão:	13.180.011	0	13.180.011	13.180.011	13.180.007	13.180.007	100,00
12 JUSTICA FEDERAL							
0396 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	211.400.000	-1	211.399.999	211.358.566	211.358.538	211.355.493	99,98
Total do Órgão:	211.400.000	-1	211.399.999	211.358.566	211.358.538	211.355.493	99,98
14 JUSTICA ELEITORAL							
0396 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	230.750.106	-7	230.750.099	230.280.318	230.280.199	229.893.371	99,63
Total do Órgão:	230.750.106	-7	230.750.099	230.280.318	230.280.199	229.893.371	99,63
15 JUSTICA DO TRABALHO							
0396 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	76.661.947	-2	76.661.945	76.661.935	76.661.935	76.611.835	99,93
Total do Órgão:	76.661.947	-2	76.661.945	76.661.935	76.661.935	76.611.835	99,93
20 PRESIDENCIA DA REPUBLICA							
3179 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES	85.250.000	200.000	85.450.000	42.099.999	42.099.999	0	
3989 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES	35.500.000	400.000	35.900.000	16.729.333	16.729.334	898.000	2,50
Total do Órgão:	120.750.000	600.000	121.350.000	58.829.332	58.829.333	898.000	0,74
22 MINISTERIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENT							
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	33.183.000	-1	33.182.999	33.178.296	33.178.293	26.958.866	81,24
2158 OPERACIONALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS A FAMÍLIAS CARENTES	5.077.000	2	5.077.002	4.705.200	4.705.192	4.480.587	88,25
4244 AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	90.498.000	1	90.498.001	72.523.741	72.523.741	65.437.543	72,31
Total do Órgão:	128.758.000	2	128.758.002	110.407.237	110.407.226	96.876.996	75,24
24 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	33.891.000	7.999.999	41.890.999	40.566.717	40.566.711	39.567.924	94,45
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	5.375.000	0	5.375.000	4.079.309	4.079.307	4.079.307	75,89
Total do Órgão:	39.266.000	7.999.999	47.265.999	44.646.026	44.646.018	43.647.231	92,34
25 MINISTERIO DA FAZENDA							
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	25.870.000	0	25.870.000	20.125.241	20.125.239	20.125.239	77,79
Total do Órgão:	25.870.000	0	25.870.000	20.125.241	20.125.239	20.125.239	77,79
26 MINISTERIO DA EDUCACAO							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	1.028.551.675	-16.405.364	1.012.146.311	1.010.886.985	1.010.886.826	1.009.417.478	99,73
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	66.641.297	892.638	67.533.935	67.514.445	67.514.421	66.248.295	98,10
4010 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO	113.411.123	15.512.718	128.923.841	128.918.135	128.918.129	128.918.129	100,00
4037 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	553.323.016	0	553.323.016	540.824.436	540.824.368	540.756.330	97,73
4042 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	16.119.000	0	16.119.000	15.284.351	15.284.351	15.284.351	94,82

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	Sector:	Subfunção:	ProjAtiv:	Fonte: 153	Localidade:	Elemento:
	UO:	Função:	Programa:	Subtítulo:	Gnd:	UF:	

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (119 RelDespesas Totais por Órgão/ProjAt Emissão: 26/8/2005 17:23:33

Pág. 1 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
Total do Órgão:	1.778.046.111	-8	1.778.046.103	1.763.428.352	1.763.428.095	1.760.624.583	99,02
30 MINISTERIO DA JUSTICA							
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	6.200.064	540.000	6.740.064	5.210.400	5.210.400	5.210.400	77,30
Total do Órgão:	6.200.064	540.000	6.740.064	5.210.400	5.210.400	5.210.400	77,30
33 MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL							
0005 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	609.240.093	75.398.751	684.638.844	684.638.740	684.638.740	523.905.853	76,52
0132 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	0	640.730.000	640.730.000	640.729.997	640.729.999	640.729.999	100,00
0133 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS	0	0	0	-3	-3	-3	#Div/0!
0134 PAGAMENTO DE PENSÕES	0	923.042.561	923.042.561	923.042.557	923.042.558	923.042.558	100,00
0136 PAGAMENTO DE AUXÍLIOS	0	0	0	-1	-2	-2	#Div/0!
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	1.322.026.802	4.131.336	1.326.158.138	1.309.589.614	1.309.589.594	1.309.561.036	98,75
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	334.610.698	2.030.233	336.640.931	336.134.250	336.134.244	336.043.844	99,82
0536 PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	265.697.639	0	265.697.639	259.834.367	259.834.369	259.834.369	97,79
0561 PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR IDADE	542.512.000	0	542.512.000	542.511.997	542.511.993	542.489.060	100,00
0565 PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR INVALIDEZ	895.924.000	0	895.924.000	895.923.997	895.923.993	895.916.724	100,00
0573 PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA IDOSA	469.724.840	0	469.724.840	469.646.134	469.646.135	469.646.135	99,98
0575 PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	1.265.135.773	0	1.265.135.773	1.265.135.765	1.265.135.766	1.265.074.532	100,00
0615 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA	174.398.751	-73.398.751	101.000.000	99.999.997	99.999.996	99.928.836	98,94
1001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE	690.000	0	690.000	610.000	610.000	130.000	18,84
1394 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTRO DE IDOSO	200.000	0	200.000	160.000	160.000	0	
1470 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR COM INSTITUIÇÕES FECHADAS	1.290.408	0	1.290.408	1.290.407	1.290.407	819.325	63,49
1471 CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS, GESTORES E TÉCNICOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	672.005	0	672.005	490.661	490.660	490.660	73,01
1477 ESTUDO PARA AVALIAÇÃO DE DADOS DO CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS	90.000	0	90.000	90.000	90.000	24.000	26,67
1478 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	147.763	1	147.764	147.758	147.758	109.707	74,24
1481 AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	60.427.389	-2.000.002	58.427.387	46.611.034	46.611.032	26.870.070	45,99
1487 REVISÃO E AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA IDOSA	4.850.736	-930.553	3.920.183	3.920.183	3.920.183	0	
1488 REVISÃO E AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	7.682.080	-1.742.228	5.939.852	5.939.852	5.939.852	0	
2002 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.500.000	2	4.500.002	4.499.899	4.499.899	4.455.537	99,01
2025 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS	1.131.103.484	-6.161.564	1.124.941.920	1.120.445.638	1.120.445.631	1.117.329.526	99,32
2060 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA	66.049.200	0	66.049.200	63.401.027	63.401.027	57.474.871	87,02
2556 ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE	228.255.849	16.117.733	244.373.582	231.921.455	231.921.372	219.004.895	89,62
2558 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	11.034.800	0	11.034.800	10.006.182	10.006.178	8.760.539	79,39
2559 ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA	32.489.820	-8.106.880	24.382.940	23.993.460	23.993.411	21.472.857	88,07
2560 ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA DO ABRIGO CRISTO REDENTOR - RJ	1.500.000	0	1.500.000	1.300.000	1.300.000	1.300.000	86,67
2561 ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	62.882.000	-4.010.861	58.871.139	57.801.725	57.801.667	54.643.101	92,82
2562 AUDITORIA PREVENTIVA E CORRETIVA EM ROTINAS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS	10.641.725	-4.000.004	6.641.721	6.639.024	6.639.027	5.769.684	86,87
2563 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	11.788.894	3	11.788.897	11.692.689	11.692.686	11.489.873	97,46
2564 CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS	6.790.000	0	6.790.000	6.573.232	6.573.232	6.573.232	96,81
2567 COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	2.942.010	-1	2.942.009	2.941.993	2.941.990	2.830.868	96,22
2568 COBRANÇA DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	873.000	-1	872.999	872.979	872.980	495.597	56,77
2569 CONCESSÃO DA BOLSA CRIANÇA-CIDADÃ	53.615.000	0	53.615.000	47.407.300	47.407.300	46.108.240	86,00
2570 FISCALIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	5.674.500	-2	5.674.498	5.674.486	5.674.481	5.627.991	99,18
2571 ORIENTAÇÃO AOS SEGURADOS PARA PREVENÇÃO DE DOENÇAS OCUPACIONAIS E DE ACIDENTES DO TRABALHO	436.500	-1	436.499	202.465	202.464	136.248	31,21

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Setor: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	------------	----------------	----------------------	----------------------	-----------------	-----------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (119 RelDespesas Totais por Órgão/ProjAt Emissão: 26/8/2005 17:23:33

Pág. 2 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2572 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	2.507.838	0	2.507.838	12.622	12.619	4.149	0,17
2573 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA	3.336.000	0	3.336.000	0	0	0	
2574 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	13.344.000	0	13.344.000	0	0	0	
2576 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PRESTADORES DE SERVIÇO PELO RECEBIMENTO DAS GUIAS DO FGTS E DE INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL	56.314.320	0	56.314.320	56.314.007	56.314.006	8.953	0,02
2577 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PRESTADORES DE SERVIÇO PELO RECOLHIMENTO DAS GUIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	86.257.515	0	86.257.515	86.257.509	86.257.507	3.377	0,00
2579 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DAS GUIAS DO FGTS E INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.940.000	0	1.940.000	1.939.998	1.939.999	1.891.199	97,48
2580 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DAS GUIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	21.185.600	-1	21.185.599	21.185.599	21.185.599	17.671.195	83,41
2581 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	194.140.000	-1	194.139.999	194.139.996	194.139.995	193.777.837	99,81
2582 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFÍCIO DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	1.600.000	0	1.600.000	333.332	333.332	333.332	20,83
2583 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA	1.400.000	0	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	100,00
2584 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	1.600.000	0	1.600.000	1.600.000	1.600.000	1.600.000	100,00
2585 SERVIÇO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	6.790.000	-2	6.789.998	6.574.866	6.574.865	5.688.991	83,78
2589 SERVIÇOS DE CONCESSÃO E CESSAÇÃO DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA	2.346.300	0	2.346.300	2.344.580	2.344.580	2.344.580	99,93
2590 SERVIÇOS DE CONCESSÃO E CESSAÇÃO DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	684.750	0	684.750	684.750	684.750	684.750	100,00
2591 SERVIÇOS DE CONCESSÃO, MANUTENÇÃO E CESSAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	41.945.613	-13	41.945.600	41.900.039	41.900.038	41.148.056	98,10
2592 SUPERVISÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	546.928	0	546.928	546.785	546.784	546.784	99,97
2596 ORIENTAÇÃO TÉCNICA ÀS EMPRESAS E AOS SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.028.480	-3	5.028.477	3.997.929	3.997.932	3.514.661	69,90
2910 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	235.742.329	2.672.770	238.415.099	231.566.363	231.566.363	7.227.620	3,03
4405 SERVIÇO DE TELEATENDIMENTO - PREVFOPE/ PREVNET/ PREVFAZIL	4.365.000	0	4.365.000	3.936.174	3.936.173	2.937.675	67,30
4446 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA NO COMBATE À PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIL	5.100.000	0	5.100.000	5.001.307	5.001.307	4.691.007	91,98
4589 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.401.860	-2	4.401.858	4.352.753	4.352.752	4.332.526	98,42
4591 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	137.107	0	137.107	137.060	137.060	137.060	99,97
4593 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	322.072	0	322.072	321.915	321.915	290.843	90,30*
5398 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE	10.000	0	10.000	0	0	0	
5500 IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA	400.000	0	400.000	384.378	384.378	384.378	96,09
5509 REFORMULAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	16.190.894	1	16.190.895	16.189.392	16.189.389	15.621.837	96,49
5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	15.787.000	-1	15.786.999	15.514.580	15.514.578	8.299.426	52,57
Total do Órgão:	8.309.321.365	1.563.772.520	9.873.093.885	9.778.456.794	9.778.456.540	9.172.629.998	92,91

35 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	52.490.000	0	52.490.000	52.269.326	52.269.324	52.269.324	99,58
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	38.936.000	-8.000.000	30.936.000	37.141.155	37.141.156	37.141.156	120,06
Total do Órgão:	91.426.000	-8.000.000	83.426.000	89.410.481	89.410.480	89.410.480	107,17

36 MINISTÉRIO DA SAÚDE

0005 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	91.510.318	-91.510.318	0	-2	-1	-1	#Div/0!
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	1.487.679.200	-1.451.996	1.486.227.204	1.484.634.407	1.484.634.387	1.484.364.026	99,87
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	454.139.000	12.277	454.151.277	453.251.132	453.251.122	453.165.402	99,78
0218 CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS	13.393.612	0	13.393.612	13.393.607	13.393.607	13.393.607	100,00
0221 CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL SAÚDE - OMS	13.311.877	0	13.311.877	13.311.872	13.311.872	13.311.872	100,00

CRITÉRIOS	Órgão:	Sector:	Subfunção:	ProjAtiv:	Fonte: 153	Localidade:	Elemento:
SELECIONADOS:	UO:	Função:	Programa:	Subtítulo:	Gnd:	UF:	

Fonte: SIAFI/STN. Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (119 RelDespesas Totais por Órgão/ProjAt) Emissão: 26/8/2005 17:23:34

Pag. 3 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. # REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
0587 ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BÁSICO COM O PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, REFERENTE À PARTE FIXA NOS MUNICÍPIOS EM GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA	540.001.000	-1	540.000.999	509.834.208	509.834.201	509.089.558	94,28
0589 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA	210.000.000	-8	209.999.994	209.605.818	209.605.791	205.455.530	97,84
0591 INCENTIVO-BÔNUS PARA ASSISTÊNCIA, ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO FORA DA UNIDADE HOSPITALAR DE PACIENTE PORTADOR DE AGRAVO MENTAL	6.800.000	-6.800.000	0	0	0	0	
0593 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - FARMÁCIA BÁSICA	0	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000	12.499.785	89,28
0597 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	93.118.460	109.491.952	202.610.412	196.183.336	196.183.336	187.645.429	92,61
0599 INCENTIVO-BÔNUS PARA PACIENTE DE HANSENIASE EM TRATAMENTO CURADO	0	500.000	500.000	0	0	0	
0601 INCENTIVO-BÔNUS PARA DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE PACIENTES COM TUBERCULOSE	0	5.800.000	5.800.000	5.797.933	5.797.933	4.630.174	79,83
1816 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	43.000.000	-3	42.999.997	41.793.196	41.793.195	4.933.895	11,47
1823 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	283.767.369	-26.370.388	237.396.981	198.926.810	198.926.808	28.934.474	12,19
1837 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	66.000.000	-3	65.999.997	44.640.447	44.640.438	26.251.243	39,77
1967 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	0	0	0	0	0	0	
2010 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	5.500.000	-5.499.999	1	3	-1	-1	-100,00
2011 AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	11.000.000	-10.999.999	1	1	-1	-1	-100,00
2012 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	23.946.590	-23.946.588	2	1	-2	-2	-100,00
2025 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS	1.171.942.472	-1.170.502.731	1.439.741	1.088.996	1.088.965	1.088.965	75,64
3859 IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS	69.728.447	-2.000.002	67.728.445	34.917.635	34.917.566	6.010.007	8,87
3860 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS	59.171.815	-38.000	59.133.815	39.532.040	39.532.039	3.004.210	5,08
3861 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS	94.357.906	-1.820.000	92.537.906	53.419.726	53.419.639	8.298.528	8,97
3862 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	0	0	0	0	0	0	
3863 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	0	0	0	0	0	
3865 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	0	0	0	0	0	#Núml
3867 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	0	0	0	0	0	0	
3868 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	0	0	-2	-3	-4	#Div0!
3870 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	0	0	0	0	0	#Núml
3875 ADEQUAÇÃO DA PLANTA DE PRODUÇÃO DE VACINAS	9.119.000	-2	9.118.998	9.116.429	9.116.424	6.919.560	75,88
3877 AUTO-SUFICIÊNCIA NACIONAL EM IMUNOBIOLOGICOS	6.000.000	-2.958.000	3.042.000	2.383.315	2.383.315	824.860	27,12
3882 NÚCLEOS DE REABILITAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	0	660.000	660.000	0	0	0	
3883 DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDEMICAS DE MALÁRIA	11.500.000	0	11.500.000	10.020.073	10.020.073	0	
3885 ESTUDO COMPARATIVO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS FORMAS DE GESTÃO COM A ATENÇÃO BÁSICA	587.400	0	587.400	119.400	119.400	35.084	5,97
3886 IMPLANTAÇÃO DE NOVOS MODELOS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E CONTROLE SOCIAL DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA PROMOVER A DESCENTRALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.720.500	0	2.720.500	2.608.630	2.608.630	2.008.630	73,83
3898 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DE CâNCER	6.454.617	0	6.454.617	6.454.616	6.454.615	2.549.739	39,50
3905 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESSARCIMENTO AS UNIDADES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PELO ATENDIMENTO A SEGURADOS DE PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	309.939	0	309.939	-1	-1	-1	0,00
3909 PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA PARA CONTROLE DO CâNCER	13.450.000	0	13.450.000	13.445.361	13.445.359	6.629.981	49,29
3913 SANEAMENTO BÁSICO EM COMUNIDADES INDÍGENAS	3.066.250	0	3.066.250	2.599.476	2.599.479	394.343	12,86

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (119 RelDespesas Totais por Órgão/ProjAt Emissão: 26/8/2005 17:23:34

Pág. 4 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3914 IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO NACIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	19.180.265	19.180.265	10.778.264	10.778.264	3.985.480	20,78*
3920 IMPLANTAÇÃO EM UNIDADES DE SAÚDE DE SERVIÇOS PARA TRATAMENTO DOS AGRAVOS RELATIVOS A SAÚDE DO TRABALHADOR	0	5.138.250	5.138.250	3.168.904	3.168.904	0	
3921 MELHORIA HABITACIONAL PARA O CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS	38.548.303	0	38.548.303	19.730.608	19.730.605	3.312.720	8,59
3926 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ	12.848.300	0	12.848.300	12.848.290	12.848.290	9.356.017	72,82
3928 PROMOÇÃO DE EVENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0	281.580	281.580	0	0	0	
3944 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA	1.000.000	0	1.000.000	999.997	999.995	897.973	89,80
3984 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA CONTROLE DE AGRAVOS	6.230.000	0	6.230.000	1.315.983	1.315.982	12.358	0,20
3992 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL SOBRE FATORES BIOLÓGICOS, FÍSICOS E QUÍMICOS DETERMINANTES E CONDICIONANTES DE AGRAVOS A SAÚDE	12.043.667	-4.943.825	7.099.842	6.176.494	6.176.491	5.981.766	84,25
3993 ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS	1.367.000	-1.100.000	267.000	0	0	0	
3994 ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGISUS	0	500.000	500.000	368.579	368.579	0	
4299 ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISAS NO CAMPO DA SAÚDE - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS	199.706.972	17.242.749	216.949.721	216.949.721	216.949.721	206.170.806	95,03
4301 ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR DO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA	75.213.176	1	75.213.177	74.805.221	74.805.209	71.970.785	95,69
4302 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PÚBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	610.526.584	-29.999.998	580.526.586	575.657.373	575.657.339	544.690.085	93,83
4306 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.299.435.600	511.524.448	1.810.960.048	1.810.646.760	1.810.646.729	1.805.914.363	99,72
4307 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	790.035.920	834.708.369	1.624.744.289	1.624.072.720	1.624.072.637	1.616.057.853	99,47
4314 CONTROLE DA TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS DE INTERESSE SANITÁRIO	0	3.900.000	3.900.000	1.200.000	1.200.000	247.204	6,34
4317 CONTROLE DAS ENDEMIAS FOCAIS E OUTRAS	0	75.100.000	75.100.000	68.786.587	68.786.586	60.149.115	80,09
4324 COOPERAÇÃO MÚTUA COM A MARINHA BRASILEIRA PARA OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E AÇÕES DE SAÚDE NOS NAVIOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR - NASH, OSWALDO CRUZ E CARLOS CHAGAS, PARA ATENDIMENTO DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DA REGIÃO AMAZÔNICA	321.000	0	321.000	320.996	320.996	285.306	88,88
4328 PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CÂNCER CÉRVICO-UTERINO	23.250.000	0	23.250.000	23.173.634	23.173.627	20.560.400	88,43
4329 DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CASOS DE MALARIA	0	77.599.997	77.599.997	72.429.577	72.429.580	54.531.404	70,27
4334 ENSINO EM SAÚDE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	0	5.538.916	5.538.916	5.451.878	5.451.881	4.907.274	88,60
4342 FUNCIONAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO INDÍGENA	0	41.291.643	41.291.643	38.925.870	38.925.870	35.571.390	86,15
4355 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0	7.073.414	7.073.414	7.072.541	7.072.541	6.344.524	89,70
4367 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INSULINA, HIPOGLICEMANTES ORAIS E CORRELATOS PARA DIABÉTICOS	0	22.699.999	22.699.999	22.699.999	22.699.999	22.699.999	100,00
4368 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS	5.000.000	57.601.635	62.601.635	58.601.633	58.601.633	37.687.453	60,20
4369 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE PACIENTES COM TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS	0	6.800.000	6.800.000	6.799.996	6.799.996	5.023.225	73,87
4370 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS E DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST	0	118.073.098	118.073.098	118.073.097	118.073.097	70.957.917	60,10
4379 SERVIÇO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	0	7.803.489	7.803.489	7.801.996	7.801.995	7.142.141	91,52
4382 SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0	24.652.066	24.652.066	21.854.114	21.854.113	16.470.442	66,81
4383 VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO	0	48.932.779	48.932.779	46.974.908	46.974.908	38.143.127	77,95
4388 PESQUISAS NO CAMPO DE MEDICINA TROPICAL E MEIO-AMBIENTE DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS - IEC	5.850.290	0	5.850.290	5.827.411	5.827.410	5.827.410	99,61
4453 AQUISIÇÃO, ACONDICIONAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS	0	155.753.908	155.753.908	155.706.103	155.706.103	148.441.358	95,31
4456 IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	1.030.000	0	1.030.000	1.029.861	1.029.861	437.270	42,45

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UF:	Setor: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	-------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (119 ReDespesas Totais por Órgão/ProjAt Emissão: 26/8/2005 17:23:34

Pág. 5 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
4458 PESQUISAS CIENTÍFICAS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	0	15.076.119	15.076.119	14.877.356	14.877.356	12.538.124	83,17
4525 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	3.740.000	-48.000	3.692.000	3.692.000	3.692.000	2.100.000	56,88
5528 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	66.000.000	-8.200.000	57.800.000	38.451.248	38.451.248	0	
5569 MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE LABORATÓRIOS OFICIAIS DE PRODUÇÃO FARMACÊUTICA	8.000.000	-1.600.000	6.400.000	6.399.999	6.399.999	2.200.000	34,38
5598 ERRADICAÇÃO DO AEDS AEGYPTI PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE	69.281.091	-1.054.100	68.226.991	62.833.942	62.833.936	58.169.785	85,26
5600 VACINAÇÃO DE IDOSO COM 60 ANOS DE IDADE OU MAIS	0	49.700.000	49.700.000	49.699.883	49.699.883	47.787.717	96,15
5668 SANEAMENTO E DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	8.300.000	-300.000	8.000.000	6.638.736	6.638.736	0	
Total do Órgão:	8.009.303.675	845.492.995	8.854.796.670	8.563.920.742	8.563.920.284	7.908.011.683	89,31
38 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	284.147.082	1	284.147.083	284.123.273	284.123.267	284.123.267	99,99
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	93.450.158	1	93.450.159	93.369.150	93.369.148	93.369.148	99,91
5405 QUALIFICAÇÃO PARA MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	377.597.240	2	377.597.242	377.492.423	377.492.415	377.492.415	99,97
39 MINISTERIO DOS TRANSPORTES							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	367.572.266	-3.000.000	364.572.266	361.995.776	361.995.767	359.900.163	98,72
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	298.100.855	3.000.000	301.100.855	300.924.289	300.924.284	300.816.335	99,91
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	32.200.000	0	32.200.000	20.850.067	20.850.066	19.604.934	60,88
5620 CONSTRUÇÃO DE ANÉIS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	697.873.121	0	697.873.121	683.770.132	683.770.117	680.321.432	97,48
42 MINISTERIO DA CULTURA							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	15.876.295	0	15.876.295	15.875.224	15.875.216	15.875.216	99,99
4491 APOIO A PROJETOS CULTURAIS	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	15.876.295	0	15.876.295	15.875.224	15.875.216	15.875.216	99,99
44 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE							
1990 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL RELATIVO À GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS	0	0	0	0	0	0	
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	5.844.054	0	5.844.054	5.714.061	5.714.062	5.713.742	97,77
Total do Órgão:	5.844.054	0	5.844.054	5.714.061	5.714.062	5.713.742	97,77
47 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GES							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	69.901.250	0	69.901.250	69.835.919	69.835.919	69.835.919	99,91
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	11.634.000	0	11.634.000	11.617.699	11.617.696	11.617.696	99,86
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	11.995.000	0	11.995.000	10.205.909	10.205.907	10.205.907	85,08
Total do Órgão:	93.530.250	0	93.530.250	91.659.527	91.659.522	91.659.522	98,00
49 GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINARIO DE POLIT							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	109.167.000	-3	109.166.997	109.079.278	109.079.278	109.079.278	99,92
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	15.384.000	0	15.384.000	15.380.040	15.380.040	15.380.040	99,97
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	9.758.000	0	9.758.000	9.758.000	9.758.000	9.758.000	100,00
Total do Órgão:	134.309.000	-3	134.308.997	134.217.318	134.217.318	134.217.318	99,93
52 MINISTERIO DA DEFESA							
0179 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	4.082.592.189	-1	4.082.592.188	4.058.142.378	4.058.142.349	4.058.142.349	99,40
0180 PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	2.668.902.693	604.252.998	3.273.155.691	3.259.884.772	3.259.884.759	3.259.884.759	99,59
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	513.491.129	-4.252.998	509.238.131	505.908.513	505.908.487	505.908.487	99,35
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	322.303.830	-1	322.303.829	286.046.099	286.046.071	286.046.071	88,75
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	27.191.110	-5	27.191.105	23.096.007	23.096.006	21.861.002	80,40
2436 MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PRÓPRIOS	6.466.303	-1	6.466.302	5.499.357	5.499.355	5.480.735	84,76
2897 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXERCÍTO	18.783.906	-2	18.783.904	16.439.226	16.439.229	15.565.486	82,87

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Fonte 151: CSLL

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
20 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	66.707.934	-28.871.691	37.836.243	34.488.667	34.488.654	34.392.614	90,90
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	52.160.393	-17.265.571	34.894.822	33.032.423	33.032.417	33.012.657	94,61
3179 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES	40.326.404	0	40.326.404	25.410.000	25.410.000	1.250.000	3,10
3969 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES	33.600.000	0	33.600.000	18.021.719	18.021.719	2.414.000	7,18
Total do Órgão:	192.794.731	-46.137.262	146.657.469	110.952.809	110.952.790	71.069.271	48,46
22 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENT							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	0	0	0	0	0	
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	0	0	0	0	0	0	#Núml
25 MINISTÉRIO DA FAZENDA							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	1.182.441.853	-200.000.000	982.441.853	979.937.253	979.937.250	979.887.753	99,74
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	315.921.891	2	315.921.893	315.820.932	315.820.928	315.787.956	99,96
Total do Órgão:	1.498.363.744	-199.999.998	1.298.363.746	1.295.758.185	1.295.758.178	1.295.675.709	99,79
26 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	0	0	0	0	0	
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	0	0	0	0	0	0	#Núml
30 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	312.142.854	0	312.142.854	309.837.574	309.837.568	307.022.391	98,36
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	207.716.335	0	207.716.335	207.274.861	207.274.861	206.672.634	99,50
Total do Órgão:	519.859.189	0	519.859.189	517.112.435	517.112.429	513.695.025	98,81
33 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL							
0136 PAGAMENTO DE AUXÍLIOS	35.249.102	-33.449.176	1.799.926	1.799.925	1.799.924	1.799.924	100,00
0141 PAGAMENTO DE SALÁRIO-MATERNIDADE	35.869.271	-34.066.306	1.802.965	1.802.964	1.802.964	1.802.964	100,00
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	6.137.258	6.137.258	6.137.258	6.137.258	3.886.852	63,33
0561 PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR IDADE	19.137.422	-18.177.814	959.608	959.606	959.605	959.605	100,00
0565 PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR INVALIDEZ	17.533.421	-16.856.750	876.671	876.671	876.671	876.671	100,00
0575 PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - LOAS	63.504.076	-60.328.872	3.175.204	3.175.204	3.175.204	3.175.204	100,00*
1001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE	0	0	0	0	0	0	
1481 AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	20.100.000	-13.579.418	6.520.582	5.333.791	5.333.790	2.858.301	43,84
2000 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	33.173.451	369.990	33.543.441	33.155.317	33.155.312	23.258.488	69,34
2001 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES	212.000	1	212.001	2.920	2.918	743	0,35
2002 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	988.000	-2	987.998	986.762	986.763	985.901	99,79
2003 AÇÕES DE INFORMÁTICA	0	280.000	280.000	166.221	166.222	166.222	59,37
2015 FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.613.553	0	4.613.553	4.613.548	4.613.549	4.612.108	99,97
2017 COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	5.269.600	-3	5.269.597	5.155.819	5.155.816	5.155.796	97,84
2025 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS	75.731.512	2	75.731.514	75.731.516	75.731.503	74.222.137	98,01
2556 ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE	0	0	0	0	0	0	
2558 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM ABRIGO	0	0	0	0	0	0	
2559 ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA	0	0	0	0	0	0	
2562 AUDITORIA PREVENTIVA E CORRETIVA EM ROTINAS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS	10.656.725	-9	10.656.716	9.333.354	9.333.359	9.102.198	85,41
2578 SERVIÇO DE PERÍCIA MÉDICA	42.036.607	-14.051.399	27.985.208	25.114.361	25.114.362	21.138.626	75,53
2587 SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/ OUVIDORIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	432.000	106.214	538.214	530.626	530.622	530.622	98,59
2593 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	171.187.727	-16.131.582	155.056.145	153.561.796	153.561.802	145.693.649	93,96
4405 SERVIÇOS INTERATIVOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVPONE/PREVNET/PREVFÁCIL	3.880.000	-1.950.000	1.930.000	1.779.998	1.779.998	1.779.994	92,23
4572 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	4.888.000	-6	4.887.994	3.500.339	3.500.345	3.215.510	65,78

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:17:05

Pág. 1 de 5

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. e REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
4589 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.573.995	-1	4.573.994	4.222.803	4.222.797	4.044.180	88,42
4591 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	137.107	-1	137.106	102.316	102.316	102.316	74,63
4593 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	972.097	-1	972.096	968.662	968.658	906.451	93,25
5398 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE	0	0	0	0	0	0	
5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	20.000.000	-16.699.717	3.300.283	4.433.444	4.433.442	2.518.293	76,31
Total do Órgão:	570.145.666	-218.197.592	351.948.074	343.445.221	343.445.200	312.792.755	88,87

36 MINISTÉRIO DA SAÚDE

0218 CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS	13.593.000	0	13.593.000	13.592.993	13.592.993	13.592.993	100,00
0219 CONTRIBUIÇÃO AO CENTRO LATINO AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - BIREME	472.800	0	472.800	472.800	472.800	472.800	100,00
0220 CONTRIBUIÇÃO À UNIÃO INTERNACIONAL CONTRA O CâNCER - UICC	35.000	0	35.000	0	0	0	
0221 CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL SAÚDE - OMS	13.593.000	0	13.593.000	13.592.993	13.592.993	13.592.993	100,00
0593 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA - FARMÁCIA BÁSICA	84.145.000	0	84.145.000	84.144.899	84.144.898	80.462.818	95,62
0595 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	32.500.000	-1	32.499.999	32.499.909	32.499.900	29.876.296	91,93
0597 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	262.907.500	-4.839.999	258.067.501	258.067.384	258.067.373	251.288.682	97,37
0603 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA AÇÕES DE COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	83.631.746	-1	83.631.745	83.631.724	83.631.717	83.194.644	99,48
1823 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	119.521.976	-18.279.866	101.242.110	62.907.826	62.907.826	1.955.541	1,93
1867 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - REFORUS	0	0	0	0	0	0	
2000 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	89.061.335	20.242.951	109.304.286	108.779.821	108.779.789	93.930.551	85,93
2001 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES	4.270.000	1.525.003	5.795.003	5.541.057	5.541.043	4.658.025	80,38
2002 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	54.764.127	8.873.229	63.637.356	62.816.537	62.816.527	54.915.333	86,29
2003 AÇÕES DE INFORMÁTICA	11.326.000	300.001	11.626.001	11.002.535	11.002.535	6.539.795	56,25
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	122.138.237	-290.000	121.848.237	120.513.446	120.513.442	117.337.150	96,30
2010 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	28.124.705	-3.072.499	25.052.206	20.544.706	20.544.692	20.443.492	81,60
2011 AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	44.679.600	179.001	44.858.601	43.149.996	43.149.987	43.043.113	95,95
2012 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	95.901.570	-4.533.499	91.368.071	88.109.140	88.109.130	88.033.567	96,35
2016 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE	514.700	0	514.700	494.700	494.699	494.699	96,11*
2017 COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	14.350.000	0	14.350.000	14.349.997	14.349.996	14.345.112	99,97
3851 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	0	0	0	0	0	0	
3853 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	0	0	0	0	0	
3859 IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS	0	0	0	0	0	0	
3860 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS	0	0	0	0	0	0	
3861 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS	11.000.000	-1.750.000	9.250.000	1.837.837	1.837.837	0	
3870 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	21.000	21.000	0	0	0	
3887 Estudos e Pesquisas Sobre Saúde Bucal	0	0	0	0	0	0	
3888 ESTUDOS E PESQUISAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.443.480	0	2.443.480	1.851.615	1.851.614	1.189.314	48,67
3891 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO	0	0	0	0	0	0	
3907 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM	0	0	0	0	0	0	
3911 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO AMBULATORIAL DE SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL E DROGAS	60.000	-12.000	48.000	48.000	48.000	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	Sector:	Subfunção:	ProjAtiv:	Fonte: 151	Localidade:	Elemento:
	UO:	Função:	Programa:	Subtítulo:	Gnd:	UF:	

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:17:06

Pág. 2 de 5

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3984 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA CONTROLE DE AGRAVOS	6.000.000	-1.300.000	4.700.000	894.100	894.100	0	
3994 ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGISUS	0	5.000.000	5.000.000	11.480	11.480	0	
4291 ACREDITAÇÃO HOSPITALAR DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA, FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL	1.932.000	0	1.932.000	482.785	482.785	482.785	24,99
4294 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MICRONUTRIENTES PARA CRIANÇAS, GESTANTES E IDOSOS EM ÁREAS ENDÊMICAS DE MÁ NUTRIÇÃO	6.404.300	-5.000.000	1.404.300	762.631	762.631	757.915	53,97
4296 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FATORES DE COAGULAÇÃO PARA PACIENTES HEMOFÍLICOS	68.950.000	0	68.950.000	68.949.997	68.949.997	68.949.997	100,00
4301 ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR DO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA	35.502.000	-1	35.501.999	35.471.036	35.471.021	34.437.230	97,00
4302 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PÚBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	347.965.000	-191.738.523	156.226.477	156.194.189	156.194.154	146.106.619	93,52
4307 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	0	0	0	0	0	
4310 ATENDIMENTO DO DISQUE SAÚDE	386.000	0	386.000	336.000	336.000	336.000	87,05
4311 AUDITORIA ANALÍTICA E OPERATIVA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	9.644.000	-1	9.643.999	5.944.653	5.944.656	5.191.649	53,83
4313 TRATAMENTO DA HANSEÍASE E OUTRAS DERMATOSES	5.706.000	-570.001	5.135.999	1.344.645	1.344.645	62.198	1,21
4314 CONTROLE DA TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS DE INTERESSE SANITÁRIO	5.910.000	0	5.910.000	5.909.993	5.909.994	4.174.495	70,63
4315 CONTROLE DAS DOENÇAS CARDIOVASCULARES	295.500	0	295.500	295.500	295.500	295.500	100,00
4316 CONTROLE DAS DOENÇAS REUMÁTICAS	295.500	0	295.500	0	0	0	
4317 CONTROLE DAS ENDEMIAS FOCAIS: CÔLERA, ONCOCERCOSE, PESTE, TRACOMA E FILARIOSE	67.887.500	-8	67.887.492	67.039.115	67.039.121	59.499.121	87,64
4318 CONTROLE DE ZOONOSSES	0	0	0	0	0	0	
4319 CONTROLE DO DIABETES MELLITUS	1.032.500	-1	1.032.499	119.785	119.783	108.820	10,54
4324 COOPERAÇÃO MÚTUA COM A MARINHA BRASILEIRA PARA OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E AÇÕES DE SAÚDE NOS NAVIOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR - NASH, OSWALDO CRUZ E CARLOS CHAGAS, PARA ATENDIMENTO DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DA REGIÃO AMAZÔNICA	1.973.000	0	1.973.000	1.972.998	1.972.996	1.934.157	98,03
4325 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PROCESSOS E PRODUTOS DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS-FARMANGUINHOS	2.309.355	199.991	2.509.346	2.508.956	2.508.957	2.198.786	87,62
4326 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PROCESSOS E PRODUTOS DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS - BIO-MANGUINHOS	1.379.600	99.997	1.479.597	1.474.809	1.474.805	1.181.572	79,86
4328 PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CÂNCER CÉRVICO-UTERINO	23.555.000	0	23.555.000	23.554.804	23.554.799	19.525.255	82,89
4329 DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CASOS DE MALÁRIA	69.170.405	-5.000.015	64.170.390	60.840.364	60.840.368	53.097.482	82,74
4334 ENSINO EM SAÚDE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	5.620.500	521.986	6.142.486	6.141.213	6.141.206	5.252.266	85,51
4337 FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO, DO AMBIENTE E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA A PROTEÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR	789.200	0	789.200	127.978	127.978	0	
4355 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.014.695	-11	8.014.684	8.014.066	8.014.073	7.681.802	95,85
4359 PESQUISAS CIENTÍFICAS DO CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHÃES - CPQAM	2.360.390	229.986	2.590.376	2.588.418	2.588.413	2.316.366	89,42
4360 PESQUISAS BIOMÉDICAS E PRESERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO NO CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS - CENP	5.377.514	0	5.377.514	5.104.722	5.104.721	3.853.002	71,65
4361 PESQUISAS CIENTÍFICAS DO CENTRO DE PESQUISAS GONÇALO MUNIZ - CPOGM	2.416.625	239.985	2.656.610	2.652.928	2.652.930	2.246.612	84,57
4362 PESQUISAS CIENTÍFICAS DO CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHOU - CPQRR	1.828.145	179.996	2.008.141	2.008.048	2.008.041	1.710.220	85,16
4363 PESQUISAS EM TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS DE INTERESSE SANITÁRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA PROF. HÉLIO FRAGA - CRPHF	2.645.680	0	2.645.680	2.272.305	2.272.299	1.610.534	60,87
4365 PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS	1.860.705	137.993	1.998.698	1.997.563	1.997.561	1.860.699	93,10
4366 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILIAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALÁRIA	4.925.000	0	4.925.000	4.924.997	4.924.994	4.922.639	99,95
4367 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INSULINA, HIPOGLUCEMIANTES ORAIS E CORRELATOS PARA DIABÉTICOS	19.700.000	-1	19.699.999	19.699.996	19.699.996	19.699.996	100,00
4368 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS	13.761.928	3.220.000	16.981.928	16.981.925	16.981.918	11.060.679	65,13
4369 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE PACIENTES COM TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS	9.948.500	-1	9.948.499	9.948.252	9.948.246	5.782.055	58,12

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:17:06

Pág. 3 de 5

C:\Documents and Settings\francisco.prino\Desktop\p4.mdb - 119 RdDespesa por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
4372 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE POR MEIO DA MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	6.519.200	0	6.519.200	5.549.314	5.549.313	5.178.805	79,44
4373 RESIDÊNCIA MÉDICA NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	1.132.800	100.000	1.232.800	1.231.814	1.231.814	1.231.814	99,92
4374 RESIDÊNCIA MÉDICA NO INSTITUTO NACIONAL DO CâNCER	1.674.500	0	1.674.500	1.673.995	1.673.995	1.673.995	99,97
4375 RESIDÊNCIA MÉDICA NOS HOSPITAIS DA REDE PRÓPRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	10.752.000	0	10.752.000	10.731.396	10.731.394	8.749.243	81,37
4376 SAÚDE OCULAR E PREVENÇÃO DA CEGUEIRA	2.768.000	0	2.768.000	2.268.060	2.268.060	1.125.529	40,66
4379 SERVIÇO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	9.499.438	899.985	10.399.423	10.399.362	10.399.348	9.334.554	89,76
4380 SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE, DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	23.700.000	-1	23.699.999	22.483.393	22.483.392	17.968.506	75,82
4381 SERVIÇO DE REFERÊNCIA DE QUALIDADE EM SAÚDE DO INSTITUTO NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE EM SAÚDE - INCCQS	2.468.905	199.995	2.668.900	2.668.097	2.668.090	2.193.248	82,18
4386 PESQUISAS NO CAMPO DE MEDICINA TROPICAL E MEIO-AMBIENTE DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS - IEC	9.183.600	-6	9.183.594	9.126.831	9.126.829	7.723.447	84,10
4388 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - DATASUS	15.624.000	-2	15.623.998	15.359.544	15.359.541	13.498.453	86,40
4453 AQUISIÇÃO, ACONDICIONAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS	72.052.633	21.001	72.073.634	72.073.625	72.073.613	70.593.434	97,95
4456 IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	1.392.500	0	1.392.500	1.392.499	1.392.499	492.499	35,37
4458 PESQUISAS CIENTÍFICAS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	14.793.750	1.399.978	16.193.728	16.190.626	16.190.627	14.176.740	87,54
4530 IMPLEMENTAÇÃO DA PROMOÇÃO À SAÚDE	8.471.000	0	8.471.000	8.471.000	8.471.000	8.471.000	100,00
4560 FITOTERAPIA EM SAÚDE PÚBLICA	494.750	0	494.750	0	0	0	0
4572 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	9.781.580	-9	9.781.571	9.378.066	9.378.063	7.772.278	79,46
4586 FORMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O SETOR SAÚDE	2.723.500	0	2.723.500	2.472.900	2.472.900	1.277.500	46,91
5528 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	38.564.674	-8.467.936	30.096.738	20.844.745	20.844.745	0	0
5602 MULTIVACINAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE	0	0	0	0	0	0	0
5776 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE	1.634.367	-334.872	1.299.495	563.495	563.495	0	0
6501 ATENDIMENTO À SAÚDE EM DISTRITOS SANITÁRIOS ESPECIAIS INDÍGENAS - DSEI	60.330.490	1.596.940	61.927.430	61.763.739	61.763.724	59.194.602	95,59
Total do Órgão:	2.118.142.005	-200.000.236	1.918.141.769	1.819.162.667	1.819.162.401	1.616.359.016	84,27

39 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	74.969.256	0	74.969.256	74.969.254	74.969.252	74.969.252	100,00
Total do Órgão:	74.969.256	0	74.969.256	74.969.254	74.969.252	74.969.252	100,00

47 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GES

0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	132.959.339	0	132.959.339	131.810.784	131.810.761	131.418.164	98,84
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	45.356.636	0	45.356.636	44.846.827	44.846.807	43.826.995	96,63
Total do Órgão:	178.315.975	0	178.315.975	176.657.611	176.657.568	175.245.159	98,28

52 MINISTÉRIO DA DEFESA

0179 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	892.119.949	76.000.000	968.119.949	968.119.946	968.119.938	968.119.938	100,00
0180 PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	404.415.167	40.000.000	444.415.167	444.415.165	444.415.159	444.415.159	100,00
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	241.907.028	-55.500.000	186.407.028	186.407.024	186.407.012	186.407.012	100,00
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	155.188.300	-20.500.000	134.688.300	134.688.298	134.688.289	134.688.289	100,00
Total do Órgão:	1.693.630.444	40.000.000	1.733.630.444	1.733.630.433	1.733.630.398	1.733.630.398	100,00

73 TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E

0041 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GDF (CF ART. 21)	49.245.025	0	49.245.025	49.245.025	49.245.025	49.245.025	100,00
0042 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DO SISTEMA EDUCACIONAL DO GDF	234.609.790	0	234.609.790	234.609.790	234.609.790	234.609.790	100,00
0043 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DO SISTEMA DE SAÚDE DO GDF	110.322.894	0	110.322.894	110.322.894	110.322.894	110.322.894	100,00
0053 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITÓRIOS	449.483.908	-8	449.483.902	449.470.361	449.470.346	448.414.102	99,76
0054 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO (ART. 27 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 31/77)	8.567.000	0	8.567.000	8.567.000	8.567.000	7.908.000	92,31
0055 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DA EXTINTA VIA FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL - VIFER (LEI Nº 3.887, DE 08/02/69)	34.814.000	0	34.814.000	34.813.995	34.813.995	31.565.292	90,67
Total do Órgão:	887.042.617	-8	887.042.611	887.029.065	887.029.050	882.065.103	99,44

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Setor: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	------------	----------------	----------------------	----------------------	-----------------	-----------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:17:07

Pág. 4 de 5

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Detração Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. e REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
Total Geral	7.733.263.827	-624.335.094	7.108.928.533	6.958.717.680	6.958.717.266	6.675.501.688	93,90

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UD: Função: Programa: Substituto: Gnd: UF:

Ponte: SIAFI/SIN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PROQASEN

Emissão 26/8/2008 17:17:07

Pág. 5 de 5

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
01 CÂMARA DOS DEPUTADOS							
0396 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	65.808.595	0	65.808.595	65.808.594	65.808.590	65.808.590	100,00
0397 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS COM PENSIONISTAS DO EXTINTO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS - IPC	10.702.445	0	10.702.445	10.702.445	10.702.442	10.702.442	100,00
Total do Órgão:	76.511.040	0	76.511.040	76.511.039	76.511.032	76.511.032	100,00
02 SENADO FEDERAL							
0396 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	52.020.173	0	52.020.173	52.020.169	52.020.160	52.020.160	100,00
Total do Órgão:	52.020.173	0	52.020.173	52.020.169	52.020.160	52.020.160	100,00
15 JUSTIÇA DO TRABALHO							
0396 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	400.000.000	-6	399.999.994	399.999.937	399.999.787	399.953.004	99,99
Total do Órgão:	400.000.000	-6	399.999.994	399.999.937	399.999.787	399.953.004	99,99
20 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA							
3069 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	0	0	0	0	0	0	#Núm!
22 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	226.545.000	0	226.545.000	226.416.934	226.416.938	226.415.800	99,94
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	30.344.000	1	30.344.001	30.064.882	30.064.884	30.043.687	99,01
2158 DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS A FAMÍLIAS CARENTES	0	0	0	0	0	0	
4244 AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	256.889.000	1	256.889.001	256.481.816	256.481.822	256.459.487	99,83
25 MINISTÉRIO DA FAZENDA							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	200.000.000	200.000.000	196.084.375	196.084.375	196.061.551	98,03
Total do Órgão:	0	200.000.000	200.000.000	196.084.375	196.084.375	196.061.551	98,03
26 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	1.237.329.749	139.120.063	1.376.449.812	1.372.885.102	1.372.884.639	1.368.429.906	99,42
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	315.193.436	2.648.080	317.841.516	317.133.429	317.132.928	316.866.831	99,69
Total do Órgão:	1.552.523.185	141.768.143	1.694.291.328	1.690.018.531	1.690.017.567	1.685.296.737	99,47
30 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	22.150.677	22.150.677	14.760.707	14.760.707	10.693.692	48,28
Total do Órgão:	0	22.150.677	22.150.677	14.760.707	14.760.707	10.693.692	48,28
33 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL							
0117 PAGAMENTO DE SALÁRIO-FAMÍLIA	1.557.920	0	1.557.920	1.557.918	1.557.917	1.557.917	100,00
0129 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - AISS	0	687	687	687	687	0	
0130 CONTRIBUIÇÃO À CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE SEGURIDADE SOCIAL - CISS	0	24.783	24.783	24.783	24.783	0	
0131 CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO IBEROAMERICANA DE SEGURIDADE SOCIAL - OISS	0	40.520	40.520	40.520	40.520	0	
0132 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	3.403.788.180	1	3.403.788.181	3.403.788.175	3.403.788.174	3.403.788.174	100,00
0133 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS	399.136.925	1	399.136.926	399.136.922	399.136.922	399.136.922	100,00
0134 PAGAMENTO DE PENSÕES	1.733.291.587	-398.038.373	1.335.253.214	1.335.253.209	1.335.253.209	1.335.253.209	100,00
0136 PAGAMENTO DE AUXÍLIOS	308.186.943	33.449.176	341.636.119	341.636.114	341.636.115	341.636.115	100,00
0137 PAGAMENTO DE ABONO	782.880	0	782.880	782.880	782.880	782.880	100,00
0141 PAGAMENTO DE SALÁRIO-MATERNIDADE	71.350.650	34.066.307	105.416.957	105.416.955	105.416.955	105.416.955	100,00
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	1.364.522.702	-10	1.364.522.692	1.364.368.473	1.364.368.459	1.346.891.557	98,71
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	388.180.020	-2	388.180.018	388.159.999	388.159.993	387.197.559	99,75
0536 PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	326.342.311	1	326.342.312	326.342.304	326.342.301	326.342.301	100,00
0561 PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR IDADE	543.827.000	18.177.816	562.004.816	562.004.809	562.004.807	562.003.904	100,00
0565 PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR INVALIDEZ	930.702.000	16.656.748	947.358.748	947.358.740	947.358.739	947.358.739	100,00
0573 PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA - LOAS	858.655.243	-3.611.702	855.043.541	824.059.921	824.059.922	824.059.922	96,38

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Setor: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
Fonte: SIAFI/STN	Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN				Emissã	26/8/2005 17:17:34	Pág. 1 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. * REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
0575 PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - LOAS	1.640.905.015	63.940.568	1.704.845.583	1.671.424.171	1.671.424.172	1.671.422.908	98,04
1001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE	110.000	100.000	210.000	110.000	110.000	60.000	28,57
1317 CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇA COMUNITÁRIA PARA O COMBATE DA VIOLENCIA URBANA	0	262.997	262.997	262.997	262.997	182.997	69,58
1428 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	100.000	0	100.000	100.000	100.000	0	
1471 CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS, GESTORES E TÉCNICOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	96.104	96.104	95.960	95.960	85.245	88,70
1478 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0	0	0	0	
1481 AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	60.400.000	7.079.418	67.479.418	55.852.680	55.852.681	15.676.941	23,23
1487 REVISÃO E AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA	1.959.000	1.579.061	3.538.061	1.376.869	1.376.869	0	
1488 REVISÃO E AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	6.500.000	-2.924.961	3.575.039	1.419.654	1.419.654	0	
1910 CAMPANHA PARA SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE QUANTO AO TRABALHO INFANTIL	1.200.000	0	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	100,00
2002 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0	0	0	0	0	0	
2008 APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES QUE PRESTAM ASSISTÊNCIA SOCIAL AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	80.000	0	80.000	80.000	80.000	0	
2025 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS	434.246.953	-6	434.246.947	434.246.935	434.246.923	430.665.435	99,18
2060 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA	74.448.031	0	74.448.031	73.523.737	73.523.736	60.974.517	81,90
2293 CONCESSÃO DE BOLSA PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS COMO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	1.560.000	0	1.560.000	1.559.796	1.559.796	1.204.527	77,21
2295 CAPACITAÇÃO DE JOVENS DE 15 A 17 ANOS COMO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	3.140.000	0	3.140.000	3.139.844	3.139.844	2.996.053	95,42
2556 ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE	261.227.730	-10.146.707	251.081.023	252.585.241	252.585.142	242.425.727	96,55
2558 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM ABRIGO	10.544.800	0	10.544.800	10.144.799	10.144.799	9.501.917	90,11
2559 ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA	25.546.304	3.413.026	28.959.330	28.958.053	28.957.957	27.581.104	95,24
2560 ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA DO ABRIGO CRISTO REDENTOR	3.000.000	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	100,00
2561 ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE POBREZA E/OU RISCO PESSOAL E SOCIAL	63.015.235	6.733.635	69.748.870	69.730.912	69.730.819	64.883.299	93,02
2562 AUDITORIA PREVENTIVA E CORRETIVA EM ROTINAS, PROCEDIMENTOS E PROCESSOS	0	0	0	0	0	0	
2563 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DOS SERVIÇOS NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.788.894	-1.178.896	10.609.998	9.846.825	9.846.830	9.571.623	90,21
2564 CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - PREVIDENCIÁRIO	9.300.000	0	9.300.000	9.299.999	9.299.997	9.299.997	100,00
2567 COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	4.850.880	-1	4.850.879	3.759.457	3.759.456	3.428.863	70,69
2568 COBRANÇA DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	864.000	-6	863.994	701.234	701.233	600.220	69,47
2569 CONCESSÃO DA BOLSA CRIANÇA-CIDADÃ	94.752.040	0	94.752.040	94.443.616	94.443.614	86.184.551	90,96
2570 FISCALIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	19.664.933	-4	19.664.929	17.658.177	17.658.184	12.519.012	63,66
2571 ORIENTAÇÃO AOS SEGURADOS PARA PREVENÇÃO DE DOENÇAS OCUPACIONAIS E DE ACIDENTES DO TRABALHO	960.000	-96.001	863.999	4.213	4.213	4.213	0,49
2572 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	2.367.701	0	2.367.701	0	0	0	
2573 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA	5.865.325	0	5.865.325	5.865.325	5.865.325	5.865.325	100,00
2574 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	10.814.675	0	10.814.675	10.814.675	10.814.675	10.814.675	100,00
2578 SERVIÇO DE PERÍCIA MÉDICA	1.920.000	14.051.392	15.971.392	14.604.236	14.604.234	12.161.636	76,15
2580 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DAS GUIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.422.720	0	25.422.720	25.422.719	25.422.718	25.375.052	99,81
2581 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	289.920.000	1.580.791	291.500.791	291.500.786	291.500.786	291.497.950	100,00
2582 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFÍCIO DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	2.034.284	0	2.034.284	2.034.284	2.034.284	2.034.284	100,00
2583 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA	1.545.943	0	1.545.943	1.540.003	1.540.003	1.540.003	99,62
2584 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	2.726.045	0	2.726.045	2.726.045	2.726.045	2.726.045	100,00
2585 SERVIÇO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	9.600.000	0	9.600.000	6.670.623	6.670.630	5.066.140	52,77
2587 SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/ OUVIDORIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	243.788	243.788	184.389	184.389	178.193	73,09

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
Fonte: SIAFVSTN	Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN					Emissã 26/8/2005 17:17:34	Pág. 2 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Acumulado até:

FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2589 SERVIÇOS DE CONCESSÃO E CESSAÇÃO DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA	985.380	0	985.380	0	0	0	
2590 SERVIÇOS DE CONCESSÃO E CESSAÇÃO DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	2.351.604	-1	2.351.603	1.339.611	1.339.611	1.304.084	55,46
2591 SERVIÇOS DE CONCESSÃO, MANUTENÇÃO E CESSAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	55.067.370	-6	55.067.364	49.396.838	49.396.838	47.944.764	87,07
2592 SUPERVISÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	697.152	-46.791	650.361	312.133	312.132	312.132	47,99
2593 FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	16.131.563	16.131.563	16.130.254	16.130.254	12.215.213	75,72
2596 ORIENTAÇÃO TÉCNICA ÀS EMPRESAS E AOS SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.059.040	-305.910	2.753.130	1.117.686	1.117.690	977.506	35,51
2910 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	215.212.800	35.354.959	250.567.759	208.829.127	208.829.125	199.411.942	79,58
4405 SERVIÇOS INTERATIVOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVFONE/PREVNÉT/PREVFÁCIL	980.000	950.000	1.910.000	912.799	912.799	912.798	47,79
4448 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA NO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL	5.100.000	0	5.100.000	5.100.000	5.100.000	4.784.400	93,81
4563 ORIENTAÇÃO AOS PATROCINADORES, PARTICIPANTES E ASSISTIDOS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	192.000	-19.200	172.800	63.641	63.638	52.244	30,23
4589 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	986.799	986.799	565.718	565.717	467.003	47,33
5398 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE	4.030.000	0	4.030.000	165.500	165.500	0	
5509 REFORMULAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	78.876.027	-4	78.876.023	70.753.719	70.753.722	60.192.147	76,31
5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	14.415.921	23.099.718	37.515.639	28.133.807	28.133.808	2.037.989	5,43
5646 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000.000	0	1.000.000	477.376	477.376	12.000	1,20
6537 GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES PRODUTIVAS PARA FAMÍLIAS DE CRIANÇAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	13.500.000	0	13.500.000	13.500.000	13.500.000	6.677.243	49,46
6541 REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PRESTADORES DE SERVIÇOS PELO RECOLHIMENTO DAS GUIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, DO FGTS E DE INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL	170.956.800	-35.354.961	135.601.839	131.591.359	131.591.357	131.591.357	97,04
7933 DISSEMINAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE - SABI	3.371.000	2	3.371.002	363.477	363.482	360.714	10,70
7939 CAMPANHA EDUCATIVA DE COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL	1.200.000	0	1.200.000	800.000	800.000	800.000	66,67
Total do Órgão:	13.983.679.963	-173.703.681	13.809.976.282	13.635.373.708	13.635.373.397	13.462.208.142	97,48

36 MINISTÉRIO DA SAÚDE

0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	1.070.475.817	101.215.066	1.171.690.883	1.171.086.868	1.171.086.848	1.170.192.796	99,87
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	491.942.000	-1.215.071	490.726.929	490.602.141	490.602.137	490.381.264	99,93
0357 Assistência Financeira à Família Visando à Complementação da Renda para Melhoria da Nutrição - Bolsa-Alimentação	0	84.000.000	84.000.000	0	0	0	
0587 ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BÁSICO REFERENTE À PARTE FIXA DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, NOS MUNICÍPIOS EM GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA	895.000.000	-1	894.999.999	894.999.967	894.999.965	886.988.785	99,10
0589 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA	485.000.000	-84.999.996	400.000.004	399.999.956	399.999.908	385.691.346	96,42
0591 INCENTIVO-BÔNUS PARA ASSISTÊNCIA, ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO FORA DA UNIDADE HOSPITALAR DE PACIENTE PORTADOR DE AGRAVO MENTAL	4.481.750	-4.481.750	0	0	0	0	
0597 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	7.711.000	4.840.000	12.551.000	12.550.995	12.550.986	11.538.913	91,94
0599 INCENTIVO-BÔNUS POR PACIENTE DE HANSENÍASE EM TRATAMENTO CURADO	5.811.500	-580.000	5.231.500	0	0	0	*
0601 INCENTIVO-BÔNUS PARA DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE PACIENTES COM TUBERCULOSE	5.713.000	-4.000.000	1.713.000	0	0	0	
0603 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA AÇÕES DE COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	40.932.000	0	40.932.000	40.931.969	40.931.960	34.836.893	85,11
1816 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	0	0	0	0	0	0	
1823 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	191.553.824	-26.774.274	164.779.550	98.910.857	98.910.857	3.194.034	1,94
1837 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	0	0	0	0	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:17:34

Pág. 3 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. e REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2001 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES	0	38.282	38.282	38.281	38.281	25.562	66,77
2101 ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO ITINERANTE EM ÁREAS DESASSISTIDAS	308.000	-61.600	246.400	246.400	246.400	246.400	100,00
3846 CAMPANHA EDUCATIVA DE ATENÇÃO À SAÚDE	3.949.300	-20.000	3.929.300	3.849.300	3.849.300	3.849.300	97,96
3847 CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE E DA FEBRE AMARELA	2.955.000	0	2.955.000	2.955.000	2.955.000	2.955.000	100,00
3850 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA	2.956.800	0	2.956.800	2.956.793	2.956.791	1.943.075	65,72
3851 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	5.080.700	0	5.080.700	3.983.397	3.983.393	2.964.393	58,35
3853 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	200.000	-40.000	160.000	0	0	0	
3855 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE HANSENÍASE E OUTRAS DERMATOSES	1.146.000	0	1.146.000	653.022	653.024	268.960	23,47
3858 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E DE OUTRAS PNEUMOPATIAS	1.970.000	0	1.970.000	45.520	45.520	27.806	1,41
3859 IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS	66.919.311	-811.491	66.107.820	38.710.777	38.710.710	9.542.597	14,43
3860 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS	52.557.600	-490.600	52.067.000	32.836.669	32.836.671	13.008.366	24,98
3861 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS	87.447.660	-297.252	87.150.408	49.893.465	49.893.358	16.551.216	18,99
3862 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	18.114.000	0	18.114.000	12.461.631	12.461.614	2.400.035	13,25
3863 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	18.800.000	-440.002	18.359.998	10.978.595	10.978.594	1.857.603	10,12
3865 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	13.990.000	-4	13.989.996	7.088.039	7.088.039	180.000	1,29
3867 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	18.646.000	0	18.646.000	11.739.041	11.739.041	16.761	0,09
3868 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	63.629.200	4.052.992	67.682.192	63.667.976	63.667.972	26.544.411	39,22
3869 IMPLANTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO INDÍGENA	8.766.000	0	8.766.000	8.348.272	8.348.272	7.884.008	89,94
3870 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	46.975.050	4.659.991	51.635.041	36.758.735	36.758.724	22.180.251	42,96
3875 ADEQUAÇÃO DA PLANTA DE PRODUÇÃO DE VACINAS	8.280.000	0	8.280.000	8.279.939	8.279.937	8.102.375	97,85
3877 FOMENTO À PRODUÇÃO NACIONAL EM IMUNOBIOLOGICOS	5.400.000	0	5.400.000	5.399.997	5.399.995	4.131.723	76,51
3878 CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS	18.350.000	-70.000	18.280.000	18.019.480	18.019.479	16.983.651	92,91
3879 CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER	7.663.600	-40.000	7.623.600	7.543.600	7.543.599	7.463.599	97,80
3880 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV/ SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS	290.000	0	290.000	259.993	259.993	201.462	69,47
3881 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DE ENFERMAGEM EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	12.750.000	0	12.750.000	11.767.232	11.767.231	8.138.334	63,83
3882 NÚCLEOS DE REABILITAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	2.182.000	-5.000	2.177.000	764.318	764.318	0	
3883 DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDÊMICAS DE MALÁRIA	15.350.000	-500.000	14.850.000	11.631.051	11.631.051	180.000	1,21
3886 IMPLANTAÇÃO DE NOVOS MODELOS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E CONTROLE SOCIAL DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA PROMOVER A DESCENTRALIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.604.000	1	2.604.001	2.588.557	2.588.555	2.447.353	93,98
3888 ESTUDOS E PESQUISAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.504.140	0	11.504.140	9.273.999	9.274.000	3.904.754	33,94
3890 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	1.971.800	-1	1.971.799	1.186.717	1.186.717	0	0,00
3891 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO	1.280.500	0	1.280.500	318.240	318.240	0	
3892 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE MENTAL	570.000	1	570.001	499.652	499.652	46.782	8,21
3893 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AGRAVOS À SAÚDE DO TRABALHADOR	436.000	0	436.000	0	0	0	
3894 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS	554.600	0	554.600	122.035	122.035	34.066	6,14
3897 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV/ SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS	945.000	0	945.000	905.492	905.490	696.417	73,69

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
Fonte: SIAPI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN							
Emissã 26/8/2005 17:17:34						Pág. 4 de 7	

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3898 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DE CÂNCER	4.517.000	0	4.517.000	4.516.723	4.516.721	2.721.331	60,25
3900 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DA MULHER	188.000	0	188.000	0	0	0	
3901 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM	59.100	0	59.100	40.000	40.000	0	
3902 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DO IDOSO	523.250	0	523.250	44.400	44.400	0	
3903 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	1.973.000	0	1.973.000	148.979	148.979	0	
3906 IMPLANTAÇÃO DA REDE NACIONAL DE BANCOS DE LEITE HUMANO	495.800	0	495.800	275.800	275.797	275.797	55,63
3907 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM	650.700	-8.000	642.700	121.000	121.000	0	
3909 PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA PARA CONTROLE DO CÂNCER	12.762.500	1.000.000	13.762.500	13.761.382	13.761.376	7.016.087	50,98
3910 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS ALTERNATIVOS ASSISTENCIAIS - HOSPITAL-DIA, ATENDIMENTO DOMICILIAR E AMBULATORIAL ESPECIAL - PARA DOENTES COM VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV E SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS	1.195.000	0	1.195.000	1.018.200	1.018.201	850.716	71,19
3911 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO AMBULATORIAL DE SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL E DROGAS	5.146.400	-504.001	4.642.399	3.509.888	3.509.888	0	
3913 SANEAMENTO BÁSICO EM COMUNIDADES INDÍGENAS	9.720.000	1	9.720.001	8.403.703	8.403.702	4.358.478	44,84
3914 IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO NACIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	74.805.000	-5.300.002	69.504.998	34.518.086	34.518.086	26.013.841	37,43
3915 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SANGUE COM GARANTIA DE QUALIDADE	4.626.000	1	4.626.001	4.625.992	4.625.983	1.601.879	34,63
3920 IMPLANTAÇÃO EM UNIDADES DE SAÚDE DE SERVIÇOS PARA TRATAMENTO DOS AGRAVOS RELATIVOS À SAÚDE DO TRABALHADOR	6.079.500	-600.000	5.479.500	806.776	806.776	153.000	2,79
3921 MELHORIA HABITACIONAL PARA O CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS	35.820.700	-166.003	35.654.697	30.936.401	30.936.402	3.957.574	11,10
3922 MODERNIZAÇÃO DE ESCOLAS TÉCNICAS DE SAÚDE	400.000	0	400.000	400.000	400.000	0	
3923 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - REPOSUS	4.200.000	0	4.200.000	3.999.997	3.999.996	2.392.734	56,97
3943 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS	60.000	0	60.000	60.000	60.000	60.000	100,00
3954 PROMOÇÃO DE PRÁTICAS SEGURAS SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST, E DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV/ SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS	2.067.000	0	2.067.000	769.334	769.335	660.309	31,95*
3984 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA CONTROLE DE AGRAVOS	9.304.014	-581.000	8.723.014	4.771.623	4.771.615	401.511	4,60
3992 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL SOBRE FATORES BIOLÓGICOS, FÍSICOS E QUÍMICOS DETERMINANTES E CONDICIONANTES DE AGRAVOS À SAÚDE	11.480.660	-3.000.002	8.480.658	7.858.382	7.858.384	7.187.267	84,75
3994 ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGISUS	22.650.000	11.290.863	33.940.863	20.186.674	20.186.681	8.319.861	24,51
3997 IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SAÚDE E SANEAMENTO NO PIAUÍ - FKW	800.000	0	800.000	800.000	800.000	0	
3998 CAMPANHA EDUCATIVA EM ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM	4.137.000	0	4.137.000	4.136.999	4.136.999	4.136.999	100,00
4295 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FATORES DE COAGULAÇÃO PARA PACIENTES HEMOFÍLICOS	68.950.000	0	68.950.000	68.949.997	68.949.996	68.949.996	100,00
4297 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRESERVATIVOS PARA A PREVENÇÃO DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV	2.850.000	0	2.850.000	2.849.996	2.849.993	2.193.496	76,96
4298 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TESTES PARA LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST, E VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV	1.150.000	0	1.150.000	1.149.838	1.149.839	777.407	67,60
4299 ASSISTÊNCIA MÉDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NÍVEIS DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE PESQUISAS NO CAMPO DA SAÚDE - SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS	259.665.000	-5.825.800	253.839.200	253.839.200	253.839.200	253.839.200	100,00
4301 ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR DO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCA	35.502.000	0	35.502.000	35.488.415	35.488.411	31.687.296	89,25
4302 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DA REDE PÚBLICA FEDERAL DE ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	0	196.800.000	196.800.000	196.800.000	196.800.000	195.160.000	99,17
4306 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	3.249.470.747	-8.999.998	3.240.470.749	3.240.469.835	3.240.469.782	3.225.318.022	99,53
4307 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.923.795.290	8.999.992	1.932.795.282	1.932.764.197	1.932.764.022	1.897.853.806	98,19

CRITÉRIOS	Órgão:	Sector:	Subfunção:	ProjAtiv:	Fonte: 153	Localidade:	Elemento:
SELECIONADOS:	UO:	Função:	Programa:	Subtítulo:	Gnd:	UF:	

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:17:35

Pág. 5 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. e REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
4309 ATENDIMENTO DO DISQUE AIDS	20.000	0	20.000	20.000	20.000	20.000	100,00
4314 CONTROLE DA TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS DE INTERESSE SANITÁRIO	0	0	0	0	0	0	
4317 CONTROLE DAS ENDEMIAS FOCALIS: CÔLERA, ONCOCERCOSE, PESTE, TRACOMA E FILARIOSE	0	0	0	0	0	0	
4318 CONTROLE DE ZOONOSSES	7.901.100	0	7.901.100	7.901.096	7.901.097	931.686	11,79
4327 DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO EM DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST, VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA E SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS NOS LABORATÓRIOS DA REDE PÚBLICA	1.756.000	0	1.756.000	1.710.833	1.710.833	419.498	23,89
4328 PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CÂNCER CÉRVICO-UTERINO	0	0	0	0	0	0	
4357 OPERACIONALIZAÇÃO DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA	10.282.500	-1.499.999	8.782.501	8.650.542	8.650.540	4.155.209	47,31
4367 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INSULINA, HIPOGLICEMIANTE ORAIS E CORRELATOS PARA DIABÉTICOS	19.700.000	0	19.700.000	19.699.997	19.699.996	19.699.996	100,00
4368 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS	101.745.689	-59.714	101.685.975	101.685.953	101.685.954	71.080.259	69,90
4370 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS E DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST	257.750.000	-3	257.749.997	257.749.985	257.749.983	245.831.417	95,38
4371 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA PLANEJAMENTO FAMILIAR	100.000	-20.000	80.000	0	0	0	
4372 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE POR MEIO DA MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	3.055.280	-139.998	2.915.282	2.628.451	2.628.444	1.524.653	52,30
4380 SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE, DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	250.000	-50.000	200.000	160.000	160.000	0	
4382 SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	16.616.800	-8.003	16.608.797	16.544.362	16.544.357	11.882.848	71,55
4383 VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO	35.417.950	-10	35.417.940	33.943.675	33.943.673	28.142.448	79,46
4453 AQUISIÇÃO, ACONDICIONAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS	91.877.963	46.122.754	138.000.717	138.000.712	138.000.708	89.489.835	64,85
4456 IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	2.949.500	-311.400	2.638.100	1.615.854	1.615.851	184.633	7,00
4458 PESQUISAS CIENTÍFICAS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	0	0	0	0	0	0	
4525 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	33.660.000	-3.932.000	29.728.000	21.609.673	21.609.673	700.000	2,35
5518 CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS	943.000	0	943.000	730.772	730.772	180.682	19,16
5528 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	94.675.326	-18.354.064	76.321.262	55.532.622	55.532.622	0	
5569 MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE LABORATÓRIOS OFICIAIS DE PRODUÇÃO FARMACÊUTICA	8.050.664	-1.610.132	6.440.532	2.503.980	2.503.980	0	
5598 ERRADICAÇÃO DO AÍDES AEGYPTI PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE	57.581.115	9.857.794	67.438.909	59.336.179	59.336.177	46.313.216	68,67
5600 VACINAÇÃO DE IDOSO COM 60 ANOS DE IDADE OU MAIS	46.098.000	3.704.452	49.802.452	49.802.452	49.802.452	46.098.000	92,56
5776 AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE	1.125.633	-225.126	900.507	660.507	660.507	88.000	9,77
5866 SANEAMENTO E DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	0	0	0	0	0	0	
7831 FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCENTES NA ÁREA DE ENFERMAGEM	300.000	0	300.000	297.813	297.813	157.813	52,60
7833 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA - CACONS	15.955.800	0	15.955.800	15.951.616	15.951.616	10.896.917	68,29
7835 MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS PÚBLICOS	20.950.000	-560.001	20.389.999	14.999.993	14.999.992	5.135.362	25,19
7839 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DA SAÚDE DA FAMÍLIA	982.300	0	982.300	805.578	805.577	805.577	82,01
7841 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PROMOÇÃO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR E DA SAÚDE DA MULHER	432.400	0	432.400	422.369	422.369	0	
7911 IMPLANTAÇÃO DO MODELO NORMATIVO PARA AS OPERADORAS DE PLANOS PRIVADOS DE SAÚDE	920.000	0	920.000	0	0	0	
Total do Órgão:	10.289.303.833	299.999.892	10.589.303.725	10.165.840.599	10.165.840.007	9.477.224.947	89,50

38 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	245.780.179	4.264.334	250.044.513	249.839.834	249.839.830	249.839.830	99,92
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	98.898.686	0	98.898.686	98.825.227	98.825.229	98.825.229	99,93
2389 AÇÕES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	3.134.335	-3.134.335	0	0	0	0	
2629 FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE	1.130.000	-1.130.000	0	0	0	0	#Núml
Total do Órgão:	348.943.200	-1	348.943.199	348.665.061	348.665.059	348.665.059	99,92

39 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	294.798.263	-1	294.798.262	294.350.643	294.350.643	294.346.957	99,85*
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	324.566.925	0	324.566.925	324.566.751	324.566.744	324.566.744	100,00

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	Sector:	Subfunção:	ProjAtiv:	Fonte: 153	Localidade:	Elemento:
	UO:	Função:	Programa:	Subtítulo:	Grnd:	UF:	

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:17:35

Pág. 6 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	619.365.188	-1	619.365.187	618.917.394	618.917.387	618.913.701	99,93
41 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	230.004.572	0	230.004.572	228.019.501	228.019.490	227.798.577	99,04
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	162.809.609	-6.000.000	156.809.609	156.708.211	156.708.204	156.707.204	99,93
Total do Órgão:	392.814.181	-6.000.000	386.814.181	384.727.712	384.727.694	384.505.781	99,40
44 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	34.015.630	-15.568.304	18.447.326	18.377.553	18.377.546	18.377.546	99,62
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	22.766.277	0	22.766.277	22.766.276	22.766.270	22.766.270	100,00
Total do Órgão:	56.781.907	-15.568.304	41.213.603	41.143.829	41.143.816	41.143.816	99,83
47 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GES							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	0	15.997.685	15.997.685	14.199.130	14.199.129	14.199.129	88,76
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	0	4.423.244	4.423.244	4.310.784	4.310.783	3.292.793	74,44
Total do Órgão:	0	20.420.929	20.420.929	18.509.914	18.509.912	17.491.922	85,66
49 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	80.335.996	0	80.335.996	80.249.473	80.249.478	80.249.478	99,89
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	8.886.466	6.000.000	14.886.466	14.885.622	14.885.627	14.885.627	99,99
Total do Órgão:	89.222.462	6.000.000	95.222.462	95.135.095	95.135.105	95.135.105	99,91
52 MINISTÉRIO DA DEFESA							
0179 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	3.168.776.023	-16.418.999	3.152.357.024	3.152.357.020	3.152.357.005	3.152.357.005	100,00
0180 PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	3.029.262.128	1.000.000	3.030.262.128	3.030.262.125	3.030.262.108	3.030.262.108	100,00
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	364.112.836	34.222.927	398.335.763	339.327.706	339.327.680	339.327.680	85,19
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	230.546.205	2.700.000	233.246.205	229.904.207	229.904.185	229.904.185	98,57
2069 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	6.792.697.192	21.503.928	6.814.201.120	6.751.851.058	6.751.850.978	6.751.850.978	99,08
53 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL							
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	154.831.264	-27.118.685	127.712.579	127.698.636	127.698.640	126.938.556	99,39
0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS	40.730.056	762.133	41.492.189	41.443.955	41.443.956	41.422.391	99,83
4580 AÇÕES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	195.561.320	-26.356.552	169.204.768	169.142.591	169.142.596	168.360.947	99,50
73 TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E							
0053 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITÓRIOS	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	0	0	0	0	0	0	#Núml
Total Geral	35.106.312.644	490.215.025	35.596.527.669	34.915.183.535	34.915.181.401	34.042.496.061	95,83

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão 26/8/2005 17:17:35

Pág. 7 de 7

C:\Documents and Settings\francisco.primeiro\Desktop\ufb4.mdb - 119 RdDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001
Fonte 155: CPMF

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO* S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
33 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL							
0117 PAGAMENTO DE SALÁRIO-FAMÍLIA	1.112.800	0	1.112.800	1.112.799	1.112.799	1.112.799	100,00
0132 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS	2.427.088.354	1	2.427.088.355	2.427.088.354	2.427.088.353	2.427.088.353	100,00
0133 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS	189.721.400	0	189.721.400	189.721.399	189.721.399	189.721.399	100,00
0134 PAGAMENTO DE PENSÕES	823.883.950	0	823.883.950	823.883.949	823.883.950	823.883.950	100,00
0136 PAGAMENTO DE AUXÍLIOS	163.245.150	0	163.245.150	163.245.148	163.245.148	163.245.148	100,00
0137 PAGAMENTO DE ABONO	559.200	0	559.200	559.198	559.198	559.198	100,00
0141 PAGAMENTO DE SALÁRIO-MATERNIDADE	50.964.750	0	50.964.750	50.964.748	50.964.750	50.964.750	100,00
Total do Órgão:	3.656.575.604	1	3.656.575.605	3.656.575.595	3.656.575.597	3.656.575.597	100,00
36 MINISTÉRIO DA SAÚDE							
0587 ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BÁSICO REFERENTE À PARTE FIXA DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, NOS MUNICÍPIOS EM GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA	895.000.000	0	895.000.000	894.999.962	894.999.962	891.499.116	98,49
0589 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA	485.000.000	-1.458.401	483.541.599	483.540.606	483.540.589	450.602.987	93,19
0591 INCENTIVO-BÔNUS PARA ASSISTÊNCIA, ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO FORA DA UNIDADE HOSPITALAR DE PACIENTE PORTADOR DE AGRAVO MENTAL	5.450.000	-3.318.850	2.131.150	0	0	0	
0593 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - FARMÁCIA BÁSICA	84.145.000	-1	84.144.999	84.144.885	84.144.851	79.501.031	94,48
0595 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	32.500.000	1.458.400	33.958.400	33.958.333	33.958.305	30.037.869	88,45
0597 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	262.907.500	1.107.400	264.014.900	264.014.792	264.014.776	252.426.362	95,61
0603 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA AÇÕES DE COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	42.436.254	0	42.436.254	42.436.244	42.436.242	40.545.179	95,54
1823 IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0	0	0	0	0	0	
3915 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SANGUE COM GARANTIA DE QUALIDADE	0	0	0	0	0	0	
3951 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS SOBRE SAÚDE MENTAL	0	500.000	500.000	0	0	0	
4306 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	3.175.592.253	-9.000.011	3.166.592.242	3.166.284.914	3.166.284.866	3.136.901.656	99,06
4307 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.069.141.710	7.892.583	2.077.034.293	2.077.016.768	2.077.016.677	2.008.882.709	96,72
4366 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS	3.228.491	2.818.849	6.047.340	6.047.337	6.047.337	1.554.690	25,71
4370 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DA SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AÍDS E DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST	257.750.000	-2	257.749.998	257.749.993	257.749.989	250.881.095	97,34
4456 IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	7.313.151.208	-33	7.313.151.175	7.310.193.834	7.310.193.594	7.132.832.694	97,53
Total Geral	10.969.726.812	-32	10.969.726.780	10.966.769.429	10.966.769.191	10.789.408.291	98,36

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 155 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:18:07 Pág. 1 de 1

C:\Documents and Settings\francisco primo\Desktop\vb4.mdb - 119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2001

Fonte 155: CPMF

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
26 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO							
0081 GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0	25.008.637	25.008.637	12.382.740	12.382.729	12.382.729	49,51
0615 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.533)	0	1.484.551.298	1.484.551.298	500.862.045	500.862.042	493.010.968	33,21
2047 ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS	0	16.739.058	16.739.058	16.560.765	16.560.765	2.752.554	16,44
Total do Órgão:	0	1.526.298.993	1.526.298.993	529.805.550	529.805.536	508.146.251	33,29
32 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA							
1379 ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELÉTRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NÃO SUPRIDAS PELA REDE ELÉTRICA CONVENCIONAL	0	6.000.000	6.000.000	0	0	0	
Total do Órgão:	0	6.000.000	6.000.000	0	0	0	0,00
33 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL							
2060 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA	0	41.444.676	41.444.676	41.271.147	41.271.147	32.993.825	79,61
2569 CONCESSÃO DA BOLSA CRIANÇA-CIDADÃ	0	52.747.767	52.747.767	52.631.699	52.631.699	36.250.293	68,72
6537 GERAÇÃO DE OCUPAÇÕES PRODUTIVAS PARA FAMÍLIAS DE CRIANÇAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	0	9.271.556	9.271.556	9.079.483	9.079.483	4.916.341	53,03
Total do Órgão:	0	103.463.999	103.463.999	102.982.329	102.982.329	74.160.459	71,68
36 MINISTÉRIO DA SAÚDE							
0357 Assistência Financeira à Família Vãoando à Complementação da Renda para Melhoria da Nutrição - Bolsa-Alimentação	0	16.000.000	16.000.000	434.113	434.113	388.150	2,43
0589 INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA	0	84.000.000	84.000.000	84.000.000	84.000.000	84.000.000	100,00
3859 IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS	0	373.513.723	373.513.723	322.782.068	322.782.069	9.258.878	2,48
3860 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS	0	270.698.267	270.698.267	232.400.697	232.400.698	8.088.782	2,99
3861 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS	0	565.359.177	565.359.177	506.040.221	506.040.218	23.819.837	4,21
5528 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	0	12.730.000	12.730.000	11.077.982	11.077.982	100.000	0,79
Total do Órgão:	0	1.322.301.167	1.322.301.167	1.156.735.081	1.156.735.080	125.655.647	9,50
49 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO							
1088 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS	0	11.850.000	11.850.000	10.244.230	10.244.230	0	
Total do Órgão:	0	11.850.000	11.850.000	10.244.230	10.244.230	0	0,00
53 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL							
1279 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS SANITÁRIO E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ESCOLAS PÚBLICAS	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	
1859 GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS	0	1.820.000	1.820.000	0	0	0	
2821 MANUTENÇÃO DO SIGGER - SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	0	180.000	180.000	0	0	0	
4580 AÇÕES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL	0	130.000.001	130.000.001	129.793.382	129.793.380	116.650.691	89,73
Total do Órgão:	0	137.000.001	137.000.001	134.793.382	134.793.380	116.650.691	85,15
Total Geral	0	3.106.914.160	3.106.914.160	1.934.560.572	1.934.560.555	824.613.048	26,54

CRITÉRIOS

Órgão:

Setor:

Subfunção:

ProjAtiv:

Fonte: 179

Localidade:

Elemento:

SELECIONADOS:

UO:

Função:

Programa:

Subtítulo:

Gnd:

UF:

Fonte: SIAFUSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:18:37

Pág. 1 de 1

C:\Documents and Settings\francisco.grino\Desktop\ds4.mdb - 119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até: FECHADO

Fonte 151: CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
20 Presidência da República							
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	0	28.807.818	28.807.818	27.691.000	27.691.000	6.000.000	20,83
Total do Órgão:	0	28.807.818	28.807.818	27.691.000	27.691.000	6.000.000	20,83
33 Ministério da Previdência Social							
0129 Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS	7.000	4.340	11.340	11.339	11.339	11.339	99,99
0130 Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS	97.000	20.320	117.320	115.886	115.886	115.886	98,78
0131 Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS	157.000	163.072	320.072	319.749	319.749	319.749	99,90
0132 Pagamento de Aposentadorias	0	1.625.100.765	1.625.100.765	1.625.100.765	1.625.100.765	1.625.100.765	100,00
0134 Pagamento de Pensões	0	33.611.353	33.611.353	33.611.353	33.611.353	33.611.353	100,00
0136 Pagamento de Auxílios	0	919.738.620	919.738.620	919.738.620	919.738.620	919.738.620	100,00
1471 Capacitação de Conselheiros, Gestores e Técnicos de Assistência Social	500.000	-500.000	0	0	0	0	
1478 Modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários	2.057.766	-1.327.767	729.999	621.614	621.609	617.927	84,65
1479 Estudo para Reformas na Previdência de Servidores Federais, Estaduais e Municipais	6.059.272	-4	6.059.268	1.774.909	1.774.909	1.642.478	27,11
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	33.119.636	-33.119.636	0	0	0	0	
2000 Administração da Unidade	61.708.726	1.789.710	63.498.436	55.543.397	55.543.392	23.904.517	37,65
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	115.726.610	-11.522.391	104.204.219	103.957.480	103.957.480	92.077.423	88,36
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	10.078.000	-4.006.877	6.071.123	5.976.534	5.976.532	5.975.504	98,43
2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	14.723.000	11.613.499	26.336.499	26.270.555	26.270.548	26.269.358	99,75
2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	34.771.000	7.382.159	42.153.159	42.142.188	42.142.180	42.142.180	99,97
2015 Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social	5.280.000	306.445	5.586.445	5.586.437	5.586.438	5.586.438	100,00
2561 Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência em Situação de Pobreza	0	0	0	0	0	0	
2562 Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	9.412.600	-3	9.412.597	9.126.025	9.126.027	8.935.514	94,93
2563 Avaliação da Qualidade e Produtividade dos Serviços nas Unidades de Atendimento da Previdência Social	9.259.569	-7	9.259.562	7.858.355	7.858.358	7.506.996	81,07
2567 Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários	4.982.270	1	4.982.271	4.212.101	4.212.098	4.184.351	83,98
2568 Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa	3.699.562	-14	3.699.548	3.567.229	3.567.219	3.483.697	94,17
2570 Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias	23.290.070	636.306	23.926.376	23.718.643	23.718.641	23.613.437	98,69
2572 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial	2.392.020	0	2.392.020	2.392.019	2.392.019	2.458	0,10
2578 Serviço de Perícia Médica	1.300.000	36.099.995	37.399.995	37.390.906	37.390.903	30.037.295	80,31
2580 Serviço de Processamento de Dados das Guias da Previdência Social	47.837.000	0	47.837.000	47.836.998	47.836.998	34.502.815	72,13
2582 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Legislação Especial	400.000	0	400.000	280.010	280.010	0	
2587 Serviços de Atendimento aos Usuários da Previdência Social/Ouidoria da Previdência Social	1.100.000	25.475	1.125.475	1.052.532	1.052.530	1.052.529	93,52
2591 Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação de Benefícios Previdenciários	0	24.099.996	24.099.996	24.044.499	24.044.499	11.297.667	46,88
2592 Supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Privada	1.300.000	-331.291	968.709	675.345	675.343	663.103	68,45
2593 Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social	0	76.499.992	76.499.992	75.694.739	75.694.739	42.995.861	56,20
2596 Orientação Técnica às Empresas e aos Segurados da Previdência Social	2.727.252	-1	2.727.251	2.139.138	2.139.141	1.811.526	66,42
2611 Formação Continuada de Servidores no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Créditos Previdenciários	1.827.331	-1	1.827.330	1.661.394	1.661.397	1.661.063	90,90
4405 Serviços Interativos da Previdência Social-PREVFONE/PREVNÉT/PREVFÁCIL	3.400.000	43.534	3.443.534	3.389.260	3.389.260	3.389.261	98,42
4563 Orientação aos Patrocinadores, Participantes e Assistidos do Regime de Previdência Complementar	192.000	24.844	216.844	123.305	123.302	115.391	53,21
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	9.032.689	-52.785	8.979.904	2.325.730	2.325.736	2.137.151	23,80
4589 Formulação de Políticas na Área de Assistência Social	4.908.428	-4.908.428	0	0	0	0	
4591 Formulação de Políticas na Área de Previdência Complementar	254.794	0	254.794	89.698	89.696	89.571	35,15
4593 Formulação de Políticas na Área de Previdência Social	2.665.990	-187.734	2.478.256	1.491.755	1.491.753	421.650	17,01
4641 Publicidade de Utilidade Pública	3.562.000	-1.062.000	2.500.000	2.499.702	2.499.701	2.499.699	99,99
5500 Implantação do Plano Diretor de Tecnologia e Informação	3.889.841	-2.889.841	1.000.000	108.410	108.405	110.223	11,02
5509 Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social	17.200.000	1	17.200.001	7.773.722	7.773.720	6.900.255	40,12
5565 Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	327.623	-327.623	0	0	0	0	
5645 Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV	689.819	0	689.819	214.500	214.500	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:00:50

Pág. 1 de 5

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
5646 Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Assistência Social	2.567.000	-2.567.000	0	0	0	0	
6541 Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento das Guias de Previdência Social, do FGTS e de Informações à Previdência Social	138.334.244	0	138.334.244	69.763.637	69.763.637	0	
7933 Disseminação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI	400.000	1	400.001	327.124	327.121	321.176	80,29
Total do Órgão:	581.235.112	2.674.357.025	3.255.592.137	3.150.527.602	3.150.527.553	2.964.846.226	91,07
36 Ministério da Saúde							
0214 Incentivo Financeiro a Municípios para Ações de Prevenção e Controle de DST e AIDS	65.000.000	-7.014.995	57.985.005	57.984.895	57.984.881	49.084.469	84,85
0218 Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS	18.300.000	0	18.300.000	18.300.000	18.300.000	16.775.000	91,67
0219 Contribuição ao Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME	700.000	0	700.000	700.000	700.000	700.000	100,00
0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC	44.000	0	44.000	44.000	44.000	0	
0221 Contribuição à Organização Mundial Saúde - OMS	16.131.000	0	16.131.000	16.131.000	16.131.000	14.786.750	91,67
0587 Atendimento Assistencial Básico referente à Parte Fixa do Piso de Atenção Básica - PAB, nos Municípios em Gestão Plena da Atenção Básica	0	375.321.396	375.321.396	374.274.938	374.274.933	363.600.681	96,88
0589 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para a Saúde da Família	0	402.328.600	402.328.600	391.750.555	391.750.550	391.731.533	97,37
0593 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica - Farmácia Básica	88.400.000	-2	88.399.998	88.243.805	88.243.843	86.850.584	98,25
0595 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para as Ações de Vigilância Sanitária	54.150.000	-3	54.149.997	54.146.351	54.146.353	53.336.645	98,50
0597 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para Ações de Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis	300.810.000	5	300.810.005	300.807.837	300.807.829	297.046.381	98,75
1034 Capacitação de Recursos Humanos para Atuação na Área de Prevenção e Assistência a Indivíduos Portadores de Transtornos Mentais	1.000.000	100.000	1.100.000	984.670	984.670	596.790	54,25
1623 Implantação, Aquecimento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS	76.165.250	-15.251.757	60.913.493	39.140.363	39.140.363	1.831.490	3,01
1841 Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção da Morbimortalidade por Causas Externas	550.000	0	550.000	543.640	543.639	399.989	72,73
1847 Implantação de Serviços Extra-Hospitalares de Assistência à Saúde do Idoso	1.880.000	0	1.880.000	1.036.837	1.036.837	0	
1849 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção da Morbimortalidade por Causas Externas	342.000	0	342.000	200.000	200.000	200.000	58,48
2000 Administração da Unidade	221.653.741	24.777.415	246.431.156	240.112.725	240.019.458	213.673.046	86,71
2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0	0	0	0	0	0	
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	171.423.700	-814.000	170.609.700	169.205.542	169.193.540	157.621.767	92,39
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	21.273.000	-3.323.998	17.949.002	13.463.029	13.463.019	13.424.222	74,79
2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	56.371.000	2.725.996	59.096.996	58.027.759	58.027.743	57.765.857	97,75
2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	99.540.692	119.200	99.659.892	99.370.688	99.370.674	99.358.112	99,70
2018 Conselho Nacional de Saúde	419.000	0	419.000	400.975	400.973	400.973	95,70
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	1.900.000	0	1.900.000	1.897.693	1.897.693	974.336	51,28
2689 Desenvolvimento de Trabalho de Campo para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas	50.000.000	38.369.997	88.369.997	75.906.629	75.906.627	75.248.790	85,15
2705 Insumos para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas	14.000.000	-5.200.000	8.800.000	6.077.353	6.077.353	77.353	0,88
2729 Formação Continuada de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS	9.858.600	0	9.858.600	9.223.450	9.223.450	2.851.000	28,92
2783 Acreditação de Hospitais Amigo da Criança	100.000	0	100.000	0	0	0	
3362 Construção da Sede da Agência Nacional de Vigilância Sanitária em Brasília	900.000	0	900.000	0	0	0	0,00
3655 Estudos e Pesquisas sobre Hanseníase e Outras Dermatoses	496.200	0	496.200	456.803	456.803	0	
3658 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias	488.000	0	488.000	420.000	420.000	0	
3659 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos	38.112.576	-727.717	37.384.859	32.236.372	32.236.260	11.271.937	30,15
3660 Construção e Ampliação ou Melhoria de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário para Controle de Agravos	36.599.559	-3.776.709	32.822.850	27.144.115	27.144.115	1.599.414	4,87
3661 Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos	56.404.378	-3.318.321	53.086.057	43.480.599	43.480.483	10.308.199	19,42
3662 Implantação e Ampliação de Unidades de Hematologia e Hemoterapia	12.785.200	0	12.785.200	1.194.028	1.194.028	553.614	4,33
3663 Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS	15.693.764	-1.015.759	14.678.005	7.612.954	7.612.954	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN					Emissã	26/8/2005 17:00:50	Pág. 2 de 5

C:\Documents and Settings\francisco.primo\Desktop\db\119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. * REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3865 Implantação e Ampliação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco do Sistema Único de Saúde - SUS	5.006.621	-3	5.006.618	3.744.013	3.744.013	0	
3867 Modernização e Adequação de Unidades de Hematologia e Hemoterapia	13.866.200	0	13.866.200	1.718.680	1.718.680	895.200	6,46
3868 Modernização e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS	38.047.610	-13	38.047.597	30.297.822	30.297.814	6.736.631	17,71
3869 Implantação, Modernização e Adequação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	9.395.400	899.997	10.295.397	8.820.475	8.820.468	7.332.321	71,22
3870 Modernização e Adequação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco do Sistema Único de Saúde - SUS	26.388.372	4.349.988	30.738.360	21.263.965	21.263.965	1.994.000	6,49
3872 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Adolescente e do Jovem	400.000	0	400.000	400.000	400.000	400.000	100,00
3875 Adequação da Planta de Produção de Vacinas	10.000.000	0	10.000.000	9.999.998	9.999.998	9.999.998	100,00
3880 Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	1.330.000	143.000	1.473.000	1.473.000	1.473.000	1.330.000	90,29
3881 Qualificação Profissional dos Trabalhadores de Enfermagem Empregados em Estabelecimentos de Saúde	45.400.000	0	45.400.000	45.395.492	45.395.490	44.585.775	98,21
3882 Núcleos de Reabilitação para Portadores de Deficiência	1.825.000	-1	1.824.999	824.882	824.882	0	
3886 Implantação de Novos Modelos de Gestão, Avaliação, Experiências Inovadoras e Controle Social de Serviços de Saúde para Promover a Descentralização do Sistema Único de Saúde - SUS	2.120.000	0	2.120.000	2.120.000	2.120.000	1.798.700	84,84
3888 Estudos e Pesquisas para a Melhoria da Qualidade e Eficiência dos Serviços do Sistema Único de Saúde - SUS	13.387.269	1.000.002	14.387.271	14.385.978	14.385.977	11.162.620	77,59
3890 Estudos e Pesquisas sobre Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	2.860.700	468.000	3.328.700	3.070.028	3.070.028	90.536	2,72
3891 Estudos e Pesquisas sobre Saúde da Criança e Aleitamento Materno	1.310.000	0	1.310.000	1.163.110	1.163.110	530.000	40,46
3892 Estudos e Pesquisas sobre Saúde Mental	1.166.000	0	1.166.000	580.310	580.310	432.513	37,09
3893 Estudos e Pesquisas sobre Agravos à Saúde do Trabalhador	493.600	0	493.600	221.832	221.832	0	
3894 Estudos e Pesquisas sobre Doenças Crônico-Degenerativas	560.000	0	560.000	0	0	0	
3897 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	900.000	100.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	900.000	90,00
3900 Estudos e Pesquisas sobre Saúde da Mulher	500.000	0	500.000	203.815	203.815	0	
3901 Estudos e Pesquisas sobre Saúde do Adolescente e do Jovem	310.000	0	310.000	310.000	310.000	310.000	100,00
3902 Estudos e Pesquisas sobre Saúde do Idoso	475.000	0	475.000	250.000	250.000	250.000	52,63
3903 Estudos e Pesquisas sobre Saúde do Portador de Deficiência	990.000	0	990.000	0	0	0	
3906 Implantação da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano	610.000	0	610.000	44.000	44.000	0	
3907 Implantação de Centros de Atenção à Saúde do Adolescente e do Jovem	1.950.000	0	1.950.000	351.054	351.054	0	
3910 Implantação de Serviços Alternativos Assistenciais - Hospital-Dia, Atendimento Domiciliar e Ambulatorial Especial - para Doentes com Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	4.710.000	229.000	4.939.000	4.939.000	4.938.999	4.424.371	89,58
3913 Saneamento Básico em Comunidades Indígenas	1.850.500	50.504	1.901.004	1.700.912	1.700.909	334.715	17,61
3914 Implantação do Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde - SUS	63.006.084	0	63.006.084	41.168.731	41.168.731	28.270.263	44,87
3920 Implantação em Unidades de Saúde de Serviços para Tratamento dos Agravos Relativos à Saúde do Trabalhador	3.085.000	0	3.085.000	2.669.545	2.669.545	2.426.736	78,66
3922 Modernização de Escolas Técnicas de Saúde	3.200.000	0	3.200.000	3.199.500	3.199.500	3.080.874	96,28
3923 Modernização e Adequação da Rede de Serviços do Sistema Único de Saúde - REFORSSUS	5.471.000	-1	5.470.999	1.479.147	1.479.147	0	
3926 Modernização e Adequação de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz	14.204.300	-7	14.204.293	14.204.138	14.204.139	10.327.215	72,70
3927 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Trabalhador	550.000	1	550.001	549.601	549.601	469.581	85,38
3929 Promoção de Eventos sobre Saúde da Mulher	700.000	0	700.000	698.728	698.727	511.668	73,10
3934 Promoção de Eventos Técnicos sobre Doenças Crônico-Degenerativas	500.000	0	500.000	109.998	109.998	109.998	22,00
3936 Promoção de Eventos Técnicos sobre Melhoria da Qualidade e Eficiência dos Serviços do Sistema Único de Saúde - SUS	800.000	0	800.000	720.780	720.780	150.000	18,75
3937 Promoção de Eventos Técnicos sobre Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	1.000.000	-1	999.999	999.242	999.242	998.886	99,89
3941 Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção e Controle da Tuberculose e Outras Pneumopatias	300.000	0	300.000	252.437	252.437	252.437	84,15*
3943 Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	400.000	50.000	450.000	450.000	450.000	400.000	88,89
3945 Promoção de Eventos Técnicos sobre Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	500.000	0	500.000	269.620	269.620	200.000	40,00
3947 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde da Criança e Aleitamento Materno	900.000	0	900.000	636.473	636.473	361.583	40,18
3948 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Idoso	150.000	0	150.000	150.000	150.000	150.000	100,00

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODAEN				Emissã 26/8/2005 17:00:50		Pág. 3 de 5	

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até:

FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3949 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Portador de Deficiência	283.000	0	283.000	283.000	283.000	283.000	100,00
3951 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde Mental	250.000	0	250.000	239.058	239.058	44.490	17,80
3954 Promoção de Práticas Seguras sobre Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	14.500.000	2.000.000	16.500.000	16.499.862	16.499.860	10.009.825	60,67
3984 Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Controle de Agravos	12.222.871	-1.017.630	11.205.241	6.641.756	6.641.718	888.211	7,93
3996 Implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário - Saúde e Saneamento no Piauí - KFW	1.365.000	0	1.365.000	1.365.000	1.365.000	352.860	25,85
3997 Implantação dos Serviços de Abastecimento de Água - Saúde e Saneamento no Piauí - KFW	321.000	0	321.000	321.000	321.000	0	
4291 Acreditação Hospitalar das Redes Pública e Privada, Federal, Estadual e Municipal	97.519	0	97.519	0	0	0	
4294 Atendimento a Crianças, Gestantes e Idosos, em Áreas Endêmicas de Má Nutrição, com Micronutrientes	1.948.000	-468.000	1.480.000	1.475.917	1.475.916	1.360.593	91,93
4296 Atendimento a Pacientes Hemofílicos com Fatores de Coagulação	222.000.000	40.000.001	262.000.001	261.999.992	261.999.991	210.268.689	80,26
4301 Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Domiciliar do Instituto Nacional do Câncer - INCA	0	4.499.999	4.499.999	4.499.987	4.499.447	2.211.226	49,14
4302 Funcionamento de Hospitais da Rede Pública Federal de Atendimento Médico Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	0	13.057.996	13.057.996	13.057.852	13.057.851	6.864.981	52,57
4306 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde - SUS	2.400.754.621	-119.598.087	2.281.156.534	2.279.788.072	2.279.658.610	2.250.554.055	98,66
4307 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde - SUS	2.249.689.800	-45.500.060	2.204.189.740	2.202.877.497	2.202.877.443	2.171.789.839	98,53
4309 Atendimento do Diaque - AIDS	800.000	100.000	900.000	900.000	900.000	800.000	88,89
4310 Atendimento do Diaque Saúde	892.800	0	892.800	828.000	828.000	828.000	92,74
4311 Auditoria Analítica e Operativa do Sistema Único de Saúde - SUS	8.848.926	-880.001	7.968.925	7.398.335	7.398.339	4.464.185	56,02
4315 Controle das Doenças Cardiovasculares	2.242.820	-200.000	2.042.820	0	0	0	
4316 Controle das Doenças Reumáticas	332.000	-30.000	302.000	0	0	0	
4319 Controle do Diabetes Mellitus	1.795.692	-170.000	1.625.692	0	0	0	
4324 Cooperação Mútua com a Marinha Brasileira para Operação, Manutenção e Ações de Saúde nos Navios de Assistência Hospitalar - Nash, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, para Atendimento das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica	4.950.000	0	4.950.000	4.949.988	4.949.988	4.735.316	95,66
4325 Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos	3.441.500	-9	3.441.491	3.440.628	3.440.627	2.746.278	79,80
4326 Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-manguinhos	2.436.600	-6	2.436.594	2.430.435	2.430.432	2.098.526	86,13
4327 Diagnóstico e Acompanhamento em Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - HIV/ Aids nos Laboratórios da Rede Pública	8.630.000	993.000	9.623.000	9.622.412	9.622.412	8.609.998	89,47
4328 Prevenção e Tratamento do Câncer Cérvico-Uterino	0	2.500.000	2.500.000	2.499.994	2.499.994	1.885.095	75,40
4334 Ensino em Saúde e Ciência e Tecnologia na Fundação Oswaldo Cruz	6.947.400	-13	6.947.387	6.943.704	6.943.707	6.675.651	96,09
4339 Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde	0	799.999	799.999	719.755	719.755	604.142	75,52
4355 Informação e Comunicação em Saúde, Ciência e Tecnologia	10.917.300	-17	10.917.283	10.912.194	10.912.191	10.829.603	99,20
4359 Pesquisas Científicas do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - CPQAM	4.230.000	-1	4.229.999	4.225.589	4.225.588	3.557.510	84,10
4360 Pesquisas Biomédicas e Preservação de Espécies Ameaçadas de Extinção no Centro Nacional de Primatas - CENP	6.747.000	2	6.747.002	4.842.905	4.842.903	3.667.966	54,36
4361 Pesquisas Científicas do Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz - CPQGM	3.555.000	-17	3.554.983	3.551.117	3.551.122	3.232.175	90,92
4362 Pesquisas Científicas do Centro de Pesquisas Rene Rachou - CPQRR	3.120.000	1	3.120.001	3.110.605	3.110.610	2.550.433	81,74
4363 Pesquisas em Tuberculose e Outras Pneumopatias de Interesse Sanitário do Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF	3.954.000	0	3.954.000	2.699.802	2.699.795	2.001.633	50,62
4365 Produção de Imunobiológicos	21.039.612	-12	21.039.600	21.026.642	21.026.647	11.151.538	53,00
4366 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento Ambulatorial e Domiciliar dos Casos Positivos de Malária	1.500.000	-800.000	700.000	599.628	599.625	337.400	48,20
4367 Atendimento a Diabéticos com Insulina, Hipoglicemiantes Oraais e Correlatos	12.036.300	7.900.000	19.936.300	19.936.297	19.936.296	11.521.370	57,79
4368 Atendimento à População com Medicamentos e Insumos Estratégicos	186.528.000	35.999.990	222.527.990	222.522.106	221.261.931	145.406.141	65,34
4369 Atendimento à População com Medicamentos para Tuberculose e Outras Pneumopatias	0	7.399.998	7.399.998	7.399.997	7.399.997	2.309.757	31,21
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST	258.000.000	34.999.999	292.999.999	292.999.988	292.999.987	250.897.263	85,63
4372 Promoção da Educação em Saúde por meio da Mobilização Comunitária	7.949.600	790.000	8.739.600	5.190.000	5.190.000	3.100.000	35,47
4373 Residência Médica na Fundação Oswaldo Cruz	2.000.000	-1	1.999.999	1.991.846	1.991.846	1.991.846	99,59
4375 Residência Médica nos Hospitais da Rede Própria do Ministério da Saúde	16.500.000	-800.000	15.700.000	12.760.487	12.760.483	12.569.355	80,06

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	------------	-----------------	----------------------	----------------------	-----------------	-----------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:00:50

Pág. 4 de 5

C:\Documents and Settings\francisco.prado\Desktop\4b\... - 119 RdDespesa por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. # REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
4379 Serviço de Referência em Saúde e Ciência e Tecnologia da Fundação Oswaldo Cruz	13.300.000	-20	13.299.980	13.282.692	13.282.688	12.741.658	95,80
4380 Sistema Nacional de Informações em Saúde, do Sistema Único de Saúde - SUS	29.500.000	2.950.002	32.450.002	31.466.354	31.466.357	26.514.882	81,71
4381 Serviço de Referência de Qualidade em Saúde do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS	3.931.600	-10	3.931.590	3.930.017	3.930.015	3.419.365	86,97
4386 Pesquisas no Campo de Medicina Tropical e Meio-Ambiente do Instituto Evandro Chagas - IEC	14.400.000	-4	14.399.996	11.202.968	11.202.976	9.141.909	63,49
4388 Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS	22.436.000	2.199.994	24.635.994	24.527.018	24.527.008	19.830.087	80,49
4453 Imunobiológicos para Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	136.000.000	27.799.998	163.799.998	163.634.294	163.634.289	105.263.966	64,26
4458 Pesquisas Científicas da Fundação Oswaldo Cruz	23.035.000	-26	23.034.974	23.007.570	23.007.577	20.524.880	89,10
4525 Assist. Financeira à Manutenção de Unidades de Saúde do SUS	6.500.000	-1.301.596	5.198.404	4.000.000	4.000.000	0	
4530 Implementação da Promoção à Saúde	15.000.000	1.500.000	16.500.000	16.349.999	16.349.999	14.999.999	90,91
4560 Fitoterapia em Saúde Pública	970.000	0	970.000	969.882	969.884	262.987	27,11
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	10.652.849	-57.207	10.595.642	6.781.212	6.772.148	5.474.377	51,67
4586 Formulação e Avaliação de Políticas para o Setor Saúde	5.959.000	-590.000	5.369.000	5.317.630	5.317.630	283.068	5,27
4641 Publicidade de Utilidade Pública	22.200.000	3.400.000	25.600.000	25.059.993	25.059.992	10.740.997	41,96
5528 Ações de Saneamento em Pequenas Localidades	38.486.689	-8.843.787	29.642.902	10.021.982	10.021.982	0	
5600 Vacinação de Idoso com 60 Anos de Idade ou Mais	0	13.200.000	13.200.000	13.200.000	13.200.000	0	
5776 Aquisição de Unidade Móvel de Saúde	7.600.000	-1.521.867	6.078.133	2.433.877	2.433.877	0	
6501 Atendimento à Saúde em Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI	115.000.000	11.499.971	126.499.971	126.233.198	126.233.184	112.604.725	89,02
7829 Suporte Técnico à Estruturação de Escolas Técnicas de Saúde	300.000	0	300.000	300.000	300.000	298.000	99,33
7831 Formação Pedagógica para Docentes na Área de Enfermagem	530.000	0	530.000	530.000	530.000	485.541	91,61
7841 Capacitação de Recursos Humanos para Promoção do Planejamento Familiar e da Saúde da Mulher	2.130.000	0	2.130.000	1.678.214	1.678.214	0	
Total do Órgão:	7.662.867.815	842.402.393	8.505.270.208	8.278.834.258	8.277.329.344	7.559.070.944	88,88
55 Ministério da Assistência e Promoção Social							
1471 Capacitação de Conselheiros, Gestores e Técnicos de Assistência Social	0	500.000	500.000	132.093	132.092	131.726	26,35
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	0	1.392.880	1.392.880	0	0	0	
2000 Administração da Unidade	0	4.470.036	4.470.036	3.871.145	3.871.145	2.784.128	62,28
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	0	117.572	117.572	2.500	2.500	0	
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	0	90.781	90.781	756	756	608	0,67
2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	0	57.328	57.328	6.321	6.320	5.704	9,95
2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	0	32.226	32.226	26.725	26.725	26.194	81,28
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0	27.300	27.300	12.315	12.315	10.665	39,07
4589 Formulação de Políticas na Área de Assistência Social	0	5.441.045	5.441.045	4.885.038	4.885.034	4.852.375	89,18
4641 Publicidade de Utilidade Pública	0	1.062.000	1.062.000	1.061.998	1.061.998	1.061.998	100,00
5565 Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	0	327.623	327.623	0	0	0	
5646 Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Assistência Social	0	2.567.000	2.567.000	2.000.000	2.000.000	0	
Total do Órgão:	0	16.085.791	16.085.791	11.998.891	11.998.885	8.873.398	55,16
90 Reserva de Contingência							
0998 Reserva de Contingência	825.359.620	-825.359.620	0	0	0	0	
Total do Órgão:	825.359.620	-825.359.620	0	0	0	0	#Núml
Total Geral	9.069.462.547	2.736.293.407	11.805.755.954	11.469.051.751	11.467.546.782	10.538.790.568	89,27

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UD: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:00:51

Pág. 5 de 5

C:\Documents and Settings\francisco.grimol\Desktop\l03.mdb - 119 RdDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até: FECHADO

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
02 Senado Federal							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	47.600.000	47.600.000	47.599.997	47.599.997	47.599.997	100,00
0397 Encargos Previdenciários com Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC	0	2.000.000	2.000.000	1.999.999	1.999.999	1.999.999	100,00
Total do Órgão:	0	49.600.000	49.600.000	49.599.996	49.599.996	49.599.996	100,00
20 Presidência da República							
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	0	9.512.184	9.512.184	3.775.896	3.775.896	0	
2055 Combate à Fome com Ações Voltadas para a Compra da Produção de Alimentos de Agricultores Familiares	400.000.000	-360.000.000	40.000.000	36.174.745	36.174.745	35.705.255	89,26
2071 Combate à Fome com Ações Voltadas para a Educação Alimentar e Melhoria das Condições Sócio-econômicas das Famílias	200.000.000	-168.027.847	31.972.153	28.085.620	28.085.620	16.018.052	50,10
2100 Combate à Fome com Assistência Financeira à Família Visando a Complementação de Renda para a Compra de Alimentos - Fome Zero	619.191.728	-60.609.823	558.581.905	523.081.881	523.081.878	522.993.928	93,63
Total do Órgão:	1.219.191.728	-579.125.486	640.066.242	591.118.142	591.118.139	574.717.235	89,79
22 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	443.943.458	-1	443.943.457	443.943.423	443.943.434	443.942.413	100,00
Total do Órgão:	443.943.458	-1	443.943.457	443.943.423	443.943.434	443.942.413	100,00
25 Ministério da Fazenda							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	852.332.254	71.567.610	923.899.864	923.767.780	923.767.781	923.720.370	99,98
Total do Órgão:	852.332.254	71.567.610	923.899.864	923.767.780	923.767.781	923.720.370	99,98
26 Ministério da Educação							
0181 Alimentação Escolar	0	60.609.804	60.609.804	59.414.391	59.414.391	59.414.384	98,03
Total do Órgão:	0	60.609.804	60.609.804	59.414.391	59.414.391	59.414.384	98,03
30 Ministério da Justiça							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	805.510.033	64.933.481	870.443.514	869.381.399	869.381.371	868.386.089	99,76
Total do Órgão:	805.510.033	64.933.481	870.443.514	869.381.399	869.381.371	868.386.089	99,76
33 Ministério da Previdência Social							
0117 Pagamento de Salário-Família	3.562.184	0	3.562.184	3.562.184	3.562.184	2.043.899	57,38
0132 Pagamento de Aposentadorias	8.141.875.218	0	8.141.875.218	8.141.875.214	8.141.875.214	8.141.875.214	100,00
0133 Pagamento de Aposentadorias Especiais	611.561.597	0	611.561.597	611.561.597	611.561.597	611.561.597	100,00
0134 Pagamento de Pensões	2.857.805.703	0	2.857.805.703	2.857.805.702	2.857.805.702	2.857.805.702	100,00
0136 Pagamento de Auxílios	673.985.308	1.283.796.098	1.957.781.406	1.957.781.404	1.957.781.404	1.585.152.953	80,97
0137 Pagamento de Abono	1.790.092	0	1.790.092	1.790.092	1.790.092	1.002.649	56,01
0141 Pagamento de Salário-Maternidade	203.687.452	0	203.687.452	203.687.452	203.687.452	40.736.693	20,00
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.966.641.517	96.790.458	2.063.431.975	2.063.211.472	2.063.211.431	2.063.032.891	99,98
0538 Pagamento de Benefícios de Legislação Especial	627.740.508	-13	627.740.495	627.740.490	627.740.490	627.740.490	100,00
0561 Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Idade	707.877.955	0	707.877.955	707.877.948	707.877.948	564.774.331	79,78
0565 Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	1.260.953.335	1	1.260.953.336	1.260.953.321	1.260.953.321	1.094.526.392	86,80
0573 Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa - LOAS	1.456.337.149	-1.456.337.149	0	0	0	0	
0575 Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência - LOAS	2.362.662.851	-2.362.662.851	0	0	0	0	
1001 Construção, Ampliação e Modernização de Creche	17.075.000	-17.075.000	0	0	0	0	
1394 Construção, Ampliação e Modernização de Centro de Atendimento à Pessoa Idosa	16.504.000	-16.504.000	0	0	0	0	
1426 Construção, Ampliação e Modernização de Centro de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	4.505.000	-4.505.000	0	0	0	0	
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	94.001.184	-94.001.184	0	0	0	0	
2060 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada	200.000	-200.000	0	0	0	0	
2558 Atendimento à Criança em Creche ou Outras Alternativas Comunitárias	7.599.000	-7.599.000	0	0	0	0	
2558 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Abrigo	4.770.000	-4.770.000	0	0	0	0	
2559 Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza	2.401.000	-2.401.000	0	0	0	0	
2561 Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência em Situação de Pobreza	23.619.000	-23.619.000	0	0	0	0	
2564 Cadastro Nacional de Informações Sociais - PREVICIDADE	10.000.000	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	
2569 Concessão da Bolsa Criança-Cidade	6.100.000	-6.100.000	0	0	0	0	
2571 Orientação aos Segurados para Prevenção de Doenças Ocupacionais e de Acidentes do Trabalho	180.000	0	180.000	14.971	14.971	14.972	8,32

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	------------	-----------------	----------------------	----------------------	-----------------	-----------------	-----------

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 28/4/2006 14:25:12

Pág. 1 de 5

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. e REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2572 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial	0	0	0	0	0	0	
2573 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	1.704.182	-1.704.182	0	0	0	0	
2574 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência	4.359.113	-4.359.113	0	0	0	0	
2578 Serviço de Perícia Médica	43.114.360	-9	43.114.351	43.114.319	43.114.314	42.970.883	99,67
2581 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	297.575.371	0	297.575.371	297.575.356	297.575.353	266.860.693	89,68
2583 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	1.283.306	-1.283.306	0	0	0	0	
2584 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência	5.270.221	-5.270.221	0	0	0	0	
2585 Serviço de Reabilitação Profissional	8.000.000	-9	7.999.991	7.105.311	7.105.305	6.514.912	81,44
2589 Serviços de Concessão, Revisão e Cessação de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	767.218	-767.218	0	0	0	0	
2590 Serviços de Concessão, Revisão e Cessação de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência	3.807.098	-3.807.098	0	0	0	0	
2591 Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação de Benefícios Previdenciários	41.888.422	-26	41.888.396	41.574.655	41.574.654	41.370.249	98,76
2593 Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social	130.891.309	-15	130.891.294	129.710.237	129.710.228	122.388.223	93,50
2635 Formação Continuada de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários	1.296.000	-9	1.295.991	1.218.353	1.218.359	1.008.773	77,84
2910 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários	154.363.863	0	154.363.863	154.363.859	154.363.859	7.254.156	4,70
4641 Publicidade de Utilidade Pública	2.700.000	0	2.700.000	2.700.000	2.699.999	2.666.086	98,74
5398 Implantação de Centros da Juventude	3.439.000	-3.439.000	0	0	0	0	
5565 Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	37.915.977	-37.915.977	0	0	0	0	
6541 Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento das Guias de Previdência Social, do FGTS e de Informações à Previdência Social	27.224.056	0	27.224.056	25.172.993	25.172.993	0	
Total do Órgão:	21.829.034.549	-2.673.733.823	19.155.300.726	19.150.396.930	19.150.396.870	18.081.301.758	94,39

36 Ministério da Saúde

0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.818.072.257	113.602.021	1.931.674.278	1.930.667.837	1.930.667.814	1.928.105.082	99,82
0357	Assistência Financeira à Família visando à Complementação da Renda para Melhorar da Nutrição - Bolsa-Alimentação	0	359.999.999	359.999.999	359.999.991	359.999.989	316.478.255	87,91
0587	Atendimento Assistencial Básico referente à Parte Fixa do Piso de Atenção Básica - PAB, nos Municípios em Gestão Plena da Atenção Básica	527.468.604	2	527.468.606	527.468.499	527.468.499	526.778.141	99,87
0589	Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para a Saúde da Família	276.243.551	151.477.839	427.721.390	414.482.178	414.482.171	410.816.264	96,05
0591	Incentivo-Bônus para Assistência, Acompanhamento e Integração fora da Unidade Hospitalar do Paciente Portador de Agravos Mentais	1.992.000	0	1.992.000	150.165	150.165	95.308	4,78
0597	Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para Ações de Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis	0	1.500.000	1.500.000	0	0	0	
0599	Incentivo-Bônus por Paciente de Hanseníase em Tratamento Curado	2.000.000	-1.700.000	300.000	0	0	0	
0601	Incentivo-Bônus para Diagnóstico e Tratamento de Pacientes com Tuberculose	10.000.000	-8.000.000	2.000.000	0	0	0	
1823	Implantação, Apeirramento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS	236.707.750	-49.317.043	187.390.707	127.528.510	127.528.510	7.593.722	4,05
2000	Administração da Unidade	12.967.980	-7	12.967.973	12.782.550	12.782.533	12.294.660	94,81
2689	Desenvolvimento de Trabalho de Campo para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas	93.700.000	-3	93.699.997	92.795.454	92.795.452	92.782.087	99,02
2705	Insusos para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas	16.000.000	-3.500.000	12.500.000	12.500.000	12.500.000	0	
2739	Atendimento à População com Medicamentos para Hanseníase e Outras Dermatoses	3.500.000	-1.350.000	2.150.000	1.230.144	1.230.145	790.961	36,79
2743	Atendimento à População com Medicamentos para Saúde Mental	26.000.000	-2.600.000	23.400.000	20.221.480	20.221.477	20.147.241	86,10
3071	Implantação, Modernização e Adequação de Unidades de Controle de Zoonoses e de Fatores Biológicos de Risco	2.830.000	-80.098	2.749.902	422.000	422.000	0	
3850	Capacitação de Profissionais em Prevenção, Controle e Assistência Oncológica	4.782.400	0	4.782.400	4.781.407	4.781.406	4.342.595	90,80
3851	Capacitação de Recursos Humanos em Atenção Básica - Saúde da Família	10.000.000	0	10.000.000	9.990.700	9.990.700	6.834.500	68,35
3859	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos	27.394.800	-6.477.746	20.917.054	7.182.556	7.182.556	0	
3860	Construção e Ampliação ou Melhoria de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário para Controle de Agravos	29.496.000	-5.341.002	24.154.998	3.662.311	3.662.311	0	
3861	Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos	28.651.600	-7.917.774	20.733.826	10.636.186	10.636.186	0	
3863	Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS	3.206.000	-984.417	2.221.583	2.221.583	2.221.583	0	
3870	Modernização e Adequação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco do Sistema Único de Saúde- SUS	0	1.650.000	1.650.000	1.023.087	1.023.087	0	
3875	Adequação da Planta de Produção de Vacinas	10.000.000	0	10.000.000	9.999.998	9.999.996	9.999.996	100,00
3877	Fomento à Produção Nacional em Imunobiológicos	5.400.000	0	5.400.000	5.399.997	5.399.998	5.381.385	99,66
3883	Drenagem e Manejo Ambiental em Áreas Endêmicas de Malária	4.300.000	-500.172	3.799.828	3.240.000	3.240.000	0	
3890	Estudos e Pesquisas sobre Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	0	1.400.000	1.400.000	1.338.860	1.338.860	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 28/4/2006 14:27:24

Pág. 2 de 5

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até: FECHADO

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3898 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle de Câncer	5.625.000	-560.000	5.065.000	5.064.996	5.064.995	710.493	14,03
3809 Prevenção e Vigilância para Controle do Câncer	15.000.000	0	15.000.000	14.997.211	14.997.208	12.204.995	81,37
3811 Implantação de Serviço Ambulatorial de Saúde Mental e Prevenção ao Uso Indevido de Alcool e Drogas	5.799.000	0	5.799.000	4.191.130	4.191.130	4.030.000	69,49
3821 Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas	32.240.000	-3.298.181	28.941.819	28.605.922	28.605.922	0	
3932 Promoção de Eventos Técnicos sobre Atenção Básica - Saúde da Família	700.000	0	700.000	700.000	700.000	700.000	100,00
3937 Promoção de Eventos Técnicos sobre Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	500.000	-3	499.997	499.866	499.865	406.103	81,22
3944 Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção, Controle e Assistência Oncológica	1.200.000	0	1.200.000	1.199.985	1.199.984	1.140.138	95,01
3984 Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Controle de Agravos	23.228.000	-5.614.291	17.613.709	5.575.761	5.575.761	0	
3992 Implantação do Sistema Nacional de Vigilância Ambiental sobre Fatores Biológicos, Físicos e Químicos Determinantes e Condicionantes de Agravos à Saúde	11.800.000	1	11.800.001	10.172.751	10.172.745	6.381.586	54,08
3994 Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS	40.000.000	-11	39.999.989	34.468.525	34.468.525	18.317.673	45,79
4299 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisas no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	245.000.000	0	245.000.000	245.000.000	245.000.000	245.000.000	100,00
4301 Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Domiciliar do Instituto Nacional do Câncer - INCA	78.896.000	1	78.896.001	78.895.695	78.895.687	67.882.463	86,04
4302 Funcionamento de Hospitais da Rede Pública Federal de Atendimento Médico Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	170.000.000	5.539.997	175.539.997	174.760.720	174.760.688	159.017.047	90,59
4306 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde - SUS	535.296.302	-5.000.010	530.296.292	528.878.409	528.878.381	521.167.870	98,28
4307 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde - SUS	308.180.640	-5	308.180.635	308.161.254	308.161.234	298.755.804	96,94
4313 Tratamento da Hanseníase e Outras Dermatoses	5.273.900	0	5.273.900	4.765.249	4.765.250	293.863	5,57
4314 Controle da Tuberculose e Outras Pneumopatias de Interesse Sanitário	5.773.000	-550.000	5.223.000	5.116.714	5.116.714	198.216	3,80
4325 Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos	0	999.997	999.997	999.509	999.509	4.553	0,46
4328 Prevenção e Tratamento do Câncer Cérvico-Uterino	25.920.000	1	25.920.001	25.917.582	25.917.580	20.700.340	79,86
4334 Ensino em Saúde e Ciência e Tecnologia na Fundação Oswaldo Cruz	0	1.499.997	1.499.997	1.499.771	1.499.771	96.576	6,44
4337 Fiscalização do Processo, do Ambiente e das Condições de Trabalho para a Proteção da Saúde do Trabalhador	859.900	0	859.900	510.044	510.044	0	
4355 Informação e Comunicação em Saúde, Ciência e Tecnologia	0	1.899.997	1.899.997	1.899.997	1.899.997	162.679	8,56
4357 Operacionalização da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	11.700.000	-2	11.699.998	11.657.335	11.657.334	8.590.964	73,43
4367 Atendimento a Diabéticos com Insulina, Hipoglicemiantes Oraís e Correlatos	58.100.000	0	58.100.000	58.099.997	58.099.995	54.890.009	94,48
4369 Atendimento à População com Medicamentos para Tuberculose e Outras Pneumopatias	11.660.000	-1	11.659.999	11.651.500	11.651.500	9.970.335	85,51
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST	258.000.000	1	258.000.001	257.999.993	257.999.988	251.193.269	97,36
4372 Promoção da Educação em Saúde por meio da Mobilização Comunitária	3.300.000	-60.077	3.239.923	2.804.250	2.804.250	1.860.341	57,42
4374 Residência Médica no Instituto Nacional do Câncer	2.680.000	0	2.680.000	2.609.359	2.609.358	2.608.471	97,33
4376 Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira	3.196.489	-280.001	2.916.488	1.906.214	1.906.214	247.701	8,49
4379 Serviço de Referência em Saúde e Ciência e Tecnologia da Fundação Oswaldo Cruz	0	2.099.996	2.099.996	2.099.534	2.099.534	46.478	2,21
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica	17.500.000	-1.500.007	15.999.993	14.126.698	14.126.696	8.019.303	50,12
4383 Vacinação da População	19.200.000	-8	19.199.992	15.824.467	15.824.460	9.540.794	49,69
4425 Controle de Doenças Endêmicas	35.400.000	3.399.868	38.799.868	31.092.273	31.092.265	15.055.215	38,80
4453 Imunobiológicos para Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	114.000.000	17.000.000	131.000.000	130.944.644	130.944.637	85.722.683	65,44
4456 Implementação das Ações de Saúde da Família	524.000	0	524.000	0	0	0	
4458 Pesquisas Científicas da Fundação Oswaldo Cruz	0	4.499.996	4.499.996	4.499.121	4.499.121	252.481	5,61
4525 Assist. Financeira à Manutenção de Unidades de Saúde do SUS	70.944.000	-14.206.218	56.737.782	21.794.358	21.794.358	0	
4705 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais	516.000.000	0	516.000.000	515.999.855	515.999.860	504.199.208	97,71
5516 A CLASSIFICAR	0	2.000.000	2.000.000	1.999.999	1.999.999	0	
5528 Ações de Saneamento em Pequenas Localidades	169.727.727	-32.738.838	136.988.889	39.305.982	39.305.982	0	
5600 Vacinação de Idoso com 60 Anos de Idade ou Mais	61.000.000	0	61.000.000	61.000.000	60.999.998	60.487.524	99,16
5602 Multivacinação de Crianças de 0 a 5 Anos de Idade	25.000.000	0	25.000.000	25.000.000	25.000.000	15.372.640	61,49
5778 Aquisição de Unidade Móvel de Saúde	29.088.000	-5.784.693	23.303.307	12.235.225	12.235.225	0	
7361 Implementação de Ações de Interiorização do Trabalho em Saúde	50.000.000	-3	49.999.997	41.818.073	41.818.073	40.779.552	81,56
7831 Formação Pedagógica para Docentes na Área de Enfermagem	0	3.975.566	3.975.566	3.975.566	3.975.566	0	
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON's	16.510.000	-1	16.509.999	14.194.596	14.194.596	2.958.617	17,92
7835 Modernização e Adequação de Laboratórios Farmacêuticos Públicos	36.000.000	0	36.000.000	36.103.912	36.103.913	4.407.366	12,24

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Setor: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	------------	----------------	----------------------	----------------------	-----------------	-----------------	-----------

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 28/4/2006 14:25:12 Pág. 3 de 5

C:\OR2003\Des2003_Acesso97.mdb - 119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até: FECHADO

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
7839 Estudos e Pesquisas na Área da Saúde da Família	2.500.000	0	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	100,00
Total do Órgão:	6.174.034.900	515.184.667	6.689.219.567	6.362.849.535	6.362.849.350	5.778.313.547	86,38
38 Ministério do Trabalho e Emprego							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	406.356.470	-9	406.356.461	404.962.798	404.962.797	404.962.797	99,66
Total do Órgão:	406.356.470	-9	406.356.461	404.962.798	404.962.797	404.962.797	99,66
39 Ministério dos Transportes							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	52.009.229	52.009.229	52.009.228	52.009.228	49.545.864	95,26
Total do Órgão:	0	52.009.229	52.009.229	52.009.228	52.009.228	49.545.864	95,26
41 Ministério das Comunicações							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	489.380.183	0	489.380.183	489.319.195	489.319.194	481.567.103	98,40
Total do Órgão:	489.380.183	0	489.380.183	489.319.195	489.319.194	481.567.103	98,40
47 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	369.495.098	40.199.994	409.695.092	409.430.838	409.430.797	407.016.638	99,35
0462 A CLASSIFICAR	0	0	0	0	0	0	
0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas	553.660.675	-553.660.675	0	0	0	0	
Total do Órgão:	923.155.773	-513.460.681	409.695.092	409.430.838	409.430.797	407.016.638	99,35
52 Ministério da Defesa							
0179 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas	11.322.655.220	64.957.824	11.387.613.044	11.387.547.282	11.387.547.227	11.387.547.227	100,00
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.000.790.954	0	1.000.790.954	1.000.696.749	1.000.696.682	1.000.696.367	99,99
Total do Órgão:	12.323.446.174	64.957.824	12.388.403.998	12.388.244.031	12.388.243.909	12.388.237.594	100,00
53 Ministério da Integração Nacional							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	152.176.927	-3	152.176.924	151.974.798	151.974.807	151.927.389	99,84
Total do Órgão:	152.176.927	-3	152.176.924	151.974.798	151.974.807	151.927.389	99,84
55 Ministério da Assistência e Promoção Social							
0573 Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa - LOAS	0	1.731.409.928	1.731.409.928	1.731.409.923	1.731.409.923	1.731.409.923	100,00
0575 Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência - LOAS	0	2.774.267.853	2.774.267.853	2.774.267.846	2.774.267.845	2.774.171.529	100,00
1001 Construção, Ampliação e Modernização de Creche	0	13.000.000	13.000.000	5.722.500	5.722.500	0	
1283 Implantação de Núcleos de Atendimento à Família nas Periferias de Grandes Metrópoles e Aglomerados Urbanos	0	20.000.000	20.000.000	7.615.551	7.615.551	2.007.000	10,04
1394 Construção, Ampliação e Modernização de Centro de Atendimento à Pessoa Idosa	0	14.416.858	14.416.858	3.589.000	3.589.000	0	
1426 Construção, Ampliação e Modernização de Centro de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	0	4.235.000	4.235.000	1.283.385	1.283.385	0	
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	0	60.501.391	60.501.391	20.193.083	20.193.083	866.351	1,43
2000 Administração da Unidade	0	1.802.006	1.802.006	1.765.678	1.765.678	64.328	3,57
2060 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada	0	200.000	200.000	0	0	0	
2293 Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0	2.384.850	2.384.850	2.147.263	2.147.263	49.435	2,07
2295 Capacitação de Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0	385.905	385.905	300.472	300.472	50.926	13,20
2383 Atendimento às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual	0	11.900.001	11.900.001	1.962.811	1.962.811	1.823.911	15,33
2556 Atendimento à Criança em Creche ou Outras Alternativas Comunitárias	0	11.410.401	11.410.401	2.900.000	2.900.000	0	
2558 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Abrigo	0	4.276.999	4.276.999	2.312.019	2.312.019	211.898	4,95
2559 Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza	0	1.979.600	1.979.600	1.094.600	1.094.600	164.600	8,31
2561 Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência em Situação de Pobreza	0	18.260.000	18.260.000	6.975.108	6.975.108	0	
2569 Concessão da Bolsa Criança-Cidadã	0	12.200.326	12.200.326	10.585.294	10.585.294	6.166.178	50,54
2573 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	0	1.704.182	1.704.182	1.192.926	1.192.926	1.179.324	69,20
2574 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência	0	4.359.113	4.359.113	3.852.139	3.852.139	3.852.139	88,37
2583 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	0	1.283.306	1.283.306	898.313	898.313	209.615	16,33
2584 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência	0	5.270.221	5.270.221	2.689.154	2.689.154	587.464	11,15
2585 Serviços de Concessão, Revisão e Cessação de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	0	767.219	767.219	765.068	765.070	765.069	99,72

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFV/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 28/4/2006 14:25:12 Pág. 4 de 5

C:\OR2003\Des2003_Aoac07.mdb - 119 RelDesposas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

COFINS

Acumulado até: FECHADO

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2590 Serviços de Concessão, Revisão e Cessação de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência	0	3.807.100	3.807.100	3.401.386	3.401.384	3.397.285	89,24
4589 Formulação de Políticas na Área de Assistência Social	0	15.640	15.640	0	0	0	
5398 Implantação de Centros da Juventude	0	2.949.000	2.949.000	1.925.982	1.925.982	0	
5565 Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	0	28.698.996	28.698.996	4.306.683	4.306.683	0	
Total do Órgão:	0	4.731.485.895	4.731.485.895	4.593.156.184	4.593.156.183	4.526.976.975	95,68
73 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios							
0041 Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	330.665.700	-17	330.665.683	330.665.678	330.665.678	330.494.514	99,95
0053 Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas de Extintos Estados e Territórios	723.758.278	3.299.972	727.058.250	727.026.855	727.026.866	727.022.124	100,00
0054 Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art.27 da Lei Complementar nº 31, de 1977)	8.931.098	-300.000	8.631.098	8.567.000	8.567.000	7.908.000	91,62
0055 Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Extinta Via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887, de 1969)	27.265.462	-3.000.000	24.265.462	23.997.625	23.997.624	21.418.441	88,27
Total do Órgão:	1.090.620.538	-45	1.090.620.493	1.090.257.158	1.090.257.168	1.086.843.079	99,65
90 Reserva de Contingência							
0998 Reserva de Contingência	2.022.730.881	-1.970.473.881	52.257.000	0	0	0	
Total do Órgão:	2.022.730.881	-1.970.473.881	52.257.000	0	0	0	0,00
Total Geral	48.731.913.868	-126.445.419	48.605.468.449	48.029.825.826	48.029.825.415	46.276.473.231	95,21

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão 28/4/2006 14:25:12 Pág. 5 de 5

C:\OR2003\Dec2003_Acessos97.mdb - 119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Fonte 155: CPMF

Acumulado até:

FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. * REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
33 Ministério da Previdência Social							
0117 Pagamento de Salário-Família	1.373.542	0	1.373.542	1.373.542	1.373.542	0	
0132 Pagamento de Aposentadorias	2.925.385.487	0	2.925.385.487	2.925.385.486	2.925.385.486	2.925.385.486	100,00
0133 Pagamento de Aposentadorias Especiais	235.812.040	0	235.812.040	235.812.040	235.812.040	235.812.040	100,00
0134 Pagamento de Pensões	1.063.382.317	0	1.063.382.317	1.063.382.316	1.063.382.316	1.063.382.316	100,00
0136 Pagamento de Auxílios	259.881.999	434.530.499	694.412.498	694.412.497	694.412.497	635.454.337	91,51
0137 Pagamento de Abono	690.241	0	690.241	690.241	690.241	0	
0141 Pagamento de Salário-Maternidade	78.539.846	0	78.539.846	78.539.846	78.539.846	33.882.450	43,14
Total do Órgão:	4.565.065.472	434.530.499	4.999.595.971	4.999.595.968	4.999.595.968	4.893.916.629	97,89
36 Ministério da Saúde							
0587 Atendimento Assistencial Básico referente à Parte Fixa do Piso de Atenção Básica - PAB, nos Municípios em Gestão Plena da Atenção Básica	994.860.000	-5.100.000	989.760.000	989.759.953	989.759.956	984.418.668	99,46
0589 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para a Saúde da Família	833.400.000	-1	833.399.999	817.911.945	817.911.942	803.392.281	96,40
0593 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica - Farmácia Básica	88.400.000	-1	88.399.999	88.399.902	88.399.902	82.567.695	93,40
0595 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para as Ações de Vigilância Sanitária	27.170.000	5.100.001	32.270.001	32.017.294	32.017.278	22.526.417	69,81
0597 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para Ações de Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis	314.190.000	1	314.190.001	314.189.877	314.189.852	293.751.590	93,49
1823 Implantação, Aquecimento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS	219.241.740	-43.902.241	175.339.499	99.143.535	99.143.535	927.767	0,53
2016 Conselho Nacional de Saúde	19.000	0	19.000	18.484	18.484	18.484	97,28
2101 Atendimento Médico Especializado Itinerante em Áreas Desassistidas	500.000	-100.122	399.878	399.800	399.800	0	
2729 Formação Continuada de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS	100.000	-20.025	79.975	79.975	79.975	0	
3863 Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS	988.585	0	988.585	988.585	988.585	0	
3881 Qualificação Profissional dos Trabalhadores de Enfermagem Empregados em Estabelecimentos de Saúde	0	70.829.000	70.829.000	61.862.700	61.862.700	13.739.293	19,40
3882 Núcleo de Reabilitação para Portadores de Deficiência	308.000	-61.676	246.324	47.976	47.976	0	
3907 Implantação de Centros de Atenção à Saúde do Adolescente e do Jovem	230.000	-46.057	183.943	63.980	63.980	0	
3911 Implantação de Serviço Ambulatorial de Saúde Mental e Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e Drogas	220.000	-44.054	175.946	79.975	79.975	0	
3922 Modernização de Escolas Técnicas de Saúde	0	4.056.800	4.056.800	4.056.799	4.056.799	3.949.571	97,36
3954 Promoção de Práticas Seguras sobre Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	
4299 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a todos os Níveis de População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisas no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	37.408.000	-7.490.784	29.917.216	29.917.216	29.917.216	29.917.216	100,00
4301 Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Domiciliar do Instituto Nacional do Câncer - INCA	12.678.269	0	12.678.269	12.678.267	12.678.267	12.678.266	100,00
4302 Funcionamento de Hospitais da Rede Pública Federal de Atendimento Médico Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	0	1.341.999	1.341.999	1.341.859	1.341.859	864.210	64,40
4306 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde - SUS	4.837.659.683	-133.118.822	4.704.540.861	4.702.977.649	4.702.822.304	4.638.810.325	98,60
4307 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadestrada no Sistema Único de Saúde - SUS	2.435.434.763	131.776.761	2.567.211.524	2.564.820.246	2.564.820.218	2.491.001.304	97,03
4328 Prevenção e Tratamento do Câncer Cérvico-Uterino	120.000	-24.030	95.970	79.975	79.975	0	
4367 Atendimento à Diabética com Insulina, Hipoglicemiantes Orais e Correlatos	29.863.700	0	29.863.700	29.863.700	29.863.699	18.511.955	61,99
4368 Atendimento à População com Medicamentos e Insumos Estratégicos	11.323.000	-2.267.383	9.055.617	2.275.169	2.275.169	0	
4372 Promoção da Educação em Saúde por meio da Mobilização Comunitária	705.000	-141.173	563.827	0	0	0	
4378 Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira	410.000	-82.100	327.900	39.988	39.988	0	
4380 Sistema Nacional de Informações em Saúde, do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	
4458 Implementação das Ações de Saúde da Família	140.000	-28.034	111.966	71.978	71.978	0	
4525 Assist. Financeira à Manutenção de Unidades de Saúde do SUS	99.050.000	-19.834.325	79.215.675	28.122.755	28.122.755	6.536	0,01
4641 Publicidade de Utilidade Pública	0	2.230.000	2.230.000	2.230.000	2.230.000	0	
5776 Aquisição de Unidade Móvel de Saúde	57.032.200	-7.502.421	49.529.779	23.381.705	23.381.705	0	
7361 Implementação de Ações de Interiorização do Trabalho em Saúde	50.000	-10.012	39.988	0	0	0	
CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 155 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:02:16

Pág. 1 de 2

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até:

FECHADO

CPMF

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. e REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
7831 Formação Pedagógica para Docentes na Área de Enfermagem	0	1.438.634	1.438.634	1.438.634	1.438.634	0	
Total do Órgão:	10.001.501.940	-65	10.001.501.875	9.811.259.921	9.811.104.506	9.397.081.578	93,96
90 Reserva de Contingência							
0998 Reserva de Contingência	434.530.499	-434.530.499	0	0	0	0	
Total do Órgão:	434.530.499	-434.530.499	0	0	0	0	#Núm!
Total Geral	15.001.097.911	-65	15.001.097.846	14.810.855.889	14.810.700.474	14.290.998.207	95,27

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 155 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:02:17

Pág. 2 de 2

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até:

FECHADO

CPMF

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. * REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
20 - Presidência da República							
1919 Implantação de Serviços de Fomento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita (Balcões de Direito)	0	1.729.999	1.729.999	1.699.999	1.699.999	1.674.999	96,82
2065 Combate à Fome com Ações Voltadas para a Compra da Produção de Alimentos de Agricultores Familiares	0	360.000.001	360.000.001	187.993.985	187.993.987	123.389.487	34,27
2071 Combate à Fome com Ações Voltadas para a Educação Alimentar e Melhoria das Condições Sócio-econômicas das Famílias	0	144.088.680	144.088.680	109.973.957	109.973.957	84.860.515	58,89
2100 Combate à Fome com Assistência Financeira à Família Visando a Complementação de Renda para a Compra de Alimentos - Fome Zero	0	165.713.198	165.713.198	0	0	0	*
3179 Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População Superior a 75 Mil Habitantes	9.800.000	-9.800.000	0	0	0	0	
3532 Capacitação de Gestores Locais nos Municípios-Alvo	5.000.000	1	5.000.001	4.654.450	4.654.438	4.649.330	92,99
3958 Melhoria das Condições de Habitabilidade	267.352.351	-267.352.351	0	0	0	0	
3959 Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água	3.055.000	-3.055.000	0	0	0	0	
3966 Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com Crianças que Vivem do Lixo	1.543.171	-1.543.171	0	0	0	0	
3969 Implantação de serviços de saneamento básico em municípios com população de até 75.000 habitantes	13.415.000	-13.415.000	0	0	0	0	
3979 Melhoria das Condições Habitacionais, de Infra-estrutura e de Saneamento Básico (HABITAR-BRASIL/BIQ)	39.888.208	-39.888.208	0	0	0	0	
4565 Apoio ao Desenvolvimento de Programas Inovadores	2.500.000	1	2.500.001	1.443.438	1.443.428	1.419.046	56,76
5005 Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos	670.000	-670.000	0	0	0	0	
5876 Implantação e ampliação de sistemas de coleta de tratamento de esgotos	10.476.769	-10.476.769	0	0	0	0	
7333 Formação de Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável	4.000.000	0	4.000.000	3.900.001	3.900.000	3.900.000	97,50
Total do Órgão:	357.700.499	325.331.381	683.031.880	309.665.830	309.665.809	219.893.377	32,19
26 - Ministério da Educação							
0513 Alimentação Escolar	535.195.588	23.939.137	559.134.725	550.000.522	550.000.513	549.997.797	98,37
0519 Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócioeducativas - Bolsa-Escola	1.837.000.000	-256.013.246	1.580.986.754	1.539.318.070	1.539.318.042	1.539.318.041	97,36
3699 Velocúps para Transporte Escolar	0	50.000.000	50.000.000	49.939.257	49.939.257	44.039.165	88,08
3842 A CLASSIFICAR	0	98.699.997	98.699.997	96.341.351	96.333.432	63.085.750	63,92
3844 A CLASSIFICAR	0	1.299.999	1.299.999	1.299.242	1.299.242	1.217.462	93,65
3848 A CLASSIFICAR	0	300.000	300.000	218.976	218.976	218.976	72,99
4401 Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios Concedidos pelo Bolsa-Escola	150.732.460	-60.000.000	90.732.460	83.097.021	83.097.021	34.877.070	38,44
4411 Gerenciamento do Bolsa-Escola	11.000.000	0	11.000.000	10.787.141	10.787.130	9.180.484	83,46
Total do Órgão:	2.533.928.048	-141.774.113	2.392.153.935	2.331.001.580	2.330.993.613	2.241.934.745	93,72
30 - Ministério da Justiça							
1818 Recuperação Ambiental em Terras Indígenas	660.000	-2	659.998	577.001	577.003	435.512	65,99
1919 Implantação de Serviços de Fomento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita (Balcões de Direito)	1.730.000	-1.730.000	0	0	0	0	
2235 Demarcação e Aventuração de Terras Indígenas	2.100.000	-5	2.099.995	2.054.477	2.054.471	1.650.070	78,57
2699 Assistência Jurídica às Comunidades Indígenas	400.000	-1	399.999	317.851	317.849	298.049	74,01
2707 Fiscalização de Terras Indígenas	6.000.000	2	6.000.002	5.900.145	5.900.138	5.846.526	97,44
2711 Fomento às Atividades Produtivas em Áreas Indígenas	8.200.000	2.199.995	10.399.995	10.178.883	10.178.874	8.747.414	84,11
2713 Funcionamento das Escolas nas Comunidades Indígenas	1.800.000	-4	1.599.996	1.523.124	1.523.124	1.425.390	89,09
2714 Funcionamento de Casas de Estudantes Indígenas	860.000	-2	859.998	836.513	836.509	785.623	91,35
2715 Funcionamento de Postos Indígenas	2.500.000	-3	2.499.997	2.439.693	2.439.693	2.345.659	93,83
2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	5.685.000	0	5.685.000	4.828.769	4.828.766	4.781.122	84,10
3810 Capacitação de Professores das Escolas Indígenas	310.000	0	310.000	300.711	300.711	297.771	96,06
4276 Identificação e Revisão de Terras Indígenas	2.000.000	-4	1.999.996	1.937.047	1.937.043	1.916.950	95,85
4390 Regularização Fundiária de Terras Indígenas	24.513.000	-5.000.008	19.512.992	19.218.589	19.218.584	18.615.601	95,40
4524 Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato	315.000	-2	314.998	312.878	312.876	307.814	97,72
6057 Assistência Social para Indígenas	7.000.000	2.799.990	9.799.990	9.676.928	9.676.784	8.261.076	84,30
6059 Assistência a Estudantes Indígenas fora de suas Aldeias	1.600.000	1	1.600.001	1.572.954	1.572.954	1.523.440	95,21
7313 Adequação da Infra-estrutura dos Postos Indígenas	1.962.931	1	1.962.932	1.880.904	1.880.903	1.649.261	84,02
Total do Órgão:	67.435.931	-1.730.042	65.705.889	63.556.467	63.556.282	58.885.278	89,62

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 179 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:02:50

Pág. 1 de 4

C:\Documents and Settings\thiagocastro\primeiro\Desktop\db3.xml - 119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até: FECHADO

CPMF

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
32 Ministério de Minas e Energia							
1379 Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas não Supridas pela Rede Elétrica Convencional	109.691.000	0	109.691.000	6.676.804	6.676.802	6.523.228	5,95
1380 Capacitação de Usuários e de Agentes das Comunidades na Instalação, Operação e Manutenção dos Equipamentos de Produção de Energia Elétrica	6.000.000	-6.000.000	0	0	0	0	
5291 Implementação de Projeto-Piloto de Modelo Auto-Sustentável de Atendimento das Necessidades Energéticas em Áreas Remotas	2.300.000	0	2.300.000	0	0	0	
7111 Estudos para Avaliação de Microrregiões com Mercado para Projetos Energéticos e Produtivos Integrados	2.000.000	0	2.000.000	0	0	0	
Total do Órgão:	119.991.000	-6.000.000	113.991.000	6.676.804	6.676.802	6.523.228	5,72
33 Ministério da Previdência Social							
1283 Implantação de Núcleos de Atendimento à Família nas Periferias de Grandes Metrópoles e Aglomerados Urbanos	11.000.000	-11.000.000	0	0	0	0	
1317 Capacitação de Liderança Comunitária para o Combate da Violência Urbana	4.500.000	-4.500.000	0	0	0	0	
2060 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada	186.952.180	-186.952.180	0	0	0	0	
2293 Concessão de Bolsas para Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	37.108.500	-37.108.500	0	0	0	0	
2295 Capacitação de Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	10.466.500	-10.466.500	0	0	0	0	
2363 Atendimento às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual	7.737.000	-7.737.000	0	0	0	0	
2556 Atendimento à Criança em Creche ou Outras Alternativas Comunitárias	230.157.867	-230.157.867	0	0	0	0	
2558 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Abrigo	9.299.583	-9.299.583	0	0	0	0	
2559 Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza	32.747.041	-32.747.041	0	0	0	0	
2560 Atendimento à Pessoa Idosa do Abrigo Cristo Redentor	3.000.000	-3.000.000	0	0	0	0	
2561 Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência em Situação de Pobreza	76.224.650	-76.224.650	0	0	0	0	
2569 Concessão da Bolsa Criança-Cidadã	251.175.366	-251.175.366	0	0	0	0	
4441 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do Programa Brasil Jovem	230.083	-230.083	0	0	0	0	
4443 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	2.071.821	-2.071.821	0	0	0	0	
4447 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	10.392.294	-10.392.294	0	0	0	0	
4449 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios do Programa Brasil Jovem	1.165.230	-1.165.230	0	0	0	0	
5398 Implantação de Centros da Juventude	500.000	-500.000	0	0	0	0	
6537 Geração de Ocupações Produtivas para Famílias de Crianças Atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	49.197.598	-49.197.598	0	0	0	0	
Total do Órgão:	923.925.713	-923.925.713	0	0	0	0	#Núm!
36 Ministério da Saúde							
0367 Assistência Financeira à Família visando à Complementação da Renda para Melhoria da Nutrição - Bolsa-Alimentação	360.000.000	-360.000.000	0	0	0	0	#Núm!
0589 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para a Saúde da Família	168.027.849	-168.027.849	0	0	0	0	
3859 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	
3860 Construção e Ampliação ou Melhoria de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	
3861 Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	
5528 Ações de Saneamento em Pequenas Localidades	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	528.027.849	-528.027.849	0	0	0	0	#Núm!
44 Ministério do Meio Ambiente							
2905 Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas	21.000.000	0	21.000.000	16.724.285	16.724.285	16.724.285	79,64
Total do Órgão:	21.000.000	0	21.000.000	16.724.285	16.724.285	16.724.285	79,64
49 Ministério do Desenvolvimento Agrário							
0359 Contribuição ao Fundo Seguro-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	82.300.000	0	82.300.000	36.610.000	36.609.998	32.572.300	39,58
1086 Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais	86.338.226	3	86.338.229	54.283.546	54.283.546	3.355.131	3,89
3651 Capacitação de Agricultores Familiares	18.761.774	-1	18.761.773	14.576.987	14.576.987	4.011.788	21,38
5611 Obtenção de Terras	182.600.000	0	182.600.000	132.815.886	132.815.887	38.718.248	21,20

CRITÉRIOS	Órgão:	Sector:	Subfunção:	ProjAtiv:	Fonte: 179	Localidade:	Elemento:
SELECIONADOS:	UO:	Função:	Programa:	Subtítulo:	Gnd:	UF:	

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/3/2005 17:02:51

Pág. 2 de 4

C:\Documents and Settings\francisco.prime\Desktop\do1.mdb - 119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

Acumulado até: FECHADO

CPMF

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
7857 Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária	10.000.000	-2	9.999.998	9.575.876	9.575.872	9.265.419	92,65
Total do Órgão:	380.000.000	0	380.000.000	247.862.295	247.862.290	87.922.886	23,14

53 Ministério da Integração Nacional

1060 Apoio ao Desenvolvimento Rural	0	0	0	0	0	0	
1279 Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escolas Públicas	45.143.000	0	45.143.000	0	0	0	
1840 Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Região Nordeste	0	0	0	0	0	0	
1843 Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores	1.680.557	0	1.680.557	0	0	0	
1858 Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Região Nordeste	0	0	0	0	0	0	
1859 Geração de Empreendimentos Produtivos	4.112.000	0	4.112.000	0	0	0	
2821 Sistema de Participação Social para Geração de Emprego e Renda - SIPGER	2.291.374	0	2.291.374	0	0	0	
3675 Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado na Região Nordeste	1.360.000	0	1.360.000	0	0	0	
3821 Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	4.840.000	0	4.840.000	0	0	0	
4580 Ações Emergenciais de Defesa Civil	8.690.000	0	8.690.000	790.000	790.000	0	
7489 Estudo Sócio-econômico para Geração de Emprego e Renda	240.000	0	240.000	0	0	0	
Total do Órgão:	68.356.931	0	68.356.931	790.000	790.000	0	0,00

55 Ministério da Assistência e Promoção Social

1283 Implantação de Núcleos de Atendimento à Família nas Periferias de Grandes Metrópoles e Aglomerados Urbanos	0	11.000.000	11.000.000	10.995.000	10.994.999	5.031.823	45,74
1317 Capacitação de Liderança Comunitária para o Combate da Violência Urbana	0	4.500.000	4.500.000	4.499.998	4.499.998	4.377.502	97,28
2080 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada	0	186.952.180	186.952.180	184.504.147	184.504.147	160.455.797	85,83
2293 Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0	41.456.883	41.456.883	41.456.875	41.456.875	36.300.252	87,56
2295 Capacitação de Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0	11.990.855	11.990.855	11.990.855	11.990.855	11.003.053	91,76
2383 Atendimento às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual	0	8.836.999	8.836.999	8.672.236	8.672.236	8.490.836	96,08
2558 Atendimento à Criança em Creche ou Outras Alternativas Comunitárias	0	244.478.829	244.478.829	244.478.722	244.478.665	225.129.782	92,09
2558 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Abrigo	0	9.677.759	9.677.759	9.642.769	9.642.766	8.728.703	90,19
2559 Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza	0	32.927.693	32.927.693	32.809.001	32.808.947	30.490.444	92,60
2560 Atendimento à Pessoa Idosa do Abrigo Cristo Redentor	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	100,00
2561 Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência em Situação de Pobreza	0	76.224.652	76.224.652	76.224.556	76.224.495	72.085.092	94,57
2569 Concessão da Bolsa Criança-Cidadã	0	259.322.830	259.322.830	258.845.297	258.845.297	226.650.163	87,40
4441 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do Programa Brasil Jovem	0	230.083	230.083	230.083	230.083	0	
4443 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0	2.071.821	2.071.821	2.071.821	2.071.821	0	
4447 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0	10.392.294	10.392.294	10.392.294	10.392.294	0	
4449 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios do Programa Brasil Jovem	0	1.165.230	1.165.230	1.165.230	1.165.230	0	
5398 Implantação de Centros da Juventude	0	500.000	500.000	484.346	484.346	0	
6537 Geração de Ocupações Produtivas para Famílias de Crianças Atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0	19.197.602	19.197.602	18.879.619	18.879.619	11.109.784	57,87
Total do Órgão:	0	923.925.710	923.925.710	920.342.849	920.342.673	802.853.231	86,90

56 Ministério das Cidades

3179 Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População Superior a 75 Mil Habitantes	0	9.800.000	9.800.000	0	0	0	
3852 Melhoria das Condições de Habitabilidade - Conclusão de Obras	0	1.743.869	1.743.869	262.898	262.898	0	
3854 Implantação de Serviços de Saneamento Básico - Conclusão de Obras	0	2.134.868	2.134.868	1.122.000	1.122.000	0	
3968 Melhoria das Condições de Habitabilidade	0	263.473.615	263.473.615	77.776.327	77.776.325	9.454.709	3,59
3959 Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água	0	2.139.177	2.139.177	759.177	759.177	759.177	35,49
3966 Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com Crianças que Vivem do Lixo	0	1.543.171	1.543.171	0	0	0	
3969 Implantação de serviços de saneamento básico em municípios com população de até 75.000 habitantes	0	11.740.000	11.740.000	55.000	55.000	55.000	0,47

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 179 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODAEN

Emissã 26/8/2005 17:02:51

Pág. 3 de 4

C:\Documents and Settings\francisco.prime\Desktop\kb3.mdb - 119 RefDespesa por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2003

CPMF

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO ATIVIDADE	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. * REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3979 Melhoria das Condições Habitacionais, de Infra-estrutura e de Saneamento Básico (HABITAR-BRASIL/BID)	0	39.888.210	39.888.210	39.888.204	39.888.198	31.058.050	77,86
5005 Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos	0	670.000	670.000	154.000	154.000	0	
5876 Implantação e ampliação de sistemas de coleta de tratamento de esgotos	0	10.476.769	10.476.769	0	0	0	
Total do Órgão:	0	343.609.679	343.609.679	120.017.606	120.017.598	41.326.936	12,03
Total Geral	5.000.365.971	-8.590.947	4.991.775.024	4.016.637.716	4.016.629.352	3.476.063.966	69,64

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 179 Localidade: Elemento:
UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissã 26/8/2005 17:02:51

Pág. 4 de 4

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO

Fonte 151: CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
01000 Câmara dos Deputados							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	39.302.000	39.302.000	39.302.000	39.302.000	39.302.000	100,00
Total do Órgão:		39.302.000	39.302.000	39.302.000	39.302.000	39.302.000	100,00
02000 Senado Federal							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	14.675.000	14.675.000	14.675.000	14.675.000	14.675.000	100,00
Total do Órgão:		14.675.000	14.675.000	14.675.000	14.675.000	14.675.000	100,00
03000 Trib. de Contas da União							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	4.550.000	4.550.000	4.550.000	4.550.000	4.550.000	100,00
Total do Órgão:		4.550.000	4.550.000	4.550.000	4.550.000	4.550.000	100,00
10000 Supremo Tribunal Federal							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	965.000	965.000	965.000	965.000	965.000	100,00
Total do Órgão:		965.000	965.000	965.000	965.000	965.000	100,00
11000 Sup. Tribunal de Justiça							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	1.326.000	1.326.000	1.326.000	1.326.000	1.326.000	100,00
Total do Órgão:		1.326.000	1.326.000	1.326.000	1.326.000	1.326.000	100,00
12000 Justiça Federal							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	100,00
Total do Órgão:		3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	100,00
13000 Justiça Militar							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	1.341.000	1.341.000	1.341.000	1.341.000	1.341.000	100,00
Total do Órgão:		1.341.000	1.341.000	1.341.000	1.341.000	1.341.000	100,00
14000 Justiça Eleitoral							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	36.157.000	36.157.000	36.054.357	36.054.357	36.053.855	99,71
Total do Órgão:		36.157.000	36.157.000	36.054.357	36.054.357	36.053.855	99,71
15000 Justiça do Trabalho							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	27.601.000	27.601.000	27.600.929	27.600.929	27.450.550	99,45
Total do Órgão:		27.601.000	27.601.000	27.600.929	27.600.929	27.450.550	99,45
16000 Just. do DF e dos Territ.							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	11.801.000	11.801.000	11.801.000	11.801.000	11.801.000	100,00
Total do Órgão:		11.801.000	11.801.000	11.801.000	11.801.000	11.801.000	100,00
26000 M. da Educação							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	0	139.396.000	139.396.000	139.396.000	139.396.000	139.396.000	100,00
Total do Órgão:		139.396.000	139.396.000	139.396.000	139.396.000	139.396.000	100,00
33000 Min. Previdência Social							
0005 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	1.084.077	1.920.611	3.004.688	3.004.688	3.004.688	3.004.688	100,00
0129 Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS	11.501	6.426	17.927	17.927	17.927	0	
0130 Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS	140.000	-3.213	136.787	136.787	136.787	0	
0131 Contribuição à Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS	227.500	-3.213	224.287	224.287	224.287	0	
0625 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	0	636.093.250	636.093.250	636.093.250	636.093.250	625.621.267	98,35
1478 Modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários	0	0	0	0	0	0	
2000 Administração da Unidade	1.093.577.201	7.741.745	1.101.318.946	1.097.618.914	1.097.618.914	1.084.553.753	98,48
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	2.420.210	0	2.420.210	1.949.775	1.949.775	1.928.504	79,68
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	176.160	0	176.160	114.768	114.768	113.768	64,58

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:45:30 Pág. 1 de 8

C:\Documents and Settings\francisco.primo\Desktop\lbt1.mdb - 119 RcdDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1.279.843	2.500.000	3.779.843	3.488.589	3.488.589	3.487.449	92,26
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	1.308.370	0	1.308.370	1.255.991	1.255.991	1.254.991	95,92
2015 Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social	5.000.000	0	5.000.000	4.916.308	4.916.308	4.916.308	98,33
2272 Gestão e Administração do Programa	1.263.503	-380.000	883.503	613.907	613.907	557.035	63,05
2274 Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência	6.435.266	0	6.435.266	3.077.155	3.077.155	1.661.533	25,82
2276 Fiscalização dos Regimes Próprios e Complementares dos Servidores Públicos	622.000	0	622.000	331.025	331.025	330.613	53,15
2278 Capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário	300.000	0	300.000	164.676	164.676	161.089	53,70
2282 Promoção de Cursos de Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias	500.000	0	500.000	353.133	353.133	279.079	55,82
2284 Promoção de Ações de Conscientização e Informação	1.500.000	0	1.500.000	1.224.313	1.224.313	977.116	65,14
2286 Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar	556.000	-55.600	500.400	176.982	176.982	174.852	34,94
2288 Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	1.756.600	-175.660	1.580.940	421.895	421.895	258.358	16,34
2290 Funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar	412.840	-41.284	371.556	36.290	36.290	36.290	9,77
2304 Estudos e Pesquisas no âmbito do Regime Geral de Previdência Social	780.650	0	780.650	170.289	170.289	169.987	21,78
2308 Gestão de Informações sobre Políticas de Previdência Social	336.400	0	336.400	300.000	300.000	300.000	89,18
2561 Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa Portadora de Deficiência	0	0	0	0	0	0	
2562 Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	0	0	0	0	0	0	
2563 Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários	0	0	0	0	0	0	
2567 Recuperação Administrativa de Créditos Previdenciários	0	0	0	0	0	0	
2568 Recuperação Judicial de Créditos Previdenciários	0	0	0	0	0	0	
2570 Auditoria Fiscal das Contribuições Previdenciárias	0	0	0	0	0	0	
2578 Serviço de Perícia Médica	0	0	0	0	0	0	
2587 Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social	1.225.596	380.000	1.605.596	1.429.019	1.429.019	1.429.019	89,00
2591 Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	
2592 Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar	3.598.640	-359.864	3.238.776	1.107.278	1.107.278	981.591	30,31
2593 Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	0	0	0	0	0	0	
2596 Orientação Técnica às Empresas e aos Segurados da Previdência Social	0	0	0	0	0	0	
2611 Capacitação de Servidores nos Processos de Recolhas Previdenciárias	0	0	0	0	0	0	
3874 Instalação de Projeções Sub-nacionais do Conselho Nacional de Previdência Social	716.400	0	716.400	399.388	399.388	399.388	55,75
3876 Estudos para Criação do Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos	150.000	0	150.000	66.138	66.138	66.138	44,09
3884 Estudo para a Criação do Regime de Previdência dos Militares da União	150.000	0	150.000	125.000	125.000	125.000	83,33
3896 Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social	1.265.420	0	1.265.420	0	0	0	
4405 Previdência Eletrônica	2.507.147	110.000	2.617.147	2.571.518	2.571.518	2.571.518	98,26
4563 Orientação aos Patrocinadores, Participantes e Assistidos do Regime de Previdência Complementar	400.000	-40.000	360.000	75.000	75.000	75.000	20,83
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	717.813	0	717.813	424.451	424.451	348.052	48,49
4593 Formulação das Políticas de Previdência	2.012.229	-179.337	1.832.892	1.297.490	1.297.490	1.260.335	68,76
4641 Publicidade de Utilidade Pública	5.200.000	0	5.200.000	5.121.162	5.121.162	5.121.162	98,48
5509 Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	0	0	0	0	0	0	
5645 Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV	400.602	0	400.602	88.744	88.744	0	
7933 Disseminação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	1.138.031.968	647.513.861	1.785.545.829	1.768.396.136	1.768.396.136	1.742.163.883	97,57

34000 M. Público da União

0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0	19.886.000	19.886.000	19.868.229	19.868.229	19.868.229	99,91
Total do Órgão:		19.886.000	19.886.000	19.868.229	19.868.229	19.868.229	99,91

36000 M. da Saúde

0005 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	41.337.712	-4.246.477	37.091.235	36.005.745	36.005.745	27.280.266	73,55
--	------------	------------	------------	------------	------------	------------	-------

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Setor: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	------------	----------------	----------------------	----------------------	-----------------	-----------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODAEN

Emissão: 26/8/2005 15:45:30 Pág. 2 de 8

C:\Documents and Settings\francisco.prins\Desktop\lmb - 119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
0022 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Juízo devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	19.247.146	-14.400.000	4.847.146	4.847.146	4.847.146	3.929.874	81,08
002L Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 30.000 habitantes	13.886.275	-2.327.255	11.559.020	3.500.000	3.500.000	0	
002M Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30.000 habitantes	11.544.022	-2.308.804	9.235.218	0	0	0	
003G Apoio ao Monitoramento da Situação Nutricional da População Brasileira	4.800.000	0	4.800.000	4.350.000	4.350.000	1.555.000	32,40
003H Harmonização das Carreiras do Sistema Único de Saúde no âmbito dos Entes Federativos	1.000.000	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	
003I Apoio a Projetos de Melhoria da Gestão e Humanização dos Serviços de Saúde	9.000.000	0	9.000.000	8.665.565	8.665.565	5.394.759	59,94
003K Apoio aos Sistemas Estaduais e Municipais de Auditoria	700.000	0	700.000	469.749	469.749	427.901	61,13
003P Apoio ao Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica	6.000.000	0	6.000.000	4.736.824	4.736.824	4.250.448	70,84
0110 Contribuição à Previdência Privada	96.164	0	96.164	96.164	96.164	94.972	98,76
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	40.000	40.000	40.000	40.000	16.512	41,28
0214 Incentivo Financeiro a Estados e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	104.000.000	1.000.000	105.000.000	104.534.003	104.534.003	98.281.945	93,60
0218 Contribuição à Organização PAN-Americana de Saúde - OPAS	27.000.000	0	27.000.000	22.500.000	22.500.000	22.500.000	83,33
0219 Contribuição ao Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME	490.000	260.000	750.000	750.000	750.000	750.000	100,00
0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC	60.000	0	60.000	55.000	55.000	51.334	85,56
0221 Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS	27.000.000	0	27.000.000	22.500.000	22.500.000	22.500.000	83,33
0283 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	8.489.871	0	8.489.871	1.916.533	1.916.533	1.916.533	22,57
0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	431.212.382	0	431.212.382	413.204.761	413.204.761	413.204.761	95,82
0587 Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros	624.000.000	13.074.848	637.074.848	636.794.230	636.794.230	636.681.986	99,94
0589 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Plano de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família	720.000.000	-86.924.000	633.076.000	633.070.934	633.070.934	626.084.693	98,90
0593 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Plano de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica	134.249.997	-38.739.050	95.510.947	93.937.536	93.937.536	93.795.025	98,20
0716 Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos Pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais	4.500.000	0	4.500.000	1.907.804	1.907.804	1.802.728	40,06
0802 Apoio a Estudos e Pesquisas no âmbito das Populações Indígenas	888.000	-589.000	299.000	183.251	183.251	114.090	38,16
0804 Apoio à Estruturação dos Serviços de Assistência Farmacêutica na Rede Pública	8.800.000	0	8.800.000	8.786.755	8.786.755	4.251.938	48,32
0806 Apoio a Estudos e Pesquisas sobre Alimentação e Nutrição, com Ênfase na Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	3.517.059	0	3.517.059	3.358.589	3.358.589	1.927.645	54,81
0808 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	51.084.950	-9.980.990	41.103.960	15.623.201	15.623.201	4.252.651	10,35
0810 Apoio à Gestão Descentralizada da Atenção Básica nos Municípios	9.822.000	0	9.822.000	9.555.000	9.555.000	9.355.000	95,25
0812 Apoio à Expansão e Consolidação da Saúde da Família	3.558.300	0	3.558.300	0	0	0	
0814 Apoio à Prevenção e Detecção Precoce das Doenças Crônicas-Degenerativas	8.000.000	-4.116.000	3.884.000	3.883.954	3.883.954	761.247	19,60
0816 Apoio a Centros Colaboradores para a Atenção à Saúde das Pessoas em Situações de Violências e outras Causas Externas	3.149.785	0	3.149.785	3.137.055	3.137.055	1.845.055	58,58
0818 Apoio à Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas	93.000.000	12.510.337	105.510.337	90.534.566	90.534.566	87.379.531	82,82
0820 Apoio a Estudos e Pesquisas sobre Acidentes e Violências	1.000.000	0	1.000.000	906.541	906.541	430.625	43,06
0828 Apoio à Vigilância, Prevenção e Controle das Hepatites Virais	3.520.000	0	3.520.000	3.316.361	3.316.361	2.100.000	59,66
0829 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças	343.500.000	-10.304.848	333.195.152	321.816.075	321.816.075	296.724.024	89,05
0830 Apoio a Pesquisas na Área de Atenção Especializada	1.500.000	0	1.500.000	1.472.677	1.472.677	200.000	13,33
0831 Apoio à Instalação de Modalidades Alternativas à Atenção Hospitalar	400.000	0	400.000	0	0	0	
0832 Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	240.844.295	-9.239.748	231.604.547	195.731.111	195.731.111	100.345.076	43,33
0836 Apoio à Formação de Rede de Colaboração Técnica entre os Serviços de Referência em Saúde do Sistema Único de Saúde	800.000	0	800.000	636.000	636.000	0	
0838 Apoio a Unidades e Serviços de Reabilitação	3.526.048	-445.210	3.080.838	899.996	899.996	583.876	18,95
0839 Apoio a Estudos e Pesquisas sobre a Saúde de Grupos Populacionais Estratégicos e em Situações Especiais de Agravo	7.000.000	0	7.000.000	6.998.016	6.998.016	221.074	3,16
0840 Apoio à Rede de Atendimento Ambulatorial e Laboratorial para o Controle de Tuberculose e de outras Pneumopatias de Interesse da Saúde Pública	2.820.000	0	2.820.000	2.519.199	2.519.199	1.500.000	53,19
0841 Apoio à Constituição de Equipes para Melhoria do Ambiente e Redução de Riscos no Trabalho	3.000.000	0	3.000.000	2.726.683	2.726.683	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:45:30 Pág. 3 de 8

C:\Documents and Settings\francisco.primo\Desktop\4bl.mdb - 119 R\$ Despesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

CSLL

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
0842 Apoio à Implantação da Rede de Centros Colaboradores para Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos	250.000	0	250.000	48.190	48.190	0	
0843 Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	6.300.000	0	6.300.000	2.347.193	2.347.193	1.587.289	25,20
0844 Apoio a Serviços Extra-Hospitalares para Transtornos de Saúde Mental e decorrentes do Uso de Alcool e outras Drogas	8.750.000	0	8.750.000	1.982.707	1.982.707	692.098	7,91
0845 Apoio a Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional	320.000	0	320.000	320.000	320.000	0	
0846 Apoio aos Observatórios de Recursos Humanos em Saúde	5.200.000	-1.000.000	4.200.000	4.200.000	4.200.000	4.200.000	100,00
0847 Apoio à Capacitação de Formuladores de Políticas em Áreas Técnicas Específicas dos Estados e Municípios	23.900.000	-14.940.000	8.960.000	8.216.981	8.216.981	1.673.309	18,68
0848 Apoio à Constituição de Pólos de Educação Permanente em Saúde	8.000.000	-800.000	7.200.000	6.481.293	6.481.293	6.000.000	83,33
0849 Apoio à Mudança na Graduação e Pós-Graduação na Área de Saúde	64.000.000	-6.400.000	57.600.000	33.223.094	33.223.094	17.019.269	29,55
0850 Formação de Recursos Humanos em Educação Profissional e de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu	78.500.000	-7.000.000	71.500.000	62.434.910	62.434.910	43.084.542	60,26
0851 Apoio à Formação Permanente de Agentes para o Controle Social	12.000.000	-9.960.000	2.040.000	2.039.800	2.039.800	1.791.400	87,81
0852 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios com População acima de 50 mil habitantes inseridos na Pactuação das Ações de Média e Alta Complexidade em Vigilância Sanitária	18.800.000	0	18.800.000	18.402.112	18.402.112	18.319.782	97,45
0893 Apoio à Implantação, Modernização e Adequação de Unidades de Controle de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial	5.400.000	-150.500	5.249.500	5.248.136	5.248.136	1.708.445	32,54
0906 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada	2.868.217.568	23.731.083	2.891.948.651	2.879.859.671	2.879.859.671	2.851.424.174	98,60
0907 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada	281.655.727	-10.372.000	271.283.727	270.252.238	270.252.238	266.816.133	98,35
0908 Apoio ao Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	23.040.000	0	23.040.000	22.777.188	22.777.188	16.806.864	72,95
0990 Incentivo Financeiro aos Municípios e ao Distrito Federal Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica para Ações de Vigilância Sanitária	26.900.000	-800.000	26.100.000	19.369.942	19.369.942	15.751.325	60,35
099A Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de idade entre 0 e 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais	134.000.000	0	134.000.000	134.000.000	134.000.000	134.000.000	100,00
106T Implantação da Rede Nacional de Apoio para a Gestão Descentralizada do Sistema Único de Saúde	10.000.000	0	10.000.000	9.995.031	9.995.031	2.348.200	23,48
1823 Implantação, Aquecimento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS	0	0	0	0	0	0	
1847 Implantação de Serviços Extra-Hospitalares de Assistência à Saúde do Idoso	0	0	0	0	0	0	
2000 Administração da Unidade	2.267.051.499	25.905.000	2.292.956.499	2.266.788.984	2.266.788.984	2.212.477.394	96,49
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	188.151.000	10.000.000	198.151.000	196.175.258	196.175.258	182.738.291	92,22
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	17.600.000	-2.810.000	14.790.000	12.715.766	12.715.766	12.665.586	85,64
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	59.550.000	2.096.000	61.646.000	60.847.081	60.847.081	60.568.094	98,25
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	102.450.000	0	102.450.000	102.267.146	102.267.146	102.265.596	99,82
2018 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	3.964.000	0	3.964.000	3.074.735	3.074.735	2.573.557	64,92
2272 Gestão e Administração do Programa	100.919.025	-2.888.000	98.031.025	83.621.558	83.621.558	78.657.966	80,24
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	0	2.300.917	2.300.917	2.300.000	2.300.000	1.158.284	50,34
2689 Trabalho de Campo para Prevenção e Controle de Doenças	360.000.000	0	360.000.000	360.000.000	360.000.000	353.947.890	98,32
2721 Promoção à Saúde e às Práticas Seguras de Prevenção e Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas vivendo com HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	10.000.000	0	10.000.000	9.775.097	9.775.097	7.421.370	74,21
2729 Formação Continuada de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	
3851 Capacitação de Recursos Humanos em Atenção Básica - Saúde da Família	0	0	0	0	0	0	
3855 Estudos e Pesquisas sobre Hanseníase e Outras Dermatoses	0	0	0	0	0	0	
3856 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias	0	0	0	0	0	0	
3859 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	
3860 Construção e Ampliação ou Melhoria de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	
3881 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 habitantes	29.711.083	-134.017	29.577.066	21.666.624	21.666.624	5.440.660	18,39

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: UO; Setor: Função; Subfunção: Programa; ProjAtiv: Subtítulo; Fonte: 151 Gnd; Localidade: UF; Elemento:

Fonte: SIAF/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODAEN

Emissão: 26/8/2005 15:45:30 Pág. 4 de 8

C:\Documents and Settings\francisco.primo\Desktop\db1.mdb - 119 RdDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3862 Implantação e Ampliação de Unidades de Hematologia e Hemoterapia	0	0	0	0	0	0	0
3863 Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
3865 Implantação e Ampliação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
3867 Modernização e Adequação de Unidades de Hematologia e Hemoterapia	0	0	0	0	0	0	0
3868 Modernização e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
3869 Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	7.800.000	0	7.800.000	5.968.447	5.968.447	1.834.599	23,78
3870 Modernização e Adequação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
3881 Qualificação Profissional dos Trabalhadores de Enfermagem Empregados em Estabelecimentos de Saúde	0	0	0	0	0	0	0
3888 Estudos e Pesquisas para a Melhoria da Qualidade e Eficiência dos Serviços do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
3890 Estudos e Pesquisas sobre Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	0	0	0	0	0	0	0
3891 Estudos e Pesquisas sobre Saúde da Criança e Aleitamento Materno	0	0	0	0	0	0	0
3892 Estudos e Pesquisas sobre Saúde Mental	0	0	0	0	0	0	0
3893 Estudos e Pesquisas sobre Agravos à Saúde do Trabalhador	0	0	0	0	0	0	0
3900 Estudos e Pesquisas sobre Saúde da Mulher	0	0	0	0	0	0	0
3907 Implantação de Centros de Atenção à Saúde do Adolescente e do Jovem	0	0	0	0	0	0	0
3913 Saneamento Básico em Comunidades Indígenas	0	0	0	0	0	0	0
3914 Implantação do Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	5.375	-1.075	4.300	0	0	0	0
3922 Modernização de Escolas Técnicas de Saúde	0	0	0	0	0	0	0
3923 Modernização e Adequação da Rede de Serviços do Sistema Único de Saúde - REFORUS	0	0	0	0	0	0	0
3926 Modernização e Adequação de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz	0	0	0	0	0	0	0
3947 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde da Criança e Aleitamento Materno	0	0	0	0	0	0	0
3954 Promoção de Práticas Seguras sobre Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	0	0	0	0	0	0	0
3984 Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 habitantes ou com Elevado Risco de Transmissão de Dengue	0	30.000	30.000	0	0	0	0
3994 Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS	38.750.000	-6.770.000	31.980.000	12.943.929	12.943.929	1.822.910	5,70
3996 Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário (Saúde e Saneamento no Piauí)	1.500.000	0	1.500.000	1.500.000	1.500.000	183.000	12,20
3997 Implantação de Serviços de Abastecimento de Água (Saúde e Saneamento no Piauí)	1.000.000	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0
4291 Acreditação dos Estabelecimentos de Saúde da Rede Pública e Privada	200.000	0	200.000	0	0	0	0
4294 Prevenção e Controle das Carências Nutricionais por Micronutrientes	2.000.000	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000	869.059	43,45
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Hemoglobinopatias	5.000.000	0	5.000.000	1.398.314	1.398.314	0	0
4301 Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Domiciliar do Instituto Nacional do Câncer - INCA	0	0	0	0	0	0	0
4302 Funcionamento de Hospitais da Rede Pública Federal de Atendimento Médico Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	0	0	0	0	0	0	0
4306 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
4307 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
4311 Auditoria Analítica e Operativa do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
4324 Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil	5.227.200	0	5.227.200	5.227.200	5.227.200	5.227.200	100,00
4325 Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos	0	0	0	0	0	0	0
4326 Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-manguinhos	0	0	0	0	0	0	0

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Setor: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	-------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFV/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:45:30 Pág. 5 de 8

C:\Documents and Settings\francisco.griso\Desktop\tbl1.mdb - 119 RdDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

CSLL

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
4327 Atenção à Saúde das Pessoas com HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	6.000.000	0	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	100,00
4328 Prevenção e Tratamento do Câncer Cérvico-Uterino	0	0	0	0	0	0	
4334 Ensino em Saúde e Ciência e Tecnologia na Fundação Oswaldo Cruz	0	0	0	0	0	0	
4355 Informação e Comunicação em Saúde, Ciência e Tecnologia	0	0	0	0	0	0	
4359 Pesquisas e Inovações Tecnológicas no Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães	12.202.000	0	12.202.000	12.181.627	12.181.627	11.376.922	93,24
4360 Pesquisas Biomédicas no Centro Nacional de Primatas	6.300.000	0	6.300.000	5.155.716	5.155.716	3.718.619	59,03
4361 Pesquisas e Inovações Tecnológicas no Centro de Pesquisa Gonçalo Muniz	8.984.000	0	8.984.000	8.976.388	8.976.388	7.727.749	86,02
4362 Pesquisas e Inovações Tecnológicas no Centro de Pesquisa René Rachou	3.150.000	0	3.150.000	3.142.305	3.142.305	2.338.714	74,24
4363 Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Tuberculose e outras Pneumopatias no Centro de Referência Hólio Fraga	4.600.000	-184.000	4.416.000	3.729.218	3.729.218	2.579.462	58,41
4365 Produção de Imunobiológicos	0	2.099.083	2.099.083	2.099.083	2.099.083	2.099.083	100,00
4367 Atendimento a Diabéticos com Insulina, Hipoglicemiantes Orais e Correlatos	0	0	0	0	0	0	
4368 Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no Sistema Único de Saúde	360.457.786	174.100.000	534.557.786	419.612.149	419.612.149	278.433.697	52,09
4369 Atendimento à População com Medicamentos para a Tuberculose e outras Pneumopatias de Interesse em Saúde Pública	0	0	0	0	0	0	
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	99.123.410	25.197.000	124.320.410	124.314.661	124.314.661	104.023.624	83,67
4380 Sistema Nacional de Informações em Saúde	30.580.000	850.000	31.430.000	25.499.865	25.499.865	21.541.584	68,54
4381 Serviço de Referência de Qualidade em Saúde do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCCQS	0	0	0	0	0	0	
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica	9.600.000	0	9.600.000	8.565.047	8.565.047	5.767.292	60,08
4386 Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente no Instituto Evandro Chagas	12.600.000	0	12.600.000	12.590.786	12.590.786	10.636.957	84,42
4388 Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS	24.575.000	0	24.575.000	19.525.809	19.525.809	17.534.029	71,35
4453 Imunobiológicos para Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	0	0	0	0	0	0	
4458 Pesquisas Científicas da Fundação Oswaldo Cruz	0	0	0	0	0	0	
4525 Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde	11.975.472	-2.395.095	9.580.377	4.645.826	4.645.826	2.481.763	25,90
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	13.487.245	-1.442.000	12.045.245	10.377.225	10.377.225	8.092.488	67,18
4641 Publicidade de Utilidade Pública	71.300.000	1.120.000	72.420.000	71.935.887	71.935.887	60.227.246	83,16
4705 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais	258.000.000	39.539.050	297.539.050	269.477.371	269.477.371	247.389.403	83,15
5528 Saneamento Básico para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle das Doenças	228.000.000	23.386.500	251.386.500	251.294.102	251.294.102	181.846.794	72,34
6042 Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis por Vetores e Zoonoses	6.320.000	0	6.320.000	4.333.758	4.333.758	2.378.417	37,63
6138 Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	0	800.000	800.000	800.000	800.000	647.345	80,92
6142 Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias	104.000.000	0	104.000.000	104.000.000	104.000.000	91.801.883	88,27
6144 Capacitação de Profissionais para Atenção à Saúde da População Indígena	10.000.000	-5.500.000	4.500.000	3.936.224	3.936.224	3.203.222	71,18
6145 Fomento à Produção Farmacêutica e Insumos Estratégicos	79.100.000	5.870.000	84.970.000	76.986.741	76.986.741	37.548.028	44,19
6146 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Insumos Estratégicos no Complexo Produtivo da Saúde	60.000.000	0	60.000.000	59.897.722	59.897.722	24.248.645	40,41
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	125.000.000	0	125.000.000	125.000.000	125.000.000	125.000.000	100,00
6149 Residência de Profissionais de Saúde	24.720.000	-4.920.000	19.800.000	17.788.341	17.788.341	17.317.492	87,46
6152 Cartão Nacional de Saúde	116.500.000	-12.250.000	104.250.000	65.126.919	65.126.919	25.689.082	24,64
6153 Cadastro Nacional de Profissionais e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	4.500.000	-2.500.000	2.000.000	0	0	0	
6154 Auditoria de Serviços Cadastrados no Sistema Único de Saúde	4.740.000	450.000	5.190.000	4.574.895	4.574.895	4.309.817	83,04
6155 Auditoria de Gestão no Sistema Único de Saúde	300.000	0	300.000	112.976	112.976	101.676	33,89
6160 Controle de Surto, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências Epidemiológicas	2.560.000	0	2.560.000	2.423.998	2.423.998	2.008.220	78,45
6161 Insumos Estratégicos para Prevenção e Controle das Doenças	30.000.000	-9.000.000	21.000.000	20.877.445	20.877.445	2.695.656	12,84

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAPI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:45:30 Pág. 6 de 8

C:\Documents and Settings\francisco.prado\Desktop\tbl.mdb - 119 RefDespesa por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até:

FECHADO

CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
6162 Pesquisas e Inovações Tecnológicas no Centro de Estudos e Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana	1.000.000	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	348.620	34,86
6165 Fomento à Pesquisa em Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos à Saúde	2.400.000	0	2.400.000	2.392.500	2.392.500	1.684.044	70,17
6166 Inovação Tecnológica em Fármacos, Medicamentos, Imunobiológicos e Fitoterápicos	13.500.000	0	13.500.000	13.499.724	13.499.724	13.236.118	98,05
6167 Pesquisa em Saúde Pública e História da Saúde na Fundação Oswaldo Cruz	10.000.000	0	10.000.000	9.995.202	9.995.202	7.614.043	76,14
6168 Pesquisa Clínica e Biomédica na Fundação Oswaldo Cruz	21.790.000	500.000	22.290.000	22.217.910	22.217.910	17.326.084	77,73
6169 Pesquisas e Inovações Tecnológicas no Centro de Pesquisa Leônidas Maria e Deane	2.000.000	0	2.000.000	1.997.568	1.997.568	1.626.991	81,35
6170 Sistema Nacional de Vigilância das Doenças e Agravos Não-Transmissíveis	4.560.000	0	4.560.000	4.462.548	4.462.548	3.252.045	71,32
6172 Proteção do Patrimônio Tecnológico da Fundação Oswaldo Cruz	1.000.000	0	1.000.000	978.500	978.500	750.583	75,06
6173 Atendimento de Referência à Gestante de Alto Risco e Crianças com Patologias de Alta Complexidade no Instituto Fernandes Figueira	15.000.000	0	15.000.000	14.987.260	14.987.260	11.617.453	77,45
6174 Análise Técnico-Laboratorial da Qualidade dos Produtos ofertados à População	5.000.000	0	5.000.000	4.993.689	4.993.689	3.779.158	75,58
6175 Atenção à Saúde da Mulher	7.000.000	0	7.000.000	6.982.654	6.982.654	2.872.487	41,04
6176 Atenção à Saúde da Criança	8.000.000	0	8.000.000	6.987.447	6.987.447	1.107.127	13,84
6177 Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	500.000	0	500.000	485.000	485.000	258.000	51,60
6178 Atenção à Saúde do Idoso	3.000.000	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	0
6179 Produção de Vídeos e de Programas de TV, Publicações de Livros e Periódicos Técnico-Científicos em Saúde	10.000.000	0	10.000.000	9.974.830	9.974.830	8.296.782	82,97
6180 Consolidação da atuação Internacional do Ministério da Saúde	2.000.000	-1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	490.000	49,00
6181 Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência	1.300.000	0	1.300.000	1.171.828	1.171.828	660.845	50,83
6182 Ouvidoria Nacional de Saúde	8.336.800	0	8.336.800	7.322.010	7.322.010	4.899.244	58,77
6183 Promoção de Conferências e Eventos na Área de Saúde para a Consolidação da Reforma Sanitária	2.500.000	0	2.500.000	1.755.484	1.755.484	996.527	39,86
6184 Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose e outras Pneumopatias de Interesse em Saúde Pública	13.640.000	0	13.640.000	11.201.369	11.201.369	8.989.826	65,91
6185 Vigilância, Prevenção e Controle da Hanseníase e outras Dermatoses Relevantes	7.400.000	0	7.400.000	6.564.813	6.564.813	5.363.666	72,48
6186 Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	19.356.000	0	19.356.000	16.797.669	16.797.669	3.561.789	18,40
6188 Atenção à Saúde do Trabalhador	4.500.000	0	4.500.000	3.636.174	3.636.174	1.004.909	22,33
6189 Rede de Bibliotecas Virtuais em Saúde	1.964.000	0	1.964.000	1.964.000	1.964.000	1.910.000	97,25
6192 Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde	12.880.000	-1.210.000	11.670.000	11.006.490	11.006.490	8.021.500	68,74
6195 Capacitação de Profissionais de Saúde e Agentes Sociais a Distância	3.000.000	0	3.000.000	2.104.913	2.104.913	201.881	6,73
6196 Serviço Civil Profissional em Saúde	36.000.000	-11.400.000	24.600.000	19.269.644	19.269.644	19.269.644	78,33
6198 Apoio às Pesquisas no Campo da Educação e Desenvolvimento dos Profissionais de Saúde	3.000.000	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	2.950.000	98,33
6199 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde	97.850.000	-9.000.000	88.850.000	85.225.815	85.225.815	48.099.630	54,14
6200 Promoção dos Princípios da Educação Popular em Saúde	12.000.000	-1.200.000	10.800.000	6.691.485	6.691.485	3.691.485	34,18
6201 Funcionamento do Museu da Vida e Bibliotecas	7.000.000	0	7.000.000	6.979.942	6.979.942	6.103.285	87,19
6202 Pesquisas para a Aferição do Nível de Satisfação do Usuário de Serviços de Saúde e de sua Qualidade	485.600	0	485.600	138.590	138.590	138.590	28,54
6205 Rede Nacional de Informações em Sangue e Hemoderivados	1.200.000	0	1.200.000	1.170.000	1.170.000	1.106.200	92,18
6216 Capacitação de Profissionais em Serviços de Hemoterapia	3.200.000	0	3.200.000	2.579.998	2.579.998	399.809	12,49
6217 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal	37.723.492	59.070.000	96.793.492	88.649.630	88.649.630	59.103.237	61,06
6219 Registro Nacional de Preços de Medicamentos e de Banco de Preços em Saúde	1.302.000	0	1.302.000	1.302.000	1.302.000	966.693	74,25
6220 Sistema de Informações sobre Gastos Públicos em Saúde	2.116.000	0	2.116.000	2.116.000	2.116.000	1.377.300	65,09
6226 Estágio aos Estudantes das Áreas de Saúde na Rede do Sistema Único de Saúde (VERSUS)	2.000.000	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	100,00
6233 Atenção à Saúde Mental	574.000	0	574.000	398.083	398.083	111.700	19,46
6235 Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue	22.140.000	0	22.140.000	19.118.446	19.118.446	7.523.516	33,98
6449 Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudável para a Prevenção das Obesidades e das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis	1.200.000	0	1.200.000	797.835	797.835	0	0
6472 Estruturação de Centro Nacional e Apoio à Estruturação dos Núcleos Regionais de Ciência, Tecnologia e Economia da Saúde	1.748.000	0	1.748.000	1.748.000	1.748.000	1.560.500	89,27
6488 Apoio às Escolas Técnicas de Saúde, Escolas de Saúde Pública, Centros Formadores e Centros Colaboradores	3.000.000	-3.000.000	0	0	0	0	0

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: UO: Setor: Função: Subfunção: Programa: ProjAtiv: Subtítulo: Fonte: 151 Gnd: Localidade: UF: Elemento:

Fonte: SIAP/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:45:31 Pág. 7 de 8

C:\Documents and Settings\francisco.prado\Desktop\db.Lmdo - 119 RdDespesa por Órgão\ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

CSLL

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. e REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
6501 Atenção à Saúde dos Povos Indígenas	0	8.455.000	8.455.000	8.455.000	8.455.000	1.316.000	15,56
6516 Certificação de Qualidade dos Serviços de Hemoterapia	3.233.481	0	3.233.481	3.233.480	3.233.480	488.395	15,10
6518 Funcionamento da Mesa Nacional de Negociação do Sistema Único de Saúde	1.800.000	0	1.800.000	1.783.000	1.783.000	0	
7652 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	21.375.000	276.235	21.651.235	19.126.552	19.126.552	3.653.166	16,87
7654 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 habitantes	46.506.606	-6.090.756	40.415.850	15.404.935	15.404.935	2.983.595	7,38
7658 Sistema de Informação em Saúde Indígena	4.900.000	-1.830.000	3.070.000	857.118	857.118	702.358	22,88
7660 Instalação de Farmácias Populares	1.200.000	1.500.000	2.700.000	0	0	0	0,00
7662 Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde	1.560.000	0	1.560.000	1.560.000	1.560.000	1.559.495	99,97
7664 Reestruturação do Sistema de Informação Ambulatorial e Hospitalar	1.000.000	0	1.000.000	115.200	115.200	0	
7666 Investimento no Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde (QUALISUS)	1.840.000	-600.000	1.240.000	1.240.000	1.240.000	0	
7670 Implantação do Campus da Fundação Oswaldo Cruz em Jacarepaguá	600.000	0	600.000	599.700	599.700	364.607	60,77
7672 Adequação da Planta Industrial de Imunobiológicos	6.000.000	7.500.000	13.500.000	13.500.000	13.500.000	12.087.755	89,54
7674 Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz	16.000.000	11.900.000	27.900.000	27.899.822	27.899.822	18.549.844	66,49
7676 Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	4.299.083	-2.299.083	2.000.000	2.000.000	2.000.000	1.477.211	73,86
7678 Construção da Planta do Laboratório de Química de Produtos Naturais	5.000.000	-4.500.000	500.000	500.000	500.000	402.786	80,56
7680 Construção de Planta-Piloto de Imunobiológicos	2.000.000	-1.500.000	500.000	500.000	500.000	270.370	54,07
7692 Implantação da Unidade de Fracionamento do Plasma	4.000.000	0	4.000.000	0	0	0	
7694 Construção do Edifício-Sede da Agência Nacional de Vigilância Sanitária	4.000.000	-4.000.000	0	0	0	0	
7831 Formação Pedagógica para Docentes na Área de Enfermagem	0	0	0	0	0	0	
7841 Capacitação de Recursos Humanos para Promoção do Planejamento Familiar e da Saúde da Mulher	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	12.022.611.458	120.093.145	12.142.704.603	11.548.857.586	11.548.857.586	10.504.496.659	86,51
52000 M. da Defesa							
0179 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militar das Forças Armadas	959.896.234	0	959.896.234	952.793.074	952.793.074	952.793.074	99,26
Total do Órgão:	959.896.234	0	959.896.234	952.793.074	952.793.074	952.793.074	99,26
55000 Min. Assistência Social							
0058 Capacitação e Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos como Agente de Desenvolvimento Social e Humano	0	14.177.583	14.177.583	13.872.013	13.872.013	12.228.379	86,25
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	442.094	0	442.094	121.718	121.718	0	
2060 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada	0	56.597.140	56.597.140	56.597.140	56.597.140	53.677.369	94,84
2556 Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência	0	1.144.860	1.144.860	1.144.860	1.144.860	1.144.860	100,00
2558 Serviços de Proteção Socioassistencial à Juventude	0	92.995	92.995	92.995	92.995	0	
2559 Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa	0	164.600	164.600	47.857	47.857	12.031	7,31
2561 Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa Portadora de Deficiência	0	189.603	189.603	189.603	189.603	21.867	11,53
Total do Órgão:	442.094	72.366.781	72.808.875	72.066.186	72.066.186	67.084.506	92,14
Total Geral	14.120.981.754	1.139.973.787	15.260.955.541	14.641.992.497	14.641.992.497	13.566.266.755	88,90

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C) *
01000 Câmara dos Deputados							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	115.213.662	1.000.000	116.213.662	116.212.170	116.212.170	115.765.170	99,61
0397 Encargos Previdenciários com Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC	58.991.024	-1.000.000	57.991.024	57.988.068	57.988.068	57.085.319	98,44
Total do Órgão:	174.204.686	0	174.204.686	174.200.237	174.200.237	172.850.489	99,22
02000 Senado Federal							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	164.460.814	0	164.460.814	164.460.814	164.460.814	164.460.814	100,00
0397 Encargos Previdenciários com Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC	13.700.000	0	13.700.000	13.700.000	13.700.000	13.700.000	100,00
Total do Órgão:	178.160.814	0	178.160.814	178.160.814	178.160.814	178.160.814	100,00
03000 Trib. de Contas da União							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	95.473.624	0	95.473.624	95.473.624	95.473.624	95.473.624	100,00
Total do Órgão:	95.473.624	0	95.473.624	95.473.624	95.473.624	95.473.624	100,00
10000 Supremo Tribunal Federal							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	27.895.483	0	27.895.483	27.895.483	27.895.483	27.895.483	100,00
Total do Órgão:	27.895.483	0	27.895.483	27.895.483	27.895.483	27.895.483	100,00
11000 Sup. Tribunal de Justiça							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	49.680.051	0	49.680.051	49.680.051	49.680.051	49.669.636	99,98
Total do Órgão:	49.680.051	0	49.680.051	49.680.051	49.680.051	49.669.636	99,98
12000 Justiça Federal							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	60.958.553	0	60.958.553	60.917.150	60.917.150	60.832.514	99,79
Total do Órgão:	60.958.553	0	60.958.553	60.917.150	60.917.150	60.832.514	99,79
13000 Justiça Militar							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	45.198.274	0	45.198.274	45.198.274	45.198.274	45.198.274	100,00
Total do Órgão:	45.198.274	0	45.198.274	45.198.274	45.198.274	45.198.274	100,00
14000 Justiça Eleitoral							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	130.391.278	0	130.391.278	130.381.056	130.381.056	130.340.032	99,96
Total do Órgão:	130.391.278	0	130.391.278	130.381.056	130.381.056	130.340.032	99,96
15000 Justiça do Trabalho							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	486.881.651	0	486.881.651	486.880.438	486.880.438	486.716.810	99,97
Total do Órgão:	486.881.651	0	486.881.651	486.880.438	486.880.438	486.716.810	99,97
16000 Just. do DF e dos Territ.							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	59.382.530	0	59.382.530	59.382.530	59.382.530	59.382.530	100,00
Total do Órgão:	59.382.530	0	59.382.530	59.382.530	59.382.530	59.382.530	100,00
20000 Presidência da República							
0080 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	478.955.850	-478.955.850	0	0	0	0	
2000 Administração da Unidade	9.257.076	-9.257.076	0	0	0	0	#Núq!
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	214.200	-214.200	0	0	0	0	
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	74.100	-74.100	0	0	0	0	
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	70.200	-70.200	0	0	0	0	
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	79.927	-79.927	0	0	0	0	
2065 Combate à Fome com Ações Voltadas para a Compra da Produção de Alimentos de Agricultores Familiares	0	0	0	0	0	0	
2100 Combate à Fome com Assistência Financeira à Família Visando a Complementação de Renda para a Compra de Alimentos - Fome Zero	0	0	0	0	0	0	
2272 Gestão e Administração do Programa	450.000	-450.000	0	0	0	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UF:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:46:03 Pág. 1 de 9

C:\Documents and Settings\francisco.primo\Desktop\dtb1.mdb - 119 RdDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2776 Credenciamento dos Restaurantes participantes da Rede Solidária de Restaurantes Populares	914.650	-914.650	0	0	0	0	*
2782 Capacitação para Operacionalização e Gestão de Restaurantes Populares	489.900	-489.900	0	0	0	0	
2784 Capacitação em Educação Alimentar, Nutricional e para o Consumo	4.753.821	-4.753.821	0	0	0	0	
2790 Concessão de Prêmios para Projetos Locais de Educação Alimentar e para o Consumo	185.000	-185.000	0	0	0	0	
2794 Capacitação para Operacionalização e Gestão de Bancos de Alimentos e Cozinha Urbana	316.400	-316.400	0	0	0	0	
2796 Fomento ao Desenvolvimento de Tecnologias para a Redução do Desperdício de Alimentos no Mercado Atacadista, Varejista e no Consumo	1.000.000	-1.000.000	0	0	0	0	
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	125.000	-125.000	0	0	0	0	
4841 Publicidade de Utilidade Pública	8.207.399	-8.207.399	0	0	0	0	
4835 Capacitação dos Gestores Locais para Implementação do Fome Zero	5.435.500	-5.435.500	0	0	0	0	
5098 Implantação do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	2.670.420	-2.670.420	0	0	0	0	
5100 Instalação de Comitês Gestores do Cartão-Alimentação	1.000.000	-1.000.000	0	0	0	0	
5102 Implantação de Comitês Gestores Locais (Lixo & Cidadania)	1.291.580	-1.291.580	0	0	0	0	
8444 Educação Cidadã e Mobilização Social	4.118.651	-4.118.651	0	0	0	0	
Total do Órgão:	519.609.674	-519.609.674	0	0	0	0	#Núm!
22000 M. Agri., Pec. e Abastec.							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	201.523.952	0	201.523.952	201.523.952	201.523.952	200.661.567	99,57
Total do Órgão:	201.523.952	0	201.523.952	201.523.952	201.523.952	200.661.567	99,57
24000 M. Ciência e Tecnologia							*
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	39.002.951	0	39.002.951	38.708.872	38.708.872	38.708.872	99,25
Total do Órgão:	39.002.951	0	39.002.951	38.708.872	38.708.872	38.708.872	99,25
25000 M. da Fazenda							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.327.915.040	93.010.718	1.420.925.758	1.420.763.406	1.420.763.406	1.420.755.874	99,99
Total do Órgão:	1.327.915.040	93.010.718	1.420.925.758	1.420.763.406	1.420.763.406	1.420.755.874	99,99
26000 M. da Educação							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	2.430.225.473	202.271.928	2.632.497.401	2.628.433.127	2.628.433.127	2.623.018.533	99,64
Total do Órgão:	2.430.225.473	202.271.928	2.632.497.401	2.628.433.127	2.628.433.127	2.623.018.533	99,64
28000 M. Desenv. Ind. Com. Ext.							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	348.832	0	348.832	262.818	262.818	262.818	75,34
Total do Órgão:	348.832	0	348.832	262.818	262.818	262.818	75,34
30000 M. da Justiça							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	441.882.284	5.600.000	447.482.284	447.427.000	447.427.000	446.524.615	99,79
Total do Órgão:	441.882.284	5.600.000	447.482.284	447.427.000	447.427.000	446.524.615	99,79
32000 M. de Minas e Energia							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	14.832.483	-100.000	14.732.483	14.732.483	14.732.483	14.711.496	99,86
Total do Órgão:	14.832.483	-100.000	14.732.483	14.732.483	14.732.483	14.711.496	99,86
33000 Min. Previdência Social							*
0005 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	712.029.052	-31.166.536	680.862.516	680.724.757	680.724.757	676.750.374	99,40
0010 Pagamento de Aposentadorias - Área Rural	2.353.552.513	1.696.909.697	4.050.462.210	4.050.462.210	4.050.462.210	3.989.484.716	98,49
001P Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Redução - Área Rural	127.572.053	0	127.572.053	127.572.053	127.572.053	127.572.053	100,00
001Q Pagamento de Pensões - Área Rural	1.287.181.642	-254.627.081	1.032.554.561	1.032.554.561	1.032.554.561	1.032.554.561	100,00
001R Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural	50.782.290	68.483.007	119.265.297	119.265.297	119.265.297	119.265.297	100,00
0117 Pagamento de Salário-Família	3.938.530	0	3.938.530	3.938.530	3.938.530	3.938.530	100,00
0132 Pagamento de Aposentadorias	7.526.658.269	1.453.171.902	8.979.830.171	8.979.830.171	8.979.830.171	8.979.830.171	100,00

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODAEN

Emissão: 26/8/2005 15:46:03 Pág. 2 de 9

C:\Documents and Settings\francisco.prime\Desktop\dl1.mdb - 119 RdDespesa por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

COFINS

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
0133 Pagamento de Aposentadorias Especiais	1.205.886.565	0	1.205.886.565	1.205.886.565	1.205.886.565	1.205.886.565	100,00
0134 Pagamento de Pensões	3.687.320.510	1.000.000.000	4.687.320.510	4.687.320.510	4.687.320.510	4.687.276.923	100,00
0136 Pagamento de Auxílio Doença Previdenciário, Auxílio Doença Acidentário e Auxílio Reclusão	2.292.896.829	0	2.292.896.829	2.292.847.072	2.292.847.072	2.292.649.054	99,99
0137 Pagamento de Abono de Permanência em Serviço	3.011.033	0	3.011.033	3.011.033	3.011.033	597.996	19,86
0141 Pagamento de Salário-Maternidade	556.627.004	-556.627.004	0	451.863	451.863	441.760	94.737.900,00
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.221.588.006	28.204.224	1.249.792.230	1.249.634.309	1.249.634.309	1.248.901.750	99,93
0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	6.450.391	0	6.450.391	3.329.063	3.329.063	3.329.063	51,61
0482 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Juízo de Pequeno Valor oriunda da Justiça Comum Estadual	49.925.000	-32.000.000	17.925.000	17.914.368	17.914.368	17.739.906	98,97
0486 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Juízo (Precatórios) oriunda da Justiça Comum Estadual	192.883.146	32.000.000	224.883.146	224.684.252	224.684.252	210.789.714	93,73
0536 Pagamento de Benefícios de Legislação Especial	440.397.053	-37.694.990	402.702.063	402.702.063	402.702.063	402.702.055	100,00
0625 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Juízo de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	948.575.000	30.260.843	978.835.843	978.809.114	978.809.114	966.874.531	98,78
2000 Administração da Unidade	547.567.460	8.190.766	555.758.226	551.225.081	551.225.081	527.500.643	94,92
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	109.003.280	-13.900.328	95.102.952	85.618.100	85.618.100	79.928.895	84,04
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	9.608.855	-4.660.885	4.947.970	4.736.155	4.736.155	4.736.155	95,72
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	27.106.922	0	27.106.922	27.105.298	27.105.298	27.105.298	99,99
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	43.115.282	0	43.115.282	42.584.642	42.584.642	42.551.854	98,69
2272 Gestão e Administração do Programa	7.613.728	-353.000	7.260.728	6.910.363	6.910.363	6.786.519	93,47
2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	261.302.581	16.000.000	277.302.581	261.301.288	261.301.288	227.228.865	81,94
2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica	7.000.000	5.800.000	12.800.000	7.005.351	7.005.351	6.844.945	53,48
2296 Serviço de Perícia Médica Judicial	5.000.000	0	5.000.000	4.995.779	4.995.779	4.481.988	89,64
2298 Capacitação de Servidores nos Processos de Qualidade e Melhoria Contínua	2.500.000	0	2.500.000	2.329.596	2.329.596	2.219.738	88,79
2300 Administração de Imóveis Não-Operacionais	4.000.000	-3.000.000	1.000.000	575.422	575.422	484.653	48,47
2302 Orientação Técnica em Receita Previdenciária	1.450.000	-145.000	1.305.000	974.697	974.697	974.282	74,66
2306 Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios de Legislação Especial de Responsabilidade da União	50.000	0	50.000	0	0	0	
2556 Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência	0	0	0	0	0	0	
2558 Serviços de Proteção Socioassistencial à Juventude	0	0	0	0	0	0	
2559 Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa	0	0	0	0	0	0	
2562 Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	11.578.360	-1.100.000	10.478.360	9.868.645	9.868.645	9.830.481	93,82
2563 Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários	8.653.000	-1.000.000	7.653.000	7.384.614	7.384.614	7.315.624	95,59
2564 Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS	8.060.000	0	8.060.000	7.942.413	7.942.413	7.796.271	96,73
2567 Recuperação Administrativa de Créditos Previdenciários	5.300.000	-500.000	4.800.000	3.874.961	3.874.961	3.784.017	78,83
2568 Recuperação Judicial de Créditos Previdenciários	5.000.000	0	5.000.000	4.590.140	4.590.140	4.472.939	89,46
2570 Auditoria Fiscal das Contribuições Previdenciárias	26.255.530	0	26.255.530	25.400.701	25.400.701	25.166.293	95,85
2571 Orientação do Reconhecimento do Direito aos Segurados referentes aos Benefícios Previdenciários	300.000	0	300.000	100.465	100.465	99.716	33,24
2572 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial	1.392.020	0	1.392.020	6.687	6.687	6.687	0,48
2578 Serviço de Perícia Médica	43.000.000	21.000.000	64.000.000	62.264.264	62.264.264	54.364.845	84,95
2580 Serviço de Processamento de Dados da Guia de Previdência Social - GPS e da Guia de Reconhecimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP	37.837.000	16.000.000	53.837.000	37.837.000	37.837.000	36.301.349	67,43
2582 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Legislação Especial	400.000	0	400.000	0	0	0	
2585 Serviço de Reabilitação Profissional	10.000.000	-1.000.000	9.000.000	6.807.058	6.807.058	3.919.640	43,55
2591 Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	32.888.422	15.088.841	47.977.263	39.576.546	39.576.546	33.540.693	69,91
2593 Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	59.444.760	76.011.753	135.456.513	125.255.335	125.255.335	54.464.490	40,21
2611 Capacitação de Servidores nos Processos de Receitas Previdenciárias	4.240.000	-400.000	3.840.000	3.724.029	3.724.029	3.690.799	96,11
2636 Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários	5.675.000	-540.000	5.135.000	4.926.556	4.926.556	4.812.438	93,72
2910 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários	47.763.779	0	47.763.779	9.617.034	9.617.034	112.351	0,24
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	7.158.163	-800.000	6.358.163	6.223.742	6.223.742	5.873.803	92,38

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: UO: Setor: Função: Subfunção: Programa: ProjAtiv: Subtítulo: Fonte: 153 Gnd: Localidade: UF: Elemento:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:46:03 Pág. 3 de 9

C:\Documents and Settings\francisco primo\Desktop\dl1.mdb - 119 RdDespesas por Órgão\ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

COFINS

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
5092 Implantação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade-SABI	800.000	-80.000	720.000	223.657	223.657	223.541	31,05
5509 Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	32.200.000	-23.360.000	8.840.000	7.309.621	7.309.621	888.056	10,05
6541 Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Previdência Social - GPS e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP	25.206.250	0	25.206.250	0	0	0	*
Total do Órgão:	24.065.745.278	3.504.166.209	27.569.911.487	27.419.233.030	27.419.233.030	27.154.092.885	98,49
34000 M. Público da União							
0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões	122.083.029	0	122.083.029	122.083.029	122.083.029	122.083.029	100,00
Total do Órgão:	122.083.029	0	122.083.029	122.083.029	122.083.029	122.083.029	100,00
35000 M. Relações Exteriores							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	39.668.753	0	39.668.753	39.668.753	39.668.753	39.668.753	100,00
Total do Órgão:	39.668.753	0	39.668.753	39.668.753	39.668.753	39.668.753	100,00
36000 M. da Saúde							
0005 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	262.992	-8.488	254.504	254.504	254.504	254.504	100,00
0022 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	45.651.207	-28.740.000	16.911.207	16.911.207	16.911.207	16.370.422	96,80
002L Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 30.000 habitantes	73.849.423	-8.923.336	64.926.087	37.724.810	37.724.810	2.063.722	3,18
002M Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30.000 habitantes	52.361.804	-4.270.033	48.091.771	29.201.461	29.201.461	3.589.332	7,46
002N Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios com População acima de 250.000 habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas	14.170.276	-298.650	13.871.626	11.389.277	11.389.277	165.532	1,19
0110 Contribuição à Previdência Privada	5.270.461	0	5.270.461	5.270.461	5.270.461	5.090.798	96,59
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	2.096.022.894	0	2.096.022.894	2.090.619.502	2.090.619.502	2.090.195.081	99,72
0214 Incentivo Financeiro a Estados e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	0	1.830.800	1.830.800	1.826.757	1.826.757	0	
0283 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	13.908.905	0	13.908.905	0	0	0	
0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	254.675.235	0	254.675.235	70.703.150	70.703.150	70.702.191	27,76
0587 Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros	384.865.383	3.140.000	388.005.383	387.226.541	387.226.541	385.817.529	99,44
0589 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Pico de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família	358.091.616	0	358.091.616	357.374.371	357.374.371	354.811.029	99,08
0593 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Pico de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica	0	900.000	900.000	0	0	0	
0808 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	6.731.041	-996.208	5.734.833	4.085.200	4.085.200	384.000	6,70
0818 Apoio à Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas	2.167.013	-433.403	1.733.610	0	0	0	
0824 Apoio a Estudos e Pesquisas na Área de Transplantes	1.100.000	0	1.100.000	1.100.000	1.100.000	535.664	48,70
0832 Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	22.022.978	5.524.375	27.547.353	18.722.172	18.722.172	3.572.088	12,97
0899 Apoio a Laboratórios Públicos de Produção de Imunobiológicos	4.400.000	0	4.400.000	4.399.771	4.399.771	2.590.099	58,87
0906 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada	3.454.966.156	168.000.000	3.622.966.156	3.590.046.041	3.590.046.041	3.524.257.410	97,28
0907 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada	322.282.679	7.500.000	329.782.679	326.746.849	326.746.849	324.729.927	98,47
099A Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 e 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais	0	80.000.000	80.000.000	80.000.000	80.000.000	80.000.000	100,00
1823 Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS	0	0	0	0	0	0	*
2000 Administração da Unidade	699.142.436	0	699.142.436	697.152.193	697.152.193	692.965.373	99,12
2272 Gestão e Administração do Programa	43.952.000	-944.000	43.008.000	38.905.782	38.905.782	27.805.150	64,65
2705 Insumos para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas	0	0	0	0	0	0	
2739 Atendimento à População com Medicamentos para a Hanseníase e outras Dermatoses Relevantes	0	0	0	0	0	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:46:03 Pág. 4 de 9

C:\Documents and Settings\francisco.prado\Desktop\dtb.Lmdb - 119 RelDespesa por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

COFINS

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3071 Implantação, Modernização e Adequação de Unidades de Controle de Zoonoses e de Fatores Biológicos de Risco	0	0	0	0	0	0	0
3850 Capacitação de Profissionais em Prevenção, Controle e Assistência Oncológica	0	0	0	0	0	0	0
3851 Capacitação de Recursos Humanos em Atenção Básica - Saúde da Família	0	0	0	0	0	0	0
3859 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	0
3860 Construção e Ampliação ou Melhoria de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	0
3861 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 habitantes	30.255.040	-1.254.361	29.000.679	22.986.512	22.986.512	5.585.913	19,26
3863 Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
3870 Modernização e Adequação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco do Sistema Único de Saúde- SUS	0	0	0	0	0	0	0
3883 Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária	4.858.311	0	4.858.311	3.358.311	3.358.311	540.000	11,11
3898 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle de Câncer	0	0	0	0	0	0	0
3909 Prevenção e Vigilância para Controle do Câncer	0	0	0	0	0	0	0
3911 Implantação de Serviço Ambulatorial de Saúde Mental e Prevenção ao Uso Indevido de Alcool e Drogas	0	0	0	0	0	0	0
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	10.734.810	-226.962	10.507.848	8.515.890	8.515.890	0	0
3923 Modernização e Adequação da Rede de Serviços do Sistema Único de Saúde - REFOR SUS	0	0	0	0	0	0	0
3944 Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção, Controle e Assistência Oncológica	0	0	0	0	0	0	0
3984 Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 habitantes ou com Elevado Risco de Transmissão de Dengue	7.208.493	1.017.521	8.226.014	6.560.410	6.560.410	552.345	6,71
3992 Implantação do Sistema Nacional de Vigilância Ambiental sobre Fatores Biológicos, Físicos e Químicos Determinantes e Condicionantes de Agravos à Saúde	0	0	0	0	0	0	0
3994 Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS	0	0	0	0	0	0	0
4301 Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Domiciliar do Instituto Nacional do Câncer - INCA	0	0	0	0	0	0	0
4302 Funcionamento de Hospitais da Rede Pública Federal de Atendimento Médico Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	0	0	0	0	0	0	0
4306 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
4307 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
4313 Tratamento de Hanseníase e Outras Dermatoses	0	0	0	0	0	0	0
4314 Controle da Tuberculose e Outras Pneumopatias de Interesse Sanitário	0	0	0	0	0	0	0
4328 Prevenção e Tratamento do Câncer Cérvico-Uterino	0	0	0	0	0	0	0
4334 Ensino em Saúde e Ciência e Tecnologia na Fundação Oswaldo Cruz	0	0	0	0	0	0	0
4337 Fiscalização do Processo, do Ambiente e das Condições de Trabalho para a Proteção da Saúde do Trabalhador	0	0	0	0	0	0	0
4339 Fiscalização e Monitoramento de Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde	4.000.000	0	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	100,00
4355 Informação e Comunicação em Saúde, Ciência e Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0
4360 Pesquisas Biomédicas no Centro Nacional de Primatas	1.080.696	0	1.080.696	1.080.696	1.080.696	1.080.696	100,00
4362 Pesquisas e Inovações Tecnológicas no Centro de Pesquisa René Rachou	7.420.000	0	7.420.000	7.417.301	7.417.301	7.040.561	94,89
4363 Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Tuberculose e outras Pneumopatias no Centro de Referência Hólo Fraga	3.450.760	0	3.450.760	3.450.480	3.450.480	3.450.480	99,99
4368 Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no Sistema Único de Saúde	11.542.214	340.000	11.882.214	11.451.496	11.451.496	9.396.297	79,08
4369 Atendimento à População com Medicamentos para a Tuberculose e outras Pneumopatias de Interesse em Saúde Pública	0	0	0	0	0	0	0
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	127.700.000	14.378.000	142.078.000	140.914.979	140.914.979	112.757.660	79,36
4372 Promoção da Educação em Saúde por meio de Mobilização Comunitária	0	0	0	0	0	0	0
4374 Residência Médica no Instituto Nacional do Câncer	0	0	0	0	0	0	0

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: UO; Setor: Função; Subfunção: Programa; Proj/Ativ: Subtítulo; Fonte: 153 Gnd; Localidade: UF; Elemento:

Fonte: SIAP/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:46:03 Pág. 5 de 9

C:\Documents and Settings\francisco.primeiro\Desktop\dl1.mdb - 119 RdDespesa por Órgão/Proj/Ativ

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

COFINS

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
4378 Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira	0	0	0	0	0	0	0
4379 Serviço de Referência em Saúde e Ciência e Tecnologia da Fundação Oswaldo Cruz	0	0	0	0	0	0	0
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica	0	0	0	0	0	0	0
4383 Vacinação da População	8.000.000	0	8.000.000	7.795.767	7.795.767	5.736.143	71,70
4386 Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente no Instituto Evandro Chagas	11.357.225	0	11.357.225	10.764.196	10.764.196	10.764.196	94,78
4425 Controle de Doenças Endêmicas	0	0	0	0	0	0	0
4453 Imunobiológicos para Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	0	0	0	0	0	0	0
4458 Pesquisas Científicas da Fundação Oswaldo Cruz	0	0	0	0	0	0	0
4525 Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde	19.865.170	-3.973.034	15.892.136	0	0	0	0
4641 Publicidade de Utilidade Pública	28.000.000	-3.200.000	24.800.000	24.800.000	24.800.000	23.057.057	92,97
4705 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais	247.000.000	10.879.900	257.879.900	254.593.291	254.593.291	250.085.025	96,98
5526 Saneamento Básico para Controle de Agravos	10.677.271	-2.135.454	8.541.817	0	0	0	0
5602 Multivacinação de Crianças de 0 a 5 Anos de Idade	0	0	0	0	0	0	0
5776 Aquisição de Unidade Móvel de Saúde	0	0	0	0	0	0	0
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	0	10.725.500	10.725.500	7.518.183	7.518.183	0	0
6136 Capacitação de Gestores e Técnicos sobre Educação em Saúde voltada para Ações de Saneamento	3.192.732	-560.001	2.632.731	935.409	935.409	863.278	32,79
6143 Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas	900.000	-95.000	805.000	320.874	320.874	228.716	28,41
6145 Fomento à Produção Farmacêutica e Insumos Estratégicos	900.000	0	900.000	900.000	900.000	308.969	34,33
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	74.000.000	-1.107.000	72.893.000	71.784.669	71.784.669	71.784.669	98,48
6158 Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	1.280.000	0	1.280.000	438.102	438.102	70.702	5,52
6168 Pesquisa Clínica e Biomédica na Fundação Oswaldo Cruz	1.000.000	0	1.000.000	999.690	999.690	948.536	94,85
6201 Funcionamento do Museu da Vida e Bibliotecas	1.000.000	0	1.000.000	998.699	998.699	571.306	57,13
6217 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal	650.602.038	-6.256.000	644.346.038	639.851.560	639.851.560	619.415.026	96,13
6501 Atenção à Saúde dos Povos Indígenas	130.000.000	4.396.590	134.396.590	133.338.891	133.338.891	124.421.938	92,58
7484 Adequação da Rede de Frio de Imunobiológicos	4.200.000	-800.000	3.400.000	3.068.354	3.068.354	0	0
7652 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	21.499.774	-1.250.806	20.248.968	15.253.981	15.253.981	2.144.889	10,59
7654 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 habitantes	12.450.306	-30.000	12.420.306	9.326.214	9.326.214	1.806.851	14,55
7668 Implantação de Rede de Informações em Transplantes	2.580.000	0	2.580.000	1.500.000	1.500.000	0	0
7690 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	24.010.000	0	24.010.000	21.436.313	21.436.313	2.791.998	11,63
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON)	5.168.000	0	5.168.000	5.168.000	5.168.000	874.861	16,93
7835 Modernização e Adequação de Laboratórios Farmacêuticos Públicos	0	0	0	0	0	0	0
Total do Órgão:	9.321.827.339	243.129.950	9.564.957.289	9.190.188.315	9.190.188.315	8.846.177.960	92,49

38000 M. Trabalho e Emprego

0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	507.816.692	0	507.816.692	507.774.658	507.774.658	507.694.858	99,98
Total do Órgão:	507.816.692	0	507.816.692	507.774.658	507.774.658	507.694.858	99,98

39000 M. dos Transportes

0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	638.286.458	-3.000.000	635.286.458	634.987.879	634.987.879	631.399.431	99,39
Total do Órgão:	638.286.458	-3.000.000	635.286.458	634.987.879	634.987.879	631.399.431	99,39

41000 M. das Comunicações

0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	258.845.320	0	258.845.320	258.843.611	258.843.611	258.814.854	99,99
Total do Órgão:	258.845.320	0	258.845.320	258.843.611	258.843.611	258.814.854	99,99

42000 M. da Cultura

0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	29.282.389	2.076.020	31.358.409	31.272.839	31.272.839	31.087.808	99,14
Total do Órgão:	29.282.389	2.076.020	31.358.409	31.272.839	31.272.839	31.087.808	99,14

44000 M. do Meio Ambiente

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODAEN

Emissão: 26/8/2005 15:46:04 Pág. 6 de 9

C:\Documents and Settings\francisco.prime\Desktop\db1.mdb - 119 RelDespesas por Órgão\ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

COFINS

Acumulado até:

FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	40.161.429	7.300.000	47.461.429	47.461.429	47.461.429	47.035.744	99,10
Total do Órgão:	40.161.429	7.300.000	47.461.429	47.461.429	47.461.429	47.035.744	99,10
47000 M. do Planej.Orç.e Gestão							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	208.727.059	5.775.000	214.502.059	214.365.214	214.365.214	211.129.135	98,43
0739 Indenização a Afiados Políticos (Lei nº 10.559, de 13/11/2002)	8.626.375	0	8.626.375	8.626.375	8.626.375	8.626.375	100,00
Total do Órgão:	217.353.434	5.775.000	223.128.434	222.991.589	222.991.589	219.755.510	98,49
49000 M. do Desenvolv. Agrário							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	78.363.538	0	78.363.538	78.362.295	78.362.295	77.843.429	99,34
Total do Órgão:	78.363.538	0	78.363.538	78.362.295	78.362.295	77.843.429	99,34
51000 Ministério do Esporte							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	311.022	70.500	381.522	343.252	343.252	343.245	89,97
Total do Órgão:	311.022	70.500	381.522	343.252	343.252	343.245	89,97
52000 M. da Defesa							
0179 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas	7.832.742.072	-17.110.718	7.815.631.354	7.832.309.627	7.832.309.627	7.822.394.830	100,09
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	881.162.689	-64.275.000	816.887.689	862.455.540	862.455.540	861.502.112	105,46
0436 Indenização a Afiados Políticos - Militares (Lei 10.559, de 13/11/2002)	24.000.000	0	24.000.000	24.000.000	24.000.000	23.828.769	99,29
Total do Órgão:	8.737.904.761	-81.385.718	8.656.519.043	8.718.765.167	8.718.765.167	8.707.725.711	100,59
53000 M. Integração Nacional							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	25.668.391	3.100.000	28.768.391	28.704.720	28.704.720	28.325.935	98,46
Total do Órgão:	25.668.391	3.100.000	28.768.391	28.704.720	28.704.720	28.325.935	98,46
54000 Min. do Turismo							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	3.512.593	0	3.512.593	3.512.583	3.512.583	3.512.583	100,00
Total do Órgão:	3.512.593	0	3.512.593	3.512.583	3.512.583	3.512.583	100,00
55000 Min. Assistência Social							
0058 Capacitação e Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos como Agente de Desenvolvimento Social e Humano	0	2.000.000	2.000.000	1.960.077	1.960.077	1.798.782	89,94
0060 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	0	954.355.850	954.355.850	949.441.777	949.441.777	942.611.830	98,77
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	10.000	0	10.000	0	0	0	
0561 Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Idade	603.643.154	0	603.643.154	603.641.864	603.641.864	586.010.578	97,08
0565 Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	1.242.615.396	0	1.242.615.396	1.242.528.705	1.242.528.705	1.242.495.670	99,99
0573 Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa - LOAS	2.188.397.622	0	2.188.397.622	2.188.397.622	2.188.397.622	2.188.397.622	100,00
0575 Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência - LOAS	3.300.205.982	0	3.300.205.982	3.300.180.918	3.300.180.918	3.300.177.462	100,00
0716 Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos Pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais	71.508	0	71.508	41.933	41.933	27.457	38,40
0738 Concessão de Bolsas de Estudo no Combate à Discriminação	100.000	0	100.000	100.000	100.000	100.000	100,00
1001 Construção, Ampliação e Modernização de Creche	0	0	0	0	0	0	
1283 Instalação de Núcleos de Atendimento Integral à Família	0	0	0	0	0	0	
1394 Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Idosa	0	200.000	200.000	0	0	0	
1426 Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	134.830	0	134.830	0	0	0	
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	10.244.899	0	10.244.899	3.251.865	3.251.865	0	
2000 Administração da Unidade	30.822.585	4.257.076	35.079.661	34.572.996	34.572.996	30.621.968	87,29
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	261.360	-185.800	75.560	15.682	15.682	0	
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	222.300	-206.814	15.486	13.642	13.642	13.292	85,83
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	395.374	-259.800	135.574	66.970	66.970	53.287	39,30
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	335.573	-17.941	317.632	287.144	287.144	286.766	90,28

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:46:04 Pág. 7 de 9

C:\Documents and Settings\francisco.prime\Desktop\dlb1.mdb - 119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até:

FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2272 Gestão e Administração do Programa	2.506.672	200.000	2.706.672	1.776.438	1.776.438	1.089.656	40,26
2293 Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0	0	0	0	0	0	
2296 Capacitação de Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0	0	0	0	0	0	
2556 Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência	0	40.395.784	40.395.784	36.417.066	36.417.066	19.262.763	47,69
2558 Serviços de Proteção Socioassistencial à Juventude	0	801.585	801.585	475.881	475.881	63.643	7,94
2559 Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa	0	0	0	0	0	0	
2561 Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa Portadora de Deficiência	0	7.201.467	7.201.467	6.653.371	6.653.371	1.792.281	24,89
2569 Concessão de Bolsa Criança-Cidadã	0	0	0	0	0	0	
2573 Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia por Idade	5.568.231	0	5.568.231	5.568.231	5.568.231	973.095	17,48
2574 Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	9.056.419	0	9.056.419	9.056.419	9.056.419	2.028.851	22,40
2583 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia por Idade	4.452.448	0	4.452.448	4.452.448	4.452.448	4.212.272	94,61
2584 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	11.471.852	0	11.471.852	11.471.852	11.471.852	5.664.325	49,38
2589 Serviços de Concessão e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	3.685.064	2.500.000	6.185.064	4.996.621	4.996.621	903.909	14,61
2590 Serviços de Concessão e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência	10.092.977	2.500.000	12.592.977	11.567.396	11.567.396	5.892.074	46,79
2776 Credenciamento dos Restaurantes participantes da Rede Solidária de Restaurantes Populares	0	914.650	914.650	914.650	914.650	914.650	100,00
2782 Capacitação para Operacionalização e Gestão de Restaurantes Populares	0	489.900	489.900	489.900	489.900	489.900	100,00
2784 Capacitação em Educação Alimentar, Nutricional e para o Consumo	0	4.753.821	4.753.821	4.751.821	4.751.821	4.403.280	92,63
2790 Concessão de Prêmios para Projetos Locais de Educação Alimentar e para o Consumo	0	185.000	185.000	185.000	185.000	180.000	97,30
2794 Capacitação para Operacionalização e Gestão de Bancos de Alimentos e Cozinha Urbana	0	316.400	316.400	316.400	316.400	316.400	100,00
2796 Fomento ao Desenvolvimento de Tecnologias para a Redução do Desperdício de Alimentos no Mercado Atacadista, Varejista e no Consumo	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	100,00
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	250.000	-75.000	175.000	72.841	72.841	62.535	35,73
4589 Formulação de Políticas na Área de Assistência Social	250.000	0	250.000	223.756	223.756	223.756	89,50
4641 Publicidade de Utilidade Pública	1.062.000	8.207.399	9.269.399	9.007.960	9.007.960	4.420.786	47,69
4835 Capacitação dos Gestores Locais para Implementação do Fome Zero	0	3.435.500	3.435.500	3.435.500	3.435.500	3.356.449	97,70
4907 Ouvidoria da Assistência Social	2.000.000	-1.900.000	100.000	99.588	99.588	0	
4915 Funcionamento dos Núcleos de Atendimento Integral à Família	531.729	-327.803	203.926	194.784	194.784	10.800	5,30
4916 Capacitação de Técnicos e Gestores para Implementação do Atendimento Integral à Família	3.000.000	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	100,00
4923 Avaliação de Políticas Sociais do Governo	4.000.000	-400.000	3.600.000	3.600.000	3.600.000	3.600.000	100,00
4924 Capacitação de Técnicos e Gestores Estaduais e Municipais em Políticas Sociais	2.000.000	-200.000	1.800.000	1.788.781	1.788.781	1.788.781	99,38
4964 Capacitação de Técnicos e Gestores de Assistência Social para o Trabalho de Prevenção à Violência e Redução de Danos às Famílias e Comunidades	2.000.000	0	2.000.000	1.928.417	1.928.417	1.928.417	96,42
5098 Implantação do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	0	2.670.420	2.670.420	2.130.698	2.130.698	1.869.886	70,02
5100 Instalação de Comitês Gestores do Cartão-Alimentação	0	1.000.000	1.000.000	977.984	977.984	575.481	57,55
5102 Implantação de Comitês Gestores Locais (Lixo & Cidadania)	0	1.291.580	1.291.580	1.291.580	1.291.580	1.291.580	100,00
5398 Funcionamento de Centros Públicos de Atendimento à Juventude	0	0	0	0	0	0	
5565 Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	0	0	0	0	0	0	
6082 Fomento a Pesquisas e Estudos relacionados à Violência Social	285.000	0	285.000	0	0	0	
6388 Avaliação dos Programas e Ações do Ministério da Assistência Social	2.000.000	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	100,00
6419 Capacitação para o Trabalho Voluntário	1.000.000	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	100,00
6444 Educação Cidadã e Mobilização Social	0	4.118.651	4.118.651	2.516.927	2.516.927	2.516.927	61,11
6470 Funcionamento dos Conselhos de Gestão Compartilhada da Assistência Social	598.708	0	598.708	513.978	513.978	329.215	54,99
6524 Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda	0	4.600.000	4.600.000	0	0	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:46:04 Pág. 8 de 9

C:\Documents and Settings\basico.primo\Desktop\db1.mdb - 119 RdDespesa por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO

COFINS

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
7972 Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes	5.474.721	300.000	5.774.721	3.855.886	3.855.886		0
Total do Órgão:	7.448.746.404	1.044.121.925	8.492.868.329	8.462.233.370	8.462.233.370	8.369.756.426	98,55
73000 Transf. Estados, DF e Munic.							
0053 Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios	375.225.102	8.499.480	383.724.582	380.094.015	380.094.015	375.505.775	97,86
Total do Órgão:	375.225.102	8.499.480	383.724.582	380.094.015	380.094.015	375.505.775	97,86
Total Geral	58.194.369.565	4.515.026.338	62.709.395.903	62.206.541.849	62.206.541.849	61.471.987.915	98,03

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:46:04 Pág. 9 de 9

C:\Documents and Settings\francisco.primo\Desktop\dtb1.Lnd - 119 RdDespesa por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004
Fonte 155: CPMF

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
33000 Min. Previdência Social							
001Q Pagamento de Aposentadorias - Área Rural	0	773.751.495	773.751.495	773.751.495	773.751.495	589.168.448	76,14
001P Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural	0	25.551.609	25.551.609	25.551.609	25.551.609	25.551.609	100,00
001Q Pagamento de Pensões - Área Rural	0	278.001.690	278.001.690	278.001.690	278.001.690	278.001.690	100,00
001R Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural	0	5.126.554	5.126.554	5.126.554	5.126.554	5.126.554	100,00
0117 Pagamento de Salário-Família	0	1.028.016	1.028.016	1.028.016	1.028.016	1.028.016	100,00
0132 Pagamento de Aposentadorias	209.990	2.782.281.917	2.782.491.907	2.782.491.907	2.782.491.907	2.782.491.907	100,00
0133 Pagamento de Aposentadorias Especiais	0	172.347.903	172.347.903	172.347.903	172.347.903	172.347.903	100,00
0134 Pagamento de Pensões	0	557.604.672	557.604.672	557.604.672	557.604.672	557.604.672	100,00
0136 Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão	0	894.009.806	894.009.806	894.009.806	894.009.806	894.009.806	100,00
0137 Pagamento de Abono de Permanência em Serviço	0	766.503	766.503	766.503	766.503	0	0
0141 Pagamento de Salário-Maternidade	0	0	0	0	0	0	0
Total do Órgão:	209.990	5.490.470.165	5.490.680.155	5.490.680.155	5.490.680.155	5.305.330.605	96,62
36000 M. da Saúde							
0214 Incentivo Financeiro a Estados e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	0	1.900.000	1.900.000	1.717.541	1.717.541	118.421	6,23
0587 Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros	0	821.282.992	821.282.992	818.588.341	818.588.341	817.022.854	99,48
0589 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Plano de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família	0	583.112.160	583.112.160	582.796.710	582.796.710	579.504.783	99,38
0593 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Plano de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica	0	95.864.103	95.864.103	92.017.998	92.017.998	89.927.482	93,81
0806 Apoio a Estudos e Pesquisas sobre Alimentação e Nutrição, com Ênfase na Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	262.642	0	262.642	180.000	180.000	70.000	26,65
0818 Apoio à Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas	175.094	-35.018	140.076	0	0	0	0
0829 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças	0	328.504.848	328.504.848	318.698.102	318.698.102	295.258.325	89,88
0832 Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	0	18.018	18.018	0	0	0	0
0852 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios com População acima de 50 mil habitantes Insuídos na Pactuação das Ações de Média e Alta Complexidade em Vigilância Sanitária	0	18.800.000	18.800.000	18.660.379	18.660.379	15.992.325	85,07
0906 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada	0	6.248.259.680	6.248.259.680	6.235.363.567	6.235.363.567	6.184.872.825	98,99
0907 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada	0	688.884.033	688.884.033	673.043.644	673.043.644	658.729.772	95,62
0990 Incentivo Financeiro aos Municípios e ao Distrito Federal Habilitados à Parte Variável do Plano de Atenção Básica para Ações de Vigilância Sanitária	0	26.900.000	26.900.000	26.404.626	26.404.626	24.068.074	89,47
099A Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 e 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais	0	666.000.000	666.000.000	604.795.975	604.795.975	604.795.975	90,81
1823 Implantação, Aquecimento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS	0	0	0	0	0	0	0
2729 Formação Continuada de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
3881 Qualificação Profissional dos Trabalhadores de Enfermagem Empregados em Estabelecimentos de Saúde	0	0	0	0	0	0	0
3911 Implantação de Serviço Ambulatorial de Saúde Mental e Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e Drogas	0	0	0	0	0	0	0
4301 Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e Domiciliar do Instituto Nacional do Câncer - INCA	0	0	0	0	0	0	0
4302 Funcionamento de Hospitais da Rede Pública Federal de Atendimento Médico Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	0	0	0	0	0	0	0
4306 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
4307 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde - SUS	0	0	0	0	0	0	0
4368 Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no Sistema Único de Saúde	0	168.005.000	168.005.000	148.280.677	148.280.677	48.639.030	28,95
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	0	290.300.590	290.300.590	288.335.939	288.335.939	266.883.329	91,93

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 155 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	------------	-----------------	----------------------	----------------------	-----------------	-----------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:38:44 Pág. 1 de 2

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO

CPMF

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
4388 Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS	0	35.425.000	35.425.000	14.444.877	14.444.877	10.860.781	30,66
4525 Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde	0	0	0	0	0	0	
4705 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais	0	316.380.900	316.380.900	301.559.705	301.559.705	289.676.027	91,56
5776 Aquisição de Unidade Móvel de Saúde	0	0	0	0	0	0	
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	0	222.000.000	222.000.000	221.775.668	221.775.668	205.857.220	92,73
6142 Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias	0	104.000.000	104.000.000	103.839.897	103.839.897	60.394.125	58,07
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	0	123.893.000	123.893.000	122.784.668	122.784.668	121.062.016	97,71
6217 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal	0	168.745.230	168.745.230	168.464.032	168.464.032	156.301.066	92,63
Total do Órgão:	437.736	10.908.240.536	10.908.678.272	10.741.752.344	10.741.752.344	10.430.034.430	95,61
Total Geral	647.726	16.398.710.701	16.399.358.427	16.232.432.499	16.232.432.499	15.735.365.035	95,95

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 155 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:38:44 Pág. 2 de 2

COMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO

Fonte 155: CPMF

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
20000 Presidência da República							
001X Apoio à Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias	187.078.846	-187.078.846	0	0	0	0	
006O Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	3.454.129.417	-3.454.129.417	0	0	0	0	0,00
0558 Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos	4.311.700	-4.311.700	0	0	0	0	
0883 Apoio ao Fornecimento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita (Balcões de Direitos)	760.000	0	760.000	760.000	760.000	707.253	93,06
0987 Apoio à Instalação de Restaurantes Populares Públicos e de Pequenas Unidades de Produção e Comercialização de Refeições	4.716.400	-4.716.400	0	0	0	0	
0989 Apoio à Produção de Alimentos para o Autoconsumo	5.350.000	-5.350.000	0	0	0	0	
2065 Combate à Fome com Ações Voltadas para a Compra da Produção de Alimentos de Agricultores Familiares	0	0	0	0	0	0	
2272 Gestão e Administração do Programa	4.600.000	-4.600.000	0	0	0	0	
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Popacionais Específicos	8.342.556	-8.342.556	0	0	0	0	
2798 Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar	140.000.000	-140.000.000	0	0	0	0	
2802 Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	9.940.000	-9.940.000	0	0	0	0	
4592 Formação de Condições de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local	7.013.750	-7.013.750	0	0	0	0	#Divi0!
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda - Cadastro Único	6.000.000	-6.000.000	0	0	0	0	
6524 Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda	217.423.951	-217.423.951	0	0	0	0	
Total do Órgão:	4.049.666.620	-4.048.906.620	760.000	760.000	760.000	707.253	93,06
26000 M. da Educação							
001S Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social	4.800.000	0	4.800.000	4.680.000	4.680.000	4.138.779	86,22
0513 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	685.664.186	0	685.664.186	685.069.638	685.069.638	685.056.688	99,91
1327 Expansão e Melhoria da Rede Escolar Estadual do Ensino Médio	0	0	0	0	0	0	
3099 Veículos para Transporte Escolar	0	0	0	0	0	0	
3842 Alfabetização de Jovens e Adultos - Incentivo da União para os alfabetizadores	0	0	0	0	0	0	
3844 Capacitação de Alfabetizadores	0	0	0	0	0	0	
4042 Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica	17.000.000	-13.000.000	4.000.000	3.670.591	3.670.591	3.670.591	91,76
4401 Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios Concedidos pelo Bolsa-Escola	0	0	0	0	0	0	
4411 Gerenciamento das Políticas de Inclusão Educacional	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	707.464.186	-13.000.000	694.464.186	693.420.230	693.420.230	692.866.059	99,77
30000 M. da Justiça							
1818 Recuperação Ambiental em Terras Indígenas	0	0	0	0	0	0	
2235 Demarcação e Aviventação de Terras Indígenas	0	0	0	0	0	0	
2384 Atendimento Emergencial aos Povos Indígenas	8.000.000	0	8.000.000	7.286.370	7.286.370	6.511.039	81,39
2386 Atendimento aos Adolescentes e Jovens Indígenas em Situação de Risco Social	950.000	0	950.000	773.149	773.149	548.624	57,75
2516 Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para o Desenvolvimento de Atividades Auto-Sustentáveis em Terras Indígenas	460.000	0	460.000	407.441	407.441	315.269	68,54
2699 Garantia dos Direitos e Afirmação dos Povos Indígenas	0	0	0	0	0	0	
2707 Fiscalização de Terras Indígenas	0	0	0	0	0	0	
2711 Fomento às Atividades Produtivas em Áreas Indígenas	0	0	0	0	0	0	
2713 Comunidade Escolar nas Aldeias	0	0	0	0	0	0	
2714 Funcionamento de Casas de Estudantes Indígenas	0	0	0	0	0	0	
2715 Funcionamento de Postos Indígenas	0	0	0	0	0	0	
3810 Capacitação de Professores das Escolas Indígenas	0	0	0	0	0	0	
4276 Identificação e Revisão de Terras Indígenas	0	0	0	0	0	0	
4390 Regularização Fundiária de Terras Indígenas	0	0	0	0	0	0	
4524 Proteção de População Indígena Isolada e de Recente Contato	0	0	0	0	0	0	
6057 Funcionamento do Centro Especial de Assistência ao Índio	0	0	0	0	0	0	
6059 Assistência a Estudantes Indígenas fora de suas Aldeias	0	0	0	0	0	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 179 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:44:39 Pág. 1 de 4

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Acumulado até: FECHADO

Fonte 155: CPMF

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
7313 Adequação da Infra-estrutura dos Postos Indígenas	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	9.410.000	0	9.410.000	8.466.960	8.466.960	7.374.932	78,37
32000 M. de Minas e Energia							
1379 Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional (PRODEEM)	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:		0	0	0	0	0	#Núm!
33000 Min. Previdência Social							
1283 Instalação de Núcleo de Atendimento Integral à Família	0	0	0	0	0	0	
2060 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada	0	0	0	0	0	0	
2293 Concessão de Bolsas para Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0	0	0	0	0	0	
2295 Capacitação de Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0	0	0	0	0	0	
2556 Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência	0	0	0	0	0	0	
2559 Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa	0	0	0	0	0	0	
2561 Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa Portadora de Deficiência	0	0	0	0	0	0	
2569 Concessão da Bolsa Criança-Cidadã	0	0	0	0	0	0	
6537 Geração de Ocupações Produtivas para Famílias de Crianças atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:		0	0	0	0	0	#Núm!
36000 M. da Saúde							
3859 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	
3860 Construção e Ampliação ou Melhoria de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	
3861 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 habitantes	0	0	0	0	0	0	
5528 Saneamento Básico para Controle de Agravos	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:		0	0	0	0	0	#Núm!
38000 M. Trabalho e Emprego							
0980 Apoio à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária	1.531.198	0	1.531.198	1.522.294	1.522.294	1.415.228	92,43
4737 Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária	3.566.250	0	3.566.250	3.565.655	3.565.655	3.315.110	92,96
4787 Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário	30.858.914	1.617.873	32.476.787	29.062.118	29.062.118	17.095.627	52,64
4788 Concessão de Auxílio-Financeiro a Jovens Habilitados ao Primeiro Emprego Inseridos no Serviço Voluntário	11.243.264	0	11.243.264	10.706.400	10.706.400	5.952.906	52,95
4789 Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo	16.178.736	-1.617.873	14.560.863	3.008.867	3.008.867	3.008.867	20,66
Total do Órgão:	63.378.362	0	63.378.362	47.865.334	47.865.334	30.787.738	48,58
49000 M. do Desenvol. Agrário							
0359 Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 2003)	28.500.000	0	28.500.000	28.500.000	28.500.000	27.609.221	96,87
0620 Apoio a Projetos Municipais de Infra-Estrutura e Serviços em Agricultura Familiar	80.000.000	0	80.000.000	78.025.968	78.025.968	7.821.421	9,78
1086 Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais	0	0	0	0	0	0	
2178 Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas	480.000	0	480.000	480.000	480.000	94.820	19,75
4260 Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares	36.520.000	0	36.520.000	34.998.635	34.998.635	20.764.836	56,86
4266 Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	1.000.000	0	1.000.000	400.000	400.000	250.000	25,00
4448 Capacitação de Agricultores Familiares	10.000.000	0	10.000.000	9.947.722	9.947.722	2.200.859	22,01
4480 Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	36.000.000	0	36.000.000	35.818.824	35.818.824	33.886.632	94,13
4474 Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária	30.000.000	0	30.000.000	26.248.885	26.248.885	21.202.527	70,68
5158 Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	7.866.000	0	7.866.000	7.406.897	7.406.897	6.088.594	77,40
5811 Obtenção de Terras	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	230.366.000	0	230.366.000	221.826.931	221.826.931	119.918.910	52,06

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	Proj/Ativ: Subtítulo:	Fonte: 179 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	--------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:44:39 Pág. 2 de 4

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Fonte 155: CPMF

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
53000 M. Integração Nacional							
104E Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escola Pública	1.149.315	0	1.149.315	0	0	0	
1060 Apoio ao Desenvolvimento Rural	0	0	0	0	0	0	
1279 Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escolas Públicas	0	0	0	0	0	0	
4580 Ações Emergenciais de Defesa Civil	0	0	0	0	0	0	
Total do Órgão:	1.149.315	0	1.149.315	0	0	0	0,00
55000 Min. Assistência Social							
001X Apoio à Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias	0	143.584.936	143.584.936	141.673.678	141.613.730	129.867.544	90,45
005B Capacitação e Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos como Agentes de Desenvolvimento Social e Humano	3.000.000	3.208.622	6.208.622	5.922.793	5.922.793	5.263.125	84,77
006O Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	0	3.471.729.417	3.471.729.417	3.471.721.053	3.471.721.053	3.453.377.005	99,47
0558 Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos	0	4.311.700	4.311.700	4.233.078	4.233.078	2.882.769	66,86
0687 Apoio à Instalação de Restaurantes Populares Públicos e de Pequenas Unidades de Produção e Comercialização de Refeições	0	20.116.400	20.116.400	19.716.400	19.716.400	17.110.917	85,06
0689 Apoio à Produção de Alimentos para o Autoconsumo	0	5.350.000	5.350.000	5.350.000	5.350.000	4.389.406	82,04
1283 Instalação de Núcleo de Atendimento Integral à Família	0	0	0	0	0	0	
1394 Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Idosa	233.000	-203.850	29.150	0	0	0	
1426 Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	316.800	-283.460	33.340	33.340	33.340	0	
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	1.313.007	500.000	1.813.007	0	0	0	
2060 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada	88.176.669	29.587.106	117.763.775	117.035.275	117.035.275	111.295.811	94,51
2272 Gestão e Administração do Programa	0	4.600.000	4.600.000	4.307.612	4.307.612	4.307.612	93,64
2293 Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0	0	0	0	0	0	
2295 Capacitação de Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	0	0	0	0	0	0	
2383 Serviço de Proteção Socioassistencial às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual	24.848.592	1.396.272	26.244.864	26.240.072	26.240.072	24.340.021	92,74
2558 Serviço de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência	211.689.212	1.340.602	213.029.814	211.614.168	211.614.168	208.426.970	97,84
2558 Serviço de Proteção Socioassistencial à Juventude	9.299.583	-11.988	9.287.595	9.282.783	9.282.783	8.685.945	93,52
2559 Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa	32.747.041	627.063	33.374.104	33.032.780	33.032.780	31.356.072	93,95
2561 Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Portadora de Deficiência	70.516.633	223.800	70.740.433	70.440.432	70.440.432	67.965.415	96,08
2569 Concessão da Bolsa Criança-Cidadã	0	0	0	0	0	0	
2782 Distribuição de Alimentos a Grupos Popacionais Específicos	0	8.342.556	8.342.556	8.130.676	8.130.676	7.182.323	86,09
2798 Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar	0	170.000.000	170.000.000	169.611.635	169.611.635	168.981.776	99,40
2802 Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	0	9.940.000	9.940.000	9.207.898	9.207.898	8.916.158	89,70
4441 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do Programa Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude	0	0	0	0	0	0	
4443 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0	0	0	0	0	0	
4447 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0	0	0	0	0	0	
4449 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios do Programa Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude	0	0	0	0	0	0	
4592 Formação de Consórcios de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local	0	347.660	347.660	343.506	343.506	300.639	86,47
4815 Funcionamento dos Núcleos de Atendimento Integral à Família	53.826.751	-13.752.197	40.074.554	40.035.494	40.035.494	33.934.409	84,68
4831 Atendimento às Comunidades Quilombolas	1.460.800	-308.800	1.152.000	1.152.000	1.152.000	1.143.000	99,22
4963 Promoção da Inclusão Produtiva	15.341.553	0	15.341.553	13.083.149	13.083.149	4.089.257	26,65
5398 Funcionamento de Centros Públicos de Atendimento à Juventude	0	0	0	0	0	0	
5565 Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	4.000.000	0	4.000.000	709.064	709.064	0	
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda - Cadastro Único	0	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	100,00
6423 Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Adulta em Situação de Vulnerabilidade	806.400	-724.080	82.320	82.320	82.320	0	
6475 Funcionamento de Centros Públicos de Atendimento à Juventude	400.000	0	400.000	237.600	237.600	0	

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 179 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 26/8/2005 15:44:39 Pág. 3 de 4

C:\Documents and Settings\francisco.primeiro\Desktop\dtb1.mdb - 119 RdDespesa por Órgão\ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2004

Fonte 155: CPMF

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
6524 Serviços de Concessão, Manutenção e Cassação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda	0	195.823.951	195.823.951	171.102.404	171.102.404	147.546.889	75,35
6537 Geração de Ocupações Produtivas para Famílias de Crianças atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0	0	0	0	0	0	0
7954 Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento ao Adulto em Situação de Vulnerabilidade	250.000	-220.000	30.000	0	0	0	0
7972 Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes	312.200	20.910	333.110	33.000	33.000	0	0
Total do Órgão:	518.538.241	4.061.546.620	4.580.084.861	4.540.332.210	4.540.272.262	4.447.363.062	97,10
56000 Min. das Cidades							
0672 Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários	2.700.000	0	2.700.000	2.700.000	2.700.000	307.931	11,40
0684 Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas	5.000.000	0	5.000.000	4.976.815	4.976.815	41.080	0,82
0634 Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	850.000	0	850.000	650.174	650.174	194.544	22,89
0644 Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitat-Brasil)	12.656.051	0	12.656.051	12.309.051	12.309.051	7.773.366	61,42
0648 Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PATIPROSANEAR)	825.000	0	825.000	447.281	447.281	151.167	18,32
0648 Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda	850.000	0	850.000	550.246	550.246	79.358	9,34
3852 Melhoria das Condições de Habitabilidade - Conclusão de Obras	0	0	0	0	0	0	0
3854 Implantação de Serviços de Saneamento Básico - Conclusão de Obras	0	0	0	0	0	0	0
3958 Melhoria das Condições de Habitabilidade	0	0	0	0	0	0	0
3979 Melhoria das Condições Habitacionais, de Infra-estrutura e de Saneamento Básico (HABITAR-BRASIL/SID)	0	0	0	0	0	0	0
Total do Órgão:	22.881.051	0	22.881.051	21.633.568	21.633.568	8.547.446	37,36
Total Geral	5.602.853.775	-360.000	5.602.493.775	5.534.305.233	5.534.245.285	5.307.565.399	94,74

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 179 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
Fonte: SIAFI/STN	Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN	Emissão: 26/8/2005 15:44:40	Pág. 4 de 4				

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: FECHADO

Fonte 151: CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
33 M. da Previdência Social							
001O Pagamento de Aposentadorias - Área Rural	0	327.959.753	327.959.753	327.959.753	327.959.753	327.959.753	100,00
001P Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural	0	11.489.593	11.489.593	11.489.593	11.489.593	11.489.593	100,00
001Q Pagamento de Pensões - Área Rural	0	321.049.320	321.049.320	321.049.320	321.049.320	321.049.320	100,00
0132 Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana	150.000.000	111.493.809	261.493.809	261.493.809	261.493.809	234.648.892	89,73
0134 Pagamento de Pensões - Área Urbana	0	417.913.400	417.913.400	417.913.400	417.913.400	417.913.400	100,00
0625 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Juizado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	0	46.844	46.844	46.844	46.844	46.844	100,00
2000 Administração da Unidade	77.718.088	0	77.718.088	67.825.072	67.825.072	57.107.346	73,48
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	2.736.000	0	2.736.000	1.992.823	1.992.823	1.953.414	71,40
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	176.000	0	176.000	98.470	98.470	98.470	55,95
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	1.279.000	0	1.279.000	1.122.304	1.122.304	1.122.304	87,75
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	2.000.000	0	2.000.000	1.489.667	1.489.667	1.489.667	74,48
2272 Gestão e Administração do Programa	30.029.900	-9.419.263	20.610.637	17.816.365	17.816.365	14.347.025	69,61
2282 Formação de Diseminadores Externos das Informações Previdenciárias	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2284 Promoção de Ações de Conscientização e Informação	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2286 Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2288 Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica	2.587.199	0	2.587.199	2.384.348	2.385.248	2.373.729	91,75
2304 Estudos e Pesquisas no Âmbito do Regime Geral de Previdência Social	769.500	-200.000	569.500	206.703	206.703	111.501	19,58
2308 Gestão de Informações sobre Políticas de Previdência Social	500.000	0	500.000	0	0	0	0,00
2581 Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2578 Serviço de Perícia Médica	0	7.539.323	7.539.323	1.786.348	1.786.348	1.786.348	23,69
2591 Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2593 Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	13.495.900	3.079.940	16.575.840	16.533.463	16.533.463	11.694.226	70,55
3874 Instalação de Projeções Subnacionais do Conselho Nacional de Previdência Social	273.000	0	273.000	205.346	205.346	205.346	75,22
3896 Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social	171.595	0	171.595	0	0	0	0,00
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	5.568.813	0	5.568.813	3.601.495	3.601.495	3.410.326	61,24
4593 Formulação das Políticas de Previdência	2.618.500	-1.000.000	1.618.500	1.412.140	1.412.140	676.475	41,80
4641 Publicidade de Utilidade Pública	4.700.000	0	4.700.000	4.700.000	4.700.000	4.700.000	100,00
5645 Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV	0	0	0	0	0	0	#Núm!
Total do Órgão:	294.623.495	1.189.952.719	1.484.576.214	1.461.127.264	1.461.128.164	1.414.183.980	95,26

36 M. da Saúde							
0005 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Juizado (Procatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	97.388.290	-1.616.751	95.771.539	95.584.576	95.584.576	94.838.429	99,03
0022 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Juizado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	41.856.907	-22.800.000	19.056.907	17.704.716	17.704.716	16.888.142	88,62
002F Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	116.853	0	116.853	116.820	116.820	116.820	99,97
002K Apoio para o Desenvolvimento Institucional de Operadores Públicos de Saneamento Ambiental em Municípios com População Superior a 30.000 Habitantes	12.000.000	-6.804.650	5.195.350	0	0	0	0,00
002L Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças	63.547.545	3.702.180	67.249.725	61.044.824	61.044.824	0	0,00
002M Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças	37.332.190	1.728.000	39.060.190	36.701.590	36.701.590	0	0,00
002N Apoio à Implantação, Ampliação, Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios com População acima de 250 mil Habitantes ou em Regiões Metropolitanas	23.498.800	691.670	24.190.470	22.598.226	22.598.226	91.297	0,38
003G Apoio ao Monitoramento da Situação Nutricional da População Brasileira	0	0	0	0	0	0	#Núm!
003I Apoio a Projetos de Melhoria da Gestão e Humanização dos Serviços de Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
003P Apoio ao Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0110 Contribuição à Previdência Privada	6.508.775	0	6.508.775	6.097.495	6.097.495	6.097.495	93,68

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN Emissão: 9/4/2006 00:49:39 Pág. 1 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Fonte 151: CSLL

Acumulado até:

FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	12.419.215	12.419.215	9.308.173	9.308.173	9.308.173	74,95
0214 Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	64.775.900	0	64.775.900	64.605.438	64.605.438	57.557.141	88,86
0218 Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS	36.000.000	-6.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	100,00
0219 Contribuição ao Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME	900.000	0	900.000	900.000	900.000	900.000	100,00
0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC	64.000	0	64.000	42.193	42.193	42.193	65,93
0221 Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS	26.400.000	-4.400.000	22.000.000	22.000.000	22.000.000	22.000.000	100,00
0589 Incentivo Financeiro a Municípios habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família	670.142.145	4.663.175	674.805.320	674.805.320	674.805.320	672.322.337	99,63
0593 Incentivo Financeiro a Municípios habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica	86.760.000	-14.500.000	72.260.000	71.648.136	71.648.136	67.205.821	93,01
0716 Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais	2.062.607	0	2.062.607	1.028.389	1.028.389	1.027.502	49,82
0798 Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano	8.096.300	0	8.096.300	7.144.791	7.144.791	2.991.992	36,96
0800 Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 30.000 Habitantes	3.961.200	-649.000	3.312.200	2.044.594	2.044.594	949.723	28,67
0802 Apoio a Estudos e Pesquisas no Âmbito das Populações Indígenas	623.400	0	623.400	0	0	0	0,00
0804 Apoio à Estruturação dos Serviços de Assistência Farmacêutica na Rede Pública	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0808 Apoio a Estudos e Pesquisas sobre Alimentação e Nutrição, com Ênfase na Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	3.781.000	0	3.781.000	3.629.723	3.629.723	112.260	2,97
0808 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0810 Apoio à Gestão Descentralizada da Atenção Básica nos Municípios	10.644.000	0	10.644.000	10.644.000	10.644.000	9.312.000	87,49
0814 Apoio à Prevenção e Detecção Precoce das Doenças Crônico-Degenerativas	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0816 Apoio a Centros Colaboradores para a Atenção à Saúde das Pessoas em Situações de Violências e outras Causas Externas	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0818 Apoio à Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas	44.191.680	0	44.191.680	36.325.058	36.325.058	3.885.703	8,79
0820 Apoio a Estudos e Pesquisas sobre Acidentes e Violências	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0829 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças	294.618.100	-6.935.383	287.682.717	283.588.346	283.588.346	279.501.189	97,16
0830 Apoio a Pesquisas na Área de Atenção Especializada	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0832 Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0838 Apoio a Unidades e Serviços de Reabilitação	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0839 Apoio a Estudos e Pesquisas sobre a Saúde de Grupos Populacionais Estratégicos e em Situações Especiais de Agravo	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0841 Apoio à Constituição de Equipes para Melhoria do Ambiente e Redução de Riscos no Trabalho	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0843 Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta pra Casa)	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0844 Apoio a Serviços Extra-Hospitalares para Transtornos de Saúde Mental e decorrentes do Uso de Alcool e outras Drogas	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0847 Apoio à Capacitação de Formuladores de Políticas em Áreas Técnicas Específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0849 Apoio à Mudança na Graduação e Pós-Graduação na Área da Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0850 Formação de Recursos Humanos em Educação Profissional e Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0852 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Médio e Alto Risco Sanitário Inseridas na Programação Pactuada de Vigilância Sanitária	14.500.000	-3.646.000	10.854.000	10.448.784	10.448.784	9.662.233	89,02
0893 Apoio à implantação, Modernização e Adequação de Unidades de Controle de Zoonoses e Doenças de Transmissão Veterinária	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0899 Apoio a Laboratórios Públicos de Produção de Imunobiológicos	5.674.410	0	5.674.410	5.674.410	5.674.410	1.506.671	26,55
0906 Atenção à Saúde da População nos Municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados habilitados em Gestão Plena/Avançada	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0907 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0908 Apoio ao Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0990 Incentivo Financeiro aos Municípios e ao Distrito Federal Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica para Ações de Vigilância Sanitária	15.567.000	-2.810.000	12.757.000	11.246.666	11.246.666	11.138.519	87,31
099A Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 e 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais (Lei nº 10.836, de 2004)	185.966.000	0	185.966.000	182.393.000	182.393.000	182.393.000	98,08
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	598.732.441	-2.500.000	596.232.441	0	0	0	0,00
09LP Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMORAS	0	6.640.000	6.640.000	6.640.000	6.640.000	6.640.000	100,00

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Subfunção:
Programa:ProjAtiv:
Subtítulo:Fonte: 151
Gnd:Localidade:
UF:

Elemento:

Fonte: SIAFISTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:49:39 Pág. 2 de 7

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\ORÇAMENTO\PREVIDENCIA\TESE\EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2005.mdb - 119 RdlDespesa por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: FECHADO

Fonte 151: CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
0827 Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos Pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais (Crédito Extraordinário)	0	260.000	260.000	260.000	260.000	260.000	100,00
0828 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família - (Crédito Extraordinário)	0	190.751.133	190.751.133	181.378.802	181.378.802	176.827.152	92,70
0829 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica (Crédito Extraordinário)	0	370.000	370.000	0	0	0	0,00
106T Implantação de Rede Nacional de Apoio para a Gestão Descentralizada do Sistema Único de Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
11KO Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes ou com Risco de Transmissão de Dengue	5.451.600	-153.387	5.298.213	4.416.805	4.416.805	363.033	6,85
11PE Adequação de Planta Industrial de Fármacos em Jacarepaguá	1.800.000	0	1.800.000	1.773.420	1.773.420	1.503.773	83,54
11PJ Estruturação de Laboratórios de Pesquisas Biomédicas	3.825.000	0	3.825.000	3.812.460	3.812.460	649.407	16,98
12GI Abastecimento de Água e Instalações Hidrosanitárias em Escolas Públicas Rurais - Água na Escola	9.572.000	0	9.572.000	8.872.794	8.872.794	0	0,00
1823 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
1847 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
1D98 Estruturação de Laboratórios de Pesquisas Biomédicas Dependentes (Crédito Extraordinário)	0	1.328.000	1.328.000	1.328.000	1.328.000	0	0,00
2000 Administração da Unidade	3.125.589.886	8.463.935	3.134.053.821	2.934.334.341	2.934.334.341	2.895.891.296	92,40
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	66.081.400	17.389.173	83.470.573	79.269.227	79.269.227	77.774.220	93,18
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	15.741.680	-2.700.000	13.041.680	8.676.554	8.676.554	8.675.056	66,52
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	67.963.650	-779.271	67.184.379	66.302.346	66.302.346	66.248.566	98,61
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	91.225.480	-15.101.194	76.124.286	73.603.883	73.603.883	73.305.169	96,30
2272 Gestão e Administração do Programa	93.621.873	-5.142.100	88.479.773	79.394.632	79.394.632	71.671.007	81,00
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	1.302.515	-130.251	1.172.264	0	0	0	0,00
2689 Trabalho de Campo para Prevenção e Controle de Doenças	343.013.000	-11.434.450	331.578.550	331.019.639	331.019.639	322.702.257	97,32
2721 Promoção à Saúde e às Práticas Seguras de Prevenção e Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas vivendo com HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	10.700.000	0	10.700.000	8.557.602	8.557.602	5.408.254	50,54
2729 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2A03 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Crédito Extraordinário)	0	30.053.800	30.053.800	27.793.075	27.793.075	27.793.075	92,48
2A07 Administração da Unidade (Crédito Extraordinário)	0	21.382.405	21.382.405	21.324.833	21.324.833	18.354.206	85,84
2C20 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal (Crédito Extraordinário)	0	2.500.000	2.500.000	2.480.614	2.480.614	440.553	17,62
2C21 Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Crédito Extraordinário)	0	3.000.000	3.000.000	2.632.213	2.632.213	902.213	30,07
2C22 Trabalho de Campo para Prevenção e Controle de Doenças (Crédito Extraordinário)	0	13.383.525	13.383.525	7.038.252	7.038.252	5.238.252	39,14
2C25 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (Crédito Extraordinário)	0	28.555.000	28.555.000	24.186.952	24.186.952	1.555.000	5,45
2C26 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada (Crédito Extraordinário)	0	380.315.775	380.315.775	359.378.586	359.378.586	330.079.000	86,79
2C27 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada (Crédito Extraordinário)	0	60.767.000	60.767.000	55.605.352	55.605.352	55.056.189	90,60
2C28 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais (Crédito Extraordinário)	0	123.240.000	123.240.000	123.239.170	123.239.170	123.239.170	100,00
3851 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3855 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3856 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3859 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3890 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3891 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes	47.108.428	-2.716.220	44.392.208	41.623.305	41.623.305	4.874.427	10,98
3892 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3893 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3895 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3897 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3898 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão:	Sector:	Subfunção:	ProjAtiv:	Fonte: 151	Localidade:	Elemento:
	UO:	Função:	Programa:	Subtítulo:	Gnd:	UF:	

Fonte: SIAFV3TN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:49:39 Pág. 3 de 7

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\DENISE\PRIV\VIDENCIA\TES\EXECUCAO ORCAMENTARIA 2005.mdb - 119 RefDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: FECHADO

Fonte 151: CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3869 Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	4.954.000	-600.000	4.354.000	3.920.651	3.920.651	2.466.063	56,64
3870 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3881 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3890 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3892 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3907 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3913 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3914 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	1.494.000	0	1.494.000	1.494.000	1.494.000	0	0,00
3922 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3947 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3984 Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes e Municípios com Risco de Dengue	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3994 Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS	23.606.700	-7.500.000	16.106.700	11.297.776	11.297.776	2.524.287	15,67
3996 Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário (Saúde e Saneamento no Piauí)	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3997 Implantação de Serviços de Abastecimento de Água (Saúde e Saneamento no Piauí)	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4294 Prevenção e Controle das Condições Nutricionais por Micronutrientes	6.000.000	0	6.000.000	5.980.349	3.980.349	1.350.237	22,50
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Hemoglobinopatias	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4306 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4307 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4311 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4325 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4327 Atenção à Saúde das Pessoas com HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	6.427.000	0	6.427.000	6.427.000	6.427.000	3.596.411	55,96
4339 Regulação, Fiscalização e Monitoramento de Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde	317.562	0	317.562	311.978	311.978	311.978	98,24
4360 Pesquisas Biomédicas no Centro Nacional de Primatas	6.507.000	0	6.507.000	6.151.325	6.151.325	3.814.390	58,62
4362 Pesquisas e Inovações Tecnológicas no Centro de Pesquisa René Rachou	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4363 Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Tuberculose e outras Pneumopatias no Centro de Referência Hélio Fraga	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4365 Produção de Vacinas, Reagentes para Diagnóstico e Biofármacos	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4368 Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no Sistema Único de Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4369 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	130.700.000	0	130.700.000	130.551.316	130.551.316	116.983.900	89,51
4380 Sistema Nacional de Informações em Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4383 Vacinação da População	8.570.000	0	8.570.000	7.498.033	7.498.033	6.185.838	72,18
4386 Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente no Instituto Evandro Chagas	14.099.000	0	14.099.000	14.099.000	14.099.000	12.953.667	91,88
4388 Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4453 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4525 APOIO À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	10.001.412	-1.000.141	9.001.271	1.479.800	1.479.800	0	0,00
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	11.042.000	-986.400	10.055.600	6.092.874	6.092.874	5.287.384	52,58
4641 Publicidade de Utilidade Pública	29.010.400	8.041.560	37.051.960	36.966.234	36.966.234	33.013.384	89,10
4705 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais	641.900.000	29.182.000	671.082.000	671.081.999	671.081.999	667.064.690	99,40
5528 SANEAMENTO BÁSICO PARA CONTROLE DE AGRAVOS	85.221.661	-7.922.165	77.299.496	55.954.341	55.954.341	840.077	1,09
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	328.000.000	0	328.000.000	325.177.318	325.177.318	254.458.910	77,58
6042 Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis por Vetores e Zoonoses	6.920.000	0	6.920.000	6.496.006	6.496.006	2.834.381	40,96
6138 Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	502	0	502	502	502	0	0,00
6140 Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	1.900.500	0	1.900.500	1.878.964	1.878.964	1.666.036	87,66
6142 Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias	223.000.000	0	223.000.000	203.641.026	203.641.026	172.616.713	77,41
6143 Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas	551.600	0	551.600	523.171	523.171	362.639	65,74

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFI/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN Emissão: 9/4/2006 00:49:39 Pág. 4 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: FECHADO

Fonte 151: CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
6144 Capacitação de Profissionais para Atenção à Saúde da População Indígena	2.422.500	-500.000	1.922.500	1.913.431	1.913.431	1.840.878	95,75
6145 Fomento à Produção Farmacêutica e Insumos Estratégicos	30.407.880	-7.061.000	23.346.880	23.452.269	23.452.269	10.713.118	45,89
6146 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Insumos Estratégicos no Complexo Produtivo da Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6149 Residência de Profissionais de Saúde	5.895.763	0	5.895.763	5.530.249	5.530.249	5.530.249	93,80
6152 Cartão Nacional de Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6153 Cadastro Nacional de Profissionais e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	1.000.000	-1.000.000	0	0	0	0	#Núm!
6158 Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	1.279.000	-400.000	879.000	637.398	637.398	0	0,00
6160 Controle de Surto, Epidemias, Catástrofes Públicas e Emergências Epidemiológicas	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6161 Insumos Estratégicos para Prevenção e Controle de Doenças	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6165 Fomento à Pesquisa em Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos à Saúde	2.566.000	-67.660	2.498.340	352.440	352.440	0	0,00
6170 Sistema Nacional de Vigilância de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis	3.000.000	-400.000	2.600.000	1.372.000	1.372.000	1.072.000	41,23
6174 Análise Técnico-Laboratorial da Qualidade dos Produtos Ofertados à População	1.865.000	0	1.865.000	1.863.750	1.863.750	1.728.181	92,66
6175 Atenção à Saúde da Mulher	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6176 Atenção à Saúde da Criança	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6178 Atenção à Saúde do Idoso	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6179 Disseminação da Informação em Ciência e Tecnologia em Saúde	8.550.909	0	8.550.909	8.550.562	8.550.562	7.893.849	92,32
6180 Consolidação da Atuação Internacional do Ministério da Saúde	336.000	0	336.000	336.000	336.000	336.000	100,00
6181 Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6182 Ouvidoria Nacional de Saúde	8.719.760	0	8.719.760	5.439.940	5.439.940	2.796.000	32,07
6183 Promoção de Conferências e Eventos na Área de Saúde para a Consolidação da Reforma Sanitária	1.200.000	0	1.200.000	1.154.725	1.154.725	46.145	3,85
6184 Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose e outras Pneumopatias de Interesse em Saúde Pública	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6186 Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6188 Atenção à Saúde do Trabalhador	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6189 Rede de Bibliotecas Virtuais em Saúde	1.580.000	0	1.580.000	889.802	889.802	461.442	29,21
6192 Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6195 Capacitação de Profissionais de Saúde e Agentes Sociais a Distância	2.830.000	-830.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	100,00
6199 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6200 Promoção dos Princípios da Educação Popular em Saúde	6.992.000	0	6.992.000	5.933.905	5.933.905	5.933.905	84,87
6217 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal	598.912.055	33.288.760	632.200.815	631.499.274	631.499.274	579.895.455	91,73
6219 Banco de Preços e Economia em Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6220 Monitoramento e Acompanhamento das Receitas e Gastos Públicos em Saúde nos Estados, Distrito Federal e Municípios	100.000	0	100.000	0	0	0	0,00
6233 Atenção à Saúde Mental	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6235 Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue	22.450.000	0	22.450.000	22.010.473	22.010.473	9.029.610	40,22
6449 Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudáveis para a Prevenção das Obesidades e das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis	1.200.000	0	1.200.000	1.200.000	1.200.000	466.000	38,83
6472 Estruturação dos Centros de Economia da Saúde e Ciência e Tecnologia no Sistema Único de Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6501 Atenção à Saúde dos Povos Indígenas	71.417.026	6.208.646	77.625.672	77.430.830	77.430.830	71.281.343	91,83
6516 Qualificação e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	2.712.520	0	2.712.520	2.595.347	2.595.347	158.944	5,86
6604 Mobilização da Sociedade para a Gestão Participativa no SUS	1.993.500	0	1.993.500	1.784.560	1.784.560	96.000	4,82
6638 Atenção à Saúde Bucal	119.084.313	-90.000.000	29.084.313	21.548.402	21.548.402	19.642.647	67,54
6839 Regulação, Controle e Avaliação de Procedimentos Assistenciais de Saúde no Sistema Único de Saúde	24.000.000	-19.000.000	5.000.000	380.588	380.588	4.788	0,10
6842 Fortalecimento da Capacidade de Análise de Situação de Saúde no SUS	2.966.000	-306.970	2.659.030	1.896.109	1.896.109	1.525.780	57,38
6847 Vigilância Ambiental em Saúde Relacionada à Qualidade da Água para Consumo Humano	1.600.000	-78.000	1.522.000	212.927	212.927	166.915	10,97
6881 Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	16.859.350	0	16.859.350	12.746.541	12.746.541	8.993.414	53,34
6908 Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental	2.168.800	0	2.168.800	1.972.743	1.972.743	1.814.416	83,66
7652 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	41.921.353	-2.860.884	39.060.469	28.979.592	28.979.592	2.687.474	6,88
7854 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes	54.475.301	-1.036.219	53.439.082	49.329.462	49.329.462	2.421.687	4,53

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 151 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFIS/STN - Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:49:39 Pág. 5 de 7

C:\Documents and Settings\Aldemir\Meus documentos\DENISE\PREVIDENCIA\TES\EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2005.mdb - 119 R\$ Despesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

Fonte 151: CSLL

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
7656 Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Culombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos	16.683.000	0	16.683.000	16.445.191	16.445.191	944.122	5,66
7660 Implantação de Farmácias Populares	915.000	0	915.000	695.699	695.699	647.698	70,79
7662 Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
7664 Reestruturação do Sistema de Informação Ambulatorial e Hospitalar	0	0	0	0	0	0	#Núm!
7666 Investimento no Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde - QUALISUS	0	10.857.000	10.857.000	10.412.179	10.412.179	3.242.997	29,87
7670 Implantação do Campus da Fundação Oswaldo Cruz em Jacarepaguá	620.000	0	620.000	618.802	618.802	195.943	31,60
7674 Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz	11.050.000	7.700.000	18.750.000	18.750.000	18.750.000	9.223.988	49,19
7676 Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	12.750.000	-12.250.000	500.000	500.000	500.000	5.000	1,00
7680 Construção de Planta-Piloto de Imunobiológicos	4.150.000	-1.328.000	2.822.000	2.822.000	2.822.000	0	0,00
7684 Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	4.936.400	3.220.000	8.156.400	7.515.803	7.515.803	3.301.454	40,48
7690 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	4.071.000	0	4.071.000	2.960.060	2.960.060	1.211.950	29,77
7692 Implantação da Unidade de Fracionamento do Plasma	6.640.000	-6.640.000	0	0	0	0	#Núm!
7694 Construção do Edifício-Sede da Agência Nacional de Vigilância Sanitária	582.405	-582.405	0	0	0	0	#Núm!
7831 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
8267 Qualificação da Gestão Descentralizada do Sistema Único de Saúde	9.762.100	-1.060.000	8.702.100	4.468.927	4.468.927	1.190.336	13,68
8305 Atenção de Referência à Gestante de Alto Risco, Crianças e Adolescentes com Patologias de Alta Complexidade e a Portadores de Doenças Infecciosas	133.000	0	133.000	132.938	132.938	113.351	85,23
8315 Desenvolvimento Tecnológico e Inovações em Insumos Estratégicos para a Saúde	13.454.260	0	13.454.260	13.361.115	13.361.115	12.296.632	91,40
8317 Pesquisas Clínicas, Epidemiológicas e em Ciências Biológicas, Humanas e Sociais aplicadas à Saúde na Fundação Oswaldo Cruz	21.451.566	0	21.451.566	21.447.629	21.447.629	18.927.778	88,23
8319 Desenvolvimento Tecnológico e Inovações para Métodos e Processos em Saúde Pública	2.562.000	0	2.562.000	2.555.010	2.555.010	1.450.161	56,60
8327 Serviços Laboratoriais de Referência Internacional, Nacional e Regional para Diagnóstico de Doenças Infecciosas	4.180.230	501.600	4.681.830	4.671.601	4.671.601	3.081.823	65,83
8335 Qualificação Técnica dos Laboratórios de Referência Estadual, Municipal e do Distrito Federal para Análise de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária	1.055.000	0	1.055.000	1.054.982	1.054.982	449.552	42,61
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	0	8.514.000	8.514.000	8.403.708	8.403.708	5.612.784	65,92
8523 Fomento à Constituição de Equipes para Melhoria do Ambiente e Redução de Riscos no Trabalho	3.000.000	-300.000	2.700.000	1.986.335	1.986.335	1.923.771	71,25
8525 Fomento a Estudos e Pesquisas sobre a Saúde de Grupos Populacionais Estratégicos e em Situações Especiais de Agravos	7.000.000	-1.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	2.335.000	38,92
8527 Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional	11.000.000	-987.040	10.012.960	2.463.450	2.463.450	2.259.952	22,57
8529 Serviços Extra-Hospitalares de Atenção aos Portadores de Transtornos Mentais e de Transtornos decorrentes do Uso de Álcool e outras Drogas	9.786.000	-979.000	8.807.000	7.578.929	7.578.929	5.860.000	66,54
8531 Unidades e Serviços de Reabilitação no Sistema Único de Saúde	1.245.000	-124.500	1.120.500	481.740	481.740	0	0,00
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	171.709.319	-9.419.101	162.290.218	111.025.121	111.025.121	21.505.571	13,25
8539 Rede de Atendimento Ambulatorial e Laboratorial para o Controle de Tuberculose e de outras Pneumopatias de Interesse da Saúde Pública	2.860.000	0	2.860.000	2.592.857	2.592.857	1.707.202	59,69
8541 Formação de Recursos Humanos em Educação Profissional e de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em Saúde	64.093.160	-4.785.500	59.307.660	57.562.884	57.562.884	44.595.675	75,19
8543 Vigilância, Prevenção e Controle das Hepatites Virais	4.745.000	-761.600	3.983.400	3.123.249	3.123.249	2.235.392	56,12
8573 Expansão e Consolidação da Saúde da Família	4.795.000	0	4.795.000	2.016.974	2.016.974	806.789	16,83
8577 Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros	512.726.196	0	512.726.196	510.654.169	510.654.169	510.408.715	99,55
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	44.953.113	-4.226.131	40.726.982	16.133.626	16.133.626	585.200	1,44
8585 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada	6.262.627.000	65.662.850	6.328.289.850	6.298.467.568	6.298.467.568	6.251.617.441	98,79
8587 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada	277.724.000	0	277.724.000	277.685.256	277.685.256	275.977.036	99,37
8701 Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	24.490.000	0	24.490.000	7.220.322	7.220.322	2.073.996	8,47
Total do Órgão:	16.337.184.171	787.969.029	17.125.153.200	15.952.113.233	15.952.113.233	14.967.954.450	87,40

55 M.do.Des.Social e Comb à Fome

0058 CAPACITAÇÃO E CONCESSÃO DE BOLSA PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0060 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	0	129.322.887	129.322.887	129.322.887	129.322.887	129.322.887	100,00
0886 Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos em Situação de Vulnerabilidade ou em Risco Social	0	1.000.000	1.000.000	956.745	956.745	950.440	95,04

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Subfunção:
Programa:ProjAtiv:
Subtítulo:Fonte: 151
Gnd:Localidade:
UF:

Elemento:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:49:39 Pág. 6 de 7

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\DENISE\PREVIDENCIA\SE\EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2005.mdb - 119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: FECHADO

Fonte 151: CSLL

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ A AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
0887 Capacitação de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social	0	379.901	379.901	251.775	251.775	161.009	42,38
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	0	0	0	0	0	0	#Núml
2000 Administração da Unidade	0	5.358.367	5.358.367	5.121.478	5.121.478	3.443.642	64,27
2060 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Ações Socioeducativas e de Convivência	0	1.200.000	1.200.000	869.562	869.562	0	0,00
2559 Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa	0	1.837.180	1.837.180	1.624.607	1.624.607	0	0,00
2561 Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência	0	1.444.188	1.444.188	1.444.188	1.444.188	0	0,00
4963 Promoção da Inclusão Produtiva	0	508.030	508.030	508.030	508.030	0	0,00
Total do Órgão:	0	141.050.553	141.050.553	140.099.273	140.099.273	133.877.978	94,91
90 Reserva de Contingência							
0998 Reserva de Contingência	1.654.553.891	-1.189.905.875	464.648.016	0	0	0	0,00
Total do Órgão:	1.654.553.891	-1.189.905.875	464.648.016	0	0	0	0,00
Total Geral	18.286.361.557	929.066.426	19.215.427.983	17.553.339.769	17.553.340.669	16.516.016.408	85,95

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 151 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:49:40 Pág. 7 de 7

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
20 Presidência da República							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	150.026	150.026	150.026	150.026	150.026	100,00
Total do Órgão:	0	150.026	150.026	150.026	150.026	150.026	100,00
24 M. da Ciência e Tecnologia							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	1.200	1.200	0	0	0	0,00
Total do Órgão:	0	1.200	1.200	0	0	0	0,00
25 M. da Fazenda							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.900.000.000	-4.237.743	1.895.762.257	1.894.339.421	1.894.339.421	1.894.332.046	99,92
Total do Órgão:	1.900.000.000	-4.237.743	1.895.762.257	1.894.339.421	1.894.339.421	1.894.332.046	99,92
26 M. da Educação							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.702.262.532	75.026.622	1.777.289.154	1.777.042.505	1.777.042.505	1.770.506.317	99,62
Total do Órgão:	1.702.262.532	75.026.622	1.777.289.154	1.777.042.505	1.777.042.505	1.770.506.317	99,62
28 M. Desenv., Ind. Com. Exterior							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	201.600	201.600	151.900	151.900	151.900	75,35
Total do Órgão:	0	201.600	201.600	151.900	151.900	151.900	75,35
30 Ministério da Justiça							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	388.193.391	1.400	388.194.791	388.193.391	388.193.391	388.193.355	100,00
Total do Órgão:	388.193.391	1.400	388.194.791	388.193.391	388.193.391	388.193.355	100,00
33 M. da Previdência Social							
0005 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	1.098.365.671	-34.066.200	1.064.299.471	1.063.305.770	1.063.305.770	1.057.095.051	99,32
0010 Pagamento de Aposentadorias - Área Rural	0	501.770.966	501.770.966	501.770.966	501.770.966	501.770.966	100,00
0129 Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS	18.000	0	18.000	0	0	0	0,00
0130 Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS	137.000	0	137.000	0	0	0	0,00
0131 Contribuição à Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS	224.000	0	224.000	0	0	0	0,00
0132 Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana	92.968.368	0	92.968.368	92.968.368	92.968.368	92.959.321	99,99
0133 Pagamento de Aposentadorias Especiais	132.380.052	0	132.380.052	132.380.052	132.380.052	111.960.702	84,58
0134 Pagamento de Pensões - Área Urbana	6.117.772.553	0	6.117.772.553	6.117.772.553	6.117.772.553	6.117.752.202	100,00
0136 Pagamento de Auxílio Doença Previdenciário, Auxílio Doença Acidentário e Auxílio Reclusão - Área Urbana	14.457.902.075	-472.184.363	13.985.717.712	13.985.706.159	13.985.706.159	13.985.298.150	100,00
0137 Pagamento de Abono de Permanência em Serviço	16.958.306	0	16.958.306	16.958.306	16.958.306	10.904.440	64,30
0141 Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana	120.768.962	0	120.768.962	120.753.636	120.753.636	99.805.219	82,64
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	2.208.948.340	51.884.058	2.260.832.398	2.260.205.782	2.260.205.782	2.259.890.634	99,96
0482 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor oriunda da Justiça Comum Estadual	74.032.871	-23.000.000	51.032.871	50.781.740	50.781.740	23.581.262	46,21
0486 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) oriunda da Justiça Comum Estadual	253.014.500	23.000.000	276.014.500	275.990.309	275.990.309	270.968.320	98,17
0536 Pagamento de Benefícios de Legislação Especial	619.704.880	0	619.704.880	619.704.880	619.704.880	619.704.880	100,00
0625 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	2.000.000.000	31.803.330	2.031.803.330	2.031.788.654	2.031.788.654	2.030.873.504	99,95
0948 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	388.169.211	-12.000.000	376.169.211	0	0	0	0,00
2000 Administração da Unidade	1.707.812.016	0	1.707.812.016	1.707.292.975	1.707.292.975	1.703.405.306	99,74
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	109.003.000	-10.900.300	98.102.700	95.778.251	95.778.251	90.277.041	92,02
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	9.608.000	-4.808.000	4.800.000	4.353.381	4.353.381	4.353.378	90,70
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	30.000.000	2.700.000	32.700.000	32.634.632	32.634.632	32.633.687	99,80
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	67.274.247	0	67.274.247	66.105.466	66.105.466	66.072.213	98,21
2015 Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social	7.569.000	-602.280	6.966.720	5.840.115	5.840.115	5.634.975	80,88
2272 Gestão e Administração do Programa	16.553.000	-919.126	15.633.874	12.530.127	12.530.127	11.512.759	73,64
2274 Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência	7.026.000	-619.000	6.407.000	4.596.711	4.596.711	3.370.261	52,60
2276 Fiscalização dos Regimes Próprios e Complementares dos Servidores Públicos	1.022.000	0	1.022.000	646.181	646.181	646.181	63,23
2278 Capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário	232.000	0	232.000	36	36	36	0,02

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:54:46 Pág. 1 de 8

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\DENISE\PREVIDENCIA\TSE\EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2005.mdb - 119 RelDespesa por ÓrgãoProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: FECHADO

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
2282 Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias	500.000	0	500.000	208.504	208.504	173.217	34,64
2284 Promoção de Ações de Conscientização e Informação	1.100.000	0	1.100.000	891.745	891.745	793.773	72,16
2286 Capacitação de Servidores na Área de Previdência Complementar	569.000	-250.000	319.000	152.451	152.451	149.764	46,95
2288 Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	2.892.000	-1.137.000	1.755.000	869.015	869.015	30.015	1,71
2290 Funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar	213.000	0	213.000	0	0	0	0,00
2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	274.050.310	0	274.050.310	255.587.396	255.587.396	245.585.904	89,61
2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica	7.971.301	1.267.020	9.238.321	8.962.489	8.962.489	8.739.476	94,60
2296 Serviço de Perícia Médica Judicial	6.000.000	0	6.000.000	5.800.783	5.800.783	5.781.723	96,36
2298 Capacitação de Servidores nos Processos de Qualidade e Melhoria Contínua	1.563.000	0	1.563.000	442.738	442.738	431.600	27,61
2300 Administração de Imóveis Não-Operacionais	3.454.000	-2.400.000	1.054.000	396.678	396.678	240.510	22,82
2302 Orientação Técnica em Receita Previdenciária	754.000	-75.400	678.600	356.189	356.189	352.648	51,97
2304 Estudos e Pesquisas no Âmbito do Regime Geral da Previdência Social	0	150.000	150.000	0	0	0	0,00
2306 Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios de Legislação Especial de Responsabilidade da União	36.000	0	36.000	0	0	0	0,00
2556 Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2558 Serviços de Proteção Socioassistencial à Juventude	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2559 Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2562 Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	9.053.000	0	9.053.000	9.021.634	9.021.634	8.979.090	99,18
2563 Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários	5.710.000	0	5.710.000	5.350.022	5.350.022	5.115.368	89,59
2564 Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS	10.000.000	0	10.000.000	9.975.952	9.975.952	9.975.952	99,76
2567 Recuperação Administrativa de Créditos Previdenciários	5.234.000	-523.400	4.710.600	3.222.552	3.222.552	3.210.558	68,16
2568 Recuperação Judicial de Créditos Previdenciários	5.000.000	0	5.000.000	3.009.820	3.009.820	2.968.820	59,38
2570 Auditoria Fiscal das Contribuições Previdenciárias	32.500.000	-3.250.000	29.250.000	24.757.795	24.757.795	24.587.783	84,06
2571 Orientação do Reconhecimento do Direito aos Segurados Referentes aos Benefícios Previdenciários	218.000	0	218.000	208.021	208.021	204.523	93,82
2578 Serviço de Perícia Médica	57.126.000	48.282.957	105.408.957	97.275.553	97.275.553	92.141.599	87,41
2580 Serviço de Processamento de Dados da Guia da Previdência Social - GPS e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social- GFIP	28.985.000	0	28.985.000	28.984.999	28.984.999	28.984.999	100,00
2582 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Legislação Especial	400.000	0	400.000	400.000	400.000	400.000	100,00
2585 Serviço de Reabilitação Profissional	9.719.500	-4.000.000	5.719.500	5.661.057	5.661.057	4.661.585	81,50
2587 Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social	2.780.000	-440.959	2.339.041	1.864.536	1.864.536	1.810.405	77,40
2591 Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	24.679.000	0	24.679.000	20.017.464	20.017.464	18.642.841	75,54
2592 Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar	3.998.000	-300.000	3.698.000	1.177.310	1.177.310	1.155.319	31,24
2593 Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	101.871.043	4.788.660	106.659.703	106.021.585	106.021.338	85.464.473	80,13
2611 Capacitação de Servidores nos Processos de Recotas Previdenciárias	2.603.000	0	2.603.000	811.792	811.792	735.573	28,26
2635 Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários	3.943.000	0	3.943.000	1.317.948	1.317.948	1.302.030	33,02
3674 Instalação de Projeções Subnacionais do Conselho Nacional de Previdência Social	0	506.521	506.521	0	0	0	0,00
3676 Estudos para Criação do Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos	607.000	-390.000	217.000	0	0	0	0,00
3684 Estudo para a Criação do Regime de Previdência dos Militares da União	150.000	-37.521	112.479	0	0	0	0,00
3696 Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social	63.011.521	-27.941.372	35.070.149	12.068.434	12.068.434	5.011.328	14,29
4405 Previdência Eletrônica	6.785.000	-1.300.000	5.485.000	4.532.909	4.532.909	4.419.516	80,57
4563 Orientação aos Patrocinadores, Participantes e Assistidos do Regime de Previdência Complementar	705.000	-400.000	305.000	28.971	28.971	28.971	9,50
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	992.017	0	992.017	349.059	349.059	349.059	35,19
4641 Publicidade de Utilidade Pública	500.000	1.300.000	1.800.000	809.965	809.965	674.117	37,45
5092 Implantação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade-SABI nas Agências da Previdência Social	377.000	0	377.000	190.476	190.476	189.597	50,29
5509 Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social	12.910.000	1.549.200	14.459.200	14.369.912	14.369.912	9.834.397	68,01
5645 Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV	250.000	0	250.000	224.333	224.333	0	0,00
6211 Previsão e Monitoramento da Arrecadação dos Grandes Contribuintes do INSS	2.500.000	-250.000	2.250.000	1.848.483	1.848.483	1.843.658	81,94
Total do Órgão:	30.229.173.744	67.207.791	30.296.381.535	29.827.033.620	29.827.033.373	29.675.440.680	97,95

36 M. da Saúde

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 153 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:54:46 Pág. 2 de 8

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\DENISE\PREVIDENCIA\TSE\EXECUCAO ORCAMENTARIA 2005.mdb - 119 RdDespesa por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
0022 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	0	0	0	0	0	0	#Núm!
002K Apoio para o Desenvolvimento Institucional de Operadores Públicos de Saneamento Ambiental em Municípios com População Superior a 30.000 Habitantes	3.000.000	0	3.000.000	1.859.463	1.859.463	800.000	26,67
002L Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças	46.454.573	-1.609.566	44.845.007	35.350.840	35.350.840	0	0,00
002M Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema Público de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças	0	0	0	0	0	0	#Núm!
002N Apoio à Implantação, Ampliação, Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios com População acima de 250 mil Habitantes ou em Regiões Metropolitanas	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.923.908.023	21.800.000	1.945.708.023	1.940.856.991	1.940.856.991	1.940.794.908	99,75
0214 Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	40.820.600	0	40.820.600	40.765.913	40.765.913	36.705.848	89,92
0589 Incentivo Financeiro a Municípios habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família	1.016.048.495	-139.270.024	876.778.471	892.775.471	892.775.471	878.501.288	100,20
0593 Incentivo Financeiro a Municípios habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica	164.215.000	-32.910.000	131.305.000	131.191.208	131.191.208	127.735.882	97,28
0798 Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano	18.503.700	-3.990.000	14.513.700	13.216.786	13.216.786	1.326.517	9,14
0800 Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 30.000 Habitantes	2.528.800	0	2.528.800	1.616.666	1.616.666	1.616.666	63,93
0802 Apoio a Estudos e Pesquisas no Âmbito das Populações Indígenas	430.719	0	430.719	112.425	112.425	0	0,00
0808 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0818 Apoio à Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas	35.914.168	15.508.336	51.422.504	42.602.692	42.602.692	2.716.335	5,28
0820 Apoio a Estudos e Pesquisas sobre Acidentes e Violências	1.072.000	0	1.072.000	1.050.420	1.050.420	61.112	5,70
0829 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças	151.848.200	-4.612.696	147.235.504	146.975.237	146.975.237	145.344.801	98,72
0832 Apoio à Estruturação das Unidades de Atenção Especializada em Saúde	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0848 Apoio à Constituição de Pólos de Educação Permanente em Saúde	3.490.000	0	3.490.000	3.490.000	3.490.000	1.901.416	54,48
0852 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Médio e Alto Risco Sanitário Inseridos na Programação Pactuada de Vigilância Sanitária	21.731.000	-6.168.000	15.563.000	15.386.633	15.386.633	14.215.883	91,34
0906 Atenção à Saúde da População nos Municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados habilitados em Gestão Plena/Avançada	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0990 Incentivo Financeiro aos Municípios e ao Distrito Federal Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica para Ações de Vigilância Sanitária	39.120.000	-8.213.000	30.907.000	27.346.342	27.346.342	27.335.539	88,44
09EF Apoio a Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Doenças dos Trópicos	2.915.000	0	2.915.000	2.915.000	2.915.000	1.415.000	48,54
09GV Estágio aos Estudantes das Áreas de Saúde na Rede do Sistema Único de Saúde - VERSUS	2.000.000	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	100,00
11KO Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes ou com Risco de Transmissão de Dengue	27.822.488	-1.326.208	26.496.280	16.204.509	16.204.509	631.190	2,38
11PE Adequação da Planta Industrial de Fármacos em Jacarepaguá	4.165.000	0	4.165.000	4.162.507	4.162.507	3.197.257	76,76
11PG Reforma e Ampliação do Instituto Fernandes Figueira	2.524.000	-252.400	2.271.600	2.271.600	2.271.600	454.351	20,00
11PH Reforma e Ampliação do Instituto de Pesquisas Clínicas Evandro Chagas	830.000	0	830.000	830.000	830.000	721.851	86,97
11PJ Estruturação de Laboratórios de Pesquisas Biomédicas	500.000	0	500.000	498.559	498.559	492.416	98,48
12GI Abastecimento de Água e Instalações Hidrosanitárias em Escolas Públicas Rurais - Água na Escola	428.000	0	428.000	167.320	167.320	0	0,00
1823 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2000 Administração da Unidade	0	10.000.000	10.000.000	9.672.658	9.672.658	8.589.188	85,89
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	0	52.506	52.506	0	0	0	0,00
2272 Gestão e Administração do Programa	28.970.635	0	28.970.635	27.437.419	27.437.419	23.592.913	81,44
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	1.135.067	-52.506	1.082.561	606.411	606.411	575.138	53,13
2689 Trabalho de Campo para Prevenção e Controle de Doenças	56.987.000	0	56.987.000	56.259.712	56.259.712	54.400.616	95,46
2705 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2C20 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal (Crédito Extraordinário)	0	25.016.765	25.016.765	25.014.158	25.014.158	8.645.385	34,56
2C22 Trabalho de Campo para Prevenção e Controle de Doenças (Crédito Extraordinário)	0	11.564.513	11.564.513	11.256.073	11.256.073	5.000.000	43,24
2C26 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada (Crédito Extraordinário)	0	59.902.618	59.902.618	59.902.618	59.902.618	59.902.618	100,00
2C28 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais (Crédito Extraordinário)	0	4.413.000	4.413.000	4.413.000	4.413.000	4.413.000	100,00

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:54:46 Pág. 3 de 8

C:\Documents and Settings\Abraham\Meu documento\DENISE\PREVIDENCIA\TSE\EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2005 mdb - 119 RdDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3071 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3859 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3860 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3861 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes	101.766.810	-4.662.576	97.104.234	72.158.610	72.158.610	6.218.407	6,40
3863 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3869 Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	3.652.000	-260.600	3.391.400	2.223.298	2.223.298	830.983	24,50
3883 Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária	9.130.000	-6.000.000	3.130.000	3.130.000	3.130.000	168.668	5,39
3911 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	13.446.000	0	13.446.000	13.446.000	13.446.000	0	0,00
3984 Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes e Municípios com Risco de Dengue	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3994 Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS	18.375.800	-4.224.700	14.151.100	13.106.208	13.106.208	8.794.561	62,15
3996 Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário (Saúde e Saneamento no Piauí)	590.000	0	590.000	590.000	590.000	0	0,00
3997 Implantação de Serviços de Abastecimento de Água (Saúde e Saneamento no Piauí)	570.000	0	570.000	570.000	570.000	0	0,00
4291 Certificação de Qualidade dos Estabelecimentos de Saúde da Rede Pública e Privada	200.000	0	200.000	0	0	0	0,00
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Hemoglobinopatias	6.400.000	0	6.400.000	5.301.959	5.301.959	2.263.080	35,36
4302 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4307 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4313 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4314 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4324 Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil	5.833.000	0	5.833.000	5.832.994	5.832.994	5.454.779	93,52
4328 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4337 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4363 Pesquisas e Inovações Tecnológicas em Tuberculose e outras Pneumopatias no Centro de Referência Hélio Fraga	5.313.000	0	5.313.000	3.433.764	3.433.764	2.964.453	55,80
4365 Produção de Vacinas, Reagentes para Diagnóstico e Biotêrmacos	1.175.000	0	1.175.000	1.174.041	1.174.041	1.174.041	99,92
4368 Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no Sistema Único de Saúde	31.000.000	0	31.000.000	30.704.336	30.704.336	25.011.000	80,68
4369 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	165.300.000	0	165.300.000	165.298.006	165.298.006	158.015.410	95,59
4376 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4383 Vacinação da População	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4425 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4453 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4525 APOIO À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	25.891.146	-2.589.114	23.302.032	6.324.737	6.324.737	0	0,00
4641 Publicidade de Utilidade Pública	4.714.600	-198.200	4.516.400	4.138.878	4.138.878	3.434.896	76,05
4705 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais	268.964.000	-4.413.000	264.551.000	264.551.000	264.551.000	259.275.608	98,01
5528 SANEAMENTO BÁSICO PARA CONTROLE DE AGRAVOS	53.998.052	-5.399.804	48.598.248	38.431.494	38.431.494	0	0,00
5776 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	22.000.000	0	22.000.000	19.959.790	19.959.790	13.607.001	61,85
6140 Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	1.313.500	0	1.313.500	1.297.206	1.297.206	1.083.314	82,48
6143 Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas	519.400	0	519.400	394.290	394.290	206.018	39,66
6144 Capacitação de Profissionais para Atenção à Saúde da População Indígena	2.577.500	0	2.577.500	2.572.473	2.572.473	2.425.928	94,12
6145 Fomento à Produção Farmacêutica e Insumos Estratégicos	16.946.000	0	16.946.000	16.880.900	16.880.900	6.823.303	40,26
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	46.879.448	-4.687.945	42.191.503	35.106.507	35.106.507	23.177.348	54,93
6149 Residência de Profissionais de Saúde	107.237	0	107.237	74.465	74.465	74.465	69,44
6174 Análise Técnico-Laboratorial da Qualidade dos Produtos Ofertados à População	3.235.550	0	3.235.550	3.235.084	3.235.084	2.614.544	80,81
6184 Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose e outras Pneumopatias de Interesse em Saúde Pública	14.320.000	0	14.320.000	14.030.418	14.030.418	10.066.059	70,29

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:54:46 Pág. 4 de 8

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\DENISE\PREVIDENCIA\TSE\EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2005.aud - 119 RelDespesa por ÓrgãoProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: FECHADO

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
6186 Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	21.450.000	0	21.450.000	19.170.914	19.170.914	7.569.857	35,29
6192 Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde	7.745.000	-100.000	7.645.000	6.657.906	6.657.906	4.680.814	61,23
6201 Funcionamento das Bibliotecas Técnico-Científicas e do Museu de Vida	4.415.550	0	4.415.550	4.413.763	4.413.763	4.211.332	95,38
6217 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal	66.669.394	8.143.140	74.812.534	73.845.317	73.845.317	52.721.853	70,47
6501 Atenção à Saúde dos Povos Indígenas	98.842.974	13.791.354	112.634.328	112.303.416	112.303.416	94.570.131	83,96
6806 Controle Social no Sistema Único de Saúde	1.872.800	0	1.872.800	1.686.289	1.686.289	105.945	5,66
6838 Atenção à Saúde Bucal	4.894.116	0	4.894.116	1.462.400	1.462.400	1.462.400	29,88
6881 Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	24.312.650	-4.117.200	20.195.450	14.513.020	14.513.020	5.519.415	27,33
6908 Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental	2.245.200	-662.100	1.583.100	1.528.480	1.528.480	310.673	19,62
7484 Adequação da Rede de Frio de Imunobiológicos	0	0	0	0	0	0	#Núm!
7652 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	46.565.566	-274.756	46.290.810	37.074.472	37.074.472	388.607	0,84
7654 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes	54.762.954	-2.898.444	51.864.510	51.276.137	51.276.137	1.032.884	1,99
7656 Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos	8.217.000	0	8.217.000	7.976.510	7.976.510	0	0,00
7666 Investimento no Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde - QUALISUS	0	4.339.250	4.339.250	3.878.694	3.878.694	1.565.760	36,08
7670 Implantação do Campus da Fundação Oswaldo Cruz em Jacarepaguá	280.000	0	280.000	276.100	276.100	276.100	98,61
7672 Adequação da Planta Industrial de Imunobiológicos	4.887.500	0	4.887.500	4.887.500	4.887.500	53.670	1,10
7674 Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz	2.000.000	0	2.000.000	1.997.608	1.997.608	1.963.972	98,20
7684 Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	26.303.600	2.380.000	28.683.600	21.601.581	21.601.581	8.343.313	29,09
7690 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	22.819.000	-3.111.000	19.708.000	16.563.555	16.563.555	2.388.515	12,12
7633 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	12.620.000	0	12.620.000	12.586.800	12.586.800	50.000	0,40
7835 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
8215 Atenção à Saúde das Populações Quilombolas	293.200	0	293.200	108.000	108.000	108.000	36,83
8265 Implementação da Atenção Domiciliar e de outras Modalidades Alternativas à Internação Hospitalar	428.000	-128.000	300.000	0	0	0	0,00
8305 Atenção de Referência à Gestante de Alto Risco, Crianças e Adolescentes com Patologias de Alta Complexidade e a Portadores de Doenças Infecciosas	16.123.220	1.950.700	18.073.920	18.056.522	18.056.522	15.765.052	87,23
8315 Desenvolvimento Tecnológico e Inovações em Insumos Estratégicos para a Saúde	5.689.650	0	5.689.650	5.687.001	5.687.001	2.546.221	44,75
8317 Pesquisas Clínicas, Epidemiológicas e em Ciências Biológicas, Humanas e Sociais aplicadas à Saúde na Fundação Oswaldo Cruz	12.918.900	4.513.700	17.432.600	17.368.031	17.368.031	14.029.872	80,48
8319 Desenvolvimento Tecnológico e Inovações para Métodos e Processos em Saúde Pública	1.400.000	0	1.400.000	1.398.959	1.398.959	1.305.101	93,22
8335 Qualificação Técnica dos Laboratórios de Referência Estadual, Municipal e do Distrito Federal para Análise de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária	127.150	0	127.150	125.243	125.243	24.368	19,16
8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	0	4.586.000	4.586.000	3.641.000	3.641.000	1.710.557	37,30
8519 Monitoramento da Situação Nutricional da População Brasileira	4.704.800	-705.000	3.999.800	3.962.457	3.962.457	837.302	20,93
8531 Unidades e Serviços de Reabilitação no Sistema Único de Saúde	11.576.288	-1.157.628	10.418.660	0	0	0	0,00
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	275.942.896	-19.241.324	256.701.572	115.071.887	115.071.887	4.732.462	1,84
8537 Sistemas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Auditoria	750.000	0	750.000	374.332	374.332	374.332	49,91
8541 Formação de Recursos Humanos em Educação Profissional e de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em Saúde	2.711.000	1.015.600	3.726.600	3.721.665	3.721.665	3.194.970	85,73
8575 Prevenção e Detecção Precoce das Doenças Não Transmissíveis	8.570.000	-1.500.000	7.070.000	6.803.921	6.803.921	0	0,00
8577 Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros	1.367.114.604	0	1.367.114.604	1.361.122.983	1.361.122.983	1.360.890.576	99,54
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	89.761.915	-8.976.191	80.785.724	36.693.562	36.693.562	0	0,00
8583 Serviços de Referência em Saúde Integrados à Rede de Cooperação Técnica	857.000	-200.000	657.000	200.834	200.834	0	0,00
8585 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada	1.511.176.583	-13.205.500	1.497.971.083	1.488.984.576	1.488.984.576	1.457.589.212	97,30
8587 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada	4.278.000	0	4.278.000	34.726	34.726	0	0,00
8595 Fomento a Estudos e Pesquisas na Área de Transplantes	600.000	-60.000	540.000	400.000	400.000	300.000	55,56
8603 Implantação, Modernização e Adequação de Unidades de Controle de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial	6.640.000	0	6.640.000	6.579.234	6.579.234	181.819	2,74
8609 Implantação e Aperfeiçoamento da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde	1.699.380	0	1.699.380	1.651.333	1.651.333	166.341	9,79
8627 Fomento a Projetos de Melhoria da Gestão e Humanização dos Serviços de Saúde	868.000	0	868.000	868.000	868.000	5.820	0,67

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Subfunção:
Programa:ProjAtiv:
Subtítulo:Fonte: 153
Gnd:Localidade:
UF:

Elemento:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:54:46 Pág. 5 de 8

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\DENISE\PREVIDENCIA\IA\SENE\EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2005.mdb - 119 RdlDespesas por ÓrgãoProjAtiv

Fonte 153: COFINS

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
Total do Órgão:	8.156.714.401	-98.200.000	8.058.514.401	7.708.729.815	7.708.729.815	6.937.748.232	86,09
38 M. do Trabalho e Emprego							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	299.259.291	0	299.259.291	298.708.316	298.708.316	298.708.316	99,82
0643 Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)	331.464.248	0	331.464.248	331.464.248	331.464.248	298.164.789	89,95
2272 Gestão e Administração do Programa	10.000.000	0	10.000.000	8.428.047	8.428.047	8.386.447	83,86
4728 Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Ações do Sistema Público de Emprego e de Economia Solidária	3.633.712	0	3.633.712	0	0	0	0,00
Total do Órgão:	644.357.251	0	644.357.251	638.600.610	638.600.610	605.259.551	93,93
39 M. dos Transportes							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.367.457.224	-500.000	1.366.957.224	1.366.803.769	1.366.803.769	1.363.604.882	99,75
Total do Órgão:	1.367.457.224	-500.000	1.366.957.224	1.366.803.769	1.366.803.769	1.363.604.882	99,75
41 M. das Comunicações							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	586.207.859	0	586.207.859	581.193.893	581.193.893	580.658.955	99,05
Total do Órgão:	586.207.859	0	586.207.859	581.193.893	581.193.893	580.658.955	99,05
42 M. da Cultura							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	0	0	0	0	0	#Núm!
Total do Órgão:	0	0	0	0	0	0	#Núm!
44 M. do Meio Ambiente							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	1.313.960	1.313.960	1.303.260	1.303.260	1.303.260	99,19
Total do Órgão:	0	1.313.960	1,313,960	1,303,260	1,303,260	1,303,260	99,19
47 M. do Plan. Orçamento e Gestão							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	316.685.817	-80.000.000	236.685.817	218.314.573	218.314.573	218.216.061	92,20
Total do Órgão:	316.685.817	-80.000.000	236.685.817	218.314.573	218.314.573	218.216.061	92,20
51 M. do Esporte							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	0	44.000	44.000	11.933	11.933	11.933	27,12
Total do Órgão:	0	44.000	44.000	11.933	11.933	11.933	27,12
52 M. da Defesa							
0179 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas	12.801.366.245	-94.881.253	12.706.484.992	12.705.175.860	12.705.175.860	12.704.620.745	99,99
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	841.977.993	49.400.000	891.377.993	881.195.761	881.195.761	877.273.098	98,42
0436 Indenização a Anistiados Políticos - Militares (Lei 10.559, de 13/11/2002)	173.323.863	-8.203.870	165.119.993	165.119.069	165.119.069	163.132.834	98,80
Total do Órgão:	13.816.668.101	-53.685.123	13.762.982.978	13.751.490.690	13.751.490.690	13.745.026.677	99,87
53 M. da Integração Nacional							
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	60.813.560	0	60.813.560	59.096.871	59.096.871	59.071.688	97,14
Total do Órgão:	60.813.560	0	60,813,560	59,096,871	59,096,871	59,071,688	97,14
55 M.do Des.Social e Comb à Fome							
0060 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	20.000	0	20.000	0	0	0	0,00
0561 Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Idade	586.617.064	0	586.617.064	586.617.064	586.617.064	583.212.770	99,42
0565 Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	1.258.528.574	-50.000.000	1.208.528.574	1.208.528.574	1.208.528.574	1.192.765.307	98,70
0573 Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa - LOAS	2.949.360.586	9.112.251	2.958.472.837	2.958.472.837	2.958.472.837	2.958.471.091	100,00
0575 Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência - LOAS	3.742.875.440	11.301.146	3.754.176.586	3.754.176.586	3.754.176.586	3.754.175.385	100,00
0718 Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais	20.000	0	20.000	17.200	17.200	17.200	86,00
0886 Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos em Situação de Vulnerabilidade e/ou Risco Social	54.497.170	0	54.497.170	53.513.396	53.513.396	51.325.204	94,18
0887 Capacitação de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social	15.376.586	120.099	15.496.685	15.371.452	15.371.452	15.353.780	99,08

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:54:46 Pág. 6 de 8

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\DENISIN\PREVIDENCIA\TSE\EXECUCAO ORCAMENTARIA 2005.mdb - 119 RdDespesas por ÓrgãoProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Fonte 153: COFINS

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. & REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	2.693	0	2.693	0	0	0	0,00
09JB Concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	189.245.651	1.300.000	190.545.651	189.341.972	189.341.972	187.798.973	98,56
1001 Construção, ampliação e modernização de creche	0	0	0	0	0	0	#Núm!
11LM Construção, Ampliação e Modernização dos Centros de Referência de Assistência Social	1.500.000	290.000	1.790.000	1.760.000	1.760.000	150.000	8,38
11V1 Construção de Sistemas para Armazenamento de Água	21.627.751	0	21.627.751	21.627.751	21.627.751	21.627.751	100,00
12B3 Instalação de núcleos de atendimento integral à família	0	0	0	0	0	0	#Núm!
1394 Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Idosa	0	0	0	0	0	0	#Núm!
1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2000 Administração da Unidade	44.653.060	0	44.653.060	44.516.976	44.516.976	42.123.627	94,34
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	308.880	-254.748	54.132	17.000	17.000	9.750	18,01
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	114.000	-11.400	102.600	25.776	25.776	23.845	23,24
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	252.016	-176.211	75.805	75.805	75.805	75.601	99,73
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	427.680	-42.768	384.912	361.540	361.540	357.712	92,93
2060 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Ações Socioeducativas e de Convivência	204.653.685	0	204.653.685	204.209.363	204.209.363	201.441.737	98,43
2272 Gestão e Administração do Programa	3.830.258	0	3.830.258	3.830.181	3.830.181	3.738.065	97,59
2293 Concessão de bolsa para jovens de 15 a 17 anos como agente jovem de desenvolvimento social e humano	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2295 Capacitação de jovens de 15 a 17 anos como agente jovem de desenvolvimento social e humano	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2383 Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias	27.600.000	0	27.600.000	27.587.510	27.587.510	27.398.610	99,27
2556 Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança e ao Adolescente	255.075.420	-1.500.000	253.575.420	253.166.908	253.166.908	252.095.070	99,42
2558 Serviços de Proteção Socioassistencial à Juventude	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2559 Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa	36.000.000	274.776	36.274.776	36.253.913	36.253.913	34.998.178	96,48
2561 Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência	77.000.000	0	77.000.000	76.852.451	76.852.451	76.444.049	99,28
2589 Concessão da bolsa criança-cidadã	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2573 Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia por Idade	6.844.138	-6.844.138	0	0	0	0	#Núm!
2574 Remuneração dos Agentes Pagadores do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	11.131.611	-11.131.611	0	0	0	0	#Núm!
2583 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia por Idade	5.472.684	0	5.472.684	5.472.684	5.472.684	3.837.751	70,13
2584 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	14.100.518	-1.410.051	12.690.467	8.100.518	8.100.518	4.959.604	39,08
2589 Serviços de Concessão e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	2.173.850	260.862	2.434.712	1.487.871	1.487.871	641.179	26,33
2590 Serviço de Concessão e Revisão de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência	5.953.932	714.471	6.668.403	6.553.133	6.553.133	5.824.624	87,35
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	328.070	0	328.070	265.246	265.246	244.689	74,58
4641 Publicidade de Utilidade Pública	5.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	4.546.812	90,94
4907 Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2.700.000	-1.900.000	800.000	799.673	799.673	798.783	99,85
4915 Atenção Integral à Família	86.807.000	0	86.807.000	86.742.200	86.742.200	85.213.800	98,16
4923 Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	5.400.000	33.000	5.433.000	5.433.000	5.433.000	5.432.225	99,99
4963 Promoção da Inclusão Produtiva	25.480.000	-174.030	25.305.970	25.297.410	25.297.410	12.661.848	50,04
5398 Funcionamento de centros públicos de atendimento à juventude	0	0	0	0	0	0	#Núm!
5565 Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6444 Educação Cidadã e Mobilização Social	6.800.000	1.900.000	8.700.000	8.699.673	8.699.673	8.699.673	100,00
6470 Funcionamento dos Conselhos de Gestão Compartilhada da Assistência Social	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6524 Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda	165.000.000	0	165.000.000	164.795.014	164.795.014	158.659.898	96,16
6677 Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2.800.000	0	2.800.000	2.798.620	2.798.620	2.798.620	99,95

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Subfunção:
Programa:ProjAtiv:
Subtítulo:Fonte: 153
Gnd:Localidade:
UF:

Elemento:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:54:46 Pág. 7 de 8

C:\Documents and Settings\Abraham\Meu documento\DENISE\PREVIDENCIA\TSE\EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2005.mdb - 119 RdDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: FECHADO
Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
7972 Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes	0	0	0	0	0	0	#Núm!
8249 Funcionamento dos Conselhos e Comissões de Gestão Compartilhada da Assistência Social	1.600.000	576.000	2.176.000	2.176.000	2.176.000	2.174.148	99,91
869K Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação da Bolsa PETI	6.742.602	0	6.742.602	6.742.602	6.742.602	6.742.602	100,00
869L Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios do Programa de Proteção Social à Infância, à Adolescência e à Juventude	1.274.396	0	1.274.396	1.274.396	1.274.396	1.274.396	100,00
Total do Órgão:	9.825.195.315	-47.562.352	9.777.632.963	9.767.962.293	9.767.962.293	9.708.114.356	99,29
90 Reserva de Contingência							
0998 Reserva de Contingência	629.150.900	0	629.150.900	0	0	0	0,00
Total do Órgão:	629.150.900	0	629.150.900	0	0	0	0,00
Total Geral	69.622.880.095	-140.238.619	69.482.641.476	67.988.418.571	67.988.418.324	66.947.789.928	96,35

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 153 Localidade: Elemento:
UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 00:54:46 Pág. 8 de 8

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\DENISE\PREVIDENCIA\TSE\EXECUCAO ORCAMENTARIA 2005.mdb - 119 RalDespesas por ÓrgãoProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Fonte 155: CPMF

Acumulado até: FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
33 M. da Previdência Social							
0132 Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana	5.928.940.120	0	5.928.940.120	5.928.940.120	5.928.940.120	5.928.940.120	100,00
Total do Órgão:	5.928.940.120	0	5.928.940.120	5.928.940.120	5.928.940.120	5.928.940.120	100,00
36 M. da Saúde							
003H Harmonização das Carreiras do Sistema Único de Saúde no âmbito dos Entes Federativos	1.000.000	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	100,00
0214 Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	6.668.500	0	6.668.500	6.657.229	6.657.229	6.068.660	91,00
0283 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	0	411.288	411.288	0	0	0	0,00
0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	351.035.497	-411.288	350.624.209	97.257.475	97.257.475	97.257.475	27,74
0589 Incentivo Financeiro a Municípios habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família	663.604.354	32.512.577	696.116.931	694.306.162	694.306.162	675.019.525	96,97
0593 Incentivo Financeiro a Municípios habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica	30.025.000	-5.940.000	24.085.000	24.085.000	24.085.000	23.520.306	97,66
0804 Apoio à Estruturação dos Serviços de Assistência Farmacêutica na Rede Pública	10.758.972	-1.075.000	9.683.972	6.917.471	6.917.471	34.000	0,35
0806 Apoio a Estudos e Pesquisas sobre Alimentação e Nutrição, com Ênfase na Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0816 Apoio a Centros Colaboradores para a Atenção à Saúde das Pessoas em Situações de Violências e outras Causas Externas	3.160.000	-1.150.000	2.010.000	1.776.265	1.776.265	90.000	4,48
0818 Apoio à Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas	150.082.080	0	150.082.080	124.604.790	124.604.790	22.609.070	15,06
0829 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças	289.533.700	-8.800.739	280.732.961	250.887.490	250.887.490	243.444.101	86,72
0830 Apoio a Pesquisas na Área de Atenção Especializada	1.600.000	-600.000	1.000.000	975.094	975.094	0	0,00
0842 Apoio à Implantação da Rede de Centros Colaboradores para Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravo	250.000	-50.000	200.000	200.000	200.000	0	0,00
0843 Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta pra Casa)	5.760.000	0	5.760.000	4.388.819	4.388.819	4.004.689	69,53
0846 Apoio aos Observatórios de Recursos Humanos em Saúde	2.000.000	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000	1.990.881	99,54
0847 Apoio à Capacitação de Formadores de Políticas em Áreas Técnicas Específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios	13.288.000	-3.595.900	9.692.100	7.747.704	7.747.704	7.031.561	72,55
0849 Apoio à Mudança na Graduação e Pós-Graduação na Área da Saúde	36.900.000	-4.525.600	32.374.400	29.454.176	29.454.176	25.509.083	78,79
0851 Apoio à Formação Permanente de Agentes para o Controle Social	7.000.000	0	7.000.000	6.867.543	6.867.543	3.964.225	56,63
0852 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Médio e Alto Risco Sanitário Inseridas na Programação Pactuada de Vigilância Sanitária	4.969.000	-1.211.000	3.758.000	3.594.908	3.594.908	3.158.413	84,05
0906 Atenção à Saúde da População nos Municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados habilitados em Gestão Plena/Avançada	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0907 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada	0	0	0	0	0	0	#Núm!
0990 Incentivo Financeiro aos Municípios e ao Distrito Federal Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica para Ações de Vigilância Sanitária	4.421.000	-777.000	3.644.000	3.152.661	3.152.661	3.146.927	86,36
099A Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 e 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais (Lei nº 10.836, de 2004)	914.034.000	-83.509.000	830.525.000	795.359.117	795.359.117	795.359.117	95,77
0828 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família - (Crédito Extraordinário)	0	91.000.867	91.000.867	88.280.875	88.280.875	88.280.875	97,01
1823 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2000 Administração da Unidade	72.782.583	0	72.782.583	72.171.277	72.171.277	61.811.188	84,93
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	117.180.000	1.988.786	119.168.786	118.383.102	118.383.102	118.172.846	99,16
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	0	1.300.000	1.300.000	1.290.782	1.290.782	1.290.782	99,29
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	90.891.225	-8.000.000	82.891.225	81.764.493	81.764.493	81.764.493	98,64
2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	3.984.700	0	3.984.700	2.160.754	2.160.754	2.034.252	51,05
2272 Gestão e Administração do Programa	70.292.792	-9.439.000	60.853.792	52.664.756	52.664.756	42.940.960	70,56
2729 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
2C20 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal (Crédito Extraordinário)	0	13.616.335	13.616.335	13.055.620	13.055.620	7.019.024	51,55
2C26 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada (Crédito Extraordinário)	0	160.441.197	160.441.197	154.741.159	154.741.159	152.637.616	95,14
2C28 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais (Crédito Extraordinário)	0	1.409.000	1.409.000	1.409.000	1.409.000	1.409.000	100,00
3881 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
3911 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: Setor: Subfunção: ProjAtiv: Fonte: 155 Localidade: Elemento:
 UO: Função: Programa: Subtítulo: Gnd: UF:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 01:10:50 Pág. 1 de 3

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\DENISE\PREVIDENCIA\TES\EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2005.mdb - 119 RelDespesas por Órgão/ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Fonte 155: CPMF

Acumulado até:

FECHADO

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
3994 Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS	32.595.000	-8.180.368	24.414.632	24.051.495	24.051.495	19.322.665	79,14
4302 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4306 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4307 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
4368 Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no Sistema Único de Saúde	650.000.000	0	650.000.000	634.363.520	634.363.520	421.514.674	64,85
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	254.000.000	0	254.000.000	253.901.217	253.901.217	241.895.282	95,23
4380 Sistema Nacional de Informações em Saúde	77.626.940	-5.000.000	72.626.940	71.598.604	71.598.604	48.148.924	66,30
4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica	11.075.000	-1.107.500	9.967.500	5.875.341	5.875.341	4.502.798	45,17
4388 Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS	56.200.000	-8.430.000	47.770.000	44.695.394	44.695.394	34.369.284	71,95
4525 APOIO À MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	3.312.000	-331.200	2.980.800	0	0	0	0,00
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	11.000.000	-3.000.000	8.000.000	6.174.825	6.174.825	3.665.255	45,82
4641 Publicidade de Utilidade Pública	60.270.000	3.000.000	63.270.000	63.270.000	63.270.000	59.723.070	94,39
4705 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais	50.136.000	32.591.000	82.727.000	82.727.000	82.727.000	82.727.000	100,00
5776 AGUARDANDO DESCRIÇÃO DO SIAFI	0	0	0	0	0	0	#Núm!
6031 Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	200.000.000	0	200.000.000	160.552.997	160.552.997	91.156.838	45,58
6145 Fomento à Produção Farmacêutica e Insumos Estratégicos	23.264.900	0	23.264.900	20.374.316	20.374.316	6.986.539	30,03
6146 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Insumos Estratégicos no Complexo Produtivo da Saúde	66.743.140	0	66.743.140	33.714.446	33.714.446	8.124.173	12,17
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	349.000.000	-100.000	348.900.000	348.000.000	348.000.000	348.000.000	99,74
6149 Residência de Profissionais de Saúde	20.862.000	0	20.862.000	13.621.911	13.621.911	13.618.011	65,28
6150 Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica	5.864.810	-1.000.000	4.864.810	2.678.566	2.678.566	2.090.000	42,96
6152 Cartão Nacional de Saúde	89.606.000	-12.590.900	77.015.100	74.995.065	74.995.065	23.886.734	31,02
6154 Auditoria de Serviços Cadastrados no Sistema Único de Saúde	5.188.630	0	5.188.630	2.979.335	2.979.335	2.972.876	57,30
6155 Auditoria de Gestão no Sistema Único de Saúde	321.000	0	321.000	148.046	148.046	148.046	46,12
6160 Controle de Surto, Epidemias, Calamidades Públicas e Emergências Epidemiológicas	2.915.000	-649.570	2.265.430	1.653.532	1.653.532	1.593.498	70,34
6161 Insumos Estratégicos para Prevenção e Controle de Doenças	25.000.000	0	25.000.000	24.316.762	24.316.762	13.883.310	55,53
6175 Atenção à Saúde da Mulher	7.500.000	0	7.500.000	3.628.089	3.628.089	225.511	3,01
6176 Atenção à Saúde da Criança	7.724.600	0	7.724.600	6.465.530	6.465.530	904.848	11,71
6177 Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem	5.230.000	0	5.230.000	5.192.796	5.192.796	1.365.645	26,11
6178 Atenção à Saúde do Idoso	3.000.000	0	3.000.000	2.181.277	2.181.277	33.906	1,13
6181 Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência	1.728.000	0	1.728.000	1.246.318	1.246.318	0	0,00
6185 Vigilância, Prevenção e Controle da Hanseníase e outras Dermatoses Relevantes	14.320.000	0	14.320.000	11.866.773	11.866.773	2.752.167	19,22
6188 Atenção à Saúde do Trabalhador	4.450.700	0	4.450.700	2.996.797	2.996.797	579.800	13,03
6196 Serviço Civil Profissional em Saúde	22.000.000	-22.000.000	0	0	0	0	#Núm!
6198 Pesquisas no Campo da Educação e Desenvolvimento dos Profissionais de Saúde	800.000	0	800.000	800.000	800.000	800.000	100,00
6199 Formação de Profissionais Técnicos de Saúde	94.000.000	-6.000.000	88.000.000	74.127.705	74.127.705	64.132.517	72,88
6205 Rede Nacional de Informações em Sangue e Hemoderivados	1.118.380	-500.000	618.380	575.000	575.000	0	0,00
6216 Capacitação de Profissionais em Serviços de Hemoterapia	3.364.250	-336.425	3.027.825	2.153.526	2.153.526	871.985	28,80
6217 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal	79.343.400	5.000.000	84.343.400	82.599.049	82.599.049	74.345.860	88,15
6219 Banco de Preços e Economia em Saúde	1.234.500	0	1.234.500	878.500	878.500	480.000	38,88
6220 Monitoramento e Acompanhamento das Receitas e Gastos Públicos em Saúde nos Estados, Distrito Federal e Municípios	2.332.700	0	2.332.700	2.332.700	2.332.700	1.633.500	70,03
6233 Atenção à Saúde Mental	631.100	0	631.100	446.352	446.352	220.180	34,89
6472 Estruturação dos Centros de Economia da Saúde e Ciência e Tecnologia no Sistema Único de Saúde	1.965.200	0	1.965.200	1.939.300	1.939.300	1.348.000	68,59
6488 Apoio às Escolas Técnicas de Saúde, Escolas de Saúde Pública, Centros Formadores e Centros Colaboradores	8.000.000	-2.038.800	5.961.200	4.825.588	4.825.588	4.000.000	67,10
6518 Funcionamento da Mesa Nacional de Negociação do Sistema Único de Saúde	800.000	0	800.000	800.000	800.000	800.000	100,00
6636 Atenção à Saúde Bucal	171.571	0	171.571	0	0	0	0,00
6999 Gestão dos Acervos Informacionais no SUS	4.745.000	0	4.745.000	3.840.343	3.840.343	1.785.794	37,64
7484 Adequação da Rede de Frio de Imunobiológicos	4.980.000	-188.000	4.792.000	2.752.643	2.752.643	11.270	0,24
7660 Implantação de Farmácias Populares	23.685.000	0	23.685.000	20.397.330	20.397.330	18.359.733	77,52

CRITÉRIOS SELECIONADOS:	Órgão: UO:	Sector: Função:	Subfunção: Programa:	ProjAtiv: Subtítulo:	Fonte: 155 Gnd:	Localidade: UF:	Elemento:
-------------------------	---------------	--------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------	--------------------	-----------

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 01:10:50 Pág. 2 de 3

C:\Documents and Settings\Abraham\Meus documentos\DENISE\PREVIDENCIA\ITESE\EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2005.mdb - 119 RdDespesa por Órgão\ProjAtiv

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2005

Acumulado até: FECHADO

Fonte 155: CPMF

Orçamento Fiscal e Seg.Social - Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/OP.ESPECIAL	LEI APÓS VETOS (Dotação Inicial) (A)	CRÉD.ADIC. ± REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% DO PAGO S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
7888 Investimento no Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde - QUALISUS	11.967.000	369.750	12.336.750	12.123.725	12.123.725	7.885.723	63,92
7888 Implantação de Rede de Informações em Transplantes	2.830.000	-424.500	2.405.500	1.500.000	1.500.000	1.500.000	62,36
7874 Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz	0	600.000	600.000	599.586	599.586	0	0,00
7890 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	10.350.000	-613.000	9.737.000	9.265.638	9.265.638	4.013.964	41,22
8287 Qualificação de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Saúde	832.498	0	832.498	562.065	562.065	519.000	62,34
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	145.202.366	-8.667.408	136.534.958	103.590.381	103.590.381	32.274.589	23,64
8543 Vigilância, Prevenção e Controle das Hepatites Virais	1.000.000	0	1.000.000	0	0	0	0,00
8577 Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros	464.159.200	0	464.159.200	460.831.513	460.831.513	460.416.879	99,19
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	24.360.056	-2.436.005	21.924.051	12.054.110	12.054.110	0	0,00
8585 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada	6.311.090.000	-54.291.000	6.256.799.000	6.248.402.146	6.248.402.146	6.210.718.348	99,26
8587 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada	111.998.000	0	111.998.000	110.708.095	110.708.095	109.966.873	98,19
8619 Aperfeiçoamento, Implementação e Acompanhamento dos Processos de Planejamento e de Avaliação do Ministério da Saúde	696.600	0	696.600	407.561	407.561	188.580	27,07
8627 Fomento a Projetos de Melhoria da Gestão e Humanização dos Serviços de Saúde	17.123.000	-1.799.100	15.323.900	15.317.818	15.317.818	6.644.590	43,36
Total do Órgão:	12.240.934.944	75.472.497	12.316.407.441	11.724.254.349	11.724.254.349	10.907.677.306	88,56
90 Reserva de Contingência							
0998 Reserva de Contingência	175.517.748	0	175.517.748	0	0	0	0,00
Total do Órgão:	175.517.748	0	175.517.748	0	0	0	0,00
Total Geral	18.345.392.812	75.472.497	18.420.865.309	17.653.194.469	17.653.194.469	16.836.617.426	91,40

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:Órgão:
UO:Setor:
Função:Subfunção:
Programa:ProjAtiv:
Subtítulo:Fonte: 155
Gnd:Localidade:
UF:

Elemento:

Fonte: SIAFVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN

Emissão: 9/4/2006 01:10:50 Pág. 3 de 3

C:\Documents and Settings\Abraham\Meu documento\DENISE\PREVIDENCIA\TSE\EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2005.mdb - 119 RelDespesa por Órgão/ProjAtiv